

MARIA LÚCIA MÊLO

"VIOLÊNCIA NO CAMPO": Um Estudo Sobre os Movimentos
Sociais na Amazônia Rural

CAMPINA GRANDE - PARAÍBA

1 9 9 0

1. Sociedade Rural -
2. Movimento Social
3. Movimento Social - Prof. B. S. S.
4. Movimento Social
5. Movimento Social

375
375 (643)
M. L. M.
V. 1

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA PARA ASSUNTOS DO INTERIOR
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA - DSA

"VIOLÊNCIA NO CAMPO": Um Estudo Sobre os Movimentos
Sociais na Amazônia Rural

Dissertação apresentada no Curso
de Mestrado em Sociologia da
Universidade Federal da Paraíba,
como requisito parcial à obten-
ção do grau de Mestre em Socio-
logia.

. Elaboração:

- Mestranda: MARIA LÚCIA MÉLO
- Curso : MESTRADO EM SOCIOLOGIA
- Área de Concentração: Sociologia Rural

. Orientação: Prof.^a NORMA MONTALVO DE SOLER

CAMPINA GRANDE - PARAÍBA - BRASIL

- 1 9 9 0 -



M528v

Melo, Maria Lucia

Violencia no campo : um estudo sobre os movimentos sociais na amazonia rural / Maria Lucia Melo. - Campina Grande, 1990.

2v.

Dissertacao (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal da Paraiba, Centro de Humanidades.

1. Sociologia Rural 2. Movimentos Sociais 3. Amazonia - 4. Campo - 5. Trabalhadores Rurais 6. Dissertacao I. Soler, Norma Montalvo de, Dra. II. Universidade Federal da Paraiba - Campina Grande (PB) III. Título

CDU 316.334.55(043)

D E D I C A T Ó R I A

Esta tese é para D. Erwin e irmã Mariete, Bispo e religiosa da Prelazia do Xingu, cuja opção pelos oprimidos demonstraram na prática que, a fraternidade é o caminho a ser trilhado pela humanidade e, a violência não. É para Irmã Adelaide, conhecida por sua grande doçura e bondade como o "anjo da caridade", mas que foi assassinada em Marabá por forças da Polícia Militar, assim como Antonio e Manoel foram os mártires da Transamazônica, cujas mortes revelam o verdadeiro rastro de violência deixado pela expansão do grande capital no campo. É dedicado também ao "Chico da Asfort", aos índios Guajajaras, aos posseiros e, aos invasores do Bico do Papagaio, para os quais, a esperança é o maior patrimônio dos homens, mas a liberdade nunca morrerá enquanto alguém lutar por ela. Enfim, aos incansáveis combatentes do campo de todo Brasil, cujas trajetórias de vida, vem durante várias gerações, escrevendo com seu suor e sangue, a verdadeira História da Amazônia Rural.

PROTERRA - Programa de Redistribuição de Terras e estímulos
à Agroindústria do Norte-Nordeste

POLAMAZÔNIA - Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais
da Amazônia

PIC'S - Projetos Integrados de Colonização

PRORONDON - Fundação Projeto Rondon

PDA - Plano de Desenvolvimento da Amazônia

PND - Plano Nacional de Desenvolvimento

PRAI - Pró-Reitoria para Assuntos do Interior

RIMA - Rio Manso Agropecuária S/A

SPVEA - Superintendência do Plano de Valorização Econômica da
Amazônia

SUDAM - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

SDDH - Sociedade de Defesa dos Direitos Humanos

STR - Sindicato dos Trabalhadores Rurais

SUPERGASBRÁS - Superintendência de Gás Brasileiro S/A

SAPECA - Sociedade Agropecuária Cajaíba S/A

SEMA - Secretaria Especial do Meio Ambiente

SWIFT-ARMOUR - Indústria e Comércio de Conservas S/A

SEPLAN - Secretaria de Planejamento da Presidência da República

UFPA - Universidade Federal do Pará

UFPB - Universidade Federal da Paraíba

UF - Unidade Federada

URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

COMIND - Banco do Comércio e Indústria de São Paulo S/A
CNDDA - Conselho Nacional de Defesa e pelo Desenvolvimento da
Amazônia.
CH - Centro de Humanidades
CODVALE - Companhia de Desenvolvimento do Vale do Rio Doce
CAPEMI - Caixa de Pecúlios, Pensões e Montepios dos Militares
CPT - Comissão Pastoral da Terra
DSA - Departamento de Sociologia e Antropologia
EUA - Estados Unidos da América
ELETRONORTE - Centrais Elétricas do Norte do Brasil
FUNAI - Fundação Nacional do Índio
FAASA - Fazendas Associadas do Araguaia Ltda.
FRENOVA - Fazenda Reunida Nova Amazônia Ltda.
FINAM - Fundo de Investimentos da Amazônia
GETSOP - Grupo Executivo de Terras do Sudoeste do Paraná
GETAT - Grupo Executivo de Terras do Araguaia
GEBAM - Grupo Executivo para a Região do Baixo Amazonas
GERA - Grupo Executivo de Reforma Agrária
GOODYEAR - Companhia Agropecuária S/A
ha - Hectare
IBRA - Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPAR - Instituto Pastoral da Terra
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBASE - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
IDESP - Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social do
Estado do Pará
IBDF - Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
INDA - Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário
LIQUEGÁS - Companhia de Liquefação de Gás S/A
MOBRAL - Movimento Brasileiro de Alfabetização
MTRST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
MIRAD - Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário
MACIFE - Agropecuária Comércio e Indústria S/A
MAPPIN - Agropecuária e Indústria S/A
MPEG - Museu Paraense Emílio Goeldi
PA - Pará
PB - Paraíba
PIN - Programa de Integração Nacional

- LISTA DE ABREVIATURAS:

A - Anexo

AM - Amazônia

AI - Ato Institucional

ABRA - Associação Brasileira de Reforma Agrária

ALBRAS-ALUNORTE - Companhia de Alumínio Brasileiro e do Norte S/A.

APAME - Agropecuária Alvorada Mato-Grossense

AGROPEMA - Agropecuária do Médio Araguaia Ltda.

AGROPLASA - Agropecuária Planalto S/A

AGROPASA - Agropecuária do Araguaia S/A

AGROVAS - Agropecuária do Vale do Suiã S/A

APECO - Agropecuária Colorado S/A

AGRONESIA - Agropecuária Nova Esperança S/A

ASFORT - Associação dos Fornecedoros de Cana da Transamazônica

BNC - Banco de Crédito Nacional S/A

BRADESCO - Banco Brasileiro de Descontos

BASA - Banco da Amazônia S/A

CONAM - Construtora e Incorporadora Carneiro da Cunha Nóbrega Ltda.

CATENDE - Companhia Atacadista de Alcool e Açúcar do Nordeste

CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

CNBB - Confederação Nacional dos Bispos do Brasil

COOPERSUCAR - Cooperativas Central dos Produtores de Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo S/A.

CIBRASA - Companhia Brasileira Agropastoril

COREBRASA - Empresa Colonizadora e Representação Brasil S/A

CODEMA - Companhia do Desenvolvimento Agropecuário de Mato Grosso

CIAGRA - Companhia Agropastoril Aruanã

CIRA - Cooperativa Integral para a Reforma Agrária

CIMI - Conselho Indigenista Missionário

CEDI - Centro Ecumênico de Documentação Indígena

COBRASA - Companhia de Colonização e Representação S/A

COLBRASA - Companhia de Colonização e Representação do Brasil S/A

CODEARA - Companhia de Desenvolvimento do Araguaia

CODEBRA - Companhia de Desenvolvimento do Brasil Central

CODESPAR - Companhia de Desenvolvimento do Paraná

"A raiz da violência se planta no modo pelo qual o Estado viabiliza o grande capital no campo".

- Pe. R. Rezende

"Mas, ainda assim na Amazônia, o lema do homem do homem do campo unido com a comunidade, é pensar para acertar, calar para resistir e, agir para vencer"!

- Asfort

A G R A D E C I M E N T O S

- À SUDAM e a UFPA pela autorização à nossa participação no Curso de Mestrado;
- Ao MEC - CAPES pela concessão da Bolsa de Estudos durante o Curso;
- À Universidade Federal da Paraíba e, em particular ao "Campus" II, cujo corpo docente executa competentemente o Curso de Mestrado em Sociologia Rural;
- Aos alunos do Curso de Ciências Sociais da UFPA: Conceição Gonçalves, Cristina Sousa, Gilly Sousa e João dos Anjos pela coleta em duas fases do trabalho de campo, bem como à Deborah Rodrigues, Eliana Costa (ambas da FCAP) e Jean Santos, do Curso de Geografia da UFPA, pelo elevado espírito de equipe com que colaboraram durante o trabalho de coleta e sistematização dos dados;
- À Professora Denise Simões, Mestre em Sociologia Política da UFPA, pela valiosa colaboração ao discutir criticamente os vários capítulos desse trabalho;
- À Professora Norma Montalvo de Soler pelo misto de orientação exigente, mas dedicada, desde o início da concepção da pesquisa até a execução final da Dissertação;
- Aos demais que, mesmo indiretamente, de alguma forma colaboraram, aos quais me reservo o direito de não nominá-los para não ser injusta; a minha imorredora gratidão!

RESUMO

MÉLO, Maria Lúcia. "Violência no Campo": Um Estudo sobre os Movimentos Sociais na Amazônia Rural. Campina Grande - Paraíba, Dissertação de Mestrado em Sociologia Rural, Universidade Federal da Paraíba, 1990.

Estudo sobre a violência nos Movimentos Sociais no Campo da Amazônia. Dá ênfase ao papel da violência e do poder como ação política que incide, fundamentalmente sobre os pequenos produtores familiares, indígenas e, posseiros nas áreas de tensão e conflito social da Amazônia Rural.

Partindo da reconstituição histórica das principais lutas sociais desencadeadas nas últimas décadas em áreas rurais da região, tenta-se analisar as práticas sociais, assim como resgatar a trajetória trilhada pelos atores em seus Movimentos de luta, através de seu modo de ação, seus avanços, recuos e, perspectivas no contexto da Amazônia Rural.

Analisando criticamente as formas mais recentes de organização, participação social e, estratégias de enfrentamento político, busca-se através deste estudo, interpretar por um lado, como os atores sociais envolvidos nos Movimentos Sociais se formam na luta, se constituem como sujeitos políticos, constroem suas identidades, enfim, desenvolvem suas organizações e ações coletivas. E por outro, como os agentes do bloco no poder atuam no sentido de orientar e definir o processo, a fim de manter as condições de reprodução, tanto da dominação, quanto da exclusão de classes.

RESUME:

MÉLO, MARIA LÚCIA. "VIOLENCE DANS LE CHAMP: Une Etude sur les Mouvements Sociaux, dans l'Amazonie Rurale". Campina Grande, Paraíba, Dissertation de Maitrise en Sociologie, Université Federale de la Paraíba, 1990.

Une étude sur la violence dans les Mouvements Sociaux, dans le champ, en Amazonie. On donne emphase au rôle de la violence e du pouvoir comme action politique, que survient, fondamentalement, sur les petits producteurs familiais, indigènes et "posseiros", dans les régions de tension et conflict social, del'Amazonie Rurale.

En partant de la reconstitution historique des principales luttes sociales déchaînés dans les dernières décades, dans les aires rurales de la région, on essaie d'analyser les pratiques sociales, et, de la même façon, de racheter la trajectoire prise par les acteurs sociaux, en ses mouvements de lutte, par leur manière d'agir, leurs progrès, leurs reculs et, leurs perspectives, dans le contexte de l'Amazonie Rurale.

En analisant, d'une forme critique, les formes plus récentes d'organisation, participation sociale et, stratégies d'affrotement politique, on cherche, par cette étude, d'une certaine forme, d'interpreter comme les acteurs sociaux, envelopés dans les mouvements sociaux, se format dans la lutte, se constituent comme des individus politiques, construisent les identités, et, enfin, développent leurs organisations et actions collectives. Et, aussi, comme les agents de bloc, dans le pouvoir, agissent, dans le sens d'orienter et définir le procès, pour maintenir les conditions de reproduction, soit de l'exclusion de classes.

"VIOLÊNCIA NO CAMPO": Um Estudo Sobre os Movimentos
Sociais na Amazônia Rural

. Mestranda: MARIA LÚCIA MÉLO

. Orientadora: NORMA MONTALVO DE SOLER

Banca Examinadora:

(Presidente)

Prof.^a Dr.^a NORMA MONTALVO DE SOLER

(Membro)

Prof.^a Dr. MAURO GUILHERME PINHEIRO KHOURI

(Membro)

Prof.^a MARIA DA GUIA SANTOS GAREIS

. Data de Aprovação:

- Dissertação Aprovação em: ____/____/____

CAMPINA GRANDE - PARAÍBA - BRASIL

- 1 9 9 0 -

Copyright:

. MARIA LÚCIA MÉLO

"VIOLÊNCIA NO CAMPO": Um Estudo Sobre os Movimentos Sociais na Amazônia Rural - 1964/90. Tese de Mestrado em Sociologia Rural - UFPB/"Campus" II - Campina Grande - Paraíba - 1990.

CONTEÚDO: Amazônia e a Intervenção do Estado na Região: Seus impactos no Meio Rural - Movimentos Sociais no Campo da Amazônia - Mobilização e Desmobilização: A Dupla Face da Violência e do Poder nos Movimentos Sociais - Considerações Finais - Notas - Bibliografia - Anexos.

Í N D I C E

VOLUME I

	<u>página</u>
INTRODUÇÃO	1 a 18
I - AMAZÔNIA E A INTERVENÇÃO DO ESTADO NA REGIÃO: SEUS IMPACTOS NO MEIO RURAL	19 a 63
1.1 - Caracterização Regional da Amazônia ...	19 a 49
1.2 - A Intervenção do Estado Pós-64 na Ama- zônia Rural	50 a 63
II - MOVIMENTOS SOCIAIS NO CAMPO	64 a 69
2.1 - A Revolta dos Índios Guajajaras	70 a 87
2.2 - O Movimento dos Fornecedores/Plantado - res e Trabalhadores Rurais da Cana	88 a 110
2.3 - A Luta dos Posseiros do Bico do Papa- gaio	111 a 156
III- MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO: A DUPLA FACE DA VIOLÊNCIA E DO PODER	157 a 185
. CONSIDERAÇÕES FINAIS	186 a 206
. NOTAS	207 a 228
. BIBLIOGRAFIA	229 a 241
. ANEXOS	242 a 512
I - <u>DADOS DEMOGRÁFICOS</u>	
I.Q.1: "Área e Densidade Demográfica do Brasil e da Amazônia Legal" - 1970/90	242
I.Q.2: "Contingente Populacional do Brasil e da Ama- zônia Legal" - 1940/90"	243
I.Q.3: "Taxa de Imigração do Brasil e da Amazônia Le gal" - 1960/90	244

II - POLÍTICAS PÚBLICAS

II.Q.1: "Empresas Nacionais e Multinacionais " Incentivadas pela SUDAM com Recursos do FINAM" - 1989	245 a 278
II.Q.2: "Recursos Financeiros Dispendidos pelo FINAM às Empresas Instaladas na Amazônia"- 1988	279
II.Q.3: "Participação dos Capitais Estrangeiros das Empresas por Setor de Atividade na Amazônia Legal" - 1975/76	280 a 283
II.T.1: "Terras Públicas Apropriadas por Particulares na Amazônia Legal" - 1920/1970	284
II.T.2: "Evolução da Estrutura Fundiária na Amazônia Legal" - 1960/70	285
III - <u>CONFLITOS E ASSASSINATOS NO CAMPO</u>	
III.T.1: "Conflitos Sociais no Campo no Brasil e na Amazônia Legal" - 1964/1990	286
III.T.2: "Relação dos Conflitos e Assassinatos no Campo na Amazônia Legal" - 1971/1990	287
III.Q.1: "Mapeamento dos Conflitos Sociais no Campo na Amazônia Legal" 1964/1990	288 a 368
III.Q.2: "Evolução dos Assassinatos no Campo no Brasil e na Amazônia Legal" - 1964/1990 ..	369
III.Q.3: "Executores e Mandantes dos Assassinatos no Campo da Amazônia Legal" - 1964/1990...	370
III.Q.4: "Principais Áreas de Tensão e Conflitos sociais na Amazônia Legal" - 1990	371 a 373

III.G.1: "Representação Gráfica da Proporção Percentual dos Assassinatos no Campo no Brasil e na Amazônia Legal" - 1964/1990	374
III.G.2: "Representação Gráfica da Evolução dos Assassinatos no Campo na Amazônia Legal" - 1964 / 1990	375
III.G.3: "Curva Tendencial da Evolução dos Assassinatos no Campo na Amazônia Legal" - 1964/1990.	376
III.G.4: "Relação dos Conflitos com os Assassinatos no Campo da Amazônia Rural" - 1971/1990	377
 IV - <u>QUESTÃO INDÍGENA</u>	
IV.Q.1: "Evolução das Populações Indígenas no Brasil" - 1550/1989.	378
IV.Q.2: "População Indígena do Brasil e da Amazônia" - 1988	379 a 387
IV.Q.3: "Índios Mortos Segundo Grupo Indígena e Causas na Amazônia" - 1970/1990	388 a 392
 V - <u>REVOLTA DOS ÍNDIOS GUAJAJARAS</u>	
V.T.1: "Áreas, Extensão e Localização das Reservas dos Índios Guajajaras" - 1988	393
V.T.2: "Identificação dos Atores Sociais Envolvidos na Revolta dos Índios Guajajaras" - 1988	394
V.T.3: "Principal Fonte de Subsistência e Outras Ocupações dos Atores Sociais Envolvidos na Revolta dos Índios Guajajaras" - 1988	395
V.T.4: "Situação de Posse da Terra. Tipo de Colonização e Anos na Comunidade dos Atores Sociais Envolvidos na Revolta dos Índios Guajajaras" 1988.	396

V.Q.1: "Principais Tipos de Conflitos Sociais nas Áreas dos Indios Guajajaras" - 1988	397 a 398
V.Q.2: "Principais Atores Sociais e Mediadores Políticos Envolvidos nos Conflitos Sociais com os Indios Guajajaras" - 1988	399
V.Q.3: "Principais Objetivos da Revolta dos Indios Guajajaras" - 1988	400
V.Q.4: "Formas de Organização e Estratégias de Luta do Movimento de Revolta dos Indios Guajajaras"-1988	401
V.Q.5: "Executores e Mandantes da Violência na Revolta dos Indios Guajajaras" - 1988	402
V.Q.6: "Vítimas da Violência, Motivo, Tipo, Mandantes/Executores e Formas de Revide nos Conflitos com os Indios Guajajaras" - 1988	403
V.Q.7: "Principais Repercussões e Implicações da Violência nos Conflitos Sociais com os Indios Guajajaras" - 1988	404
V.Q.8: "Denúncias e Providências Tomadas pelos Indios Guajajaras Contra a Violência no Campo" - 1998.	405

VI - MOVIMENTO DOS FORNECEDORES/PLANTADORES E TRABALHADORES RURAIS DA CANA DO PACAL

VI.T.1: "Identificação dos Atores Sociais envolvidos no Movimento dos Fornecedores/Plantadores e Trabalhadores Rurais da Cana do Pacal" - 1988	406
VI.T.2: "Principal fonte de subsistência e Outras Ocupações dos Atores Sociais envolvidos no Movimento dos Fornecedores/Plantadores e Trabalhadores Rurais da Cana do Pacal" - 1988	407

VI.T.3: "Dimensões da Roça dos Atores Sociais envolvidos no Movimento dos Fornecedores/Plantadores e Trabalhadores Rurais da Cana do Pacal"-1988.	408
VI.T.4: "Situação da Posse da Terra, Tipo de Colonização e Anos na Comunidade dos Atores Sociais envolvidos no Movimento dos Fornecedores/Plantadores e Trabalhadores Rurais da Cana do Pacal". 1988	409
VI.T.5: "Grau de Associativismo dos Atores Sociais envolvidos no Movimento dos Fornecedores/Plantadores e Trabalhadores Rurais da Cana do Pacal"-1988	410
VI.Q.1: "Principais Tipos de Conflitos na Área, nº de Famílias envolvidas, Causas, conseqüências e, Providências Tomadas nos Conflitos Sociais em Medicilândia/PA" - 1988	411 a 412
VI.Q.2: "Principais Atores, Mediadores, Formas e Motivos de Envôlvimento nos Conflitos Sociais da Região do Pacal" - Medicilândia - 1988	413
VI.Q.3: "Principais Objetivos do Movimento dos Fornecedores/Plantadores e Trabalhadores Rurais da Cana do Pacal - Medicilândia"- 1988	414
VI.Q.4: "Novas e Principais Formas de Organização e Estratégias de Luta Utilizadas Pelos Fornecedores/Plantadores e Trabalhadores Rurais da Cana do Pacal - Medicilândia/PA" - 1988	415
VI.Q.5: "Executores e Mandantes da Violência nos Conflitos Sociais dos Fornecedores/Plantadores e Trabalhadores Rurais da Cana do Pacal - Medicilândia/PA" - 1988".....	416
VI.Q.6: "Vítimas Preferenciais da Violência no Movimento dos Fornecedores/Plantadores Rurais da Cana do Pacal - Medicilândia/PA - 1988".	417

VII - A LUTA DOS POSSEIROS DA REGIÃO DO BICO DO PAPAGAIO

VII.T.1: "Identificação dos Atores Sociais do Movimento de Luta dos Possesiros do Bico do Papagaio" 1988	418
VII.T.2: "Principal Fonte de Subsistência e Outras Ocupações dos Atores Sociais Envolvidos na Luta dos Possesiros do Bico do Papagaio"-1988 .	419
VII.T.3: "Grau de Associativismo dos Atores Sociais Envolvidos na Luta dos Possesiros do Bico do Papagaio" - 1988	420
VII.T.4: "Dimensões da Poça e Culturas Plantadas pelos Atores Sociais Envolvidos na Luta dos Possesiros do Bico do Papagaio" - 1988	421
VII.T.5: "Situação da Posse da Terra, Tipo de Colonização e Anos na Comunidade dos Atores Sociais Envolvidos na Luta dos Possesiros do Bico do Papagaio" - 1988	422
VII.Q.1: "Mapeamento dos Conflitos Sociais na Região do Bico do Papagaio" - 1988	423 a 424
VII.Q.2: "Principais Atores Sociais, Mediadores, Formas e Motivos do Envolvimento nos Conflitos Sociais do Bico do Papagaio" - 1988	425
VII.Q.3: "Principais Objetivos da Luta dos Possesiros do Bico do Papagaio" - 1988	426
VII.Q.4: "Novas e Principais Formas de Organização e Estratégias de Luta Utilizadas pelos Possesiros do Bico do Papagaio" - 1988	427
VII.Q.5: "Executores e Mandantes da Violência nos Conflitos Sociais na Região do Bico do Papagaio" 1988	428

VII.Q.6: "Vítimas Preferenciais da Violência nos Conflitos Sociais da Região do Bico do Papagaio" 1988	429
 VIII - <u>MAPAS DA REGIÃO AMAZÔNICA</u>	
VIII.M.1: "A Amazônia Legal"	430
VIII.M.2: "A Amazônia Legal e o Projeto Calha Norte"	431
VIII.M.3: "Principais Áreas de Tensão e Conflitos Sociais na Amazônia Legal" - 1988	432
VIII.M.4: "Capitais Estrangeiros e Exploração Mineral" 1976	433
VIII.M.5: "Revolta dos Índios Guajajaras - Índios X Igreja, Grandes Fazendeiros"	434
VIII.M.6: "Movimentos dos Fornecedores/Plantadores e Cortadores de Cana do Pacal - Trabalhadores Rurais da Cana X Empresários, Governos, Administradores da Usina Abrahan Lincoln	435
VIII.M.7: "Posseiros X Grandes Fazendeiros e Grileiros - Movimento de Luta dos Posseiros da Região do Bico do Papagaio"	436
 IX.F.1: - " <u>A REVOLTA DOS INDIOS GUAJAJARAS</u> "	
IX.F.1.1: "Placa de Sinalização do MINTER/FUNAI Indicando a Reserva da Aldeinha dos Guajajaras em Barra do Corda" - 1988	437
IX.F.1.2: "Visão da Reserva da Aldeinha dos Guajajaras em Barra do Corda/MA" - 1988	438
IX.F.1.3: "Grupo de Guajajaras e suas Lideranças em Frente à Delegacia da FUNAI em Barra do Corda/MA" - 1988	439

IX.F.1.4:	"Família Indígena da Reserva da Aldeinha dos Guajajaras em Barra do Corda/MA" - 1988	440
IX.F.1.5:	"Fachada da Igreja da Missão dos Capuchinhos em Barra do Corda/MA" - 1988	441
IX.F.1.6:	"Grupo de Colonos do PIC-Barra do Corda quando retornavam aos lotes após comercializarem na cidade de Barra do Corda/MA" - 1988	442
IX.F.1.7:	"Madeireira Negociante de Madeiras Nobres extraídas das Reservas Indígenas dos Guajajaras" - 1988	443
IX.F.2 - <u>MOVIMENTO DOS FORNECEDORES/PLANTADORES E TRABALHADORES RURAIS DA CANA DO PACAL</u>		
IX.F.2.1:	"Visão do Movimento dos Fornecedores/Plantadores e Trabalhadores Rurais da Cana do Pacal": "O Pacal Quer Falar" - 1988	444
IX.F.2.2:	"Passeata do "Movimento do Pacal" em Altamira" - 1982	445
IX.F.2.3:	"Associados da ASFORT votando em Reunião Aberta pelo Bloqueio da Estrada" - 1982	446
IX.F.2.4:	"Movimento do Pacal" acampado em Brasília em frente a Esplanada dos Ministérios" - DF - 1982	447
IX.F.2.5:	"Movimento do Pacal" pressionando com Palavras de Ordem em Frente ao I.A.A. em Brasília" - DF - 1982	448
IX.F.2.6:	"Associados em Assembléia Geral para decidir o Bloqueio da Ponte no km 92 de Rodovia Transamazônica" - 1983	449

IX.F.2.7:	"Confronto do Movimento do Pacal com Forças Militares do Estado. Na ocasião o Bispo da Prelazia do Xingú e Altamira está sendo agarrado a força"- 1983	450
IX.F.2.8:	"Prisão de "Chico Aguiar" - Pte. da ASFORT na Ocasião do Composto entre "Movimento do Pacal e Forças Policiais do Estado" - 1983.	451
IX.F.2.9:	"Usina Abrahan Lincoln" em plena Operação como uma Vitória do Movimento do Pacal" - 1984	452
IX.F.3:	- <u>"A LUTA DOS POSSEIROS DA REGIÃO DO BICO DO PAPAGAIO"</u>	
IX.F.3.1:	"Posseiros Sócio-Fundadores do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de S. Sebastião do Tocantins - Povoado de Buriti" - 1988	453
IX.F.3.2:	"Família de Posseiros do Povoado de Buriti-Bico do Papagaio " - 1988	454
IX.F.3.3:	"Posseiro de uma das Fazendas da Região do Bico do Papagaio " - 1988	455
IX.F.3.4:	"Mulheres Quebradoras do Côco-Babaçu pertencentes a Associação das Mulheres de Buriti" 1988	456
IX.F.3.5:	"Pe. Josimo Tavares - Mârtir da Terra na Luta dos Posseiros do Bico do Papagaio" -1986	457
IX.F.3.6:	"Fachada da Paróquia de São Sebastião do Tocantins" em que atuava o Pe. Josimo Tavares antes de ser assassinado" - 1988	458

X : "MEMÓRIAS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

X.1:	"Memórias da Luta dos Posseiros do Bico do Papagaio"	459 a 492
------	--	-----------

X.1.1: "Vida e Morte do Padre Josimo Tavares: "Mártir da Terra"	459 a 469
X.1.2: "A Vida e a Luta de "João Coragem"	470 a 473
X.1.3: "Cânticos de Protestos"	474 a 479
X.1.4: "Atos Públicos, Romarias e Passeatas".....	480 a 485
X.1.5: "Divulgações, Denúncias e Cartas"	486 a 492

XI - "INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS"

XI.1: "Formulário"	493 a 510
XI.2: "Roteiro da Entrevista"	511 a 512

INTRODUÇÃO

A violência como problema é uma temática muito estudada por diversos autores. Mas neste trabalho, pretendemos estudar a violência como forma de ação política. Por isso analisaremos a questão da violência nos Movimentos Sociais na área rural da Amazônia Legal (ver Anexo: VIII.M.1, pág. 430), que corresponde aos períodos de exercício do Governo Militar e da "Nova República". Analisamos pois, a violência no campo como problema político que incide fundamentalmente sobre os atores sociais pequenos-produtores familiares, particularmente sobre os "POSSEIROS", os indígenas e, os trabalhadores sem-terra das áreas de maior tensão da Amazônia Rural. (1)

Este trabalho foi elaborado, tomando por base uma amostra constituída por três movimentos sociais representativos da área rural da Amazônia Legal. Centramos nossa atenção na questão do exercício da violência e do poder, porque o modo como se concretizam essas práticas nesses movimentos nos servem como recursos analítico para resgatar a trajetória de nosso objeto de estudo, que em última instância é o homem do campo, o trabalhador rural da Amazônia. Assim, nosso objetivo básico, neste estudo, é ter uma visão aproximada sobre os trabalhadores amazônicos, sobre seu modo de ação, seus avanços seus recuos e, suas perspectivas no contexto da Amazônia Rural.

Nosso interesse pelo assunto, objeto de estudo, surge a partir de nossa experiência de trabalho na área rural amazônica, como funcionária da SUDAM vivenciando de perto os problemas que afligem o cotidiano do homem do campo, que respondendo aos estímulos governamentais migrou à Amazônia

sobretudo nas décadas de 60 e 70 em busca de meios de sobrevivência.

Nessas esporádicas incursões observamos que na região amazônica rural aumentavam cada vez mais, formas organizacionais não institucionais das massas populares rurais e forças sociais em confronto, fatos que pesaram na nossa decisão de estudar o processo e o significado destas práticas sócio-políticas, particularmente a prática da luta cotidiana pela sobrevivência realizada pelo homem do campo. Consideramos importante interpretar o significado destas experiências de base dos trabalhadores, posseiros, dos pequenos proprietários, dos sem terra, dos trabalhadores rurais em geral, assim como dos indígenas, em termos não só da mudança ou não de suas condições de vida, mas da possibilidade de sua transformação como sujeitos políticos.

Em termos desta proposta de estudo, centramos nossa pesquisa na questão da violência usando como objeto empírico os Movimentos Sociais no Campo, espaço onde se dá a prática da luta cotidiana do homem do campo.

Regularmente, a possibilidade mais direta do exercício da violência atribui-se ao Estado dentro do conceito restrito de Estado criticado por Gramsci. Porém, nosso estudo não centra sua atenção no Estado no âmbito dessa concepção. De qualquer modo também não consideramos necessário focalizar o Estado diretamente, mas a rede de poderes articulado ao Estado, já que a questão do poder está estreitamente vinculado com a questão da violência.

Neste trabalho, embora consideremos importante o aspecto negativo do poder, consideramos também fundamental a-

bordar o seu lado positivo, seu lado transformador. A este respeito nós situamos dentro da perspectiva teórico-metodológica de Poder,

"que o concebe não como uma dominação global e centralizada que se pluraliza, se difunde e repercute nos outros setores da vida social de modo homogêneo, mas como tendo uma existência própria e formas específicas ao nível mais elementar". (FOUCAULT, Michel, 1988. pág. XIII-XIV)

Nesta perspectiva do autor, convém reter que os micro-poderes ou poderes moleculares não foram confiscados e absorvidos pelo aparelho do Estado. Não são necessariamente criados pelo Estado, nem, se nasceram fora dele, foram inevitavelmente reduzidos a uma forma ou manifestação do aparelho central. Sendo assim, os poderes se exercem em níveis variados e em pontos diferentes da rede social e, neste complexo os micro-poderes existem integrados ou não ao Estado.

Tal como indica Roberto Machado, o resgate desta perspectiva é valiosa para o encaminhamento de nossa pesquisa,

"na medida em que essa relativa independência ou autonomia dos micro-poderes com relação aos macro-poderes significa possibilidades potenciais de transformação que podem se gestar a nível capilar, minúsculo de poder, o que parece apontar para uma consequência política importante, não são no sentido de explicitar a rede de relações de poder existentes, mas no sentido de servir como possível instrumento de luta, articulado com outros instrumentos contra essas mesmas relações de poder". (FOUCAULT, Michel, 1988. pág. XII e XIII).

O reconhecimento do poder em suas extremidades macro e micro, a atenção tanto a suas formas locais quanto as mais abrangentes, as especificidades de sua articulação no contexto de um sistema dominante mas levando em consideração as situações de exercício concreto, são importantes e significativos dentro da linha de nossa pesquisa, que fez o possível para dar conta de resgatar situações que indicam o exercício deste poder molecular, mesmo transitório, mas de fato existente.

Considerando que a prática da luta cotidiana, o processo de formação da consciência e, da ação política das massas populares estão estreitamente vinculadas à concepção ampliada do Estado em Gramsci, onde este é um segmento majoritário da sociedade civil, este trabalho vai dar atenção prioritária à análise dos processos de socialização da participação política e participação popular, das experiências que se dão no interior da trama das relações de poder em geral. Processos nos quais, no dizer de Thompson, os indivíduos nunca agrupados em classe vivem situações comuns, experiências onde se definem os interesses, se moldam as identidades e formas de consciência social popular como expressões autênticas de classe e de luta de classe, válidas em suas circunstâncias históricas.

Seguindo através desta perspectiva analítica e tripla das experiências do cotidiano, vivida pelos homens do campo engajados nos movimentos sociais rurais, pretendemos visualizar o desabrochar de suas potencialidades no processo longo e sinuoso de luta pela sua cidadania. A escolha neste estudo da questão da violência como instrumento de análise no contexto dos movimentos sociais, obedece pois, a possibilidade

de através deste fio condutor, lograr compreender e explicar aquele processo de luta emancipatória, de formação da consciência e da ação política deste segmento de trabalhadores rurais.

A violência, tanto como o Poder, na concepção de Foucault:

"Não é um objeto natural, uma coisa, mas uma prática social que se exerce e se disputa, que se constrói, se reconstrói e se transforma historicamente. Há assim, uma multiplicidade destas práticas e pelo mesmo existem formas diferentes de exercício da violência e do poder que em âmbitos historicamente determinados, intervêm materialmente e atingem a realidade mais concreta dos indivíduos, na sua vida cotidiana". (FOUCAULT, Michel, 1988, pág. X e XI).

É a partir da pressão exercida por essas práticas, que o homem do campo vive e maneja estas experiências em formas e situações concretas e específicas que nosso estudo pretende resgatar numa área onde as tensões alcançam níveis de verdadeira guerra social. (Ver Vol. II. Anexo III. Q.1, págs. 288 a 368).

Na verdade, o modelo político-econômico que orientou o desenvolvimento pós-64 aumentou as esferas de exclusão política de amplas massas populares marginalizadas tanto na cidade, como no campo. Este processo de exclusão possivelmente alcança sua mais alta expressão na área rural da Amazônia, pois tanto como nos espaços denominados "favelas" nas áreas urbanas, é no campo amazônico onde mormente se concentram as "hostes errantes" (2) que se constituíram com "levas de ex-pequenos produtores expelidos das áreas rurais de outras regiões do país. Para muitos destes trabalhadores ru-

rais de outras regiões do país. Para muitos destes trabalhadores rurais, migrar à Amazônia significou não só continuar sua inclusão nas "hordas" de miseráveis que percorrem a região expulsos de todo lugar onde se assentam, senão sujeitar-se a um cotidiano de constante insegurança, ameaça, repressão e, morte.

Considera-se que a ordem social vigente no país gera um processo contraditório, onde a violência e a exclusão social e política, são inerentes a ela. Em princípio, a violência é um elemento inerente a ordem social capitalista, particularmente nos países subdesenvolvidos dependentes, onde a ordem alienante, e ao mesmo tempo alienadora, típica desta Sociedade não consegue se afirmar apenas pelo consenso ideológico, mas fundamentalmente pela repressão, no sentido de "violência aberta". De outro modo, como explicar que em um país de dimensões continentais, como o Brasil, com amplos recursos naturais, com regime dito "democrático", consegue paralelamente, se manter com o controle improdutivo de grandes extensões de terra, de formas políticas de subordinação de amplas massas pauperizadas, entre eles, milhares de lavradores, pequenos produtores e, trabalhadores rurais em geral, todos estes em condições potenciais e/ou concretas de participação política?

"Isto só parece possível através do exercício da violência. O próprio aumento, tanto da violência como dos Movimentos Sociais no campo, particularmente na transição democrática, pode também fazer sentido neste quadro". (TAVARES, Ricardo, 1989, pg. 35).

O exercício da violência pelo Estado se orienta à desmobilização política, ainda que de fato, ao mesmo tempo,

sem que tencione, estimule também a mobilização dos Movimentos Sociais. Assim, a violência surge nestes espaços e, ganha neles um perfil próprio.

Neste sentido, é que, neste trabalho, nos propomos a abordar a violência nos termos desta última conotação, já que interessa o aspecto da violência como forma de ação política, tanto quando expressa a dominação do bloco do poder, via aparelhos do Estado e seus agentes aliados na sociedade civil, quanto a que expressa a resistência dos oprimidos dentro da própria rede de poder que se exerce como uma multiplicidade de relações de forças. Resistência no sentido de luta, marcada por um caráter essencialmente, defensivo. Isto equivale a dizer-se que, iremos situar nossa análise numa perspectiva da natureza de classe deste processo político, entendendo que este, não é apenas resultado das estruturas sócio-econômicas, mas também de "projetos alternativos" que se geram nos espaços não convencionais, como os dos Movimentos sociais, além das propostas pelos Partidos Políticos e, organizações trabalhistas e, políticas. Muitas vezes, a ação política das massas foge aos limites institucionais vigentes.

Nesta perspectiva, tenta-se através deste estudo analisar o que está na base da questão da violência e das lutas concretas, que se travam nas áreas de tensão na região amazônica.

Entre outras questões, o referido trabalho de pesquisa tenta responder até que ponto a dinâmica da violência no interior dos movimentos sociais pode evidenciar-nos que o caminho percorrido pelos trabalhadores rurais nestes espaços, indicam ou não, avanços no exercício da cidadania.

Nestes termos, nosso objetivo principal é resgatar o significado do reconhecimento/desconhecimento no âmbito político, das iniciativas e dos direitos conquistados pela massa trabalhadora do campo, via Movimentos Sociais Rurais na Amazônia, procurando analisar o que representa esse conjunto de iniciativas e ações políticas e, por outro lado, o que representa a caminhada desses trabalhadores rurais em seu processo de busca da cidadania política.

Considerando que os Movimentos Sociais não trilham caminhos previamente definidos, mas se constroem no bojo do processo de suas lutas, tentamos explicitar a natureza diversa desses movimentos e de suas organizações de luta. Interessou-nos pois, analisar os impactos da especificidade destas lutas. Para este efeito, escolhemos três casos de Movimentos Sociais que se constituíram a partir de conflitos que surgiram na Área Rural da Amazônia.

Nestes termos, tentamos num primeiro momento seguir a trilha de cada um dos três movimentos sociais selecionados, a fim de refletirmos sobre suas iniciativas, propostas e, ambigüidades, tanto no que diz respeito as suas debilidades, quanto as suas conquistas e frustrações; para em seguida, tentar construir analiticamente o conjunto dos Movimentos Sociais no campo, resgatando fragmentos significativos de cada um dos movimentos sociais estudados, na idéia de que recompondo-os no contexto do processo sócio-político que se gera no desenvolvimento regional nas recentes décadas, possamos ter uma visão aproximada da natureza e significação da violência nos Movimentos Sociais na Amazônia Rural.

Dessa forma, como já indicamos, escolhemos três mo-

vimentos sociais, considerados por nós como representativo das lutas que se travam na região. Eles são os seguintes:

- a) A Revolta dos Índios Guajajaras (Barra do Corda/MA);
- b) O Movimento dos Fornecedores/Plantadores e Trabalhadores Rurais da Cana do Pacal (Medicilândia/Pará, no km 92 da Rodovia Transamazônica);
- c) A Luta dos Posseiros do Bico do Papagaio (Estado do Tocantins, fronteira com os Estados do Pará, Maranhão, Goiás e Mato Grosso). Ver Anexos: IX.F.1, F.2 e F.3, págs.437 a 458).

Estes três movimentos sociais parecem responder pelos típicos atores políticos que surgem no contexto regional rural amazônico, apenas lamentamos que não tenha sido possível incluir nesta oportunidade a pesquisa sobre os Movimentos dos Seringueiros do Acre. De todo modo, o primeiro movimento responde pela questão indígena; o segundo pela luta, fundamentalmente, dos lavradores pequenos produtores e, trabalhadores rurais temporários, "integrados" à Agroindústria e, o terceiro, pela luta dos posseiros, que na região, é a mais emblemática no conjunto dos movimentos estudados e, em última instância, entre os inúmeros movimentos sociais que se processam atualmente no contexto regional da Amazônia Rural.

Na região, são tantos e tão diversificados os conflitos sociais, que para proceder à seleção dos três movimentos que constituem nossa amostra de estudo, tivemos que partir de um mapeamento inicial, global desses conflitos ocorridos na Amazônia nos últimos anos (Ver Anexos: VIII.M.3, pág. 432 e III.Q.4, pág. 86), para posteriormente com base nos critérios de repercussão política alcançado pelo Movimento; sua continuidade histórica, envolvimento de diferentes a-

tores sociais e mediadores políticos; sua ascensão política e, finalmente, sua ocorrência em diferentes unidades federadas da Amazônia, proceder à seleção definitiva dos Movimentos a serem estudados.

Assim, através da amostra já mencionada, tentamos resgatar as práticas sociais de cada conjunto dos atores envolvidos, bem como suas diversas experiências de aglutinação, participação social, organização e de luta, nas suas mais diversas formas de manifestação nos diversos espaços de atuação, cujo processo histórico de desenvolvimento, corresponde, fundamentalmente, ao período pós-64.

Concebidos os "Movimentos Sociais" como processo, como espaço de participação social, de ação, de socialização política dos trabalhadores, das massas populares em geral, sua prática social, deixa transparecer, por um lado, a geração de formas de "resistência", "de rebeldia", de luta contra a opressão e a repressão, instrumento mediador da dominação da Ordem Social dominante, imposta como legítima. Isto indica, que este processo expressa o jogo de forças em confronto dos atores envolvidos nos movimentos sociais, sejam indígenas, posseiros e, pequenos produtores rurais integrados às agro-indústrias contra os atores do grande capital no campo e o conjunto de agentes aliados a estes na Sociedade Política e Civil, na concepção dada por Gramsci a estas categorias analíticas.

Desta forma, analisamos por um lado, como os atores sociais representantes dos trabalhadores rurais envolvidos nesses espaços, se formam na luta, se constituem em sujeitos políticos; constroem suas identidades, definem a forma de sua "integração" à Sociedade, enfim, desenvolvem suas organizações

e, ações coletivas. Por outro lado, como os agentes do bloco no poder, inclusive via aparelhos do Estado, atuam no sentido de orientar e definir o processo, a fim de que este mantenha as condições de reprodução, tanto da dominação de classe quanto da exclusão de classe.

Tomando por base este "fio condutor", realizamos o trabalho de pesquisa buscando subsídios que permitissem,

"qualificar o grau de controle deste processo pelo Estado e, ao mesmo tempo, o avanço ou não das lutas populares no campo, no sentido de organização e constituição de pólos de identidade e, deste modo avaliar o grau de significância ou não destes movimentos em seu processo de busca pela cidadania". (GRZYBOWSKY, 1986:13)

A pesquisa foi executada em dois níveis. Na primeira etapa do trabalho realizou-se uma pesquisa de dados secundários. Aqui procedeu-se a um levantamento bibliográfico através de uma pesquisa documental, cujas fontes foram os documentos e relatórios técnicos produzidos, por vários órgãos, entre outros pelo Instituto de Desenvolvimento Econômico Social - IDESP; Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM; Instituto Pastoral da Terra-IPAR; Sociedade dos Direitos Humanos-SDDH/PA; Movimento de Defesa dos Direitos Humanos-MDDH/DF; Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra-MTRST/SP; Delegacia Regional da FUNAI-DR-1; Anistia Internacional dos Direitos Humanos; Conselho Indigenista Missionário-CIMI; Fundação Watch; Comissões da Pastoral da Terra-CPT's e, vários Sindicatos Rurais da Amazônia, tanto de trabalhadores, como patronais.

Foram ainda recuperadas informações de interesse, con

tidas em revistas especializadas (ABRA, IBASE, QUESTÃO, ISTO É/SENHOR, AFINAL, VEJA, VISÃO, TEMPO E PRESENÇA, MANCHETE e, etc...), além de vários artigos concernentes a matéria, publicados por diversas organizações rurais; bem como reportagens sobre o assunto, veiculadas nos principais jornais da região, especialmente os de maior divulgação pública, entre os quais destacam-se: "O Liberal: O Jornal da Amazônia"; "A Folha do Norte" e, "A Província do Pará". Esta pesquisa documental foi a seguir, complementada, nos próprios locais, sede dos "Movimentos Sociais" da amostra de estudo.

Numa segunda etapa do trabalho, realizou-se a pesquisa de campo em Medicilândia e Altamira no Pará (Movimento do Pacal); Barra do Corda e Grajaú, no Estado do Maranhão (Movimento dos Guajajaras) e, na região do Bico do Papagaio, no Estado do Tocantins e, áreas de fronteira com o Pará, Maranhão, Mato Grosso e, Goiás (Luta dos Posseiros); trabalho que realizou-se durante todo o segundo semestre do ano de 1988, contando com o auxílio de sete estagiários, da Universidade Federal do Pará - UFPA e Faculdade de Ciências Agrárias do Pará - FCAP, sendo quatro alunos concluintes do Curso de Ciências Sociais; um do Curso de Geografia e, dois dos Cursos de Engenharia Florestal e Agronomia, alunos recrutados e selecionados como bolsistas de pesquisa, que se engajaram desde o trabalho de campo até as etapas de sistematização e tabulação dos dados.

Os instrumentos de pesquisa de campo (ver Vol. II. Anexo: XI, págs. 493 a 512), foram aplicados a uma amostra de 150 informantes, ⁽³⁾ utilizando-se a técnica do Formulário para o conjunto dos Trabalhadores Rurais, inquerindo-se 135 respondentes entre posseiros; sem-terra, índios, peões, "gatos", pe

quenos e médios proprietários/produtores e, grandes produtores rurais, observando-se na elaboração dos Formulários critérios de amostragem estratificada, mas de fato aplicados em forma aleatória.

A Técnica da entrevista foi aplicada a vinte Lideranças (estatais, políticas, eclesiais, sindicais e, comunitárias), especialmente, aos atores e mediadores políticos que atuam direta e/ou indiretamente nos Movimentos Sociais previamente selecionados. Também aplicou-se a Técnica de História de Vida à pessoas que exerciam liderança efetiva nas áreas estudadas.

Nunca é demais lembrar que uma pesquisa na Amazônia, é sempre uma tarefa árdua de se executar, seja na parte relacionada ao levantamento documental, difícil de se obter dada a incipiente literatura bibliográfica sobre a História Regional, seja na parte do trabalho de campo, dificultado extremamente pelas dimensões continentais da região e meios de comunicação insatisfatórios e onerosos.

Outra limitação, vinculou-se a dificuldade de obter informações dos atores sociais mais desvalidos em todo o processo, particularmente dos trabalhadores rurais itinerantes, genericamente reconhecidos como "peões", que se mostraram extremamente arredios ao contato e, frequentemente sonegavam informações sobre suas reais condições de vida e de trabalho, mesmo nas situações em que os próprios patrões e lideranças políticas da área, estimulavam os seus depoimentos. Por outro lado, havia sempre a ameaça velada, o risco iminente de uma agressão, até mesmo porque o assunto da pesquisa era potencialmente explosivo e pelo estado de permanente conflagração

que a região apresenta, onde existe sempre visível ou latente a possibilidade de conflito aberto.

Sobre este aspecto, cabe ressaltar para surpresa nossa, a grande ansiedade que os índios Guajajaras demonstravam em fornecer a maior quantidade possível de informações. Tal fato, no caso do movimento dos indígenas, nos reorientou para que redefiníssemos como uma das estratégias de coleta de dados, a possibilidade de realizarmos uma entrevista coletiva, o que foi feito com um grupo de 11 (onze) índios, que na ocasião reclamavam incessantemente contra uma série de arbitrariedades que, segundo eles, a FUNAI vem praticando contra os índios da região.

Se a referida limitação não se relacionou à sonegação de informações como no caso anterior, já que a própria denúncia naquele momento era encarada pelos Guajajaras como uma das estratégias de luta contra falta de assistência por parte do Estado em relação aos grupos indígenas, contudo as diferenças lingüísticas constituíram-se numa enorme barreira de comunicação entre pesquisador/pesquisado, solicitando de nossa parte que nos valêssemos do auxílio de dois Guajajaras com maior grau de aculturação, ambos funcionários da FUNAI, que na ocasião serviram de intérpretes durante as entrevistas. Dificuldade maior entretanto, ainda que não intransponível ocorreu na área do Bico do Papagaio quando do contato com os Posseiros, que se mostravam quase que impenetráveis de início. Abordar as comunidades dessa área conflagrada politicamente com inúmeras seqüelas deixadas pela Guerrilha do Araguaia foi muito difícil. O Cronograma do projeto que previa a nossa permanência no local durante 15 (quinze) dias teve que ser ampliado para mais do que o dobro dessa previsão. O

principal problema, entretanto, foi como abordar a população, já que a maior parte das comunidades visitadas, além de serem muito atuantes politicamente, agem muito solidariamente e, por isso estão muito atentos a toda e qualquer presença de estranhos. A cada contato que procurávamos fazer com os comunitários, recebíamos sempre a negativa de que não poderiam prestar nenhuma declaração, mas que em todo caso deveríamos procurar o Sindicato dos Trabalhadores Puraís ou então a Associação das Mulheres do local. As primeiras reuniões foram frustrantes, e de um modo geral terminavam muito cedo ou então as transferiam para outro dia. Quando lá aparecíamos, essas entidades estavam fechadas e, finalmente nos informavam que a reunião havia sido realizada no mesmo dia marcado, mas nas casas de seus Presidentes. Foi quando ficamos sabendo da "vesperal da fé", uma espécie de reza que se realiza pela parte da tarde, sempre na casa de cada um dos comunitários. Perguntando se poderíamos orar com eles, obtivemos prontamente a resposta positiva.

A partir de então, passamos a participar das orações vespertinas que ocorriam três vezes por semana. Lá, procurávamos nos comportar como eles: rezávamos, cantávamos, aplaudíamos e, fazíamos silêncio, procurando sempre seguir o comportamento de todos a cada momento da "vesperal". Depois da terceira semana em diante, nos pareceu que a partir de então, já nos olhávamos como "iguais". A reza serviu como o referencial de que todos ali reunidos eram cristãos e, nós aprendíamos a ser como eles. As orações entoadas eram em sua maioria cantigas populares de protesto ou então de louvor às ações do Pe. Josimo Tavares, que na época já havia sido assassinado pela causa dos posseiros. Tais cantigas refletiam as situações e os acontecimentos de vida e de luta das comu -

nidades. Finalmente descobrimos que a "religiosidade" era o "ethos", ou seja o elemento de ligação, a linguagem através da qual poderíamos nos comunicar mais facilmente. E assim, as desconfianças e os pedidos de identificação que as lideranças nos cobraram tanto no início, parece que foram se apagando uma a uma. A partir daí, então, passamos a ter condições objetivas de realizar as entrevistas e a aplicação dos formulários. Esta experiência foi muito importante para o trabalho, sobretudo porque a observação participante no caso realizada, nos propiciou informações relevantes que foram bastante enriquecedoras quando da análise crítica dos dados.

Face a estes obstáculos, este trabalho expressa um esforço de aproximação ao tratamento do tema estudado. Entretanto acredita-se que o estudo feito servirá como ponto de partida para aprofundamentos futuros.

Realizada a coleta de dados primários e secundários passou-se a etapa de processamento dos dados, sistematizando-se inicialmente os dados gerais extraídos da pesquisa documental e, posteriormente os dados empíricos, com os quais construiu-se as Tabelas e os Quadros que fazem parte do Volume II contidos nos "Anexos" deste estudo.

De singular importância foram as entrevistas e histórias de vida, que depois de transcritas serviram como valiosos instrumentos para complementar e aprofundar o assunto investigado.

Como recurso instrumental de apoio à pesquisa de campo foi utilizado na maioria das entrevistas o auxílio de um gravador, o que facilitou sensivelmente a transcrição das entrevistas em sua íntegra, além da utilização em certos ca-

sos, do sistema de fichamento de entrevistas por entrevista, bem como do "diário de campo", instrumento de fundamental importância, que contribuiu enormemente na fase de revisão dos formulários preenchidos, através das observações complementares feitas pelos coletadores na ocasião do trabalho de campo.

Finalmente, resta dizer que, este trabalho está contido em dois volumes. O primeiro volume contém o íntegro do trabalho analítico do objeto de estudo proposto. O segundo volume contém os anexos, isto é, Tabelas, quadros, mapas, fotografias e memórias dos movimentos sociais.

O primeiro volume apresenta uma introdução, seguida de três capítulos, encerrando com uma parte intitulada: Considerações Finais.

No capítulo I - intitulado "Amazônia e a Intervenção do Estado na Região: Seus Impactos no Meio Rural", procuramos situar o panorama geo-econômico e sócio-político da região amazônica, incidindo particularmente no processo de transformações que se deram pela aplicação da Política de Desenvolvimento Regional, sobretudo a partir do Golpe de Estado de 1964. Tenta-se explicitar o processo contraditório e explosivo que se gera, particularmente na área rural da região, estimulando o surgimento dos "Movimentos Sociais no Campo".

No Capítulo II - intitulado "Movimentos Sociais no Campo da Amazônia", procuramos inicialmente apresentar uma retrospectiva histórica dos "Movimentos Sociais na Amazônia", para em seguida apresentar os três estudos de caso, resultado de nosso trabalho de campo e da pesquisa documental realizadas. Neste capítulo apresentamos o quadro das lutas concre-

tas na Amazônia Rural, cujas informações relevantes foram retomadas no Capítulo III, para analiticamente recompô-las na idéia de apresentar uma visão mais geral dos Movimentos Sociais na área rural da região e o significado deles.

No Capítulo III - intitulado "Mobilização e Desmobilização: A Dupla Face da Violência e do Poder". Aqui se retoma a questão da violência e do poder dentro dos movimentos sociais no campo, tematizando o problema no seu modo de ação, isto é, da forma como de fato se exerce na Amazônia Rural, salientando o significado teórico e prático deste processo.

Finalizamos este trabalho com o tópico "Considerações Finais", já que neste trabalho não apresentamos Conclusões, mas apenas tentamos reter determinadas idéias que surgem do cenário dos movimentos sociais estudados, sob a forma de problemas e indagações, pois acreditamos que tal procedimento, contribuirá para um aprofundamento maior da questão, assim como para novas reflexões sobre o assunto.

I - AMAZÔNIA E A INTERVENÇÃO DO ESTADO NA REGIÃO: SEUS
IMPACTOS NO MEIO RURAL

1.1 - CARACTERIZAÇÃO REGIONAL DA AMAZÔNIA

A Amazônia representa um dos últimos redutos naturais do planeta. É a mais extensa área coberta por florestas tropicais do globo, abrangendo cerca de 6,5 milhões de km², e, ocupando partes dos territórios de vários países da América do Sul (ver Vol. II. Anexo: I.Q.1, pág. 242)

"São para se ter uma idéia das dimensões continentais dessa região, basta constatar que, apenas a Amazônia brasileira possui uma superfície de 5.029.232 km², cobrindo portanto, 59% do território nacional, cuja área se considerarmos para efeitos comparativos como uma região a parte do Brasil, representaria em extensão, o sexto maior 'país' do mundo só superável pela URSS, Canadá, China, EUA e, Austrália". (SUDAM-III? PDA/1975).

Situada geograficamente na parte mais setentrional do Brasil, a Amazônia Legal ⁽⁴⁾ é formada por 28 microrregiões brasileiras, composta pelos Estados do Acre, Amazonas, Mato Grosso, Pará e Rondônia, dos antigos territórios do Amapá e Roraima, ambos transformados e elevados à categoria de Estado, do recém-criado Estado de Tocantins, além do norte do Estado do Maranhão. (Ver Vol. II. Anexo: VIII.M.1, pág.430)

Limita-se ao:

"Norte com as Guianas, Suriname e Venezuela; a Leste com o Oceano Atlântico e, partes dos Estados do Maranhão e Goiás; ao Sul com o Estado de Mato Grosso do Sul e Bolívia; a Noroeste com a Colômbia e; a Sudoeste com o Peru". (SUDAM/III? PDA - 1975/1979).

Esta imensa região, no conjunto de seus elementos físicos, formado principalmente pela Floresta-Bacia Fluvial-Clima e, Relêvo abriga no seu interior um complexo ecossistema natural, em constante interação com milhares de espécies vivas vegetais, animais e, humanas que fazem parte há centenas de séculos de seu equilíbrio ecológico.

Hoje, o precário estado de equilíbrio em que se encontra o ecossistema regional, já denota o seu crescente e acelerado processo de ruptura, face a violenta agressão com que o homem, particularmente o alienígena, em nome do progresso e dos interesses do grande capital, interage com a natureza, no intuito apenas de explorar seus recursos e, reduzi-la a um simples meio de vida.

Em diversidade de formas e profusão de tipos, a vegetação da Amazônia é considerada a mais rica do mundo. A exuberância de sua floresta equatorial apresenta uma paisagem vegetal única na Terra.

"Sua área tem uma largura de mais de 300 km frente ao Oceano Atlântico, chegando a atingir uma extensão de quase 2.000 km ao encontrar-se com as faldas dos Andes, entrecortada por rios e imensos campos naturais". (SU DAM/II PDA-1975/79).

Essa enorme floresta, que cobre praticamente toda a área da Amazônia, deve sua contiuidade e densidade a um elevado índice de chuvas, grande umidade e altas temperaturas.

Parte deste imenso manancial florestal encontra-se periodicamente inundado,

"dando origem a clássica diferenciação em 'matas de igapô', perenemente alagadas; 'matas de várzeas', nas quais as inundações só existem em épo-

cas de cheias e; 'matas de terra firme', que normalmente não são atingidas pelas enchentes". (SU DAM/II PDA. 1975/79).

A floresta amazônica constitui a mais velha formação vegetal do planeta, praticamente sem modificar-se desde a era Terciária, cujas principais espécies são a Castanheira, que produz a castanha-do-pará, de grande teor nutritivo e valor econômico, além de fornecer madeira utilizada na construção civil; a Seringueira ('*Hevea brasiliensis*'), de cujo látex leitoso se fabrica a borracha natural; além do grande potencial madeireiro, avaliado em mais de 45 milhões de m³ de madeira em pé e, de considerável valor econômico, dentre as quais destacam-se por sua grande cotação comercial, o mogno, a macacaúba, o acapu, o cedro, a acaciquara, o angelim, a cupiúba, a sucupira e, o freijo, ao lado dos saborosos frutos regionais como o guaraná e o açaí e, da enorme variedade de plantas medicinais e aromáticas como a copaíba, a andiroba, o pau-d'arco, o pau-rosa, o sândalo, o pau-de-angola e, o patchulin.

Neste habitat florestal e, em estreita relação com ele, encontra-se uma significativa fauna amazônica, notável pela sua variedade e quantidade de animais silvestres. Com exceção dos caititus e dos macacos, os animais da Amazônia tendem a viver solitários e/ou em grupos da mesma família, ao invés de grandes manadas, consequência certamente da distribuição dispersa das plantas comestíveis. Destes, uma grande porcentagem são arborícolas, destacando-se entre outras espécies, a onça pintada, os gatos maracajás, as sucuris, a jibóia, a surucucu, a capivara, a paca, a cotia, a anta, o tatu, e uma grande variedade de aves plumárias e pássaros de rara beleza.

A localização geográfica da região formada pela bacia amazônica,

"a maior e a mais extensa bacia hidrográfica do mundo, cobre uma área de mais de 6.000.000 km², o que corresponde a 2/3 da superfície dos EUA e o dobro da superfície da Argentina. Ela representa 1/5 do total de água doce da Terra. Entrecortada por vários rios, além de intocáveis furos, lagos e igarapês, é o rio Amazonas com seus mais de mil afluentes, que neste conjunto, constitui o mais caudaloso e o maior rio em profundidade e volume d'água do mundo. Possuindo uma descarga média no Oceano Atlântico de mais de 220 milhões de metros cúbicos por segundo, o volume d'água que o rio Amazonas despeja diariamente no mar daria para abastecer a cidade de São Paulo de água doce durante 28 anos". (SU DAM-II PDA/1975/1979).

Reservatório natural da mais rica e abundante fauna aquática, sem paralelo em qualquer outra região do globo, suas espécies já identificadas atingem mais de 5.000 exemplares, das quais apenas as espécies de peixes conhecidos, supera em quantidade incalculável, as existentes nos rios Congo e Mississipi juntos.

Essa enorme e variada fauna ectiológica entre peixes, crustáceos e répteis, embora em seus estoques ainda não dimensionados com precisão; reconhece-se hoje, que fornece alimentos para inúmeras comunidades regionais ribeirinhas, que vivem, quase que exclusivamente, das atividades pesqueiras, além de outras populações brasileiras ou não, que apreciam os produtos e os adquirem nos principais mercados consumidores nacionais e internacionais.

"Dentre as principais espécies conhecidas e, mais procuradas pelo seu valor nutritivo e econômi-

co, destacam-se entre outras, o pirarucu, o tucunarê, o tambaqui, o curimatã, a piranha, o peixe-boi, o bôto, a piramutaba, o mapará, o camarão, o siri, a ostra, o mixilhão, o jacarê, o tracajã e, a tartaruga". (SU DAM, 1ª PDA:1970).

Além dos recursos alimentícios e industriais propiciados pela enorme rede de rios e lagos piscosos, significativos na região, a evidência de que a bacia amazônica possui a maior potamografia do mundo, favorece que seus recursos hídricos sejam aproveitados como fonte geradora de energia elétrica. Esses recursos entretanto, têm sido explorados irracionalmente através da construção de colossais hidrelétricas como nos casos de Curuá-Una e Balbina, cujas barragens em terras sedimentares, têm provocado catastróficas inundações em áreas propícias ao cultivo agrícola e, em várias áreas de reservas florestais, assassinando de maneira brutal, inúmeras espécies de vegetais e deixando submersas comunidades inteiras, sobretudo às indígenas, que são as mais diretamente atingidas.

O rio Amazonas e as inúmeras conexões possibilitadas por seus afluentes foi sem dúvida e, ainda representa, embora em menor proporção do que no passado, importante via de comunicação e, de escoamento dos principais produtos regionais. Embora geograficamente, a região seja recortada por rios, parcialmente encachoeirados e, de difícil navegabilidade em certas épocas do ano, o rio Amazonas, de proporções oceânicas, francamente navegável em quase toda sua extensão, ainda representa, especialmente às comunidades ribeirinhas locais, o mais acessível caminho e via de penetração utilizado por essas populações às principais cidades portuárias da região.

"A existência na região da maior bacia fluvial do mundo, aliada a sua própria localização geográfica no globo terrestre cortada pela linha do Equador e, a exuberância de sua floresta, determinam sua natureza climática, de tipo predominantemente quente-úmido, que, além da alta pluviosidade, apresenta características marcantes por dois períodos distintos. Um, extremamente úmido, com precipitação aproximada de até 2.361 mm e temperatura média oscilando entre 23° a 30° C; e outro, relativamente "úmido", ainda mais quente, com um índice de chuvas menor que o anterior registrando uma temperatura média variando entre 26° e 37° C". (MELO, 1983:11).

Ressalte-se que, só num ecossistema com essas características climáticas, cujas precipitações pluviométricas são superiores a 1.800 e 2.000 mm e, onde a temperatura apresenta-se relativamente constante e sem variações expressivas nas diferentes épocas do ano, é possível o desenvolvimento de uma floresta pluvial tropical, como a da Amazônia, onde a inexistência de período prolongadamente frios ou secos, favorece a não interrupção do desenvolvimento da flora e da fauna regional.

No que se refere ao relevo, predominam na região as planícies e os baixos planaltos.

"Apesar das características dos mais variados tipos de solos existentes na região, que são em sua grande parte pobres e de baixa fertilidade, há determinadas faixas de terra roxa, com grande incidência de fosfato e matéria orgânica natural, além dos terrenos de várzes, ricos em "humus", área francamente propícias ao plantio e culturas agrícolas em geral". (SU TAM/II? PDA - 1975/1979).

No que tange aos recursos minerais do solo e sub-

solo, recentes estudos revelam que as potencialidades da região nesse campo são promissoras.

"Além das jazidas de cassiterita, ouro e diamante existentes em quantidade considerável, há ainda a destacar-se o salgema, o alumínio, o caulim, o cobre, e o urânio". (SU DAM. IIº PDA - 1975/1979).

De um modo geral, as ocorrências de ouro e diamante estão concentradas em aluviões e cascalhos geneticamente relacionados com litologias, facilmente reconhecidas, sobretudo no rio Tapajós, Rondônia e Roraima, regiões para as quais se deslocam uma grande quantidade de pessoas físicas, além de inúmeras empresas de mineração dando origem a enormes áreas de garimpagem.

Merecem também destaque, as reservas de manganês, de gipsita, calcário, níquel, titânio, chumbo, níobio, céσιο e, outros minerais radioativos.

Se por um lado, se pode falar de uma Amazônia-natureza, como um conjunto de elementos físicos (Floresta, rios, fauna, relêvo, etc...) que compõem o seu ecossistema natural, no qual o homem é parte integrante, muito embora não perceba isto. Se pode falar também, como antítese dessa natureza regional, de uma Amazônia em processo de destruição, anti-natural, isto é, de uma Amazônia "Artificial"; de uma realidade nova, inteiramente contraditória; produzida historicamente pelo progressivo avanço do capitalismo devastador, e que, engendra em seu seio, um forte processo de violência contra a natureza regional.

Este processo de agressão e depredação ambiental é resultante de uma frontal e alienada relação que o homem vem mantendo com a natureza desde épocas passadas e, sobretudo

mais recentemente, como consequência de uma política governamental de ocupação regional, que o Estado brasileiro encetou a partir do golpe militar de 64, como forma de expandir o grande capital, embora ocultasse isso sob a capa de uma vestimenta ideológica de ordem estratégica e de segurança nacional.

A ocupação da Amazônia e a exploração de seus recursos naturais sempre foi, desde a época da colonização do País, realizada com vistas aos interesses externos.

"Este processo de cobiça e tomada de assalto dos colonizadores sobre a região teve início no século XVI, sendo que até o século XIX, os interesses da metrópole portuguesa decorriam basicamente pela abundância das chamadas "drogas do Sertão" (ânil, baunilha, cacau, cravo, canela, salsaparrilha, urucum, madeiras, raízes aromáticas e, etc...), produtos de fácil comercialização no mercado europeu, além da mão-de-obra oferecida pelos indígenas e, as facilidades de transportes favorecida pela vastíssima rede hidrográfica, que não apenas, servia como escoadouro natural dos produtos regionais, mas também possibilitava o acesso e a fixação do homem na região". (REIS, 1978:9).

Apesar das facilidades que estimularam e impulsionaram o povoamento da Amazônia nos seus primórdios, a própria existência de uma floresta densa, como a da Amazônia, aliada a grande extensão territorial e ao seu contingente populacional reduzido, propiciou a formação de aglomerados humanos dispersos entre si geograficamente, voltados basicamente às atividades extrativistas, o que condicionou para que a região apresentasse uma economia incipiente, pouco diversificada, decalcada no extrativismo predatório e tradicional, não ofere-

cendo portanto, condições capazes de transformá-la em pólo de desenvolvimento econômico e atração populacional, razão pela qual permanecia ainda, subpovoada e com grandes faixas territoriais desconhecidas.

"Aos fins do século XIX até as primeiras décadas do século que se aproximava, face a sua condição na época, de maior produtora de látex natural de mundo, a Amazônia entrava em sua fase de maior prosperidade econômica já registrada em sua história". (REIS, 1978: 9).

Este fato propiciou que grandes "levas" de migrantes, estrangeiros e brasileiros, sobretudo os de origem nordestina, se deslocassem à região para trabalharem na extração da borracha e, nas inúmeras obras de construção civil, algumas das quais suntuosas, como o Teatro Amazonas em Manaus, o Teatro da Paz e a Basílica de Nazaré em Belém, além da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré em Rondônia, hoje desativada e transformada em simples peça de museu.

Se por um lado, a suntuosidade dessas obras faraônicas são as marcas consideradas "positivas" que a história oficial exhibe com grande orgulho e saudosismo de um curto período de riqueza, ostentação e, esbanjamento econômico, pelo qual na época passou a região. Por outro lado, o elevado número de óbitos registrados na ocasião, causados não só pela contração de doenças desconhecidas até então, mas principalmente pelas precárias e subhumanas condições de vida e de trabalho da mão-de-obra migrante, aliada a descaracterização cultural, a escravização e, o trucidamento de indígenas (dos quais diversos grupos estão hoje praticamente dizimados), são o saldo negativo deste mesmo período.

Este resultado desalentador, embora não registrados nas estatísticas oficiais, já que a história insiste em apagar, muito menos por remorsos da verdadeira carnificina que ajudou a ocultar e, muito mais porque é parte integrante da ideologia burguesa, que procura inculcar a eternização do capitalismo, desnuda que nesta ordem social é impossível progredir sem destruir, mas que todavia, é necessário omitir.

Mais tarde, e, sobretudo

"a partir da segunda década do século XX, com a queda do preço da borracha no mercado internacional, ensejado pelo plantio racional do Oriente, em confronto com a produção dos seringais nativos da região, a Amazônia deixa de deter o monopólio do produto, e mergulha na fase mais negra de sua história". (SUDAM, Iª PDA-1970).

Com o sensível declínio da produção da borracha como principal atividade econômica regional, foram desmobilizadas inúmeras frentes de trabalho, o que conseqüentemente transformou centenas de trabalhadores a simples batalhão de famintos, agravando ainda mais o quadro crítico da economia regional, tornando-a sensivelmente deficitária, com amplas implicações no nível de vida das populações locais.

A partir daí, o processo migratório diminui sensivelmente e, muito embora a região já possua uma base populacional suficiente para fornecer um crescimento vegetativo compatível com a fragilidade de seu ecossistema natural, o governo federal entende contudo, que a sua densidade não é ainda bastante para equilibrar a sua vasta extensão territorial,

"razão pela qual resolve novamente na década de quarenta, incrementar a vinda dos nordestinos para o adensamento populacional da área. Ainda assim, os censos de 50/60 revelam que a partici-

pação do migrante vai diminuindo, chegando a representar em 1960 apenas 6,2% do total dos habitantes da região". (SU DAM/DRH, 1978:23)

Foi entretanto, com a implantação do governo militar em 1964 que fez aprovar em 1967, o novo reordenamento jurídico e político do Brasil, que a Amazônia por razões "estratégicas de segurança nacional", passou a receber enormes contingentes de migrantes, oriundos principalmente, do Nordeste e do Centro-Sul do País, em cujas áreas já fortemente povoadas, faziam explodir com tendência a aumentar, inúmeros levantes e conflitos sociais pela posse da terra.

Com a reorientação da política migratória em direção à região, cumpria-se os dispositivos legais que determinavam a ocupação do espaço regional, ao mesmo tempo em que se promovia a abertura da Amazônia como uma nova fronteira agrícola e econômica, desviando-se a rota dos conflitos sociais em ascenso naquelas regiões do país, além de consolidar em caráter definitivo e irreversível a integração da região, como fornecedora de matéria-prima ao sistema capitalista mundial.

Será todavia, a partir de 1970 que as conseqüências de tais medidas começam a aparecer.

A tendência histórica por exemplo, dos povoados, comunidades e vilas, que pelos condicionamentos geográficos da Amazônia, se estabeleceram às margens dos rios,

"vem nas últimas décadas, sofrendo um violento processo de transformação, face a abertura de eixos rodoviários que, possibilitando a ligação intra e inter-regional, começam a canalizar o povoamento às áreas centrais". (SU DAM/DRH, 1978:23)

Uma das primeiras rodovias a possibilitar esta mudança, foi a estrada Belém-Brasília que além do aumento populacional, também redirecionou os fluxos migratórios intensificando a entrada na Amazônia, não somente de nordestinos, mas também por migrantes do Centro-Sul do país.

"Ao mudar o antigo eixo de penetração dos rios para a estrada, modificou-se o tipo de ocupação; introduziu-se novas culturas, como no caso da bovinocultura, atividade tradicional dos pecuaristas do Sul, que pelas facilidades encontradas na obtenção de imensas faixas de terras na Amazônia, iniciaram o processo de ocupação econômica da região através de grandes projetos agropecuários". (PINTO, 1986:5).

Face as profundas repercussões demográficas e sócio-econômicas decorrentes da Belém-Brasília, como primeira das estradas de "integração nacional" que rasgou a selva amazônica, resultou um enorme impacto ambiental, já que os processos especulativos da terra propiciados, motivou o desmatamento e a queimada de grandes extensões de floresta densa por parte do migrante-colonizador.

Utilizando a construção de rodovias, como instrumento de política governamental, o Estado pós-64, além de reforçar as estradas já existentes com a construção de inúmeros ramais rodoviários, se caracterizou especialmente, pela implantação de rodovias de penetração na floresta, cujas mais representativas constituem a Transamazônica, a Cuiabá-Santarém e, a Perimetral Norte.

"As estradas modificaram completamente o ambiente amazônico, basicamente a partir da transformação do valor da terra, que passa a partir daí, a significar uma fonte de lucro. Se no extrati-

vismo, o que valia eram os produtos fornecidos pela floresta, agora a situação se altera rapidamente, à medida em que a Amazônia passa a se integrar cada vez mais ao mercado do mundo moderno". (PINTO, 1985:5)

Como o Estado brasileiro vendia grandes áreas na região, pelo valor da terra nua, a cobertura vegetal não tinha valor e, isto fomentava a sua devastação. Além da descapitalização florestal face ao contrabando de poucos vegetais comercializáveis, a maior parte da floresta foi derrubada para a formação de grandes áreas de pastos incentivados pelo Governo.

"Ao rasgarem a selva amazônica, embora as estradas tenham reduzido as distâncias espaciais entre núcleos e povoados facilitando a comunicação regional, contribuíram ao mesmo tempo, para que um enorme saque ecológico fosse deflagrado na Amazônia". (Op. Cit...)

No rastro da ocupação predatória e desordenada da região verifica-se a agudização de problemas, tais como a progressiva e inexorável dizimação dos índios, ao mesmo tempo que ocorre um aumento vertiginoso da população a partir do estímulo às correntes migratórias provenientes de variados pontos do país. As radicais modificações produzidas na paisagem humana regional, não só em termos de sua brutal expansão, como no que diz respeito a extrema variação de sua composição sócio-econômica, agravou em muitos casos situações crônicas de déficit dos equipamentos urbanos, disponíveis nos pequenos lugarejos, vilas ou em cidades de variado porte.

Por outro lado, é inevitável que a agressão ao meio ambiente provoque não só a destruição da vegetação em termos

amplos, mais conduza ao esgotamento das potencialidades econômicas da floresta através da extração e contrabando de seus espécimes nobres. Aliado a isso, a enorme contaminação ambiental provocada pelo uso desregrado de agentes químicos de variada composição, nos permite acrescentar ao catastrófico quadro, suas seqüelas mais divulgadas, tais como o agravamento da situação endêmica conhecida, acrescida agora de novas doenças, que a ruptura do equilíbrio ecológico possibilitou aparecer, tornando previsível o agravamento do desastre ambiental em suas conseqüências, sobretudo as relativas à própria existência dos seres em geral.

O crescimento populacional da região tem sido nas últimas décadas, maior que a média brasileira.

"A sua população duplicou nos últimos 20 anos, enquanto a do país aumentou em 82,4%, sem contudo se distribuir de modo uniforme". (SU DAM/DRH-1978:22).

Enquanto as populações interioranas e rurais são cada vez mais substituídas pelas "patas" do boi e, conseqüentemente empurradas em direção às periferias das grandes cidades; as principais áreas urbanas regionais, representadas pelas capitais dos Estados mais significativos, apresentam na atualidade, enormes concentrações populacionais de caráter explosivo tanto no que concerne à problemática do insuficiente espaço para morar, como pelos altos índices de desemprego e subemprego, com amplas implicações à proliferação dos "bolsoes" de pobreza e, elevadas taxas de criminalidade urbana, além da falta de infra-estrutura de toda ordem, notadamente nas áreas de educação, saúde, saneamento básico, habitação e, transporté de massa.

Concomitantemente à ocupação demográfica desordenada que se verifica na região,

"ocorre também como parte do mesmo processo, uma ocupação econômica, cuja prioridade foi atribuída à uma política de implantação de grandes empresas, nacionais e estrangeiras, interessadas apenas na exploração e aproveitamento da Amazônia, exclusivamente como fonte de lucro imediato, já que essa região, é a maior e, uma das últimas reservas de recursos naturais do planeta". (FILHA, 1980:44).

Assim, como resultado dessa política anti-social e ao mesmo tempo anti-ecológica, a paisagem regional, de recursos naturais inestimáveis e, que levou milhões de anos para ser construída, vem sendo, principalmente nas últimas décadas, totalmente violentada.

"Para se ter uma idéia da depredação ambiental em sua magnitude, que vem ocorrendo de uma forma crescente e acelerada na região, basta constatar que enquanto em 1978, ou seja, dez anos atrás, os desmatamentos em conjunto com as queimadas somavam cerca de 8 milhões de hectares; em apenas dois anos depois, ou seja em 1980, esta cifra já tinha alcançado cerca de 12 milhões de hectares de área devastada". (AJB, 1988:21).

Em 1987, segundo dados do Instituto de Pesquisas Espaciais, já foram devastados na Amazônia:

"20 milhões de ha, sendo 60% referente às áreas de manejo de pasto e, 8 milhões de ha, ou seja 40% de floresta virgem. São neste ano o satélite NOAA9 do Instituto já registrou mais 3 milhões de ha em chamas, e, como as áreas destruídas vem crescendo a uma média de 30% a.a., estima-se que a devastação seja bem maior". (VEJA, 1988:77).

Desse total, apenas 15% dessa vegetação foram exploradas por empresas madeireiras, interessadas sobretudo na extração seletiva de madeiras nobres, como o mogno e a virola, o restante foi consumido por simples queimadas, para implementação de projetos agropecuários e pequenos roçados. Como se constata, o desperdício é grande e, os prejuízos econômicos ainda maiores. Para se ter uma idéia, apenas a madeira perdida anualmente na Amazônia, que atualmente está avaliada em 60 bilhões de dólares, daria para pagar quase a metade da dívida externa brasileira.

Os desmatamentos e as queimadas na Amazônia, além das perdas econômicas incalculáveis que provocam, são causadores de efeitos ecológicos catastróficos, extremamente danosos às espécies vegetais e animais do planeta, como também e, principalmente a própria continuidade da vida do homem na terra.

Somente no ano de 1987 foram registrados pelo sistema de RADAR do INPE cerca de 170.000 focos de incêndios nas florestas da Amazônia, que jogaram na atmosfera 500 milhões de toneladas de gases poluentes. Isso equivale a 10% de toda poluição anual causada pela queima de combustíveis fósseis em todo mundo.

"Neste ano, onde em apenas um dia chegou-se a registrar mais de 6.000 pontos de incêndios provocados por queimadas criminosas, pode-se imaginar o peso dos gases em direção à atmosfera, com graves consequências à redução da camada de ozônio, o que poderá provocar às populações uma grande vulnerabilidade para contração de doenças cancerígenas de pele". (INPE, 1988:11).

Segundo estudos no INPE, as queimadas na Amazônia foram responsáveis:

"por 1/5 do gás carbônico lançado na atmosfera, o que poderá contribuir para acelerar o processo do efeito estufa sobre a Terra, provocando o superaquecimento do planeta terrestre, capaz de alterar os padrões climáticos da região e, do mundo, além de em última instância, causar o degelo das calotas polares, o que aumentaria o nível dos oceanos drasticamente, provocando inundações incontroláveis". (MOLLION, 1978:47).

A poluição provocada pelas queimadas é outro sério dano ao meio ambiente. Ela pode "viajar" milhares de quilômetros de distância, afetando áreas diversas. Formam-se imensas nuvens escuras sobre a região, mas não chove e nem venta. As cidades ficam acinzentadas e abafadas, o calor se torna insuportável e, o número de casos de doenças respiratórias aumentam, talvez uma das razões pelas quais, a região seja a maior portadora de casos de tuberculose do país.

Além disso, o tráfego aéreo é também prejudicado: os aeroportos regionais ficam sem operar e, o que é pior, aumentam os riscos de acidentes pela drástica redução de visibilidade.

O cinzeiro amazônico, como mais se parece a região todos os anos, especialmente no período de julho a outubro, destrói a fertilidade natural do solo, endurece a terra e a expõe a enormes erosões. Empobrecendo a velha camada humus, a recuperação do solo torna-se lenta e difícil, fazendo com que as primeiras plantas a crescerem sejam totalmente diferentes das originais, a exemplo do que já vem ocorrendo em certas partes da floresta explorada.

"Nestas áreas cerca de mais de 10% das árvores maiores foram cortadas; 52% das árvores remanescentes foram mortas ou danificadas; 24% perderam suas copas; 22% foram arrancadas por trator e; 6% sofreram danos na casca de seus caules". (SOUZA, 1987:5).

Vale ressaltar ainda que, grande parte dessa vegetação violentada foi assassinada através do uso de agrotóxicos, especialmente pela ação do agente laranja (pó da China) comumente utilizado para o desmatamento de enormes áreas, nas quais são implantados grandes projetos agropecuários e complexos hidrelétricos, que exigem um processamento rápido a custos mais baratos.

O uso indiscriminado, entretanto de agrotóxicos desfolhantes, como vem sendo praticado na Amazônia, tem efeitos maléficos não só à saúde dos que diretamente aplicam a substância, em geral "peões" despreparados para a operação, como também à comunidade em geral, exposta a contração de doenças várias, pela utilização do solo e da água contaminadas, além da inalação de gases venenosos expelidos por esses produtos químicos.

"Um dos casos mais célebres dessa tragédia na Amazônia, aconteceu em 1983, quando a ELETRONORTE contratou os serviços da CAPEMI Agropecuária Ltda. para desmatar uma área de mais de 25.000 hectares onde ocorreria a formação do lago da hidrelétrica de Tucuruí". (MAB, 1989:15).

Retirada a população da área, que na época correspondia a 5.000 famílias, a companhia responsável pela operação utilizou grande quantidade do produto químico desfolhante, conhecido como agente laranja, sem ao menos dominar as técnicas de aplicação e muito menos conhecer os seus efeitos,

pois utilizaram a mão-de-obra de alguns "peões" na operação. Foram derrubadas milhares de árvores, entre as quais, uma grande quantidade de madeiras nobres. A CAPEMI - (Caixa de Pecúlio Militar) não tinha experiência neste tipo de atividade, e por isso não teve condições de retirar a madeira no tempo hábil. Resultado, a barragem da hidrelétrica foi concluída e, o lago inundando toda área, fez submergir milhões de metros cúbicos de madeiras que apodreceram nas águas, gerando enormes prejuízos econômicos e sociais ao país.

"Cinco anos já se passaram e quem visita o local, tem a impressão de ter ali ocorrido uma verdadeira 'hecatombe nuclear'. Mais de 1.500 famílias nas adjacências, já abandonaram seus lotes; centenas de pessoas entre adultos e crianças apresentam lesões graves por todo corpo, além de terem contraído hepatites, diarreias e, complicações estomacais". (SOUZA, 1981:5).

As plantações foram destruídas por pragas de insetos, que se reproduzem diariamente no lago infectado pela decomposição da matéria apodrecida. Os animais, desde o gado, até as criações caseiras têm sofrido ataques de pragas de insetos que infestam a área. Tanto os carapanãs, insetos transmissores da filariose, como o anofelino que transmite a malária e a febre amarela abundam no local.

A comunidade em conjunto com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tucuruí, entraram em juízo contra a ELETRO NORTE, que em 1986 resolveu indenizar os prejuízos com uma verba a ser utilizada na aquisição de terrenos, construção de poços, infra-estrutura básica, escolas, pistas de pouso e, pagamento de aluguéis de pastagens, além de atendimento médico aos colonos doentes.

Como a população local garante que a ELETRONORTE não cumpriu a metade do estabelecido, iniciaram este ano, a ocupação do Posto do Departamento de Patrimônio Imobiliário da Empresa em Tucuruí, exigindo a realização imediata das obras estipuladas no contrato.

Uma das comunidades mais diretamente atingida com o desastre ecológico provocado pela hidrelétrica de Tucuruí, foi a tribo dos Gaviões, (ver Vol. II. Anexo IV.Q.3, pág. 392) grupo indígena que para abandonar o local foi submetido a uma série de violências, desde ameaça de assassinato com bombas para desalojá-los, até a derrubada de seus barracos por contingentes policiais do Estado. Grande parte da tribo foi acometida de pneumonia e tuberculose, já que a inundação em conjunto com a madeira apodrecida no lago, acarretou a mortalidade de peixes e a dizimação de suas culturas agrícolas, lhe escasseando o alimento, além de poluir toda água existente na região.

Em conjunto com as toneladas de espécies vegetais, algumas das quais venenosas como o sapuzeiro, e que agora enegrecem a água do rio com um lodo grosso e espumante, ficaram submersos no lago de Tucuruí, vilas inteiras, com seus cemitérios e fossas,

"o que tem provocado um aumento de 50% das ocorrências de diarreia, hepatite e tuberculose na população indígena". (SU DAM/ DRH, 1988:13).

Na época, o cacique dos Gaviões que, em conjunto com sua família foram internados num hospital com pneumonia, se viu obrigado a assinar o termo de desapropriação de suas terras, recebendo apenas, a "bagatela" de Cz\$ 77 mil cruzeiros que foi utilizada em grande parte para o pagamento do tratamento médico e despesas hospitalares, já que a ELETRO-NORTE se recusou a pagá-las.

Outro caso histórico de desastre ecológico na Amazônia foi provocado pela construção da hidrelétrica de Balbina, na região do rio Uatumã, no Estado do Amazonas. Na época,

"em 1983 habitavam na área cerca de 3.000 índios da tribo Waimiri-Atroari, espalhados em suas aldeias. Hoje, são registrados apenas duas, num total de 400 índios, (Ver Vol. II. Anexo: IV.Q.3, pág.) as demais foram simplesmente dizimadas pelos efeitos do impacto ambiental causado na área". (FUNAI, 1988:15)

No início das obras, além da destruição da flora e da fauna regional, provocada pelos enormes desmatamentos nas áreas da barragem do rio Abonari,

"ocorreu uma grande proliferação de epidemias de malária, sarampo e caxumba, sendo esta última responsável pela esterilização natural de um grande número de indígenas, causando uma catástrofe sem dimensões, à natureza e, à vida social das comunidades ribeirinhas da área". (op. cit.)

Apesar de todo o desastre ecológico e problemas sociais gerados, o Governo brasileiro não tomou nenhuma lição com as experiências e,

"já planeja a construção do Complexo Hidrelétrico do Xingu, composto pelas hidrelétricas de Babaquara e Kararaô, que aproveitarão o potencial energético do rio Xingu". (MPEG, 1988:11).

Estudos recentes realizados pelo próprio Governo, através do Museu Paraense Emílio Goeldi-MPEG revelam que a barragem do rio provocará mudanças ecológicas e sociais profundas em todo o ecossistema.

Novas formas de relações de trabalho surgirão, além da possibilidade de perda do patrimônio cultural e étnico da área, agravado pelo sensível incremento populacional que pressionará a demanda por serviços de infra-estrutura social.

Prejuízos econômicos incalculáveis ocorrerão com a enorme perda de solos agriculturáveis e benfeitorias nos locais dos colonos da área; a expropriação de terras valorizadas de pequenos proprietários descapitalizados, por grupos empresariais e grandes fazendeiros.

"Previsíveis são também, a extinção de inúmeras espécies vivas vegetais e, animais e, conseqüentemente o desaparecimento de fontes produtivas tradicionais como a pesca e a caça, face ao desmatamento e alagamento das áreas, assim como o fim do acesso aos castanhais e seringais nativos presentes no local". (MPEG, 1988:11).

As alterações atingindo a economia, com o declínio das atividades agrícolas e pecuárias de subsistência, por causa da ampliação da atividade comercial, contribuirá para a intensificação das desigualdades sociais, face ao aproveitamento diferenciado das novas oportunidades abertas pela modernização.

Com a expulsão dos colonos pobres e sem títulos de terra, ocorrerá o aumento dos conflitos fundiários na área, antes mesmo da construção da barragem, além da inibição e/ou extinção de determinadas relações sociais de trabalho (mutirões) pela intensificação de relações monetarizadas e da propriedade privada através dos loteamentos e alienação da terra.

"Poderá ocorrer ainda o surgimento e a difusão do "stress", problema psicológico inexistente ainda naquela região, além da ampliação de doenças

jã freqüentes na área, como a malária e a leishmaniose, bem como o aparecimento e propagação de outras doenças, geradas pelas variações ambientais e pela modificação na composição da população". (MPEG, 1988:11).

Com a inundação das áreas de várzea, dar-se-á a quebra da cadeia alimentar da fauna e da flora, com amplas implicações biológicas e sociais às populações locais, sobretudo aos grupos indígenas habitantes das margens do rio Xingu, que serão diretamente atingidos pelos efeitos ambientais catastróficos resultante do grande desastre ecológico que provavelmente ocorrerá na área.

Ainda que o Governo brasileiro, interessado apenas em resguardar sua imagem junto ao grande público, tenha exigido por parte do órgão pesquisador sigilo absoluto nas informações, as notícias "vazaram" pela denúncia recentemente feita pelos índios Kaiapô junto ao Banco Mundial em Washington, entidade que deveria emprestar os recursos para a execução das obras.

Tanto os índios, como o pesquisador norte-americano que estagia no Museu Goeldi, utilizado como intérprete na época da denúncia, foram processados pelo Governo brasileiro, que os enquadrou com base no Estatuto do Estrangeiro, por terem se intrometido em assuntos internos brasileiros e denegrido a imagem do país no exterior.

O processo aberto pelo Governo brasileiro, além de demonstrar a incompetência da Justiça do país, por considerar o índio brasileiro como um estrangeiro e, querer proibir a livre manifestação de um estrangeiro em seu próprio país, deixa implícito que já tomou definitivamente sua decisão de executar o projeto da hidrelétrica de Altamira e, ninguém poderá

detê-lo, a não ser um levante social considerável, que envolva não apenas os índios ameaçados, mas a sociedade brasileira em geral.

Como os pecuaristas e, em geral, a maioria dos detentores de grandes faixas de terras na Amazônia, dentre os quais, se inserem as empresas estatais, são responsáveis por 80% dos desmatamentos e queimadas na região, recebendo inclusive, incentivos governamentais, sem os quais, suas operações seriam anti-econômicas, não é difícil de concluir que, a devastação da Amazônia, é produto da especulação imobiliária; do contrabando de madeiras nobres; do mascaramento do conceito de "terra produtiva", sobretudo depois que a Nova Constituição deliberou que essas áreas, não seriam objeto de reforma agrária; enfim, da viabilização pelo Estado do grande capital no campo.

"Os grandes grupos econômicos retiram madeiras de lei de suas áreas e de terrenos alheios, contrabandeiã para fora do país e, depois ateiã fogo nas matas, não sã para despistar os saques, como ao mesmo tempo, dar a falsa impressão de simples incêndio nas terras alheias; enquanto nas suas, imprime a conotação de limpeza e preparo do terreno". (VEJA, 1988:77).

Além dos aspectos de roubo, da contravenção e, mascaramento ilegal, alia-se ainda, como principais causas dos desmatamentos e queimadas na Amazônia, a implantação por parte da iniciativa governamental, de pólos sidero-metalúrgicos na região, a exemplo do Pólo Carajás, em Marabá no Estado do Pará, que já aprovou a instalação de 12 usinas de ferro-gusa, 4 de ferro-liga e, 1 de manganês metálico, atraindo com isso, grande parte da população rural que preferiu trocar suas roças por carvoarias, além de inúmeros proprietários de serra-

rias e, centenas de colonos que diariamente se deslocam para área, a fim de se dedicarem à nova atividade lucrativa.

"As guseiras irão consumir 3,6 milhões de metros cúbicos de carvão vegetal e, a maior parte desse volume será obtido pela queima de madeira ao redor da cidade, através dos mil fornos, conhecidos como 'rabos-quentes', construídos em Marabá, estimulados por várias empresas siderúrgicas nacionais e multinacionais, já instaladas na área e, que deverão propiciar um desmatamento na ordem de 60.000 hectares a.a. para o seu regular funcionamento". (PINTO, 1989:7).

Segundo estudos encomendados pela Companhia Vale do Rio Doce, a principal acionista do Programa Grande Carajás, os efeitos negativos a serem produzidos pelas siderúrgicas, irão poluir o ar, contaminar o solo e a água, gerar rejeitos agressivos à natureza, além de provocar em dez anos apenas, um grande colapso no abastecimento da madeira, transformando o Estado do Pará, em um verdadeiro deserto.

Outra prática danosa ao meio ambiente da região é, o desmatamento criminoso de várias partes da Amazônia,

"especificamente nos Estados do Amazonas e Rondônia com único propósito do plantio de pés de maca e epadu". (MUZZI, 1985:27).

Várias fazendas com projetos agropecuários financiados pela SUDAM na região, foram autuados em flagrante com grandes plantações das citadas ervas. Ao invés de direcionarem os incentivos públicos às atividades de produções alimentícias, desviam-os às culturas clandestinas e criminosas, o que indica a falta de controle e fiscalização por parte do governo, que demonstra assim, o pouco caso que atribui ao emprego e aplicação dos recursos públicos.

"Em 1985, foram incinerados pela Polícia Federal cerca de 700 mil pés de epadu, planta básica usada no preparo da cocaína em fazendas localizadas em Tabatinga e São Paulo de Olivença às margens do rio Solimões. Neste ano, foram destruídos mais de 13 mil pés de maconha, além de cinco leirões com mais de 500 mudas da erva. Nestas áreas, que fazem parte da rota do tráfico internacional de tóxicos e entorpecentes, foram descobertas e estouradas pela Polícia, várias refinarias de beneficiamento de drogas". (MUZZI, 1985: 27).

Assim, quando se constata pelas imagens do satélite milhares de focos de incêndios na Amazônia, vários destes são incinerações de grandes plantações de ervas tóxicas, que segundo alguns, é uma atividade que rende milhões de dólares, sem nenhum risco já que a impunidade que grassa no país garante a sua prática sem maiores problemas.

Além das conseqüências negativas apontadas, a violência com que se vem assassinando a floresta amazônica através dos desmatamentos e das queimadas indiscriminadas, tem provocado ainda, um ilusório controle das plantas invasoras. Ao contrário, algumas são até estimuladas a rebrotar e/ou suas sementes, sob o "stress" do fogo, são propensas a germinar, aumentando sua presença de forma renitente nas pastagens, tal como ocorre com certos tipos de jurubeba.

Hã ainda,

"a interrupção brusca do processo de reciclagem de nutrientes no sistema solo-pastagem-animal, ficando em desequilíbrio ecológico temporário, o que pode demandar anos para reaver o equilíbrio abalado, não se tendo entretanto a certeza de seu ressurgimento. A volitização do nitrogênio

e do enxofre, é outro problema, pois esses dois importantes macronutrientes indispensáveis ao crescimento de gramíneas e leguminosas, uma vez evaporados não retornam em quantidades suficientes ao solo, causando-lhes um processo de cansaço e empobrecimento crescentes, além da vulnerabilidade do solo que fica temporariamente sem sua camada natural protetora e, sujeito a lixiviação, ou seja, a perda de nutrientes na água de drenagem do solo". (SERRÃO, 1988:17).

Há também o aumento da poluição ambiental e, suas conseqüências nocivas ao organismo através da intoxicação por gases venenosos; a destruição de cercas, bebedouros, currais, lavouras e mortes de animais, tal como recentemente ocorreu no Parque das Emas, onde o fogo destruiu cerca de 70% do total da área, matando mais de 100.000 animais.

Esta brusca interrupção do equilíbrio biológico das espécies, abre caminho para pragas, ao retorno de algumas doenças já erradicadas e, o aparecimento de outras até então desconhecidas.

Ocasionará a descapitalização da floresta pelo esgotamento das espécies vegetais nobres (madeira de lei e plantas medicinais) face ao acelerado desmatamento seletivo da floresta, cujas árvores que nos poderiam render milhões de dólares, se aproveitadas racionalmente por seu valor econômico e propriedades químico-farmacêuticas, são contrabandeadas em toras para outros países e/ou simplesmente transformadas em mero carvão vegetal.

Os seringais e castanhais nativos são transformados em simples áreas de pastagens, tal como vem ocorrendo no Acre, em Rondônia e no Polígono dos Castanhais, no Pará.

E o que é mais grave, fomenta a invasão de terras, preferentemente de áreas indígenas e de trabalhadores rurais, por parte de empresas madeireiras interessadas na extração de madeiras nobres, aumentando assim, o grave quadro dos conflitos sociais pela posse da terra na região.

A devastação da floresta amazônica pelo uso indiscriminado dos desmatamentos e sucessivas queimadas,

"estã atualmente criando microclimas bem mais quentes do que os existentes na região, fazendo com que a reserva florestal perca a umidade natural, sua principal fonte de resistência contra a proliferação de incêndios, o que poderá provocar no futuro, quando da continuação dessa prática nociva, uma propagação do fogo às partes da floresta primária, ocasionando a total dizimação da maior floresta tropical do globo e, ao mesmo tempo a extinção de mais de 1.500.000 espécies vegetais e animais, ainda não catalogadas". (AFINAL, 1988, 70).

Ao lado e simultaneamente à devastação da flora regional, está se processando a uma enorme destruição da fauna amazônica. Não só como uma consequência da própria destruição da floresta que desestrutura o equilíbrio biológico dos seres vivos em geral, como também pela caça criminosa de uma grande variedade de animais silvestres, alguns dos quais, em extinção pelo próprio processo de depredação ambiental por que vem passando a região nos últimos anos.

"Sõ neste ano foram apreendidas milhares de peles de animais silvestres, sendo 80% de jacarês, e o restante distribuídas entre peles de onça pintada, caititu, lontra, cobra, gato maracajã e jaguatirica. A maioria das peles extraídas da fauna do pantanal matogrossense, avaliadas em milhões de dólares fazem o percurso da rota inter-

trabandeadas comumente nas Guianas, em Tóquio e nos Estados Unidos". (LIBERAL, 1988:22).

Foram apreendidas ainda, procedentes da região das ilhas no Pará, centenas de animais vivos, sendo a maior parte pássaros plumários e cantadores, avaliados em mais de um milhão de cruzados e, que iriam ser comercializados ilegalmente.

É comum também, na região, sobretudo durante a época do Círio de Nazaré, festa religiosa da padroeira da metrópole da Amazônia, a captura predatória de quelônios, sobretudo da tartaruga-gigante e dos tracajás, muito apreciados pela carne saborosa e, qualidade nutritiva de seus ovos, cujo valor não tem preço durante a quadra festiva, podendo cada unidade, dependendo do tamanho, atingir preços elevadíssimos.

Todos são animais em extinção, mas o órgão competente, no caso o IBAMA já que o IBDF foi por este absorvido, não tem meios operacionais para fiscalizar, face a sua falta de infra-estrutura em relação a grande extensão territorial da região.

Outro componente da cadeia ecológica regional, que vem sendo extremamente violentado pela exploração irracional do homem, é a bacia hidrográfica amazônica. Além da construção de barragens que vêm modificando artificialmente o curso dos rios,

"a obsessão da corrida do homem pelo ouro, pelas recentes descobertas de inúmeras jazidas na Amazônia, tem provocado a contaminação da água pelo uso indiscriminado do mercúrio por parte dos garimpeiros, com graves conseqüências à saúde da população em geral". (PINTO, 1986:5).

Ao lado das enormes crateras que vêm sendo produzidas nas áreas de garimpo, que pelos desmoronamentos dos barrancos expõem os garimpeiros a riscos de vida iminentes, em cujos acidentes já morreram centenas soterrados, vem ocorrendo nessas áreas, um incremento populacional explosivo,

"que não só tem aumentado os conflitos sociais na região, principalmente pela invasão de terras indígenas, ricas em recursos minerais, como também tem contribuído para a intensificação da incidência de doenças como a malária, a hanseníase e, a hepatite". (LIBERAL, 1988:11)

A contaminação dos rios por mercúrio, oriundo dos garimpos, hoje praticamente espalhados por toda a região, tem causado uma grande intoxicação na fauna ictiológica da Amazônia, ocasionando uma enorme mortandade de peixes da região, com graves repercussões sociais e econômicas às populações ribeirinhas, além de vir causando ainda, uma alta mortalidade entre os grupos indígenas pela ingestão de água envenenada. (Ver Quadro nº IV.Q.3, pág. 392)

Como se pode constatar,

"esse imenso conjunto eco-antropológico-cultural, que é a Amazônia, vem sendo fortemente depredado pela ação destruidora do homem, que através de grandes grupos econômicos aliados com o Estado brasileiro, apenas se preocupam em buscar benefícios lucrativos imediatos. Para tanto, exploram de forma alienada o meio ambiente regional, gerando conseqüências desastrosas ao seu equilíbrio ecológico, cujos efeitos degradantes afetam diretamente as populações nativas". (MÉLO: 1987:7).

O desenfreado processo de depredação ambiental tem contribuído para a ocorrência em maior escala de fenômenos naturais incontroláveis que afetam não só os componentes abióticos, como as comunidades bióticas, incluindo-se aí, as sociedades humanas.

Na verdade, só no capitalismo subdesenvolvido se poderia ter a ilusão de que procedimentos de violência contra o ecossistema natural, possibilitam empreendimentos economicamente viáveis. Isto significa dizer que, os efeitos perversos dos danos ecológicos impostos à natureza regional, se refletirá, em última instância, à própria existência do homem no planeta.

1.2 - A INTERVENÇÃO DO ESTADO PÓS-64 NA AMAZÔNIA RURAL

A perspectiva que nos permite entender a problemática das profundas transformações porque vem passando a Amazônia nos últimos 25 anos, com graves conseqüências ao nível de vida de suas populações rurais, está intimamente relacionado ao processo global de expansão capitalista, tanto no que diz respeito ao seu contexto nacional, como internacional.

Neste processo, merecem destaque tantos os aspectos econômicos da intervenção do Estado brasileiro na região, como a dimensão política da violência estatal, que utilizada como instrumento de autoritarismo e convencimento ideológico, abre caminho para acumulação ampliada do grande capital no campo.

"O avanço do capitalismo, do modo pelo qual vem historicamente sendo conduzido na Amazônia, cujas atividades exploradas de recursos naturais para o mercado extra-regional, à base de empreendimentos de grande porte, que adotando tecnologia intensiva de capital, ou não, são poupadoras de mão-de-obra, jamais poderão transformar-se em agente indutor do processo de desenvolvimento regional, dado a impossibilidade histórica de efeitos positivos, de um modelo explorador-concentrador pois, ao mesmo tempo que privilegia os grandes grupos econômicos, impõe à sua força produtiva a um sistema de superexploração do trabalho e extração de mais-valia absoluta, além de submetê-la ainda, à constantes maus-tratos, castigos corporais, trabalhos forçados e, às condições de semi-cidadãos e, subhumanas de vida".
(SU DAM, 1988:3).

Na verdade, o padrão capitalista contraditório embutido nesses grandes projetos, tem conduzido, inexoravelmente, aos seguintes resultados:

- a) Proliferação de enclaves econômicos;
- b) Baixo nível de difusão dos efeitos econômicos em cadeia;
- c) Esgotamento dos recursos naturais, voltados apenas à exploração de atividades extrativas-exportadoras;
- d) Não retenção do excedente econômico gerado na região;
- e) Limitação da capacidade humana regional pela criação de uma tecnologia industrial de montagem de aparelhos eletrodomésticos;
- f) Elevação da concentração de renda;
- g) Intensificação da concentração fundiária;
- h) Aumento dos conflitos e das tensões sociais no campo;
- i) Transformação das populações camponesas e indígenas em mão-de-obra assalariadas e, não-assalariadas; e,
- j) Formação de uma estrutura social rígida e inibidora da mobilidade ascensional.

O papel do Estado nesse contexto aparece de suma importância, sobretudo a partir de 1964, com a implantação da Ditadura Militar, que ao executar uma série de medidas políticas e fiscais, reorientou o processo de ocupação demográfica e econômica da região em bases capitalistas, voltando-se principalmente, à implantação de grandes empresas nacionais e multinacionais, em detrimento de suas populações locais.

"Para a consecução do processo de ocupação e integração da Amazônia ao contexto nacional, o Governo Federal desencadeou, em primeiro lugar, um conjunto de medidas jurídicas conhecidas por 'Operação Amazônia', cujos objetivos eram dotar a região de uma estrutura política, econômica e,

administrativa, marcadamente caracterizada pela forte presença do Estado da região". (SU DAM, 1988:3)

Para coordenar esta ação do Governo Federal na área, uma das primeiras iniciativas institucionais do Estado brasileiro, foi a transformação da antiga Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) na Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), o que foi efetivado pela Lei nº 5.173, de 27.10.66. Paralelamente se fez também a transformação jurídica do Banco de Crédito da Amazônia em Banco da Amazônia S/A (BASA), de conformidade com a Lei nº 5.228, de 28.09.66.

Essas modificações institucionais implicaram numa reorientação de cunho político, que se manifestou pela substituição do apoio às atividades extrativistas; pelo revigoreamento de novas atividades econômicas e; em particular à Pecuária.

Para viabilizar o projeto de integração da Amazônia aos interesses do grande capital, o Estado brasileiro teve o cuidado de cingir aos instrumentos de política econômica, uma série de argumentos de manipulação ideológica (teoria do vazio demográfico e econômico; cobiça estrangeira; missão de defesa da fronteira; preservação da riqueza regional; valorização do homem amazônico e; etc...) que serviram como elementos legitimadores e justificadores da doutrina de "Segurança Nacional", princípio básico do Iº Plano Nacional de Desenvolvimento - I PND (1967/71) e seus desdobramentos regionais.

"Assim, visando por em prática este princípio do plano em termos de política econômica regional é criado sob a coordenação da SU DAM, o Programa de Integração Nacional (Decreto-Lei nº 1.106 de

16.06.70) que além de estabelecer a construção da Transamazônica e Cuiabá-Santarém, estipula a reserva de uma faixa de 10 km às margens dessas rodovias para "Colonização e Reforma agrária". (IANNI, 1979:36)

Para executar a política de colonização, definida pela SUDAM como um programa setorial no conjunto do plano, foi criado o Instituto de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, que deveria na prática preencher os vazios demográficos e reforçar os núcleos preexistentes, de modo a garantir o processo de ocupação e integração da Amazônia ao contexto nacional. Referido Instituto, absorveu as atribuições e responsabilidades dos antigos IBRA, INDA e GERA, cujos órgãos criados no âmbito do Estatuto da Terra em 1964, tiveram a finalidade de apaziguar os conflitos sociais que cresciam na ocasião entre burguesia agrária x camponeses em várias regiões do país. fatores que aliás, culminaram com o golpe militar.

Ao constatar que para desmobilizar politicamente os movimentos sociais que explodiam no campo em todo país, era mais do que necessário uma simples atitude de apaziguamento, mas a adoção de uma política agrária mais enérgica, o Governo resolveu promover a abertura da Amazônia como área de fronteira agrícola e ao mesmo tempo, de expansão ao grande capital.

A aparente contradição que a medida inseria, estava sem dúvida, do ponto de vista prático, inteiramente "correto". Ao mesmo tempo que descongestionava as áreas do Nordeste e de outras regiões do País, naquela altura explosivas pelas questões de terras; elevado índice demográfico e problemas de desemprego, garantia pela colonização dirigida, inicialmente oficial e, posteriormente predominantemente particular, a formação de um plantel de mão-de-obra barata e, disponível aos

grandes projetos econômicos que se instalavam na região pioneira.

Fazendo-se passar habilmente por "Alah" na indicação da terra prometida aos tangidos da seca e pobreza do Nordeste, além de protetor dos pequenos proprietários pressionados pela grande empresa do Sul, o Governo ganhou assim, para a execução de sua política de integração, a adesão de todos os segmentos sociais envolvidos diretamente, além de adquirir a boa fé de quase toda sociedade brasileira, que involucrada pelos "efeitos-demonstração" da propaganda da ideologia governamental, ficou embotada de perceber e visualizar que, por trás do aparente projeto desenvolvimentista e de integração nacional, estavam os interesses do sistema capitalista mundial.

"Além dos recursos do PIN repassados pela SUDAM à INCRA aos projetos integrados de colonização oficial e particular na região, o Governo Federal dotou esta Superintendência de uma política financeira consistente, que ao lado de seus recursos orçamentários próprios de pequena monta em relação as vultosas dotações dos Incentivos Fiscais (oriundos do FINAM - Fundo de Investimento da Amazônia e das Isenções e/ou Redução do Imposto de Renda), aglutinou ainda, recursos financeiros do Programa de Redistribuição de Terras e Estímulos à Agroindústria do Norte-Nordeste (PROTERRA), bem como dotações especiais provenientes do Programa de Pólos Agropecuários e Agro-minerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA)". (IANNI, 1979:36).

Basicamente, a maior parte desses recursos financeiros, principalmente os oriundos da Política dos Incentivos Fiscais foram carreados à execução de grandes projetos de investimentos, que unem as chamadas companhias estatais (em especial às ligadas ao Governo Federal) com as grandes empre-

sas nacionais e firmas multinacionais, a exemplo do grande Projeto Carajás; Albrás/Alunorte; Hidrelétrica de Tucuruí; Projeto Jari; Exploração de Gás do Rio Juruá; Mineração Rio do Norte; Projeto de Desenvolvimento Integrado da Área Tocantins/Araguaia; Construção das Hidrelétricas de Balbina, Samuel e Paredão; Projeto Calha Norte, além das Grandes Fazendas e, Projetos Agropecuários de iniciativa privada.

Como resultado dessa intervenção governamental, ficou evidente que os principais mecanismos que contribuíram para uma maior acumulação e concentração do capital, através da exploração dos recursos naturais da Amazônia, foram em última instância, os subsídios fiscais e financeiros. Convém notar que, a própria ampliação da concentração da propriedade da terra na região, se deveu, especialmente, à política de incentivos fiscais e financeiros. Enquanto os principais beneficiários do processo, no caso os grandes grupos empresariais passaram a receber doações financeiras a custo zero, além de imensas extensões de terras a preços simbólicos; a base populacional indígena da região foi esmagada, ao mesmo tempo que se submeteu os pequenos e médios produtores migrantes à condições do mais completo desamparo e miserabilidade social.

Para se ter uma idéia dos enormes e maciços investimentos financeiros já aplicados junto às classes empresariais, a fim de induzir a participação da iniciativa pública e privada no desenvolvimento da região, basta constatar, segundo dados oficiais da própria SUDAM, que o Estado já colaborou até a presente data só com recursos da política do FINAM para a execução de 1.124 projetos, abrangendo uma área de quase 10 milhões de hectares. Desse total, 669 dos projetos incentivados, ou seja, mais da metade (59,5%) pertencem ao setor a-

gropecuário; 335 à indústria; 39 ao setor de serviços básicos; 47 ao agro-industrial e, 34 à pesca e turismo. (Vol.II. Anexo: II.Q.1, pág. 278)

Em termos financeiros, para aprovação desses projetos foram investidos até 1987, um montante de Cz\$ 197,7 bilhões de cruzados, dos quais Cz\$ 88,8 bilhões representam a parcela dos incentivos fiscais. (Vol. II. Anexo: II.Q.2, pág.279)

"Foram colocados à disposição dos projetos somente este ano, cerca de Cz\$ 30,1 bilhões de cruzados, sendo que o orçamento disponível do FINAM para 1988 é de 54 milhões 998 mil OTN's, o equivalente atualmente (Novembro/88) em moeda brasileira o valor de quase Cz\$ 200 bilhões de cruzados". (SUDAM, 1988:13)

O prognóstico técnico feito pelo Governo, através da própria SUDAM para implantação dessa política em seus planos regionais, era do ponto de vista do desenvolvimento econômico surpreendente.

"Face as potencialidades regionais e o montante dos investimentos a serem aplicados, previa-se, além do crescimento e modernização dos diversos setores da economia regional, com repercussões favoráveis à geração de empregos e renda à mão-de-obra local; à transformação da Amazônia na maior região produtora e exportadora de carne bovina do mundo". (SUDAM-19 PDA, 1970:32)

Hoje, dados oficiais procedentes da mesma fonte governamental, revelam que, a participação da região na geração da renda nacional permanece praticamente a mesma nos últimos 25 anos, ao redor de 2%, além do que, do total dos projetos incentivados, apenas 18,6% foram efetivamente implantados, e,

ainda assim, sem terem atingido os objetivos previstos. (Vol. II. Anexo: II.Q.2, pág. 279)

A maior parte dos projetos transformou-se, na verdade, no chamado "Golpe do Incentivo", ou seja, a empresa deixou de pagar impostos, recebeu incentivos do FINAM e, de fato não investiu nada na região.

Dos inúmeros projetos enquadrados nesse tipo de falcatrua, que aliás não foram poucos, apenas em alguns casos a SUDAM tomou conhecimento em tempo hábil, e, assim teve condições concretas de cancelá-los e exigir a devolução dos recursos recebidos, mas ainda assim, com enormes prejuízos ao Tesouro da União, pois a quantia devolvida, depois de vários anos, sem reajustes e sem correção monetária, valia bem menos do que o montante original e, por isso a sua devolução, funcionou como um prêmio aos corruptores do dinheiro público.

Em outros casos, o órgão financiador, representado pela SUDAM, foi obrigado a arquivar vários processos dessa natureza, pela real inexistência de algumas dessas empresas, pseudo-entidades executoras que não passavam de empresas "fantasmas", existentes apenas no papel, embora seus falsos proprietários e/ou "testas de ferro" tivessem, após a assinatura do convênio, recebido recursos financeiros, para logo em seguida, evaporarem como "fumaça".

Agindo dessa forma, inúmeros foram os empresários que triplicaram suas fortunas, além de vários falsos-proprietários terem iniciado sua riqueza através do uso indevido do dinheiro público.

Em 1987, técnicos do próprio Governo (SEPLAN/PtQR) ao realizarem uma avaliação sobre os Projetos contemplados

com a Política de Incentivos Fiscais da SUDAM, concluíram que o referido mecanismo financeiro, contrariamente aos prognósticos técnicos, revelou-se francamente deficitário e contraditório, contribuindo para o agravamento das desigualdades sociais internas e, das disparidades regionais, provocando entre outras conseqüências negativas, a fome; o desemprego regional; o êxodo rural e; a distância sócio-econômica da Amazônia em relação às regiões do Centro-Sul do país.

Dentre as principais contradições geradas pela Lei dos Incentivos Fiscais, destacam-se entre outros os seguintes pontos:

- a) Concentração de projetos por pessoas, que fizeram dos Incentivos Fiscais um grande negócio especulativo. Conseguiram aprovar uma média de 5 a 6 projetos, receberam os recursos previstos e, praticamente não iniciaram concretamente nenhum projeto. Ainda assim, receberam por parte da SUDAM o "Certificado de Implantação", o que contribuiu para que em seguida, colocassem à venda, e/ou abandonassem;
- b) Dificuldades de perenizar o Investimento. Nos projetos são aplicados apenas os recursos dos Incentivos Fiscais, sem nenhuma aplicação de recursos próprios, que legalmente deveria ser a contrapartida da Empresa. Por este motivo, o projeto apresenta uma fase de crescimento enquanto está recebendo incentivos, para depois "falir" bruscamente, o que culmina na sua desativação e/ou abandono;
- c) Uso do arrendamento da terra, como alternativa de manter alguma atividade e "movimento de pessoas", a fim de mascarar o fraco desenvolvimento do projeto e, assim receber

- mais investimentos públicos, além de evitar a invasão das terras por posseiros;
- d) Generalização dos desmatamentos e do uso do fogo, não só para mascarar o início de benfeitorias no projeto e, com isso receber as parcelas subsequentes dos recursos públicos, como para a própria "recuperação" das pastagens nos projetos já implantados, provocando assim, a eliminação dos 50% da reserva ecológica prevista no projeto original;
- e) Para alguns projetos, os Incentivos Fiscais serviram a empresários especuladores, como meio para realizar o cercamento ou abertura de imensas áreas. Em muitos casos, foram cercadas faixas de terras inúmeras vezes maior do que a real, chegando a ultrapassar áreas de terras já habitadas, identificando-se os incentivos mais como um instrumento de posse; de grilagem de terras e; de conflito social pela posse da terra, do que verdadeiramente um mecanismo de desenvolvimento econômico.

Dessa forma,

"a política governamental dos Incentivos Fiscais, além de contribuir para a elevação da concentração da renda e da propriedade da terra na região; estimula ainda o agravamento da violência no campo, bem como a viabilização de um dos mais violentos saques ecológicos contra a natureza regional, em troca de um desenvolvimento ilusório, que mesmo de um ponto de vista estritamente 'econômico', não consegue se efetivar na prática". (SEPLAN/PtER, 1987:21)

Não resta a menor dúvida pois, que o Estado brasileiro, principal agente da atual política de (sub) desenvolvimento da Amazônia, contribuiu para o agravamento das desi-

gualdades sociais na região através de vários tipos de intervenção, e por isso, o quadro dramático em que se encontra hoje mergulhada a Amazônia, reflete o total descalabro anti-social das ações autoritárias que foram concebidas pelo Governo, para a região nos últimos anos.

Hoje, por exemplo são conhecidas as conseqüências diferenciadas das políticas cambial e tributária que, desde os anos 40, contribuíram para a transferência inter-setorial (da agricultura para a indústria) e inter-regional (das regiões periféricas para o Sudoeste e Centro-Sul) de renda. Também a distribuição espacial dos gastos públicos em infraestrutura econômica e social, juntamente com a localização das Empresas Estatais, favoreceu claramente as regiões mais desenvolvidas, aumentando assim, a concentração industrial no sul/Sudeste, além da existência simultânea de uma política de desenvolvimento para Amazônia que beneficia, preferentemente as empresas do Centro-Sul do país.

Numa avaliação sumária dos efeitos sociais e econômicos entre o que se esperava e o que de concreto resultou da política (sub) desenvolvimentista do Governo para Amazônia nos últimos 25 anos, evidencia-se uma expansão econômica que vem se caracterizando pela instalação de grandes projetos de mineração, agropecuários e, pela indústria extrativa de madeira, ao lado da criação de uma indústria de montagem eletroeletrônica na Zona Franca de Manaus. (Vol. II. Anexo: II.Q.1, pág. 249)

A presença da grande empresa do tipo oligopolista, como beneficiária, e do Estado como suporte financeiro e fiscal desse processo, constitui hoje, os pontos comuns dessa política econômica discriminante na periferia. Por isso mes-

mo,, os efeitos sócio-econômicos esperados dessa política são desastrosos, haja visto os resultados insignificantes da geração de empregos, à participação incipiente da região em relação à Renda Nacional, e até mesmo em relação a sua própria economia regional interna.

No que diz respeito, especificamente as políticas agrícolas para Amazônia, embora estas revelem propósitos distributivistas nas suas intenções, assim como de um modo geral todos os planos regionais manifestam a nível de discurso, tais objetivos, na verdade nunca priorizaram em sua execução o sentido da equidade social.

As políticas de crédito rural por exemplo, indicam claramente, que houve uma forte concentração dos recursos para a grande propriedade em detrimento da pequena e média unidade produtiva de base familiar, que assim até hoje, estão excluídas do acesso ao crédito agrícola, principalmente face a sua falta de demonstração de capacidade econômica financeira para pagar os empréstimos bancários; a não posse do título de definitivo da terra; além das exigências burocráticas de elevados custos, tais como: a apresentação do projeto técnico do projeto, bem como a comprovação de uma infra-estrutura produtiva, de armazenagem e, de escoamento da produção.

Por esse e outros motivos, as políticas agrícolas voltadas ao meio rural, só serviram para reforçar o processo de pecuarização, gerando o fenômeno do "fechamento da fronteira" aos camponeses e pequenos proprietários rurais.

Dessa forma,,

"o total dos recursos públicos, tanto os provenientes do PIN, PROTERRA, Incentivos Fiscais e, Polamazônia, reservados ao desenvolvimento das atividades agrícolas e industriais da região, sem

*pre encontraram uma concorrência bastante acen-
tuada das atividades pecuárias, que levando a
melhor, substituí abruptamente a base populacio-
nal nativa e migrante da região pela 'pata do
boi' ". (PINTO, 1986:17)*

Premidos pelo confronto desigual a que ficam subme-
tidos em relação à grande empresa particular ou pública, na-
cional e/ou estrangeira, ficam os pequenos lavradores migran-
tes e indígenas, vulneráveis à uma série de atos coercitivos
por parte do braço armado do latifúndio em conjunto com for-
ças policiais do Estado, que vão desde a constante invasão
de seus casebres, até ao atentado e assassinato de vários
membros de suas famílias. (5)

Neste quadro de intervenção do Estado brasileiro
através das vantagens fiscais e creditícias em favor das gran-
des empresas, insere-se portanto, como mecanismo de atuação
estatal, o uso da violência contra os pequenos, sobretudo aos
que procuram contrariar, sobrepondo-se ao direito da grande
propriedade, em favor de seu direito de necessidade.

Eis porque, embora a região disponha hoje de um i-
nestimável potencial de recursos naturais e humanos, prevale-
cem paradoxalmente na Amazônia: a fome, a miséria, o desem-
prego, o subemprego, o analfabetismo, a doença, a alta morta-
lidade infantil e, a violência no campo, com a mortandade de
grupos indígenas e, de trabalhadores rurais.

O principal móvel deste quadro de descalabro e vio-
lência social é, pois o Estado brasileiro, que ao intervir
na região por intermédio de um modelo político-econômico pri-
vilegiador dos interesses especulativos do grande capital,
provoca como efeitos sociais perversos, a concentração da

propriedade fundiária, a luta de classes no campo, o êxodo rural, o enfraquecimento do sistema produtivo de base interna, a destruição do ecossistema regional, o esmagamento da base populacional indígena, a superexploração da mão-de-obra rural, a proliferação dos conflitos sociais rurais, enfim, o aumento da violência, da impunidade e dos assassinatos no campo.

Tais contradições, em última análise, na medida em que inviabilizam o pleno desenvolvimento social das forças produtivas regionais, colocam a Amazônia Rural, em um verdadeiro estado de guerra e de calamidade social.

II - MOVIMENTOS SOCIAIS NO CAMPO ⁽⁶⁾ NA AMAZÔNIA

A história política das lutas populares no Brasil tem demonstrado que os movimentos sociais, sobretudo os que se originam no campo são marcados por grande violência

"onde de cada dois conflitos, um apresenta vítimas (mortos e feridos), sendo que mais de 50% correspondem aos casos de morte". (MARTINS, 1986:106)

No caso específico da Amazônia, essa proporção é também semelhante. O ano mais "negro" da história da violência no campo, no horizonte temporal de 1971 à 1990 foi 1987, durante o qual, de cada dois conflitos se registrou um caso de assassinato. (Vol. II. Anexo: III.T.". pág. 287).

Embora nas áreas de tensão, onde se passam tais lutas, se possa visualizar uma enorme rede de atores e mediadores políticos, que vai desde a atuação da Igreja (Católica ou não), dos Partidos Políticos (de esquerda ou de direita), dos Sindicatos Rurais (Patronais ou de trabalhadores, autênticos ou pelêgos) e, das mais diversas instituições sociais (seja de caráter formal ou informal), que influenciam direta e/ou indiretamente no feixe de relações sociais desses movimentos, seja com a intenção manifesta de desmobilizá-los ou de apoiá-los, é significativa a atuação da violência institucional que parte dos aparelhos do Estado já que em suas práticas políticas, procuram sempre intervir, seja através de suas forças armadas, seja através de instrumentos de política econômica, ideologicamente carregada por uma concepção francamente anti-camponesa, voltada apenas aos interesses do grande capital.

Desde as primeiras formas de luta e resistência das populações do campo, que ocorreram durante a Primeira República, verdadeiras guerras se sucederam, onde foram trucidados milhares de camponeses amazônicos em confronto com o Exército ou com a força militar dos Governos Estaduais. A Revolta dos Guajajaras em Alto-Alegre é um dos casos emblemáticos de que o exercício da violência por parte dos aparelhos do Estado pode ser utilizada fundamentalmente como um instrumento de apoio aos interesses das classes dominantes.

A Rebelião Cabana⁽⁷⁾ que desejava a independência da Província do Pará e São José do Rio Negro neste mesmo período foi também igualmente esmagada pelas forças militares do Estado. Isto pois, demonstra a expressão da violência utilizada pelo Estado, a fim de fazer valer a sua política de intervenção na Amazônia em favor dos interesses das "oligarquias rurais" na região.

Mesmo nas lutas de 1940, caracteristicamente constituídas pelos movimentos dos indígenas e dos de ideologia separatista, nos quais o quadro da violência se manifestou intensamente, a intervenção do Estado persiste, já que por trás desses confrontos, estava uma política deliberada do poder central em constituir um estoque de mão-de-obra disponível às empresas estrangeiras, predominantemente inglesas, que buscavam obter grandes lucros com a expressiva produção que a borracha nativa poderia proporcionar.

Para a Amazônia se deslocaram colonos, peões, seringueiros, garimpeiros, homens de todas as profissões, a maioria para trabalhar por conta própria. Em comum apenas um sonho: tomar posse de um pedaço de terra e nela se estabelecer como pequeno produtor⁽⁸⁾ independente. Foi assim, que as "levas" de migrantes, sobretudo, provenientes do Nordeste tan

gidos pela seca, se deslocaram para a Amazônia em busca da "terra prometida".

Como parte da política federal de ocupação regional para integrar a região ao resto do país, criou-se em 1943 a Expedição Roncador/Xingu para desbravar a Amazônia, colonizando regiões desconhecidas.

Durante este período a

"idêia era que, depois que a expedição Roncador/Xingu ocupasse vastas áreas do Araguaia e Xingu, atingisse Manaus. Esses Núcleos seriam a ponta de lança para a colonização da região e, ao mesmo tempo, serviriam como ponto de apoio às empresas colonizadoras na área". (LENHARO, 1985:50).

No entanto, essa parte do território não correspondia à realidade, no que diz respeito aos espaços vazios. Havia na região, mais de 50 mil migrantes, entre colonos, trabalhadores rurais e, garimpeiros. Além disso, havia ainda, a questão do índio nas terras indígenas de vários grupos, entre outros os Guajajaras e Xavantes, cuja magnitude populacional na época é pensável só por comparação com os dados recentes, que mesmo correspondendo a um processo de prática extinção, a magnitude da população indígena não chega a ser tão insignificante: (Vol. II. Anexo:IV.Q.2, pág. 379 a 385).

Na década de 50 e início dos anos 60 a política de ocupação regional se redefine, visando a incorporação da fronteira agrícola da região à economia nacional. Pretendia-se por um lado, absorver excedentes populacionais de outras regiões brasileiras para ocupar terras fundamentalmente, através de Projetos de Colonização Pública e Privada.

Nesse período, a Amazônia passou a ser uma al-

ternativa para solucionar os problemas nacionais, de tensão e expulsão de pequenos produtores rurais em áreas de antiga colonização do Sudoeste e Nordeste do país.

Assim, o Governo Federal criou programas e projetos para integrar a região através da ocupação racional e a colonização foi privilegiada como instrumento mais eficaz de política ocupacional. A estrutura do "uso da terra", tradicional na região, começava então a ser substituída pela "posse legal" da política de assentamentos através dos PIC's.

A partir do Golpe de Estado de 1964 e, conseqüente implantação da "Ditadura Militar", o Governo Federal redefine a Política de Desenvolvimento para a Amazônia, que se implanta, sobretudo a partir dos anos 70, com a abertura da região aos grandes projetos econômicos, estimulados pela política dos incentivos e subsídios fiscais, (Vol. II. Anexo: II.Q.1 - pág. 245 a 278).

O Governo de Castelo Branco em seu discurso na "Confederação Nacional da Indústria", propõe para Amazônia:

"A primeira preocupação do país em relação à Amazônia Brasileira, tem que ser a de povoá-la racionalmente. É, portanto, fundamental ao interesse superior e permanente da Nação, conduzir as correntes migratórias internas, tanto as que historicamente promanam do Nordeste, quanto a que tem origem no Centro-Sul, no sentido de assegurar a conquista gradual, progressiva e planejada de seus espaços vazios. Pois daí, advirá a expansão e a interligação da região com o resto do país".

"... faltou porém, às administrações anteriores (...) uma política definida, um plano de ação e os meios e mecanismos indispensáveis para dar rea-

lidade aos bons propósitos e intenções".

"A SUDAM e o BASA constituem-se pois, nos organismos executores básicos deste propósito, o qual se baseia em uma aliança entre o governo e a iniciativa privada". (1969:34/35)

Esse novo processo de ocupação se concretiza via grande capital nacional e multinacional, que passam a desenvolver preferentemente, projetos agropecuários, cujo índice chega a atingir na Amazônia cerca de 60% do total dos projetos até agora incentivados pela SUDAM. (Vol. II. Anexo: II.Q.1. pág. 278).

Por sua vez, a militarização do campo que se deu durante este regime militar, ao provocar a desmobilização das massas trabalhadoras no campo, favoreceu as ações de grilagem e de despejo por aqueles que aproveitaram a ocasião de impor seu poder para expandir e/ou "limpar o terreno".

Entretanto, nos anos 70, quando os incentivos fiscais estimularam, como já mencionamos, a implantação dos grandes projetos agropecuários, extrativistas, industriais e inclusive, quando se implantaram os Projetos Hidroelétricos, estes muitas vezes se estabeleceram em espaços, onde desde há muito tempo havia posseiros, pequenos proprietários e até indígenas nas suas reservas. A superposição de direitos num mesmo espaço, suscitou uma série de conflitos que desde fins da década de 70 deram lugar a várias mobilizações por parte das massas trabalhadoras do campo. Foram mediados nesta mesma década pela Igreja, via CNBB que criou a CPT e se engajou oficialmente na luta pela terra elegendo a Reforma Agrária como centro de sua ação política. Nesta década nas regiões de fronteira agrícola, bispos, padres e agentes pastorais en-

gajaram-se na luta dos posseiros contra grileiros e latifundiários. A série de conflitos que se sucederam deu lugar ao surgimento de vários movimentos sociais na década de 80, particularmente quando a Reforma Agrária retomou o seu lugar no debate político nacional e, tornou-se uma das questões "chaves" no processo de reivindicação democrática do país. Estes movimentos sociais no campo amazônico se ampliaram e intensificaram ainda mais em 1985 quando o Presidente Sarney apresentou para discussão o primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária do Governo da Nova República - Iº PNRA.

Objetivando recompor o quadro geral da especificidade desses Movimentos Sociais na Amazônia, analisaremos, a seguir três do conjunto global dos Movimentos que se sucederam e, ainda persistem na região.

2.1 - A REVOLTA DOS ÍNDIOS GUAJAJARAS

Poucas nações indígenas do Brasil seriam tão emblemáticas e representativas como a Guajajara, no sentido de mobilização e luta do índio contra as invasões de terras indígenas na Amazônia através de projetos de colonização pública e privada, assentamentos "espontâneos" de posseiros e grilagem de terras em geral.

Antes da Colonização Catequética, o Estado do Maranhão era em grande parte habitado por inúmeras nações indígenas, entre as quais os grupos mais representativos em termos numéricos eram os Timbiras, os Kanellas e, principalmente os Guajajaras.⁽⁹⁾

Na parte Norte do Estado e, mais especificamente nos municípios de Barra do Corda, Grajaú, Bom Jardim, Altamira e Amarantes do Maranhão existiam várias aldeias⁽¹⁰⁾ de índios Guajajaras habitando uma enorme área de terras, com dimensões de mais de 500.000 ha.

A partir da entrada dos frades capuchinhos e, principalmente com a penetração de sucessivas "levas" de migrantes na década de 40 na região, fortemente incrementadas, sobretudo durante os anos 70 pela política de ocupação do Governo Federal da Amazônia, via projetos de colonização oficial e particular, o território dos Guajajaras foi sensivelmente recortado, ficando praticamente limitado à reservas de proporção bem reduzidas em relação a área original. (Vol. II. Anexo: V.T.1, pág. 393)

Atualmente, os Guajajaras estão em constantes litígios com os "Cristãos" ⁽¹¹⁾ face às sucessivas invasões de

suas terras por fazendeiros; madeireiros e, migrantes-posseiros, que se deslocam para área, estimulados sobretudo pela própria implantação de projetos de colonização incentivados pelo Governo.

Durante todo processo histórico de ocupação da região, a existência dos Guajajaras tem sido marcada por uma história de resistência pela sua manutenção enquanto grupo cultural, onde os índios têm realizado inúmeras reivindicações e levantes contra os que invadem e ocupam suas terras, pondo em risco a sua própria sobrevivência enquanto nação, enquanto cultura e, até enquanto seres humanos.

Historicamente, a luta pela sobrevivência cultural, na qual a preservação de suas terras é fator fundamental, remonta ao final do século passado, quando da vinda das primeiras Missões Católicas para o Brasil e, o subsequente estabelecimento dos Frades Capuchinos em terras Guajajaras.

As terras foram concedidas à Igreja pelo Poder Público por volta de 1895, e nelas foi implantada a primeira fase do processo de colonização/aculturação dos índios, lá situados desde tempos imemoriais.

Instalando-se na área de Alto Alegre, no Centro das Tribos Guajajaras pela existência de água em abundância no local, além da facilidade do contato mais direto e permanente com os índios pela proximidade das aldeias, cuidaram os missionários capuchos, de origem italiana, de estabelecer toda a infraestrutura necessária a sua fixação e ao seu ofício religioso, além de prover a sua subsistência material.

Construíram Igrejas, Conventos, Escolas, Engenhos para a produção do açúcar e, implementaram atividades inerem-

tes ao subsetor agropecuário. Para isso, os religiosos Capuchinhos contaram com a boa vontade dos índios que, em troca de víveres, implementos agrícolas e, ensinamentos de roçados, forneciam pacificamente sua força de trabalho, como mão-de-obra servil.

Apesar de aconselhados do perigo que corriam, os Capuchinhos se instalaram na área de Alto-Alegre, e, ali estabeleceram a Missão, que ficou conhecida como "Missão Capucha de Alto-Alegre".

Até antes da fundação do Colégio dos Capuchinhos tudo parecia transcorrer normalmente e, nenhum conflito entre "Cristãos" e índios havia acontecido. Os problemas só começaram quando os frades acreditando que a estratégia mais efetiva à seus planos de aculturação dos "silvícolas",⁽¹²⁾ era separar as crianças indígenas de seus pais consanguíneos, de seu grupo de parentesco, e, de sua própria cultura, para que assim, sob essas condições, pudessem mais rapidamente e, com maiores possibilidades de êxito, fornecer uma educação de base mais "correta" e integral às novas gerações indígenas.

Assim, em sistema de internato, junto a outras crianças brancas, filhas de grandes fazendeiros e famílias tradicionais da região, os "Curumins"⁽¹³⁾ eram submetidos a uma rígida disciplina, onde se incluía o castigo corporal como prática educativa, além de promover a total rejeição das crianças ao seu grupo cultural de origem, uma vez que os frades procuravam evitar o contato delas com seus pais índios.

Pelo que se pôde perceber, havia por trás das práticas educativas dos frades Capuchinhos, um projeto político fortemente carregado por uma ideologia anti-indigenista, cujo

objetivo maior, embora não explícito, era fazer reconhecer aos índios a "superioridade" cultural dos brancos, submetendo-os a novos valores e padrões culturais, criando-lhes relações de dependência econômica, política e social, para mais facilmente dominá-los.

O desprezo pela cultura indígena (fato ainda hoje, constatado com frequência entre as várias missões existentes em terras indígenas, assim como entre as próprias autoridades do Estado⁽¹⁴⁾ e o forte etnocentrismo das missões alienígenas, impediram que os religiosos Capuchinhos pudessem perceber a indignação dos índios e a preparação da Revolta, face ao comportamento dessa missão.

Assim, liderados pelo guerreiro Cauré Imana⁽¹⁵⁾ que convocou a todos os chefes das aldeias Guajajaras para uma reunião urgente de toda nação Guajajara o movimento de revolta foi organizado e planejado em seus mínimos detalhes. Do total de 13 aldeias, cerca de dez se decidiram pela Revolta, afinal além de saberem que as crianças eram fisicamente castigadas quando ousavam utilizar hábitos e costumes de seu grupo cultural, tinham a plena consciência de que não reaveriam mais seus filhos pela proibição dos frades de não poderem manter contato e nem vê-los.

Implicitamente, os índios sabiam que, a separação forçada de seus filhos, significava uma ameaça à própria manutenção dos Guajajaras enquanto grupo cultural, pela impossibilidade que teriam de renovar gerações e, assim continuar existindo enquanto índio. Parecia que estavam conscientes de que sua reprodução enquanto grupo étnico-cultural, começava a ser quebrada. Assim, ou reagiriam de uma forma drástica, de acordo com as suas práticas para combater o "inimigo" comum,

ou então estariam fadados ao desaparecimento total. Optaram obviamente, pela primeira alternativa, e assim todos se puseram a trabalhar em silêncio em função do grande dia.

"Durante dois meses foram estocados alimentos, armas e munição. Quando Cauriré achou que o armazenado já era suficiente, reuniu-se novamente com as lideranças das aldeias para planejar o ataque à sede da Missão marcado para cinco de maio de 1901". (CRUZ, 1982:35)

No dia estipulado, foi realizado o cerco da Colônia de Alto Alegre. Deixaram anoitecer e, invadiram em marcha simultânea à sede da Missão, destruindo tudo o que havia em sua frente. Por determinação do líder Cauriré a ordem era matar todos os "cristãos" e, retirar as crianças índias, devolvendo-as às suas aldeias de origem.

A explosão de ódio foi tão grande que nada sobrou da obra missionária no local. Religiosos, alunos, professores, funcionários, domésticas e, colonos empregados foram trucidados, inclusive os povoados das vizinhanças foram devastados.

A Revolta dos Guajajaras que ficou conhecida no imaginário dos "brancos" como o "Massacre de Alto Alegre",⁽¹⁶⁾ ilustra muito bem o nível de humilhações que os índios haviam suportado em silêncio por mais de cinco anos.

Após cumprirem os objetivos da Revolta, os Guajajaras se refugiaram nas matas, áreas as quais eram exímios conhecedores.

A estratégia de refúgio ordenada por Cauriré, já anteriormente traçada, era a certeza dos Guajajaras de que o "homem branco" não deixaria o "massacre criminoso" impune. Os Guajajaras participantes ou não da "chacina", teriam que ser

caçados, mortos e, trucidados aonde quer que estivessem.

Como esperado, o Governo do Estado do Maranhão ordenou às suas forças policiais militares que organizassem uma represália.

"Foram recrutados colonos voluntários, jagunços oferecidos pelos grandes fazendeiros da região e, mais cinquenta índios 'Kanellas', inimigos tradicionais dos Guajajaras. Ao todo foi formado um contingente de quase duzentos combatentes⁽¹⁷⁾ entre soldados, índios, colonos, e, jagunços fortemente armados pelo Estado e latifundiários, que marcharam em direção aos Guajajaras". (CRUZ, 1982: 35)

Durante quarenta e cinco dias de combates sem tréguas, os Guajajaras lutaram até a morte, apesar da inegável habilidade e comprovada coragem, além das experiências concretas de luta na selva.

Perseguidos violentamente pelas tropas organizadas do Estado, os Guajajaras aglutinaram contra si o rancor e o desprezo do homem "branco" invasor de suas terras, pagando caro pela audácia de massacrar os "brancos" e, sobretudo os "pastores do Senhor", como os religiosos Capuchinhos, numa sociedade reconhecidamente "mística", onde a Igreja conservadora sempre esteve ao lado do bloco no poder.

Uma vez "vencidos", os Guajajaras continuaram sendo violentados pelos "brancos". Estes sempre auxiliados pelos índios "Kanellas" saquearam vários aldeamentos Guajajaras, provocando muitas mortes e prendendo várias de suas lideranças indígenas. A partir deste conflito surgiu um profundo rancor, desconfiança e desprezo da população não-indígena contra os Guajajaras que até hoje ainda permenece no imaginário social,

particularmente do povo de Barra do Corda. Esta representação social foi profundamente sustentada pela Igreja que, preocupada para que esta "ferida" nunca cicatrizasse, cuidou não só de divulgar o "massacre" à seu modo através de vários documentos religiosos, como mandou afixar na parte frontal da Igreja o retrato das vítimas que faziam parte da administração da Missão na época. (Vol. II. Anexo. F.1.5, pág. 441)

Atualmente os Guajajaras são discriminados como "perigosos" e "imprevisíveis" pela maioria da Sociedade local. Talvez até sejam segregados, pois quando chegam ao centro dos povoados, algumas portas se fecham por precaução e, eles mesmos sabem que não podem entrar a qualquer casa comercial e, nem a qualquer restaurante. Em todo caso, esses poucos locais que permitem sua presença são os mais simples e, mais humildes do Povoado.

Inviabilizada a Missão Religiosa dos Capuchinhos em seu objetivo de catequizar diretamente os índios Guajajaras, a Igreja restringiu sua atuação mais à área urbana do município de Barra do Corda. Como entretanto, era "legalmente", detentora de uma enorme faixa de terra, resolveu então arrendar "suas" terras para colonos-migrantes⁽¹⁸⁾ e, a luta dos índios Guajajaras passou a partir daí, a ser travada continuamente contra esses novos atores.

Aliás, a partir da década de sessenta e, particularmente nos anos setenta se intensificaram as invasões às terras dos Guajajaras, por todos seus flancos, convertendo-se o cotidiano destes, num constante estado de alerta, de resistência e luta pela permanência em suas terras, por seu direito à vida e a subsistência.

Nestas três últimas décadas, mudou a composição dos in-

vasores de seus domínios, pois trata-se de população expulsa de outras áreas rurais do país, que se assentam nas terras dos índios por sua conta e risco; enquanto outros chegam como integrantes dos projetos de colonização pública e privada, implantados pela mediação do Estado, "enfim pelas "hostes errantes" que se formam com os "sem-terra" e os lavradores, sem meios de vida, excluídos do processo de capitalização no campo e, sobretudo do delírio de apropriação e ampliação ilimitada dos grandes latifúndios na região. Este tipo de invasões, obriga aos Guajajaras a modificar e adotar estratégias diferenciadas das habituais, mais adequadas às novas condições históricas.

Assim, os índios têm recorrido as reivindicações de seu direito sobre a inviolabilidade de suas terras via FUNAI e, outras instâncias do governo, recorrem às negociações, às denúncias públicas, a atos de amedrontar e dar prazo de desocupação aos invasores e, só em última instância, usam a violência aberta contra seus invasores.

Em 1976, os Guajajaras denunciaram à FUNAI, exigindo providências imediatas, quanto à necessidade de desocupação de suas terras no Povoado de Marajá, município de Grajaú, já inteiramente ocupado por lavradores-possesores, que se diziam ser arrendatários das terras da Igreja. Obtiveram por parte do órgão tutelador, a informação oficial de que a área seria desocupada, tão logo os lavradores fizessem suas colheitas, já que estes, não poderiam perder seus investimentos feitos na produção.

Os índios aguardaram pacientes, o tempo necessário para que a área fosse desocupada, mas como isto não aconteceu,

irritados com a falsa promessa, resolveram por conta própria realizar a expulsão.

Assim, no ano subsequente, organizaram um levante com cerca de 5.000 índios e, fortemente armados de flechas, facões e fuzis tomaram de assalto o povoado e, se defrontaram com os lavradores que, obviamente revidaram aos ataques, havendo baixas de ambos os lados. O Povoado de Marajá foi completamente destruído e, a maioria na época, se deslocou para outras áreas.

Atualmente, muitos agricultores já retornaram ao local e, outros oriundos de vários lugares do país estão ocupando novamente a área.

Nesse caso por exemplo, do "Levante de Marajá" se evidencia que, os movimentos sociais indígenas desnudam o vazio de poder do Estado, que no caso prefere se omitir, a tomar as providências cabíveis, obrigando-os a fazer "justiça" da forma como suas práticas revelam ser as mais eficientes e, aí obviamente, a violência campeia, pois a lei nesse caso, será ditada pelo mais forte.

O caminho aberto pelos missionários conservadores e, o acelerado processo de expansão capitalista na Amazônia, encontrou no "Governo da Ditadura", através de sua política regional, um Estado conivente com o sistema e, principalmente estimulador de projetos nesta direção, razão pela qual, sobretudo nos anos 70 se disseminou por toda região os chamados Projetos Integrados de Colonização, como no caso do PIC da Barra do Corda,⁽¹⁹⁾ incluindo grandes faixas de terras dos índios Guajajaras.

Na verdade, a política de colonização do Governo Federal em execução pelo INCRA, vem sendo feita ao "arrepio" da Lei, como uma verdadeira "grilagem" oficial, dando origem a um

tipo de violência, onde o Estado para fazer valer o seu poder de força, subverte a ordem e, cria um "novo direito", às avessas, para que possa se manter o modelo político dominante. Nesse caso, o Estado mediatiza as contradições sociais e, sua ação provoca a emergência e/ou a intensificação dos conflitos no campo. Nestes termos, o Estado ao mesmo tempo, afirma e nega os Movimentos Sociais no Campo. Afirma-os, quando ao não dar solução aos conflitos abre "brechas" para a formação dos movimentos sociais e, nega-os ao utilizar o seu poder expressada como violência "legal", para contê-los. O Estado desta forma, manifesta-se como um produto das contradições de classe da sociedade brasileira da época.

O Projeto de Colonização oficial, ao qual nos referimos, que de integrador só existe como rótulo, foi implantado em 1970 na Transamazônica para assentar pequenos, médios e grandes produtores rurais em módulos de 50, 100 e, 500 ha. Desde a sua implantação até a presente data já foram expedidos mais de 6.000 Títulos definitivos (TD^S) de lotes rurais. Além disso, já foram expedidos também mais de 4.000 Autorizações de Ocupação (AO^S), existindo ainda cerca de 1.000 lotes rurais ocupados, formados por processos pendentes, geralmente em áreas de disputa de terra, nos quais seus ocupantes solicitam a liberação de seus TD^S. É isso, é o que a administração possui como informação oficial, pois segundo o Coordenador

"há muito mais ocupações na realidade, pois a cada dia, chega mais gente por conta própria".

Assim nos informou angustiado:

"não há planejamento que não fure, além do que não possuímos uma infra-estrutura suficiente para dar-

mos conta de todos os casos que surgem". (Entrevista: Coordenador do PIC/Barra do Corda/MA).

Quanto a existência de grandes fazendas na área que ultrapassam os 500 ha estipulados pelo Projeto para a sua instalação,

"isto nada mais é do que o resultado natural das livres forças de mercado".

nos diz o executor do PIC. Sobre este fato, em sua opinião:

"Como a terra é um bem alienável, os seus proprietários podem vender a quem lhes apouver e, aqueles que têm condições financeiras suficientes, possuem também o livre direito de comprar. Agora o que eu não acho correto é se comprar uma determinada área e, depois se cercar uma muito maior, como via de regra os "grandes" procedem". (Entrevista: Executor do PIC/Barra do Corda/MA).

O novo administrador⁽²⁰⁾ reconhece pois, as irregularidades, mas se revela impotente para solucioná-las, primeiramente porque não tem infraestrutura e, depois porque ao seu ver, não lhe compete, mas sim, a justiça.

Segundo informações da Coordenação do Projeto, há na área mais de 100 unidades rurais compostas por grandes fazendas, todas dedicadas à formação de pastagens e criação de gado de leite e de corte, das mais variadas "raças". A maioria tem incentivos fiscais do Governo Federal, como no caso da SABESA, grupo econômico com uma área de 30.000 ha, dedicado à pecuária, preferentemente gado nelore para corte.

Neste área, existe um expressivo número de posseiros-lavradores. Como a área, é de propriedade da Fazenda, esta está exigindo que desocupem as terras. Como os posseiros não aceitam deixar o local, está ocorrendo na área uma série de

conflitos (ver Vol. II. Anexo: Quadro V.Q.1, pág.) com uma forte carga de violência.

Há ainda, o caso do litígio com o grupo "PONTE" em Lagoa Grande, com aproximadamente 40.000 ha, onde está ocorrendo também vários conflitos entre posseiros e os proprietários da fazenda, através de seus capatazes e administradores que estão exigindo que os posseiros abandonem a área. Segundo o Coordenador do "PIC", este é um caso típico de "grilagem" de terras, já que o Grupo adquiriu por compra uma área de 20.000 ha, mas cercou o dobro dessa dimensão.

Quanto a superposição entre a área de abrangência do Projeto com partes do território indígena dos Guajajaras, o Coordenador salientou que:

"quando assumi a Coordenação do PIC esta situação já existia. Este planejamento é de 1970, época em que foi implantado o Projeto. Naquele tempo não se sabia que havia índios na área. Agora que já existe o problema, nem o MIRAD e, nem a FUNAI sozinhas podem resolver o impasse, só o Governo Brasileiro". (ENTREVISTA: Administrador do PIC-Barra do Corda/MA).

Outro caso de conflito nas terras Guajajaras, está ocorrendo no Povoado dos "Genipapo do Vieiras", onde se situa a "Aldeia dos Canabrava". Um grande grupo particular comprou uma extensa área de terras de grileiros, mas a área pertence aos índios, que por isso tem entrado constantemente em litígio por disputa das terras, que por direito faz parte de seu território.

Outro caso, diz respeito a área onde se localiza a "Aldeia da Cachoeira" dos Guajajaras. Grande parte desta área, foi reservada pelo MIRAD para assentamento de pequenos lavra-

reiras começaram a se recusar à comprar a madeira dos índios, por puro fingimento; dizendo que a FUNAI tinha lhes proibido de negociar com os índios e, estes então revoltados resolveram tomar a deliberação de organizar um grupo para ir à FUNAI e, por fim na proibição. Iniciaram uma negociação, mas como o órgão oficial se mostrou intransigente, então resolveram partir para uma prática "mais eficaz".

Sobre o caso, um dos índios em entrevista assim se referiu:

"Fomos na FUNAI reclamar, a FUNAI não quis ouvir, então prendemos... Nós manda na terra. A terra é do índio e não da FUNAI". (ENTREVISTA: Um Guajajara).

Sobre o caso, um dos índios em entrevista assim se referiu:

"FUNAI quer roubar madeira. Ela é que quer vender diretamente aos "brancos", quer ficar com o dinheiro". (ENTREVISTA: Um Guajajara)

Ouvindo a versão da FUNAI, através de um de seus técnicos na época da pesquisa, este nos relatou:

"Existem centenas de serrarias espalhadas na região, próxima aos Guajajaras. Compram a madeira dos índios a preços aviltantes. Entram na terra do índio, extraem a madeira, beneficiam, e, depois negociam para fora da região com grupos econômicos do Sul. Como a FUNAI através de uma Portaria decidiu proibir essas transações, os índios reagiram, a imprensa noticiou, toda a Sociedade foi contra a FUNAI, agora o órgão 'abriu mão', preferiu se omitir". (ENTREVISTA: Responsável pela reserva de Porquinho).

Na verdade, os Guajajaras são envolvidos nessas relações monetarizadas que ainda não dominam muito bem, mas os donos de serrarias e madeireiras são os que acabam lucrando: enquanto os índios empobrecem cada vez mais, sobretudo porque os recursos naturais de suas terras são esgotados seletivamente.

Outro caso digno de nota é exemplo da combatividade dos Guajajaras em prol de sua auto-determinação e autonomia política, foi registrado em novembro de 1988, quando os índios novamente insatisfeitos adentraram na FUNAI em Barra do Corda, para exigirem a retirada de 200 famílias de posseiros de suas terras, nas adjacências da Aldeia de "São Pedro dos Cassetes".

Durante vários dias permaneceram na sede da FUNAI e, só saíram de lá, quando a coordenação se mostrando impotente para resolver o problema, negociou em conjunto com eles a formação de uma Comissão composta por 20 índios escolhidos pela liderança dessa aldeia, para se deslocar até a Delegacia Regional da FUNAI na Amazônia, cuja sede administrativa situa-se em Belém/PA. De lá, viajaram para Belém por conta do órgão tutelador, com uma pauta de reivindicações, que exigia não só, a desocupação de suas terras numa dimensão aproximada de 2.600 ha senão também, recursos financeiros para indenizar aos posseiros, por suas benfeitorias já construídas na área.

Em audiência com o Delegado Regional, a Comissão dos índios saiu de lá, com a promessa de que o órgão oficial resolveria a questão, nos moldes como os índios estavam propondo. Na ocasião, o grupo de índios alertou a administração, que se a FUNAI não tomasse as providências necessárias, eles os índios, fariam a desocupação por conta própria à sua maneira.

Este caso do "Movimento dos Índios Guajajaras na Reser

va de São Pedro dos Cassetes", parece apresentar sinais de que os índios da Amazônia, particularmente os Guajajaras, depois de uma longa história de lutas, começam a compreender que a sociedade brasileira, não está simplesmente dividida entre "brancos" e "índios", mas entre expropriadores e expropriados. Chega o momento, em que o índio, apesar de não recuar ante a ameaça de expropriação de suas terras, olha ao posseiro também, como a um ser expropriado, que luta por sua sobrevivência na terra, ao ponto de racionalizar que as benfeitorias existentes na área ocupada pelos posseiros, produto de seu trabalho, devem por justiça, ser indenizadas pela FUNAI.

2.2 - MOVIMENTO DOS PLANTADORES/FORNECEDORES E TRABALHADORES RURAIS DE CANA DO PACAL

Este movimento ocorrido no Pacal, pequena comunidade rural da Amazônia, anteriormente pertencente ao município de Altamira no Estado do Pará e, hoje ao de Medicilândia/PA, teve origem em 1982, quando os plantadores, fornecedores e, cortadores de cana, aliados aos funcionários da Usina de moagem e produção de álcool e açúcar, administrada pela Construtora e Incorporadora Carneiro da Cunha Nóbrega Ltda. - CONAN⁽²¹⁾ tiveram atraso nos seus pagamentos de salários e, valores correspondentes pela safra colhida e entregue à citada usina.

Quando esta situação econômica de crise, que já se arrastava por mais de seis meses, começou a afetar a comunidade como um todo, gerou-se a partir daí, desdobramentos sociais e políticos de grande repercussão, sobretudo, a partir da morte de dois lavradores, que fazendo parte de pequenos grupos de pressão se insurgiram contra a alta administração da Usina.

A existência de uma crise econômica na base, afetando a própria sobrevivência dos trabalhadores e suas famílias, aliada agora, à uma crise política no vértice, pelo assassinato dos dois lavradores,⁽²²⁾ barbaramente trucidados, a mando dos administradores da Usina, foram os dois elos importantes para a sublevação de quase toda a comunidade contra o seu inimigo comum: a CONAN e, em última instância, o Estado, já que a Usina era uma Empresa Estatal, pertencente ao Governo Federal, implantada via INCRA.

A partir desse momento, o que inicialmente se identificava mais como pequenos grupos de pressão reivindicatório, nascido de uma situação conflituosa, como tantos outros e, que

por isso poderia até permanecer neste nível, tomou uma dimensão mais ampla e mais profunda, ultrapassando o nível mais geral e, mais complexo, repercutindo não só a nível local, mas, estadual, regional e até nacional.

Para se aprofundar sobre as causas econômicas, políticas e sociais que culminaram naquela situação duplamente crítica, necessário se torna uma análise retrospectiva sobre a implantação da Usina "Abrahan Lincoln", que funcionando como parte do Projeto do Pacal, Projeto Público que foi incrustado na própria selva amazônica, para dar suporte produtivo ao processo de Colonização Oficial do Governo da Ditadura Militar, durante a gestão do Presidente Médici, que entre outros objetivos, pretendia, segundo palavras textuais de seu discurso,

"transformar em pouco espaço de tempo, os colonos assentados nos projetos integrados de colonização-PIC's da Transamazônica em uma elite rural". (23)

A instalação da Usina foi realizada em tempo recorde, gerando falhas na organização e, na própria composição da Usina, que não possuía inclusive, nenhum planejamento sobre o sistema de produção, escoamento e, comercialização do produto. (24)

Diante de todos esses problemas, o INCRA decidiu em 1975 entregar a operação da Usina para a Construtora Zanini, que após dois anos, face a sua inexperiência na atividade, resolveu devolvê-la ao INCRA.

Em novembro de 1977, mediante contrato de comodato, o INCRA passou novamente a Usina, agora para ser administrada pela Cooperativa Integral de Reforma Agrária - CIRA, com a supervisão e os recursos financeiros provenientes do Governo Federal, fazendo parte do orçamento do INCRA.

Mais tarde, em 1979, não obstante o razoável trabalho que vinha sendo desenvolvido pela CIRA, o Projeto do PACAL foi, por determinação do Ministério da Agricultura, "emancipado" e, conseqüentemente a CIRA foi extinta, abrindo-se espaço para privatização da Usina.

Acreditando que a única saída para a crise que atravessava a usina "Abrahan Lincoln" fosse a privatização, o INCRA cedeu-a em comodato à "Cooperativa Regional Tritícula Serrana Ltda. - COTRIJUI, que idealizava transformar a usina em um empreendimento ainda maior com a transferência de associados do Rio Grande do Sul, além de utilizá-la como um meio para adquirir através do INCRA uma faixa de terra de 400.000 hectares de extensão. Como o Plano⁽²⁵⁾ de Colonização da COTRIJUI não deu certo, pois a área cedida pelo INCRA a esta Empresa pertencia ao território indígena dos Araras, então perdeu o interesse em administrar a Usina, preferindo devolvê-la ao INCRA.

Finalmente em 1981, a Construtora e Incorporadora Carneiro da Cunha Nóbrega Ltda. - CONAN, subsidiária de uma grande indústria usineira do Nordeste, interessada na Usina do Pacal, ganhou a licitação pública, como pretendente preferida para adquirí-la.

Na verdade, o desejo do Governo era tão grande para se livrar do Projeto do Pacal, que o INCRA embutiu inúmeras vantagens no contrato para facilitar o seu processo de privatização, tais como: o pagamento da compra⁽²⁶⁾ da Usina em dez anos, sem juros e correção monetária; além de

"se responsabilizar pela compra das safras de Cana-de-açúcar dos fornecedores, até que a Usina entrasse em operação e condições de plena capacidade de produção".⁽²⁷⁾

A safra de 1981 foi moída e paga corretamente em tempo hábil pelo INCRA, em nome da Empresa, isto é, da CONAN, como parte das responsabilidades contratuais do Governo.

Já na safra de 1982, que os plantadores colheram cerca de cento e setenta e cinco toneladas, só foram pagas as parcelas até setembro, mas as parcelas com vencimento quinzenal a partir de outubro de 1982 não foram quitadas.

No total, a CONAN já estava devendo cento e oitenta e cinco milhões de cruzeiros aos fornecedores de cana, que por sua vez, ficavam devendo aos plantadores, e estes, aos cortadores.

Com a intensificação da crise econômica vivida pela Empresa, a CONAN suspendeu a partir de janeiro de 1983 o pagamento dos próprios funcionários da Usina. Face ao crescente déficit de Caixa da Empresa, foi feita pelo INCRA uma Auditoria Contábil que concluiu por extravios de verbas e despesas com investimentos desnecessários e supérfluos. (28)

Como os plantadores não recebiam o que lhes era devido, resolveram então, não providenciar a colheita da safra de 1983, como uma forma de pressionar a CONAN a resolver o problema, pois como consequência, a Usina ficaria sem matéria-prima para produzir. Esta resolução tomada pelos plantadores, cuja maioria era composta por pequenos e médios produtores rurais, era também uma consequência de seu endividamento junto ao Banco do Brasil que financiara as plantações de cana de cana de 1982. Como não puderam honrar seus compromissos com a agência financiadora, esta por sua vez, não financiaria mais os novos plantios.

Já em pleno mês de maio de 1983, os fornecedores com

atraso nos pagamentos das safras entregues à CONAN, deviam por sua vez, aos plantadores, que também deviam ao Banco do Brasil e, aos cortadores de cana. Estes últimos, face a crise, ficaram desocupados, muitos dos quais sendo trabalhadores itinerantes abandonavam a área e se dirigiam aos garimpos de Itaituba, já que Medicilândia fica no trajeto. Para aqueles que não eram trabalhadores temporários e, possuíam raízes familiares no local, a situação econômica era grave.

Assim, nesta altura, todos encontravam-se completamente arruinados: Fornecedores, plantadores (Pequenos e Médios, já que os grandes embora em prejuízos são plantadores também de café e cacau); cortadores da cana, trabalhadores rurais em geral e, por extensão, toda a comunidade do Pacal, posto que a atividade econômica principal girava em torno da cana, produto básico da região do Pacal, responsável pelo maior número de empregos gerados entre a maioria dos trabalhadores rurais da localidade. (Vol. II. Anexo: VI.2, pág. 407)

Diante desta situação, disse o Bispo da Prelazia do Xingu e Altamira:

"O povo estava com fome. Todos estavam com grandes dificuldades para sobreviver. Não tinham mais crédito no comércio. As pessoas se viam forçadas a vender tudo o que tinham, inclusive a própria semente para o plantio. Venderam tudo e, ficaram sem nada. Então isso, criou uma situação tão explosiva, que eu poderia chamar de desespero". (29)
 (Trecho da Entrevista/D. Erwin Krautler, 1988).

Como a situação se agravava a cada dia que passava, sem nenhuma providência por parte do Governo, o clima tornou-se fortemente tenso e,

"todos estavam dispostos a tudo, até mesmo queimar e destruir toda a Usina e a própria plantação de cana que ainda restava". (Trecho da Entrevista/Um Cortador de Cana, 1988)

A partir desse momento e, sem receber nenhuma resposta aos apelos feitos às autoridades estaduais e federais, o povo começou a se organizar. Foram realizadas as primeiras reuniões comunitárias, depois vieram os Atos Públicos reivindicatórios em área livre, onde cada comunitário expunha seus prejuízos e suas necessidades prementes. Resolveram então, organizar uma grande passeata pela cidade de Altamira,⁽³⁰⁾ com a finalidade de sensibilizar ao Prefeito e a própria comunidade Altamirense, solicitando inclusive, apoio dos grandes comerciantes através de víveres e dinheiro, já que estava nos planos das lideranças, a organização de uma Caravana à Brasília.

Faz-se oportuno ressaltar que, vários comerciantes e empresários da cidade de Altamira também possuem grandes áreas de terras no PIC - Projeto Integrado de Colonização⁽³¹⁾ com plantação de cana e, na época também foram atingidos pelos prejuízos. É comprovado, que não se envolveram diretamente no Movimento, mesmo porque eram a minoria, representando apenas 2% do total de plantadores, além de possuírem também plantações de culturas diversificadas. (Vol. II. Anexo: VI.T.2., pág.407)

Sobre este aspecto, é esclarecedor a entrevista tomada do Presidente da União Democrática Ruralista-UDR de Altamira:

"Não, nós os grandes fazendeiros da região não se envolvemos no "Movimento" porque achávamos que era lá deles.

Eu estou falando desse movimento em meu próprio nome porque a Entidade que represento hoje, a UDR nem estava estruturada na época. Só em 1987 é que

foi fundada aqui na região. Mas pelo o que observei na época, e o que os meus amigos me contaram o negócio foi meio "feio" mesmo. Acho que os produtores e cortadores de cana tinham mesmo que protestar, mesmo porque atendendo um apelo do governo eles plantaram a cana. Aí o Governo não cumpriu a sua parte. Não moeu a cana e, causou prejuízos e danos econômicos a todos eles. Eles cumpriram a parte deles, faltava o Governo honrar seus compromissos. Agora o que eu não achei certo, foi o que eles fizeram na ponte. Bloquearam a estrada causando prejuízos a quem não tinha nada com isso, além de terem ameaçado queimar a ponte. Parece até que iniciaram o incêndio, mas depois parece que apagaram. Isso eu não achei certo, pois a Rodovia é uma estrada federal e, a gente tem que respeitar, senão vira o "caos". Acho que o protesto é válido, mas tem que ser dentro da ordem, mas isso eu acho que foi gente 'infiltrada' que não tinha nada a ver com o problema".
(Trecho da Entrevista" Pte. UDR/Altamira/PA.1988)

Basicamente, a Comunidade do Pacal, conforme se registra no Vol. II, Anexo VI.T.1, pág.406) é composta por 51% de pequenos e médios proprietários rurais, 40% de lavradores/posseiros e, 7% de trabalhadores temporários. (32) Enquanto a grande maioria se dedica a lavoura de subsistência e plantio da cana, os grandes fazendeiros dedicam-se às atividades da Pecuária (gado de corte e, de leite) e ao plantio do café e do cacau e, só secundariamente plantam cana. (Vol. II. Anexo: VI.T.2, pág. 407)

Assim, quando grande parte dos diaristas e trabalhadores itinerantes face a ausência de seus meios de vida preferiram abandonar a área em crise, foram fundamentalmente os pequenos e médios proprietários-produtores rurais, que se organizaram e, demonstraram uma maior combatividade política. Vol. II. Anexo:VI.T.3, pág.408) Aliás, o movimento do Pacal de-

monstrou que os segmentos sociais mais politicamente combativos foram aqueles que representativamente tinham mais a perder, porque estavam ameaçados com a ruína.

Os posseiros-lavradores também entraram na luta, pois a eles faltava indenizar parte de sua produção que incluía também, além da lavoura de subsistência, o plantio da caña. Os maiores prejudicados eram entretanto, os pequenos e médios proprietários-produtores triplamente endividados: deviam à Agência financiadora do plantio, cuja dívida aumentava cada vez mais face ao processo inflacionário geral porque passa a sociedade brasileira e, deviam aos "Gatos"; bem como aos cortadores permanentes que residiam na área.

É significativo lembrar inclusive, que as próprias lideranças orgânicas do movimento eram provenientes do grupo de pequenos e médios proprietários rurais. (33)

Apesar de toda a mobilização já realizada até aquele momento, com sérios confrontos entre os prejudicados e o "staff" da Empresa, além de várias ameaças de morte feitas pelos altos administradores da CONAN contra alguns lavradores "intransigentes", não havia nada de concreto em favor dos lesados.

O processo de negociação entre a massa trabalhadora e a Empresa administradora da Usina não chegou a uma solução. A intransigência dos trabalhadores em obter garantias efetivas de que suas reivindicações seriam plenamente atendidas e respeitadas em seus direitos, se justificava pelo descaso com que foram tratados esses direitos. O que parecia intolerância e/ou desconfiança, traduzia na verdade a ausência total de credibilidade dos administradores da Empresa perante a comunidade. O impasse era esperado e inevitável. O movimento recrudesciu

com as ocupações do Banco do Brasil, da Companhia de Abastecimento de Alimentos - COBAL, e, da Companhia Telefônica do Pará - TELEPARÁ e, chegou a seu clímax com o bloqueio da rodovia Transamazônica,⁽³⁴⁾ pelos trabalhadores e produtores rurais da cana.

Sem nenhum resultado concreto face ao descaso da Empresa no trato das questões, os comunitários, conscientes da necessidade de uma organização mais forte e efetiva, resolveram criar a "Associação dos Fornecedores de Cana de Transamazônica" - ASFORT, fundada no Pacal para congregar os interesses de todos os segmentos rurais que lidavam com a atividade da cana, isto é: fornecedores, plantadores e cortadores de cana. Seu primeiro presidente foi Francisco Aguiar Silveira, que ficou conhecido como "Chico da ASFORT".

É interessante notar que a fundação dessa Entidade se fêz necessária, pelo próprio vazio de poder deixado pelas organizações até então existentes no local, que não queriam se envolver diretamente com a questão ou mesmo não possuíam credibilidade para falar em nome dos oprimidos. O próprio Sindicato dos Trabalhadores Rurais por exemplo, estava atrelado às diretrizes oriundas da sede em Altamira, cuja liderança estava na época, nas mãos de um dirigente "pelêgo" colocado desde 1973 com a conivência do Governo da Ditadura.

Alguns líderes do movimento aliás, pertenciam também ao Sindicato, mas como não havia espaço político dentro dele para que pudessem desenvolver um trabalho em prol ao avanço da luta dos interessados, resolveram então participar da fundação da ASFORT.

Quanto aos Partidos Políticos que existiam, estes não se tornaram organizações mais visíveis sobre o problema,

talvez pela distância entre a sede municipal e o Pacal, já que estes só foram ter interesse maior na área, depois que o povoado foi elevado a categoria de Município, com o desmembramento de Altamira e Prainha e, subsequente criação do município de Medicilândia em 1987.

É notório ressaltar que na época da pesquisa, Medicilândia (PACAL) vivia uma intensa mobilização e efervescência política, que foi com grandes dificuldades que entrevistamos as mais expressivas lideranças do movimento na época, agora filiados a Partidos Políticos e, integralmente dedicados a eleição do primeiro Prefeito Municipal, que já estava naquela ocasião às vésperas.

Um fato digno de nota que pude constatar nas informações prestadas pela comunidade, foi de que se o Movimento tivesse que se organizar nesse momento, dificilmente teria possibilidade de êxito. Como grande parte dos entrevistados parecia convergir para esse ponto, resolvemos então explorar mais o assunto e, ficamos sabendo por exemplo, que atualmente as principais lideranças orgânicas do Movimento, que na época lutavam "ombro a ombro", sobre as diretrizes comuns que os comunitários formulavam através da ASFORT, hoje se encontram apartadas por interesses político-partidários diferentes.

Sobre esse aspecto parece que ficou evidenciado aquilo que "SOUZA MARTINS" já tinha levantado em seu trabalho sobre "Camponeses e a Política no Brasil", no que diz respeito

"a incapacidade dos Partidos Políticos no Brasil de acompanhar e absorver os conteúdos políticos e o verdadeiro sentido das lutas sociais no campo".

Com relação a este ponto, nos pareceu bastante es-

clarecedora a entrevista de um dos comunitários do Pacal:

"Acho que se os Partidos Políticos tivessem se metido, tudo iria para o brejo, pois os dirigentes dos Partidos querem sempre agir pelas cabeças deles; enquanto os interesses do povo naquele momento não é levado em consideração. Acho que isso é porque os Partidos têm interesses eleitorais. Há muita manipulação e, os interesses dos que lutam ficam relegados sempre pra depois. Veja hoje o "Zé Ramalho" e o "Chico da ASFORT" não se entendem mais. Cada um tá num Partido diferente e, os dois são candidatos à Prefeitura. Agora quem vai ganhar é mesmo o "Chico", pois ele foi muito importante no movimento e, isso ninguém esquece". (Trecho da Entrevista/1988: Líder Comunitário do Pacal).

Dentro do Movimento várias bandeiras de luta foram levantadas, mas na sua essência reivindicavam seis pontos principais:

- a) Imediato afastamento da CONAN da área como administradora da Usina do Pacal;
- b) Garantia formal pelo Instituto do Alcool e Açúcar - IAA do pagamento da safra de 1983, cujo plantio girava em torno de duzentas mil toneladas de cana, já em fase de colheita;
- c) Pagamento das parcelas das safras de 1982 em atraso, assim como atualização dos vencimentos atrasados dos funcionários da CONAN, cujo montante da dívida, já se aproximava de quatrocentos milhões de cruzeiros;
- d) Preços mais justos para a produção canavieira;
- e) Garantia de moagem da produção pela Usina "Abrahan Lincoln", da safra a ser colhida naquele ano;
- f) Garantia de novos financiamentos bancários para a plantação das futuras safras.

Além desses, haviam mais quatro pontos defendidos pela ASFORT, dois dos quais diziam respeito à impunidade e a violência que campeava na área; enquanto os outros restantes, se cingiam mais à luta de outros novos atores políticos na área, que na época, estavam começando a lutar por seus direitos.

Tais pontos se referiam a:

- g) Justiça pelo assassinato dos lavradores Antonio e Manoel de Souza, considerados pelo Movimento como os "mártires da Transamazônica";
- h) Fim da violência contra Trabalhadores Rurais";
- i) Livre acesso aos garimpos;
- j) Proteção das Reservas indígenas contra as invasões.

A inclusão desses dois últimos pontos na pauta de reivindicação e luta, embora contraditórios⁽³⁵⁾, revela uma preocupação do Movimento do Pacal em se ligar a outros movimentos de luta na área,⁽³⁶⁾ além de representar um reflexo de credibilidade que a ASFORT passou a ganhar entre outros segmentos de desfavorecidos, ou mesmo uma estratégia dessa Entidade para ampliar suas bases de adesão popular.

"Como os movimentos sociais são um espaço político onde se luta para se decompor a hegemonia dominante". (LOJKINE: 1980:310)

Então a ASFORT como interlocutora privilegiada que representava os interesses e as insatisfações dos oprimidos, tratou de ampliar seu espaço de ação para fortalecer o movimento.

Após várias tentativas de negociação junto aos órgãos governamentais, sem conseguir qualquer solução, a ASFORT

decidiu através de sua Assemblêia ampla, entrar na Justiça. Primeiro com um pedido de "Arresto" ⁽³⁷⁾ iniciado, mas logo arquivado pela Juíza de Monte Alegre. Posteriormente deu entrada num outro processo judicial pedindo a penhora dos bens da CONAN. Neste novo processo a execução da sentença chegou a ser determinada, mas o leilão dos bens não chegou a ser realizado porque a Empresa recorreu ao Tribunal de Justiça do Estado, através de um Mandato de Segurança, concedido em liminar pelo relator do Processo.

Desacreditando na imparcialidade dos fóruns da Região, a ASFORT resolveu entrar em juízo em Brasília-DF e no Rio de Janeiro, sem obter entretanto, nenhum resultado concreto. Desalentados pela morosidade da justiça e sem esperanças de que o problema poderia se resolver por mecanismos legais, a ASFORT organizou uma grande caravana até Brasília formada por treze (13) ônibus interestaduais fretados com o dinheiro do fundo do Movimento que já vinha sendo coletado há alguns meses.

No Distrito Federal fizeram uma grande concentração na Esplanada dos Ministérios, especificamente em frente ao Ministério da Reforma Agrária, com o seguinte slogan "O PACAL QUER FALAR" (Vol. II. Anexo: IX.F.2.1, pág.452), lá depois de muitos dias, onde se concentraram também em frente ao IAA e Ministério da Agricultura, finalmente foram recebidos para uma audiência às lideranças do movimento pelo então Ministro da Reforma Agrária "Professor Nelson Ribeiro e, seu Assessor o Economista Simão Jatene, mas deles só receberam promessas.

D. Erwin, o Bispo da Prelazia assim comentou em sua entrevista:

"Me parece que foram a Brasília cerca de quatro vezes sem conseguir nada. Percorreram todos os canais legais, mas sempre voltavam com promessas. Finalmente, mais uma vez foram a Brasília e apelaram para todas as autoridades a nível Estadual e Federal e, não conseguiram nada". (Trecho da Entrevista/1988: D. Erwin Krautler)

Esgotadas quase todas as possibilidades de negociação, o povo decidiu por unanimidade bloquear a estrada nos fins de maio de 1983.

"Foram mais de 10 dias de bloqueios, com uma fila de mais de 3.000 caminhões sem poder passar pela Rodovia Transamazônica". (Trecho da Entrevista/1988: Um Cortador de Cana do Pacal)

Durante esta fase crítica em que o povo resolveu interditar a estrada na altura do km 94:

"Estava todo mundo lá, não apenas os cortadores de cana, mas todas as comunidades circunvizinhas se fizeram presentes e, a decisão em não mais desobstruir a estrada sem uma solução, foi tomada pela maioria". (Trecho da Entrevista/1988: D. Erwin Krautler)

Diante desta situação, a ASFORT foi chamada à mesa das negociações com a CONAM, com a intermediação dos Governos Federal e Estadual (INCRA, IAA, Secretaria de Interior e Justiça do Estado do Pará).

Terminada as conversações, o fracasso dos mediadores revelava toda a contradição da ação do Estado na região, pois como esses órgãos poderiam ser mediadores imparciais em um conflito onde o próprio Estado tinha envolvimento e responsabilidades econômico-políticas "inquestionáveis"?

Face a inabilidade política dos mediadores em formular uma solução que satisfizesse o grupo majoritário, o movimento crescia cada vez mais, ganhando novas adesões, dentre as quais, um aliado político forte: a Igreja, instituição que detinha a respeitabilidade necessária, exigida pelos trabalhadores, depositária da confiança social de toda a comunidade.

A presença do Bispo no local do conflito deu novo alento ao povo que dali não se retiraria mais nem mesmo pela força.

É interessante ressaltar que, a atuação da Igreja no Movimento através da pessoa do Bispo, foi a de um mediador político importante, mas que se limitou a apoiar o movimento e, não interveir diretamente nele. Obviamente que, embora o Bispo tenha nos realçado a sua preocupação em não substituir as lideranças orgânicas do Movimento, o que lhe levou a ter um determinado comportamento diante daquela situação que já vinha se arrastando por muito tempo, a própria comunidade reconheceu nele uma das lideranças mais expressivas do movimento e, um dos fatores pelos quais,

"entendiam que se o Bispo estava com eles, era por que Deus estava também a favor do Movimento". (Trecho da Entrevista/1988: Um Comunitário do Pacal)

Isso foi muito importante, porque serviu como "fio simbólico" que lhes dava ânimo e esperança de continuar na luta.

Além do mais, a preocupação do Bispo que procurava dessa forma se comportar, porque achava que a comunidade tinha suficiente consciência para resolver seus próprios problemas, serviu entretanto, para que no momento de "pique", quando se decidiu a participar mais diretamente, a sua presença fosse

revestida de uma autoridade ainda maior, do que se estivesse todo tempo no local, participando de todos os desdobramentos do Movimento.

Sobre este aspecto, é bastante elucidativo o que nos retratou em entrevista:

"Quando chegaram os emissários do Governo pra' mediarem as negociações entre ASFORT e a CONAN, eu estava no Pacal. Me convidaram para a reunião, mas eu não queria participar, porque achava que o povo estava a altura de resolver junto com seus próprios líderes a questão. Mas o povo fez questão que eu como Bispo da região, participasse da reunião, então eu resolvi participar". (Trecho da Entrevista/1988: D. Erwin Krautler)

Como não se conseguiu uma solução negociada, o Bispo retornou à sede da Prelazia, em Altamira, só retornando dez dias depois.

"Eu cheguei lá, isso foi muito interessante porque o povo me recebeu com aplausos, dizendo: - Bispo graças a Deus que o Senhor chegou, porque hoje vamos "festejã" a nossa vitória, o governo resolveu atender nossas reivindicações!

Na verdade, o povo não sabia que na nova negociação que estava se desenrolando, os representantes do Governo disseram que não havia ordem de decidir nada e, que o governo não decidiria nada sobre pressão. Fiquei sabendo disso através do "Chico", aí então, eu disse: Chico nesta altura não adianta você me dizer isto somente a mim, mas você tem que dizer ao povo. Aí então, ele disse e, o povo se desesperou". (Trecho da Entrevista/1988: D. Erwin Krautler).

Na verdade, o compromisso maior da Igreja progressista na Amazônia, ala da qual faz parte o Bispo do Xingu, foi o

motivo básico, para que no momento mais crítico, em que estava em jogo a vida de centenas de pessoas, o seu pastor na figura do Bispo resolvesse lutar "ombro a ombro" com seu "rebanho":

"No momento do confronto com as tropas policiais, já que o povo não arredava o pé da estrada, eu poderia fazer duas coisas: sair e dar as costas para esse povo; ou participar da luta junto com o povo. Então eu optei pela segunda alternativa. Como o Chico estava sentado na frente dos comunitários na estrada, eu também me sentei e, aí automaticamente todo o povo resolveu se sentar também". (Trecho da Entrevista/1988: D. Erwin Krautler)

É interessante notar, a necessidade que tem os movimentos sociais de poder contar com o apoio de interlocutores privilegiados, e, no caso, a Igreja, é um desses agentes de grande prestígio no campo da Amazônia. Além disso, um dos fatores decisivos na condução dos movimentos, é a capacidade de suas lideranças em conseguirem se comunicar com os seus liderados, a fim de conseguir que o Movimento não se fragmente e, isso se verificou no Movimento do Pacal, assim como se observou também, que a profunda ligação da "cabeça" do movimento com o "corpo", fortemente "afinados" e identificados nos seus objetivos comuns, basta um olhar, um gesto simbólico qualquer, para que todos se comportem unanimemente de uma mesma forma. Nesta altura, a força simbólica parece "falar" mais alto do que as próprias palavras, principalmente quando as lideranças inspiram credibilidade, como nos casos da ASFORT e da Igreja, durante o Movimento do Pacal.

Inviabilizadas as negociações, o Governo do Estado resolveu desobstruir rápida e drasticamente a estrada, utilizando para tanto, tropas militares deslocadas do Município de Santarém.

As cenas de violência que se seguiram foram amplamente criticadas por toda a imprensa, sobretudo os espancamentos e as agressões sofridas pelo Bispo, comoveram a sociedade, criando em torno dos oprimidos, um sentimento muito forte de solidariedade e resistência à luta.

O papel do Estado como mandante e executor da violência através de suas forças policiais, justificou a ação da Polícia como uma medida necessária para desobstruir a rodovia e manter a ordem estabelecida. Nesse caso, o Estado através de suas práticas, funcionou não só como produtor da violência, mas principalmente, como um dos agentes reprodutores dos conflitos sociais no campo.

As prisões e agressões sofridas pelos trabalhadores e suas lideranças sem que fosse possível nenhum revide, a não ser a resistência temerária aos golpes das armas e aos gases tóxicos das bombas de efeito moral e lacrimogêneas lançadas pelos policiais, comoveu pela tenacidade de um movimento que se afirmara como tal, em plena luta. Acreditando na justeza de suas reivindicações, passaram para o plano de suas convicções.

A repressão atingiu seus objetivos, por ora a estrada foi desobstruída, mas agora era quase impossível ao Estado escamotear o seu verdadeiro papel em todo o processo: assumir sua elevada parcela de responsabilidade como aguçador da violência no campo, patenteada nas tristes ocorrências, desde a deflagração do conflito até a desobstrução da estrada pela força das armas.

O povo se dispersou enfraquecido no momento do confronto, mas agora ele estava organizado no espaço por um movimento forte que teria ultrapassado o caráter meramente econômico e corporativista, para se consolidar como um movimento es-

sencialmente político, por isso os comunitários denotando resistência na luta, voltaram a usar a estratégia de ocupar a estrada, até que suas reivindicações foram atendidas.

Da pauta de reivindicações do Movimento, os seis principais pontos que galvanizaram os prejudicados a lutarem pelos seus direitos foram, alguns plenamente e, outros apenas, parcialmente aceitos.

A CONAN por exemplo, foi afastada da administração da usina e, em seu lugar foi reativada a CIRA/PACAL, administrada por uma interventoria composta por três diretores, sendo dois do MIRAD e, um indicado pela ASFORT em assembléia com seus associados.

Os pagamentos das safras foram feitos, embora neste ponto, a maioria tenha revelado insatisfação, face os valores que não foram corrigidos corretamente pelo governo.

Atualmente os preços da tonelada da cana é estipulado pela ASFORT, de comum acordo com seus liderados e, este valor é respeitado e aceito pela administração da Usina; o Governo se comprometeu em reabrir uma linha de crédito junto ao Banco do Brasil, o que foi cumprido, tendo esta agência voltado a financiar a produção. Além disso, parte da dívida dos pequenos e médios produtores junto ao Banco, foi perdoada, apesar de ainda se queixarem dos altos juros provocados pela forte inflação da sociedade brasileira.

A safra de 83 foi integralmente moída na Usina e, o IAA pagou os prejuízos com o valor da produção deste ano.

Quanto a punição dos culpados pelo crime dos dois lavradores, sabe-se que um processo judicial foi aberto para esse fim, mas sem nenhuma conclusão satisfatória até a presente data. Além disso, continua a luta dos garimpeiros para terem

direito de extrair o ouro da Fazenda Oca; enquanto as reservas indígenas continuam sendo constantemente invadidas. Hoje o número de famílias posseiras em terras dos Araras, já contam quase mil. Sendo uma área de conflito e de grande tensão social, obviamente que, a violência não foi eliminada como queriam os trabalhadores rurais e, lutar nela pela sobrevivência, é sempre um risco de vida ou morte.

Na verdade, em todo Movimento Social, com diferença de graus, há sempre um ganho político. No caso do "Movimento do Pacal", quando se reflete em torno da "trilha" deixada pelos próprios atores; quando se observa o perfil atual do movimento, pode-se perceber como as lutas sociais emergem, amadurecem, avançam e, chegam a constituírem pólos de identidade, apesar de sua composição heterogêna.

O Movimento do Pacal surgiu em base à aglutinação de grupos que tem interesses comuns em torno de uma reivindicação econômica, mas aos poucos foi se perfilando através de uma participação social num movimento que cresceu, amadureceu e ganhou uma expressão além das metas econômicas reivindicadas, isto é, o movimento teve ganhos políticos que expressaram o grau de amadurecimento de seus participantes através da luta.

No caso do movimento em estudo, são também expressões deste ganho, por um lado a própria constituição da ASFORT e, por outro a inclusão de um representante da ASFORT no "staff" da Cooperativa que passou a administrar a Usina Abraham Lincoln, além da proposta do Governo de que a ASFORT no futuro, responderia pela administração da citada Usina, substituindo a CIRA.

A criação da Associação dos Fornecedores de Cana da Transamazônica - ASFORT foi importante, não só porque surgiu

no bôjo do próprio processo de luta, contribuindo para uma organização mais efetiva do movimento, mas porque atualmente, permanece como um espaço de participação social, de suporte aos interesses dos trabalhadores rurais da cana que, em certa medida, permite manter um determinado nível de dinamismo do grupo.

Na verdade, nenhuma das duas "concessões" do governo acima mencionadas, foram cogitadas durante a luta, nem mesmo fêz parte da pauta de reivindicações do movimento. Mas, nem por isso, deixa de ser uma conquista política, porque na base desta proposta do governo, esteve o próprio peso do movimento no confronto de forças. Este fato parece demonstrar, como já enfatizamos anteriormente que, o Estado não é uma estrutura monolítica e, sim uma realidade histórica que se constrói e reconstrói nos seus enfrentamentos políticos com setores organizados da Sociedade Civil. Acatando pois, alguns dos vários pontos de pauta da proposta do Movimento, o Estado brasileiro através de seus aparelhos estatais, a exemplo do INCRA e o IAA, teve que reconhecer que aquela luta não fora em vão, mas tinha avançado em direção a certas conquistas políticas. Além disso, as conquistas do Movimento para além dos horizontes da proposta original, evidencia ainda, que

"o projeto político de um Movimento Social não constitui algo rígido e inflexível, não está pois, previamente demarcado. Ele se constrói na práxis". (THOMPSON, 1982:21)

Caso a intenção do governo ao incluir um representante da "ASFORT" como membro do Grupo de Trabalho da CIRA, tenha sido a de querer cooptar aos plantadores e trabalhadores rurais da cana, dificilmente poderá essa sua intenção con

cretizar-se como um instrumento desmobilizador, já que a "ASFORT" continua como um espaço de participação constante; além de que o Governo, ao propor a futura administração da Usina à Associação, criou sua própria contradição, porque, se cumprir a proposta, abrirá precedentes para que em outras áreas de conflito se lute por essa possibilidade; e se não cumprir, a expectativa criada, poderá ser o motor de outra fase do Movimento.

Em todo caso, ninguém poderá prever os rumos que poderá tomar. É todo um desafio, uma vez que o movimento embora tendo criado uma ampla base popular constituída por lavradores/posseiros, pequenos proprietários e, todos trabalhadores rurais é, também engrossada por uma proporção menor de plantadores médios e, de alguns grandes proprietários, com poder, mas com pouca participação na produção atual da cana. Embora este último segmento, não tenha participado diretamente no Movimento, todavia apoiou-la de certa forma, mesmo que de um ponto de vista, mais material.

Na verdade, a desativação da Usina não era conveniente para ninguém, pois se isto ocorresse, privaria povoados e produtores, isolados na região, de dois produtos industriais de consumo importante (álcool e açúcar); além do que, embora secundariamente, poderia afetar a manutenção de obras de infraestrutura na região, tais como: rodovia, escolas, postos de saúde, eletrificação rural, meios de comunicação, transporte e, agências bancárias, as quais mesmo precárias, ainda existem em função da implantação do grande projeto público de Pacal.

Finalmente, para se concluir sobre a capacidade de resistência e luta do "Movimento do Pacal", nada mais explícito do que transcrever o lema da Associação criada no bojo do mo-

vimento pelos próprios oprimidos, como uma forma livre e consciente de luta em defesa e/ou conquista de ganhos políticos:

"É lutar para um dia vencer, mesmo que resistir signifique morrer!"

2.3 - A LUTA DOS POSSEIROS DO BICO DO PAPAGAIO

A Luta dos Posseiros da região do Bico do Papagaio como Movimento Social organizado pela reivindicação de seus direitos, particularmente a posse da terra no extremo norte do recém criado Estado do Tocantins, ⁽³⁸⁾ é bastante recente, datando sobretudo, a partir dos fins da década de 70, onde o trabalho da Igreja, ⁽³⁹⁾ através de seus Agentes Pastorais na organização das Comunidades Eclesiais de Base, passou a mediatizar a concretização de um processo marcadamente libertador na área.

"As CEB's estão sem dúvida, na raiz de muitas lutas e, é igualmente, fora de dúvida de que nelas a religião tem um papel libertador". (SOUZA MARTINS, 1985:105)

Obviamente que, o trabalho pedagógico da Igreja foi muito relevante, fundamentalmente porque nesta área o potencial explosivo produzido pelos conflitos na disputa de terra já era profundamente acentuado e antigo.

Nesta área, que faz fronteira com os Estados do Pará, Maranhão e, Goiás há uma longa história de luta, onde a violência exercida tanto pelos Grandes Proprietários das fazendas (Vol. II. Anexo VII.Q.1, pág. 423 a 424), instaladas atualmente no local, como pelo Poder Público, através de seus vários órgãos repressores e ideológicos contra os lavradores rurais, dedicados a maior parte de suas vidas ao trabalho na terra, desempenha um papel central numa tragédia que se escreve cotidianamente, de forma ininterrupta, por aqueles que sofrem as consequências das arbitrariedades praticadas impunemente, pelos donos do poder.

O processo de ocupação dessa área se iniciou na segunda metade do século XIX, mas foi a partir de 1940 que se intensificou o deslocamento de migrantes nordestinos, que tangidos pela seca se dirigiram para a região movidos pela própria necessidade de sobrevivência. Chegando lá se estabeleceram e, se dedicaram basicamente à agricultura de subsistência.

"Os problemas relativos à posse da terra começaram a surgir quando da abertura da rodovia Belém-Brasília, na década de 60, que face ao seu caráter de estrada de 'integração nacional', rasgou a selva Amazônica, propiciando a entrada de novos fluxos migratórios, agora não apenas de nordestinos, mas também de migrantes do Centro-Sul do País, que atraídos pelas facilidades de obtenção de grandes áreas de terras, reconhecidamente de alto potencial extrativista (madeiras nobres), se deslocaram para a região do Bico do Papagaio e, lá estabeleceram basicamente madeireiras e serrarias". [PINTO, 1986:17]

Historicamente o Brasil nessa década vive um período democrático, onde a ideologia nacional-desenvolvimentista ganha espaço considerável nas políticas públicas. Existe um clima indisfarçável de otimismo quanto ao destino que deve ser cumprido pelo país no contexto das relações internacionais. Era preciso desenvolver o país para romper com a dominação e a dependência econômica exercidas pelos países de capitalismo avançado. Para tanto, tornava-se necessário realizar uma verdadeira corrida contra o tempo, era preciso queimar etapas, ocupar as regiões menos densamente povoadas e, dessa forma, produzir riquezas e modernizar as estruturas produtivas do país.

"Em nome dessa modernização é que se estimula o 'pioneirismo' daqueles que, dotados de uma parcela de capital, se dispõem a enfrentar as desconhe

cidas e 'despovoadas' regiões a serem incorporadas à estrutura de mercado capitalista". (PINTO, 1986:17).

No bojo desse projeto nacional-desenvolvimentista é gestada ao mesmo tempo, entre as esquerdas duas propostas político-ideológicas diferenciadas, uma das quais acredita que o processo revolucionário teria possibilidades de eclodir a partir do campo. Essa disputa ideológica, todavia se fêz sentir, sobretudo nas regiões Sul e, Nordeste, principalmente com a organização das Ligas Camponesas.

No caso da Amazônia, com a construção da Rodovia Belém-Brasília e, a conseqüente valorização das terras se acelera o processo de expropriação pelo capital nacional e multinacional à região, pela territorialização dos grandes grupos industriais, comerciais e financeiros. Instalados em empresas agropecuárias e extrativistas altamente beneficiadas pelos incentivos fiscais, aceleram o processo de grilagem, que afeta frontalmente aos lavradores que para a região se deslocaram em décadas anteriores.

Após o breve lampejo democrático-populista do Governo Goulart, instalou-se um longo período de Ditadura Militar.

Embalados pela ideologia da "teoria dos espaços vazios" aliada a doutrina da "segurança nacional", numa filosofia de "integrar para não entregar", o Estado pós-64 deu prioridade a ocupação da Amazônia por grandes projetos econômicos, de capital nacional ou multinacional, que quizessem se estabelecer nas novas fronteiras recém-abertas, como no caso da região do Bico do Papagaio.

Sem condições de reagir frente as ações dos grileiros e, das "empresas" que se diziam proprietários legais da

terra, os pequenos lavradores-posseiros estabelecidos no local se viram de uma hora para outra pressionados/violentados para sair das terras. Muitos dos quais, sem ter para onde ir, procuraram resistir na terra, sujeitos à toda sorte de violência, enquanto outros, sempre empurrados de local em local, depois que desbravaram, limparam a área, e, construíram benfeitorias no local, pouco depois, se deparavam com o mesmo problema, já que não possuíam o título de propriedade da terra.

Sobre este aspecto, um dos entrevistados comentou dizendo:

"Na área, eu cheguei em 1966, era mata bruta. Não tinha uma picada feita por ninguém, era mata virgem. Entrei lá, eu, meus quatro irmãos e meu pai. Trabalhamos de 66 a 71; produzimos, fizemos estradas, passava até caminhão, era uma Canaã. Quando foi em 71, chegou o dono dizendo que ali era a Fazenda Santa Cruz, na mesma área, só que mais abaixo. Houve muito comentários de despejo e, até morte. Nós ficamos por último e, o que a gente queria era ficar na área e, agüentar a pressão e, ver se conquistava a terra. Mas naquele tempo, o povo era desorganizado demais. O povo não ia porque tinha medo de morrer. Nós ficamos, não tínhamos para onde ir. Eles foram até lá e, passaram por dentro de uma roça minha. Destruíram, arrancaram e acabaram com tudo. Aí fui na casa do meu pai e, chamei ele e meus irmãos, aí nós voltamos, e botamos eles pra correr. Eles eram três, nós éramos cinco. Com oito dias eles voltaram com 16 pessoas, pistoleiros e policiais. Eles resolveram obrigar meu pai a assinar um documento de indenização. Meu pai se negou. Foi quando eles agarraram meu pai e, fizeram ele assinar. Ele não queria, mas foi forçado a assinar e, recebeu Cr\$ 7.000,00 (sete mil cruzeiros) de indenização". (Trecho da Entrevista/1988: Líder Sindical da região do Bico do Papagaio)

Em fins da década de 60 e, princípios de 70, grupos de concepção socialista que a Democracia de Goulart embora fugaz permitiu existir, jogados na clandestinidade pelo Estado Autoritário, arquitetaram um plano de revolução, cuja estratégia era promover um grande levante a partir do campo. Infiltrados entre os "camponeses" da Amazônia, os intelectuais socialistas se utilizaram das técnicas de guerrilha rural, difundidas pela tendência maoísta nos anos 60.

Drasticamente reprimidos e vigiados nos grandes centros urbanos do país, esses grupos se transferiram aos poucos para a região do Araguaia, se concentrando, preferentemente nas áreas carentes de Marabá, Nova Palestina e, Xambioá no Estado do Pará, mas que faziam fronteiras com Tocantins e, por isso, próximas à atual região do Bico do Papagaio.

O movimento de oposição à Ditadura recebeu a denominação de "Guerrilha do Araguaia" e, sua "derrota" foi obtida pelo Exército a custa de muita luta e de práticas abusivas de intimidação, torturas e, até mortes, indiscriminadamente utilizadas contra os "subversivos", mas também às comunidades locais, que faziam parte do cenário histórico da guerrilha, além das adjacências.

"Na verdade, a busca e aniquilamento não distinguia quem era amigo e quem era inimigo... levou a uma agressão sistemática contra os próprios posseiros que resistiam na terra. Por isso mesmo, é que a repressão e o aniquilamento sumários se estenderam a centenas de quilômetros do foco da guerrilha". (SOUZA MARTINS, 1981:134/135)

A atuação das forças militares do Estado contra o movimento dito "subversivo" no período de 1972/74, embora tenha atingido também aos lavradores/posseiros, acrescentou até certo ponto, um conteúdo político novo aos "posseiros". Ao

mesmo tempo, em que se viam destituídos de seus direitos de posse, pela constante ação dos grileiros; a enorme violência exercida pela Ditadura a eles extensivos, agudizava seus padecimentos.

A solidariedade prestada aos guerrilheiros ocorria como uma forma de reação à incompreensível violência sofrida por todos. Na verdade, para os trabalhadores rurais, os guerrilheiros eram também trabalhadores da terra, posseiros como a maioria deles.

As constantes invasões das terras, a queima de roçados e, os sucessivos despejos judiciais ou não, aliados às constantes agressões físicas, as invasões de domicílios e, as prisões "injustificadas", efetuadas na mesma época pelas milícias particulares dos grileiros e, forças federais, civil e militar, criou um clima de terror, pânico e tensão nessas áreas e, em última instância preparou o terreno para que o seu potencial explosivo, mais cedo ou mais tarde, atingisse seu limite.

Assim, se a derrota dos vencidos foi uma vitória militar do Estado repressor; entretanto essa derrota, também foi uma vitória dos vencidos, do ponto de vista político, contra esse mesmo Estado Autoritário, pois, quem passa próxima da área onde ocorreu a Guerrilha, como no caso da região do Bico do Papagaio, pode facilmente captar as "seqüelas" da violência cometida naquela época, a partir da qual, a área ficou excessivamente visada pelo aparelho repressivo estatal. Entretanto, o cotidiano do posseiro somados à participação indireta nos acontecimentos no período da guerrilha, transformaram o lavrador/posseiro. Estes são hoje, sujeitos mais esclarecidos, embora, ao mesmo tempo, deixem transparecer a-

titudes de desconfiança, de revolta, às vezes contidos e, em outros manifestos. Não há meio termo, enquanto alguns sentem um pavor obsessivo e, por isso uma profunda desconfiança à mera presença de estranhos, outros aproveitam a oportunidade da presença dessas pessoas para desabafar todo o sentimento de revolta contido. (40)

Com relação a este aspecto, se constatou também este extremismo muito mais realçado nos homens do que nas mulheres, o que se pode inclusive, perceber pela observação feita por uma das mais atuantes integrantes da "Associação de Mulheres de Buriti":

"Nós, mulheres da região do Bico do Papagaio, somos o próprio 'bico do papagaio', bem tagarelas, não temos medo de falar, botamos a boca no trombo ne, o João, meu marido, esse daí, é um revoltado, por isso ele fala, mas os homens daqui não gostam de falar sobre essas coisas, o João é uma exceção". (Trecho da Entrevista/1988: Membro da Associação de Mulheres de Buriti/ Região do Bico do Papagaio)

Controlada militarmente a situação política, impunha-se ao Governo da Ditadura mecanismos decisivos para apagar qualquer resquícios de idéias subversivas na área. E o instrumento dos incentivos fiscais da SUDAM foi um desses mecanismos.

"Criados pela Lei nº 5.174 de 1966, este importante instrumento de política econômica oferecido pelo Governo Federal, só pode se fazer sentir efetivamente seus reflexos de 1972 em diante, já que no Artigo 1º estipulava que os empreendimentos para gozarem 100% dos benefícios dessa política teriam que se instalar "legalmente" na área até o

fim de 1971, ou entrassem em operação a partir desta data". (SUDAM/19 PDA, 1970:12).

Assim, estimulando-se a aquisição de grandes extensões de terras a grandes grupos empresariais nacionais e multinacionais na área, ocupar-se-ia os espaços vazios, ao mesmo tempo que, se desenvolveria economicamente as áreas carentes, evitando-se desse modo, a proliferação e a expansão de idéias comunistas no país.

Na prática, isto significou muita repressão, torturas, prisões e, mortes de posseiros e seus aliados naturais, como no caso dos religiosos e sindicalizados. Aliás, a região do Bico do Papagaio é uma das áreas mais conflagradas da Amazônia, aonde se registra o maior número de conflitos com forte carga de violência, face a grande disputa de terra na região. Além do mais, é uma das áreas que conta atualmente, com o maior número de projetos agropecuários implantados e incentivados pela SUDAM. (Vol. II. Anexo: II.Q.1, pág.278)

É importante frisar, que a "Luta dos Posseiros do Bico do Papagaio", embora inicialmente tenha se configurado como ações isoladas de revide e resistência na terra de alguns que se confrontavam com seus "algozes" em situações conflituosas, hoje todavia, já se constitui num movimento de luta conjunta da maioria dos trabalhadores rurais seja posseiros, diaristas e meeiros daquela região.

A luta pela terra face a carga de violência sofrida pelos oprimidos, perfilou-se como a causa comum, que de certa forma está permeando todo o movimento, sobretudo a partir da Fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Sebastião do Tocantins, surgido no bojo da própria luta pela posse da terra.

O Sindicato dos Trabalhadores surgiu em 1979, como uma necessidade que os atores sociais que faziam parte do Movimento (posseiros, arrendatários, diaristas e meeiros), tiveram de encaminhar suas propostas e reivindicações através de uma entidade que pudesse congrega e aglutinar os interesses dos associados. Nestes termos, a formação do sindicato foi resultado da própria experiência de luta e conscientização dos trabalhadores, iniciativa que é compartilhada pela própria Igreja.

As instalações deste Sindicato foi planejada para ser construída na área-sede do Município de São Sebastião do Tocantins, dado a facilidade de proximidade com outros órgãos ali existentes, como no caso, da própria Paróquia da Igreja e, administração municipal em geral.

Entretanto, na área destinada à sede do Sindicato, o Prefeito ordenou construir, em seu lugar, um Posto Telefônico. Não aceitando tal provocação do Poder Público, a comunidade prejudicada liderada pela diretoria do Sindicato na época, se dirigiu ao local da construção e, destruiu a estrutura do prédio já iniciado. O Prefeito na época, Dr. José Carneiro ameaçou colocar um contingente de 200 policiais em cima do povo, além de pistoleiros que já estavam preparados para atacar, caso necessário. A área ficou fortemente policiada e o prédio do posto telefônico, foi finalmente construído. Nas reuniões e vigílias comunitárias, os lavradores/trabalhadores rurais, junto com seus líderes acharam prudente contornar a situação, transferindo a sede do Sindicato para outro local. Assim, este foi finalmente instalado no povoado de Buriti, pertencente ao município, mas que na época da pesquisa, estava em processo de emancipação administrativa, uma vez que se trans-

formaria em um novo município, com o desmembramento de São Sebastião do Tocantins.

A fundação do Sindicato, nos diz um dos sócios-fundadores entrevistado:

"Se constituiu para nós num importante marco para o engrossamento das bases do Movimento, apesar de que, inicialmente, começou congregando só um pequeno número de associados.

Com a chegada do Padre Josimo⁽⁴¹⁾ na área, esse número de associados aumentou bastante, pois o Padre orientava muito os comunitários através de palestras, cursos, reuniões comunitárias e, conversas nas vigílias comunitário-religiosas, dizendo que era muito importante a união de todos para a luta comum". (Trecho da Entrevista/1988: Um Sócio-Fundador do STR de São Mebastião do Tocantins)

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais, sediado em Buririti/TO, constitui portanto, um dos Canais de maior representatividade das categorias trabalhadoras, através do qual, o "Movimento de Luta dos Posseiros do Bico do Papagaio", também se expressa. Há entretanto, outros canais, como a "Associação dos Trabalhadores Rurais do Centro dos Mulatos", distrito do município, que também desenvolve uma luta conjunta com o Sindicato e, a "Associação das Mulheres de Buririti",⁽⁴²⁾ fundada depois do assassinato do Padre Josimo, para dar novo alento ao Movimento dos Posseiros, que ficou de certa forma "anestesiado", perplexo, apresentando um certo refluxo em sua combatividade política após a morte do Vigário.

Segundo os informantes, a necessidade de várias agremiações associativistas, deve-se ao fato da enorme dimensão da região do Bico do Papagaio⁽⁴³⁾ que resulta na grande dis-

persão dos lavradores/posseiros em suas roças, distantes uma das outras, além do Sindicato, ter-se tornado um "alvo" muito visado, tanto pelos grandes proprietários da região, quanto pela autoridade policial e, jagunços pagos pelos grileiros e, fazendeiros instalados na área. Se referindo sobre a forte repressão aplicada, atualmente, contra essa entidade, um dos membros de sua diretoria, quando entrevistado, assim comentou:

"O Sindicato é, hoje um órgão bastante reprimido e, ameaçado às constantes invasões por jagunços e, até mesmo policiais. Eles invadem, quebram e desarrumam tudo. Batem, prendem e torturam sua direção e demais associados para que seja lhes entregue os "planos" e estratégias de luta, além de quererem saber onde estão, ou o que foram fazer seu Presidente e, delegação quando estes, precisam viajar a serviço do Sindicato". (Trecho da Entrevista/1988: Sócio do S.T.R. de São Sebastião do Tocantins)

O Sindicato conta atualmente com 1.500 associados, envolvendo em sua maioria posseiros (mais de 70%), além de trabalhadores rurais diaristas, meeiros, e, arrendatários. (Vol. II. Anexo: VII.T.1, pág. 418)

As principais atividades do Sindicato, que aliás convergem com os interesses do movimento em geral, são:

- . defender os interesses dos trabalhadores rurais, particularmente dos posseiros, com relação ao acesso à terra para o sustento e sobrevivência das famílias que trabalham nas posses;
- . dar apoio aos associados em caso de doenças e, enfermidades graves;
- . discutir os problemas da comunidade, visando traçar planos de ação para solucioná-los;

- . reivindicar os direitos da comunidade, encaminhando em forma de propostas às autoridades competentes;
- . orientar os comunitários sobre as formas de organização e mobilização política a serem utilizadas no "Movimento de Luta dos Posseiros" do Bico do Papagaio;
- . dar apoio jurídico aos associados em suas causas específicas.

No interesse do Movimento dos Posseiros, para o qual foi inicialmente fundado, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Sebastião do Tocantins, sediado em Buriti, busca articular-se com outras Associações e Sindicatos, como é o caso da Associação dos Trabalhadores Rurais do Centro dos Mulatos, que funciona como uma unidade avançada do Sindicato-Matriz, além de encetar com outros órgãos uma luta conjunta na causa dos posseiros.

Em 23.06.84, por exemplo, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Sebastião do Tocantins em conjunto com os Sindicatos de Sítio Novo e Itaguatins, bem como com a CUT, FASE, CPT/Nacional, CPT/Araguaia-Tocantins, CEBs e Associação dos Moradores de Anápolis organizou um grande "Ato Público" pela reforma Agrária em Augustinópolis, chegando a reunir cerca de seis mil trabalhadores rurais, durante o qual várias personalidades se pronunciaram, entre os quais os representantes do Partido dos Trabalhadores - PT/GO, a Central única dos Trabalhadores - CUT/Nacional, além da Deputada Federal Irma Passoni do PT/SP.

"Na ocasião, foram ouvidos depoimentos de vários posseiros sobre as arbitrariedades e a violência que vem sofrendo por parte das milícias particulares dos grandes proprietários de fazendas, gri-

leiros e, forças policiais do Poder Público, federal e Estadual". (LEME&OUTROS, 1987:92).

Ao final da grande concentração, dois pistoleiros (43) (braços armados do latifúndio) criaram um clima de tensão no local ao tentarem atropelar às pessoas presentes. Um dos lavradores que foi batido de "raspão" partiu para o revide, os pistoleiros saíram do carro e, um deles atingiu o lavrador com "Socos" e golpes com uma cadeira.

"O lavrador puxou uma faca e matou o pistoleiro com várias facadas, foi preso e levado para a Delegacia de Itaguatins". (Op. Cit.)

Nesta altura a confusão se generalizou e, os amigos e familiares do pistoleiro morto agrediram várias pessoas ligadas a CPT, CUT e, FASE, que haviam ficado na Praça, usando pedras e pedaços de pau. A Polícia se retirou do local e, o Presidente do Sindicato com o Padre Josimo, foram à Delegacia pedir ajuda, mas foram ameaçados pelo Delegado de serem presos, "até que os ânimos se acalmassem".

No mês seguinte (julho/84) vários pistoleiros invadem a Comunidade de Buriti, onde o Padre Josimo se encontrava em uma das casas dos lavradores, participando de uma "Reunião Comunitária". Na ocasião, os pistoleiros desestruturaram a reunião, atirando para o alto e atemorizando os Comunitários. É quando então, o Padre e várias pessoas da Comunidade, especialmente as lideranças do Sindicato na pessoa do seu Presidente (44) são ameaçados de morte. Como consequência da ameaça, o Padre registrou queixa do ocorrido em Araguaína e, solicitou a proteção ao Comandante do 3º BPM da região.

Segundo um dos membros do Movimento dos Posseiros, por nós entrevistados, é:

"através das reuniões comunitárias realizadas nos povoados, que é traçado o perfil dos desdobramentos que o movimento vai desenvolver, ou seja a maneira de agir frente as injustiças e a violência que os posseiros e, a comunidade em geral sofrem. Nelas são discutidas as medidas que devem ser tomadas e de que forma devem ser feitas as denúncias". (Trecho da Entrevista/1988: Comunitário do Movimento dos Posseiros do Bico do Papagaio)

Neste processo de organização e conscientização dos trabalhadores rurais na região, percebe-se que o trabalho pedagógico da Igreja progressista inscreve sua marca no tipo de socialização e participação social desses trabalhadores nos diversos espaços sociais onde se dá sua prática social. E a percepção desse tipo de intervenção educativa se dá fundamentalmente a partir dos próprios comunitários que prestaram informações:

"O Padre nos ensinou muita coisa. A presença dele na área, a partir de 1983 nos ajudou a vê muito do que estava acontecendo com a gente. Hoje estamos mais conscientes de nossos problemas e, de nossos direitos. A terra não pode ficar assim parada, sô com junqueira, quando tem tanta gente com precisão de trabalhar nela. Isso é contra Deus, é contra a Lei divina e, isso foi Josimo que ensinou". (Trecho da Entrevista/1988: Um Posseiro da região do Bico do Papagaio)

A metodologia da CPT, entidade da qual, o Padre Josimo Tavares era Coordenador na região do Bico do Papagaio, consiste em estimular um movimento que aos poucos crie um espaço social de participação. Assim, surgem e se organizam as CEB's onde iniciam as reflexões apelando para o fato de que, o Evangelho como processo histórico de caminhada iniciada por Cristo

no mundo, ainda possui um longo caminho a percorrer e, os próprios comunitários também participam dessa caminhada. Na sua pedagogia de participação social a pastoral rural estimula para que os comunitários descubram que, ao invés de cada um ficar isolado em seu conflito individual, se tornando uma vítima impotente e, incapaz de sozinho reverter o quadro espoliador, é preciso a união, a organização, onde cada comunitário ao descobrir-se como parte de um conjunto de expropriados pela injustiça da ordem social, se sinta capaz de reagir contra sua expropriação em forma coletiva.

De fato, a ordem social capitalista, na medida em que torna uma "minorias" (os que tem poder material para adquirir grandes áreas de terras) legal, coloca na ilegalidade milhares de pessoas, além do fato de que, para tornar "legal" a propriedade, precisa da mediação dos grileiros, que para expulsar os lavradores da terra, se valem de mecanismos ilegais, como no caso da falsificação de documentos e/ou anexação de áreas além daquela que foi adquirida por compra ou através do INCRA.

O "manto" de impunidade que acoberta este processo de legalização forjada em bases ilegais, é também um dos componentes que dão lugar ao aprofundamento da violência na região. Neste sentido, é comum a contratação de jagunços para a realização do "serviço sujo", ou seja à expulsão de famílias, que por teimosia preferem resistir na terra.

"Foi o que aconteceu por exemplo, com a família do lavrador Bartolomeu Carneiro Coelho, em setembro/1984, assassinado pelos 'pistoleiros de aluguel', quando ele, juntamente com seus parentes, se confrontaram num tiroteio com os jagunços, que além

de destruírem a roça, incendiaram o barraco dos "posseiros", ferindo gravemente o pai e o irmão da vítima". (Idem; Ibidem...)

Neste contexto de "ilegalidades" e violência surge no campo um novo agente social, ou melhor recria-se um antigo protagonista histórico, só que hoje, diferente do "jagunço" de antigamente, ele é produzido pelas relações sociais capitalistas e, por isso se torna um trabalhador para o capital. Esta figura é o "pistoleiro de aluguel", geralmente contratado como "segurança" pelos grileiros e fazendeiros da região para patrulhar suas terras e, expulsar destas, os "posseiros".

Atualmente já não se trata do antigo jagunço, criado na própria fazenda e, trabalhador como os demais, que na "calada" da noite era convocado para fazer o chamado "serviço sujo".

A estratégia do exercício da violência na expulsão dos "camponeses" para manter e estender ainda mais a já absurda concentração da terra, faz com que o latifundiário para enfrentar "levas" sucessivas de posseiros considerados "invasores", estimule a "profissionalização dos matadores".

Em décadas anteriores os "pistoleiros" atuavam individualmente, mas com a crescente necessidade deles atualmente, foram se organizando em grupos e, passaram a oferecer seus serviços aos interessados. Na medida em que existem enquanto grupos permanentes, surgiram outras necessidades, tais como: manter a tropa treinada; adquirir equipamentos mais potentes, tecnologicamente avançados; estabelecer "preços" pelos serviços prestados, montar esquemas de fugas e; esfriamento dos elementos "queimados"; ⁽⁴⁵⁾ além de pagar a Polícia a taxa de "Convivên-

cia/Conivência" para que não seja criado nenhum tropeço.

Estas organizações (um dos braços armados do latifúndio no campo) agem na região impunemente e, nos casos raros em que a Justiça se faz presente, são os "pistoleiros de aluguel" os únicos a serem presos e condenados. E quando isso acontece, foi assinada sua "sentença de morte", pois serão, certamente, eliminado pelo próprio grupo, enquanto os mandantes continuam impunes, mesmo quando em certos casos são denunciados pelos próprios assassinos.

No caso da região do Bico do Papagaio, os pistoleiros estão hoje, organizados no chamado "grupo solução". Contratados constantemente por grandes fazendeiros instalados na área, esse grupo é sediado na Fazenda "Vale do Juari", no município de Colméia/GO. Embora o "grupo" seja do conhecimento das autoridades federais, continua agindo impunemente na região e, possui como dirigentes dois "coronéis" reformados, sendo um do Exército e, outro da Polícia Militar do Estado de Goiás, respectivamente.

Como os pistoleiros organizados sabem que a autoridade policial do Estado é corrupta, já que está na folha de pagamento do grande fazendeiro, então existe um conluio entre o "grupo dos pistoleiros" e o "grupo dos policiais", tornando a vida dos "posseiros" um martírio de violências.

O pistoleiro que se atrever a denunciar o policial corrupto corre o risco de vida e, ao contrário também pode acontecer, ou o policial será automaticamente transferido para outro local, portanto o conluio é mantido coeso por um pacto de silêncio, que visa manter a própria existência da violência institucionalizada e, o próprio monopólio da violência es-

tatal, com apoio de grupos para-militares, (quando a força policial é insuficiente) que possuem poder material para exercê-la "em nome" dos grandes proprietários de terras.

Em maio de 1984, ocorreu um violento conflito entre a força policial do Estado e os posseiros da Fazenda Palmeira, quando o oficial de justiça José Moraes tentou a força obrigá-los a assinarem contrato de arrendamento para o fazendeiro proprietário José Marcelino de Queiroz. Na ocasião, os "posseiros" se recusaram, enquanto alguns se armaram e abriram tiroteio, havendo baixas de ambos os lados. Na refrega uma das mulheres do posseiro em luta gritou:

"Estamos no nosso direito, não vamos assinar nada. Estamos com Deus, só Deus tira nós daqui"! (Trecho da Entrevista/1988: Uma sócia da Associação das Mulheres de Buriti/Bico do Papagaio"

Sem conseguir o intento, o oficial bateu em retirada com os policiais, prometendo no entanto voltar em outra oportunidade.

"Alguns dias depois, houve a invasão do Povoado Centro dos Canários, cujos 'posseiros' residentes no local possuem roçados na Fazenda Palmeira. Os policiais e pistoleiros, cumprindo o prometido pelo Oficial de Justiça, realizaram uma verdadeira 'chacina' no local. Espancaram, torturaram e, destruíram trinta e três casas, deixando ao relento centenas de desabrigados". (LEME & OUTROS, 1987: 47)

Após a ocorrência da "Chacina do Povoado dos Canários", onde foram vitimados os "posseiros" da Fazenda Palmeira, foi tirada uma comissão pelos moradores do Local, que se dirigiu à Comissão Pastoral da Terra do Bico do Papagaio e ao Sindi-

cato dos Trabalhadores para denunciar o fato e as atrocidades que sofreram. No dia seguinte, foi encaminhada uma CARTA em forma de denúncia à Comissão dos Bispos da Regional Centro-Oeste, ⁽⁴⁶⁾ bem como às autoridades do Estado de Goiás; do MIRAD, CUT, da FASE e; da Anistia Internacional dos Direitos Humanos. O documento; além de incluir uma série de depoimentos dos posseiros violentados, exigia o fim da violência na área e, uma imediata Reforma Agrária na Região do Bico do Papagaio. Na ocasião, a "CARTA-DENÚNCIA" foi assinada pelo Presidente do STR; pela CPT da Região; pela CEB e; por várias lideranças da comunidade.

"Depois de alguns dias da 'Chacina do Centro dos Canários', o Fazendeiro-mandante José Marcelino Queiroz resolveu mostrar o 'feito' à sua esposa. Como os "posseiros" depois de organizados já reconhecem a figura do opressor, resolveram então, preparar-lhe uma emboscada justamente quando o casal estava retornando do Povoado. Como consequência, o fazendeiro e sua esposa foram assassinados". (Trecho da Entrevista/1988. Um posseiro da Região do Bico do Papagaio)

Seus familiares deram queixa à Polícia, que com extraordinária celeridade instaurou imediatamente o inquérito e, passou a investigar o crime.

Como parte das investigações a Polícia invadiu a 11.11.1984 novamente o Povoado em Axixá, prendendo treze lavradores, que foram espancados; torturados e; indiciados como participantes do crime. Na Delegacia de Araguaína, mediante violenta tortura, um deles, segundo a Polícia, declinou os nomes do Padre Josimo Tavares e da agente da CPT Lourdes Lúcia Goi (a Lourdinha, residente no Povoado de Buriti) como mentores intelectuais do crime. Com base nisso, o Sargento Coutinho pe-

diu ao Juiz de Itaguatins a prisão preventiva dos acusados do crime, como autores intelectuais. Os advogados da CPT e do SRT que acompanhavam o caso, conseguiram o relaxamento da preventiva dos dois membros da Pastoral e, por isso, Josimo e Lúcia foram soltos após seis dias de prisão.

Quanto aos posseiros presos, estes foram a seguir, transferidos para a Delegacia de Itaguatins. Ouvidos em novo interrogatório, negaram na frente do Delegado tudo o que haviam dito em Araguaiana, dizendo que:

"Tudo que falamos pr'o Delegado de Araguaiana é falso. Tivemos que mentir, porque os policiais diziam que, enquanto nenhum de nós acusasse, Padre Josimo e a CPT ninguém sairia vivo". (Trecho da Entrevista/1988: Um Posseiro da Região do Bico do Papagaio preso em Itaguatins)

Como se pode constatar, embora se tenha tornado discurso oficial do Governo e dos tecnocratas que a Justiça é morosa no Brasil por falta de infraestrutura, e nesta base justificam o lento exercício do sistema jurídico, assim como da deficiência do serviço policial, parece que os fatos aqui relatados, demonstram justamente ao contrário, mesmo e apesar de tratar-se de uma região tão longínqua dos principais centros urbanos da Amazônia, como no caso do Bico do Papagaio.

Neste contexto, pode observar-se ainda que, quando o crime é cometido pelos opressores, como no caso dos Fazendeiros da região do Bico do Papagaio não há celeridade nas investigações policiais. Na maioria dos casos, nos diz um dos Padres Jesuítas entrevistados, que atualmente atua na antiga Paróquia de Josimo, em São Sebastião de Tocantins:

"As providências legais tomadas pelo lado dos pequenos não são levadas em consideração pela "jus-

tiça' brasileira. Desde o descobrimento do Brasil, as leis s̄o protegem os grandes, aqueles que n̄o precisam de proteç̄o.

Para os pequenos, para os posseiros a justiça se torna t̄o morosa, que nem mesmo existe para eles. Para o povo, que espera tanto por justiça, a Lei nunca chega!" (Trecho da Entrevista/1988: Padre Jesuĩta da Parõquia de S̄o Sebastīo do Tocantins)

Quando no entanto a opinīo p̄blica pressiona, os õrḡos que t̄m peso na Sociedade pressionam e, a imprensa d̄a grande divulgaç̄o ao caso, como aconteceu no assassinato do Padre Josimo, ent̄o a Polĩcia s̄o se interessa pelo executor; enquanto o mentor intelectual, ou seja, o mandante, mesmo que seja denunciado fica sempre impune. S̄o interessa neste caso, o executor, j̄a que este, em sua maioria, ẽ tambẽm um "excluído" social. Sua vida n̄o faz falta e, por isso p̄de ser punido.

Por outro lado, se o crime ou ato de violẽncia for cometido pelos oprimidos em luta, para a justiça n̄o interessa a figura do executor, mas a do autor-intelectual, e, nesse caso a culpabilidade sempre recai seletivamente em determinada liderança ou nos principais mediadores sociais.

Verifica-se pois que, para os posseiros a justiça se transforma em injustiça. Contra eles, ela ẽ ao mesmo tempo, ágil e punitiva, enquanto para os grandes proprietários de terras e empresários ela se transforma num "manto protetor das injustiças e da impunidade". A favor dele, ela ẽ, ao mesmo tempo, morosa e impune.

A necessidade de "caçar" seletivamente as lideranças, n̄o s̄o objetiva enfraquecer o movimento, atingindo suas principais "cabeças", como tambẽm objetiva ter um "efeito-demonstraç̄o" aos demais, servindo de exemplo para os que ousarem se colocar contra o poder dominante.

A caçação é dirigida igualmente aos mediadores políticos e, nos locais, em que a Igreja Progressista é atuante, ela se dirige particularmente contra os agentes da Pastoral da Terra.

Como o Estado sabe que a Igreja tem poder que independe do Poder do Estado, mas que no seu exercício pastoral enfrenta o próprio poder do Estado, este através de vários mecanismos trata de reduzir e/ou eliminá-lo do campo de forças em confronto. O Estado faz o possível e o impossível para desmoralizá-la, pois sua opção pelos pobres, é contra a ordem imperante e, na sua perspectiva, constitui uma subversão dos valores da Sociedade Capitalista.

Uma expressão desta estratégia, foi observada no caso dos agentes da pastoral do Bico do Papagaio, na ocasião da insistência, com que a autoridade pública tinha em personificar as figuras de Josimo Tavares e Lourdes Goi, como os autores-intelectuais do assassinato do Fazendeiro José Marcelino de Queiroz no povoado de Axixá, mesmo sabendo que ambos estavam ausentes do local, onde se verificou o crime.

Para os da situação era importante ir preparando com a devida antecedência, toda uma "folha corrida" robustamente incriminadora e desabonadora da moral do Padre, para que a sua própria morte no futuro pudesse ser mais facilmente justificada perante à Sociedade.

Este comportamento realizado pelo Estado Autoritário, via sua omissão/conivência e sua participação, inclusive na denominada "Nova República", revela desde a ótica dos oprimidos do Campo uma falta de sensibilidade dos homens do "governo", pois para eles, não são os fazendeiros, os portadores de seu projeto de libertação, mas "Deus", através do qual,

já se descobriam, a sua imagem e semelhança, e para se libertarem do "Judas Escariotis", é preciso rezar e, ao mesmo tempo lutar.

Este processo contraditório está relacionado com a forma específica de se concretizar o capitalismo na Região Amazônica. O avanço das relações capitalistas no campo da Amazônia se processa, ao mesmo tempo, em base à exploração e, fundamentalmente a expropriação de milhares de lavradores e, a indêbita apropriação de enormes faixas de terras, transformadas em latifúndios. Isto gera situações altamente explosivas, abertas tanto à repressão sem limites, quanto a inúmeros movimentos sociais, os que não poucas vezes dão lugar a conflitos de ordem diplomática, face à intensa violação dos direitos humanos nessas regiões.

Assim, como consequência das repercussões das denúncias sobre violação dos direitos humanos feitas pelo "Movimento dos Posseiros" se apresentou a 29.11.1984 à região do Bico do Papagaio uma "Comitiva da Anistia Internacional dos Direitos Humanos" formada por dois representantes do Parlamento Europeu, vários Bispos da CNBB, ⁽⁴⁷⁾ além de várias lideranças sindicais brasileiras. Na oportunidade, foram tomados depoimentos dos posseiros sobre as arbitrariedades, prisões e, torturas efetuadas pelas forças militares do Estado em conjunto com as milícias particulares dos grandes fazendeiros da região.

"Como parte das estratégias de luta do Movimento, a oportunidade da comitiva presente, foi aproveitada para a realização de uma grande "Manifestação Pública" na cidade de Axixá, que reuniu cerca de 1.500 participantes, entre posseiros e, trabalhadores rurais em geral". (Idem, Ibidem...)

Em agosto/1985, lideranças do Movimento, em conjunto com a CPT da área, depõem sobre a violência na região, durante a "10.^a Assembléia Anual da CPT/Goiânia". Na ocasião, são denunciadas como principais agentes da violência na área, vários fazendeiros da região, que, acobertados pelo Pôder Público, com o envolvimento direto e indireto de políticos da área cometem todo o tipo de violência contra posseiros, sem a mínima consideração para com os direitos da vida humana. Como as denúncias partiram de lideranças sindicais, posseiros violentados e, principalmente do Padre Josimo Tavares, então os delatados resolvem fechar o cerco contra ele e às comunidades envolvidas nos conflitos.

Em 15.04.1986, o Padre Josimo Tavares quando se dirigia à Imperatriz/MA sofre um atentado⁽⁴⁸⁾ contra sua vida nas proximidades de Augustinópolis. Depois de tomada as providências legais cabíveis, a Igreja através de cinco Bispos da Regional Tocantins/Araguaia vai até ao Presidente da República José Sarney e ao Ministro da Justiça denunciar a violência na área e, ao mesmo tempo solicitar proteção à vida do Padre, que estava naquele momento ameaçado de morte.

Se referindo ao atentado que sofreu, o Padre Josimo Tavares através de uma "Declaração" assim se expressou:

"Entendo que este atentado se põe dentro do contexto social da região, em seu aspecto de luta pela posse da terra.

Os lavradores do Bico do Papagaio, vindo de vários Estados do Brasil, há muitos anos estão resistindo em pedacinhos de terra, enfrentando sob o risco de vida, a violência das grilagens e o roubo de terras. Grileiros e fazendeiros da região, considerando a possibilidade real de uma distribuição de terras em favor dos posseiros, liderada pelo Governo Federal; se armam com fortes

calibres e tentam destruir as pessoas que julgam serem os cabeças do Movimento dos Trabalhadores Rurais.

O que sofre é, pois, a demonstração objetiva, inquebrantável, da vontade e da decisão política dos grileiros da parte de fazendeiros da região de impedir uma mínima realização do Plano Nacional de Reforma Agrária, do Governo Sarney. Pois qualquer tentativa de aplicação do PNRA; significaria também, para eles, uma perda do enorme poder político e administrativo que controlam neste extremo Norte-Goiano". (Trecho da Declaração do Pe. Josimo Tavares após sofrer o atentado contra sua vida)

Em abril/1966, o pistoleiro "Donda" irmão do Vereador Osmar Teodoro é assassinado num sítio em Buriti/TO, num conflito com os posseiros, onde ele fazia parte de um grupo que estaria expulsando vários posseiros que trabalhavam aquela terra de propriedade de seu irmão. O Vereador então, acusa o Padre Josimo Tavares como autor-intelectual do crime, por considerá-lo "insuflador" dos posseiros contra os fazendeiros da região.

Finalmente, a 10.05.1986, o Padre Josimo é assassinado em Imperatriz, ⁽⁴⁹⁾ no mesmo dia em que a União Democrática Ruralista - UDR, organização que congrega Fazendeiros em oposição à Reforma Agrária, estava sendo fundada e estruturada na região.

O entêrrão do Padre Josimo conseguiu congregar mais de cinco mil pessoas; entre trabalhadores rurais, Bispos; Padres; Freiras; Agentes Pastorais e; autoridades governamentais; entre as quais; o então Ministro da Reforma Agrária, Nelson Ribeiro, que dias depois, foi destituído do cargo pelo Presidente da República.

A caminhada até ao Cemitério foi transformada em "Atos de Protestos", onde o Governo Federal foi alvo de Críticas pela impunidade dos responsáveis e, ao mesmo tempo por participar diretamente através de suas forças policiais nos atos de violência no campo. (Vol.II. Anexo: X. Memórias do Movimento, pág.484)

Uma vez aberto o Inquérito Policial para apurar o crime, que aliás consternou a opinião pública brasileira, foi finalmente decretado a prisão do executor do delito, no caso o pistoleiro Geraldo Rodrigues da Costa, o mesmo que havia atentado contra a vida do Padre anteriormente e, que fora contratado para matar Josimo por cinquenta mil cruzeiros. Preso cumprindo pena de reclusão, o pistoleiro depois de vários interrogatórios resolveu revelar os nomes dos mandantes do crime.

Segundo é voz corrente na área, o crime teria sido tramado por vários fazendeiros, pertencentes a UDR, com a participação direta de políticos (Deputados, Vereadores e Prefeitos) da região.

Como dentre os nomes dos mandantes declinados pelo "pistoleiro de aluguel" está o do Vereador Osmar Teodoro da Silva, o Diretor-Superintendente da Polícia Federal resolveu concluir que o crime constituiu uma "vingança pessoal", sem maiores conotações políticas, pois em sua opinião, foi um crime para vingar a morte do irmão do Vereador.

Analisando-se entretanto, as conclusões da Polícia Federal, ficam todavia, as seguintes indagações sobre o caso:

- Por quê os outros nomes denunciados pelo matador foram abafados pelo Governo? - Como pode o crime ser considerado uma vingança pessoal, se não foi o Padre quem assassinou o pistoleiro "Donda"? - E se a Polícia tem tanta certeza de que foi vingança pessoal, porque o mandante delatado pelo criminoso não foi punido?

Para o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Sebastião do Tocantins, sediado em Buriti, quando entrevistado sobre o crime, assim se referiu:

"O crime do Padre Josimo Tavares foi decorrente de uma "lista negra" elaborada por grandes latifundiários da região do Bico do Papagaio que viram na figura do Padre uma ameaça às suas propriedades rurais, particularmente, as enormes porções de terras que obtiveram às custas da grilagem. Por isso muitos trabalhadores já morreram e, eu mesmo estou também nesta "lista negra". (Trecho da Entrevista/1988: Pte. do STR de S. Sebastião do Tocantins)

Por outro lado, um dos proprietários de terras do local, pertencente a UDR, quando entrevistado comentou:

"O Padre Josimo colheu os frutos da violência que vinha semeando já há bastante tempo na região. O seu fim não poderia ser de outro jeito". (Trecho da Entrevista/1988: Sócio da UDR)

Após a morte do Padre Josimo Tavares, reconhecida-mente pelos entrevistados como uma das lideranças mais respeitadas da região, que aliás, fez da causa dos posseiros, por razões de ofício, a sua própria razão de viver, a vida dos Posseiros do Bico do Papagaio transformou-se num verdadeiro martírio de violências.

O próprio Padre, se referindo sobre o assunto, disse:

"Pois é gente, eu quero⁽⁵⁰⁾ que vocês entendam que o que vem acontecendo na região do Bico do Papagaio, não é fruto de nenhuma ideologia ou facção teológica e, nem por mim mesmo, ou seja, pela minha personalidade. Acredito que o porquê de tudo isso se resume em quatro pontos principais:

1) Por Deus me ter chamado com o dom de vocação

- 2) Pelo Senhor Bispo D. Cornélio me ter ordenado Sacerdote;
- 3) Pelo apoio do povo e do Vigário de Xambioá, então Padre João Caprioli, que me ajudaram a vencer nos estudos;
- 4) Por eu ter assumido esta linha de trabalho pastoral, que pela força do Evangelho me levou a me comprometer nesta causa a favor dos pobres, dos oprimidos e, injustiçados posseiros.

O discípulo não é maior do que o mestre - "se perseguiram a mim, hão de perseguir vocês também"...

Tenho que assumir. Agora estou empenhado na luta pela causa dos pobres lavradores indefesos, povo oprimido nas garras do latifúndio. Seu eu me calar quem os defenderá?

- Quem lutará a seu favor ?

Eu pelo menos não tenho nada a perder. Não tenho mulher, filhos e, nem riquezas. Sequer ninguém chorará por mim. Sô tenho pena de uma coisa: de minha mãe que sô me tem a mim e, não mais ninguém por ela. Pobre viúva, mas vocês ficarão aí e, cuidarão dela por mim. Nem o medo me detêm. É hora de assumir. Morro por uma justa causa. Agora quero que vocês entendam o seguinte: 'Tudo isso que está acontecendo é uma consequência lógica resultante do meu trabalho na luta em defesa dos pobres, em prol do Evangelho que me levou a assumir até as últimas consequências.

A minha vida nada vale em vista da morte de tantos pais lavradores assassinados, violentados, despejados de suas terras, deixando mulheres e filhos abandonados, sem carinho, sem pão e, sem lar". (Testamento Espiritual do Pe. Josimo Tavares, quinze dias antes de morrer)

Ao se referir sobre a importância do trabalho desenvolvido pelo Padre, junto aos trabalhadores, uma das mais ati-

vas integrantes do Movimento, assim se expressou:

"O Padre Josimo para nós trabalhadores rurais, foi muito importante. Nós estávamos como uma planta abandonada, murchando, morrendo sem água. Ele chegou, regou e ensinou a cuidar dessa planta, que hoje somos nós. A árvore já está dando frutos.

Com a morte do 'Jardineiro', que foi como o Padre Josimo foi para nós, muitos desanimaram, mas outros contornaram e, não vamos esmorecer, pois a árvore já florificou". (Trecho da Entrevista/1988: Comunitária do Movimento de Luta dos Posseiros do Bico do Papagaio)

Um dos grupos que procurou "contornar", ou seja reanimar o movimento após a morte do Coordenador da CPT local, foi o das Mulheres, que como trabalhadoras rurais, ao lado de seus maridos, enfrentam também, uma árdua luta no que tange aos direitos que possuem de trabalhar como "quebradoras de côco". Para dar mais apoio ao Movimento, ao lado do Sindicato e da CPT, foi fundada a "Associação das Mulheres da Região do Bico do Papagaio", sediada em Buriti/TO, que segundo a sua Presidente, possui como objetivos: ampliar as oportunidades de emprego das mulheres da região; criar novas frentes de trabalho, apoiar a luta das mulheres sobre o direito de trabalharem e, participar de uma forma mais efetiva da luta dos posseiros da região.

Atualmente, esta Associação está desenvolvendo um trabalho de conscientização das mulheres, para que estas se sintam mais comprometidas com os problemas da área e, venham a participar mais da vida comunitária, apoiando o movimento de luta em prol da Reforma Agrária. Em sua sede, são realizadas reuniões comunitárias e palestras para dar informações sobre o movimento, bem como transmitir experiências de como combater

os problemas de saúde das mulheres e, das crianças do local. No momento, a Associação durante o dia, fornece cursos de costura às mulheres interessadas nesta atividade e, durante a noite, desenvolve um curso de 1º grau em turmas multiseriadas, cujo professor na época, era um dos membros da Diretoria do Sindicato.

Segundo a Primeira Presidente, que nos prestou entrevista:

"As mulheres da região, além de trabalharem como lavradoras, várias delas exercem a 'quebra do côco', como atividade suplementar. As quebradoras de côco, sofrem por parte dos fazendeiros várias injustiças, que não aceitam que sejam retirados de suas Fazendas o babaçú, produto do qual as mulheres extraem o côco, para venda e, assim suplementar a renda familiar". (Trecho da Entrevista/ 1988: Pe. da Associação das Mulheres de Buriti/ Região do Bico do Papagaio)

No Centro dos Firminos, Povoado de Augustinópolis, na Região do Bico do Papagaio, residem cerca de duas mil pessoas, todos trabalhando como arrendatários, sofrendo as maiores humilhações e sujeições dos que se dizem proprietários das terras. De sol a sol, esses lavradores desbravam a mata selvática, arrancam a juquirá, brocam o terreno, semeiam, cuidam do arrozal e, colhem o produto. No final da safra, pelo "Contrato de arrendamento", muitos dos quais, foram forçados a assinar, ficam obrigados a entregar aos fazendeiros, "donos" das terras, a metade da produção, além de serem obrigados ainda por contrato, de consertarem a cerca de arame quando a mesma se deteriora e, principalmente no período de um ano, são obrigados a deixar a área com pasto formado no interior da propriedade, caso contrário não serão mais admitidos no ano se-

guinte como arrendatários de uma nova área para repetir o mesmo processo, e assim são forçados a procurar outro lugar.

Ressalte-se que o proprietário, além de todas essas exigências, ainda os proíbem na maioria dos casos, de plantarem o feijão, a fava e, a mandioca, pois, segundo os fazendeiros, essas culturas de subsistência não tem valor no mercado e ainda empobrecem o solo, deixando-o "cansado" para a formação das pastagens.

Diante de todas essas dificuldades a que estão subordinados os trabalhadores rurais (lavradores) da região, a Presidente da Associação das Mulheres nos diz que:

"Quebrar o babaçú para dele extrair o côco é ainda a 'salvação da lavoura'.. É o único meio que nós encontra para ajudar no sustento da casa". (Trecho da Entrevista/1988: Pe. da A. M. de Buriti, Região do Bico do Papagaio)

No mato, elas enfrentam todo tipo de risco para captar, juntar, carregar e quebrar o babaçú. Uma vez extraído, o côco é vendido para o comerciante-intermediário a preços baixíssimos.

A esse respeito, uma das "quebradoras de côco" da região assim se expressou:

"Nós não tem forças de exigir um preço mais justo, pois a necessidade é grande e, não espera, por isso, temos que vender". (Trecho da Entrevista/1988: Mulher Quebradora de Côco da Região do Bico do Papagaio)

Com o pouco que arrecadam com a venda do produto, elas compram café, querosene, sabão, açúcar e, até roupas e remédios. Então para essas mulheres, as palmeiras do babaçú, é

de grande importância para a sua sobrevivência. Delas, é retirado o fruto de onde extraem o côco que não só comercializam, mas que também o utilizam na produção do azeite e do leite com que temperam suas comidas. Da casca fazem o sabão e, também o carvão, que não só, os utilizam como vendem. As palmas das árvores do babaçú servem para cobrir suas casas, fazer "paredes", "côfos", abanos e esteiras. E da madeira das palmeiras quando "apodrecidas", retiram o "paul" com que adubam suas pequenas hortas caseiras.

Sobre a situação do produto que atualmente a comunidade vem enfrentando com os fazendeiros, face a proibição que estes exercem para a não retirada do babaçú de suas terras, um dos cânticos de protesto que a comunidade compôs, expressa muito bem a luta dos quebradores de côco da região:

"Sem o babaçú, nós homens e mulheres sem-terra, morreríamos mais depressa. O nosso babaçú que Deus deu sem querer nada, agora o rico toma pr'a vender de carrada".

Os grandes fazendeiros da região para não deixarem catar o fruto de suas terras, vem realizando uma grande derrubada da palmeira do babaçú. Sobre a devastação das árvores praticada pelos proprietários das terras, os entrevistados assim, se manifestaram:

"É um crime contra a natureza e contra a vida dos moradores do povoado. Não é justo que um grupo de ambiciosos fazendeiros destrua tão abundante força de vida sem serem punidos pelo IBDF, que se intitula defensor da natureza.

Fazemos então, um apêlo para que as autoridades competentes e, sobretudo ao IBDF, que impeçam essa derrubada agressiva e irresponsável dessas

árvores nativas da região, que representa a base do sustento de muitos trabalhadores sem terra. Punir esses fazendeiros criminosos é defender a própria nação". (Trecho da Entrevista/1988: Um Posseiro da Região do Bico do Papagaio)

Outra grave denúncia feita pela Associação, como uma das entidades que também faz parte do Movimento dos Posseiros, é o recrutamento de crianças pela Polícia local para a formação de uma "Polícia Mirim".

Segundo a entrevistada:

"ao invés das crianças serem educadas para a paz e a fraternidade, estão sendo educadas para atacar, vigiar, punir e, machucar os outros". (Trecho da Entrevista/1988: Posseira do Bico do Papagaio, associada da A.M.B.)

As crianças arregimentadas são submetidas a intensos exercícios físicos, tais como: rolar pelo chão, saltar de grandes alturas, escalar paredes, que inclusive provocam ferimentos no corpo. Essas crianças estão sendo incentivadas a bater em outras crianças como parte do treinamento.

Um dos exemplos emblemáticos aconteceu no Povoado de Buriti, quando um menino de 10 anos de idade foi surrado por vários "policiais-mirins", sendo posteriormente algemado e derrubado ao chão.

Segundo as informações dos entrevistados:

"bateram tanto no garoto, que chegaram até tirar sangue dele. Armados de cassetetes essas crianças-policiais" respiram um clima de violência e, preparam-se para um futuro perigoso". (Trecho da Entrevista/1988: Um posseiro do Bico do Papagaio)

A polícia da região recruta as crianças tornando-as violentas e usam-nas para serem espãs dentro da comunidade.

Este aspecto, bastante peculiar da violência que campeia na região do Bico do Papagaio precisa pois, ser analisado com mais profundidade e acompanhado em seu desenvolvimento futuro.

Muito embora os órgãos repressores do Estado se utilizem basicamente de mecanismos de violência aberta, física, tais como espancamentos, torturas, prisões e, assassinatos, seria impossível pretender lograr legitimidade aplicando tais medidas extremas de modo contínuo e, muito menos seria possível inculcar através desta estratégia a cultura dominante, particularmente no que diz respeito a primazia do direito de propriedade sobre o de necessidade. Mas há indícios que através da estratégia aplicada na formação da "Polícia Mirim", tenta-se inculcar na mente dos indivíduos a violência como um dos componentes da ordem legitimamente dominante.

Assim, procuram através de uma "ação pedagógica" fornecer uma educação de base violenta às novas gerações, no intuito de garantir a reprodução cultural da violência na região e, em última instância, fazer com que os dominados se conformem aos desígnios dos dominantes, na medida em que internalizam o componente da violência como parte integrante e legítima dos valores da classe privilegiada.

Como na verdade, a inculcação da violência imposta como parte da cultura dominante através de uma ação pedagógica, só pode ser conseguida a médio e a longo prazo. E como o Poder Público através de seus instrumentos de política, exigiu da parte dos grandes capitalistas a ocupação imediata do espaço regional, sob pena de não serem beneficiados com os incentivos governamentais; então o capital concretamente se desenvolveu adequando-se às condições e recursos que a sociedade lhe

oferece num dado momento histórico e num dado espaço social.

"Assim, organiza sua produção em base a relações capitalistas, mas também recria ou modifica formas sociais não capitalistas de produção e trabalho, subsumidos ao seu processo de valorização".

BARTRA, Armando, 1979:21)

Na Amazônia, o capital recorre além do trabalho assalariado, principalmente ao trabalho não-assalariado através de suas formas de produção agrícola familiar, sejam eles posseiros, pequenos arrendatários, meeiros e pequenos proprietários.

O capitalismo se desenvolve pois, de forma específica. Mesmo os empresários de grande capital nacional e transnacional na Amazônia se tornam grandes latifundiários, não isentos das atividades de grilagem e praticando violências até a nível das relações de trabalho. Quando mantêm relações de assalariamento no interior do empreendimento agropecuário ou extrativista, estas raramente, são relações diretas entre o capital e o trabalho, mas intermediadas pelo "gato" ou empreiteiro, o que dá lugar a existência de formas assemelhadas ao "trabalho escravo". Por outro lado, esses capitalistas não fazem grandes inversões de capital nos seus empreendimentos, mas recorrem sempre aos benefícios dos incentivos fiscais, além de outras estratégias para manter a terra improdutiva, paralela a uma dinâmica discreta de produção, já que o objetivo central é conservar a propriedade com fins de especulação imobiliária.

Neste contexto, muitos proprietários das grandes fazendas da região são na verdade os principais agentes, ao lado do Governo Federal, estimuladores das invasões praticadas por inúmeros lavradores sem-terra. Em última instância, ao estimu

larem as invasões, desejam com isto mascarar a verdadeira situação de desativação do empreendimento.

Como em sua grande maioria, são grandes proprietários oriundos do Centro-Sul, ou mesmo empresários multinacionais instalados na região com recursos dos incentivos fiscais, então a presença desses lavradores em suas terras, além de dar a falsa idéia, de que são trabalhadores rurais contratados pela Empresa, já que apresenta sinais de grande movimentação de pessoas no local, ainda recebem a metade da produção gratuitamente, ao mesmo tempo que dão a entender ao governo que estão cumprindo a sua parte de investir na área, já que obrigam os posseiros a se transformarem em "arrendatários" e "meeiros", lhes exigindo a deixarem grandes áreas de pastos prontos. Com isso, asseguram que o governo renove anualmente os benefícios dos incentivos fiscais a seus empreendimentos. Com o dinheiro público, adquirem mansões e apartamentos no Sul do País, e, ainda aplicam na "ciranda" do capital financeiro.

De um modo geral, a lógica é perfeita, só não contavam com que os lavradores submetidos a essas condições objetivas de expropriação e exploração, pudessem se organizar em grandes levantes sociais, passando a exigir para si, o direito de propriedade da terra, nas quais trabalham.

O próprio Estado, com sua forma de intervenção política desenvolvimentista para a região gera um processo tão contraditório e explosivo, estimulante das lutas sociais, cujo controle, apesar do grande acionamento de seus aparelhos repressivos, está longe de conseguir manter a referida ordem. Isto explica, em parte, a dificuldade em compreender a natureza da relação entre o planejador das diretrizes de política de desenvolvimento para a região e as vítimas desse processo, no

caso os migrantes desbravadores da Amazônia, transformados em "posseiros".

Esse planejador:

"não é apenas um agente do Estado que o respalda com seu poder e seus recursos. No caso da Amazônia, 'ele tem sido agente de um Estado característico, o Estado Autoritário'". (SOUZA MARTINS, 1986:81)

Assim, o planejamento estatal, que tende a se impor sobretudo, nos momentos históricos em que o Estado se fortalece, como no caso específico do Estado brasileiro durante a "Ditadura Militar", se torna também um planejamento autocrático, na medida em que protegidos em seus gabinetes, os técnicos elaboram planos mirabolantes, onde a comunidade é excluída de participar, porque, para os tecnocratas, "não possui ainda consciência de suas reais necessidades".

Neste sentido, os técnicos orientados por uma ótica etnocêntrica formulam diretrizes de política, ideologicamente carregadas de projetos históricos do capital, enquanto os das vítimas são inteiramente desprezados e relegados a plano secundário.

Assim, os Movimentos Sociais que se proliferam hoje, no campo da Amazônia, não deixam de significar também uma reação, ainda que indireta, contra a ideologia imposta pelos tecnocratas, já que defendem bandeiras de luta que fundamentam um projeto alternativo próprio, que embora não tenha legalidade na ótica do planejador, já que se manifesta só através de suas lutas e resistência, é entretanto, portador de uma legitimidade, uma vez que se consideram com direitos ao acesso à terra, aos meios de subsistência e, ao exercício da cidadania.

Os tecnocratas, por seu turno, embora possuam uma legalidade estribada no próprio monopólio do direito exercido pela classe dominante, com anuência do Estado, seus projetos não são vistos pelas "vítimas" como legítimos, justamente porque não levam em consideração a participação dos principais interessados.

Além desse ponto, há de se atentar ainda, para o fato de que o planejador ao impor os seus projetos, muitas vezes pensa que está esvaziando o sentido político das lutas, já que segundo sua ótica, estas são decorrentes da falta de um planejamento eminentemente técnico, cujos projetos uma vez, atendendo as "reais necessidades das comunidades certamente as desmobilizarão automaticamente.

Puro engano, seus projetos técnicos, na verdade esbarram e, são contrários na maioria dos casos, às próprias aspirações e anseios dos grupos, para os quais são direcionados; daí a razão também das lutas. O planejador, portanto, constitui também um dos agentes geradores dos conflitos no campo, abrindo de certo modo "brechas" para a formação de Movimentos Sociais, como no caso da "Luta dos Posseiros do Bico do Papagaio".

Os movimentos sociais estão aí, eles já são hoje uma realidade de dimensões significativas e, que no seu estado latente ou ativo se dinamizam através da união dos excluídos dos direitos da terra e assim, do processo social e político do país.

É caracteristicamente emblemático, o recrudescimento da violência na área, logo após a morte do Padre Josimo Tavares, em cujas circunstâncias históricas, deu margem para uma série de manifestações por parte dos violentados, apoiados por

seus principais aliados políticos, como no caso específico, da Igreja na região do Bico do Papagaio.

Nesse particular, os atos de violência cometidos pelas forças policiais e milícias particulares dos latifundiários foram então, utilizados para servir de exemplo, aos que ousavam se impor contra o poder econômico e político da Região.

Assim, durante este período inúmeros casos são registrados.

Em 16.05.1986, o "grupo solução" que atua na área a mando do latifúndio, invadiu diversas casas de posseiros em uma Fazenda no município de Araguaína. Na ocasião, várias casas foram incendiadas, as roças destruídas e, vários posseiros foram mortos, entre os quais uma das lideranças do STR de Araguaína, que fazia parte de uma "lista negra" de vários trabalhadores rurais condenados à morte pelos fazendeiros da região.

A 09.06.1986, foi violentamente torturado e morto na Fazenda Dália/Araguaína um peão submetido à trabalho escravo que desejava se livrar da espoliação na qual vivia.

A 25.08.1986, pistoleiros juntamente com dois oficiais de justiça exigiram que cerca de mais de 20 posseiros se retirassem da "Fazenda do Pedrão", no município de Araguaetins, onde já estavam há bastante tempo estabelecidos. Na ocasião, assassinaram o lavradores Manoel Pereira e sua esposa com nove tiros pelas costas.

A 27.10.86, o lavrador arrendatário de uma posse na Fazenda Catingueiro foi assassinado com um tiro no peito por ter reagido a destruição de sua roça por um trator que o fazendeiro deu ordens para derrubar.

Em 23.10.1986 o agente da Pastoral da Terra Vilmar de Castro, professor de uma Escola Rural em Caçu foi assassi-

nado com sinais de barbaridades e, abandonado na estrada. Com perfurações no crânio, duas costelas quebradas e ombros deslocados, o membro da CEB na área foi assassinado a mando da UDR, entidade que logo após organizar-se na área passou a ameaçá-lo de morte.

"No dia 28.08.88, soldados da Polícia Militar, em conjunto com cinco civis que usavam jaquetas rotuladas de 'Polícia do IBDF' nas costas, todos armados, comandados pelo Capitão Menezes invadiram os domicílios dos posseiros da Vila União, no Centro dos Mulatos, na área de posse chamada de "Terra Prometida", onde também residem posseiros das Fazendas Mutirão e Ouro Verde, alegando que estavam em missão oficial, cujo objetivo era desarmar os posseiros, já que tinham recebido uma denúncia de que a Igreja estaria comprando armas para que estes através de um conflito armado pudessem vingar o assassinato do líder Josimo". (Trecho da Entrevista/1988: Jesuíta da Paróquia de São Sebastião do Tocantins)

No dia 09.09.1988 a Polícia Federal invadiu uma reunião do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Sebastião do Tocantins, detendo e coagindo fisicamente cerca de 30 associados que participavam do evento. Na ocasião, "seqüestraram" dez dos sindicalistas, levando-os a Delegacia de Polícia de Augustinópolis, onde foram torturados fisicamente, submetidos a intensos interrogatórios.

Neste mesmo ano, dois lavradores de São Sebastião do Tocantins ficaram presos durante cinco dias numa Escola Pública em Araguatins por ordem de uma "Operação Despacho" decretada pelo Delegado Antonio Tavares, comandante da 3.^a Cia do Destacamento Militar de Augustinópolis.

Em Araguatins, foram ameaçados de morte pelo Delegado Raimundo Nonato, vários lavradores da Fazenda Mutirão, exigindo a confissão de que os Padres da Igreja Católica estavam comprando armas para os posseiros. Como se negaram a atender o Delegado, o policial conhecido como "Sargento" apontou um revólver para a cabeça dos lavradores e, os exigiu que deitassem no chão, dizendo:

"Ou vocês abrem o bico logo, ou eu, lhes estouro os miolos. Vim de Brasília especialmente para acabar com os posseiros. Quem mandou vocês nascerem pobres?" (Trecho da Entrevista/1988: Um Posseiro do Bico do Papagaio)

Ainda assim, apesar da intensa violência na área durante o período de 86/88, nos povoados onde os posseiros resistiram e até revidaram com determinada violência, o Governo Federal através do GETAT compareceu ao local, demarcou a área e, até desapropriou de alguns proprietários certas partes da fazenda, permitindo, dessa forma que os trabalhadores rurais continuassem assentados.

A respeito desta distribuição de terras pelo GETAT, um dos Padres da Paróquia de São Sebastião do Tocantins, quando entrevistado assim, manifestou-se:

"É onde o povo lutou, como é o caso de várias fazendas que haviam em Buriti, Centro dos Mulatos, e, Esperantina, então o povo ficou um pouco melhor de vida e esperança de conseguir uma terra". (Trecho da Entrevista/1988: Pe. Jesuíta da Paróquia de São Sebastião do Tocantins)

Numa das áreas de conflitos mais intensos na região do Bico do Papagaio, como é o caso da Fazenda Ouro Verde, de propriedade do Sr. João Hissassi Yano, dono da Construtora ENGIL,

face aos fortes combates travados no local, foi tomada uma posição pelo Governo que resolveu então, após muito custo, negociar com o proprietário uma parte de suas terras para desapropriação. A primeira demarcação pelo GETAT dividiu a área em duas alas: uma com lotes de 10 alqueires e, outra com lotes de 05 alqueires. Houve emissão para todos os trabalhadores do Título Definitivo da Terra. Atualmente, a maioria dos posseiros da época do assentamento já venderam seus lotes, por considerá-los muito pequenos para a região. A parte restante da fazenda (60%) está em processo de desapropriação para novos assentamentos.

Na Fazenda Santa Cruz também palco, de violentos conflitos desde 1971, a fazenda foi desapropriada pelo GETAT, assentando posseiros que, inclusive, já tinham recebido indenizações a contragosto.

Nesta, o GETAT apenas demarcou a área e definiu o tamanho dos lotes, mas os posseiros ali assentados ainda não receberam seus Títulos Definitivos de Propriedade.

"Na Fazenda Santa Marta 80% da área já foi desapropriada e, assentados os posseiros que ali já tinham suas posses. Não foi entretanto, expedido nenhum título legal aos trabalhadores rurais. Hoje, os posseiros do local estão reivindicando a posse de uma Serraria existente na Fazenda, que na época se encontrava totalmente desativada".

(Trecho da Entrevista/1988: Prefeito Municipal de São Sebastião do Tocantins)

Especificamente, sobre o caso da Fazenda Santa Marta, o Prefeito de São Sebastião quando entrevistado ainda comentou:

"Essas exigências infundadas por parte dos posseiros, acarreta um desajuste muito grande; por isso precisamos que o Governo tome providências no sentido de moralizar o direito de propriedade, já que os proprietários das Fazendas, estão se sentindo lesados com esta situação". (Trecho da Entrevista/1988: Prefeito de São Sebastião do Tocantins)

Apesar dessas pequenas conquistas, se é que se pode assim considerá-las, pois o GETAT quando iniciava a demarcação dessas áreas, aproveitava a oportunidade para divulgar que a Reforma Agrária já estava sendo realizada na região, nos locais onde os posseiros não recuaram diante às intimidações e atos de violência até hoje ainda permanece a possibilidade do confronto aberto entre esses e os fazendeiros. Este aspecto também foi salientado pelo Padre Miguel Elsua, quando entrevistado, que comentou dizendo que as desapropriações ocorreram:

"Onde o povo não fugiu amedrontado diante da violência brutal que campeia na área. Nesses locais em que o povo não enfrentou, como nos casos do Centro dos Ferreiras na Vila União e, no Centro dos Firminos, aí os posseiros ficaram sem esperanças, sem terra e, sem futuro". (Trecho da Entrevista=1988: Pe. Jesuíta da Paróquia de São Sebastião do Tocantins)

Isto indica que para o lavrador o direito à terra, via Estado, tanto é produto de sua luta, quanto é causa de sua desmobilização. Indica também, que mesmo no período do "Governo da Ditadura", fase de configuração histórica fortemente autoritária é um erro se considerar o Estado como uma estrutura monolítica, daí porque, necessita para se manter, recuar, fazer certas concessões e alianças em determinados momentos.

Ante o aceno da "Nova República", da possibilidade de incluir a Reforma Agrária como uma das necessidades na Nova Constituição, que na época estava sendo formulada, o "Movimento de Luta dos Posseiros da Região do Bico do Papagaio" se mobilizou intensamente, buscando bases de apoio, não apenas, na Igreja, mas em outros Sindicados de Trabalhadores Rurais de várias regiões, de Partidos Políticos sensíveis à sua causa, e de órgãos de defesa dos Direitos Humanos, como nos casos da OAB e Anistia Internacional, além de ter encaminhado inúmeras emendas populares sobre Reforma Agrária à Comissão de Sistematização da Constituinte.

Durante este período foram elaboradas inúmeras "Cartas Abertas", "Notas de Divulgação", Cânticos de Protestos, Petições e Requerimentos de Ação Populares às autoridades constituídas e, ao povo brasileiro, em geral. Foram realizadas ainda, diversas Romarias pela Reforma Agrária, Atos Públicos de Protestos, Mutirão contra a Violência, Passeatas, Reuniões Comunitárias, Caminhadas e, Caravanas, inclusive às capitais dos Estados envolvidos e, até mesmo, acampamentos em frente ao Congresso durante a votação das emendas populares da Constituição. (Vol. II. Anexo: X - Memórias dos Movimentos Sociais, págs. 480 a 492).

Durante esta etapa de desenvolvimento do Movimento, se verifica então, que ele passa a se ligar às causas mais gerais, que estavam, galvanizando as lutas de vários setores da sociedade brasileira na época. Assim, as principais reivindicações pelas quais passa a lutar, são:

- Realização de uma Reforma Agrária justa, que atenda as reais necessidades dos trabalhadores do campo;

- . Total liberdade para desenvolverem as mais variadas formas de organização da produção;
- . Urgente e imediata titulação das terras daquelas que já estão ocupadas pelos posseiros;
- . Estabelecimento de uma Política Agrícola comunitária, criando estímulos e prioridades a produção de alimento por parte dos pequenos produtores rurais;
- . Fixação de preços justos aos produtos e estabelecimento de uma política de crédito rural aos pequenos e médios produtores rurais;
- . Acesso a uma assistência técnica adequada aos posseiros assentados e à pequena propriedade rural;
- . Implantação de uma infraestrutura básica através da construção de estradas e vicinais para o escoamento da produção;
- . Implantação de uma infraestrutura médico-sanitária através da construção e aparelhamento de postos de saúde, hospitais, laboratórios de epidemiologia e, assistência odontológica aos trabalhadores rurais da região;
- . Ampliação e, reaparelhamento da rede escolar, além da contratação de mais professores;
- . Punição aos mandantes e executores dos atos de violência no campo;
- . Fim da violência no campo contra trabalhadores rurais da região;
- . Paz social para as comunidades rurais, a fim de que os trabalhadores do campo possam desenvolver suas atividades e, produzir sem medo. (Vol. II. Anexo: VII.Q.3 , pág.426)

Apesar de toda luta encetada pelo "Movimento dos Posseiros", em conjunto com amplos setores da sociedade brasileira, a Constituição Brasileira depois de promulgada se constituiu para os posseiros numa grande frustração. A esse respeito um dos sócio-fundadores do Sindicato dos Trabalhadores Rurais comentou:

"Eu acompanhei toda a luta para se incluir a Reforma Agrária na Constituição Brasileira, mas foi um grande fracasso. O Congresso corrupto deixou que a UDR decidisse tudo como se fossem reis (Trecho da Entrevista/1988: Posseiro do Bico do Papagaio, Sócio-fundador do S.T.R. de São Sebastião do Tocantins)

Segundo a CPT de São Sebastião do Tocantins, agora que a Nova Constituição Brasileira apagou totalmente a possibilidade de uma Reforma Agrária na região dentro dos limites da Lei, então os posseiros seguirão lutando até o fim para garantir o seu "pedacinho" de chão.

"A luta vai continuar eu, como membro da Igreja sempre reafirmo: quem resistir, enfrentar e não se deixar intimidar, vai fazendo a sua "reforma-zinha" através da força, que não é a ideal, pois no máximo que conseguem é a desapropriação da área". (Trecho da Entrevista/1988: Pe. Jesuíta da Paróquia de São Sebastião do Tocantins)

Os dados analisados, parecem indicar, que existe uma questão "Camponesa", ou seja, uma questão da "Pequena Produção", na Amazônia, resta saber em que medida esses pequenos produtores rurais, hoje transformados em "posseiros", em conjunto com outros segmentos excluídos do campo, serão ou não capazes, através de seus movimentos de luta, de impor um projeto de Reforma Agrária mais ampla no país fora dos limites da lei?

III - MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO: A DUPLA FACE DA VIOLÊNCIA E DO PODER

A análise da questão da violência e do poder dentro dos movimentos sociais na Amazônia Rural pode mostrar-nos que neste processo esses aspectos são componentes tanto mobilizadores como desmobilizadores das ações politicamente organizadas. Nesta parte de nosso trabalho, pretendemos aprofundar as manifestações da dupla face da violência e do poder, assim como seu impacto na formação e na organização dos trabalhadores rurais.

Ao esboçar no capítulo anterior o quadro de lutas no campo da Amazônia Rural através do estudo de caso dos movimentos sociais selecionados, observamos como por um lado, o Governo regularmente procura administrar sua política orientando-se pela desmobilização de grupos e organizações populares que lhes fazem oposição, nem que para isso faça uso tanto da violência aberta através de aparelho policial, quanto da violência indireta através de seus aparelhos tecno-burocráticos tipo SUDAM, GETAT, GEBAM, INCRA e, etc.... Assim, o Estado que regularmente aparece mais como um poder de força e coerção, considera também adequado usar formas alternativas de repressão indireta, além de atos de concessão, refluxo e omissão, praticados em circunstâncias consideradas convenientes ao exercício de seu poder de consenso. Assim, o objetivo do Estado como do "bloco do poder", não parece ser excluir os trabalhadores rurais da rede de relações hegemônicas, nem da rede de relações de poder. Pelo contrário, tudo indica que a ação política estatal exercida ora pela coerção, ora pelo

consenso, se orienta mais à controlá-los em suas ações, a fim de melhor utilizá-los em todos os sentidos; ao mesmo tempo que procura diminuir sua capacidade de resistência, de luta, de insurreição contra as ordens do poder, neutralizando os efeitos das micro-relações de poder, de modo a assegurar a reprodução do sistema e a manutenção de sua legitimação.

Entretanto,

"esta rede de relações do macro-poder dominante, não chega num espaço em branco, pois há formas específicas de micro-relações de poder que surgem fora do Estado, que se constroem, se reconstróem e se transformam historicamente e que tem existência e características diferentes das do Estado, mas que se encontram nos mesmos espaços onde se dá a ação política dos aparelhos do Estado e dos agentes da classe dominante em geral". (FOUCAULT, 1988:XV)

No capítulo anterior, ao apresentar os movimentos sociais no campo, a análise mostra que na rede de relações de força, onde os agentes sociais e as instituições que instrumentalizam os interesses e posições antagônicas; onde se confrontam e se associam interesses dos diferentes segmentos de classes, as práticas sociais são complexas. Assim, o poder dominante pode deteriorar e até pode anexar micro-relações de poder existentes às formas gerais de dominação, mas não chega a destruir as especificidades destas macro-relações.

Todas estas considerações já indicam que o exercício do poder, assim como da violência tem uma dupla face. Isto é, tem o seu lado negativo, mas também o seu lado positivo, produtivo, transformador. E nesta parte do trabalho, nossa análise pretende aprofundar esta ques-

tão da situação do poder e da violência na área rural amazônica, porque o seu modo de atuar está estreitamente vinculado à trajetória de nosso objeto de estudo, que em última instância é o homem do campo ou trabalhador rural na região da Amazônia. Ambas questões, presentes nos movimentos sociais, onde participam amplos segmentos de trabalhadores rurais, serviram como recursos analíticos para resgatar a trajetória destes trabalhadores, visualizar seu modo de ação, seus avanços e recuos e, o que resta para eles no contexto regional.

A Amazônia Rural é uma realidade marcada por profundas contradições. Numa região riquíssima em recursos naturais e extensos espaços improdutivos, se dão situações de confronto cada vez mais amplos e intensos entre, por um lado, os lavradores-posseiros, os sem terra e os indígenas resistindo a expropriação e ao despejo, e; por outro lado, o avanço constante e cada vez maior dos latifundiários, dos grileiros e, sobretudo, nas duas últimas décadas, do grande capital nacional e multinacional na região, cuja territorialização provoca a expulsão, a expropriação e a insegurança nas condições de vida e reprodução social dessa massa de trabalhadores que migraram a região em "levas" sucessivas, sob o estímulo governamental, fundamentalmente desde a década de 60. De fato, atualmente há um problema social sério no campo amazônico.

A superposição de interesses e sobretudo de "direitos", concebidos diferencialmente pela diversidade de sujeitos históricos que ocupam essa cena social, contribui para aguçar as tensões e conflitos na área, desencadeando uma nova fase nas lutas sociais no campo amazônico, que cada vez se perfilam como "manifestações de classe". Ao transformar-se por um lado, as situações de conflito e atos de violência in-

dividuais de confronto e luta contra a expropriação, expulsão despejo em mobilização de massas de trabalhadores rurais que se confrontam como sujeitos coletivos com os agentes do capital no campo, estas lutas adquirem o caráter de violência de classe. Mesmo assim, estas lutas que se travam no campo amazônico parecem ter especificidades, sobretudo porque as massas rurais estão constituídas por um segmento majoritário de lavradores-possesores, cuja luta é a dominante na região, sendo que a sua reivindicação principal centrada na "luta pela posse da terra" não se enquadra dentro dos limites da concepção do direito da propriedade privada sobre a terra, vigente no sistema capitalista, o que já indica que essas lutas se orientam por uma nova forma de "integração" na sociedade brasileira.

Desta forma, a mobilização numa realidade como esta, marcada por profundas contradições estimula, não só o incremento dos agentes históricos que constituem o bloco que atua e/ou que apoia os movimentos das massas populares, mas também estimula o surgimento de novos agentes do lado oposto, como a UDR, bem como a geração e aprimoramento de novas estratégias de luta e desmobilização política. A própria criação de instâncias como a GETAT, SUDAM e, CALHA NORTE, tanto como a expansão do grande capital nacional e multinacional na linha da estratégia da modernização da região amazônica, se situam no intuito de reduzir as lutas pela terra e a desmobilização das massas populares.

Em princípio, já apresentamos no capítulo anterior o modo de ação do conjunto destes atores sociais, muitas vezes até transcrevendo as informações e explicitando-as na própria concepção dos atores, particularmente as que lidam com ques-

tões da Lei, da Violência e do Poder como Direito, abuso do poder como transgressão do direito, o poder como violência legalizada, o próprio direito como via de legalizar o exercício da violência. Mas nesta parte, ao trabalhar com esses mesmos dados, vamos distanciar-nos um tanto da concepção jurídica destas questões, e tentar trabalhar com a concepção negativa e, fundamentalmente com a concepção positiva destas questões embutidas naquelas práticas sócio-políticas concretas, uma vez que, quando restrito à concepção jurídica, as implicações desses fenômenos, desses processos não ficam inteiramente explicados. A idéia que está na base desta opção, é que, tanto as relações hegemônicas, quanto as relações de poder não se passam fundamentalmente nem ao nível do direito, nem da violência, nem são basicamente contratuais, nem são unicamente repressivas, pois o homem do campo na sua experiência de luta cotidiana, está imerso em todas essas relações, mas de modo complexo e, suas práticas sociais são por isso, complexas, portanto, não seguem vias pré-fixadas. O trabalho analítico desta parte pretende pois, compreender, como nesse contexto contraditório da realidade social da Amazônia Rural, o homem do campo, sem propôr e talvez sem perceber, através de sua experiência de participação social, de luta, se encontra imerso numa prática que está exercitando-a como método para aprimorar-se, para construir sua consciência política, sua identidade, transformando-se em dado momento em sujeito político.

Nesta perspectiva, tentaremos trabalhar com alguns aspectos que emergem no cenário das lutas sociais na Amazônia Rural.

Os movimentos sociais na Amazônia, como em muitas outras regiões do país, se geram afirmando os direitos e a lei instituída, contra pois, as práticas vigentes nas relações hegemônicas e nas relações de poder. Quase sempre, o mais marcante nas reivindicações presentes nos movimentos sociais, é a luta pelo resgate dos direitos e da legalidade. Entretanto, nos movimentos sociais no campo amazônico, tanto quanto em algumas outras regiões do país, há um componente importante que possivelmente define, de certo modo, sua especificidade. Isto é, nos movimentos sociais rurais existe uma questão camponesa.

"sem reconhecer que a forma de dominação do capital sobre as relações de trabalho não-assalariado é diferente, será difícil explicar a natureza diversas das lutas e das organizações de luta dos movimentos sociais no campo". (MARTINS, 1985: 117)

Daí que a luta maior do homem do campo é a luta pela terra. Mas na região amazônica, a luta maior, a luta mais emblemática do homem do campo é a "luta do posseiro". Isto é, a "luta pela posse da terra", que de início já deixa transparecer a natureza diversa desta luta. Assim, mesmo quando a luta dos posseiros é pelo reconhecimento legal do direito de posse da terra, que se gera a partir da ambigüidade presente nos dispositivos contidos no Estatuto da Terra, de fato estes movimentos sociais se constituem a partir da tensão existente entre o direito legal⁽⁵¹⁾ convencional da propriedade privada no capitalismo e a legitimidade⁽⁵²⁾ de posse reivindicada pelo trabalhador rural. Nestes termos, em última instância, se desvenda que a luta do posseiros é pelo seu direito a ter acesso à terra através de uma modalidade alternativa não con-

vencional. E isto já é uma luta contestatória, porque não reconhece para ele o direito de propriedade, via compra de terra como mercadoria. Para o lavrador-posseiro o "direito a posse" é considerado como legítimo social. Neste raciocínio, sua luta contra sua exclusão social e política, enveredando-se pelo reconhecimento legal de sua categoria social de posseiro, também implica o reconhecimento de sua especificidade dentro do conjunto das classes subalternas que se "integram" na sociedade.

Neste mesmo marco, situa-se a luta dos indígenas, pelo reconhecimento de sua "propriedade" sobre as terras dos territórios indígenas que nos casos dos levantes de "Marajá" no Município de Grajaú, e de "São Pedro dos Cassetes", exigiram do Estado a expulsão dos invasores de suas terras, e pelo mesmo, não abdicaram do seu direito de conservar sua etnia, sua cultura, seu modo de vida social. Nestes termos, o índio da região, também reivindica uma forma específica de integração na sociedade brasileira, baseada na posse da terra indígena reconhecida pelo Estado como legítimo social. Acossados pelos interesses do "mundo dos brancos", seu cotidiano foi pleno de experiências de resistência à invasão de suas terras; de despójo de seus recursos e; ameaças diversas à integridade social do grupo étno-cultural. Entretanto, todos estes embates e, a convivência forçada com os invasores desde a experiência de Alto Alegre, em 1901 com a Missão dos Capuchinhos (Igreja da ala ultraconservadora) até hoje, moldou um ator social como "índio novo" cada vez mais conhecedor e esclarecido de seu mundo no contexto da sociedade amazônica. Suas experiências de organização comunitária; de participação social; de luta pelo reconhecimento de seus direitos; de seus

interesses fazem com que suas ações políticas, suas estratégias de luta, e de sobrevivência hoje, se ajustem mais aos tempos, mesmo que sua força social, apesar de tanto esforço e dinamismo, seja minguada por todos os flancos, sobretudo pelos próprios aparelhos do Estado, a ponto de que suas condições de vida expressem um verdadeiro problema social e, até ameaça de extinção.

O caso dos plantadores rurais da cana de Pacal, majoritariamente composto por pequenos e médios produtores familiares, é o caso do segmento de massa rural inserida em um Projeto Público: o "Projeto Pacal", onde estes plantadores se encontram articulados a uma Agroindústria de Alcool e Açúcar da Usina "Abraham Lincoln" hoje "Henrique Dantas", implantada via INCRA. Complexo que entrou em sucessivas crises como conseqüências das deficientes administrações dos diversos concessionários da Usina e, sobretudo da ausência de controle pelos aparelhos do Estado. A situação alcançou seu ponto crítico quando as diversas entregas de safra durante mais de um ano não foram pagas pela administração última da Usina (a CONAN), deixando numa gritante miséria aos produtores familiares, aos cortadores de cana, aos fornecedores e, até aos próprios funcionários da Usina, com a complicação adicional de que o Estado se omitiu completamente. Isto forçou a união e a organização destes plantadores que aliados com os fornecedores e com os trabalhadores rurais, ao iniciarem a luta por seus direitos, apelaram às autoridades estaduais e federais sem conseguir nada. Apelaram através de atos públicos, passeatas, a ocupação do Banco do Brasil, da COBAL, da TELEPARÁ e, no clímax até bloquearam a rodovia da transamazônica sem nenhuma resposta positiva. Então no bojo da luta resolveram

criar a ASFORT (Associação de Plantadores e Fornecedores de Cana da Transamazônia) para através dela encaminhar suas reivindicações e o próprio comando do movimento. A partir daí, a ASFORT, após assembléia geral, decide entrar com processo na Justiça no Juizado de Monte Alegre com pedido de arresto, mas o processo foi arquivado. Logo deu entrada a outro processo judicial pedindo a penhora dos bens da CONAN, cuja sentença foi favorável, mas ao recorrer ao Tribunal de Justiça do Estado a sentença foi desfavorável. Desiludidos com a atuação dos "Fóruns" da região, entraram em juízo em Brasília e no Rio de Janeiro sem obter nenhum resultado. Então como recurso maior, realizaram uma caravana até Brasília com 13 ônibus fretados com recursos do movimento coletado com apoio da sociedade civil durante vários meses. Fazem uma grande concentração na Esplanada dos Ministérios (frente ao MIRAD, Ministério da Agricultura e IAA) com o slogan "O PACAL QUER FALAR" (Vol. II. Anexo: IX.F.2, pág.444), onde após transcorridos vários dias o Ministro Nelson Ribeiro os recebeu e, fez só promessas. Esgotadas quase todas as possibilidades de negociação os associados decidiram bloquear novamente a Rodovia Transamazônica na altura do km 94 em fins de maio de 1983 por 10 dias, com 3.000 caminhões sem poder passar. Neste ato de interdição da estrada se aderiram todas as comunidades circunvizinhas concordando em não desobstruir a ponte, até que o problema fosse solucionado. Nesse "pique" da crise, a ASFORT foi chamada à mesa das negociações com a CONAN e a "mediação" de representantes do Governo Federal e Estadual (INCRA, IAA, SECRETARIA DO INTERIOR E JUSTIÇA e JUSTIÇA DO ESTADO DE PARÁ). Entretanto, no encontro não acham nenhuma saída, porque os representantes do Governo não têm

"carta branca" para decidir. A essa altura, ante a iminência do fracasso das negociações, o Movimento se torna cada vez mais explosivo. Nesse momento, o movimento ganha mais um aliado importante: o Bispo da região que é recebido pelo povo com alegria e esperança e, a pedido dos comunitários é levado a participar da mesa de negociações onde nada podia ser feito, porque o Governo resolveu desobstruir rápida e drasticamente a estrada utilizando tropas militares deslocadas do Município de Santarém.

As cenas de violência que se seguiram foram amplamente divulgadas e criticadas por toda a imprensa, sobretudo os espancamentos e as agressões sofridas pelo Bispo, criando nas massas rurais, mais solidariedade e resistência temerária. A repressão policial logrou pela força das armas desobstruir a estrada, mas como os trabalhadores estavam bem organizados na longa experiência de luta do movimento, cientes de sua força política, reanudaram a resistência e voltaram a usar a estratégia de ocupar a Rodovia Transamazônica e, só a desobstruíram quando algumas de suas reivindicações principais foram plenamente aceitas e outras parcialmente. Esta releitura do movimento do Pacal mostra como este movimento surgiu na base da aglutinação de grupos heterogêneos, em torno de um interesse comum, reivindicação econômica que através da participação social intensa, se transforma em movimento coeso. Ao longo deste processo, este amadurece e ganha uma expressão política. A própria formação da ASFORT é uma expressão deste grau de amadurecimento dos participantes através da luta, da participação coletiva. Além disto, a inclusão de um membro da ASFORT no CIRA (atual administradora da Usina) e a possível futura administração da Usina pela ASFORT,

são ganhos políticos não previstos pelo Movimento já que não constava na pauta de reivindicações, o que indica que as metas reais de um movimento não podem ser pré-fixadas, mas se perfilam, se constroem, se reconstróem e, se transformam de acordo com o nível das forças sociais em confronto num contexto historicamente determinado.

Este caso, como a dos Guajajaras, são exemplos de organização das massas bem sucedidas, que sem estar fundamentalmente apoiadas pelas pastorais rurais da CPT, avançaram na sua formação a partir de suas experiências cotidianas de luta e de prática de participação social intensa, o que indica por outro lado, que não existe uma via única, nem verdadeira neste processo de formação de sujeitos políticos. Nestes processos dos três casos de Movimentos Sociais estudados, percebe-se claramente as duas faces do exercício do poder e da violência, que impactam de algum modo no processo onde se dá a formação dos trabalhadores rurais.

O exercício do poder e da violência em sua dupla face se dá a nível dos mais diversos Movimentos Sociais no campo amazônico, na última década, particularmente através de reivindicações comuns como a Reforma Agrária, cujo debate ao ressurgir na cena política como elemento importante do Projeto de Democratização sustentado pela "Nova República", estimula a mobilização em todo o país, sendo que as que ocorrem no campo amazônico, são sem dúvida, de grande expressividade.

Assentadas as bases da política desenvolvimentista na região e, subsequente passagem ao Estado da "Nova República", através de um governo civil, a partir dos anos 85, cujas perspectivas acenava através do "movimento das diretas já", para um governo de concepção democrática escolhido legitimamente

pelo "sufrágio universal", mas que "morreu na garganta", sobretudo dos que se envolveram diretamente nesse movimento de grande participação popular, se inicia no país, um dos mais longos e duradouros períodos de transição de que se tem notícia na história do Brasil (1985 a março/1990).

Como resultado desse processo de mobilização geral que caracterizou o Estado da Nova República apesar da votação presidencial pelo Colégio Eleitoral e a aprovação dos cinco anos para o Governo Sarney, é já incontestável que a sociedade civil amplia suas bases de autonomia relativa de contestação e participação política sobre a realidade brasileira. Esse novo quadro político tem repercussões diretas no campo brasileiro, notadamente em áreas rurais da Amazônia, onde os trabalhadores rurais espoliados e os lavradores expropriados começam a partir daí, a se organizar para discutirem a possibilidade de reverterem aquele quadro crítico desolador do campo, produzido pelo Estado Autoritário do período anterior.

Como o novo governo tinha agora um projeto político de integrar as massas rurais a uma nova fase de modernização do campo, via não mais, a uma "violência aberta" pela qual aparentemente tinha mais se sobressaído, mas via mecanismos de uma "violência muda", mais característica de um Estado democrático-burguês, então o governo da Nova República, procurou elaborar um Projeto de Reforma Agrária, o Iº PNRA em maio de 1985, que visava não destruir, a existência da grande empresa rural, mas pressionar por uma rápida modernização dos latifúndios improdutivos no campo.

Este aceno, embora tímido por parte da "Nova República" em discutir com amplos setores da sociedade civil brasileira, principalmente dos segmentos que tinham representa-

tividade política e a devida respeitabilidade da sociedade, como no caso dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, CUT, Igreja e, demais instituições sociais interessadas na problemática do campo, contribuiu criando um clima favorável para que os "Movimentos Sociais" crescessem a partir dos meados dos anos 80 e, passassem a lutar contra o fim da situação impigadora do processo de exclusão social, a que milhares de "trabalhadores rurais", diferenciados nas mais diversas categorias trabalhadoras no campo estavam submetidos.

O surgimento e formação de inúmeros movimentos sociais, através dos quais, os seus principais atores políticos, tais como "posseiros", índios, garimpeiros, seringueiros, peões, sem-terra e, pequenos produtores rurais vem se organizando através de um processo de unificação e grande participação social, possuem pois, hoje, um conteúdo novo, que é resistir, lutar e reivindicar por seus direitos econômicos, políticos e sociais. E como qualquer luta é sempre resistência dentro da própria rede de poderes, só resiste quem pode de certa forma exercer algum poder. E é por isso, portanto, que se reconhece hoje que os Movimentos Sociais no campo também construíram através de suas práticas de luta contra seus adversários um "micro-poder" que não pode mais ser desconsiderado pelo poder central.

Estes movimentos de luta hoje no campo da Amazônia, seja para permanecer na posse como antiga reserva de domínio "individual" ou coletivo, como nos casos dos "posseiros do Bico do Papagaio" e dos "Seringueiros de Xapuri", seja o de não ceder o direito de invasão e/ou redução de seus territórios, como no caso dos índios Guajajaras e Araras; seja de terem acesso às áreas de garimpo da mesma forma que as empre

sas mineradoras, como no caso dos garimpeiros da Fazenda "Oca"; seja para terem acesso à terra e nela trabalharem e extraírem dela o seu sustento, como no caso dos sem-terra marginalizados das áreas de assentamento dos PIC's por terem se deslocado por conta própria para a região; seja para assegurar a sua reprodução enquanto pequena produção de base familiar como no caso dos fornecedores/plantadores e cortadores de cana do Pacal; ou seja para exigir o cumprimento da Legislação Trabalhista, a fim de garantir a sua reprodução como assalariados rurais, como no caso dos peões e, empregados temporários ou permanentes das grandes fazendas e empresas na região, o certo é que, foi sobretudo, a partir do Governo da "Nova República", ao propor o Plano Nacional de Reforma Agrária - PRNA, que esses "Movimentos Sociais no Campo", explodiram com toda sua força, apresentando um notável ascenso político em suas lutas, de uma forma amplamente generalizada, nunca registrado antes em toda história da região.

Ao tentar ampliar as bases de um "Estado Democrático Burguês" que alcançasse as massas violentadas do campo, reconhecendo que a "Democracia", não é apenas a realização de eleições; o funcionamento do Parlamento e; a independência entre os poderes, mas essencialmente, um regime político que assegura os direitos do livre exercício à cidadania política do homem, além de propiciar a melhoria das condições de vida a todos os brasileiros, inclusive aos do campo, que sempre tiveram esses direitos negados, o Governo da Nova República criou expectativas em torno da Reforma Agrária, fazendo renascer antigas esperanças no homem do campo, que compreendeu que a partir daquele momento já havia criado espaços políticos suficientes para lutar e reivindicar por seus direitos.

Compreendendo que o verdadeiro conteúdo social de um regime democrático é, indissociável de sua forma representativa, e que isto é fundamental para que o consenso se estabeleça em torno de plataformas políticas que visem às grandes transformações sociais e, consenso, que obviamente não quer dizer unanimidade, os trabalhadores rurais das mais variadas categorias, passam a se organizar em torno de bandeiras de luta mais gerais, como a Reforma Agrária, independentemente de seus movimentos sociais, que aglutinam suas reivindicações mais específicas.

Assim é que, o movimento dos "colonos sem-terra da Transamazônica", a luta dos índios Guajajaras do extremo Norte do Maranhão, o movimento dos Fomecedores/Plantadores e cortadores da cana do Pacal e, sobretudo a "luta dos posseiros da região do Bico do Papagaio" incluíram também, em suas bandeiras de luta, a necessidade de uma Reforma Agrária mais geral que atendesse as amplas camadas das diversas categorias trabalhadoras do campo.

Diante da ameaça velada de desestabilização da política governamental da Nova República, por parte de setores políticos conservadores em articulação com os grandes latifundiários e proprietários de fazendas, no intuito de esvaziar politicamente a aplicabilidade do Iº PNRA e golpear a aprovação da Reforma Agrária no Congresso Nacional, os movimentos sociais de luta na Amazônia, passaram a lutar contra essa tentativa de esvaziamento, que se tornara cada vez mais forte, pelo avizinhamento do ano eleitoral de 1986.

A orientação das CPTs Regionais, era a de que, os lavradores deveriam resistir na posse, e ao mesmo tempo, organizados em seus movimentos sociais, denunciar os casos de

violência e atrocidades que estavam padecendo, além de buscarem as mais variadas formas e estratégias de luta contra seus opositores, procurando incessantemente, o apoio dos diversos setores da sociedade civil, preferentemente de seus principais e naturais aliados políticos, tais como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, as lideranças políticas progressistas e, as Associações Nacionais e Internacionais comprometidas com a causa dos trabalhadores do campo.

Assim, como parte dessa linha de orientação, a CPT da Regional Araguaia/Tocantins, aliada política dos trabalhadores rurais organizados no "Movimento de Luta dos Posseiros da Região do Bico do Papagaio", apresentou uma matéria para fazer constar em uma Publicação do CEDI num artigo sobre os "Dez Anos de Serviço da CPT no Campo" com as seguintes denúncias.

"Aumentou a violência. Em 1984, 116 trabalhadores e líderes rurais foram assassinados por problemas de terra, 14 em conflitos trabalhistas. A presença da polícia militar nestas ações de violência foi em número e em intensidade mais marcante do que a de outras polícias e dos exércitos particulares, sobretudo nos Estados do Pará, Norte de Goiás e, Mato Grosso. Nestes Estados aconteceram verdadeiras "Chacinas" nos municípios de Xingüara, Marabá e, Vizeu no Pará; Mirassol no Mato Grosso; no Norte de Goiás e, em toda região do Bico do Papagaio". (VIOLÊNCIA/TEMPO E PRESENÇA, 1985:16)

Na verdade, nos anos que se estabeleceu o Governo da "Nova República", ou seja, no período de 1985 a março de 1990, conforme apontam as Tabelas nºs III.T.1 e III.T.2 constantes no Vol. II dos Anexos nas págs.286 e 287), a situação no campo da

Amazônia se tornou estarrecedora. O número de conflitos sociais no campo e todo Brasil passou de 950 em 1984 para mais de 2.000 em 1986 e, 1.230 casos em 1989. Do total desses conflitos, só na Amazônia registrou-se mais de 60% dos casos. Com relação aos assassinatos no campo, a situação também foi alarmante, o ano de 1985 registrou o índice mais elevado, só na Amazônia foram mortos cerca de 66% do total dos assassinatos ocorridos em todo país (vol. II. Anexos nº III.T.1, pág. 286 e Quadro nº III.Q.2, pág. 369)

Face a grande mobilização política e ascenso demonstrado pelos movimentos sociais na região, várias lideranças sindicais, religiosos, e agentes da CPT também foram barbaramente assassinados pela ação da forte repressão que imperou na região:

"O assassinato seletivo de inúmeras lideranças religiosas como o da Irmã Adelaide Molinari a 14.04.85 em Eldorado/Marabá. A do líder sindical João Canuto, Presidente do STR de Rio Maria/PA em 18.12.85. A de Nativo da Natividade, dirigente sindical e Secretário Geral da CUT em 23.10.85. A do Padre Josimo Tavares coordenador da CPT de São Sebastião do Tocantins a 10.5.86 e; por último do líder dos seringueiros de Xapuri e, Prêmio Global 500/1988 Chico Mendes a 22.12.88, foram duros golpes sofridos pelos 'Movimentos Sociais' na região durante os anos da Nova República". (VIOLÊNCIA/TEMPO E PRESENÇA, MTRST E OUTRAS FONTES, 1985/89).

Como se pode observar pela citação, as vítimas preferenciais da ação da violência no campo da região são as lideranças, e de um modo geral, homens adultos, chefes de família, embora haja inúmeros casos comprovados de que mulheres, velhos e crianças não tenham sido poupados. Muitas vezes, mais de um trabalhador é atingido. Frequentemente, suas li-

deranças comunitárias, bem como dirigentes sindicais, religiosos e políticos, assim como advogados sindicais, militantes políticos, e agentes pastorais são os principais alvos das "chacinas".

Embora se saiba que, a forte carga de violência embutida nos conflitos sociais rurais, não constitua um fenômeno particular da Amazônia, parece fora de dúvidas, que nas últimas décadas, sobretudo depois que a política do Governo Autoritário através do GETAT, GEBAM, INCRA e, outros órgãos repressivos, transformou a questão agrária em um problema militar, e que o Governo da Nova República não conseguiu reverter e, de certa forma, deu continuidade; se verifica que as lutas sociais no campo da região, tem-se pautado por uma maior intensidade e extrema brutalidade do que as das outras regiões brasileiras.

Do total absoluto dos assassinatos no campo da Amazônia durante o período de 1964/90, foram registrados cerca de 1.056 mortes entre trabalhadores rurais, lideranças sindicais, religiosas, jurídicas e, políticas, além de garimpeiros e índios, nos vários confrontos ocorridos, entre de um lado, população rural e, de outros pistoleiros e, forças policiais militares, a serviço dos grandes proprietários de terras na região. (Ver Vol. II. Anexos, Quadro nº III.Q.3, pág. 370)

Faz-se oportuno salientar que, de acordo com os dados indicados no mesmo Quadro acima citado, o Estado através de suas polícias civil e militar aparece nas estatísticas, depois dos pistoleiros e fazendeiros, no terceiro lugar da categoria de executores dos assassinatos no campo, nos últimos 26 anos (1964/90), atuando tanto, como força pública para

manter a paz armada no campo, quanto como coadjuvante do braço armado do poder privado.

Na Amazônia, dentre as unidades federadas que lideraram os principais focos de tensão e conflitos graves no campo, estão o Pará, o Maranhão, o Tocantins e, o Mato Grosso (Vol.II: Anexos, Mapa VIII.M.3., pág. 432), locais onde a organização e o ascenso político dos Movimentos Sociais tem crescido mais nos últimos cinco anos, graças a atuação de Bispos Progressistas, Lideranças Sindicais combativas e, o paciente trabalho pedagógico das Comissões Pastorais, e, das CEB's.

Estes movimentos sociais na região, vem contando nos últimos anos, com uma expressiva participação da sociedade civil. Entre esses movimentos, destacam-se entre outros, o "Movimento dos Posseiros do Bico do Papagaio"; "O Movimento dos Pequenos e Médios Produtores Rurais da Cana do Pacal"; "O Movimento dos Índios Guajajaras"; "O Movimento dos Colonos sem Terra da Transamazônica"; "O Movimento dos Garimpeiros de Itatuba"; "O Movimento dos Posseiros da Gleba Cidapar"; "O Movimento dos Posseiros de Santa Terezinha do Araguaia"; e; mais recentemente o "Movimento dos Atingidos pelas Barragens de Tucuruí"; "O Movimento dos Seringueiros de Xapuri"; "O Movimento dos Índios Yanommanis"; "O Movimento dos Povos Indígenas do Xingu" e, o "Movimento dos Ambientalistas e Ecologistas da Amazônia".

Tais movimentos sociais de luta e resistência, tem levado os grandes proprietários de terra, os grileiros e, as próprias estatais do Governo Federal aos Tribunais para exigir o reparo de alguma injustiça, pagamento de indenizações e, até mesmo cobranças de dívidas por serviços prestados. Segundo informações dos entrevistados pela pesquisa:

"Sempre se faz a queixa às autoridades. Até mesmo à CPT e o Sindicato dos Advogados e, recursos judiciais, mas quase não se tem nenhum resultado desses casos. Engavetam, arquivam; não sabemos mas nada de resposta". (Trecho da Entrevista/1988: Um Posseiro do Centro dos Mulatos/Bico do Papagaio).

Como se pode constatar pelo trecho da entrevista, que nos parece bastante esclarecedor, de como são tratadas as providências legais tomadas pelos oprimidos do campo, os ganhos judiciais são bem inexpressivos e, na maioria dos casos, bastante raros. Este fato parece demonstrar a forte aliança que existe entre o Aparelho Judiciário do Estado e os grandes Fazendeiros e proprietários de terras na região. Apesar disso, a forte organização e expressiva combatividade dos movimentos sociais hoje na região, de conformidade com as bandeiras de luta que encetam, tem dado forças para lutarem e resistirem de todas as formas e meios possíveis à expulsão e invasões de suas terras; aos despejos com ou sem mandado judicial; a ameaça de redução de seus territórios; a injustiça política dos preços dos produtos agrícolas; a falta de assistência técnica; a falta de assistência médico-previdenciária; a falta de cumprimento das leis trabalhistas; enfim, contra o poder de "fogo" dos pistoleiros e policiais a serviço do latifúndio e, as mais variadas formas de cerceamento de seus direitos.

Com a finalidade de resistirem e lutarem contra o cerceamento de seus direitos, imposto pelo seus opressores, várias formas e estratégias de luta são utilizadas nesses movimentos, mas aquelas que atualmente, estão surtindo efeitos

mais positivos, tem sido os atos considerados pelo Poder Público como ilegais, tais como a ocupação e resistência nas terras; o revide através de tiroteios; o bloqueio de estradas; a ameaça de incêndio de pontes; a ocupação de prédios públicos e, até mesmo o seqüestro de autoridades ou representantes do grande capital como refêns.

Convém salientar que, segundo os entrevistados, são utilizados ao mesmo tempo, pelos movimentados, mecanismos legais e extra-legais e, o trecho da entrevista abaixo, permite-nos deduzir, que estes últimos, só são utilizados nos casos extremos, quando já esgotaram todas as possibilidades por meios pacíficos e civilizados:

"A gente espera a justiça e, como ela não vem... então partimos pra ignorância né...".. (Trecho da Entrevista/1988: Um Posseiro, residente no Povoador de Buriti/Região do Bico do Papagaio)

Sobre esse comportamento atual dos movimentos sociais, parece que a tomada de posição da Igreja Progressista no campo, é bastante estimulador:

"Você acha que ainda estamos no tempo de dar-mos a outra face?... Esse tempo já passou e, por isso eu digo, quem lutar ganha alguma coisa, quem correr amedrontado fica sem esperanças". (Trecho da Entrevista/1988: Um Sacerdote Jesuíta da Paróquia de São Sebastião do Tocantins/Região do Bico do Papagaio)

"... o acesso de todos à propriedade é uma condição indispensável de liberdade e criatividade do homem... Para ele não ser um anônimo e não ser massificado, deve resistir na terra. A propriedade deve ser uma expressão da personalidade humana". (TEMPO E PRESENÇA/CEDI, 1985:11).

Como se verifica, a violência e o poder não são apenas, apanágio dos poderosos, os pequenos também os exercem, mas há uma profunda diferença da utilização que fazem dela os atores opostos em luta. Primeiro porque, os oprimidos a utilizam como um revide ou seja, como um mecanismo de contra-violência, de contra-poder, como um instrumento defensivo em prol aos seus direitos e suas convicções; enquanto os detentores do poder econômico os exercem como mecanismo para controle dos pequenos. Nesse caso, quando a "violência silenciosa" da dependência econômica, resultante das relações capitalistas, apresenta sérias dificuldades para impor-se de uma forma mais decisiva no campo, então, para viabilizá-la como característica essencial da ordem dominante, torna-se necessário como regra geral, a coerção, que nesse caso, vai desde a persuasão ostensiva para que um posseiro, por exemplo, assine um contrato de arrendamento com o proprietário da fazenda, até atos de torturas e, assassinatos.

Obviamente que, quando a violência parte dos Fazendeiros e grandes proprietários de terra organizados em sua entidade de classe, como no caso da União Democrática Ruralista-UDR, que mesmo antes de ser fundada institucionalmente na Região do Bico do Papagaio, tramou a morte do Padre Josimo Tavares, a intenção foi desmobilizar a organização e o reconhecido crescimento político dos oprimidos em luta, haja visto que interessou preferencialmente, ceifar a vida das lideranças mais combativas, sejam estas, especificamente atores ou mediadores, sobretudo quando esses aliados, representam interlocutores privilegiados e de reconhecida respeitabilidade, como no caso da Igreja Progressista no campo, que através de seus membros das CPTs, exercem um trabalho pedagógico nas ba-

ses comunitárias, mormente quando se constata, que essa atuação junto aos comunitários, já atingiu um certo grau de amadurecimento, a ponto de que essas comunidades já conseguem transformar a luta pelo acesso à terra, em movimentos de caráter político. Nesse caso, tais comunidades na figura de seus líderes, devem ser eliminadas, pois as mesmas, já atingiram um nível de "comunidades libertadoras".⁽⁵³⁾ Constantemente perseguidas, essas comunidades e suas lideranças, já conseguiram construir e veicular uma certa identidade política, pelo modo como lutam e defendem seus direitos de ter acesso à terra.

A questão está, em saber até que ponto, o exercício do poder e da violência pelos setores das classes dominantes conseguem minar a ação dos comunitários, a ponto de fazê-los retroagir em suas lutas e ceder espaço a esses setores ou pelo contrário, avançar nas suas lutas.

Obviamente, que a prática do poder e da violência quando já atinge níveis intoleráveis, tem implicações sociais graves, atingindo não apenas o trabalhador rural, enquanto pessoa tomada individualmente, mas também a sua família; a sua unidade de produção e moradia, desarticulando suas condições materiais de subsistência e, ao mesmo tempo a sua reprodução enquanto grupo familiar. Além disso, desestrutura relações de parentesco, de vizinhança e, todo um sistema de sociabilidade e convivência social entre membros de uma mesma comunidade e, até entre moradores de povoados adjacentes.

Do ponto de vista psicológico, a violência tem implicações no inconsciente do violentado e pode traumatizá-lo para toda vida. Nesse caso, as atrocidades sofridas são somatizadas psicologicamente pelo violentado, a ponto de fazê-lo

desistir para sempre de sua luta. Esta conseqüência é reconhecida como uma das implicações que comumente ocorre no grupo que sofre violência drástica, sobretudo quando essa atinge diretamente seus familiares, mas do que o próprio indivíduo em si.

"O Rodemar era até muito forte, lutava e lutava muito! Era um dedicado pela causa, mas quando um tiro matou sua filha de três anos, tudo se perdeu, perdemos um combatente e tanto... Foi embora, abandonou tudo, nunca mais voltou". (Trecho da Entrevista/1988: Um Posseiro do Povoado de Buriti/Região do Bico do Papagaio)

Embora reconhecendo que a violência desmantela a organização comunitária; desorganiza o movimento, pois intimida sobretudo os liderados; dificulta os avanços dos movimentos; joga na clandestinidade centenas de trabalhadores rurais, fazendo-os, desacreditar na justiça dos homens. A violência também tem deixado várias pessoas mutiladas do ponto de vista físico, tornando-as muitas vezes inteiramente inválidas para o trabalho e para a vida, sobretudo aquelas, que mesmo salvando-se da morte, tem vários de seus órgãos mutilados (línguas e orelhas cortadas, aleijumes nas pernas, além da extração dos órgãos reprodutores).

No caso da violência contra as lideranças, importantes no processo de articulação entre a direção e o "corpo" do movimento, como no caso dos assassinatos de dirigentes sindicais, comunitários e eclesiásticos, suas conseqüências para o grupo em luta, são traumáticas, é como se a sua morte mactasse também um pedaço do próprio movimento.

Sobre esta observação vale a pena analisar as palavras de um entrevistado do Bico do Papagaio:

"Perder uma liderança como o Padre Josimo foi uma coisa trágica que ninguém esperava, pensava que era só conversa, mas aconteceu e, hoje o povo vive esperando justiça. Outro Josimo, não virá mais, isto é inesperado, porque ele era uma pessoa que tinha coragem de entregar a sua própria vida em defesa daqueles que precisam". (Trecho da Entrevista/1988: Um Posseiro morador do Povoador de Buriti/Região do Bico do Papagaio)

Além de ter conseqüências negativas ao movimento, que de certa forma ao sofrer o impacto tende a apresentar uma aparente "calmaria", a violência abala toda uma coletividade, desarticulando a organização dos movimentos em luta, atingindo diretamente os quadros das Instituições a que pertencia a liderança assassinada.

Refletindo sobre os assassinatos no campo um dos entrevistados afirmou:

"Eu pessoalmente estou muito triste, de ver tanta pobreza de espírito, tanto descaso pela vida, tanta falta de vergonha desses políticos". (Trecho da entrevista/1988: Um Sacerdote Jesuíta da Paróquia de São Sebastião do Tocantins/Região do Bico do Papagaio)

Ressalte-se todavia, que além desses efeitos desagregadores reconhecidamente como "fortes" agentes desmobilizadores, há também por outro lado, os efeitos mobilizadores, decorrentes da violência.

Nos dias atuais, e mesmo se recuarmos no tempo veremos que a voz dos esquecidos, dos despossuídos e, de todos aqueles que sofrem os abusos do poder público ou privado, tem encontrado no próprio sofrimento, nas agressões, torturas, intimidações e, morte lhes impõem, assim como nos ganhos, nas

pequenas vitórias e no aprendizado do dia a dia, o fundamento e o significado da união, da organização, e em geral, da necessidade de atuar em forma coletiva. A este respeito, um informante nos diz:

"Com a violência o povo se organiza, mas é o jeito que tem, porque na hora que nós sofre a violência, perde um companheiro, a gente aprende que tem que se organizar. Ou o povo se organiza mais, ou senão vai perder mais gente". (Trecho da Entrevista/1988: Um Líder Sindical do Povoado de Buriti/Região do Bico do Papagaio)

Verifica-se pois, que o exercício do poder e da violência sobre os trabalhadores pelas classes dominantes no campo da Amazônia, revela a sua dupla face: é ao mesmo tempo desmobilização e, também um dos fundamentos da mobilização dos oprimidos inscritos nas suas práticas de resistência. É como se as ações dos diversos atores na rede de relações de poder contivesse um componente pedagógico, que auxilia aos expoliados a descobrirem que só pela organização e prática coletiva conseguem ser capazes de se tornar sujeitos de suas destinações históricas.

"A violência promove a mobilização porque ela tem seus eixos fundamentais, tem seus momentos, tem sua parte positiva, quando um posseiro está sendo agredido por um grandaço que tem todas as forças do seu lado.

Você acha que nós podemos deixar aquele infeliz sofrer sozinho, e não se reunir com ele pra combater aquela força maior? - Então isto é um ato de violência, mas nós temos que combater isto daí". (Trecho da Entrevista/1988: Um Líder da Associação dos Trabalhadores do Centro dos Mulatos/Região do Bico do Papagaio).

Como um efeito contraditório destas relações de poder, se fortalece nos agredidos a necessidade de organizarem para resistir e lutar coletivamente e, conseqüentemente criam micro-poderes, poderes moleculares, conscientes de que também são forças sociais que devem ser levadas em consideração.

"Temos que nos unir. É um ato de solidariedade de cada um, porque se a gente pensar que ele se vira pr'a lá, ele não vai ter força de enfrentar, pois o outro tem o poder do dinheiro, tem o poder econômico. Então nós pequenos se não ajudar ele, ele será derrotado, e os outros irão também".
 (Trecho da Entrevista/1988: Membro do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Sebastião do Tocantins/Região do Bico do Papagaio)

O exercício das relações de hegemonia e de poder pela coerção ou pelo consenso, nesta linha de ganhos no que diz respeito ao aprendizado político, contribui sobretudo para despertar nos trabalhadores a consciência de sua condição social e, sobretudo do processo de exclusão social a que estão submetidos em todos os níveis, pelos que exercem o poder econômico e político na Região. Nestes termos, estas práticas têm contribuído para que os despossuídos, possam construir a sua unidade em sua diversidade e, passem assim, suas práticas a se explicitar como manifestações de classe. É portanto, na própria luta e nos seus enfrentamentos políticos do cotidiano que os "trabalhadores rurais" apesar de sua composição heterogênea constroem o seu próprio rosto e a sua própria identidade face aos seus dominadores.

"Eles tem tudo pr'a fazer, eles tem as Entidades pesadas, como o próprio Governo, e a UDR que é uma entidade que tem muito dinheiro, é capitalista, inclusive ligada ao grupo dos empresários

e latifundiários. São duas categorias que juntam-se muito bem, o que beneficia um; beneficia outro". (Trecho da Entrevista/1988: Dirigente Sindical do Bico do Papagaio)

Finalmente, uma outra implicação que parece reforçar a dupla face da violência e do poder, na Amazônia Rural, é o fato de que ela é processo e produto histórico das desigualdades sociais e, enquanto tais condições persistirem, ela também tende a ganhar continuidade:

"A violência veio, por causa do problema fundiário, porque a maioria dos latifundiários são quem a terra pr'a especulação, o povo quer ela pr'a trabalhar e produzir. Por conta disso é que nasce a violência... É só miséria e injustiça. Enquanto a violência acompanhar, há discórdia e injustiça, por conta disso, a luta não pode morrer". (Trecho da Entrevista:1988: Posseiro do Centro dos Canários/Região do Bico do Papagaio)

Por tudo o que foi levantado até aqui, observa-se que as populações rurais, camponesas ou não, nas áreas de tensão na Amazônia, particularmente os aglutinados nos Movimentos Sociais, constituem uma força política, nada desprezível. Tanto é assim, que continuamente o Estado aplica mecanismos diversos para desmobilizá-los politicamente.

A natureza pré-política ou política dos movimentos sociais, parece não estar necessariamente vinculado a um Projeto Político de abrangência nacional. O mais importante é o significado dos movimentos sociais quando a luta se orienta pela organização das massas pois ao que parece é a via mais segura de prevêr-se mudanças no panorama de participação política no país. Sendo assim, sua importância não se vincula, ne

cessariamente, à repercussão maior ou menor que esses movimentos sociais podem ter em relação à totalidade mais ampla na qual estão inseridos. A este respeito KHOURY diz que:

"quando a forma organizativa, passando da formação de pequenos núcleos, no interior dos grupos produtivos à criação de sociedades civis, chamadas de associações e/ou ligas, estas sociedades dão suporte às lutas e reivindicações dos trabalhadores, além de servirem como ponto de convergência entre os núcleos internos das unidades produtivas, retirando cada luta e/ou reivindicação do possível isolamento e tornando-os comuns a toda uma categoria". (KHOURY: 1986)

Diria-se assim,

"que 'ser' ou 'não ser' político passaria pela forma de influir de algum modo a sua comunidade, ou seja, a sua realidade mais próxima. Antes de tudo "ser político" é tomar consciência de que a causa pela qual se luta, é importante para o grupo que luta e, não necessariamente para a sociedade global. Se tem repercussão nacional, melhor". (MARTINS, 1981).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho não apresentaremos conclusões. Apenas tentaremos reter determinadas idéias que surgem do cenário dos Movimentos Sociais estudados, sob a forma de problemas e indagações, que servirão à reflexão e aprofundamentos futuros.

Trabalhamos em base a uma amostra constituída por três movimentos sociais representativos da área rural da Amazônia Legal, centrando nossa atenção na questão do exercício da violência e do poder, porque o modo como se concretizam estas práticas nos Movimentos Sociais na região estudada, nos serviram como recurso analítico para resgatar a trajetória de nosso objeto de estudo, que em última instância, é o homem do campo, o trabalhador rural da Amazônia. Assim, nosso objetivo básico foi ter uma visão aproximada sobre os trabalhadores amazônicos, sobre seu modo de ação, seus avanços, seus recuos e, o que sobra para eles no contexto da Amazônia Rural.

Analisando-se os diversos Movimentos Sociais no campo da Amazônia, constatamos que este espaço geo-político e social, vem transformando-se numa espécie de "campo de batalha", onde os trabalhadores rurais vêm vivenciando uma experiência social e política de grandes magnitudes, cujo significado e alcance social, são ainda prematuros de se avaliar de uma forma precisa. Contudo, consideramos que a prática social que esses atores sociais exercitam no seu "cotidiano Político", face as diversas formas de intervenção que sofrem,

constitui sem dúvida, uma prática pedagógica, de resultados efetivos à sua formação política em busca da cidadania.

Um dos primeiros questionamentos sobre o real significado dos Movimentos Sociais quando a luta se orienta pela organização das massas, nos permite refletir sobre como se constituíram os espaços hoje conhecidos como "Movimentos Sociais", objeto empírico de nossa análise, ou seja, de que maneira se constituem tais espaços de organização e participação social, em termos de autofazer-se, isto é, de que forma, constroem seu caminho.

No caso do "Movimento dos Posseiros" do Bico do Papagaio, através da participação social estimulada pela Pastoral da Igreja Católica, passam por um período inicial de aglutinação de massas populares e os lavradores isolados em unidades produtivas familiares e/ou pequenos núcleos, chegam a constituir-se em agrupamentos sociais, que ao longo do tempo se tornam internamente mais coesos, conforme as ações e os confrontos que ocorreram, e ainda ocorrem, no bojo da própria luta conjunta dos atores sociais envolvidos.

Assim, foram se constituindo numa informal organização comunitária de base, que serviu de suporte à caminhada do grupo em suas reflexões, iniciativas, ações de resistência, reivindicações e lutas dos trabalhadores rurais envolvidos. O amadurecimento contínuo/descontínuo desta caminhada, torna o processo cada vez mais criativo, que se expressa na existência de um espaço de convergência, ou seja, de ponto de encontro comum das ações coletivas, que não apenas, os tirou de seu isolamento histórico, como sobretudo, os transformou semelhantes como categoria social e política, apesar das diferenças sociais que possam existir entre eles.

Neste processo de condução pedagógico-formativa e, como parte integrante do mesmo, esses atores sociais chegam inclusive, a criação de "sociedades civis", como no caso da fundação do "Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Sebastião do Tocantins" pelos Posseiros do Bico do Papagaio, e da Associação dos Fornecedores/Plantadores e Trabalhadores Rurais da Transamazônica-ASFORT pelo "Movimento dos Trabalhadores Rurais da Cana do Pacal".

No caso do "Movimento dos Índios Guajajaras", as contínuas invasões de suas terras por posseiros, proprietários de serrarias, grandes fazendeiros e, até pelos próprios PIC's oficiais, obrigou à união das diversas aldeias deste grupo na luta pela defesa de suas terras, de seu direito à sobrevivência física e cultural e; enquanto nação. A caminhada destes grupos indígenas, tem criado uma base comum de interesses, que tende a fortalecer sua identidade étnica e política. Contudo, por mais paradoxal que possa parecer, é neste mesmo processo de luta, onde se confrontam com os mais diversos atores sociais que lhes são opostos e, entre esses "os posseiros", que os Guajajaras parecem descobrir, em certo sentido, uma nova visão sobre a realidade regional.

Observa-se por exemplo, que os indígenas, de certo modo, parecem identificar-se com os despossuídos, que como eles lutam por permanecer em suas terras. Apesar de considerá-los "invasores" e reivindicarem junto à FUNAI a expulsão dos "posseiros" de suas terras, os indígenas advogam ao mesmo tempo, que o órgão oficial providencie recursos necessários à indenização de suas benfeitorias. Ao reconhecer o valor do trabalho já dispendido pelas "famílias posseiras", os Guajajaras parecem olhá-los, não como simples invasores de suas

terras, mas também, como vítimas de sucessivas expropriações, que vem sofrendo ao longo de sua história de migrações.

A prática política originada da orientação educativa da Pastoral da Igreja Católica, assim como as circunstâncias históricas de ter ocorrido nas proximidades da região do Bico do Papagaio a "Guerrilha do Araguaia", durante a primeira metade da década de 70, constituíram experiências fundamentais na formação de uma consciência social e na consolidação de práticas coletivas nos integrantes do "Movimento dos Posseiros" desta região. Assim como contribuiu também, à conformação de uma massa crítica e "calejada" na luta desta categoria que, atualmente não apenas, ganhou especificidade como ator social, típico da região, mas acima de tudo, uma evidente expressividade e significação social como "Movimento", no conjunto das lutas sociais que se passam hoje, no cenário da Amazônia.

No caso do "Movimento dos Fornecedores/Plantadores e Trabalhadores Rurais da Cana do Pacal", também, a forma organizativa alcançada, é resultado da ação coletiva de diferentes atores sociais engajados na luta, expressa na constituição de uma "comunidade" unitária baseada em interesses comuns às diversas categorias, ora componentes da ASFORT, Associação criada no processo da luta.

A ASFORT, constituída fundamentalmente, por uma ampla maioria de plantadores, fornecedores e cortadores de cana, representando os micros e pequenos produtores familiares do local (pequenos proprietários, arrendatários, meeiros e, colonos-posseiros), além de incluir também, uma significativa parcela de médios produtores rurais, bem como até alguns grandes proprietários de terra, mas que tem a cana como cultura

secundária, é pois, uma expressão concreta, de que a real unidade de interesses, só pode ser construída no próprio processo de luta.

Na verdade, esta luta, só pode concretamente se perfilar como um movimento social de base popular, porque os que diretamente se engajaram no processo, foram basicamente os pequenos produtores familiares, complementada pela efetiva participação dos médios proprietários, cuja maioria são também, em grande medida, produtores rurais de base familiar, que usam apenas, esporadicamente, o auxílio da mão-de-obra, genericamente denominada de "peão".

Como pode verificar-se são diversos os caminhos de socialização do trabalhador rural amazônico, porque cada movimento social se constrói na luta. Embora orientem sua organização, o seu fazer-se, num processo contínuo e descontínuo, onde a base é uma espécie de organização comunitária, é no interior desta que funciona uma microdinâmica democratizante, representando antes de tudo, um espaço de convergência, através do qual, se constrói os laços de união e de força do grupo, ou seja um espaço de criação, no qual emergem as reflexões, as discussões, as divergências, as decisões, e, as ações coletivas de luta.

Se por um lado, cada movimento social trilha seu próprio caminho, ou seja, a sua própria dinâmica; por outro, há indícios, de que apesar da diversidade de formas e situações de confronto vivenciados, existam dois elementos de ação comum na base desses movimentos sociais na Amazônia. Trata-se em primeiro lugar, da questão agrária, cuja luta principal é a luta pela terra e/ou luta contra a expropriação e; aliada a

a esta, há a questão da exclusão política de que são vítimas a massa dos trabalhadores rurais na região.

Na Amazônia, os lavradores, pequenos e médios proprietários rurais e, particularmente os posseiros, tomam consciência desta última forma de violência política no bojo de suas lutas pois, são nestas circunstâncias que percebem que sua condição "cidadã", é diferente daqueles que têm poder econômico e político. A partir daí, se evidencia para eles, que sua "exclusão" é também um problema que deve ser negado, como uma das bandeiras de luta, na busca de uma verdadeira cidadania.

A questão da violência e da Justiça está vinculada a um processo de exclusão social, ao qual os trabalhadores do campo, estão submetidos no sistema econômico-político da sociedade brasileira, que para mantê-los na Ordem Social, precisa transformá-los em "fora da lei", jogando-os na clandestinidade, como "sujeitos" semi-cidadãos.

Desse modo, a justiça e a violência se configuram na Ordem Capitalista como duas faces contraditórias de uma mesma "moeda". A justiça na ótica popular só existe para quem tem poder. Como o conceito de justiça está vinculado ao direito de propriedade privada, quem tem terra, tem poder e, portanto, tem a justiça em suas "mãos". Na prática só nestes casos a justiça é legal. Não há pois, justiça regularmente para os despossuídos da terra na Amazônia, ainda que estes se considerem os legítimos donos da terra.

Muitos dos que trabalham durante décadas na terra, como no caso dos lavradores-posseiros do Bico do Papagaio, são cotidianamente expulsos de suas posses por grileiros, fa-

zendeiros e, grandes proprietários de terra. Um dos exemplos mais emblemáticos, foi o caso dos lavradores da "Fazenda Santa Cruz", que desde 1966 trabalhando na área, que aliás, entraram por saberem tratar-se de "terras do Governo", foram violentamente expulsos por grileiros, que em 1976 se diziam proprietários da área em questão, travando-se no local, violenta luta pela posse da terra.

A maioria dos grileiros conseguem regularizar a situação da grilagem das terras através dos títulos expedidos pelo próprio INCRA. Neste caso, a Justiça para ser legal, se torna ao mesmo tempo, "ilegal".

Já na área de abrangência do PIC/Barra do Corda na região da Pré-Amazônia Maranhense, é o próprio Órgão Oficial, no caso o INCRA, o executor da grilagem das terras. Na Amazônia, vários PIC's absorveram áreas de terras indígenas, como no caso por exemplo, da área da "Aldeia da Cachoeira" dos índios Guajajaras, onde grande parte do PIC de Barra do Corda, foi preservada para assentamento de colonos, tornando a situação conflituosa, já que os índios, face a ação ilegal do próprio governo, reclamam o direito de suas terras.

A violência como ação política praticada pelos atores sociais do bloco no poder e/ou seus aliados na sociedade civil, com a conivência e/ou omissão do Estado, se expressa de diversas formas, mas na maioria dos casos, objetivam intimidar e esvaziar os "Movimentos Sociais".

É significativo que nas últimas décadas, este tipo de violência tenha se tornado essencialmente seletiva, isto é, orientada para exterminar as lideranças sindicais, religiosas, comunitárias, jurídicas e, políticas que lutam e apoiam as

causas dos oprimidos. São mostras deste tipo de violência os assassinatos do Padre Josimo Tavares, Coordenador da CPT da Região do Bico do Papagaio e membro do Conselho Regional da CPT-Araguaia-Tocantins; da irmã Adelaide Molinari, membro da CPT do Araguaia; de Sebastião Rosa da Paz, agente da Pastoral da CEB e, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Uruaçu; de João Canuto de Oliveira, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Maria; de Vilmar de Castro, Professor, líder comunitário e agente da CPT da Regional Araguaia-Tocantins; de NOICO, Sócio-fundador do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Araguaiana, entre outros.

Outra das práticas deste tipo de violência extra-legal, como expressão de novas estratégias por parte dos grandes latifundiários da região, para mais facilmente intimidar, expulsar e, eliminar do cenário de lutas as lideranças mais combativas dos movimentos sociais, é o "crime organizado".

Em décadas anteriores, os "pistoleiros de aluguel" atuavam individualizados, hoje entretanto, formam o que se poderia chamar de "Sindicato do Crime". O grupo "solução", como assim é conhecido o "braço armado do latifúndio", atua ostensivamente na área, sendo constantemente contratado pelos grandes fazendeiros da região, que aliás lhes dão guarida, sediando-o na Fazenda do Vale do Juari, no município de Colméia/GO. Embora este "grupo de extermínio" de lideranças e trabalhadores rurais da região do Bico do Papagaio já seja do conhecimento das autoridades governamentais, continua agindo impune na região, possuindo como dirigentes dois "coronéis" reformados, sendo um do Exército e, outro da Polícia Militar de Goiás.

Existe pois, a tendência ao exercício da violência por grupos interessados em manter o domínio da situação, que os grandes proprietários de terra defendem. O ato criminal é planejado pelos grandes fazendeiros, individualmente e/ou em grupos através ou não da UDR, mas a execução da violência é delegada aos pistoleiros ou às forças policiais do Estado. Mandantes e executores gozam de total impunidade.

O que existe é uma "política de classe", por isso a própria justiça também é de classe e inclusive em muitos casos, a própria violência do Estado.

Na verdade, nem sempre o Estado precisa usar seus aparelhos repressivos em forma de "violência aberta" para esvaziar os movimentos sociais, algumas vezes, transfere e implanta em áreas de fronteiras ou de tensão da Amazônia inúmeros batalhões do Exército, e a própria militarização dessas regiões, já é suficiente para desmobilizar, ou mesmo para desencorajar pretensas aglutinações coletivas que proventura, venham a explodir nesses locais. Durante o Governo da Nova República, concebido pelo Conselho de Segurança Nacional -CSN, hoje Secretaria Geral de Assessoramento do Conselho de Defesa Nacional, foi formulado o Projeto Calha-Norte, ora em execução pelo Exército Brasileiro, através de seu Centro de Instrução de Guerra na Selva. (Vol. II. Anexo: VII.M.2, pág. 431)

Este projeto que abrange uma dimensão de 8.200.000 hectares, envolvendo as áreas de fronteiras da região Amazônica tem como objetivos prioritários:

- . vigiar, ocupar e colonizar os confins amazônicos, fronteiriços com os outros países da América do Sul;
- . integrar os indígenas dessas áreas à Sociedade Nacional, levando-os o progresso tecnológico e a civilização;

- . demarcar as terras indígenas, incluindo a delimitação das 19 áreas indígenas isoladas entre o Parque Nacional do Pico da Neblina e as duas Florestas Nacionais;
- . promover a assistência médico-sanitária das populações nativas da área;
- . elevar o nível de escolaridade dos indígenas, propiciando uma educação de acordo com os padrões de civilidade Nacional;
- . construir campos de pouso, de modo a facilitar o acesso e a comunicação dessas áreas;
- . desenvolver programas de produção de alimentos, particularmente, aqueles cujas atividades priorizem a agricultura de subsistência, de modo a prover a sobrevivência dos grupos que ali habitam;
- . recrutar e integrar os indígenas (dos que já atingiram a idade de prestar o serviço militar) às forças armadas, de modo a formar o sentimento de nacionalidade e amor à Pátria.

Além do Projeto Calha Norte criado em plena "Nova República", o próprio Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins-GETAT foi também mantido no novo período, apesar de ter sido solicitado formalmente sua extinção, face suas implicações com a militarização da questão agrária, uma vez que este órgão possuía como "funcionários", em sua grande maioria, militares reformados das Forças Armadas.

Na verdade, tanto o Projeto Calha Norte, como o próprio GETAT, mantido na estrutura do Governo, possuíam o objetivo de assegurar o controle militar sobre as questões de terra na Amazônia, além de induzir aos "menos-avisados", de que a Reforma Agrária na região estava sendo realizada.

O GETAT desapropriou algumas áreas, em todo ou em parte, de algumas fazendas situadas na Região do Bico do Papagaio, como resultado da intensa luta travada pelos posseiros por seus direitos à terra. Essas desapropriações realizadas pelo órgão oficial, foram inicialmente, na Fazenda Santa Cruz, onde depois de violentos conflitos com mortes, o GETAT interviu, desapropriando a área. Os posseiros foram assentados, mas até hoje não receberam o título definitivo de seus lotes. Posteriormente, interviu também na Fazenda Ouro Verde, desapropriando cerca de 40% da área. Como os lotes recortados pelo GETAT foram em geral, muito pequenos, com apenas cinco alqueires, grande parte dos assentados já venderam seus lotes.

Finalmente, foi também desapropriada cerca de 80% da Fazenda Santa Marta, com 2.600 hectares. Os posseiros foram assentados, mas não receberam seus títulos de proprietários. Hoje no local, esses "posseiros" estão reivindicando uma Serriaria que fazia parte da Fazenda desapropriada.

Além da violência na modalidade até aqui indicada, o Estado tem usado regularmente a estratégia da "violência aberta" para esvaziar os movimentos sociais, que ocorrem na Amazônia Rural. Na maioria dos casos, as Polícias Militar e Civil estão envolvidas e, em nome da manutenção da ordem, ameaçam, despejam, atacam, e matam lavradores, posseiros, lideranças e, demais mediadores que apoiam a luta dos despossuídos do campo. Reprimem para esvaziar os movimentos sociais, já que as causas pelas quais se mobilizam, são consideradas pelo Estado, como "casos de polícia", e, não como de fato são um problema sócio-político. E esta forma de repressão, não é apenas, característica do período de Ditadura Militar, mas

também, ganha continuidade e, até expressividade no Governo da "Nova República", denominado por alguns, como "período de transição democrática".

Na verdade, durante a "Nova República", pode-se até afirmar, conforme demonstram os dados em anexo, que se aplainaram e se intensificaram, ainda mais, tanto os "Movimentos Sociais", como o exercício da "violência aberta" em áreas rurais da Amazônia. (Vol. II. Anexo: III.Q.1, págs. 288 a 368).

O conjunto de todas estas ações, constituem o motor principal que gera a maioria dos conflitos sociais que ocorrem na região.

Desta feita, a luta dos posseiros, dos pequenos e médios proprietários rurais, dos indígenas e, dos sem-terra, é fundamentalmente, uma luta de resistência, isto é, marcada por um caráter defensivo. Se geram, regularmente, em face do arbítrio e a violência que se realizam contra eles. Contudo, a oposição à violência, seja velada ou aberta, sobre a qual se colocam esses atores sociais, acaba por moldá-los como sujeitos políticos. Na luta tomam consciência da condição de excluídos a que estão submetidos, e, através dessa luta, os movimentos sociais hoje, ganham um novo sentido, ou seja, um conteúdo político, já que no próprio processo das lutas tentam resgatar seus direitos e a legalidade perdidas.

Como alguns de seus problemas básicos são reflexos, tanto da inoperância do sistema judiciário, quanto da ambigüidade presente nas Leis, como no caso dos posseiros face ao "Estatuto da Terra", então, através de suas lutas, constroem alternativas e, lutam por novas formas de integração social, utilizando como ponto de partida as próprias ambigüidades do Direito Constituído.

Assim, o próprio Movimento Social dos Posseiros se constituiu a partir de uma tensão, entre o direito vigente de propriedade e a legitimidade da posse, argumentada por esta categoria, isto é, passaram a lutar pelo direito à terra para quem nela trabalha". Tais movimentos, reivindicam seu reconhecimento, enquanto categoria que tem direito de posse à terra, mesmo quando negam estigmatizados pelo termo "posseiros", cunhado por seus opositores.

A este respeito, é elucidativo o modo pelo qual a Coordenadora da Associação das Mulheres de Buriti", na região do Bico do Papagaio, se referiu na entrevista:

"Nós não somos posseiros, mesmo que os grandão ache que somos. Trabalhamos sol a sol, fizemos a terra produzir, agora os "grandãos" quer tirar a terra de nós. Isso não é direito". (Trecho da Entrevista/1988: Pe. da A.M.B./Região do Bico do Papagaio)

A luta maior da massa trabalhadora rural na região é pelo direito de se integrar na sociedade como cidadão com direitos iguais aos dos outros, que como eles estão também fazendo a terra produzir. Entretanto, cada categoria de atores sociais da classe subalterna no campo, constrói na luta, uma forma particular de se integrar à sociedade. A forma específica de subordinação do trabalho dos diversos segmentos dos produtores rurais não-capitalistas ao capital, parece explicar a natureza diferenciada de suas lutas e, das novas formas políticas de organização e participação social, atualmente existentes nos movimentos sociais da Amazônia.

Ao tentar recompor o quadro da condição de dominação do capital sobre a massa trabalhadora rural e, traçar o per -

fil de suas lutas, visualizamos que tais lutas sociais sempre existirão enquanto perdurarem as condições objetivas que as produziram. Lutam tanto, se sacrificam tanto, para muitas vezes conseguir ganhos materiais tão pouco reconhecidos. Via de regra, o "pedacinho" de terra conquistado com tanto sacrifício é novamente retomado pelos grandes "detentores do poder econômico" e, isso geralmente ocorre porque o plano do bloco no poder, via aparelhos do Estado, é velar por sua integridade, por sua intocabilidade e, para tanto torna-se necessário, criar constantemente mecanismos que esvaziem o avanço político dessas lutas, pois só desse modo, os "donos do poder" conseguem reproduzir a exclusão sócio-política desses segmentos sociais no campo.

Apesar de tudo, mesmo que as vitórias mais imediatas dos despossuídos do campo se "esfumem" para os próprios lutadores, o certo é, que se encarado pelo ângulo político, ficam ganhos políticos cujas dimensões são difíceis de mensurar, particularmente no que se refere ao avanço na organização das massas populares rurais, na participação social dos envolvidos e, na construção de uma identidade que parece definir o próprio conteúdo político das lutas.

Aprofundando-se a um nível mais crítico tais considerações, podemos constatar que os movimentos sociais são sempre exigências e reivindicações dos direitos por parte daqueles que têm estes cerceados ou mesmo negados pelos que exercem ou fazem valer as suas prerrogativas de que tem mais poder. Neste sentido, as lutas sociais, particularmente do campo na Amazônia, cuja maioria questiona a estrutura do direito vigente, ganham imediatamente contornos e conteúdo de movimentos políticos, já que procuram afetar e se contrapor de

alguma forma ao sistema de relações constituídas pela ordem dominante.

No caso da Revolta dos Índios Guajajaras em Alto-Alegre, por exemplo, pode-se verificar que as causas mobilizadoras do levante, relativas à própria sobrevivência dos índios, enquanto grupo cultural, objetivou se contrapor a estrutura de dominação imposta pelo grupo colonizador. Todavia, para que o Movimento pudesse atingir seus objetivos mais imediatos, qual seja retirar as crianças índias da tutela dos religiosos, tornou-se indispensável que o líder intelectual da Revolta, conseguisse articular outras lideranças e, em conjunto com elas, transformar o seu projeto num projeto da maior parte dos Guajajaras. A tarefa, além de exigir muita habilidade política e poder de convencimento por parte de sua mais expressiva liderança orgânica, no caso o Cacique Caiuré, entretanto a tarefa foi viável porque os objetivos do projeto faziam parte dos interesses do grupo como um todo.

Na verdade, a estratégia de "raptar" as crianças, ainda que objetivo mais imediato, guardava em si objetivos muito mais amplos, que eram o de justamente permanecer enquanto cultura e, enquanto Nação, ou seja lutar em última instância, pela manutenção de sua identidade étnica e, autonomia política, fortemente ameaçados pelo grupo alienígena dominador.

Semelhantes colocações também podem ser circunscritas aos "Movimentos dos Posseiros do Bico do Papagaio" e "dos Fornecedores/Plantadores e Cortadores de Cana do Pacal", também inseridos como objetos de análise neste estudo. Seus primeiros líderes também sentiram necessidades de fortalecer a direção do Movimento, não no sentido de se afastar das "ba -

ses", mas pelo contrário, ganhar adesões dos mais amplos setores possíveis da sociedade civil, de modo a fortalecer o Movimento como um todo.

Tem-se a observar ainda que, a maior parte dos Movimentos Sociais no Campo da Amazônia, podem ser considerados como movimentos revolucionários, pois de acordo com a classificação de Lojkin, eles tendem a se contrapor à ordem estabelecida. Não são simples Movimentos de protestos, mas lutam para fazer valer os seus direitos, considerados como "não-direitos" pela estrutura do poder dominante.

Pelo lado dos dominadores todavia, para combaterem os Movimentos Sociais, torna-se necessário reafirmá-los enquanto prática de luta e, por isso precisam organizar-se como um "Contra-Movimento" para sufocar ou se sobrepor ao outro. Em ambos os casos o exercício da violência e o poder estão presentes como componentes da própria essência dos Movimentos Sociais. A diferença está em que, a violência e o poder exercidos pelos dominados através de suas práticas são vistos ideologicamente como crimes; enquanto que os exercidos pelos grupos dominantes, sobretudo quando seus Movimentos têm caráter de "Contra-Movimento", são considerados muito mais como revides, ou seja como instrumento de defesa e, por isso conseguem na maioria dos casos, construir-se no imaginário social como ações não criminosas. Se este Contra-Movimento for organizado pelos aparelhos de Estado, como aconteceu no caso da "Revolta dos Guajajaras" em Alto-Alegre, então, tanto a violência, como o abuso de poder oficiais, com muito mais vigor, são vistos como legais.

Outro ponto observado com relação ao desenvolvimento dos "Movimentos Sociais" analisados, foi a necessidade e-

videnciada que tiveram de possuir instrumentos técnico-institucionais para encaminhar suas propostas de luta e, orientar o próprio rumo que o Movimento precisava tomar.

Tudo indica que numa Sociedade profundamente burocratizada como as Sociedades Modernas, há uma imperiosidade dos "Movimentos Sociais" de se adequarem às circunstâncias históricas e, assim, criarem suas próprias instituições como canal e porta-voz do Movimento como um todo.

Sobre este aspecto, observou-se pelos dois últimos casos estudados (PACAL e Bico do Papagaio), que não sendo adequadas às instituições existentes na área, para que os "Movimentos Sociais" as utilizem como canais de reivindicação e luta, obrigou a criarem suas próprias (Sindicatos, Associações) construídas no bojo do próprio processo de luta. E o que é mais interessante ressaltar, tais instituições criadas, se transformaram no próprio "rosto" dos Movimentos, se tornando também alvos de perseguições políticas dos que se sentem atingidos e ameaçados pelas reivindicações populares.

Os movimentos Sociais no campo expressam sempre ações coletivas e, portanto, tendem a se posicionar acerca das necessidades de todo um grupo. Neste sentido podem também ser considerados como instrumentos transformadores da realidade em direção à uma gestão mais democrática da Sociedade. Se os Movimentos Sociais não existissem, é como se não houvesse nenhuma probabilidade de mudança, pois não haveria como se ascultar as reais necessidades e reivindicações daquela população carente inserida numa sociedade plena de contradições. Assim, mesmo que não consigam nenhuma vitória imediata, representam sem dúvida, importantes instrumentos de pressão para as mudanças acontecerem.

Verificou-se ainda, nos casos estudados que os Movimentos Sociais ao reivindicarem direitos negados, eles tendem a questionar a própria estrutura de poder oficial, ou seja o Estado, e sobretudo, quando este Estado é intransigente e, de forte conotação autoritária, ele é visto pelos Movimentados, como um agente acirrador das próprias contradições sociais no campo. Nesse caso, os participantes em luta parecem identificá-lo como um aliado dos que exercem o poder econômico e, em muitos casos, é também considerado e até confundido como o próprio poder econômico, face o seu comprometimento com as classes dominantes e, sua própria participação nos empreendimentos econômicos, como no caso da Usina de Pacal. Apesar dos Movimentados se manifestarem como não pertencentes ao próprio Estado, e portanto, se explicitarem como manifestações de classes diferentes, parecem reconhecer que o Estado também constitui um espaço de luta, já que constantemente apelam para as autoridades competentes do Governo, mesmo que estejam em muitos casos, "caleijados" de saber que ganhar na justiça e/ou em qualquer outro Órgão do Governo, é sempre uma demanda senão impossível, mas muito difícil.

Ressalte-se ainda que, nem todos os Movimentos Sociais em luta possuem o mesmo caminho aberto para se expressarem frente ao Governo. Na maioria dos casos, há a necessidade do Movimento contar com o apoio de interlocutores ou mediadores privilegiados. Nos casos analisados por exemplo, o apoio mais representativo parece ter sido o da Hierarquia da Igreja na pessoa de seu Bispo, que face a sua autoridade clerical tem poder de, inclusive, participar das negociações e, até questionar as próprias autoridades governamentais. Verificou-se assim, que há uma diferença fundamental entre Igreja

através de suas CPTs e, Igreja Instituição através de suas autoridades máximas no trato de questões com o Estado.

Outro ponto que se pode perceber pelos casos estudados, foi a necessidade que os Movimentos Sociais tiveram de se articular com outros Movimentos em luta. Especificamente nos Movimentos do "Pacal" e dos "Posseiros", esta evidência se tornou bastante clara. Obviamente que, esses Movimentos não procuraram articulações com qualquer um Movimento, mas principalmente com aqueles que manifestavam interesses comuns e/ou próximos aos seus. Isto parece demonstrar contudo que um Movimento Social para conseguir maior ressonância social torna-se necessário estabelecer alianças e também apoiar e, passar a defender bandeiras de lutas mais gerais, então procura buscar estratégias para essas articulações. O próprio "Movimento de Revolta dos Guajajaras" por exemplo, na atualidade, parece que também descobriu isto, quando passou a negociar com o próprio Órgão Oficial (FUNAI), indenizações para os Posseiros estabelecidos em suas terras.

Outro ponto observado, é relacionado com a questão prática dos movimentados. Na maioria dos casos, as estratégias de luta e mesmo de organização, repousam em práticas sociais que, culturalmente os grupos em luta estão acostumados a utilizar; entretanto, a exclusiva utilização ou não dessas práticas, é muito mais uma necessidade das circunstâncias históricas, do que propriamente uma exigência cultural. Se os grupos em movimento apreendem que, as suas práticas em determinado momento, podem estar ultrapassados, estas são passíveis de mudança por outras mais eficazes, mesmo que as antigas práticas, possam ser utilizadas em outras ocasiões. Aliás, as estratégias de luta são instrumentos fundamentais não só,

para tirar os Movimentos Sociais do anonimato, como sobretudo, para "abrir" alguma possibilidade de vitória, mesmo que esta seja parcial.

Finalmente, pode-se considerar ainda, que os Movimentos Sociais no Campo, como no caso dos que ocorrem atualmente na Amazônia, significam instrumentos políticos privilegiados para a decomposição da hegemonia do poder das classes dominantes e, criação de micro-poderes de grande conteúdo político na rede social das relações no campo. Mesmo que este não seja um propósito consciente dos trabalhadores rurais, eles percebem através de suas experiências de luta cotidiana, que constituem uma força social, que em ocasiões se perfilam, como manifestações de poder. Daí a valorização da necessidade de união, de organização e de participação nos movimentos sociais, como via e direito de necessidade dos movimentados.

Neste sentido, entendemos que os Movimentos Sociais no campo podem ser considerados como expressões de luta de classe, com objetivo não apenas de opor-se à classe exploradora, mas pelo menos, tentar construir uma contra-hegemonia, que no jogo de forças demonstre que seus direitos devem ser reconhecidos. Obviamente é um desafio, transformar redes de poder moleculares numa teia mais ampla, de qualquer modo, inclusive a nível micro, torna-se necessário ampliar as bases de apoio e adesão popular ao projeto de luta que sustentam. É preciso ganhar apoio das massas e, mais do que isto, tentar trazer a própria comunidade para dentro do Movimento, tal como aconteceu no Movimento do Pacal. Assim, neste ponto entendemos que se encontram as questões "nodais" dos Movimentos Sociais, ou seja os relacionados com seus próprios limites, e a direção em que apontam.

Particularmente, nos movimentos sociais estudados, apontamos certas especificidades na organização de luta. Entretanto, como já indicamos no capítulo anterior, consideramos que o mais importante é o ganho político destas práticas coletivas, expressas na organização das massas, na formação de uma massa crítica, na formação da consciência popular que se dá a partir da prática de participação social intensa, de suas experiências cotidianas de luta, o que indica que não existe uma via única, nem verdadeira neste processo de formação do sujeito político. Como diz Souza Martins, tomar consciência de que a causa pela qual se luta é importante para o grupo que luta, já é uma iniciativa e uma prática política dos trabalhadores rurais. Nestes termos, os movimentos sociais na Amazônia Rural, mesmo sem ter um Projeto Político amplo, mesmo atuando em forma molecular são importantes, porque em última instância, sugerem as diversas vias que podem somar-se no esforço conjunto de ampliar o processo de democratização no país.

Entretanto, neste quadro sobre os movimentos sociais dos despossuídos do campo na Amazônia Rural, várias questões ficam em aberto:

- . Em que direção apontam essas lutas sociais, hoje?
- . Que lugar ocupam essas iniciativas políticas junto aos dos outros segmentos sociais da Sociedade Brasileira?
- . Terão os despossuídos do campo, capacidade de impor aos outros segmentos da sociedade civil, o seu projeto político alternativo, para uma melhor convivência social na Amazônia Rural?

NOTAS

- (1) - "Amazônia Rural": parte da Amazônia Legal não coberta pelos serviços urbanos. Neste estudo o conceito refere-se a parte da região que abrange comunidades classificadas como rurais e, não urbanas, pelos seguintes critérios, que indicam áreas de um "Continuum": menor diferenciação social; menor mobilidade social e espacial; agricultura como principal ocupação; posse da terra como centro convergente do Sistema político-econômico. Essas e outras características tem sido usadas pelos cientistas sociais para diferenciar o rural do urbano, embora se saiba que o grau de diferença varie de acordo com as condições históricas dos diversos contextos sociais. (KAUFMAN, 1986:1090).
- (2) -- "Hostes Errantes": o conceito foi tomado por empréstimo de Thompson e, neste sentido foi utilizado para enfatizar no discurso a verdadeira história de migrações do homem do campo na Amazônia (THOMPSON, 1987: 23);
- (3) - "Delimitação da Amostra": De um modo geral, no processo de amostragem de universos populacionais, significativamente elevados, como no caso deste estudo, cujo potencial de informantes no seu conjunto conta com cerca de 30.000 habitantes nas Comunidades selecionadas, é suficiente para obter-se uma amostra relativamente representativa da população total, pro-

ceder-se estatisticamente calculando-se à base de uma precisão de 1/20 (5%) considerada satisfatória para representar o universo em questão. Assim, para se estimar a sua proporção em um determinado grau de confiança é usual considerar-se aceitável o seu valor de distribuição a 0,10. (BIROU, 1982:30).

Desta forma temos:

$$a = \frac{P}{d} \times Z$$

onde: a = amostra

P = tamanho da população

d = precisão

Z = valor de distribuição normal para um determinado grau de confiança.

Fixando então $d = 1/20$ e $Z = 0,10$ que substituídos na expressão "a", obtêm-se o seguinte cálculo do tamanho da amostra:

$$a = \frac{P}{\frac{1}{20}} \times 0,10$$

$$a = \frac{30.000}{\frac{1}{20}} \times 0,10$$

$$a = 30.000 \cdot \frac{1}{20} \times 0,10$$

$$a = \frac{30.000}{20} \times 0,10$$

$$a = 1.500 \times 0,10$$

Para seleção das 150 pessoas que constituem a referida amostra foram levados em consideração os seguintes critérios:

- a) Ser líder sindical, comunitário ou religioso com atuação em uma das áreas selecionadas;
- b) Ser trabalhador e/ou pequeno produtor rural, tendo já se envolvido direta e/ou indiretamente em conflitos sociais locais;
- c) Ser grande proprietário de terras e/ou capataz de Fazenda ou Empresa na área da comunidade;
- d) Ser Policial, Delegado local ou juiz e, já ter tido experiência de confronto nos Movimentos Sociais rurais.

Assim, com base em tais pré-requisitos a amostra delimitada foi distribuída de acordo com o seguinte quadro:

AMOSTRA DE INFORMANTES

CATEGORIA DOS INFORMANTES	KM 92 TRANSAMAZÔNICA (PACAL/MEDICILÂNDIA)	BICO DO PAPA-GAIO (S. BASTIÃO DO CANTINS)	BARRA DO CORDEIRO (S. SE-DA E GRAJAÚ) (PRÉ-AMAZÔNIA)
. Lideranças (*)	10	10	10
. Trabalhadores e Peq. Prod. Rurais	30	30	30
. Empresários e fazendeiros	05	05	05
. Policiais/Delegado/Juiz	05	05	05

- (*) Lideranças: - Sindical (2) - Comunitária (2)
 - Religiosa (2) - Jurídica (2)
 - Política (2)

- (4) - "Amazônia Legal": região mais setentrional do país, localizada ao Norte do Brasil, que abrange os Estados do Acre, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e, Amapá (esses últimos recém transformados em Estados pela Nova Constituição Brasileira), além de uma parte dos Estados do Maranhão (a Oeste do Meridiano de 44º graus), o extremo de Goiás, agora transformado em Estado de Tocantins (ao Norte do Paralelo de 13º graus) e, ao Norte de Mato Grosso (Paralelo de 16º graus) também elevado a Estado. Esta região abrange aproximadamente 59% do território brasileiro e, um contingente que representa cerca de 11,9% da população total do País. (SUDAM - IIIº P.D.A.: 1985).
- (5) - "Violência no Campo": conjunto de atos que envolvem o uso da coerção física e ideológica contra a pessoa, que vai desde assassinatos do homem que vive no campo e de seus aliados políticos, até as ameaças de morte; atentados; torturas; espancamentos; estropos, prisões em cárcere privado e; detenções ilegais em cárceres públicos. Incluem-se, ainda, neste contexto, a destruição de roçados; fechamentos de caminho; morte de animais domésticos; proibição de acesso à água e à lenha; envenenamento de água e alimentos; despejo da casa e da terra por ações de grilagem; incêndio e destelhamento de barracos; apreensão da produção; realização de intrigas entre grupos; ofensas morais, falsificações de documentos; campanhas difamatórias; calúnias e; outros atos que procuram minar a capacidade de resistência dos trabalhadores, semeando pânico entre as populações ru-

rais, no intuito de forçá-las a abandonarem suas posses e benfeitorias e, a se deslocarem para outras áreas.

Aliado a esses mecanismos de violência aberta, inclui-se ainda, como da essência do próprio modelo capitalista, a aparente independência e reforço à pequena produção que o grande capital exerce, aliado ao poder estatal para escamotear a violência que caracteriza as relações mercantis, no que diz respeito a exploração e a expropriação das classes menos favorecidas (SIGAUD, 1987:8; MTRST: 1987 ; outras fontes).

- (6) - "Movimentos Sociais no Campo": conjunto de lutas políticas ocorridas em áreas rurais do País, através das quais se confrontam, de um lado as classes sociais despossuídas e; de outro as classes proprietárias. Nesses confrontos, além desses atores diretos, se envolvem ainda direta e/ou indiretamente, diversos mediadores políticos, entre os quais se destacam o Estado, além da Igreja, os Partidos Políticos, os Sindicatos e, outras Instituições Sociais, seja de caráter formal, como não-formal; (PALMEIRA, 1985:49).
- (7) - "Cabanagem": movimento social e político que ocorreu na Amazônia em 1830, estendendo-se por dez anos de luta, ou seja até 1840, durante o período do Brasil Imperial em sua 2.^a Regência (Padre Feijó).

Sobre a questão, se de fato os "cabanos" possuíam ou não um projeto político alternativo pr'á Amazônia, os Historiadores do assunto se dividem:

Uns acham que não, e por isso, a Cabanagem seria vista como uma Rebelião, onde os "caboclos e mestiços" da região se levantaram em protesto à forte dominação dos migrantes portugueses, estaria portanto, para esses teóricos, "um choque cultural" na base do Movimento. (RAYOL, Domingos. "Motins Políticos" 1970).

Outros, entretanto, afirmam que a "Cabanagem" seria um dos movimentos, cujos nativos, caboclos e mestiços do Pará e da Província de São José do Rio Negro desejavam a separação do Poder Central. Chegaram determinados autores, até a afirmar que a "Cabanagem" deve ser considerada como a "Revolução Popular" da Amazônia. (DI PAOLO, Pasquali. "Cabanagem: A Revolução Popular da Amazônia". 1985).

- (8) - "Pequena Produção": unidade de produção "camponesa" de base familiar, equivalente à produção não-capitalista, que mesmo subsumida à uma totalidade mais ampla do sistema dominante, se reproduz sem o objetivo da acumulação capitalista (SOLER, 1986:55).
- (9) - "População dos Guajajaras": embora não haja dados precisos do número exato dos índios Guajajaras antes da colonização missionária, as estatísticas oficiais indicam que os Guajajaras eram uma das maiores tri-tribos indígenas do Brasil em território amazônico. Hoje, segundo dados oficiais somam 11.000 índios. (FUNAI - 1989).
- (10) - "Aldeamentos dos Guajajaras": no início do século os principais aldeamentos dos Guajajaras eram representados pelos grupos indígenas que habitavam as al-

deias do Côco; Canabrava; Sapucaia; Cachoeira; Sardinha; Sequizer; Altamira; São Pedro dos Cassetes; Farinha; Uchôa; Caru; Mussum; Juruema; São Carlos; Morcêgo; Urucu-Juruá; Araribóia e; Lagoa Comprida. (FUNAI, 1988).

- (11) - "Cristãos": denominação, através da qual os Guajajaras designam as pessoas não índias, ou seja, os "brancos". (ENTREVISTAS - 1988).
- (12) - "Silvícolas": termo utilizado pelos frades Capuchinhos para designar os índios que vivem nas selvas do Brasil e, por inclusão os Guajajaras. (Documentos Religiosos dos Capuchinhos - 1905).
- (13) - "Curumins": termo utilizado pelos "brancos" para designar as crianças indígenas da Amazônia. (Documentos Religiosos dos Capuchinhos - 1905).
- (14) - "Desprezo pela CULTURA INDÍGENA": em seu pronunciamento na Comissão das Relações Exteriores da Câmara Federal, o General Leônidas Pires, então Ministro do Exército na "Nova República", assim se expressou: "A cultura dos índios é baixíssima e não respeitável". ("ISTO É/SENHOR, 1989:30).
- (15) - "CAUIRÉ IMANA": chefe indígena da aldeia CARU, que liderou a "Revolta dos Guajajaras no Alto Alegre", também conhecido entre os "brancos" como "João Caboré". (MILHOMEM, 1980:11).

- (16) - "MASSACRE DE ALTO-ALEGRE": denominação como ficou popularmente conhecida a "Revolta dos Índios Guajajaras" contra a "Missão Capucha dos Índios Guajajaras" do Alto Alegre/MA., ocorrido em 5 de maio de 1905. Neste massacre foram assassinados a Irmã Eufêmia; Irmã Maria Anna; Irmã Natalina; Irmã Heleonora; Irmã Ignês; Irmã Maria; Irmã Bernadette; o Frei Salvador; Frei Zaccarias; Frei Rinaldo; Frei Victor; os leigos Dona Carlota e o Sr. Pedro Novaresi, ambos funcionários da Missão Religiosa; além dos alunos "brancos" internos no Colégio e, a maioria dos colonos "Cristãos" que habitavam os Povoados adjacentes. (DOCUMENTOS RELIGIOSOS CAPUCHINHOS, 1905).
- (17) - "Tropa da Contra-Revolta": Organizada pela Polícia Militar do Estado do Maranhão em represália a Revolta dos Guajajaras em Alto Alegre. A tropa formada por um efetivo de cerca de 200 combatentes foi comandada pelo Tenente Coronel Pedro José Pinto, e composta por dois batalhões da Polícia Militar; uma tropa de Infantaria; 50 Índios Kanellas e, mais 20 paisanos, entre colonos voluntários e, jagunços cedidos pelos grandes fazendeiros da Região. (MILHOMEM, 1980:25).
- (18) - "Colonos Migrantes": no município de Barra do Corda e Grajaú/MA, as frentes de migrantes são provenientes basicamente dos Estados do Nordeste (Paraíba, Ceará e, de outros municípios do próprio Maranhão) e, dos Estados do Rio Grande do Sul e, Paraná. (Coordenação do PIC-Barra do Corda - Entrevista/1988).

- (19) - "PIC-BARRA DO CORDA/MA": O Projeto Integrado de Colonização de Barra do Corda foi implantado em 1970 e, sua área se estende da Cachoeira ao Lago do Côco e, das Pedrinhas à Lagoa Grande, abrangendo uma dimensão de cerca de 385.000 ha, onde uma parte é reclamada pelos índios. (Coordenação do PIC - Entrevista/1988).
- (20) - "Administração do PIC - Barra do Corda": na época da pesquisa a administração do PIC estava sob a dependência administrativa do MIRAD, cuja coordenação estava na ocasião sendo assumida pelo Senhor Zenutto, (Novembro/88) face as irregularidades cometidas pela administração anterior, que por isso, foi afastada. (Coordenação do PIC - Barra do Corda - Entrevista/1988).
- (21) - "Construtora e Incorporadora Carneiro da Cunha Nobrega Ltda." - CONAN: Empresa ligada a grandes usineiros de Pernambuco, que em 1981/82 administrava a Usina "Abraham Lincoln", atualmente Usina "Henrique Dantas", localizada na comunidade do Pacal, no município em Medicilândia. (INCRA/GT-CIRA/Entrevista - 1988).
- (22) - "Antônio de Souza e Manoel Raimundo de Souza": dois lavradores irmãos que haviam empreitado um serviço para plantar e limpar cana no lote do Dr. Jacques René Dantier - Superintendente da Usina "Abraham Lincoln", na época do "Movimento dos Fornecedores-Plantadores e Cortadores de Cana do Pacal". Na hora da

acerto de pagamento, alguns funcionários da CONAN, tentaram enganar os trabalhadores, que não chegaram a um acordo quanto ao valor do serviço. Se sentindo lesados, os lavradores saíram dizendo que iriam reclamar seus direitos em Altamira. Foram então, seqüestrados e, seus corpos encontrados cinco dias depois, com sinais de torturas e profunda violência. Manoel Souza com duas perfurações no corpo e a língua decepada; enquanto seu irmão Antônio estava com a cabeça esmagada, língua e orelhas cortadas e, os olhos vazados. (MTRST - Assassinatos no Campo - Crime e Impunidade, 1987: 270/71).

- (23) - "Implantação da Usina Abrahan Lincoln": parte do Projeto do Pacal para dar suporte ao processo de Colonização Oficial do PIC - Altamira, cujo objetivo "era transformar os colonos assentados da Transamazônica em uma elite rural", conforme proposta do Governo Federal para Amazônia, que se fêz constar no "Discurso do Presidente Médici durante a inauguração da Usina em 1974". (MA/INCRA - Discurso de Inauguração da Usina "Abrahan Lincoln - 1974").
- (24) - "Falhas na Implantação da Usina": Quando de nossa visita em 1975, como técnica da SUDAM, haviam várias reclamações feitas pelo pessoal do INCRA à SUDAM, mormente sobre falta de recursos humanos qualificados disponíveis para gerenciar a Empresa; falta de matéria-prima, ou seja, cana em produção suficiente; além da falta de um sistema de comercialização, já que seus barris estavam abarrotados de álcool e, o açúcar

estava se perdendo com centenas de sacas amontoadas, sem nenhuma decisão por parte do governo sobre o processo de escoamento e a comercialização dos produtos. (Relatório Técnico - SUDAM/DRH - 1975).

- (25) - "Plano de Colonização da COTRIJUI": o plano da Cooperativa Regional Tritícola Serrana Ltda. - COTRIJUI, uma grande cooperativa do Rio Grande do Sul que administrava a Usina "Abrahan Lincoln", em 1980, era adquirir uma grande área de terra na Amazônia para estabelecer um Projeto de Colonização Particular.

O INCRA na época, chegou a ceder uma área de terras para COTRIJUI com cerca de 400.000 ha, mas terminou por entrar em litígio com a FUNAI, que não permitiu a implantação do Projeto de Colonização no local, por ser a mesma pertencente às terras dos índios Araras. (INCRA/PIC-ALTAMIRA - Entrevista/1988).

- (26) - "Valor de Venda da Usina": segundo o contrato de compra e venda, assinado pela CONAN e Governo Federal, o valor da transação comercial a ser paga pela CONAN pela aquisição da Usina "Abrahan Lincoln" era de 1.7 bilhões de cruzeiros, nos valores da época, pagáveis em dez parcelas anuais durante dez anos, resgatáveis anualmente, sem juros e nem correção monetária. (Relatório do PIC/ALTAMIRA - INCRA/1981).

- (27) - "Responsabilidades do Governo": de acordo com as bases contratuais do "Contrato de Compra e venda da Usina Abrahan Lincoln" em sua cláusula referente à res

responsabilidade do Governo Federal no processo de privatização da Empresa Estatal, o INCRA ficava responsável pela compra das safras de cana dos fornecedores até que a Usina entrasse em operação e condições de plena capacidade de produção. (Relatório Técnico do PIC/ALTAMIRA-INCRA-1981).

- (28) - "Crise Financeira da CONAN": face ao enorme déficit de Caixa da CONAN, foi feito pelo INCRA uma Auditoria Contábil na empresa sobre os gastos na administração da Usina, ficando comprovado, entre outros investimentos supérfluos realizados pela CONAN na época, a compra de um avião para viagens de fim de semana pelos diretores da Empresa no trecho Altamira/Recife/Altamira. (PINTO, Lúcio Flávio: Jornal o Liberal - "Condenação Antecipada". 1983:5/7).
- (29) - "O povo estava com fome...": trecho da entrevista concedida à equipe de pesquisa por Dom Erwin Krautler - Bispo da Prelazia do Xingu e Altamira, em 13.09.88, que na opinião dos comunitários é uma das lideranças mais respeitáveis da região, que durante o "Movimento" esteve presente nos momentos mais explosivos emprestando o seu apoio. (Pesquisa de Campo - Entrevista/1988).
- (30) - "Altamira": município do Estado do Pará que até 1986 abrangia também, a área do Km 92 da Rodovia da Transamazônica, trecho em que fica situada a Comunidade do Pacal. Distanto da sede do município justamente 92 Km, os manifestantes se deslocam até lá em Passeata de Protesto. Só a partir de 1987, com a criação

de novos municípios pelo Governo Estadual é que Medicilândia foi estabelecido, incluindo como parte de sua jurisdição o Povoado do Pacal. (Pesquisa de Campo - Entrevista/1988 - Diário Oficial do Estado-1987).

- (31) - "PIC/ALTAMIRA": Projeto Integrado de Colonização de Altamira, implantado e coordenado pelo INCRA desde 1970, com uma extensão de 5 milhões de ha cujos módulos de assentamento é de 3.000 ha reservação aos grandes fazendeiros e empresários agropecuários; 500 ha aos médios plantadores rurais e, 100 ha aos pequenos produtores rurais. (Coordenação do PIC/Altamira/INCRA. Entrevista/1988).
- (32) - "Trabalhadores Rurais Temporários": mão-de-obra flutuante arremetida e deslocada do Nordeste pelos "gatos", empreiteiros das empresas e fazendas para o serviço da lavoura, durante a colheita da cana e, ainda acrescida dos diaristas itinerantes que fazem parada no Pacal, mas depois de angariar algum dinheiro se dirigem aos garimpos de Itaituba/Pa. (Pesquisa de Campo - Entrevista - 1988).
- (33) - "Lideranças Orgânicas": lideranças originadas do interior do próprio movimento de luta. No caso do "Movimento do Pacal", as lideranças mais expressivas, segundo a opinião dos comunitários foram Francisco Aguiar Silveira (o "Chico da ASFORT") e "Zé Fomalho", na época pequenos produtores de cana e, proprietários de lote de 100 ha cada um. (Pesquisa de Campo - Entrevista/1988).

- (34) - "Rodovia Transamazônica": Estrada Federal que durante o "Movimento do Pacal", os comunitários bloquearam pela primeira vez em 22.05.83, por decisão unânime da Assembléia Comunitária realizada neste dia para deliberar os rumos do Movimento. O bloqueio se deu na altura do Km 92 da Rodovia Transamazônica e, mais especificamente na Ponte sob o rio Xingu, que liga os dois laços da estrada. (Pesquisa de Campo. Entrevista/1988).
- (35) - "Pontos Contraditórios": além das grandes fazendas e madeireiras, as áreas indígenas lá situadas são também constantemente invadidas por "lavradores sem-terra" e, por garimpeiros, muitos dos quais cortadores de cana, que em épocas das entressafras ficam desocupados.
- Na gleba "Surubim", por exemplo, pertencente as terras indígenas dos Araras, cerca de 300 famílias de "Colonos-Posseiros", já invadiram a área. (Pesquisa de campo - Entrevista/INCPA - 1988).
- (36) - "Outros Movimentos na Área": na época, os garimpeiros lutavam para terem acesso ao garimpo da "Oca" administrado por uma Firma de Mineração instalada na área. Os garimpeiros realizaram uma "turba" em Altamira, onde saquearam a COBAL e determinadas Casas Comerciais, colocando a população da cidade sobressaltada.
- Outro movimento é o dos "colonos-possesores", invasores da reserva dos índios Araras. Os posseiros já acamparam diversas vezes na sede da administração do

PIC/Altamira, com o objetivo de obterem junto ao órgão oficial, a resolução de assentamento definitivo de suas famílias na gleba Surubim, pertencente a uma faixa de terra de perambulação dos Araras.

E um outro movimento; embora contrário ao anterior é também percebido na área. Diz respeito, ao realizado pelos índios Araras que exigem a saída dos "Posseiros" de suas terras, ameaçando inclusive, pedirem auxílio dos Kaiapós para ajudá-los na expulsão dos "posseiros". Por hora, as duas situações conflituosas permanecem, estando ainda, até a presente data o INCRA e a FUNAI em negociações. (Pesquisa de Campo. Entrevistas/1988).

- (37) - "Arresto": apreensão judicial de bens do devedor, necessário à garantia de uma dívida, cuja cobrança foi ou vai ser ajuizada. (BUARQUE DE HOLANDA, 1971:75).
- (38) - "Estado de Tocantins": uma das unidades federadas, que faz parte da área de abrangência da Amazônia Legal, cuja extensão é de 361.075 km², composta por 62 municípios. Foi criada pela Nova Constituição Brasileira, promulgada em outubro de 1988, que ao desmembrar o extenso Estado de Goiás, elevou a sua antiga parte norte à categoria de Estado. (Constituição Brasileira, 1988:93).
- (39) - "Igreja": Seria errôneo pensar que a Igreja se apresenta no campo de forma única. Há uma diferenciação do trabalho e metodologia expressos na diversidade de seus organismos: ACR, MER, AC, CPT e, etc....

De acordo com o Pe. João Bosco Schio a Igreja nas lutas do campo se apresenta pelo menos, sob três formas:

- a) - Igreja Tradicional;
- b) - Igreja Modernizada;
- c) - Igreja Comprometida.

A primeira forma é a conservadora, que não se compromete com nada da linha libertadora, ou melhor compromete-se com o não. Se baseia no Antigo Testamento e, a própria missa deve ser rezada em latim.

A Igreja Modernizada é aquela que não tem objetivos, método e nem conteúdos definidos claramente, mas assim mesmo, vai abrindo espaços para o povo participar. Por isso, para atrair o povo, ou mesmo empurrada por ele, é obrigada a se modernizar um pouco, seja nos seus instrumentos tradicionais de culto, celebrações, catequese, documentos e, doutrina social. É o caso da Ação Católica-AC que trabalha diretamente com os Jovens.

Finalmente, tem-se ainda uma terceira forma: A Igreja Comprometida ou Libertadora, que segue a linha do Concílio Vaticano II, Medellín e Puebla. É a chamada Igreja Popular baseada na Teoria da Libertação, cujo trabalho pode ser definido como uma combinação de evangelização com educação política do "povo". As CEB's são o maior exemplo. (GRSYBOWSKI, 1990:66/67 & PAIVA, 1985:192/193).

(40) - "Sentimentos de Medo/Revolta": os comunitários da região do Bico do Papagaio deixam transparecer tanto

um sentimento de pavor obsessivo, como sentimentos de revolta contida.

Em algumas comunidades da região, como no caso do Povoado de Buriti, a equipe de pesquisa teve que praticamente conviver com os comunitários por vários dias para poder "arrancar" alguma coisa deles. Já em outras, não chegávamos a passar nem dois dias no local para adquirirmos uma considerável gama de informações. (Diário de Campo - Novembro/1988).

- (41) - "Padre Josimo Moraes Tavares": religioso, coordenador da CPT da região do Bico do Papagaio e membro da CPT/ Araguaia - Tocantins. Foi ordenado Padre em 1979 na cidade de Xambioá, um dos principais focos da Guerrilha do Araguaia em 1972/74. Desde 1983 trabalhava como Vigário da Paróquia de São Sebastião do Tocantins. Por defender a causa dos "posseiros" passou a ser constantemente ameaçado de morte e, por isso foi assassinado a 10.05.1986, quando subia as escadas da sede da CPT em Imperatriz/MA. (MTRST - Assassinatos no campo - Crime e Impunidade, 1987: 441 a 445).
- (42) - "A Região do Bico do Papagaio" é extensa, compreende toda área de Tocantins, além dos municípios de fronteira do Araguaia no Pará; dos de fronteira da pré-Amazônia Maranhense; dos de fronteira com Mato Grosso. Abrange mais de 100 municípios, dos quais as principais áreas de tensão e conflito estão situadas nos municípios de Ananás, Araguaina, Araguatins, Arapoema, Arraias, Axixá, Colmêia, Couto de Magalhães, Goiatins, Itaguatins, Porto Nacional, São Miguel do Araguaia,

São Sebastião do Tocantins, Sítio Novo, Tocantinópolis e, Xambioá, todos pertencentes ao Estado de Tocantins. Além dos municípios de Jauru e São Félix do Araguaia no Mato Grosso. Axixá, Esperantinópolis e Imperatriz no Maranhão. São João do Araguaia, São Raimundo do Araguaia, São Geraldo do Araguaia, Conceição e Santana do Araguaia, todos no Pará.

Nessa região, os principais povoados onde a situação é estarrecedora são: Buriti, Vila União, Centro dos Mulatos, Centro dos Firminos, Centro dos Ferreiras, Conceição de Cima, Axixá, Centro dos Canários, Cascaheira, Colméia, Vale do Juari, Augustinópolis, além de outros nos quais estão localizadas as grandes fazendas da Região, tais como Nazaré, Ananás, Nova Olin^{da}, Aragominas e, etc.... (CPT do Bico do Papagaio - Entrevista/1988).

- (43) - "Pistoleiros Tumultuam Ato Público": os pistoleiros que criaram "clima de pânico", tentando atropelar participantes do "Ato Público" pela Reforma Agrária, realizado em 26 de junho de 1984 em Augustinópolis, por entidades que fazem parte e, apoiam o "Movimento dos Posseiros do Bico do Papagaio, eram conhecidos, respectivamente pelas alcunhas de "Donda" e "Neném" (Osmar Teodoro da Silva) MTRST - Assassinatos no Campo - Crime e Impunidade, 1987:442).
- (44) - "Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Sebastião do Tocantins": Sindicato sediado em Buriti, povoado que fazia parte até 1988 do Município de São Sebastião do Tocantins. A partir dessa data se emanciparia,

passando a representar um novo município do Estado do Tocantins. O Presidente do Sindicato, e, uma das mais expressivas lideranças orgânicas do "Movimento dos Posseiros", era na ocasião da pesquisa o Sr. Geraldo Gonçalves. (Pesquisa de Campo - Entrevista/1988).

- (45) - "Esfriamento dos Elementos Queimados": uma espécie de "queima de arquivo", pois o pistoleiro quando descoberto como executor do crime deve ser imediatamente eliminado para que os mandantes se tranquilizem de que não serão delatados. (Pesquisa Documental - "A Voz do Norte" - CPT/Tocantinópolis - 1986/87).
- (46) - "Comissão dos Bispos da Regional Centro-Oeste": é formada pelos Bispos de Goiás, de Brasília-DF e, de São Félix do Xingu (Documentos Religiosos da Regional/1986).
- (47) - "Bispos da CNBB": os Bispos que integraram a Comitiva da Anistia Internacional dos Direitos Humanos foram: D. Aluisio Hilário Pinho, D. Celso de Almeida, D. Pedro Casaldáliga, D. Tomás Balduino, D. Augusto Alves da Rocha e, D. Olívio Albath Teodoro. (MEMÓRIAS DOS MOV. SOCIAIS - PESQUISA DOCUMENTAL/1988).
- (48) - "Atentado Contra o Padre Josimo": um dos ocupantes de um "Passat" branco que se emparelhou com a Toyota que o Padre dirigia disparou cinco tiros na direção do Vigário, atingindo na porta de seu veículo. O "Passat" era dirigido por Vilson Cardoso, cunhado de Osmar Teodoro da Silva (Vereador do PMDB - Augustinópolis/TO), acompanhado de Geraldo da Costa, pistoleiro contrata-

do para matar o Padre Josimo Tavares, (MTRST - Assas-
sinatos no Campo - Crime e Impunidade", 1987:443).

- (49) - "Assassinato do Padre Josimo": o Padre da Paróquia de São Sebastião do Tocantins foi morto com tiros de uma pistola "Taurus 7.65", às 12 horas e 15 minutos, quando subia as escadarias do prédio da Diocese, onde fica a sede da CPT em Imperatriz.

Quando o Padre Josimo Tavares já alcançava o 8º andar da escada o pistoleiro Geraldo da Costa (o mesmo que já havia atentado contra o Padre em Augustinópolis), o chamou, antes de se virar Josimo foi atingido a "queima roupa", tendo o projétil entrado pelas costas, furado os rins e o intestino, cortado o fígado e, rompido os pulmões. Ao dar entrada no Hospital, não resistiu vindo a falecer na sala de cirurgia.

(MTRST - "Assassinatos no Campo - Crime e Impunidade", 1987:441/442).

- (50) - "Testamento Espiritual": declaração escrita pelo Padre Josimo Tavares, quinze dias antes de ser assassinado, como que prenunciando já a sua morte, que naquela altura, estaria prestes para acontecer. (Pesquisa Documental - Documentos Religiosos - CPT - Tocantinópolis - 1986).

- (51) - "Direito Legal": corresponde ao direito baseado nas leis burguesas constituídas. Exprime a idéia da produção de normas juridicamente aceitas através de leis; assim como a sua aplicabilidade de acordo com Leis.

Desse modo, o Direito Legal consiste em garantir dois valores burgueses fundamentais: o valor da certeza e o valor de igualdade formal. A produção desse Direito possibilita prever as conseqüências das ações, libertando pois, da insegurança proveniente de uma Ordem arbitrária; ao mesmo tempo em que sua aplicação é a garantia de um tratamento igual para todos os que pertencem à categoria definida na Lei. (BOBBIO, 1983: 674/675).

- (52) - "Legitimidade": genericamente o seu conceito tem o sentido de justiça ou de racionalidade. Neste sentido, a luta do posseiro por exemplo, põe em confronto o que é legítimo e o que é legal. Para ele, a sua situação de ocupante de terra, mesmo sem documentos e sem direito legal, sujeito a despêjos é, todavia uma situação legítima, legitimada pela concepção de que a terra é destinada ao trabalho e à produção dos necessitados. Não é legítima a terra vazia ou, até mesmo ocupada indevidamente e improdutiva com pastagens extensivas, de baixa produtividade".

Assim, nem tudo que é legal é legítimo. E nem tudo que é legítimo está legalizado. Esta é pois, uma questão de interesse da classe dominante do poder, mas o Direito existe. Eis a razão pela qual a posse e a propriedade devem ter uma concepção peculiar no Direito Agrário, diferente da imposta pelo Direito Civil. (MIRANDA, 1988:34).

- (53) - "Comunidades Libertadoras": uma das tipologias atribuídas as CEB's, cujo objetivo é unir a evangelização

à libertação. As CEB's podem ser: Assistencialistas; Reivindicatórias; Libertadoras; Missionárias e; Perseguidas. Neste sentido elas são pensadas como um processo em construção, em termos de estágios de desenvolvimento histórico de uma mesma Caminhada.

Esta tipologia é importante para se compreender a sua diversidade, a sua heterogeneidade, bem como o nível que cada uma já alcançou em seu processo de construção de uma legítima CEB, isto é, reconhecidas como Libertadoras e Perseguidas ao mesmo tempo.

Como uma Comunidade trabalhada sob a orientação da ala progressista da Igreja Católica, através de seus Agentes Pastorais, uma Comunidade só alcança o nível de "Libertadora", quando é capaz de falar em seu próprio nome, ter consciência de suas próprias necessidades e, acima de tudo aglutinar-se frente à uma situação de perigo. Se torna assim, capaz de veicular uma identidade político-religiosa construída no bojo do conflito. (NOVAES, 1985:21).

B I B L I O G R A F I Aa) - OBRAS:

- 01 - ARENDT, Hanah. Da Violência. Brasília, Ed. da UNB-DF., 1985.
- 02 - ABRAMOVAY, Ricardo. Nova ordem de luta pela posse da terra: Acampar. In: "REFORMA AGRÁRIA", Campinas/São Paulo, Revista da ABRA, nº 2, 1985.
- 03 - ANTUNES, Ricardo. Classe Operária, Sindicatos e Partidos No Brasil. São Paulo, Ed. Cortez, 1982.
- 04 - ASSIS, J. Carlos de. A Chave do Tesouro - Anatomia dos Escândalos Financeiros no Brasil: 1974-83. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1983.
- 05 - AZEVEDO, Fernando Antonio. As Ligas Camponesas. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1982.
- 06 - AFINAL. "Natureza Devastada". São Paulo, Revista Afinal, págs. 70/73, 1988.
- 07 - AJB. "Projeto reorienta política ecológica". Brasília, DF, transcrito pelo jornal "O Liberal", Belém/Pa, 1988.
- 08 - BENEVIDES, Maria Vitória. Violência, Povo e Poder. São Paulo, Ed. Brasiliense/CEDEC, 1978.

- 09 - BUARQUE DE HOLANDA, A. Conceito de Arresto. In: "Dicionário de Língua Portuguesa", São Paulo, 1971.
- 10 - BOBBIO, N. Conceito de Direito Legal. In: "Dicionário de Política". Brasília-DF, Ed. UNB, 1983.
- 11 - BIROU, O. Processo de Amostragem. In: Dicionário de Ciências Sociais, São Paulo, 1982.
- 12 - BRANCO, Mal. Castelo. "A Indústria Brasileira e a Amazônia". Brasília - DF, Confederação Nacional da Indústria, Discurso Mimeografado, 1969.
- 13 - BARTRA, Armando. "La explotación del trabajo campesino por el Capital". México, Ed. Macehual, 1979.
- 14 - CARVALHO, João Carlos. Camponeses no Brasil. Petrópolis, Ed. Vozes, 1978.
- 15 - CASALDÁLIGA, Pedro. Nós no Araguaia - O Bispo da Teimosia e Liberdade. São Paulo, Ed. Graal, 1974.
- 16 - COHN, Maria da Glória. Paradigmas Teórico-Methodológicos Básicos da Produção sobre os Movimentos Sociais. Rio Grande do Sul, XII Encontro ANPOCS, 1988.
- 17 - COUTINHO, Carlos Nelson. "Gramsci: Um estudo sobre seu pensamento político". São Paulo, Ed. Campos, 1989.
- 18 - CRUZ, Olímpio. "Caiurê Imana, O Cacique Rebelde". Brasília-DF, Ed. Thesaurus, 1982.
- 19 - CARVALHO, Horácio Martins. A Estrutura das Classes Sociais no Campo. Curitiba, Mimeografado, 1985.

- 20 - CARVALHO, Murilo. Sangue da Terra - A Luta Armada no Campo. São Paulo, Ed. Brasil - Debates Ltda., 1980.
- 21 - DI PAOLO, Pasquali. Cabanagem: A Revolução Popular da Amazônia. Belém/Pa, Ed. Conselho Estadual de Cultura, 1985.
- 22 - DINIZ, Edson Soares. "Os Tenetehara-Guajajara: Convívio e Integração". Marília/São Paulo, Ed. Revista de Antropologia, 1984/85.
- 23 - ENGELS, F. A Questão Camponesa na França e na Alemanha. In: SILVA, José Graziano & STOLCKE, Verena (Orgs.) "A QUESTÃO AGRÁRIA", São Paulo, Ed. Brasiliense, 1981.
- 24 - _____. Anti-Duhring. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1979.
- 25 - FERNANDES, Florestan. Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina. Rio de Janeiro, Ed. Zahar, 1981.
- 26 - FOUCAULT, Michel. "Microfísica do poder". São Paulo, Ed. Graal, 1988 (org. por Roberto Machado).
- 27 - FILHA, Irene Garrido. O Projeto Jari e os Capitais estrangeiros na Amazônia". Petrópolis, Ed. Vozes, 1980.
- 28 - FUNAI. Os Impactos Ambientais de Balbina sobre as Comunidades Indígenas. Belém/Pa, Relatório de Avaliação, mimeografados diversos, 1988.
- 29 - GRAMSCI, Antonio. Notas sobre Maquiavel, a Política e o Estado Moderno. Roma. Ed. Riumiti, 1968.

- 30 - GRAMSCI, Antonio. Teoria ampliada do Estado. In: "CADERNOS DO CÃRCERE", Foma, Ed. Riumiti, 1969.
- 31 - GALVÃO, Eduardo & WAGLEY, Charles. Os Índios Tene-
tehara - uma cultura em transição. Rio de Janeiro,
Ed. Serviço de Documentação do MEC, 1955.
- 32 - GRZYBOWSKI, C. "Caminhos e Descaminhos do Movimento
dos Movimentos Sociais no Campo". Petrópolis, Ed.
Vozes, 1990.
- 33 - IANNI, Octávio. A luta pela terra. Petrópolis, Ed. Vo-
zes, 1979.
- 34 - _____. As Origens Agrárias do Estado Brasi-
leiro. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1984.
- 35 - _____. Colonização e Contra Reforma Agrária
na Amazônia. Petrópolis, Ed. Vozes, 1979.
- 36 - IVO, Anete Brito Leal. A Violência Muda: Notas sobre
o Estado e a Cidadania do Trabalhador Rural. Salva-
dor (BA), Caderno CRH 03, UFBA, 1987.
- 37 - INCRA. Avaliação do PIC/Altamira: Relatório Técnico.
Belém/PA, INCRA, mimeografado, 1981.
- 38 - INPE. "As queimadas e os desmatamentos na Amazônia".
Brasília/DF, Relatório de Avaliação do INPE, 1988.
- 39 - KAUFMAN, Harold. O Fural. In: Dicionário de Ciências
Sociais. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 1986.

- 40 - KOTSCHO, Ricardo. O Massacre dos Posseiros. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1981.
- 41 - KUCINSKI, Bemardo et alii... Crédito Rural: Privilégios e Favorecimentos aos Grandes Proprietários. São Paulo, Revista Movimento, 1982.
- 42 - KHOURI, Mauro Guilherme Pinheiro. Violência e Justiça. Recife/Pe, Cadernos ASPE, nº 01, 1988.
- 43 - _____ . Movimentos Sociais no Campo (Estudo). João Pessoa/Paraíba, Série Debates, nº 9, Mestrado em Ciências Sociais, 1986.
- 44 - LENIN, W. I. O Estado e a Revolução. Lisboa-Moscou, Avante-Progresso, 1978.
- 45 - _____ . A Questão Militar e o Trabalho Político nas Forças Armadas. São Paulo, Estampa, 1975.
- 46 - LUCÁKS, Georg. História e Consciência de Classe. Porto, Ed. Escorpião, 1974.
- 47 - LEME, Maria Cristina Vannuchi e Outros. Assassinatos no Campo, Crime e Impunidade - 1964-1986. São Paulo, Ed. Global, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, 1987.
- 48 - LUCAS, José. S.O.S. Homem do Campo. São Paulo, Ed. Kairós, 1984.
- 49 - LOJKINE, J. "O Estado e a Questão Urbana". São Paulo, Ed. Martins Fontes, 1980.

- 50 - LENHARO, Alcir. A política de Colonização Oficial na Amazônia. São Paulo, mimeografados diversos, 1985.
- 51 - MARX, Karl & ENGELS, F. Manifesto do Partido Comunista. São Paulo, Ed. Globo, 1985.
- 52 - MARX, Karl. O 18 Brumário de Luiz Bonaparte. São Paulo, Civilização Brasileira.
- 53 - _____ . Resultados do Processo de Produção Imediata. VI Cap. INÉDITO de O Capital, São Paulo, Ed. Moraes, 1985.
- 54 - MIRANDA, Alcir Gursen. A figura jurídica do Posseiro. Belém/PA, Ed. CEJP, 1988.
- 55 - MARTINS, José de Souza. A Militarização da Questão Agrária no Brasil. Petrópolis, Ed. Vozes, 1984.
- 56 - _____ . A Reforma Agrária e os Limites da Democracia na Nova República. São Paulo, Ed. Hucitec, 1986.
- 57 - _____ . Expropriação e Violência: A Questão Política no Campo. São Paulo, Ed. Hucitec, 1980.
- 58 - _____ . Os Camponeses e a Política no Brasil. Petrópolis, Ed. Vozes, 1986.
- 59 - MILHOMEM, Sidney & Roland, Ismar. Barra do Corda: Sua História - 1835/1985. Rio de Janeiro, Ed. CIA. Brasileira de Artes Gráficas, 1985.

- 60 - MINTER. Barra do Corda. Fortaleza-/CE, Revista do BND S/A, 1985.
- 61 - MAB. "Dossiê do Movimento dos Atingidos pelas Barragens de Tucuruí". Altamira, Dossiê/MABT-PA, 1989.
- 62 - MPEG. "Estudos sobre a Viabilidade de Implantação do Complexo Hidrelétrico do Xingú". Belém/PA, Jornal: O Liberal, 1988.
- 63 - MUZZI, Inácio. Amazônia-Combate Violento. Tabatinga/AM. Revista "ISTO É", 1985.
- 64 - MOLION, Luiz Carlos. A Amazônia e o Clima da Terra. São Paulo, Revista "Ciência Hoje", Vol. 8, nº 48, 1988.
- 65 - MONTEIRO, José R. "Incentivos Fiscais - 35 anos de Desenvolvimento Regional". Belém/PA, Palestra em comemoração aos 35 anos da SUDAM, mimeografados diversos, 1988.
- 66 - MATHIAS, Gilberto & SALAMA, Pierre. O Estado Superdesenvolvido - Das Metrôpolis ao Terceiro Mundo. São Paulo, Brasiliense. S/A, 1983.
- 67 - MÉLO, Maria Lúcia. Estado e Violência no Campo: Um Estudo da Ação Estatal nos Conflitos Sociais da Amazônia. Campina Grande, UFPB-Campus II, 1987. (Projeto de Pesquisa do Mestrado em Sociologia Rural).
- 68 - _____ . "Condicionamentos Geo-Econômicos e demográficos da Amazônia - Uma Reflexão Crítico-Sociológica". Campinas/São Paulo, Revista da A.S.B., 1983.

- 69 - MÊLO, Maria Lúcia. "Conflitos pela posse da terra na Amazônia: Algumas reflexões sobre dois regimes de Propriedade em Confronto. Campina Grande/PB., Mestrado em Sociologia Rural, UFPB, Campus II, mimeografado.
- 70 - NUNES, Edison. Os Movimentos Reivindicativos e a abertura: Uma Hipótese. São Paulo, Cap. IV - Tese de Mestrado, USP, 1985.
- 71 - NOVAES, Regina. Os Escolhidos de Deus, Pentecostais, Trabalhadores e Cidadania. Rio de Janeiro, Ed. Marco Zero, 1985.
- 72 - _____. Questão Agrária e o Papel da Igreja na Paraíba. In: PAIVA, Wanilda (Org.) Igreja e Questão Agrária. Rio de Janeiro, 1985.
- 73 - NETO, Antonio José de Mattos. A Posse Agrária e Suas Implicações Jurídicas no Brasil. Belém/PA, Ed. CEJUP, 1988.
- 74 - O LIBERAL. Peles Apreendidas iam para as Guianas. Belém/PA, artigo do jornal: O Liberal, 1988.
- 75 - _____. Problemas do Garimpo. Belém/PA, artigo do jornal: O Liberal, 1988.
- 76 - PRADO, Jr., Caio. A Questão Agrária no Brasil. São Paulo, Ed. Brasiliense, S/A, 1979.
- 77 - PAIVA, Wanilda. (Org.) A Igreja e a Questão Agrária. São Paulo, Ed. Loyola, 1985.

- 78 - POMAR, Wladimir. Araguaia, O Partido e a Guerrilha. São Paulo, Ed. Brasil - Debates, 1980.
- 79 - PALMEIRA, Moacir. A Diversidade da Luta no Campo: Luta Camponesa e Diferenciação do Campesinato. In: PAIVA, Wanilda (Org.): "IGREJA E QUESTÃO AGRÁRIA", Rio de Janeiro, Ed. Loyola, 1985.
- 80 - PINTO, Lúcio F. Pela estrada Avança o Boi. Belém/PA, Jornal: O Liberal, pág. 17, 1986.
- 81 - _____ . Colonização Amazônica: Vinte Anos Depois. Belém/PA, Jornal: O Liberal, 1986.
- 82 - _____ . Na Trilha da Norte-Sul. Belém/PA, Jornal: O Liberal, 1987.
- 83 - _____ . Condenação Antecipada. Belém/PA, Jornal: O Liberal, 1983.
- 84 - POULANTZAS, Nicos. Poder Político e Classes Sociais no Estado Capitalista. Rio de Janeiro, Ed. Zahar, 1971.
- 85 - PINHEIRO, Paulo Sérgio. (Org.) Crime, Violência e Poder. São Paulo, Ed. Brasiliense S/A, 1983.
- 86 - REIS, Arthur César Ferreira. A Amazônia Brasileira em Foco. Rio de Janeiro, Ed. CNDDA, 1978.
- 87 - SOUZA, Márcio e Outros. Os Índios vão à luta. Rio de Janeiro, Ed. Marco Zero, 1981.
- 88 - SUDAM. Iº Plano de Desenvolvimento da Amazônia. - Iº PDA. Belém/PA, Serviço de Documentação da SUDAM, 1970

- 89 - SUDAM. "Avaliação dos Recursos Humanos da Amazônia.
Belém/PA, SUDAM/DRH, 1978.
- 90 - _____. IIº Plano de Desenvolvimento da Amazônia - IIº
PDA. Belém/PA, Serviço de Documentação da SUDAM,
1975/79.
- 91 - _____. IIIº Plano de Desenvolvimento da Amazônia - IIIº
PDA. Belém/PA, Ed. Gráfica da SUDAM, 1985.
- 92 - _____. "Balanço Crítico da Atuação da SUDAM na Amazô-
nia". Belém/PA, G.T./SUDAM, mimeografado, 1980.
- 93 - _____. Os PIC's na Amazônia. Relatório Técnico de A-
valiação. Belém/PA, SUDAM/DRH, mimeografado, 1975.
- 94 - _____. Polamazônia - Sinopse. Belém/PA. Gráfica da
SUDAM, Rev. SUDAM - Documenta, 1976.
- 95 - SEPLAN, /P^{te}. R. "Avaliação Técnica dos Projetos de
Incentivos Fiscais da SUDAM". Brasília-DF, Relató-
rio de Avaliação, mimeografado, 1987.
- 96 - SERRÃO, Adilson. O uso do fogo na Agricultura. Belém/
PA, Jornal: O Liberal, 1988.
- 97 - SOUZA, Ana Maria. "Madeireiras Representam Ameaça para
Amazônia". Belém/PA, Jornal: O Liberal, 1988.
- 98 - SIGAUD, Lígia. Milícias, Jagunços e Democracia. In:
"VIOLÊNCIA". São Paulo, Revista da SBPC, Vol. 5, nº
5, nº 28, 1978.

- 99 - SILVA, Sérgio. Formas de Acumulação e Desenvolvimento do Capitalismo no Campo. In: PINSKY, Jaime: "CAPITAL E TRABALHO NO CAMPO". São Paulo, Ed. Hucitec, 1979.
- 100 - SOLER, Norma Montalvo de. A Pequena Produção. In: "TESE DE DOUTORAMENTO". México, Universidade de UNAN, 1986.
- 101 - STEPAN, Alfred. Os Militares na Política. Rio de Janeiro, Artenova, 1975.
- 102 - TAVARES, Ricardo. Reforma e Contra-Reforma Agrária na Transição Política: Brasil - 1979/1988. Rio de Janeiro, Série: Estudos/IUPHRJ, 1989.
- 103 - THOMPSON, E. P. Formação da Classe Trabalhadora. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1987.
- 104 - _____ . Tradición, Revueta y Consciência de Classe. Madri, Siglo XXII, 1982.
- 105 - VELHO, Otávio Guilherme. Capitalismo Autoritário e Campesinato. São Paulo, Ed. DIFEL, 1979.
- 106 - VEJA. Ambiente - Um decreto real. São Paulo, Revista Veja, 1988.

b) - REVISTAS:

Artigos especializados relacionados com o assunto, veiculado no período nas seguintes revistas:

- . ANISTIA INTERNACIONAL - 1979/88
- . ABRA - 1980/86

- . IBASE - 1983/86
- . Fundação Wach - 1987/89
- . Questão - 1985/89
- . Isto É/Senhor - 1983/89
- . Tempo e Presença - 1985
- . Afinal - 1985/87
- . Veja - 1978/88

c) - RELATÓRIOS:

Relatórios de circulação restrita dos seguintes órgãos:

- . IDESP - 1985/89
- . SUDAM - 1975/89
- . IPAR - 1985/88
- . SDDH/PA - 1987/89
- . MDDH/DF - 1986/88
- . MTRST/SP - 1964/87
- . MIRAD - 1985/89
- . CPT's - 1981/90
- . INCRA - 1981/85

d) - PERIÓDICOS:

Foram consultados os artigos sobre violência no campo veiculados nos seguintes jornais:

- . Voz do Norte/CPT - Tocantinópolis - 1986/88
- . O NORTE/Barra do Corda - 1985
- . O Liberal - Jornal da Amazônia - 1982/90
- . A Folha do Norte - 1975/79
- . A Província do Pará - 1980/90

e) - PESQUISA DE CAMPO:

- . Aplicação de formulários aos trabalhadores rurais, posseiros, indígenas e fazendeiros.
- . Entrevistas às Lideranças nas Comunidades Seleccionadas.
- . Histórias de Vida às Lideranças dos Movimentos Sociais.

f) - MEMÓRIAS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS:

Foram ainda recuperadas a Memória do Movimento de Luta dos Posseiros do Bico do Papagaio, contida em Cartas Abertas e Documentos de Registro dos Atos Públicos, Cantigas de Protestos, Passeatas, e, etc....

I - DADOS DEMOGRÁFICOS

QUADRO Nº I.Q.1
 ÁREA E DENSIDADE DEMOGRÁFICA DO BRASIL
 AMÉRICIA SUL-AMERICANA, AMÉRICIA BRASILEIRA E UNIDADES FEDERADAS DA AMÉRICIA LEGAL - 1970/90

UNIDADES	SUPERFÍCIE		DENSIDADE DEMOGRÁFICA	
	ÁREA TERRESTRE (Km ²)	1970	1990	1990 (*)
BRASIL	8.511.965	10,94	13,96	12,44
AMÉRICIA SUL-AMERICANA	5.500.000	1,00	1,36	1,45
AMÉRICIA BRASILEIRA	5.029.232	3,31	3,96	3,68
ACRE	192.689	1,41	1,96	1,95
ALAGOAS	109.000	0,82	1,26	1,28
AMAZONAS	1.680.327	0,61	0,92	1,00
PARANÁ	278.154	10,76	14,37	13,42
MATO GROSSO	681.001	0,16	1,29	1,35
PARÁ	1.229.670	1,76	2,78	2,98
RONDÔNIA	240.044	0,46	2,02	2,59
PERNAMBUCO	230.104	0,18	0,34	0,59
PIAUÍ	316.075	1,50	2,57	2,1

Fonte: CENSO DE HABITANTES DE 1970/90 - IBGE

Legenda: (*) Dados Projetados

QUADRO Nº I.Q.2

CONTINGENTE POPULACIONAL DO BRASIL E DA AMAZÔNIA LEGAL NO PERÍODO DE 1940/1990

ÁREAS	1940	1950	1960	1970	1980	1990 (*)
Brasil	41.236.315	51.950.397	70.070.457	93.139.037	119.002.706	1 53.367.200
Amazônia	3.126.854	3.949.647	5.914.968	7.200.789	11.242.055	18.317.594
Acre	76.768	114.455	158.184	216.200	301.303	429.513
Amapá	-	37.477	67.750	114.687	175.257	276.404
Amazonas	438.008	514.099	708.459	955.394	1.430.089	2.352.633
Maranhão	1.235.169	1.583.248	2.469.447	2.997.576	3.379.761	4.962.655
Mato Grosso	432.265	522.044	882.539	601.042	1.138.691	2.171.557
Pará	944.644	1.123.273	1.529.293	2.161.316	3.403.391	5.713.622
Rondônia	-	36.935	69.992	113.659	491.069	996.773
Roraima	-	18.116	29.304	40.915	79.159	156.346
Tocantins (1)	-	-	-	-	843.335	1.258.091

FONTE: FIBGE - Censos Demográficos de 1940 a 1980

LEGENDA: (*) População projetada

(-) Dados inexistentes

(1) Norte de Goiás

QUADRO Nº I.G.3

TAXA DE IMIGRAÇÃO DO BRASIL E DA AMAZÔNIA NO PERÍODO DE 1960/1990/1990

ÁREAS	TAXA DE IMIGRAÇÃO (%)			
	1960	1970	1980	1990 (*)
BRASIL	12,33	14,15	15,29	13,59
AMAZÔNIA	69,40	80,78	94,18	94,79
ACRE	19,36	11,97	11,41	13,90
AMAPÁ	31,32	32,79	27,65	30,59
AMAZONAS	7,49	6,88	9,13	7,90
MARANHÃO	18,22	13,58	11,41	14,74
MATO GROSSO	24,51	32,09	41,44	32,58
PARÁ	7,09	7,90	15,29	10,09
RONDÔNIA	45,21	43,67	65,94	51,64
ROCHAIA	20,62	20,36	30,33	23,77
(1) JUCANTINE	25,95	25,21	23,19	31,77

FCNTE: Anuário Estatístico do Brasil, IBGE, 1985.

LEGENDA: (*) Dados projetados

(1) Norte de Goiás

II - POLITICAS PÚBLICAS

QUADRO Nº II.Q.1

EMPRESAS INCENTIVADAS PELA CUDAM COM RECURSOS DO PROGRAMA DOS INCENTIVOS FISCAIS POR SUB-SETOR DA ECONOMIA, E UNIDADE FEDERADA DA AMAZÔNIA LEGAL - 1989

U. F. SETOR	EMPRESAS INCENTIVADAS
I - ACRE	
a) Setor Agropecuário	<ol style="list-style-type: none"> 1. Agropecuária São Paulo Amazônia S/A 2. Cinco Estrelas Agropecuária S/A 3. Companhia de Desenvolvimento Nova Clinda 4. Agropecuária Vale do Rio Acre S/A 5. Agroindústria Jurupari-Acre S/A 6. Agropecuária Forquilha S/A 7. Agropecuária Ricastró S/A 8. Cia. Agropecuária Continental S/A 9. Anhumas Agropecuária S/A 10. Fazenda Cinco Irmãos 11. Agropecuária Independência S/A 12. Agropecuária Antimari S/A 13. Agropecuária Parraíba S/A 14. Edipan Agropecuária S/A 15. PAN Agropecuária Riozinho S/A 16. Agropecuária Santa Adélia S/A 17. Agropecuária Amapá S/A 18. Agropecuária Rio Orilhante S/A 19. Agropecuária Pitital S/A
b) Setor Industrial	<ol style="list-style-type: none"> 01. Aoreana S/A Indústria de Produtos Vegetais 02. Indústrias Reunidas Acre S/A 03. Refrigerante do Acre S/A 04. Indústria Cerâmica Acre S/A - INCASA 05. Miragina Indústria e Comércio S/A 06. Econtec Madareira Acre S/A
c) Setor Serviços	<ol style="list-style-type: none"> 01. Eletroacre 02. Teleacre
d) Setor Agro-Industrial	<ol style="list-style-type: none"> 01. Bonal Barracha Natural S/A 02. PLANDAP - Agroindústria e Pecuária S/A 03. ALCOBRAS - Alcool Brasileiro S/A
II - AMAPÁ	
a) Setor Agropecuário	<ol style="list-style-type: none"> 01. Sobúfalos S/A 02. Irmãos Dias Agropecuária S/A 03. Matapi Agropastoral S/A 04. Fazendas Primavera S/A 05. Asa Branca Agropecuária S/A 06. Fazenda IZE S/A 07. Agropastoral Carabeo S/A 08. Empresas de Búfalos do Amapá S/A 09. Eubalis Leite Agropecuária S/A 10. Cia. Amapá Búfala S/A

QUADRO Nº II.Q.1
(Cont.)

U. F. SETOR	EMPRESAS INCENTIVADAS
II - AMAPÁ	11. Agropecuária Ruysecco S/A
a) Setor	12. Agropastoril I AFFARABAD
Agropecuário	13. BETA - Búfalos do Equatorial Amapuense S/A
	14. Pará Búfalos S/A
	15. Agropecuária Aquarius S/A
	16. Cia. Agropecuária Santa Isabel S/A
	17. Agropecuária Santa Clara S/A
	18. Fazenda Santa Tereza S/A
	19. Agropastoril Rio Cunary S/A
	20. Agropastoril Murráh S/A
	21. Fazenda Rio Novo S/A
	22. Fazenda Guarã S/A
	23. Fazenda Garrote S/A
	24. Fazenda Itaguari S/A - FISA
	25. Vitória Régia Agropecuária S/A
	26. Fazenda Nazaré S/A
	27. Planície Agropecuária S/A
	28. Agropecuária Rio Cajari S/A
	29. Oliveira Agroindustrial S/A
	30. Agropecuária Lago Novo S/A
	31. Moto Geral Agropecuária S/A
	32. Fazenda Várzea S/A
b) Setor	01. Dryzeel Madeiras S/A - BFLMAGA
Industrial	02. Cia. Industrial do Amapá
	03. Indústria e Comércio de Minérios S/A - ICOMI
	04. Indústria Imobiliária D ARC S/A - IMOAGA
	05. Superfina Madeiras Ltda.
	06. Indústrias Madeireiras de Santana S/A
	07. DIMASER - Comércio e Indústria de Material Cerâmico
	08. Refrigerante do Amapá S/A - RCAMA
	09. Amapá Florestal e Celulose S/A - AMCEL
	10. Cia. Ferro Ligas do Amapá - CFA
c) Setor	01. CEA - Cia. de Eletricidade do Amapá S/A
Serviços	02. Telecomunicações do Amapá S/A - TELEMAMPÁ
d) Setor	01. Cia. Dendê do Amapá - CDDEPA
Agro-Industrial	02. IMACA Agroindustrial S/A
e) Setor Setorial	01. ISAPEIXE Norte S/A
(peça, Turismo)	02. Leal Santos Norte S/A
III - AMAZONAS	
a) Setor	01. Agropecuária Souza Lima S/A
Agropecuário	02. Fazenda Boa Vista S/A
	03. Agropecuária Arvanã S/A
	04. Cia. Agroindustrial Umuaitá S/A
	06. Agro-Industrial Itapiranga S/A
	07. Agropecuária Rio Negro S/A

QUADRO Nº II.Q.1
(Cont.)

U. F.	EMPRESAS INCENTIVADAS
SETOR	
III - AMAZONAS	09. S/A Fazenda Araçá
a) Setor Agropecuário	09. Agropecuária Igapó S/A
	10. Agro-Industrial Manacapuru S/A
	11. Agropecuária Santa Cruz S/A
	12. Agro-Industrial Delta S/A
	13. Fazenda Santa Inês S/A
	14. Agropecuária e Industrial Yamane S/A
	15. Agropecuária Rio Branco S/A
	16. Cia. Amazonense Agroindustrial
	17. Agropecuária Porto Alegre S/A
	18. Agropecuária Estrela S/A
	19. Monterosa S/A
	20. Agropecuária Dimora Com. e Ind. S/A
	21. CSE Agropecuária da Amazônia S/A
	22. Tupinambara Agropecuária S/A
	23. Fazenda do Poço Agrícola e Florestamento S/A
	24. Robusta Agropecuária S/A
	25. CANAÑ - S/A - Cacau e Guaraná do Amazonas
	26. Cia. Florestal Agrícola Ayapuã S/A
	27. BIMASA Agropecuária e Madeireira S/A
	28. Agropecuária Yumaruk - Industrial S/A
	29. NELIMA Agropecuária S/A
	30. Agropecuária Belo Horizonte S/A
	31. Agropecuária Santa Ursula S/A
b) Setor Industrial	01. Madeira Compensada AM Cia. Agro Indústria S/A
	02. ITACATIARA Indústria S/A
	03. Cia. Siderúrgica da Amazônia S/A
	05. Cia. Fabril de Juta Parintins S/A
	05. Fábrica de Tecidos Matinha S/A
	07. Tecelagem T. Medeiros Imp. e Exp. S/A
	08. Sociedade de Óleos Maués S/A
	09. Modissol S/A Indústria e Comércio S/A
	10. Cia. de Petróleo da Amazônia S/A
	11. Matadouro Frigorífico de Manaus S/A
	12. Estaleiros Amazônia S/A - ESTANARE
	13. Cervejaria Miranda Corrêa S/A
	14. Cia. Amazonense de Saponificação S/A
	15. Indústria Amazonense de Lentes Oftálmicas S/A IALO
	16. EQUIPESCA da Amazônia - Equipamentos de Pesca S/A
	17. Beta S/A Ind. e Com.
	18. Sociedade Industrial de Manaus SIM
	19. Fiação e Tecelagem de Juta da Amazônia S/A
	20. Cia. Industrial de Madeiras - CIM
	21. Indústria Cometa S/A
	22. SEMP Toshiba Amazonas S/A
	23. SPUMA - Indústria Química de Manaus S/A
	24. Tecelagem de Fios Sintéticos da Amazônia S/A

QUADRO Nº II.Q.1
(Cont.)

U. F. SETOR	EMPRESA INCENTIVADA
III - AMAZONAS	26. Tamoyb Aquemetro S/A
b) Setor Industrial	27. Treves da Amazônia S/A - TREVEZONA
	28. Raymond S/A Indústria de Roupa
	29. Indústria Amazônica Reunidas S/A
	30. Cia. Industrial Amazonense S/A
	31. Banavit - Brasil Tropical Alimentícia
	32. EPISA - Estaleiros Pisso Inclinado S/A
	33. Indústria de Bebidas Antártica Amazônia S/A
	34. SPRINGER Amazônia S/A Ind. e Com.
	35. Ind. e Pasteurização de Leite Amazônia S/A IPLAN
	36. SHARP do Brasil S/A Ind. de Equipamentos Eletrônicos
	37. Gradiente da Amazônia S/A
	38. Philips da Amazônia S/A Indústria Eletrônica
	39. Telefunken da Amazônia S/A
	40. CIFEQ da Amazônia S/A
	41. CONFAMA - Confecções da Amazônia S/A
	42. Goyana da Amazônia S/A (EX-TUBOZIN)
	43. ESTAMAN - Estaleiros de Manaus S/A
	44. Ultra Zíper da Amazônia S/A
	45. Amazônia Industrial e Comercial Guarená S/A
	46. FAMASA - Fábrica de Madeira Amazônia S/A
	47. Refrma S/A Equipamentos Industriais S/A
	48. Nolina Industrial de Relógios S/A
	49. Metalnorte Metalurgia Norte S/A
	50. Cia. Agro-Industrial de Monte Alegre - DAIMA
	51. Potência Malharia Industrial da Amazônia S/A
	52. Boplástico Ind. e Com. S/A
	53. Alba Amazônia S/A Indústrias Químicas S/A
	54. Multibras da Amazônia S/A
	55. Gillete da Amazônia S/A
	56. Plásticos Best S/A
	57. Monark da Amazônia S/A
	58. Felmax da Amazônia S/A
	59. Daver da Amazônia S/A
	60. Hora do Amazonas Relógios e Instrumentos S/A
	61. Caloi Norte S/A
	62. Cia. Amazonense de Produtos Eletrônicos S/A
	63. Curitiba Industrial S/A
	64. Technos da Amazônia S/A
	65. Metalúrgica UPUSHIMA Comercial e Industrial Ltda.
	66. Metalúrgica SAMMA S/A
	67. BrasilJuta S/A Fiação e Tecelagem de Juta
	68. Mineração Taboca S/A
	69. Termo Terminal de Motores S/A
	70. Safrita Usués S/A
	71. Indústria Amazonense de Ótica

QUADRO Nº II.0.1

(cont.)

U. F. SETOR	EMPRESA INCENTIVADA
III - AMAZONAS	72. OFTALMA - Indústria Ótica de Manaus S/A
b) Setor Industrial	73. Rubertex do Amazonas Com. e Ind. Latices Vegetais S/A
	74. RODEX da Amazônia S/A
	75. Eternit da Amazônia S/A
	76. Circuitos Impressos da Amazônia S/A
	77. Centro Ótica da Amazônia S/A
	78. Robert Bosch do Brasil - Amazônia S/A
	79. Itaguatinga S/A - Artefatos do Pará
	80. Styrofama Ind. e Com. de Plásticos S/A
	81. Alfa Digital S/A
	82. Coelma S/A Ind. de Componentes Eletrônicos
	83. Alfema Norte S/A Ind. e Com.
	83. Sano da Amazônia S/A
	84. Itautec I - Componentes da Amazônia S/A
	85. Ricesa da Amazônia S/A
	87. Herea Plus Ind. e Com. Borracha S/A
	88. Splice da Amazônia S/A
	89. SPRINGER National Componentes S/A
	90. NITRIFLEX da Amazônia Ind. e Com. S/A
	91. COMALUB Cia. Amazonense de Lubrificantes
	92. Politrol da Amazônia S/A
	93. Equipamentos Comerciais do Amazonas S/A
	94. TROL Brinquedos da Amazônia S/A
	95. ITAUTEC II - Componentes da Amazônia S/A
	95. PHILIPS Componentes da Amazônia S/A
	97. Robert Bosch Componentes da Amazônia S/A
	98. Leson da Amazônia Equipamentos Eletrônicos S/A
	99. Cosmos Componentes S/A
	100. BASF da Amazônia S/A
	101. Triunfo Máquinas e Sistemas Repográficos
	102. Tupy Tecnoplástica da Amazônia
	103. Ericsson Amazonas S/A
	104. IBM da Amazônia S/A
	105. Xerox do Amazonas S/A
	106. PCI - Componentes da Amazônia S/A
	107. Video Som do Amazonas Indústria Eletrônica S/A
	108. FLACET Indústria da Amazônia S/A
	109. ELGIN Indústria da Amazônia S/A
	110. Manaus Componentes Ind. e Com. de Plásticos S/A
	111. Mora Componentes S/A
	112. FAMA - Amazônia Ind. Metalúrgica S/A
	113. PANCOSTURA da Amazônia Ind. e Com. S/A
c) Setor Serviços	01. Cia. de Eletricidade de Manaus CEM
	02. Cia. de Navegação Marítima NETUMAR
	03. Telecomunicações do Amazonas S/A TELEAMAZON
	04. Rádio TV do Amazonas Limitada

QUADRO Nº II.Q.1
(Cont.)

U. F. SETOR	EMPRESA INCENTIVADA
III - AMZONAS	06. Estúdio Amazônico de Rádio Difusão S/A
c) Setor Serviços	07. Mesquita Amazônia S/A
d) Setor Agro-Industrial	01. Sociedade Agrícola de Manaus S/A - SAMAGA 02. Cia. Agroindustrial Rio Novo 03. Granja Santa Marta S/A 04. CALAVE Agroindustrial S/A
e) Setor Setorial	01. Cia. Tropical Hotéis do Amazonas 02. Sociedade Anônima Hoteleira de Manaus 03. Manaus Hotéis e Turismo S/A
IV - GOIÁS	
a) Setor Agropecuário	01. Cia. Agropecuária de Lontra 02. Giapingo - Cia. Agrop. do Norte de Goiás 03. Agroindustrial Meimberg S/A - AGRIMEA 04. Cia. Criadora Paraíso 05. Lavras S/A Agropecuária 06. Agropec. Loucan S/A 07. Agropec. T. Bruno Filhos S/A 08. Cia. Agropastoril Barra Longa S/A 09. Cia. Agropastoril Souza Lemos 10. Pastoril e Agrícola Cauvana S/A 11. Miruano Agropastoril S/A 12. Pati S/A Agropecuária Industrial 13. Agropecuária Maringá - Goiás S/A - AMAGO 14. Vitória Régia Pecuária S/A 15. Agropecuária Gurupi S/A 16. Fazenda Santa Bárbara S/A 17. Cia. Agropastoril Babie S/A 18. Agropecuária de Araguaiana S/A 19. Agropastoril Boa Esperança S/A 20. Caraiá S/A Agropecuária Ind. e Com. 21. Agropecuária Terra Grande S/A 22. Agropecuária Coideira do Norte S/A 23. Agropecuária Areguaguá S/A 24. Agropecuária Calapó S/A 25. SABRA - Agropecuária e Madeiras do Brasil S/A 26. SDO - S/A - Agropecuária 27. Agrotrapo - Agricultura e Pecuária S/A 28. Água Fria Agropecuária S/A 29. Fazenda Macedônia S/A 30. Agropecuária Rio Bonito S/A 31. Agropecuária Terra Bravia S/A 32. Fazenda Barreiros S/A 33. Monark Agrícola e Comercial S/A 34. Agropecuária da Estiva S/A 35. Agropecuária São Paulo S/A

QUADRO Nº II.Q.1
(Cont.)

U. F. SETOR	EMPRESA INCENTIVADA
IV - GOIÁS	36. Rio Palmas Agropastoril S/A
a) Setor Agropecuário	37. Faz. Alto Bonito S/A
	38. CAJUASA - Caju de Arrias S/A
	39. ALDISA Agropecuária dos Irmãos S/A
	40. Agropecuária Rio Sangue S/A
	41. CPA - Cia. Paraíso de Alimentos
	42. Agropecuária Terra Guyana S/A
	43. Fazenda Campo Verde S/A
	44. EMORACE - Sociedade Anônima
	45. ORPASA - Oubo Preto Agropastoril
	46. Brasília Empreendimentos S/A
	47. Agropec. Salés Oliveira S/A
	48. Fazenda Terra Boa S/A
	49. Amazônia Agricultura e Comércio S/A
	50. Agropecuária Cristalândia S/A
	51. Aracruz Agropastoril S/A
	52. Nova Fronteira Agropastoril S/A
	53. Prudente Neves Agropecuária S/A
	54. Agropecuária Terra Kitua S/A
	55. IMPASA - Imperatriz Agropastoril S/A
	56. Agropecuária Rio Pium S/A
	57. Agropecuária Colorado S/A
	58. Agropec. IAN S/A
	59. Curtume Agropecuária S/A
	60. Gul Amazonas Empreendimentos Agropecuária
	61. Fazenda CEGOLÁS S/A
	62. Agropecuária Terra Fértil S/A
	63. Brasil Novo Agropecuária S/A
	64. Agropecuária Maracajá S/A
b) Setor Industrial	01. CIMBA - Cia. Ind. e Mercantil Baixa Amazônica
	02. Ind. de Ubaçu do Tocantins S/A - TIBATO
	03. Carcy Comas Marinho S/A Com. e Ind.
	04. Cia. do Desenvolvimento do Vale do Araguari e Tocantins
	05. Madeireira SEBEA S/A Industrial e Exportadora
	06. TOBASIL - Tocantins Ubaçu S/A
	07. Candense S/A Indústria de Pneus Agrícola
	08. ADA Agroindustrial de Alimentos S/A
	09. Mineradora Sencador S/A
	10. ENCOIL Norte Metais S/A
	11. Gráfica e Editora Curupi S/A
	12. Colônia Industrial S/A
	13. Noroeste Industrial de Madeira
c) Setor Serviços	01. Fundação BRADESCO
	02. Telecomunicações de Goiás S/A TELEGOIÁS
	03. Tocantins Mecanização Agrícola S/A

QUADRO Nº II.Q.1
(cont.)

U. F. SETOR	EMPRESA INCENTIVADA
d) Setor Agro-Industrial V - MARANHÃO	01. Araguaia Cia. Industrial Produtos Alimentícios 02. Cia. Brasileira Agropecuária 03. Destilaria Tocantins Industrial S/A
a) Setor Agropecuário	01. Granja Turu S/A 02. Agro Pastoril Itapocuru S/A 03. Imperatriz Pecuária e Industrial S/A 04. União Agropastoril S/A 05. Agropecuária Ribeirão dos Frades S/A 07. Fazenda Modelo S/A 08. Pedra Preta S/A Agropecuária S/A 09. Pesca Pecuária e Agricultura S/A 10. Capisa Carolina Agropecuária e Ind. S/A 11. Fazenda Agua Branca S/A 12. Cia. Agropecuária Santa Inês S/A 13. Fontenele Agricultura e Pecuária S/A 14. Agroluz Empreendimentos Purus S/A 15. Bonzuga Agropecuária S/A 16. Organização Rural Maranhense S/A 17. Almapativa Agropecuária S/A 18. Agrimacia Agrícola Maranhense SA 19. Agro Balsas Empreendimentos Indústria e Agropec. S/A 20. Cacauveira Santa Cruz S/A 21. Carcinocultura Kamuzzeiros S/A 22. Agropecuária Bebedouro S/A 23. Cia. Agropastoril Diamante S/A 24. Agramalte Agropecuária Maranhense S/A 25. Fazenda Caracã S/A 26. Duplo Agropecuária S/A 27. Agratusa - Agroindustrial Lusitana S/A 28. ETENGE Agropecuária S/A 29. Agropecuária Rio Uru 30. Agropecuária Rio Moarim S/A 31. Agropecuária Vale do Rio Corda S/A
b) Setor Industrial	01. Empresa Maranhense de Mineração S/A 02. Martius, Imão 03. Oleaginosas Maranhense S/A OLCAMA 04. Biriba S/A Ind. de Alimentos 05. Probeta Produtos Vegetais do Brasil S/A 06. Fábrica de Tecidos Santa Izabel S/A 07. Ind. e Com. de Óleos Vegetais S/A 08. IVCSA Ind. Reunidas Vernizados S/A 09. Salinas Maiau S/A 10. Óleos Vegetais Coroatá S/A 11. Cia. Indústria D'Amazônia

QUADRO Nº II.Q.1
(Cont.)

U. F. SETOR	EMPRESA INCENTIVADA
V - MARANHÃO	12. Miguel Hamar S/A Com. e Ind. e Agricultura
b) Setor Industrial	13. Cervejaria Maranhense S/A
	14. Ind. Maranhense Agropeaqueira S/A
	15. Ind. Química do Norte S/A
	16. Cia. Pinheirense Ind. S/A
	17. Bacabal Industrial S/A
	18. Brasil Óleos Ind. e Com. S/A
	19. Cia. Maranhense de Refrigerantes S/A
	20. Cia. Madeireira e Exportadora S/A
	21. EOODL Empreendimentos de Construções S/A
	22. PROMESA Produtos Vegetais Budare S/A
	23. Cia. Industrial do Tocantins S/A
	24. Cia. Industrial de Produtos Pecuários Maranhão S/A
	25. Maranhense Agroindustrial S/A
	26. Frigorífico Vale do Tocantins S/A
	27. Quebra Fete Comércio e Indústria S/A
	28. FINOBRAÇA do Maranhão S/A
	29. Indústria Sandra S/A
	30. Artefatos de Cimento S/A
	31. Ital Implementos e Tratores Anfibia S/A
	32. Laminados da Amazônia S/A
	33. BRAMADOSA Grande Maranhão de Compensados S/A
	34. GAISA GALLETI Agroindústria S/A
	35. PREMOLDE Ind. de Artefatos de Cimento S/A
	36. A. O. Gaspar Indústria S/A AGISA
	37. INDEL - Independência Agrícola Indústria SA
	38. Trirical Madeiras S/A
	39. Madeireira Verona S/A
	40. Santa Inês Madeiras S/A
	41. CIKEL - Com. e Ind. Kella S/A
	42. Ouro Norte Comércio de Metais Nobres S/A
c) Setor Serviços	01. Amazônia Com. e Indústria S/A
	02. COMAN - Companhia de Navegação do Norte S/A
	03. TELMA - Telecomunicações do Maranhão S/A
	04. CISA - Cia. de Serviços Agrícolas S/A
d) Setor Agro-Indústria	01. Pena Branca do Maranhão S/A Avicultura
	02. Grupos Especiais do Maranhão S/A GEMASA
	03. Cia. Avícola da Amazônia CEAA
	04. WALCON - Empreendimentos Agropecuários S/A
	05. CAROÇA - Complexo Agrícola Rosairense S/A
	06. Refrigerantes Caroto Ind. e Com. S/A
VI - MATO GROSSO	
a) Setor Agropecuário	01. LIQUIFARM - Agropecuária SUIA MISSU S/A
	02. Agro Pastoral Ouro Verde S/A
	03. MUTUM Agropecuária S/A
	04. Agrossensal Agropecuária e Industrial S/A

QUADRO Nº II.Q.1
(Cont.)

U. F. SETOR	EMPRESA INCENTIVADA
VI - MATO GROSSO a) Setor Agropecuário	05. Cia. de Desenvolvimento do Araguaia S/A 06. Agropecuária Araguaia S/A 07. Colonizadora e Repres. do Brasil S/A 08. Tapirangaba S/A Agrícola e Pecuária S/A 09. Noroagro S/A Agrícola Pastoril Nordeste S/A 10. Agropecuária do Cravari s/A 11. Agropecuária São Francisco do Xingu S/A 12. Agropecuária Guanabara S/A 13. Atiaia Agropecuária S/A 14. Agropecuária Rio Parecis S/A 15. BRPEÇA S/A Organização Pecuária da Amazônia 16. Agropecuária São José S/A 17. Agropecuária São José do Rocio S/A 18. Agropecuária Santa Rosa S/A 19. Agropastoril Novo Patrocínio S/A 20. Agropecuária Tapirapó S/A 21. Porto Velho Agropecuária S/A 22. Vale do Xingu S/A pec. Agricultura e Com. 23. Vale do Rio Faro S/A Pecuária Agricultura e Comércio 24. Agropecuária Foltra S/A 25. Agropecuária Tapeca S/A 26. Agropecuária Cerro Azul 27. Cia. Agropecuária Agrosan 28. Monte DAM Com. Ind. e Agropecuária S/A 29. Agropastoril do Marape S/A 30. Namara Agropecuária S/A Com. e Ind. 31. Tabajá Agropecuária S/A 32. Urupianga Agropecuária S/A 33. Agropecuária Chapada dos Guimarães S/A 34. Fazenda São Paulo do Cravari S/A 35. Agropecuária Três Marias S/A 36. Bandeirantes 97 Agropecuárias S/A 37. SERENHO S/A Centro de Reproduturas Novo Horizonte S/A 38. FAVONTE Fazenda Colação Norte do Mato Grosso S/A 39. Pastoril Agrupco. Couto Magalhães S/A 40. Rancho Santo Antônio S/A 41. Agropecuária Jatobá S/A 42. Sapé Agropecuária S/A 43. Agropecuária Tauá S/A 44. Agropecuária Sete de Setembro S/A

QUADRO Nº II.Q.1

(Cont.)

U. F. SETOR	EMPRESA INCENTIVADA
VI - MATO GROSSO	45. Agropecuária Mirassol S/A
a) Setor	46. Agropec. Duas Âncoras S/A
Agropecuário	47. Agropastoral Oeste S/A
	48. Agropec. Santa Germana S/A
	49. Ind. e Faz. Reunidas Mato Grosso INDUFAMA S/A
	50. Cia. Agropastoral Sul da Amazônia
	51. Agropec. Médio Araguaia - AGROPEMA
	52. Agropec. Pentágono S/A
	53. Cia. Agro Ind. CUNHATAI
	54. Paraíso Agropec. S/A
	55. JOACABA Agropec. S/A
	56. Agropec. MOROCO
	57. Agropec. Porto dos Gaúchos S/A
	58. BATON - Agropecuária S/A
	59. Cia. Agropec. Moltã Grande
	60. Estrela do Guaporé S/A Agropec.
	61. Cia. do Desenvl. Agropec. do MT - CODEMA
	62. Empresa Agropec. EMA S/A
	63. Agropec. Alvorada Matogrossense S/A
	64. Agropec. Paraíso S/A
	65. União Gaúcha Colonizadora Agropec. S/A
	66. Santa Luzia Agropec. S/A
	67. Agropec. São Paulo S/A
	68. AGUAPE S/A - Alto Guaporé Agropec. S/A Ind. e Com
	69. Pecuária S/A Agropastoril da Amazônia
	70. Faz. Taquara Agropec. S/A
	71. Agropec. Califórnia Com. e Ind. S/A
	72. Fazenda Nova Vicur S/A
	73. SAPERA S/A - Agropec. Vale do Araguaia
	74. Agropec. Vale do Guaporé S/A
	75. Agropec. Beck S/A Ind. e Com. Imp. e Exp.
	76. AGRO AMA S/A Fomento da Pec. da Amazônia
	77. APASA Apolinário S/A - Agropec.
	78. Cia. Nova Fronteira Agropec.
	79. Agropec. Duas Pontes S/A
	80. FRETIVA S/A - Fazendas Reunidas Nova Amazônia
	81. Agropec. COCAL
	82. Agropec. Vale do STEIN S/A

QUADRO Nº II.Q.1

(Cont.)

U. F. SETOR	EMPRESA INCENTIVADA
VI - MATO GROSSO a) Setor Agropecuário	83. Agropec. AUERSWALD 84. ELAGRO Agropec. S/A 85. NOIDON Agropec. S/A 86. CERMA Agropec. S/A 87. SUDAMATA S/A Agropec. 88. FABRCULANDIA CIA. Agropastoral Brasil Central 89. Fazenda Nota Kenia S/A 90. Nativa Agropec. S/A 91. Mafia S/A Agropec. 92. Agropec. Brasil Novo S/A 93. Agropastoril Barra do Garças S/A 94. Agropec. MEMBECA S/A 95. Agropec. Planalto S/A 96. DIVISA Agropec. Industrial 97. Agropec. Rio Alegre S/A 98. Agropec. Roncador 99. Agropec. Tamakavi 100. Agroind. Vera Cruz S/A 101. Agropec. Colorado S/A 102. Agropec. São João do Liberdade S/A 103. Agropec. Rio Manso S/A 104. Fazendas Associadas do Arauguaia 105. Pastoril Agropec. Souliago S/A 106. Cia. Agrícola e Pastoril São Judas Tadeu 107. Rio Foulavia Agropec. S/A 108. Tracajã Agropec. S/A 109. CODEBRA Cia. de Desenv. do Brasil Central 110. Agropec. Rio Roosevelt 111. Agrotep Agropec. S/A 112. Independência S/A Agropec. 113. Companhia Agropec. Sete Barros 114. Agropec. Leões do STEIN S/A 115. CODESGA Cia. de Desenv. do CARAPU 116. CIGRA - Cia. Agropast. Aruama 117. Agropec. Tatuibi S/A 118. Agropast. Campo Verde Ltda. 119. Norte Pastoril Matogrossense S/A

QUADRO Nº II.Q.1

(Cont.)

U. F. SETOR	EMPRESA INCENTIVADA
VI - MATO GROSSO	121. IOCHPE Agropec. do Norte S/A
a) Estor Agropecuário	122. APENSA S/A Agropec. Matogrossense
	123. Jaguaribe Agropec. S/A
	124. Faz. Agrolasa S/A
	125. Colina S/A Agropec.
	126. Agropec. Iberê S/A
	127. Colmeia Ind. e Agropec. do Norte S/A
	128. Agropec. Bela Vista S/A
	129. Agropec. Cerro Verde S/A
	130. Cia. de Desenvolv. Rio Telles Pires S/A
	131. Agropec. Iguape S/A
	132. A N Remanso Acre S/A
	133. Cia. de Desenvolv. da Pecuária
	134. Agropec. Araxiugu S/A
	135. Agropec. Uirapuru S/A
	136. Agropec- Salto das Nuvens S/A
	137. MIPASA Mercantil Ind. Pastoril Agrícola
	138. Agropec. Centro Norte S/A
	139. SAPECA S/A Agropec. Cajaba
	140. AGROMAR S/A Agropec.
	141. Agropec. è Indust. Campinas S/A
	142. Pinhal Sula Xingu Agropec. S/A
	143. Agropec. Vale do Jurema S/A
	144. Agrovas - Agropec. Vale do SUIA S/A
	145. Agropec. Consul S/A
	146. COBRASA Coloniz. e Repres. Brasileira S/A
	147. Bonança Açú Agropec. S/A
	148. Agropec. Arco-Iris S/A
	149. RIOPCE - Rio Sangue Pecuária S/A
	150. PECBRAS - Cia Pecuária Brasileira
	151. RIMA - Rio Manso Agropasteril S/A
	152. Piraguassu Agropec. S/A
	153. Simmenthal S/A Agropec.
	154. Camarcam Agropec. S/A
	155. Tangara S/A Agropasteril
	156. Agropecuária Limoeira S/A
	157. Agropecuária Santo Antonio do Cabaça S/A

QUADRO Nº II.Q.1

(Cont.)

U. F. SETOR	EMPRESA INCENTIVADA
VI - MATO GROSSO	159. Cia. Agropec. União Paulista
a) Setor Agropecuário	160. Mina de Ouro Agropec. e Ind. S/A
	161. Agropec. São Mário S/A
	162. Fazenda Entre Rios S/A
	163. Fazenda Bangu S/A
	164. Companhia Piratininga Agropastoril S/A
	165. Agropastoril Canaan S/A
	166. ARIROS Agropec. S/A
	167. Cia Brasileira Agropastoril
	168. Bordou S/A Agropec. da Amazônia
	169. Agropec. Joatão S/A
	170. Agroindustrial Coroados S/A
	171. Rodeio Cia. Agropec. da Amazônia
	172. Agropec. Junqueira Franco S/A
	173. Agropec. Rio Claro S/A
	174. Agropec. Tanguro S/A
	175. Primavera do Oeste S/A
	176. Vila Bela S/A Agropastoril
	177. Biripema Agropecuária S/A
	178. Agropecuária Paranaense S/A
	179. Agropec. Az de Ouro S/A
	180. Alimentícia Prado Comercial e Pecuária S/A
	181. Agropec. Bico do Papagaio Ltda.
	182. Agropec. Cajabi S/A
	183. Agropec. Catarinense S/A
	184. Marina S/A Agropec.
	185. ETERA S/A Agropecuária
	186. Agropecuária Rica S/A
	187. Agropecuária Presidente Prudente S/A
	188. Agropec. Jarina
	189. Agropec. Continental
	190. Agropec. do Coelho
	191. Macife Agropec. Comerc. e Ind.
	192. Fazenda São Marcelo S/A
	193. Coz. Vale do Rio Roosevelt
	194. Agropec. TRATEX S/A
	195. Agropec. São Francisco do Marape

QUADRO Nº II.Q.1

(Cont.)

U. F. SETOR	EMPRESA INCENTIVADA
VI - MATO GROSSO a) Setor Agropecuário	197. Agropec. Nova Esperança S/A AGRONESA
	198. Santo Ernani Agropec. S/A
	199. BCN - Agropastoril
	200. Agropec. Banco do Garças S/A
	201. Primavera S/A Agropec. Ind. e Com.
	202. Agropecuária 977 S/A
	203. Agropec. Brasilândia S/A
	204. Agropec. Santa Izabel S/A
	205. Brinquedos Bandeirantes Agropec.
	206. Faz. São João S/A
	207. Agropec. Mogno S/A
	208. Agropec. Pauvel S/A
	209. Nova Verona Agropec. S/A
	210. KW Agroindustrial
	211. Panagro Agropecuária
	212. Sadia Agropecuária
	213. Nova Codeara
	214. Cia. Agropecuária Parizotto
	215. Agropecuária Cambara
	216. Agropecuária Grendene
	217. Agrobán Agrícola e Pec. Bandeirantes
	218. Nova Estrela do Guaporé S/A
	219. GCM Agropecuária do Norte
220. Mutum Seringais	
221. Parecis Agropastoril	
222. PHIDIAS Agropecuária	
223. Agropecuária Tupi S/A	
224. Indiana Agropecuária S/A	
225. Metalonita Agropecuária	
226. Roraima Agropastoril	
227. Agropecuária THDEMEN	
228. Araguaia Neves	
229. Cia. Pastoril Vale do Araguaia	
230. Agropecuária não das outras	
231. BCN Sementes Seleccionadas	
232. Agropastoril Tiaraju	
233. Agropecuária Rio Darro	

(Cont.)

U. F. SETOR	EMPRESA INCENTIVADA
VI - MATO GROSSO	235. ETER Agropecuária
a) Setor Agropecuário	236. IMAT S/A Sociedade Agrícola e Pecuária
	237. Agropastoril Vilhena do Araguari S/A
	238. Fazenda Santa Cruz do Guaporé
	239. Agropecuária Santo Antonio do ITIQUIRA
	240. KUWENE Agropecuária
	241. Agropec. Santo Antonio das Lendas
	242. Iraraguaia Agropastoril
	243. Cia. Ind. Benjamin Agropecuária
	244. Faz. Santa Maria da Amazônia
	245. Itamarati Norte S/A Agropecuária
	246. OLVEBRA Agropec. Sociedade Anônima
	247. Agropastoril Guaranazeira S/A
	248. Cotiguaçu Agropecuária S/A
	249. Agropecuária Rio São João S/A
	250. Serv. Agropecuário
	251. Agrocisa Agropecuária Comércio e Indústria
	252. Globo Agropecuária S/A
	253. Agromovi S/A
	254. Agropecuária Serra Azul
	255. MATUJARY Agropecuária
	256. Cia. Agropastoril Vale Verde
	257. Kontagro S/A Agrícola Com. e Perfumaria
	258. MATUPA Agropec. S/A
	259. Agropec. Alvorada Norte S/A
	260. Agropec. Potricio S/A
	261. Vulcabras Agropec. S/A
	262. Agropec. Vanguarda Norte S/A
	263. Brasimac S/A Agropecuária
	264. Agropec. METAGAL
	265. Agropecuária ARICA
	266. Cia. Agropastoril Mata da China
	267. Agropastoril Estrela de Vila Bela
	268. Promissão Agropastoril
	269. CCG Agropecuária S/A
	270. NOVAMATA S/A Agropecuária
	271. Agropecuária São Sebastião do Araguaia
	272. ITAKAIL Agropastoril S/A
	273. Agropecuária Santa Inês S/A
	274. Ermeto Agropecuária

QUADRO Nº II.Q.1

(Cont.)

U. F.

SETOR	EMPRESA INCENTIVADA
VIII - MATO GROSSO - MT	
a) Setor Industrial	01. MATOVES - S/A Ind. Matogrossense Óleos Veg. 02. Cia. Cervejaria Cuiatara 03. - Oeste S/A Ind. e Com. 04. Mineração Aripuanã S/A 05. Sudaiba Cia. Indl. de Alimentos 06. Cia. Editora e Impressora Matogrossense 07. Produtos Alimentícios da Amazônia S/A 08. Cia. Administradora Norro Verrelho 09. Cimento Portland Mato Grosso S/A 10. Centro América S/A Ind. e Com. de Carga 11. Integral Indústria do Mato Grosso S/A 12. AEROU - Agroindustrial S/A 13. CALBRAN S/A 14. Automotor Norte Ind. de Plásticos S/A 15. ITUMANTI S/A Ind. e Com. 16. Berto S/A 17. FRIGOVERDI S/A 18. Canaraba Agroindustrial S/A 19. Rio Verde 20. Brasilit do Oeste S/A 21. Cia. Florense de Madeiras S/A 22. PLAENGE - Concreto pré-moldados S/A 23. Agroindustrial São Paulo S/A 24. ITAITUBA Agroindustrial S/A 25. Supertrigo Ind. e Com. S/A 26. Condor da Amazônia Ind. e Com. Madeiras S/A 27. Agroindustrial Estrela S/A
b) Setor Serviços	01. Centrais Elétricas Matogrossense S/A 02. Oeste Redes Aéreas S/A Org. 03. Telecomunicações do Mato Grosso S/A 04. NASA Mecanização Agrícola S/A 05. BCN Motomecanização Rural S/A 06. ROMACK Ind. e Com. S/A
c) Setor Agroindustrial	01. DRURY'S Amazônica S/A Agroindustrial 02. SINOP Agro Química S/A 03. IBF Agropec. 04. Destilaria Gameleira 05. Sadia Mato Grosso S/A 06. Agropec. Cocalinho S/A
d) Setor Hoteleiro	01. Hotéis Eldorado Cuiabá 02. GF Hotéis e Turismo S/A 03. Empreendimentos Hoteleiros Beira Rio S/A 04. Hotéis Global S/A 05. HADDAD Park Hotel 06. Hotéis Rio Alegre

VII - PARÁ

a) Setor

Agropecuário

01. Cia. de Desenvolvimento Sul do Pará
02. Cia. Agropastorial do Araguaia
03. Cia. Agropecuária Nazareth
04. Fazendas Reunidas EMAYSA
05. Cia. Melhoramentos de Ligação
06. COMARCO Cia. Melhoramentos do Pau D'Arco
07. Fazenda Santa Ernestina S/A
08. Pec. Santa Marina S/A
09. Agropecuária Reunidas Paraense S/A
10. Colonizadora Agrícola e Pecuária S/A
11. Cia. Ind. Agropast. Vale do Campo Alegre S/A
12. Cia. Agropec. do Rio Jabuti
13. Orlandia Agropast. Santa Terezinha S/A
14. Cia. Agropec. PALMITAL
15. Agropec. Grão Pará S/A
16. Cia. Agroind. da Amazônia AGRIMAZON
17. Agropec. Novo Mundo S/A
18. Cia. Agropec. Pau D'Arco
19. Cia. Berocan de Pec.
20. Pec. e Colonização do Médio Araguaia
21. Cia. Agropastóril Agro Azul CADAZ
22. ACAPU Agropecuária S/A
23. Irmão Dias Agropecuária S/A
24. Agropastoril Sul do Piauí S/A
25. SANGAPOITAN Pastoril S/A
26. Borba Gato Agropecuária S/A
27. Agropecuária Barra das Princesas S/A
28. Quarenta Agropecuária S/A
29. Agropastoril Conceição do Araguaia S/A
30. Cia. Agropecuária do Rio Inaia - CAPRI
31. Agropecuária Vale do Arraias S/A
32. Fazenda Candiru S/A
33. Agropastoril São Roberto
34. Fazenda Paranguassu S/A Pec. Agric. e Com.
35. Agropec. Belcon S/A
36. Cia. Agropec. do Pio Araguaia
37. PARAGOMINAS Agropecuária S/A
38. PROPASA Progresso do Pará S/A
39. Cia. Melhoramentos de Itaipavas
40. Pec. Santa Lúcia S/A
41. Agropec. CHUPE S/A
42. Vale do Capim Agroindustrial S/A
43. S/A Agropastoril Arupia (Ex-PROPASA)
44. INATA Pec. e Agrícola S/A
45. Nazaré do Araguaia Agric. e Pec.
46. Araguaia S/A Agropecuária
47. Fazenda São Miguel S/A

QUADRO Nº II.Q.1

[Cont.]

U. F. SETOR	EMPRESA INCENTIVADA
VII - PARÁ	53. Cia. Agropec. e Ind. Maringã - CAPIM
a) Setor	54. Agro Industrial Floresta S/A Agresta
Agropecuário	55. Arapuã Norte Agropecuária de Exportação SEA
	56. Juruparoma Pastoril S/A
	57. Faz. Monte Azul S/A FAMOSA
	58. Cia. Agropecuária São Sebastião
	59. Agro Pec. Sul do Pará S/A
	60. MITSUI Agropecuária
	61. Agropecuária Araguaia Rio Maria S/A
	62. AGUAZUANA Agropastoril S/A
	63. Jacutinga Agropecuária S/A
	64. Agropecuária Pará Grarcas S/A
	65. Agropastoril - Industrial de Madeiras S/A
	66. BOS Indicus S/A Agropastoril
	67. Sucuapara S/A Agropastoril
	68. Cia- Agropec. do Pará
	69. Agropec. Curimã S/A
	70. Inaiã Pará Agroindustrial
	71. Agropec. Paraporã S/A
	72. Agropecuária Piquiã S/A
	73. Neimara Agropecuária S/A
	74. Faz. Alô Brasil S/A
	75. Agropecuária Barbosa Maior S/A
	76. Lapetinga Agropecuária S/A
	77. Faz. Riachuelo SEA
	78. Agropisa Agropecuária Rio Pirio S/A
	79. Pastoril e Agrícola Vale do Gurupi S/A
	80. Agropec. São Luis S/A
	81. Fartura Agro. Indl. S/A
	82. Agropec. Bacuri S/A
	83. Agropec. Bom Jesus e Palmares S/A
	84. SOBOI S/A Agropast. BOIUNA
	85. Agropec. ANHANGUERA S/A
	86. Cia. Agropec. Rio Acará
	87. Agropec. Rio Cauaxi S/A
	88. Cia. Agropec. Simeira
	89. Cia. Vale do Rio Cristalino Agropec. Com. e Ind.

QUADRO Nº II.Q.1

(Cont.)

U. F. SETOR	EMPRESA INCENTIVADA
VII - PARÁ	90. HIDROSERVICE Amazônia S/A AGropec. e Ind.
a) Setor Agropecuário	91. Cia. Agropast. Rio Dourado
	92. Cia. Rio Capim Agropec.
	93. Marabá Agropastoril S/A
	94. Cia. Nacional de Pec.
	95. Agropec. Rio Tartaruga S/A
	96. ENARGRO Empreendimentos Agrários S/A
	97. Cia. Agrícola e Pec. Uirapuru
	98. Empresas Rurais Notrial S/A
	99. Faz. Nice S/A
	100. Agropec. Rio Aratu S/A
	101. Faz. União S/A
	102. QUAMASA QUA GLIATO Amazonas Agropec. S/A
	103. Agropec. Rio Dezoito S/A
	104. Terra Rica Com. e Agric. S/A
	105. INGA Agroflorestal S/A
	106. Agropec. Vazante S/A AGROVASA
	107. CAVIANA Agropec. S/A
	108. Agropec. Piracumba S/A
	109. Faz. Muguinhas S/A
	110. Agroindustrial Suinorte S/A
	111. GELAR S/A - Indl. Alimentícias
	112. Faz. Bom Sucesso S/A
	113. Faz. Curua S/A
	114. Agropec. Rio Fava S/A
	115. Faz. Nova América S/A
	116. Agropec. Rio Madeira S/A
	117. COMBU Cia. Bubalina do Marajó
	118. Guamambi Agric. e Com. S/A
	119. Faz. Porangaba S/A
	120. Agropec. Bosque S/A
	121. Cia. Criadora da Amazônia
	122. Faz. Piedade S/A
	123. Agrobúfalo S/A
	124. Agropec. Guajajarar S/A
	125. Agrícola Mista Marajoara S/A
	126. Iltarin Agropec. S/A

QUADRO Nº II.Q.1
 (Cont.)

U. F. SETOR	EMPRESA INCENTIVADA
VII - PARÁ	127. Itápoã Agropast. S/A
a) Setor	128. Agropec. Tucunam S/A
Agropecuário	129. Faz. Peturu S/A
	130. Cia. de Desenvolv. do Norte
	131. Melhoramentos Sul do Pará S/A
	132. Intermar Ind. e Com. S/A
	133. Itagro Agrícola S/A
	134. SANJA - Santa Júlia Agropec. S/A
	135. Agropec. São Roberto S/A
	136. Agro Sete Pec. e Indl. S/A
	137. Faz. Rancho Murajá S/A
	138. Projeto Agro Indl Cacaueiro S/A PACASA
	139. NORTAM P-c. S/A
	140. Bubanorte - Bubalina Cultura do Norte S/A
	141. Agropecuária Vale do Rio Tabajós
	142. Faz. Miritipitanga S/A
	143. Genipauba Pecuária e Agricultura S/A
	144. Jahuca Agropecuária S/A
	145. COCIPA Cia. de Citrus do Pará S/A
	146. Araguari Agropecuária S/A
	147. Agropastoril Rio Arama S/A
	148. SBP Seleção de Búfalos do Pará S/A
	149. Fazenda Alvorada S/A
	150. Agropecuária Demétrio S/A
	151. Agropecuária BADAWARY S/A
	152. Embuy Empresa de Bubalinos UYUY S/A
	153. Agrop. Ilha de Nazaré O/A
	154. Cia. Agrop. do Acará S/A
	155. Faz. Agropastoril São Pedro S/A
	156. Cia. Agropecuária João Peixe Boi S/A
	157. Lagoa Clara Agropecuária S/A
	158. Cia. Agrôindustrial Paraense no Pará
	159. Agropecuária São João S/A
	160. Agropecuária Santo Antonio Posto Seguro S/A
	161. Búfalos do Marajó S/A
	162. Japuípe Agropecuária S/A
	163. Agropecuária Baixo Amazonas S/A

QUADRO Nº II.Q.1

(Cont.)

U. F. SETOR	EMPRESA INCENTIVADA
VII - PARÁ	164. Só Leite S/A
a) Setor Agropecuário	165. Rosário Agropastoril S/A
	166. Amazônia Shrimps S/A
	167. CITAB Tocantins Agro Industrial S/A
	168. Agropecuária Caropã S/A
	169. Santa Ana Agropecuária Industrial S/A
	170. Fazenda Mombaca S/A
	171. BRAS NBR
	172. Agropecuária Pakoni S/A
	173. Agroindustrial Fartura S/A - Gen. e Repres.
	174. Faz. Colatina S/A
	175. Agropecuária Chaparral S/A
	176. Agrotregantina
	177. Agrovisa Agroindustrial de Ovinos S/A
	178. Faz. Vitória Régia Incl. S/A
	179. Cia. Agropastoril do Rio Tiraximão
	180. Cia. Criadora de Peixes Irradema
	181. Agropastoril Mirandópolis S/A
	182. ANSON Agropec. S/A
	183. Faz. Bomateia S/A
	184. Capoeira Agropec. S/A
	185. Agropec. Santa Roca S/A
	186. Faz. Arucira S/A
	187. Faz. Rounidas Vaticano S/A
	188. Eldorado Coxingu S/A
	188a. Guimpar Guínos S/A
	188b. TAQUARI Agropec. S/A

QUADRO Nº II.Q.1

(Cont.)

U. F. SETOR	EMPRESA INCENTIVADA
VII - PARÁ	
a) Setor Agropecuário	189. Guajará Búfalos S/A 190. Agromil Ind. e Com- S/A 191. Universal Agro-Ind. S/A 192. Agropec. Santa Rita do Marajó S/A 193. CAINZA - Agroindust. Amazônia S/A 194. Agroflorestal Santa Amélia S/A 195. Terra Grande Agropec. S/A 196. RIAN Agropec. S/A 197. Agropec. Nova Era S/A 198. Ilha Verde Agropec. S/A 199. Cia. Agropec. Santa Rita S/A 200. Fazenda Vale do Rio Moju S/A 201. Fazenda Aura S/A 202. AGRIMISA - Agropec. Ind. e Mineral do PA 203. Fazenda D. Indaia S/A 204. Fazenda Piri Grande S/A 205. Agropecuária do Rio Marapamim S/A 206. LARPASSA - Laranjas do Pará S/A 207. OPEN MARIAHY Agropec. S/A 208. Fazenda Mucal S/A 209. Agropecuária Ponta Negra S/A 210. Granja Santa Camila S/A 211. Agropecuária Kilombo S/A 212. Guaraná da Amazônia S/A 213. Fazendas Reunidas Sobral S/A 214. Agrícola Pastoril Castanhal S/A 215. MANARIO Santa Cruz S/A 216. Baliza Agropec. S/A 217. Fazenda Santa Clara S/A 218. Agrícola Curua-una S/A AGRO-UNA 219. Fazenda Maripa S/A 220. OC Bitar Agroindustrial S/A 221. CAMPASA - Camarões do Pará S/A 222. Eldorado Agrícola S/A 223. Agropecuária 3 Poderes S/A 224. Granja Santa Cristina S/A

QUADRO Nº II.G.1

(Cont.)

U. F. SETOR	EMPRESA INCENTIVADA
VII - PARÁ	226. Cia. Agric. e Pec. Faz. das Graças
a) Setor	227. Agropec. Olinda S/A
Agruppecuário	228. Agropec. Maritava S/A
	229. Faz. Jacitara S/A
	230. Agropec. Alterosa S/A
	231. Vale do Rio Capibe Agroindustrial S/A
	232. Produção Comercial e Industrial de Camarão
	233. Firão Agrícola e Comercial S/A
	234. Agropec. Pacuhy S/A
	235. Agropecuária NOIL S/A
	236. Agropec. Vale do Rio URINDENA
	237. Dendê do Mosqueiro S/A
	238. Te-CHAGA-U Agropec. S/A (Ex-Recreio)
	239. Agropec. Flechal S/A
	240. Agropec. Boa Sorte
	241. Fazenda Mironga S/A
	242. Fazenda São Caetano S/A
	243. Fazenda Nova Delhi Agropec. S/A
	244. Fazenda Santa Maria de Rondon S/A
	245. Fazenda Monte Cristo S/A
	246. Agropec. Pandin
	247. TERRANORTE S/A Terraplanagem e Agroindustrial
	248. Granja Conceição S/A
	249. Cia. Vale do Maluzinho
	250. Agropec. Itambê
	251. Agropec. Santa Cruz
	252. Fazenda Boi Branco S/A
	253. Agropecuária Coraci Paraná S/A
	254. MV Agropec. S/A
	255. Fazenda São João S/A
	256. Camarões Atalaia S/A
	257. Martins Agropec. S/A
	258. Agropec. Palmira do Norte S/A
	259. Agropec. Perimirim S/A
	260. Suíno do Sul S/A
	261. Cinderela Agropecuária S/A
	262. Santana Rios Agropecuária S/A

QUADRO Nº II.Q.1

(Cont.)

U. F. SETOR	EMPRESA INCENTIVADA
VII - PARÁ	264. Agropec. Rio do Ouro S/A
a) Setor	265. Agropec. Campo Maior S/A
Agropecuário	266. Fazenda Cibra S/A
	267. Agropecuária Sonho Dourado S/A
	268. Agropecuária do Guarã S/A - AGROMASA
	269. Camarões da Amazônia S/A
b) Setor	01. Breves Industrial S/A
Industrial	02. Cervejaria Paraense S/A CERPASA
	03. Cia. Brasileira Manufatura de Juta
	04. Oleica Óleos Ind. Cacheorio do Araú
	05. Fab. de Celulose e Papel da Amazônia S/A
	06. Ind. e Produtos Alimentícios S/A
	07. Pedro Carneiro S/A Ind. e Com.
	08. Brasil Extrativa S/A
	09. Cia Amazônica Têxtil de Amiagu Juta
	10. SABIM S/A Brasileira de Ind. Madeireira
	11. Fab. União Ind. e Com. S/A
	12. MINDUCO Merc. Ind. do Coco S/A
	13. Amazônia Tintas Ind. e Com. S/A
	14. PARABOR Ind. Paraense Artefatos Borracha S/A
	15. Ind. Nova América S/A INASA
	16. Cia. de Fiação de Tec. de Juta de Sant.
	17. Cia. Têxtil de Castanhal
	18. Ind. Martins Breves S/A
	19. Amazônia Metalúrgica S/A
	20. Laminação Metal Norte S/A
	21. Sabino Oliveira Ind. S/A
	22. Parquer do Pará S/A
	23. Perfumarias Phebo S/A
	24. Fósforos do Norte S/A FOSNOR
	25. Óleos do Pará S/A OLPASA
	26. Ind. São Vicente - M. Santos S/A
	27. L. S. Móveis S/A
	28. Izu Ind. e Com. S/A
	29. POLIPLAST S/A - Plásticos da Amazônia
	30. Vidros Indústrias do Pará S/A
	31. Fab. Amazônia Produtos Alimentícios S/A

QUADRO Nº II.Q.1
(Cont.)

U. F. SETOR	EMPRESA INCENTIVADA
VII - PARÁ b) Setor Industrial	33. Metalurgia Rio Mar S/A
	34. Sobral Irmãos S/A SISA
	35. R. Santos S/A Ind. e Com.
	36. Cia. Gráfica e Editora Globo
	37. NORTUBO S/A - Tubos e Perfilados
	38. Tubos Plásticos da Amazônia S/A
	39. TAPON Corana Ind. do Norte S/A
	40. Ind. Biológica Farmacêutica Amazônica S/A
	41. Ribeiro Cordeiro Ind. e Com. S/A
	42. Soares de Carvalho Sabões e Óleos S/A
	43. Bragança Com. e Ind. S/A
	44. Cia. de Cigarros Souza Cruz S/A
	45. RESCOMAR Cia. Nacional de Pesca
	46. Tece Fátima Fração Tecelagem N. S. de Fátima S/A
	47. SO Metal S/A
	48. Cia. Desenvl. Agropec. Ind. Mineral Estado do Pará
	49. BRUMASA - Madeiras Tropicais S/A
	50. Joaquim Fonseca Navegação Ind. Com. S/A
	51. AZPA Azulejos do Pará S/A
	52. Castanha do Pará Ind. S/A - CAISA
	53. Companhia Agroindustrial de Monte Alegre
	54. Refrigerantes Garoto Ind. e Com. S/A
	55. Cia. de Leite Pausterizado COLEIPA
	56. GELAR S/A. Ind. Alimentícias
	57. Cia. Paraense de Alimentos Refrig. COMPAR
	58. REMOR Norte S/A Ind. e Exp.
	59. São Bernardo Ind. S/A
	60. CENTENOR Empreendimentos S/A
	61. Artesanato de Madeiras de Amaz. S/A
	62. Sintéticos Perseverança S/A - SIPER
	63. Renda, Priori e Cia. Ltda.
	64. Cia. Madeireira São Miguel - COMIG
	65. Ind. Química e Com. KANEBO do Brasil
	66. MAGESA - Madeiras Gerais S/A
	67. COPASA - Indústrias Reunidas S/A
	68. CAMEL - Camarões de Belém Ltda.
	69. MULTINAVI Ind. Naval S/A

QUADRO Nº II.Q.1

(Cont.)

U. F. SETOR	EMPRESA INCENTIVADA
VII - PARÁ b) Setor Industrial	71. INÇA Ind. Cerâmica da Amazônia S/A
	72. Mineração Rio do Norte S/A
	73. JOB Com. e Ind. S/A
	74. Moinho de Trigo Belém S/A
	75. Ind. Brasilit da Amaz. S/A
	76. PALMAZON - Palmeira da Amaz. Ind. S/A
	77. SITUBOS Tubos da Amazônia S/A
	78- CURBEL - Com. e Ind.
	79. LUBEL Artefatos de Couros S/A
	80. RUBERTEX Com. e Ind. S/A
	81. CIMATRO Cia. Internacional Madeiras Tropicais
	82. CAMPOLAR S/A
	83. Molduras Pará S/A MOLPASA
	84. PARQUER Paulista da Amazônia S/A
	85. EIDAL do Brasil Madeiras S/A
	86. Atlas Frigorífico S/A
	87. SOTAVE Amaz. Químicos e Mineral S/A
	88. Construtora Paraense Estrutura Metálicas S/A
	89. Imaco S/A Ind. Metalúrgica
	90. FABRI . Leal S/A Ind. e Com.
	91. DF Bastos S/A Ind. Alimentícia
	92. MAZSA - Madeiras da Amazônia S/A
	93. Empresa Madeireira do Brasil S/A
	94. FARIN Pesca de Belém S/A
	95. Cocal Madeiras S/A
	96. TIMBRAY Madeiras S/A
97. Ind. Minerológica do Pará S/A	
98. Madeiras Esplêndida S/A	
99. IMORSA Ind. de Móveis e Molduras Rocha S/A	
100. Alimentícios Internacional de Cacau S/A	
101. ETN - Estaleiro Técnico Naval S/A	
102. Cia. de Agregados Leves do Pará	
103. Laminados Madeiras do Pará S/A	
104. Metal Gráfica da Amazônia S/A	
105. BELCONAV S/A Construção Naval	
106. BERMACK - Madeiras do Pará S/A	
107. Cia. Equatorial de Mineração	

QUADRO Nº II.Q.1

U. F. SETOR	EMPRESA INCENTIVADA
VII - BASÉ	109. Dendê do Tava S/A
b) Setor	110. MADENORTE S/A Laminados e Compensados
Industrial	111. Cia. de Navegação da Amazônia CNA
	112. RAUT - Com. e Ind. de Madeiras S/A
	113. Frigorífico Ulianaço
	114. Carajás Agroflorestal S/A
	115. Lubrificantes Gran Oil S/A
	116. MAGINCO Compensados S/A
	117. CIPAC Cia. Paraense de Artefatos de Concreto
	118. Amazonex Ind. Exportadora S/A
	119. ACINOX Aço Inoxindável S/A
	120. Estaleiro Micom S/A
	121. LUNORTE S/A Equipamentos de Segurança
	122. Aripuana Compensados S/A
	123. Cerâmica Santa Luzia S/A.Ind.
	124. CBL Cia. Brasileira de Laminados
	125. AM Fidalgo S/A Materiais de Construção
	126. Britagem e Laminação de Palus S/A
	127. Pindaré S/A
	128. MEL Ano Bom
	129. ERIG Estaleiro Guajará S/A
	130. CAMPASA Compensados Abaetetuba S/A
	131. BRASCOMP - Compensados do Brasil S/A
	132. IBERICA de Prê Molderados Normalizados S/A
	133. Ind. e Com. de Móveis Tupi S/A
	134. Brasinor Mineração e Com. S/A
	135. Ind. Maron S/A
	136. IN Crispin Ind. S/A
	137. Tinoco Ind. S/A
	138. Metalúrgica Orlan S/A
	139. Carrocerias Enoir S/A
	140. Ind. Trevo do Pará S/A
	141. AMAFRUTAS S/A
	142. Pinheiro S/A Ind. Madeireira
	143. Fezer da Amazônia S/A
	144. Usina Amaz. S/A USIMASA
	145. Cia. Brasileira de Asfaltos da Amaz.
	146. EMPASA - Empreendimentos Agroindustriais do PA

QUADRO Nº II.Q.1

(Cont.)

U. F. SETOR	EMPRESA INCENTIVADA
VII - PARÁ	147. Ind. Beiradão S/A
b) Setor Industrial	148. Cia. Dendê Norte Paraense
	149. ESLOTEVRAS Bacia Amazônia S/A
	150. Cia. Siderúrgica do Pará
	151. PROPEE Mineralização Ind. e Com. Repres. S/A
	152. Cia. Gráfica e Editora Arajá
	153. ERISA Engenharia e Ind. S/A
	154. CONDESA Cia. de Dendê da Amazônia
	155. Tramontina Belém S/A Matrimos
	156. SIMARA - Siderúrgica Marabá S/A
	157. PROMETAL Cargas S/A Mineração Ind. e Com.
	158. LAMBO Madeiras S/A
	159. PARAPLAST Ind. e Com. de Plásticos S/A
	160. Louça Norte S/A
	161. Capanema Agroindustrial S/A
	162. CAIBA Ind. e Com. S/A
	163. Cia. Brasileira de Bauxita
	164. MASO Ind. S/A
	165. DOCETTI Ind. e Com. de Doces da Amazônia S/A
	166. Cia. Prado da Amazônia
	167. Agroindustrial PALMASA S/A
	168. ENGETROMCS da Amazônia S/A
	169. Ind. Madeireira Santana S/A
	170. OYAMOTA do Brasil-Produtos Metalúrgicos
	171. Cia. Industrial de Leiterias do Pará
c) Setor Serviços	01. Naver-NOTE Navegação e Com. Norte S/A
	02. Centrais - CELPA
	03. Fundação Bradesco (ARAGUAIA)
	04. Frota Amazônica S/A
	05. TELECOM. do PA S/A - TELEPARÁ
	06. SEMASA - Serviço Motomecanizados Amazônia S/A
	07. Cia. de Mecanização da Amazônia
	08. Taxi Aéreo Kovacs S/A
	09. Amazon Motos Transp. Intermodl S/A
	10. Administradora de Bens S/A
	11. Marajoara. Mecanização S/A
	12. Empresa de Navegação ENVIME S/A

QUADRO Nº II.Q.1

(Cont.)

U. F. SETOR	EMPRESA INCENTIVADA
d) Setor Agroindustrial	01. Pará Pastoral e Agrícola S/A 02. Agroindustrial de Sulinópolis S/A 03. Guaraná Agro Industrial S/A 04. Dendê do Pará S/A - DEMPASA Agr. Ind. Com. 05. Amazônia S/A Ind. Alimentícia 06. PARACREVEA Borracha Vegetal S/A 07. Pena Branca do Pará S/A 08. Cia. Criadora de Búfalos-CEB 09. Hiléia Agroind. S/A 10. DENAM - Dendê da Amazônia S/A 11. Faz. BETITA S/A 12. Mendes Júnior Agrícola do PA S/A 13. AVINEL S/A - Avicultura Ind. 14. RANARIO Real S/A 15. Campo Limpo Agropec. Ind. S/A - CAUSA 16. MELAMAZON Mel da Amazônia S/A 17. Cia. Real Agro Ind. 18. Nazaré do Araguaia Agric. e Pec. S/A 19. ABC-Agropec. Brasil Norte S/A 20. SIPASA - Seringa Ind. do Pará 21. SOCOCO S/A Agro Ind. da Amaz. 22. UNCARIA S/A 23. Cia. Agroind. TAPAJOS-S/A 24. MAGESA - Moju Agroind. e Energética S/A 25. Dendê de Moema S/A 26. DICACAU Cacaueira Ind. e Com. de Cacau S/A
e) Setor Setorial	01. Empresa Bragantina de Pesca S/A 02. Cia. Amaz. de Pesca 03. PINA - Intercâmbio Com. Ind. e Pesca S/A 04. Produtos de Pesca do Pará S/A 05. Primor S/A - Produtos Industrializantes do Mar 06. Hotéis Reunidos S/A 07. HOTAMS - Hotéis de Turismo da Amaz. S/A 08. SELTON Hotéis S/A 09. Cia. Tropical Hotel Santarém 10. Belém Pesca S/A 11. TELESTAR Hotéis S/A 12. Norte Hoteleira S/A 13. Brasiltem Belém Hotéis e Turismo S/A 14. Hotéis do Norte S/A 15. Empresa Norte S/A 16. Delmar Norte S/A 17. Ilha de Marajó Hotéis S/A 18. Fontenova, Lyra S/A - Marajó Hotel 19. APIACOS Hotéis e Turismo 20. Hotel Equinócios S/A

QUADRO Nº II.Q.1
(Cont.)

U. F. SETOR	EMPRESA INCENTIVADA
VIII - RONDÔNIA	
a) Setor Agropecuário	01. Agropec. Santa Luzia S/A 02. Agropec. Nova Esperança S/A 03. Agropec. Corumbiara S/A 04. Roraima Agroind. S/A 05. RAISA Rondônia Agroind. S/A 06. Canaã Agropec. S/A 07. Cidade Hortigranjeiro de Rondônia S/A 08. FISHER Rondônia Agropec. 09. Agropec. Pimenta Buena S/A 10. SUDAPE - Sociedade de Desenv. Agropec. S/A 11. Rio Cutia Agropec. S/A 12. CETRUSUCC Rondônia S/A - Agropecuária 13. Agro Agrícola Rondônia S/A 14. Frey Rondônia Florestal
b) Setor Industrial	01. Eletro Metais Parecie 02. Frigorífico Rondônia S/A 03. Ind. e Com. Rondônia Exp. S/A 04. Mineração da Amazônia Com. e Ind. S/A 05. RONDODDI Ind. e Com. Rond. de Borracha S/A 06. FISHER Rond. Ind. e Com. S/A 07. Rondônia Refrigerantes S/A 08. Cerâmica Rondônia S/A 09. Cia. de Mineração de Rondônia 10. Cerâmica Rosalina S/A 11. FARSOVIL FÁBRICA DE Borrachas Vilhena S/A 12. CACDAL - Refrigerantes S/A 13. Cervejaria Brasil Norte S/A

QUADRO Nº II.0.1
(Cont.)

U. F. SETOR	EMPRESA INCENTIVADA
c) Setor Serviços	01. TELEFON - Telecomunicações de Rondônia S/A 02. Centrais Elétricas de Rondônia S/A 03. AGRIMEGA - Agricultura Mecanizadora S/A
d) Setor Agroindustrial	01. FUMENORTE S/A
e) Setor Setorial	01. Selton Hotéis S/A - Porto Velho
IX - RORAIMA	
a) Setor Agropecuária	01. Murupu Agropast. S/A 02. Faz. SAAP S/A 03. MAC LAREN Agropec. S/A 04. Cia. de Suínos da Amaz. Cia. 05. Faz. Monte Belo S/A 06. Lira Agropec. S/A 07. DAUME Agropast. S/A 08. Agropec. KIMAK S/A 09. Faz. Desterão S/A 10. Faz. Novo Intento S/A 11. Faz. Itamarati 12. Agropec. Rodrigues dos Santos S/A 13. Agropec. SAMB S/A 14. Faz. Caiapó S/A 15. Faz. Serra da Prata S/A 16. Faz. Campos Novos S/A 17. Agropec. Peú Rainha S/A 18. CAUATUAU Agropec. S/A
b) Setor Industrial	01. Cia. de Desenv. de Roraima S/A 02. Durtume Macuxi S/A Ind. e Com. 03. Roraima Refrigerantes S/A 04. CIAGRO - Cia. Agroind. de Roraima

QUADRO Nº II.Q.1

(cont.)

U. F.	EMPRESA INCENTIVADA
SETOR	
c) Setor Serviço	Ol. Telecomunicações de Araraima S/A

FONTE: SUDAM/DAI - 1989

SINTESE: DO QUADRO Nº II.Q.1 - "EMPRESAS INCENTIVADAS PELA SUDAM..."

SETOR	Nº DE PROJETOS INCENTIVADOS					
	IMPLANTADOS %		EM IMPLANTAÇÃO %		TOTAL %	
- Agropecuário	123	10,0	646	49,0	659	60,0
- Industrial	74	7,0	261	23,0	335	30,0
- Serviços Básicos	05	0,4	34	3,0	39	3,0
- Agroindustrial *	04	0,3	43	4,0	47	4,0
- Setorial (1)	04	0,4	30	3,0	34	3,0
T O T A L	210	19,0	914	61,0	1.124	100,0

FONTE: SUDAM/DAI/1989.

(*) (Incluem-se os projetos de extrativismo mineral.

(1) Projetos de Pesca e Turismo.

OBS.: Dados levantados até dezembro/1988.

QUADRO Nº II.0.2

FINAL: MINISTER - SUPERINTENDENCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA - SUDAM - PROJETOS APOIADOS PELO FINAV, REPRESENTATIVIDADE DOS DIVERSOS SETORES ECONOMICOS IMPLANTADOS NAS UNIDADES FEDERADAS DA AMAZONIA LEGAL - ATÉ SETEMBRO DE 1988 - UNIDADE C24 1,00

SIGLA	Nº DE PROJETOS		INVESTIMENTOS FISCAIS				PREVISTO DE EMPRESAS				QUANTIDADE DE ÁREA		REBANCO (CABEQAS)		
	IMPLANT. TAÇC	EM INFLAÇ. TAÇC	TOTAL	CORRECV- TIVENTOS	LIBERAÇES	AGROPE- QUÁRIOS	INDUC- SÍRIAS	SERVÍÇOS BÁSICOS	AGRO-IND. BÁSICOS*	SETORIAL- PES- DA E TURISMO	TOTAL	PLANTEL	COMERCIAL	TOTAL	
															AGROPE- QUÁRIOS
123	545	565	29.016.639.903	19.551.492.333	10.090.440.443	32.434	-	-	-	-	32.434	9.123.440,32	5.192.347	1.347.459	6.639.636
74	291	335	191.290.598.245	59.357.709.743	19.592.231.603	-	99.528	-	-	-	99.528	-	-	-	-
05	04	29	3.453.293.451	1.557.519.854	245.390.350	-	-	19.551	-	-	19.551	-	-	-	-
04	43	47	9.453.515.589	4.001.104.360	2.539.913.499	-	-	-	9.277	-	9.277	323.930,36	65.991	12.937	79.628
04	30	34	15.355.554.534	5.179.744.000	2.974.153.694	-	-	-	-	5.572	5.572	-	-	-	-
210	914	1.124	57.570.502.096	39.545.600.334	22.556.107.779	22.434	199.536	19.591	9.277	6.573	165.691	9.447.379,28	8.259.238	1.350.426	6.616.654

PROJETOS DE ATERRAÇÃO

RO II.0.2

PARCIAL															
01	29	29	665.203.079	360.364.559	341.219.165	462	546	265	345	-	1.607	252.539,53	89.505	19.633	109.210
03	39	41	3.544.690.179	1.639.533.777	697.550.951	550	5.794	255	215	305	7.210	192.090,45	93.457	20.257	113.734
31	104	109	49.299.190.654	19.970.099.215	4.360.929.692	909	40.259	2.224	459	1.552	46	303.934,74	119.370	27.134	145.504
12	57	70	4.350.597.922	2.010.990.355	1.107.405.457	1.916	1.972	2.395	797	-	6.991	555.754,54	320.345	72.700	393.245
15	56	71	4.551.593.052	2.080.037.075	950.725.935	770	5.553	1.092	955	-	9.270	127.992,55	50.775	15.733	69.451
59	199	269	50.415.097.971	23.511.429.077	8.970.924.591	16.010	9.533	1.899	1.390	919	29.544	5.325.956,25	3.055.755	797.000	3.855.600
70	397	459	79.565.955.429	39.400.736.219	14.000.453.659	10.719	30.500	4.701	5.141	3.997	59	2.411.550,00	1.359.547	373.159	1.735.706
04	25	25	7.591.950.925	2.071.430.945	960.010.259	590	1.000	395	122	47	3.002	90.707,33	59.141	14.010	77.151
00	00	00	2.439.505.504	1.070.503.179	569.402.033	453	795	5.550	-	-	5.622	99.222,42	51.290	20.525	111.933
210	914	1.124	197.670.700.09	89.040.500.394	469.107.779	70.404	97.003	10.001	9.277	5.573	165.691	9.447.379,28	5.595.238	1.350.426	6.616.654

SENTO DE INCENTIVO - 041/SUDAM - 1988

QUADRO SINÓTICO DA PARTICIPAÇÃO DOS CAPITALS ESTRANGEIROS NA AMAZÔNIA

RESERVA		LOCALIZAÇÃO		EMPRESA	NACIONALIDADE	CAPITAL	PARTICIPAÇÃO DO CAPITAL NACIONAL	INCENTIVOS FISCAIS	OBSERVAÇÕES
(t)									
16	M	Serra do Navio	Bathlehen Steel Co.	E. U. A.	Cr\$ 200 M (1971)	51% (Grupo Azevedo Antunes)	SUDAM - isenção do Imposto de Importação - isenção do Imposto de renda - recursos para implantação da usina de pelotização		
36	M	Rondônia	Brascan Fatinõ N. V. Grupo Itaú	Canadá Holanda	?	?	?		As informações são imprecisas
19	B	Serra das Carajás-PA	United States Steel & CVRD	E.U.A. BR	Cr\$ 21 M (s/data)	51% CVRD	?		Em fase de implantação
1,7	B	Vale do Trombetas-PA	Light Smelters Metal Association & CVRD	Japão BR	US\$ 17,5 M (1976) (inclusive a usina de alumínio)	51% CVRD	?		O projeto anterior CVRD & ALCAN tinha incentivo da SUDAM
		Vale do Jari-PA	National Bulk Carriers	E.U.A.	?	-	-		Para este projeto, não obteve ainda incentivos fiscais
15	M	Vale do Jari-PA	National Bulk Carriers	E.U.A.	?	-	SUDAM - isenção do imposto de renda - isenção do imposto de importação		

	LOCALI- ZAÇÃO	EMPRESA	NACIONA- LIDADE	CAPITAL	PARTICIPAÇÃO DO CAPITAL NACIONAL	INCENTIVOS FISCAIS	OBSERVAÇÕES
ber Ltd.	Manaus-AM	Hans & Johannes Desterie	Al. Fed.			-	
noer de Mato							
, Indústria	Oriabá-MT	Atlantic Veneer Co.	E. U. A.	Cr\$ 200.000 (s/data)	-	-	
da.	Belém-PA	Caribbean Lumber	Bahamas	Cr\$ 355.231 (s/data)	IQOMI (minori- tária)	SUDAM - 49% dos re- cursos para implan- tação	
deiras S. A.	Macapá-AP	Bruynzeel NV	Holanda	Cr\$ 15.000.000 (s/data)		- isenção do impos- to de renda - isenção do impos- to de importação	
as Madeiras	Portel-PA	Georgia Pacific Co. Portland	E. U. A.	Cr\$ 700.000 (s/data)	-	SUDAM - isenção do imposto de renda - isenção do impos- to de importação	foi citada na CPI da venda de ter - ras a estrangeiros
asil Madei-	Belém-PA	Eidai Co. Ltd.	Japão	Cr\$ 30.000.000 (s/data)	-	-	
tal e Agro-	Almeirim-PA	National Bulk Carriers	E.U.A.	Cr\$ 35.985.000 (s/data)	-	SUDAM - isenção do imposto de importação	foi citada na CPI da venda de terras a estrangeiros
iras da Ama	Região de Belém-PA	Lawton Lumber Co. Inc.	E.U.A.		-	-	
turgel	Muaná-PA	Elena Morillo Padila	Costa Rica	?	-	SUDAM - isenção do imposto de renda - isenção do impos- to de importação	
rais S. A.	Braves-PA	Georgia Pacific Co.	E. U. A.	Cr\$ 10.000.000 (s/data)	-	SUDAM - 75% dos re- cursos para moderni- zação da indústria	foi citada na CPI da venda de ter - ras a estrangei - ros
ndústria Ma-	Macapá-AP	DET Ostasiastisko Kompagnie A.S.	Dinamarca	Cr\$ 5.057.550 (1974)	-	-	
l Florestal SA	Belém-PA	Eidai Co. Ltd.	Japão	?	-	-	
deiras SA	Macapá-AP	Toyo Manka	Japão	Cr\$ 10.800.000 (s/data)	-	SUDAM - 45% dos reeur- cursos para implan- tação	
Indústria de Madeiras	Manaus-AM	Starko	Suíça	Cr\$ 5.000.000 (s/data)	65% de Dario Tragni.	SUDAM - isenção do imposto de renda	

LOCALIZAÇÃO	EMPRESA	NACIONALIDADE	CAPITAL	PARTICIPAÇÃO DO CAPITAL NACIONAL		INCENTIVOS FISCAIS	OBSERVAÇÕES
Nova Pa- A.	Luciara-MT	John W. H. de Buys Roessingh	Suiça	Cr\$ 4.111.290 (s/data)	-	SUDAM - 75% dos re- cursos para implan- tação	
Sul do	Conceição do Areguaia-PA	Ester Research Investments Co. Inc.	Panamá	Cr\$ 4.129.144 (s/data)	-	SUDAM - 75% dos re- cursos para implan- tação	
Areguaia	Areguaia-30	Tsuzuki Spinning Co. Ltd.	Japão	Cr\$ 2.999.991 (s/data)	-	SUDAM - 75% dos re- cursos para implan- tação	
Dois	Barra do Garças- MT	Heublein Inc.	E.U.A.	Cr\$ 11.055.081 (s/data)	(Nogueira Ltda.)	-	Não há indi- cação da % de participação do Cap. nacional
Igorificos	Areguaia-60	Twin Agricultu- ral and Indus- trial Developers Inc.	E.U.A.	Cr\$ 19.500.000 (s/data)	-	-	
Areguaia	Santana do Aro- guaia-PA	Sifco Industries Inc.	E.U.A.	Cr\$ 2.504.283 (s/data)	-	SUDAM - 74% dos re- cursos para implan- tação	
do Rio Cris- top. Com.	Santana do Aro- guaia-PA	Volkswagen do Brasil Ind. e Com. de Automó- veis S.A.	Al. Fed.	Cr\$ 157.779.779 (s/data)	?	-	
Pin Agropo	? PA	Nichner & Grupo Bradesco	Japão	Cr\$ 1.900.000 (s/data)	2/3 - Grupo Bra- desco (BR)	-	
1 S.A. Agropo	Barra do Garças- MT	Heublein Inc.	E.U.A.	?	16% Móveis Fiel	-	
a Viena	Barra do Garças-	Georg Markhof	Austria	Cr\$ 29.289.755 (s/data)	-	SUDAM - 65% dos re- cursos para implan- tação	
ift-King	Paragominas-PA	Brasco-Swift- Armour-King Hatch	E.U.A.	Cr\$ 29.035.709 (s/data)	Grupo Antunes sem indicar participação	SUDAM - 70% dos re- cursos para implan- tação	
proprietária S.A.	Barra do Garças- MT	Liquigás-SPA.	Itália	Cr\$ 64.700.000 (s/data)	Grupo Crotto Cedini s/indicar participação	-	678.000 ha
proprietária	Casterhal-PA	Mitsui & Co.	Japão	Cr\$ 2.555.099 (s/data)	-	SUDAM - 75% dos re- cursos para implan- tação	
fontes Agro- A.	Areguaia-60	Twin Agricultu- ral and Indus- trial Developers Inc.	E.U.A.	Cr\$ 18.200.000 (s/data)	-	-	
proprietária	Barão do Melga- ço-MT	Bertrud Roentsma	Al. Fed.	Cr\$ 950.560 (1971)	-	-	

RAMO/ INDUSTRIA	EMPRESA	NACIONALIDADE	CAPITAL	PARTICIPAÇÃO DO CAPITAL NACIONAL	INCENTIVOS FISCAIS	OBSERVAÇÕES
Engenharia	Frederick Leyland & Co.	R. U.	Cr\$ 260.789 (s/data)	-	-	
Beneficiamento de Cassiterita	Fraga & Durão	Portugal	Cr\$ 37.681.100 (s/data)	Sim, sem indicar participação	SUDAM - 75% dos recursos para implantação	Beneficia-se também de incentivos da SUFRAMA
Plano S. A.	Construção Naval Frederick Leyland & Co.	R. U.	Cr\$ 3.731.192 (s/data)	-	SUDAM - 59% dos recursos para modernização dos estaleiros	Beneficia-se também de incentivos da SUFRAMA
Montagem de Aparelhos elétricos e Eletrônicos	General Electric Company	E. U. A.	?	?	SUFRAMA	
Montagem de Aparelhos Eletrônicos	Shibamoto Co. Ltd.	Japão	Cr\$ 11.615.609 (s/data)	-	SUFRAMA	
Indústria Alimen -	David Lavery	Austrália	?	-	-	
Montagem de Aparelhos Elétricos e Eletrônicos	Sanyo Electric Co. Ltda.	Japão	Cr\$ 100.737.627 (s/data)	32% Pereira Lopes	SUDAM - 35% dos recursos para implantação	Beneficia-se também de incentivos da SUFRAMA
Montagem de Aparelhos Elétricos e Eletrônicos	S. A. Philips do Brasil	Holanda	Cr\$ 11.930.000 (1974)	-	SUDAM - 9% dos recursos para implantação	Beneficia-se também de incentivos da SUFRAMA
Montagem de Aparelhos Elétricos e	Sharp Co.	Japão	Cr\$ 21.973.000 (1974)	90% Grupo M. Machine	SUDAM - isenção do imposto de renda	Beneficia-se também de incentivos da SUFRAMA
Montagem Motocicletas	ETC S.A. Honda Motor Co. Ltd.	Francia Japão	?	?	?	Beneficia-se também de incentivos da SUFRAMA
Montagem Motocicletas	Yamaha Motor Co. Ltd.	Japão	?	?	?	

via Interinvest. "O Brasil e o Capital Internacional" - 1975/76.

: Dado Inexistente

: Dado Incompreensível

TABELA Nº II.T.1

TERRAS PÚBLICAS APROPRIADAS POR PARTICULARES NA AMAZÔNIA - 1920/70

A N O S	TERRAS DEVOLUTAS	
	APROPRIADAS P/ EMPRESAS	Ocupadas P/ POSSEIROS
1 9 2 0	0,2	1,5 milhão ha
1 9 7 0	33,0	1,0 milhão ha

FONTE: PINTO, Lúcio Flávio - "Pela Estrada Avança o Boi" - Jornal:

"O Liberal" - Belém, 26/12/85.

TABELA Nº II.T. 2

EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA REGIONAL - 1960/70

IMÓVEIS EM ha	TOTAL DE IMÓVEIS	
	1960	1970
100.000 e +	1%	7%
10.000 até 99.000	32%	74%
5.000 até 9.000	50%	117%
- 5.000	17%	37%

FONTE: PINTO, Lúcio Flávio - "Pela Estrada Avança o Boi" - Jornal: "O Liberal" - Belém, 26/12/86.

III - CONFLITOS E ASSASSINATOS NO CAMPO

TABELA Nº III.T.1

NÚMERO DE CONFLITOS SOCIAIS NO CAMPO, NO BRASIL E NA AMAZÔNIA
1964-1990

ANOS	CONFLITOS OCORRIDOS		
	BRASIL	AMAZÔNIA	
		ABSOLUTO	%
1964
1967
1971	109	69	63,0
1975	116	73	62,0
1976	126	98	78,0
1981	896	630	70,0
1983	315	122	39,0
1984	950	498	52,0
1986	2.147	1.487	69,0
1987	782	367	47,0
1988	798	435	54,0
1989	1.230	871	70,0
1990 *	346	211	60,0
TOTAL	7.815	4.861	62,0

FONTE: MIRAD/86; Reforma Agrária - Revista ABRA - 1985 e outras fontes. 1964/90.

LEGENDA: (...) Dados desconhecidos

(*) Dados levantados até março 1990.

OBS.: Os conflitos na Amazônia se intensificam mais a partir do mês de agosto, quando iniciam a estocada, limpeza e tratamento da área, para depois em dezembro ter início as plantações.

- Estão inclusos conflitos envolvendo índios e garimpeiros.

TABELA Nº III.T.2

RELAÇÃO DO NÚMERO DE CONFLITOS COM OS ASSASSINATOS NO CAMPO
DA AMAZÔNIA RURAL - 1971/1990

ANOS	CONFLITOS	ASSASSINATOS	RELAÇÃO C/A
1971	69	3	23
1975	73	13	5
1976	98	13	7
1981	630	30	21
1983	122	40	3
1984	498	60	8
1986	1.487	108	13
1987	367	182	2
1988	435	104	4
1989	871	107	8
1990 (*)	211	44	4
TOTAL	4.861	704	6

FONTE: MIRAD; ABRA; ANISTIA INTERNACIONAL e OUTRAS FONTES/1971/90.

OBS.: Em cada 6 conflitos que ocorrem na Amazônia há pelo menos um caso de assassinato, embora a proporção mais aguda tenha se registrado em 1987, em cujo período em cada dois conflitos há um assassinado.

(Estão incluídos conflitos envolvendo índios e garimpeiros).

(*) Dados levantados até março de 1990.

MAPEAMENTO DOS CONFLITOS SOCIAIS NO CAMPO DA AMAZÔNIA LEGAL POR UNIDADE FEDERADA - 1964/1990

UNIDADE FEDERADA	Área (ha)	Famílias	MOTIVOS DOS CONFLITOS	CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS
I. ACRE				
1. Seringal Nova Empresa	7.000	400 (ou 2.000 pessoas)	- Os posseiros não aceitaram proposta feita pelos compradores do seringal.	- Jagunços contratados pelos fazendeiros incendiaram casas dos posseiros, que em represália queimaram um barracão da empresa. <u>Assassinato</u> de Seringueiro.
2. Seringal Ca tuaba	87.000	800 (ou 4.500 pessoas)	- Com a venda do Seringal começaram os problemas com os posseiros. A Justiça Federal confiscou a propriedade.	- O Tribunal Federal de Recursos deu ganho de causa aos proprietários contra o INCRA. O Presidente da República considerou então a área de interesse social para fins de desapropriação.
3. Brasiléia	-	250 (ou 1.000 pessoas)	- Ameaças de expulsão de posseiros do Seringal.	- <u>Assassinato</u> do Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasiléia com a comoção de seringueiros. O assassinato foi feito por pistoleiros de aluguel a mando do capataz da Fazenda Promissão e fazendeiros.
4. Rio Branco	1.000	500 (ou 2.500 pessoas)	- Ocupação de uma área de terra de ocupada e improdutiva, divisão do terreno e distribuição igual para todos. Disputa pela posse dos terrenos.	- <u>Assassinato</u> de um lavrador, que deixou esposa e sete filhos menores. Prisão e conseqüente morte do criminoso por motivo de vingança.
5. Plácido de Castro	-	-	- Rixa provocada por destruição das plantações e roçado.	- <u>Assassinato</u> do parceleiro a mando de pecuarista da região. O pistoleiro foi preso, mas o mandante continua solto.

UNIDADE FEDERADA	ÁREA (ha)	FAMÍLIAS	MOTIVOS DOS CONFLITOS	CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS
6. Seringal Água Preta	5.000	400 (ou 2.000 pessoas)	- Invasão de posse e estabelecimento de um roçado pelo Gerente André.	- Assassinato do dono da posse pela intervenção da Polícia que deixou viúva e filhos.
7. Xapuri	-	500 pessoas	- O desmatamento da floresta - Devastação da cobertura vegetal do Acre - A expulsão dos seringueiros de suas áreas de trabalho nos seringais - Queima e derrubada dos seringais do Acre - Utilização dos empates como estratégia utilizada pelos trabalhadores a fim de evitar a derrubada das seringueiras.	- Choque entre as classes dos seringueiros e dos latifundiários da região - Assassinato do presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri (Francisco Mendes Filho) - Ameaça de morte ao Bispo de Rio Branco Dom Moacyr Grechi - Assassinato de Ivair Almeida - trabalhador Rural - Assassinato de José Ribeiro - Ameaça de morte a Presidenta do Tribunal de Justiça Eva Evangelista de Araújo - Acusação de filho de fazendeiro de Xapuri na morte do ecologista e seringueiro C. Mendes - Manifestação da comunidade acreana durante a chegada do Delegado da Polícia acreana que exigia investigação pública do assassinato - Protestos da comunidade no enterro de C. Mendes - atentado contra a vida do Secretário Nacional dos Seringueiros Osmarino Rodrigues - Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasília.

UNIDADE FEDERADA	ÁREA (ha)	FAMÍLIAS	MOTIVO DOS CONFLITOS	CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS
8. Rio Branco	-	-	- Desavenças entre o Presidente do Sindicato das Indústrias Madeireiras do Acre e o Delegado do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis no Acre (IBAMA), o Coordenador do Plano de Proteção ao Meio Ambiente e às Comunidades Indígenas (PMACI)	- O madeireiro contratou 2 pistoleiros que os atacaram em emboscada e feridos a pauladas e coronhadas de revólver, próximo da Delegacia do IBAMA.
9. Xapuri	-	-	- Luta com seus companheiros seringueiros e índios pela defesa da floresta que ocupavam e utilizavam de maneira não predatória e empregou formas de luta que, por sua originalidade e representatividade, deram aos movimentos de seringueiros uma repercussão ampla. Suas propostas entraram em conflito com os interesses que pressupunham a devastação das florestas e a expulsão daqueles que nela vivem em harmonia com a natureza. Esses interesses, representados pela UDR e estimulados pela política econômica e social do governo, foram os responsáveis últimos pelo assassinato do seringueiro.	- Assassinato do ecologista e seringueiro e líder sindical Chico Mendes, por Darli e Alvarino Alves, ambos proprietários da Fazenda Paranã, e responsáveis por inúmeras mortes de seringueiros. - A CNBB pediu ao Ministério da Justiça garantias de vida para Dom Moacir, Bispo de Rio Branco e o Padre Cetti, Vigário de Xapuri há três anos jurados de morte. - O Governo e a polícia agiram sob a pressão da repercussão desse crime. Jornais dos Estados Unidos, Inglaterra, França e Alemanha deram a notícia com destaque. - No velório o deputado federal Luiz Inácio Lula da Silva fez um discurso inflamado comparando o Chico Mendes a Cristo. O caixão foi acompanhado por 1.000 pessoas. O clima era de

UNIDADE FEDERADA	ÁREA (ha)	FAMÍLIAS	MOTIVO DOS CONFLITOS	CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS
				<ul style="list-style-type: none">- tensão e os seringueiros exigia justiça.- Três entidades preservacionistas americanas anunciaram que vão criar a Fundação Chico Mendes de Preservação da Amazônia, ajudando na proteção dos 165 mil seringueiros da região.- O Presidente José Sarney foi informado do crime pelo General Ivan de Souza Mendes, chefe do SNI e numa conversa com o delegado Romeu Tuma, Diretor-Geral da Polícia Federal, o Presidente pediu um empenho particular na apuração do crime.

UNIDADE FEDERADA	ÁREA (ha)	FAMÍLIAS	MOTIVOS DOS CONFLITOS	CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS
II. AMAZONAS				
1. Itacoatiara (Costa da Conceição)	5.000	- 400 (ou 2.000 pessoas)	- Com a venda de uma área onde viviam famílias a mais de 20 anos, o novo dono passou a amedrontar a população para que se retirasse da área. Disputa entre proprietários e posseiros.	- Assassinato de posseiros, confrontos com a polícia.
2. Presidente Figueiredo	50.000	6.000 (ou 30.000 pessoas)	- Instalação de Empresa multinacional em áreas indígenas. Disputa de terra entre índios e posseiros que migrara para a área em função do projeto.	- Descaracterização cultural dos indígenas. A introdução de bebidas alcoólicas entre indígenas. Confronto entre posseiros e índios com morte dos dois lados.
3. Município Benjamin Constant (Aldeia Capacete)	121.000	21.000 Tikunas	- Constantes invasões das terras dos índios ainda não totalmente demarcadas e jamais garantidas pela FUNAI. - Demora na indenização dos posseiros desapropriados em 1984. - Ameaça de posseiros.	- Assassinato de 14 índios Tikunas e 27 feridos entre crianças, adultos e idosos, por posseiros armados, comandados pelo madeireiro Oscar Castelo Branco. - O CIMI (Conselho Indigenista Missionário), repudiou o genocídio e exigiu imediata instauração de inquérito policial para apurar a autoria dos crimes. - As comunidades indígenas estão em pé guerra e ameaçam reagir, caso não sejam punidos os culpados.

UNIDADE FEDERADA	ÁREA (ha)	FAMÍLIAS	MOTIVOS DOS CONFLITOS	CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS
III. GOIÁS				
1- Araguaia	5.000	200 (ou 1.000 pessoas)	- Disputas de terras entre posseiros que vivem no local desde de 1963 e os donos da área que não aceitam fazer acordo com os posseiros.	- Assassinatos de posseiros. Ordenação por parte do Juiz de Araguaina. Recolhimento dos pertences dos posseiros por policiais.
2- Itaquatins (Centro do Moacir; Nova Vida).		100 (ou 500 pessoas)	- Disputas de terras entre lavradores e grileiros. Aprisionamento de lavradores por parte de grileiros. Ameaça constante dos lavradores para vender as casas aos grileiros.	- Assassinato de posseiros. Ateamento de fogo e expulsão dos posseiros por mandado judicial.
3- Tocantinópolis (Nazaré)			- Grilagem de terras; disputas de terras entre posseiros e fazendeiros.	- Assassinato de lavradores; - Violência policial contra posseiros. - Seqüestro, prisão e tortura por parte da polícia contra trabalhadores.

UNIDADE FEDERADA	Área (ha)	Famílias	MOTIVOS DOS CONFLITOS	CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS
4. Crixás	-	-	- Luta pela posse de terras férteis da Fazenda Cachoeira entre as famílias Carvalho e Rodovaldo.	- Trabalhadores foram sequestrados e mortos por jagunços; Violência contra posseiros.
5. Jussara	-	-	- Disputas de terra entre posseiros e grileiros. Envenenamento da água da Cisterna da roça de lavrador.	- Assassinato de lavradores. Violências em virtude do sistema injusto de propriedade da terra.
6. Colina	-	-	- Não cumprimento do contrato de parceria por parte de lavradores que trabalhavam a "meia" na fazenda de Arly Rodrigues.	- Emboscada de jagunços e mortes contra lavrador dirigente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do local.
7. Araguaçu	4.000	200 (ou 1.000 pessoas)	- Disputas de terras entre a Cia. Tsuzuki Agropecuária Ltda de São Paulo e posseiros que já moram a anos no local antes da chegada da Empresa.	- Assassinatos de posseiros por jagunços a mando da Empresa Agropecuária Tsuzuki; - Amedrontamento de posseiros e clima de terror na área.
8. São Miguel do Araguaia	-	-	- Maus tratos e trabalhos forçados em regime de servidão humana de peões por parte do gerente e capataz da Fazenda Arizona; - Descontentamento com o sistema de tratamento dos jagunços e fazendeiros.	- Assassinatos de trabalhadores rurais; - Expulsão de famílias dos trabalhadores da fazenda que são mortos a mando do fazendeiro.
9. Itaberaí	-	-	- Cobrança de dívidas por parte de trabalhadores aos patrões; Suspensão de pagamento de salários de trabalhadores rurais. Rescisão de contrato por parte do fazendeiro contra trabalhadores. - Com a venda da fazenda, o antigo dono mandou despejar famílias de trabalhadores.	- Assassinatos e violência física contra trabalhadores rurais. - Despejo de famílias por parte de fazendeiro da Fazenda Boa Esperança.

UNIDADE FEDERADA	Área (ha)	Famílias	MOTIVOS DOS CONFLITOS	CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS
10. Petrolina	-	-	- Exigência de indenização por perdas e danos contra fazendeiro.	- Assassinatos de lavradores a mando de fazendeiros.
11. Goianópolis	-	-	- Descombinação de preços anteriormente estabelecidos para compra de feijão.	- Assassinato de Lavrador.
12. Niquelândia	-	-	- Despejo de trabalhadores por parte do Patrão da Fazenda Baú.	- Assassinato de parceiros.
13. Taquari (Porto Nacional)	25	-	- Disputas de terra entre posseiros e grileiros; - Grilagem de terras.	- Expulsão de posseiros; assassinatos de lavradores; queima de casas e destruição de lavouras.
14. Cristalina	-	-	- Disputas de terra entre posseiros e fazendeiros.	- Assassinatos de lavradores; torturas por parte de policiais contra trabalhadores rurais a mando de fazendeiro da Fazenda Lajinha.
15. Arapoema		50 ou (200 pessoas)	- Disputa de terra entre trabalhadores rurais e grileiros; - Grilagem de terras.	- Assassinatos de trabalhadores rurais; - Emboscadas contra trabalhadores rurais
16. Uruaçu	-	-	- Disputa de terras entre trabalhadores e grileiros; - Ação do Sindicato em defesa dos trabalhadores.	- Assassinato do Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais; - Expulsão e despejo de família de trabalhadores rurais da fazenda.
17- Gurupi	-	-	- Disputa de terra entre posseiros e Companhia Agropig; - Não aceitação por parte da Companhia do Decreto de desapropriação da área.	- Assassinatos de posseiros; destruição e incêndio provocado nas roças de lavradores.

UNIDADE FEDERADA	Área (ha)	Famílias	MOTIVOS DOS CONFLITOS	CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS
18- Natividade (Goianorte)	-	-	- Grilagem de terras.	- Assassinatos de lavradores; despejos das famílias dos la- vradores por pistoleiros con- tratados por grileiros e fa- zendeiros
19- Bela Vista (Vila Concei- ção)	-	-	- Disputas de terra; - Falta de pagamento de dívida por com- pra de terra.	- Assassinatos de lavradores por parte de pistoleiros a mando de fazendeiros.
20- Sta. Terezi- nha	-	-	- Disputas de terras; - Grilagem de terras.	- Assassinatos de parceiros.
21- Araguatins (Terra No- va)	-	-	- Disputas de terras; - Despejos de famílias do povoado de Terra Nova.	- Assassinatos de lavradores, mulheres e crianças por parte de pistoleiros a mando de gri- leiros.
22- Doverlândia	-	-	- Demissão de trabalhadores da Fazenda Mexerica; - A não indenização por parte do fazen- deiro;	- Assassinatos de agregado/la- vradores.
23- Sítio Novo	-	-	- Expulsão de posseiros das terras da Fazenda Tocantins Agro-Industrial.	- Assassinatos de posseiros por pistoleiros de aluguel a man- do de fazendeiros.
24- Carmo do Rio Verde	-	300 (ou 1200 pessoas)	- Disputas de terras entre fazendeiros e trabalhadores sem terra.	- Assassinatos de lavradores e lideranças sindicais. Violên- cias com membros da Igreja; Violência policial.
25- São João da Aliança	-	-	- Grilagem de terras.	- Assassinatos de lavradores.
26- Couto Maga- lhães	-	-	- Queima dos cultivos; expulsão de la- vradores; Disputa de terra entre la- vradores e fazendeiros da área.	- Assassinatos de lavradores.

UNIDADE FEDERADA	Área (ha)	Famílias	MOTIVOS DOS CONFLITOS	CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS
27- Colméia	4.000		<ul style="list-style-type: none"> - Disputas de terras entre posseiros e fazendeiros; - A área era do Governo mas foi vendida à Fazenda Caramuru, como já havia desde 1972 lavradores, iniciou-se em 1985 processo de expulsão e despejo por policiais a mando do dono da fazenda. Mais tarde, os posseiros retomaram a área e começou novamente as perseguições por parte dos fazendeiros e violência policial. 	<ul style="list-style-type: none"> - Assassinatos de lavradores; - Violência policial em confronto com lavradores; despejos de famílias da área, morte de mulheres e crianças; - Queima de casas e destruição das roças; - Remoção de famílias para outras áreas por mandado judicial.
28- São Sebastião de Tocantins (Bico de Papagaio)		600 (ou 3.000 pessoas)	<ul style="list-style-type: none"> - Disputas de terras entre posseiros e fazendeiros; - Grilagem de terras; 	<ul style="list-style-type: none"> - Assassinatos de lavradores e lideranças religiosas. Violência policial contra lavradores; - Incêndio de casas e roças; - Destruição das lavouras; - A Igreja é acusada de incitar os lavradores;
Conceição de Cima	5.000	2.000 (10.000 pessoas)	<ul style="list-style-type: none"> - Grilagem de terras; - Disputas de terras entre posseiros e fazendeiros. 	<ul style="list-style-type: none"> - Incêndio de casas e roças; - Destruição das lavouras; - A Igreja é acusada de incitar os lavradores;
29- Caçu	-	-	<ul style="list-style-type: none"> - Disputas de terras entre lavradores e fazendeiros. 	<ul style="list-style-type: none"> - Assassinatos de lavradores e membros da CPT; Organização da UDR em Caçu.
IV. MARANHÃO				
01. Buriticupu	1.700.000	500 (ou 3.000 pessoas)	<ul style="list-style-type: none"> - O Estado incorporou ilegalmente a área, retalhou-a em lotes e vendeu. Mas a transação só poderá ser legalizada se a área for discriminada, o que está sendo feito lentamente. 	<ul style="list-style-type: none"> - Os Proprietários irritados com o Estado, começaram a usar a violência contra os posseiros e, alguns já foram expulsos.
02. Trentum (Morada Nova)	1.000	-	<ul style="list-style-type: none"> - Disputas de terras provocadas por grilagem envolvendo pistoleiros e lavradores. 	<ul style="list-style-type: none"> - Assassinatos de lavradores da localidade e lideranças sindicais. - Ocorrência de inúmeros tiros.

QUADRO III.G.1

UNIDADE FEDERADA	Área (ha)	Famílias	MOTIVOS DOS CONFLITOS	CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS
3 - Alto do C ₈	1.500	-	- O Povoado era ocupado por posseiros, quando apareceu Josuê Tavares reclamando a propriedade da área, mas sem nenhum documento e exigindo a retirada dos posseiros da área. Desde então começaram os conflitos e disputas pelas terras entre grileiros, fazendeiros e, posseiros.	- Assassinato de posseiros e graves confrontos com muita violência entre pistoleiros a serviço dos grileiros e fazendeiros contra posseiros e trabalhadores rurais, com o apoio da Polícia que invadiu a casa dos trabalhadores, levaram seus objetos de trabalho, prenderam e torturaram seus filhos.
4 - Joselândia	2.000	100 (ou 500 pessoas)	- Em 1972, proprietários de Fazenda local ordenaram a seus empregados que fizessem a demarcação de suas terras. Na área abrangida pela demarcação viviam há muitos anos dezenas de colonos posseiros com suas famílias, que não aceitando aquela situação reagiram contra a demarcação. Como os empregados estavam fortemente armados, começaram a atirar provocando a revolta dos lavradores que também começaram a agir da mesma forma. A Polícia recebeu a denúncia e entrou no tiroteio.	- Assassinato de lavradores; graves confrontos carregados de violência entre pistoleiros a mando dos proprietários e colonos posseiros; - Intervenção da Polícia Militar e, conseqüente morte de um soldado.
5 - Cardeais	2.000	200 (ou 1.000 pessoas)	- Grilagem de terras efetuada pela família Teixeira que pretendia expulsar lavradores estabelecidos no local.	- Assassinatos de lavradores e lideranças sindicais; - Expulsão de várias famílias de lavradores da área.
4 - Caxias (Bel monte)	-	-	- Grilagem de terras tem provocado disputas de terras e, conseqüente conflitos entre lavradores e grileiros.	- Assassinato de lavradores; - Inúmeros tiroteios entre as partes disseminando pânico e um clima de insegurança no povoado.

UNIDADE FEDERADA	Área (ha)	Famílias	MOTIVOS DOS CONFLITOS	CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS
7 - Fazenda Barra	-	60 (ou 200 pessoas)	- Arbitrariedades e vandalismo praticados pelo proprietário da Fazenda Barra e seu capataz contra trabalhadores rurais, que além de trabalho forçado, são surrados, pisoteados, ameaçados de morte e, marcados no peito com ferro, tudo isso com o conhecimento da Polícia.	- Assassinatos de trabalhadores rurais; - Suicídio de mulheres dos trabalhadores; - Lavradores revoltados denunciavam a violência através de Abaixo-Assinado à CONTAG e a Polícia, sem nenhuma providência concreta por parte desta última. Já foram feitas denúncias às autoridades em Brasília em 1978 com mais de 200 assinaturas mas nenhuma providência foi tomada contra os criminosos.
8 - Santa Luzia (Vale do Pindaré)	-	1.000 (ou 5.000 pessoas)	- No Vale do Pindaré habitam há muitos anos vivendo da lavoura cerca de mil famílias de posseiros. Com a implantação da Fazenda Pindaré no local que abrange a área dessas posses, o proprietário passou a reclamar a terra e a exigir a saída dos posseiros. A partir daí, começaram os conflitos, pois as famílias dos colonos não aceitam a situação.	- Assassinatos de lavradores e lideranças sindicais; - Os tiroteios entre pistoleiros da fazenda e lavradores são constantes, com baixos para os dois lados. Os lavradores denunciaram a situação em um Relatório que encaminharam ao INCRA e a CONTAG.
9 - Sucuruzinho	-	600 (ou 3.000 pessoas)	- Com a retalhação da área pela Prefeitura a grandes grupos econômicos, surgiram inúmeros grileiros locais exigindo que as famílias locais recebessem indenizações irrisórias para deixarem a área. A partir de 1975 começaram os conflitos entre grileiros armados e posseiros.	- Assassinatos de Posseiros; - Grileiros, à frente de um grupo de jagunços fardados do Exército praticaram duas violências contra posseiros, obrigando-os a assinar recibos de venda das benfeitorias; - Queima de casas e expulsão de famílias do local.

UNIDADE FEDERADA	Área (ha)	Famílias	MOTIVOS DOS CONFLITOS	CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS
10- Maguary	-	-	- A Fazenda Maguary, propriedade reivindicada pelo Presidente José Sarney, ainda Senador na época, começou a ser cercada pelo grileiro cearense Carlos incluindo vários povoados dos arredores. A partir daí começou a exigir que os moradores vendessem suas benfeitorias e saíssem das terras. Várias famílias não aceitaram a situação e, por isso começaram os conflitos carregados de violência e inúmeros tiroteios.	- Assassinatos de Posseiros; - Violência física e intimidação contra famílias de posseiros na Fazenda Maguary; - Expulsão de famílias da área por pressões de grileiros armados.
11- Barraca Cercada	-	-	- Grilagem de terras no povoado de Barraca Cercada no Município de Santa Luzia tem provocado disputas de terras e, conseqüente conflitos entre lavradores e pistoleiros a serviço dos grileiros.	- Assassinatos de lavradores; - Ocorrência de vários tiroteios entre lavradores e pistoleiros a mando dos grileiros.
12- Centro dos Brabos	-	-	- Grilagem de terras no povoado de Centro dos Brabos praticada por Antônio de Souza tem provocado conflitos entre posseiros e grileiros.	- Assassinatos de Posseiros; - Desaparecimento de diversas pessoas misteriosamente; - Já foram registradas mais de onze grilagens de terras feitas pelo ex-prefeito de Santa Luzia.
13- Fazenda São José	12.000	300 (ou 1.500 pessoas)	- Embora dono de uma gleba de 2.100 ha, o fazendeiro Fernandinho Vilela vem tentando grilar uma extensa área de 12.000 ha. Assim, no intuito de retirar as famílias de posseiros estabelecidas no local o fazendeiro e seus jagunços vem desde 1981 semeando o terror entre os posseiros.	- Assassinatos de posseiros; - Perseguições e violências cometidas contra as famílias dos posseiros; - Agressões físicas contra lideranças sindicais; - Expulsão de várias famílias pela força armada dos grileiros; - O clima é de grande tensão e de pânico geral na área.

UNIDADE FEDERADA	Área (ha)	Famílias	MOTIVOS DOS CONFLITOS	CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS
14-Lagoa do Capim	-	300 (ou 1.500 pessoas)	- Numa área tida devoluta estão estabelecidas centenas de famílias de lavradores desde 1967 quando apareceu o grileiro José Gomes que pretendeu se apossar da terra mandou cercá-la avançando os limites das posses dos lavradores, fato que culminou em graves conflitos entre as partes.	- Assassinatos de lavradores e lideranças sindicais; - Queima de casas e destuição das roças dos lavradores; - Ameaças de morte e práticas de arbitrariedades e violências contra a família dos lavradores estabelecidas na localidade.
15-Brejo do Ananás	-	50 (ou 250 pessoas)	- Os grileiros, donos da fazenda Flexal com o apoio do Oficial de Justiça João de Deus obrigaram os lavradores a assinar posses e, em seguida puseram fogo nas casas dos lavradores. Reagindo àquela situação os lavradores se defrontaram em violentos conflitos com pistoleiros a serviço dos grileiros.	- Assassinato de posseiros e crianças; - Queima de casas dos lavradores; - Invasão das roças dos lavradores e expulsão de famílias da localidade.
16-Aparizal	-	-	- Na área da Fazenda Sapucaia inúmeros posseiros trabalham na lavoura, mas os proprietários exigem a retirada dessas famílias.	- Assassinatos de lavradores.
17-Arapari	-	-	- Lavradores da região contraíram débitos com comerciantes para tocarem suas lavouras, mas com o intenso inverno e a ocorrência de pragas a safra foi perdida, agora os comerciantes querem o ressarcimento da dívida e, os lavradores não têm como pagar. A Fazenda Falsa interessada nas posses dos lavradores adiantou o dinheiro aos comerciantes e, por isso exige que os lavradores entreguem suas posses.	- Assassinatos de lavradores; - Expulsão de diversas famílias de lavradores; - Ocorrências de vários tiroteios entre as partes; - O clima é tenso e de insegurança na área.

UNIDADE FEDERADA	Área (ha)	Famílias	MOTIVOS DOS CONFLITOS	CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS
18- Grajaú (Ara me)	-	-	- O capataz da Fazenda Soberana plei teava a posse de terras ocupadas por famílias de trabalhadores rurais.	- Assassinato de trabalhadores rurais; - Ocorrências de tiroteios com ferimentos graves para os dois lados.
19 - Sabonete	-	50 (ou 250 pessoas)	- Os conflitos começaram com a chegada de um "Capataz" com ordem para demar car, de qualquer maneira, as terras da Fazenda São Benedito, os possei ros reagiram dizendo que Sabonete fi cava fora das terras da Fazenda e, que por isso não sairiam. Esse foi o começo de uma série de conflitos que chegaram a obrigar várias famí lias a abandonar o Povoado; enquanto outras procuram resistir lutando.	- Assassinatos de Posseiros; - Queima de casas e destruição de roças; - Já ocorreram diversos tiro teios no povoado envolvendo posseiros e empregados da Fa zenda transvertidos de pisto leiros com baixas para os dois lados.
20 - Anajã	-	100 (ou 500 pessoas)	- Na Fazenda Citema vários posseiros foram impedidos de trabalhar na ter ra, o que culminou em violentos con flitos; grilagem de terras.	- Assassinatos de posseiros por capangas a serviço dos fazen deiros com a conivência da Po lícia.
21- Imperatriz (S. Pedro da Água Branca)	4.000	350 (ou 1.800 pessoas).	- Cerca de 100 grileiros e jagunços ar mados a mando dos Fazendeiros Jack son Mendonça e Gerson Alves preten diam anexar a área ocupada pelo Po voado a uma Propriedade de Fazendei ros, mas foram impedidos por um viô lento conflito armado que se travou entre eles e os posseiros do povoa do. A partir daí, ou seja, desde 1875 os conflitos são uma constante na área.	- Assassinatos de posseiros por capangas a serviço dos fazen deiros com a conivência da Po lícia. - Assassinato de mais de uma de zena de posseiros; - Prisão de posseiros por parte da Polícia, que deu cobertura aos grileiros; - Obstrução da estrada que dá ao Povoado por parte dos mora dores do local; - Expulsão de dezenas de possei ros de suas roças por parte dos grileiros armados, a mando dos grandes proprietários das fazendas.

UNIDADE FEDERADA	Área (ha)	Famílias	MOTIVOS DOS CONFLITOS	CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS
22 - Coquelândia	-	300 (ou 1.500 pessoas)	- Com a venda de uma gleba de terras no povoado de Coquelândia em Imperatriz pelo Estado ao Fazendeiro Jonas Cutim em 1960 e, deste ao Fazendeiro Raimundo Soares estabeleceu-se o conflito na área, pois o Estado venderá as terras sem verificar se havia moradores. O novo dono quer a saída dos posseiros que se recusam a deixar o local.	- Empregados armados da Fazenda Gibóia a mando dos fazendeiros ameaçaram de morte os posseiros em 1975; - Assassinatos de posseiros do Povoado; - Expulsão de várias famílias de suas roças por parte dos pistoleiros; - Ecloração de vários tiroteios com baixas para os dois lados.
23 - Angical	-	1.000 (ou 5.000 pessoas)	- Sobretudo a partir de 1976, inúmeros grileiros e fazendeiros estabelecidos em Imperatriz começaram a impedir que mais de mil famílias de trabalhadores rurais fizessem suas roças, pressionando-as para que abandonem as terras que ocupam. Desde então os conflitos começaram a eclodir na área com muita violência.	- Assassinatos de posseiros, onde nos últimos dois anos já morreram mais de 50 pessoas por causa de terras; - Destruição de roças e, impedimento pela força para que os lavradores colham o arroz que plantaram, tentando sujeitá-los pela fome; - Expulsão de inúmeras famílias do Povoado, todas possuidoras de carta de ocupação; - Denúncia feita pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais alertando para a intensificação dos conflitos entre posseiros, grileiros e grandes fazendeiros, sem nenhuma providência tomada por parte das autoridades.
24 - Vila Nova dos Martins	-	-	- Grilagem de terras tem provocado diversos conflitos entre pistoleiros a serviço dos grileiros e famílias de lavradores estabelecidos na localidade há vários anos.	- Assassinatos de lavradores; - Expulsão de diversas famílias de lavradores pela força armada dos grileiros.

UNIDADE FEDERADA	Área (ha)	Famílias	MOTIVOS DOS CONFLITOS	CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS
25 - Fazenda Campo Alegre	-	-	- Suspensão de pagamento de salário a trabalhadores rurais empregados da Fazenda de Campo Alegre. Os trabalhadores reagiram e o conflito eclodiu.	- Assassinato de trabalhadores rurais; - Desaparecimento de famílias de lavradores que residiam na Fazenda; - Espancamentos e sujeição de trabalhos forçados sem pagamentos contra trabalhadores.
26- Açailândia (Ladeira Vermelha)	-	200 (ou 1.000 pessoas)	- Desde 1969 a presença de grileiros na localidade de Ladeira Vermelha ameaça famílias moradoras da área a deixarem a região e como pagamento deu indenizações ridículas. Várias famílias não aceitaram sair e por isso começaram os conflitos por questões de terra.	- Assassinatos de posseiros da área; - Ameaças de morte a várias famílias da localidade feitas pelos grileiros; - Expulsão de inúmeras famílias da área, que no entanto possuíam cartas de ocupação; - Inúmeros tiroteios entre posseiros e grileiros armados.
27-Timbiras (Lagoa)	-	-	- Em virtude da destruição das lavou- ras de Marco Rocha provocada pelas vacas do posseiro Pedro Euclides, o primeiro matou as vacas do outro. En- quanto um exige indenização de suas roças destruídas, o outro exige paga- mento pelos animais mortos. Por cau- sa disso, em 1978 ocorreu um grande tiroteio entre as famílias dos envol- vidos, com a intervenção da Polícia. Os conflitos são constantes na área.	- Massacre de lavradores, em cu- ja chacina amada morreram vá- rios trabalhadores rurais; - Prisão de alguns implicados na chacina; - Denúncia dos conflitos feitos pelo Sindicato Rural dos Traba- lhadores; - Arbitrariedades praticadas pe- la Polícia de Timbiras.
28- Joao Lisboa	-	200 (ou 1.000 pessoas)	- Disputas de terras entre posseiros residentes no Centro do Zezinho e Em- presários. Em 1977, ocorreu o con- fronto entre as partes, envolvendo ainda políticos da região acusados de contratar juntamente com doze em- presários, vários jagunços para dar cabo da vida de posseiros que revol- tados decidiram não sair da área que já ocupavam há muitos anos.	- Em 1977 ocorreu uma grande cha- cina com a morte de várias pes- soas de ambos os lados da ques- tão, ou seja, posseiros e pis- toleiros contratados pelos Em- presários e políticos latifun- diários. A situação de insegu- rança e de tensão na área foi denunciada à Polícia e a COTI TAG através do Sindicato dos Trab. Rurais do Município.

UNIDADE FEDERADA	Área (ha)	Famílias	MOTIVOS DOS CONFLITOS	CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS
29- Carutapera (Gurupi/Ser ra Grande)	-	-	- Grupo de grileiros ao obterem escrituras falsas nos Cartórios de Carutapera fizeram propaganda em jornais convidando para um Projeto de Colonização de 500 ha para colonos do Sul. Vários colonos do Paraná visitaram a área e pagaram as primeiras parcelas dos lotes. Mais tarde, foi descoberta as falcatruas e, então começaram os conflitos entre os grileiros armados e os colonos lesados.	- Assassinatos de colonos; - Prisão do Advogado Bastos de S. Paulo; - As terras retornam aos Colonos e a FUNAI.
30- Bom Jardim (São João do Caru)	-	100 (ou 500 pessoas)	- Desde 1964 inúmeras famílias de lavradores estabeleceram-se na localidade de São João do Caru, dando origem a um Povoado. Em 1979, apareceu o Sr. Antonio Abreu que se diz dono das terras e, com capangas começou a pressionar os lavradores a pagarem o fôro ou então saírem das terras. A partir daí começaram os conflitos de muita violência.	- Assassinato de lavradores por parte de capangas dos grileiros; - Invasão da Casa do Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais que foi agredido pelos grileiros invasores; - Ameaça de morte às famílias dos lavradores pelos grileiros; - O clima na área é tenso e de grande insegurança.
31- Esperantinópolis (Palmeiras).	-	600 (ou 3.000 pessoas)	- Grilagem de terras. No Povoado de Palmeiras onde muitas famílias de lavradores residem, jagunços a mando de grileiros desconhecidos invadiram as roças destruindo-as e exigindo a saída dos lavradores das terras. A partir daí, começaram os conflitos na área.	- Assassinato de lavradores do povoado; - Invasão e destruição de roças; - Destruição da colheita de arroz e de pertencimentos dos lavradores por parte de jagunços a mando de grileiros, com o apoio da Polícia e do próprio aparelho judiciário.

UNIDADE FEDERADA	Área (ha)	Famílias	MOTIVOS DOS CONFLITOS	CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS
32- Vitória de Mearim (Esta ca Zero)	-	-	- Grilagem de terras na localidade Es taca Zero onde habitam já há vários anos inúmeras famílias de lavradores. Os grileiros exigem que os lavrado res abandonem as terras. Não aceita do a situação os lavradores reagiram contra os grileiros armados e, aí en tão começaram os conflitos na área.	- Assassinatos de lavradores; - Invasão das casas e roças e, sua conseqüente destuição por grileiros e seus capangas arma dos; - Expulsão de diversas famílias da localidade.
33- Coelho Neto	-	-	- Inúmeros lavradores desde há muitos anos ocuparam uma área em Coelho Ne to, entretanto os irmãos Gama Beli gério se dizem donos das terras e exigem que os posseiros se retirem. Os lavradores dizem que já estão lá há muito tempo e não aceitam ser ex pulsos do local. Desde então começa ram os conflitos por disputas de ter ras.	- Assassinatos de lavradores; - Ocorrência de inúmeros tiro teios entre lavradores e os ca pangas dos que se dizem pro prietários.
34- Cajapió	-	-	- O Sr. Alberto Vieira irmão do então Presidente do INCRA Lourenço Vieira da Silva, passou a reclamar uma área como de sua propriedade. Na re ferida área residem inúmeras famí lias de lavradores. O suposto pro prietário quer a área limpa e exige a saída dos lavradores, o que aliás deu origem aos conflitos no local.	- Assassinatos de lavradores; - Ocorrência de tiroteios entre posseiros e pistoleiros a man do do proprietário; - Destruição de roças e queima de casas dos lavradores.
35- Barra do Cor da	-	-	- Grilagem de terras na área tem provo cado inúmeros conflitos envolvendo pistoleiros a serviço dos grileiros e lavradores.	- Assassinatos de lavradores; - Ocorrência de tiroteios entre lavradores da localidade e pis toleiros a mando dos grileiros.

UNIDADE FEDERADA	Área (ha)	Famílias	MOTIVOS DOS CONFLITOS	CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS
36 - Marajá	-	2.000 (ou 10.000 - pessoas)	- Terras indígenas onde habitam cerca de cinco mil Guajajara foram concedidas pelo Estado há muitos anos aos frades capuchinhos, que as arrendaram a milhares de lavradores. Os índios querem a desocupação da área e, cansados de esperar se defrontaram com os moradores do povoado de Marajá expulsando-os. Agora lavradores brancos instigados por fazendeiros e políticos da região estão em pé de guerra ameaçando os índios que exigem a sua saída.	- Assassinatos de religiosos; - Invasão de terras indígenas; - Destruição do povoado de Marajá; - Expulsão de famílias de lavradores de terras indígenas; - Ocorrência de vários tiroteios com baixa dos dois lados.
37 - Pamarama (Brejona)	-	-	- Em 1977, apareceu na localidade o grileiro Eugênio Coutinho reclamando a propriedade de uma área onde moravam muitas famílias de lavradores. O grileiro exigia o pagamento de arrendamento e exclusividade na venda da produção, sem jamais comprovar ser o dono das terras. Desde então os conflitos começaram entre os capangas do grileiro e os lavradores.	- Assassinatos de lavradores; - Invasão de casa dos lavradores por capangas a serviço do grileiro; - Destruição de casas e dos pertences dos lavradores; - Inutilização da colheita de arroz com querosene por parte dos invasores; - Queima de 15 casas de lavradores; - Expulsão de famílias de lavradores da área. - O clima é tenso e de pânico geral.
38 - Paiol do Centro	-	-	- Grilagem de terras.	- Assassinato de lavradores.
39 - Montevideu	-	-	- Grilagem de terras no povoado de Montevideu tem provocado violentos conflitos entre famílias de lavradores estabelecidas no local e pistoleiros a serviço dos grileiros.	- Assassinatos de lavradores. - Ocorrências de vários tiroteios espalhando pânico na localidade.

UNIDADE FEDERADA	Área (ha)	Famílias	MOTIVOS DOS CONFLITOS	CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS
40- João Vito	-	-	- Grilagem de terras no povoado de João Vito realizada pelo grileiro Eugênio Coutinho tem provocado vários conflitos entre pistoleiros e as famílias de lavradores estabelecidas no povoado.	- Assassinatos de lavradores; - Prisão e tortura de lavradores por pistoleiros a mando do grileiro.
41- Codô (Cajazeiras)	10.000	400 (ou 2.000 pessoas)	- Na localidade de Cajazeiras, vários grileiros pretendiam uma imensa área habitada por centenas de famílias de lavradores, provocando inúmeros conflitos de terra entre as partes envolvidas.	- Assassinato de lavradores e lideranças sindicais; - Expulsão de várias famílias da localidade pela força armada de pistoleiros a serviço dos grileiros; - O clima é tenso e de insegurança na área.
42- Cantanhede (Boa Esperança)	-	40 (ou 200 pessoas)	- Disputas e conflitos de terras entre famílias de posseiros e fazendeiros que através de seu capataz Gonçalo e pistoleiros armados se defrontou com posseiros estabelecidos no povoado de Boa Esperança.	- Assassinatos de posseiros; - Expulsão de 36 famílias de lavradores estabelecidas no povoado; - Queima de cerca e destruição de roças por parte de jagunços a serviço de fazendeiros.
43- Turiaçu (Campo Grande)	-	-	- Disputas de terras entre fazendeiros e posseiros estabelecidos no povoado de Campo Grande culminou em conflitos, com tiroteios e mortes entre os dois lados.	- Assassinato de lavradores; - Prisão e espancamento de quatro lavradores pela Polícia, que depois de despidos foram colocados em cela totalmente fechada; - Morte de trabalhador rural da Fazenda da Peglão; - A Igreja é acusada pelos fazendeiros de agitar na área; - Violência e agressões físicas de posseiros por parte de pistoleiros a serviço dos fazendeiros.

UNIDADE FEDERADA	Área (ha)	Famílias	MOTIVOS DOS CONFLITOS	CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS
44 - Ceres	50.000	-	- A Empresa Ceres, onde um dos acionistas é Jorge Murad, genro do Presidente José Sarney, pleiteia a posse de uma imensa área onde estão localizados 30 povoados habitados por lavradores há mais de 30 anos.	- Queima de casas e destruição de roças por tratores da Empresa; - Prisões arbitrárias e espancamentos praticados por policiais contra lavradores.
45 - Viana (Paru)	-	-	- Grilagem de terras na localidade de Paru tem provocado graves conflitos entre lavradores estabelecidos na área e grileiros.	- Assassinato de lavradores; - Ocorrência de inúmeros tiroteios com agressões físicas de ambos os lados; - Expulsão de famílias de lavradores da localidade.
46 - Sucupira do Norte (Buri tzinho)	-	-	- A ocorrência de grilagem de terras tem provocado disputas de terras e, conseqüente conflitos entre grileiros e posseiros no povoado.	- Assassinato de lavradores; - Ocorrência de tiroteios entre as partes com ferimentos graves para ambos os lados; - Expulsão de famílias de lavradores pela força armada dos grileiros.
47 - São Domingos (Nazaré)	-	-	- Grileiros há tempos vem pressionando as famílias da região ameaçando-as e cobrando a renda do côco muito alta, o que culminou em graves conflitos entre as partes envolvidas.	- Assassinato de lavradores; - Ocorrência de tiroteios sangrentos entre as partes; - Expulsão de famílias de lavradores por pistoleiros a serviço dos grileiros; - O clima é tenso e de insegurança na área.
48 - Pio II (Juca ral do Vital)	-	100 (ou 500 pessoas)	- Grilagem de terras efetuada por Joaquim da Costa que pretendia expulsar famílias estabelecidas no local.	- Assassinatos de lavradores; - Perseguição contra mulheres quebradeiras de côco; - Ocorrências de violentos tiroteios.

UNIDADE FEDERADA	Área (ha)	Famílias	MOTIVOS DOS CONFLITOS	CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS
49- Cordeiro	13.000	1.000 (ou 5.000 pessoas)	- Grande latifundiário da região que queria mais terras vinha já de muito tempo através de seus capangas ameaçando as famílias da localidade para que essas deixassem a área. Isto provocou violentos conflitos entre as famílias de lavradores estabelecidas no povoado e pistoleiros a serviço do fazendeiro, conhecido como Zé Dico.	- Assassinato de lavradores; - Expulsão de famílias de lavradores da área pela força armada do latifúndio; - A Polícia chamada a intervir nada fez contra os criminosos.
50- São José do Ribamar (Tijupar Queimado)	-	300 (ou 1.500 pessoas)	- Há mais de 40 anos inúmeras famílias de lavradores estabeleceram-se na localidade e trabalham na terra. Mais tarde, a Imobiliária "Terra Mar" instalou-se no povoado e pretendendo ficar com as terras da localidade, loteou-os e vendeu vários lotes. Não aceitando perder suas posses os lavradores se confrontaram em violentos conflitos com os grileiros.	- Assassinatos de lavradores e crianças; - Expulsão de várias famílias de lavradores da localidade; - Ocorrência de inúmeros tiroteios entre as partes envolvidas; - Prisões e espancamentos de crianças e mulheres por jagunços e policiais; - Queima de casas e destruição de roças por pistoleiros e policiais.
51- Simon (Cinturão Verde)	-	-	- Grilagem de terras feita pelo Deputado José Elouf do PDS, culminou em violentos conflitos entre pistoleiros e posseiros da localidade.	- Assassinatos de lavradores; - Ocorrência de tiroteios provocados por pistoleiros a serviço do grileiro contra posseiros; - Expulsão de famílias dos lavradores; - Agressões físicas e destruição de roças e casas dos lavradores.

UNIDADE FEDERADA	Área (ha)	Famílias	MOTIVOS DOS CONFLITOS	CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS
52- Brejo (Santa Teresa)	-	50 (ou 250 pessoas)	- Grilagem de terras realizada por Raimundo Carvalho que pretendia tomar terras, nas quais haviam inúmeras famílias já estabelecidas há muitos anos, fato que provocou violentos conflitos por disputas de terras entre os envolvidos.	- Assassinatos de posseiros; - Agressões físicas contra lideranças sindicais por parte de pistoleiros a serviço dos grileiros; - Expulsão de inúmeras famílias pela força armada dos grileiros. Foi feita denúncia pelo Sindicato Rural as autoridades constituídas, mas nenhuma providência foi tomada.
53- Bacabal (Sítio Novo)	-	20 (ou 100 pessoas)	- Os grileiros Adílio e Cícero Soares estavam interessados em expulsar da localidade famílias de lavradores estabelecidas no povoado há vários anos. Esse fato culminou em conflitos entre lavradores e pistoleiros.	- Assassinatos de lavradores; - Ocorrência de tiroteios por parte de pistoleiros, semeando pânico e nervosismo entre a população do povoado.
54- Pau Santo	700	70 (ou 300 pessoas)	- Área reclamada pelo fazendeiro Ananias Luís que exige a retirada dos lavradores ali estabelecidos.	- Assassinatos de lavradores; - Despejo de famílias de lavradores com o apoio da Polícia.
55- Paço do Lumiar (Cumbique)	-	20 (ou 100 pessoas)	- Conflitos de terras entre a Imobiliária "Terra Rica" e famílias de posseiros estabelecidas no povoado há vários anos.	- Assassinato de posseiros; - Ocorrência de tiroteios sangrentos com baixas para os dois lados.
56- Urbano Santos (Surrão)	-	-	- O grileiro Francisco Araújo acompanhado de jagunços cercou o acesso à fonte de que se serviam as famílias de lavradores estabelecidas na localidade, fato que deu origem a violentos conflitos entre lavradores e pistoleiros a serviço dos grileiros.	- Assassinatos de lavradores, em violento massacre por parte de milícias de jagunços contra famílias de posseiros; - Violento tiroteio contra lavradores por parte de grileiros, que contaram com o apoio de políticos da região.

UNIDADE FEDERADA	Área (ha)	Famílias	MOTIVOS DOS CONFLITOS	CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS
57-Gov. Archer (Lago do Mato)	-	50 (ou 250 pessoas)	- Grilagem de terras efetuada por Edésio Bananeiras que há mais de cinco anos vem pressionando famílias de lavradores a abandonarem a localidade, fato que deu origem aos conflitos.	- Assassinatos de lavradores; - Pressões, intimidações e agressões físicas contra famílias de lavradores; - Expulsão de várias famílias da área; - Ocorrências de tiroteios entre as partes envolvidas, fato que vem semeando pânico e insegurança na área.
58- Santa Helena	-	-	- Grilagem de terras provoca violentos conflitos no município entre famílias de trabalhadores rurais estabelecidas na localidade e pistoleiros a serviço dos grileiros.	- Assassinatos de lavradores; - Ocorrência de tiroteios contra famílias de lavradores; - Expulsão de várias famílias pela força armada dos grileiros.
59-Lago Verde (Juçaral)	-	50 (ou 250 pessoas)	- O fazendeiro Cocino Ramos vem tentando de todos os meios violentos expulsar família de posseiros que vivem e trabalham na área há muitos anos.	- Assassinatos de posseiros; - Agressões físicas; destruição de roças e queima de casas dos lavradores.
60-Coroatã (Macaúba)	-	-	- Na localidade de Macaúba várias famílias de lavradores há anos estavam estabelecidas no local quando apareceu o Sr. Emetério Amorim dizendo-se dono das terras e exigindo a retirada das famílias da área. A partir daí começaram violentos conflitos entre as partes.	- Assassinatos de lavradores; - Expulsão de diversas famílias de lavradores da área; - Ocorrência de violentos tiroteios que semeiam pânico entre a população local.
61-Itapecuru (Jaibara)	-	-	- Grilagem de terras tem provocado violentos conflitos na localidade entre lavradores e pistoleiros a serviço dos grileiros.	- Assassinatos de lavradores; - Expulsão de diversas famílias de lavradores da área.

UNIDADE FEDERADA	Área (ha)	Famílias	MOTIVOS DOS CONFLITOS	CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS
62- Colinas (Ma ria Preta)	-	-	- Problemas de delimitação de terras envolvendo o grileiro José dos Santos e famílias de lavradores.	- Assassinatos de lavradores.
63- Monção (Ma guari)	-	-	- Grilagem de terras efetuada pelo grileiro Antonio Quinca deu origem a violentos conflitos na localidade entre pistoleiros e lavradores.	- Assassinato de Delegado Sindical; - Expulsão de várias famílias pela força armada dos grileiros.
64- Lago do Jun co (São Ma noel)	-	-	- Adelino Lima membro da UDR contratou pistoleiros para cercarem uma área de terras no povoado São Manoel, local com várias famílias de lavradores estabelecidas. Os lavradores unidos derrubaram a cerca e, assim deu início a uma série de conflitos graves por disputas de terras.	- Assassinato de posseiros e sindicalistas; - Ameaça de morte à família de lavradores; - Derrubada de casas dos lavradores por policiais e jagunços a mando do Fazendeiro Adelino Lima; - Destruição da Igreja e dos banais do Povoado.
65- Timon	-	-	- Diversas famílias de trabalhadores rurais sem-terra ocuparam terras livres do município mas os latifundiários da região reagiram contra o estabelecimento dos lavradores.	- Assassinato do pastor da Igreja Batista acusado de incitar as famílias dos sem-terra a ocuparem as terras livres.
66- Cândido Men des	-	-	- Grilagem de terras efetuada por Manoel Filho que queria apossar-se de terras onde viviam e trabalhavam diversas famílias de lavradores há mais de 30 anos.	- Assassinato de lavradores; - Ocorrência de tiroteios semeados do pânico e insegurança entre a população.

UNIDADE FEDERADA	ÁREA (ha)	FAMÍLIAS	MOTIVOS DOS CONFLITOS	CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS
67-Centro de Aguiar	-	-	<ul style="list-style-type: none"> - Desentendimento entre o agricultor Antonio Fontenelle, membro do Sindicato Rural, no município do Lago do Junco e o fazendeiro Adelino Pereira Lima membro da UDR - União Democrática Ruralista por questões de terra. - Desentendimento entre o agricultor Antonio Fontenelle e o fazendeiro Adelino Pereira Lima por questões de terra. 	<ul style="list-style-type: none"> - A morte do agricultor Antonio Fontenelle, sócio do sindicato Rural da região por 7 pistoleiros. - A invasão dos 7 pistoleiros ao povoado de Centro de Aguiar atirando indiscriminadamente contra todas as casas. - Tentativa de chacina. - Clima de tensão, revolta e medo fez com que os moradores transferissem para Pau Santo a missa de 7º dia. - Os moradores temem uma nova investida dos jagunços, que permanecem no povoado, bebendo cachaça e dando tiro para o alto. - Os moradores dizem haver uma lista com os nomes de 8 lavradores condenados para morrer, e que estes fugiram para locais distantes no mato. - O Governador Luiz Rocha - determinou o Secretário de Segurança João Ribeiro Silva Júnior para apurar o crime e prender os assassinos. Este diz que não há provas concretas que o mandante do crime seja o fazendeiro Adelino Pereira Lima.

UNIDADE FEDERADA	ÁREA (ha)	FAMÍLIAS	MOTIVOS DOS CONFLITOS	CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS
68- Lago da Pedra	-	-	- A denúncia da diocese de Bacabal contra o Presidente da União Ruralista - UDR do Vale do Mearim - Rubens Jorge de Melo por estar arrecadando dinheiro para comprar armas a serem utilizadas em milícias particulares na defesa da propriedade rural dos sócios da entidade.	- O Ministro Brossard informado do crime disse que não acredita em um aumento da violência rural por causa da reforma agrária. - A suspensão dos sacramentos da Igreja a todos os membros da UDR. - A UDR alega que quem tem armas é a Igreja e que ela possui um centro de treinamento no povoado São José das Conquistas. - Jorge Melo diz que a UDR quer custear um seminário sobre reforma agrária, que a Igreja está caluniando e que a UDR desafia a Polícia Federal para investigar quem tem armas na região.
69- Imperatriz	-	210	- A apropriação por parte das famílias de lavradores da fazenda Itacira conhecida por "criminosa" de propriedade do empresário Mathias Machiline membro do grupo Sharp.	- A expulsão de 210 famílias das terras improdutivas da fazenda, tendo as mesmas ido acampar no Sindicato do Trabalhadores Rurais de Imperatriz.
70- São José dos Mouras	2.330	50	- A posse pela terra onde envolve ram-se lavradores, jagunços, policiais militares no povoado de São José dos Mouras no município de Lima Campos. Essa área foi desapropriada em maio/87 pelo Pres. José	- A denúncia feita pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Maranhão, ao Pres. José Sarney do clima de violência que tomou conta do interior do estado na luta pela posse da terra.

UNIDADE FEDERADA	ÁREA	FAMÍLIAS	MOTIVOS DOS CONFLITOS	CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS
			Sarney e posteriormente o Supremo Tribunal Federal anulou o ato acolhendo um mandato de segurança impetrado pelo proprietário da fazenda Riachuelo Francisco Messias.	<ul style="list-style-type: none"> - A tentativa de derrubada das casas dos posseiros por parte de jagunços do fazendeiro Chico Messias. - A expulsão de 50 famílias da área da fazenda, resultando em 6 mortes e 12 feridos entre jagunços, policiais e lavradores.
71-São Pedro dos Cacetes	25 000	6.000 índios 5.000 famílias de posseiros.	- A apropriação da área indígena Cana Brava por parte das famílias de posseiros, criando-se assim conflitos com os índios Kanela, Guajajara e Timbira pois a área ocupada pelos brancos é uma área sagrada para os seus rituais na localidade de Barra do Corda	<ul style="list-style-type: none"> - A criação de uma verdadeira cidade dentro de um território indígena, su focando-os. - A dizimação de toda a riqueza indígena como as: destruições de grandes áreas de florestas, desencadeando roubos desordenados de madeira de lei: Mogno, Cedro. - Ocupação de uma área de rituais sagrados, gerando uma quebra de valores culturais e histórico dos indígenas.
72-Vitorino Freire	7.000	200 famílias	- O despejo de 200 famílias de sem terra que vivem há 53 anos na fazenda Farusa e possuem a posse mas não têm os documentos que lhes dão esse direito, pelo oficial de justiça Oswaldo Dutra, acompanhado de jagunços e de posseiros de mandato de despejo expedido pelo juiz Benedito Carvalho.	<ul style="list-style-type: none"> - O assassinato de dois funcionários da fazenda Farusa durante um conflito com os lavradores. - A proibição aos sem terra de fazerem a colheita do arroz de suas roças. - A invasão da fazenda Farusa pelos sem terra.

UNIDADE FEDERADA	ÁREA (ha)	FAMÍLIAS	MOTIVOS DOS CONFLITOS	CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS
				<ul style="list-style-type: none"> - A morte de 1 peão e 1 capataz da fazenda, mais 12 trabalhadores feridos. - O acampamento e entrincheiramento dos sem terra para lutar pela posse da terra não permitindo a entrada ou saída de outras pessoas na área. - A impetração de recursos no INCRA pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do estado do Maranhão (FATAEMA) pedindo a desapropriação da fazenda. - O Secretário de Segurança do Maranhão, Carlos Alberto Asalim Duailibe vai mandar para a região um delegado de polícia para garantir a ordem no local, até que outras providências sejam tomadas pelo Governo Federal.
73- Santa Luzia	50.000	500 famílias de posseiros	<p>- A invasão de 500 famílias de posseiros sem terra, na fazenda Terra Bella, de propriedade de Fernando Brasileiro, os lavradores querem que o Governo Federal desaproprie para efeito de reforma agrária. O juiz da comarca de Santa Luzia concedeu uma liminar em mandato de reintegração de posse em favor do fazendeiro, mas o Governador, Epitácio Cafeteira se recusa a autori</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Cerca de 60 policiais militares foram deslocados para as proximidades da fazenda onde o clima é de muita tensão, a ponto de ninguém ter acesso aos barracos dos posseiros. - Os sem terra além de saquearem um supermercado, destruíram e depois incendiaram o prédio da cadeia pública, tentando libertar um lavrador que havia sido preso pela polícia.

UNIDADE FEDERADA	ÁREA (ha)	FAMÍLIAS	MOTIVOS DOS CONFLITOS	CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS
			zar o despejo com a entrada da Polícia Militar na área, alegando que, se o fizer, haverá derramamento de sangue.	<ul style="list-style-type: none"> - A próxima investida se deu contra o posto de serviço da Telecomunicações do Maranhão (TELMA) e cortaram a ligação com o restante do estado. - As informações que chegaram até o Governador eram as de que os posseiros estavam fortemente armados da mesma maneira que os jagunços contratados pelos proprietários da área. - Emboscada organizada pelos invasores, saldo de 2 mortos e 1 ferido. O gerente da fazenda e seus dois filhos. O alvo da emboscada, o dono da fazenda é agora perseguido pelos lavradores que querem justiça como vingança. - O dono da fazenda é acusado de espancar lavradores que, nus, foram açoitados com varas de madeira revestidas com pontas de arame farpado. - Assassinato de 1 pistoleiro, informante da Polícia, torturado barbaramente por lavradores.
74-Cândido Mendes	11.547	550 famílias	- Posseiros da fazenda COMASA, de propriedade de Edson Heraki, lutam pela desapropriação da área, cujo processo há 3 anos vem tramitando nos órgãos federais e há seis meses está parado na Secretaria	<ul style="list-style-type: none"> - Os trabalhadores sem terra, acamparam na sede do extinto MIRAD aguardando a decisão do Governo Federal. - Os lavradores desesperados e com fome ameaçaram saquear um supermercado próximo

UNIDADE FEDERADA	ÁREA (ha)	FAMÍLIAS	MOTIVOS DOS CONFLITOS	CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS
			ria de Recursos Fundiários, sendo analisado.	- ximo, e depois mandar a conta para o Governo Federal. - Além da fome, no acampamento dos sem-terra existem 5 crianças com diarreia e 10 adultos com malária, segundo a SUCAM.
75- Imperatriz	-	-	- Envolvimento do Padre com os conflitos pela posse da terra, ficando do lado dos posseiros e contra os interesses dos fazendeiros.	- Assassinado o Padre Josimo Moraes Tavares, em Imperatriz, por pistoleiro. O padre era pároco na região do Bico do Papagaio-TO, conflituosa por questões de terra. - O Padre é acusado de instigador dos posseiros, no que resultou a morte de um fazendeiro em Goiás.

QUADRO III.Q.1

UNIDADE FEDERADA	Área (ha)	Famílias	MOTIVOS DOS CONFLITOS	CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS
V. Mato Grosso				
1. Diamantino (Faz. União)	3.000	200 (ou 1.000 pessoas)	- O fazendeiro Kuroyanagi vem usando de todos os meios de subornos à violência aberta para expulsar os posseiros da gleba que diz ser próprio.	- Após suportar todos os ataques, os posseiros ajuizaram e venceram uma ação de manutenção de posse na Justiça; - Assassinato de posseiros; queima de barracos.
2. Luciara (Santa Terezinha)	400.000	-	- Com a venda das terras do Norte do Estado do Mato Grosso pelo Governo a Fazenda CODEARA do grupo Banco de Crédito Nacional - BCN adquiriu em 1966 uma imensa área ocupada por posseiros e índios. Desde aí começaram os conflitos entre a Companhia, índios e posseiros. - Além desses conflitos explodiram ainda no local disputas de terras entre as Fazendas Codeara e Santa Lúcia, nas quais a Fazenda Santa Lúcia teve seu abastecimento interrompido com a interdição da estrada por máquinas e tratores da CODEARA. Há também no local maus tratos e serviços forçados de trabalhadores rurais por parte da Fazenda Santa Cruz implantada na área, além de descumprimento da Legislação Trabalhista contra peões que prestam serviços às Fazendas.	- Assassinatos de posseiros; - Destruição de roças e plantações dos posseiros por parte da Fazenda Codeara que resolveu construir sua sede em área ocupada por posseiros; os ocupantes reagiram e os atritos são inúmeros; - O processo se arrasta na Justiça sem nenhuma definição; A Igreja foi acusada pela CODEARA de agitar; - Na área de propriedade da Prelazia construiu-se uma Escola e um Ambulatório, mas a Companhia querendo impor seu plano invadiu as construções com trator destruindo os alicerces e o material de construção; - A Polícia Militar acompanhada com 10 funcionários armados da Companhia prenderam os pedreiros; - O Padre Jentel foi preso e expulso em 1975 pela Polícia Federal. O clima é tenso e de grande insegurança.

UNIDADE FEDERADA	Área (ha)	Famílias	MOTIVOS DOS CONFLITOS	CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS
3 - Porto Alegre	-	-	<p>- As margens do Rio Tapirapé o Povoado de Porto Alegre há quase 30 anos já era habitado, quando chegaram os grupos das Fazendas FRENNOVA e PIRAGUASU dando origem a uma série de conflitos na área. Em 1970 vários posseiros foram expulsos e obrigados a venderem suas posses a Fazenda FRENNOVA a preços irrisórios, outros entretanto resistem, se defrontando com os Latifundiários constantemente.</p>	<p>- Assassinatos de trabalhadores rurais; - Várias agressões foram cometidas contra o Povoado, inclusive a derrubada da Escola a mando da Fazenda. A Igreja é acusada de agitar no local. O Padre Eugênio e vários posseiros foram presos. Depois da construção da Estrada da Integração Pecuária junto ao Povoado o seu crescimento foi enorme e, junto com ele os interesses imobiliários também cresceram. O INCRA chamado a interceder propôs uma doação de 50 ha a cada agricultor e 110 ha aos criadores de gado mas os posseiros não aceitaram-na. A situação é tensa na área.</p>
4- São Félix do Araguaia (Serra Nova)	-	100 (ou 500 pessoas)	<p>- Cercamento de roças por parte da Fazenda Bordon em 1971 de origem Paulista, por isso o povo prejudicado em 1973 tentou ocupar glebas de terras vazias, mas foi violentamente barrada pela Polícia Militar. Depois disso, Serra Nova foi sendo circundada por outras grandes empresas, como no caso da MACIFE e Fazenda Conquista.</p>	<p>- Assassinatos de trabalhadores rurais; - Alguns líderes locais foram ameaçados de morte e tocados por pistoleiros pagos pela Fazenda Bordon; - Violência física e psicológica praticada pela Polícia contra as famílias envolvidas. Sem possibilidade de expandir-se, sem terra para cultivo, Serra Nova está estrangulada. E as pequenas posses são repartidas pelas famílias em lotes exíguos que não tem onde plantar.</p>

UNIDADE FEDERADA	Área (ha)	Famílias	MOTIVOS DOS CONFLITOS	CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS
5- Pontinópolis	15.000	170 (ou 850 pessoas)	- Disputas de terras entre posseiros do local e o Sr. Ariosto Riva que se diz proprietário da área.	- Destruição de roças e plantações dos posseiros; - A área foi loteada pelo proprietário sendo entregue quatro ao Juiz de Paz Procurador do proprietário para vender áreas aos moradores.
6- Luciara	-	100 (ou 500 pessoas)	- Desde 1940 a área é ocupada por posseiros. A partir de 1974 passou a ser reclamada por fazendeiros e grileiros. As Fazendas Fartura, Curica, Bispo Vieira, Mato Grosso e Gaiyota exigem a retirada dos posseiros da área.	- Mais de 20 famílias já foram expropriadas de suas posses. O núcleo Lago do Veados que era ocupado por mais 20 famílias desapareceu. O INCRA foi chamado a interceder mas teve ação ineficiente nos casos dos conflitos. A expropriação dos posseiros ocorreu sem que as leis e os direitos fossem considerados.
7- Mexicano	-	64 (ou 320 pessoas)	- A gleba era habitada há mais de 30 anos por famílias de posseiros, mas um suposto proprietário através de grileiros reclama a área, a partir daí então começou os conflitos.	- Clima de grande tensão e insegurança, muitos confrontos já foram travados para a expulsão das famílias.
8 - Mato de Coco	-	30 (ou 150 pessoas)	- A gleba era habitada por várias famílias quando a presença do fazendeiro Salatiel de origem paulista, reclama a posse da área. A partir daí então, começaram os conflitos no local acompanhados de vários atos de profunda violência.	- Ameaça de expropriação das famílias residentes no local; clima de insegurança e tensão com muitos confrontos entre posseiros e jagunços das fazendas que exigem a retirada dos posseiros.

UNIDADE FEDERADA	Área (ha)	Famílias	MOTIVOS DOS CONFLITOS	CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS
9 - Seriemá	-	20 (ou 100 pessoas)	- A área já era habitada por vários posseiros quando a presença do fazendeiro José Luiz passou a reclamar a propriedade das terras. A partir daí os conflitos começaram entre famílias dos posseiros e fazendeiros.	- Agressões físicas e psicológicas contra posseiros; - Destruição de lavouras e roças; queima de casas. Ameaças de expropriação constantes contra as famílias locais.
10 - Água Preta	10.000	30 (ou 150 pessoas)	- Em 1973, instalou-se na área a Fazenda Nossa Senhora de Fátima, mas a mesma já era ocupada por várias famílias de posseiros e, a partir daí começaram os conflitos no local. Mais tarde, em 1974 outro grupo, o IMAT passou também a reclamar a área instalando no local uma Fazenda.	- O INCRA foi chamado a interceder, mas não resolveu nada. O Banco Boa Vista do Rio de Janeiro em 1976 começou a reclamar também a área; muitas famílias que já residem há mais de 15 anos no local estão ameaçadas de expulsão. O clima é tenso e de insegurança entre as partes envolvidas.
11 - Tapirapé	9.000	-	- Com a venda de terras do Estado de Mato Grosso pelo Governo, inclusive de áreas habitadas por índios e sertanejos, a aldeia dos índios Tapirapé incluída na transação. A Empresa que a comprou foi a Tapiraguaia grupo paulista Medeiros/Carneiro. A partir daí começaram os conflitos com os índios exigindo a retirada da Fazenda que não quer abrir mão das terras.	- Assassinatos de indígenas; - Vários confrontos entre índios e o contingente armado da fazenda já ocorreram; - A FUNAI foi chamada a intervir, mas a reserva não foi ainda demarcada.
12 - Fazenda Camaçari	-	-	- Maus tratos a trabalhadores submetidos a trabalhos forçados na Fazenda Camaçari em Luciara. Sob a condição vários trabalhadores conseguiram fugir enquanto outros após se defrontarem com seus perseguidores foram mortos.	- Assassinatos de lavradores submetidos a trabalho escravo; exploração de trabalho de lavradores menores de idade; - Sonegação de comida aos trabalhadores que morrem doentes e desnutridos.

UNIDADE FEDERADA ..	Área (ha)	Famílias	MOTIVOS DOS CONFLITOS	CONSEQUÊNCIAS
13- Barra do Garças (Santo Antônio)	58.199	200 (ou 1.000 pessoas)	- Com a chegada do Grupo Abdala-Zarzur em 1973 o povoado de Santo Antônio começou a viver um clima de intransquilidade que reclama a propriedade da gleba e inicia-se um processo de intimidação e ameaça aos posseiros, com a participação da Polícia.	- O Prefeito solicitou ao Governador a desapropriação de nove mil hectares da área e expõe a situação de insegurança dos moradores, mas nada foi resolvido. Os moradores vem resistindo às pressões e ataques por parte da Fazenda através de seus jagunços armados; - A Fazenda mandou cercar a estrada das roças e, apesar das denúncias o INCRA ainda não tomou providências concretas para solucionar o problema.
14- Ribeirão Bonito	-	100 (ou 500 pessoas)	- Em 1974 o Povoado já era habitado por posseiros quando um agrimensor juntamente com a Polícia a mando da Sra. Amélia Junqueira que pretendia a área, visitou as casas dos posseiros deu um prazo para que evacuassem a área. Os posseiros apelaram as autoridades e ao INCRA e tem sido constantemente ameaçados à bala e receberem indenizações. Os que resistem vivem na mais completa insegurança.	- Agressões físicas por espancamentos e ferimentos à bala contra posseiros e suas famílias, queima dos roçados e construção de cerca por parte de trabalhadores da Fazenda.
15- Corichão	-	20 (ou 100 pessoas)	- Com a instalação da Fazenda Santa Vitória no local começaram as agressões e pressões de todo tipo para que os posseiros evacuem a área. Os posseiros apelaram ao INCRA, mas nada foi resolvido e os conflitos continuam com constantes confrontos entre posseiros e os jagunços da Fazenda.	- Assassinato de parceiros; - Expulsão de famílias de posseiros a força. Queima de casas dos posseiros. O INCRA chamado a interceder pressiona os posseiros a entrarem num acordo com a Fazenda, forçando-os a assinarem contrato de desistência e a receberem indenizações, muitos se negaram a isto. O clima é tenso e de grande insegurança.

UNIDADE FEDERADA	Área (ha)	Famílias	MOTIVOS DOS CONFLITOS	CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS
16- Cascalheira	-	100 (ou 500 pessoas)	- Em 1972 a presença de grileiros na área começou a intimidar os posseiros que há muito já habitavam o povoado, usando de todo tipo de violências através de jagunços e policiais. A área foi vendida a três pessoas diferentes e a disputa pelas terras continua com muitos conflitos.	- Assassinato de lavradores e posseiros; - Queima de casas dos posseiros; destruição das roças; envenenamento de gados. Muitos foram obrigados a abandonar a área. Cerca de 40 famílias já foram expropriadas. O INCRA foi chamado a interceder e solicitou aos posseiros que assinassem um Acordo com os proprietários, muitos não aceitaram e o clima na área é tenso. O Sindicato Rural e a Igreja vem sendo acusados de agitarem a área.
17- Rio Gengibre	-	40 (ou 200 pessoas)	- Grilagem de terras, através da qual dois grileiros acompanhados da Polícia pressionam os posseiros a sair da área. A área é clamada pelo Sr. Gilson Garcia que exige a "limpeza" do local, obrigando posseiros a receberem "bagatelas" como indenização.	- Agressões físicas e psicológicas contra posseiros, violência por parte de policiais e jagunços contra as famílias locais a mando dos grileiros.
18- Água Limpa	-	20 (ou 100 pessoas)	- O povoado era habitado por posseiros quando chegou o Sr. Adelírio Silveira se dizendo proprietário da área e exigindo que os posseiros se retirem do local. Em 1976 os proprietários com a Polícia e jagunços após várias discussões dispararam vários tiros contra posseiros.	- Assassinatos de posseiros; prisão de várias pessoas, morte de um soldado no confronto. Assassinato do Padre João Burrier pela Polícia que procurou interceder pelos posseiros. O clima é tenso no local.

QUADRO III.C.1

UNIDADE FEDERADA	Área (ha)	Famílias	MOTIVOS DOS CONFLITOS	CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS
19- Pindaíba	66.000	40 (ou 200 pessoas)	- Na área denominada de Serra Azul começou a ser agirada e as pessoas do povoado a sofrer pressões e perseguições e ameaças desde 1971 com a chegada da COREBRASA - Colonizadora e Representações Brasil S/A que reclama a profundidade da área. A partir daí então já ocorreram inúmeros conflitos entre os jagunços da empresa, polícia e posseiros que resistem permanecer na área.	- Os posseiros moveram ação possessória contra a Empresa mas o processo foi arquivado; Há constantes arbitrariedades contra as famílias dos posseiros por parte de jagunços armados com a participação da Polícia; - Queima de casas e destruição de roças e cercas dos posseiros; - A COREBRASA moveu ação contra os posseiros e o laudo concluiu que as posses das famílias locais são clandestinas, e de má fé. Os posseiros contestaram as conclusões e, os conflitos continuam.
20- Arraez	-	-	- Maus tratos contra trabalhadores rurais.	- Assassinatos de trabalhadores rurais.
21- Potrilo	45.000	100 (ou 5.000 pessoas).	- A área onde situa-se a Fazenda Planalto é há muito tempo habitada por várias famílias de posseiros, mas os proprietários reclamam a posse da gleba e exigem que os posseiros se retirem da área. Desde 1975 os proprietários se valem da força policial para expulsar os posseiros que se defrontam assim em conflitos constantes com a Polícia e jagunços da Fazenda.	- O INCPA chamado a interceder caracterizou os posseiros de "invadores". Alguns foram obrigados a entrar em acordo com os proprietários recebendo "bagatelas" como indenização pelas posses; - Aos que não aceitaram inúmeras violências foram cometidas contra suas famílias. Agora a Fazenda entrou com uma "Ação Revindicatória" contra os posseiros. A situação é muito tensa e de completa insegurança na área.

QUADRO III.C.1

UNIDADE FEDERADA	Área (ha)	Famílias	MOTIVOS DOS CONFLITOS	CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS
22- Aldeia Meruri	-	-	- Ataques à aldeia dos bororós por fazendeiros armados em virtude de disputas de terras, onde vários criadores de gados possuem títulos de terras dentro das áreas indígenas.	- Assassinatos de vários índios e do missionário Rodolfo que atuava junto a aldeia dos índios bororós. Embora já tenham tomado providências jurídicas os assassinatos continuam impunes.
23- Babilônia	-	-	- Disputas de terras entre posseiros e fazendeiros da Fazenda Babilônia que perde na Justiça. Não se conformando o fazendeiro mandou pistoleiros explicar os posseiros.	- Assassinatos de posseiros, mas os criminosos continuam soltos.
24-Jauri (Seringal Curralinho)	-	-	- Disputas pela posse de uma área no Seringal desde 1974 com a instalação da Fazenda de Elias Fonseca no local, cuja área era ocupada por muitos colonos e suas famílias. A partir daí então, os conflitos começaram com muita violência contra os posseiros.	- Assassinato de colonos; queima de plantações e destruição dos roçados por parte dos supostos proprietários.
25- Mirassol	-	1.000 (ou 5.000 pessoas)	- Disputa de terras entre trabalhadores sem terra e fazendeiros da Fazenda Agropecuária Mirassol.	- Nos conflitos já ocorreram mais de 18 mortes entre posseiros e pistoleiros. Agressões com mutilação física de lavradores. Sequestro e tortura contra posseiros por parte de pistoleiros da Fazenda Mirassol. A situação no local é tensa e de insegurança.

UNIDADE FEDERADA	Área (ha)	Famílias	MOTIVOS DOS CONFLITOS	CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS
26- Chapada dos Guimarães (Nova Brasilândia)	-	-	<ul style="list-style-type: none"> - A área era habitada já há mais de 10 anos por posseiros pioneiros e migrantes que abriram picadas e desbravaram a área quando instalou-se a fazenda dos irmãos Andrade e, passaram a reclamar a área e a exigir a retirada dos posseiros. A partir daí os conflitos começaram. - Grilagem de terras. 	<ul style="list-style-type: none"> - Assassinato de posseiros; áreas constantes de mortes, agressões físicas e intimidação por parte de jagunços armados da Fazenda contra os posseiros que procuram resistir na área. Os fazendeiros exigem que os posseiros assinem um contrato de arrendamento, mas os trabalhadores não aceitaram. O clima é tenso já tendo ocorrido vários confrontos entre posseiros e jagunços das fazendas.
27- Chapada dos Guimarães (Posto Culuene)	-	-	<ul style="list-style-type: none"> - Maus tratos e trabalhos forçados contra trabalhadores rurais por parte da Fazenda Posto Culuene. Três dessas trabalhadoras tentaram fugir mas foram mortas. O Diretor do DOPS recebeu a denúncia e foi ao local, lá chegando defrontou-se num tiroteio com os homens do Empreiteiro Benvido de Oliveira. 	<ul style="list-style-type: none"> - Assassinatos de trabalhadores rurais; - Trabalhadores submetidos a regime de servidão humana. Prisão de várias pessoas envolvidas com a "escravidão branca". Fuga de peões e acometimento de tuberculose nos trabalhadores submetidos a trabalhos forçados.
28- Pontes e Lacerda (Cágados)	3.200	100 (ou 500 pessoas)	<ul style="list-style-type: none"> - Próximo a Fazenda da Gleba Cágados havia uma faixa de terra ocupada por famílias de posseiros. O proprietário entrou com um mandado de interdito proibitório e o Juiz deu ganho de caso a Fazenda, que desde então são perseguidos para se retirarem do local. 	<ul style="list-style-type: none"> - Assassinato de posseiros. Expulsão e perseguição de posseiros por parte de pistoleiros da Fazenda e da Polícia. Violência e agressão física contra posseiros.

UNIDADE FEDERADA	Área (ha)	Famílias	MOTIVOS DOS CONFLITOS	CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS
29- Sepetuba	36.000	400 (ou 2.000 pessoas)	- Diversos posseiros começaram a demarcar terras na região tida como devolutas quando foram bloqueados por fazendeiros que se diziam donos da propriedade. Desde então começaram os conflitos na área.	- Assassinatos de colonos; destruição das cercas e roças dos posseiros por parte dos fazendeiros. Os posseiros exigem que os fazendeiros apresentem na justiça os títulos de propriedade da área, mas eles se negam. O clima na área é tenso e já houve vários confrontos armados entre as partes envolvidas, bem como com a Polícia.
30- Galera	-	300 (ou 1.500 pessoas)	- Disputas de terras entre posseiros e fazendeiros que lutam por uma sobre de terras resultante da demarcação da reserva dos índios Nambiquara, ocupada por famílias de posseiros.	- Assassinatos de seis posseiros. Invasão das posses por jagunços das Fazendas com destruição das roças e tiroteio entre as partes.
31- Aripuanã (Rio Vermelho)	-	400 (ou 2.000 pessoas)	- Grilagem de terras por parte da CODEMAT. No local a Empresa possui uma área de colonização e, próximo ao local a Prefeitura havia doado lotes de terras aos lavradores pioneiros da região. Entre as duas áreas há uma faixa de terras devolutas que começou a ser ocupada por várias famílias de posseiros. A Empresa reclama a propriedade da área e, a partir de 1980 começaram os conflitos.	- Despejo judicial das famílias dos posseiros com a ajuda da Polícia Militar e de jagunços da Empresa; cerca de 250 famílias já foram despejadas sem nenhuma indenização; As que ainda resistem estão constantemente impedidas de fazer colheitas e ameaças de morte. A situação é tensa e, em 1981 ocorreu o chamado "massacre de Guina", onde mais de 300 trabalhadores rurais foram expulsos, quatro posseiros mortos e tiveram suas plantações e casas queimadas por jagunços e pela Polícia a mando da Empresa.

UNIDADE FEDERADA	Área (ha)	Famílias	MOTIVOS DOS CONFLITOS	CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS
32- Catuva	-	300 (ou 1.500 pessoas)	- Disputas de terras entre fazendeiros e posseiros. Os proprietários da fazenda mandaram cercar com arame de várias posses com famílias dentro. A partir daí começaram os conflitos.	- Assassinatos de lideranças. Morte do missionário Ezequiel. Agressões físicas contra trabalhadores por parte dos fazendeiros.
33- Nova Xavantina	-	-	- Disputas de terras entre agricultores, colonos gaúchos que já de há muito tempo habitavam a área com grileiros que exigiam a retirada dos lavradores da área.	- Assassinatos de colonos migrantes; Perseguição de famílias por parte de pistoleiros e pela Polícia.
34- Alto Paraguai	1.200	-	- Na localidade antes da implantação da Fazenda COREANA já habitavam na área muitos lavradores desde 14 anos atrás, mas o proprietário queria anexar a área absoluta ocupada. A partir daí começaram os conflitos.	- Invasão de posses dos lavradores por parte da Polícia e já gunços a mando dos proprietários da Fazenda Coreana. Os posseiros reagiram e no tiroteio foram assassinados vários lavradores e suas famílias expulsas. Foi feita a denúncia policial, mas os criminosos continuam impunes.
35- Sorriso (Santo Antonio)	-	200 (ou 1.000 pessoas)	- Em 1985 várias famílias gaúchas residentes na área foram iludidas por falsas promessas de terra por parte da Colonizadora Telmar Empreendimentos Imobiliários e, ficaram acampadas à espera das terras. A Empresa contratou pistoleiros para evacuar e expulsar as famílias e, aí então começaram os conflitos carregados de muita violência e barbaridades.	- Assassinatos de colonos a mando da Empresa Colonizadora. Diversos confrontos já foram registrados na área, nos quais as famílias dos posseiros tem sido vítimas de violências físicas, sexuais e ameaçadas de morte por parte de capangas da Empresa; Foram encontradas várias ossadas no local que confirmam as mortes. A área é tensa e de grande insegurança. O Padre Gaspar e o Bispo de Sinop foram ameaçados de morte devido ao apoio que prestaram aos colonos.

UNIDADE FEDERADA	ÁREA (ha)	FAMÍLIAS	MOTIVOS DOS CONFLITOS	CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS
36- Sinop	-	-	- Maus tratos de trabalhadores rurais; disputas de terras envolvendo colonos e fazendeiros.	- Assassinatos de trabalhadores rurais.
37- Alta Floresta (Nova Apiacá)	-	-	- A Mineradora Porto Estrela em Nova Apiacá desejava ampliar sua área de exploração e ultrapassou limites de terras ocupadas por várias famílias. A partir de então começaram os conflitos envolvendo garimpeiros, pistoleiros da Empresa e a Polícia.	- Assassinatos de lavradores. Torturas, espancamentos de garimpeiros e soldados. Agressões físicas e psicológicas contra lavradores e garimpeiros por parte da Polícia a mando da Empresa de mineração. O clima é tenso e de insegurança na área com várias mortes entre os envolvidos nos conflitos.
38- PARANATINGA	-	-	- Índios da tribo Aweti, invadiram uma fazenda, com anuência o gerente, com ponto de apoio, já que estão construindo uma aldeia naquela região com o objetivo de exercer a fiscalização da área, que tem sido constantemente atacada por pescadores e caçadores, sobretudo no período de férias.	- Apesar do superintendente da FUNAI, ter se deslocado para o local, tudo continua em perfeita ordem.
39- Castanheira	-	-	- Os agressores submeteram um padre a demorado interrogatório sobre as atividades de padres que trabalham na região norte do estado defendendo posseiros.	- O bispo de Jiparaná (RO) da Comissão Pastoral da Terra (CPT), se deslocou até o norte de Mato Grosso para inteirar-se da tentativa de morte que foi vítima o Frei. - Naquela mesma região, dois anos antes foi assassinado o pároco local.

UNIDADE FEDERADA	ÁREA (ha)	FAMÍLIAS	MOTIVOS DOS CONFLITOS	CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS
40- Cedro	-	25 trabalhado res rurais	- Para não pagar os dias parados de seus empregados, o pecuarista Gilson Guimarães prendeu na sede de sua propriedade rural 25 eleitores. - res.	<p>- Por ficar afastado algumas horas da zona eleitoral mais próxima os eleitores ficariam presos até que passasse o dia das eleições. Um deles, então, conseguiu fugir e avisou a polícia florestal. Esta informou a Polícia Federal que prendeu o pecuarista.</p> <p>- O juiz eleitoral da região, tomou conhecimento das prisões e determinou a utilização de um avião com urna de votação, mesários, fiscais e um juiz eleitoral para que os trabalhadores pantaneiros pudessem votar.</p> <p>- O fazendeiro indiciado pela Polícia Federal, por crime eleitoral agravado pela utilização de cárcere privado.</p>

UNIDADE FEDERADA	ÁREA (ha)	FAMÍLIAS	MOTIVOS DOS CONFLITOS	CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS
VI. <u>PARÁ</u>				
1. Conceição do Araguaia (Colônia Flores ta)	69.000	3.645 (ou 17.300 pessoas)	- Criada pela Igreja, a Colônia nunca foi precisamente demarcada, surgindo problemas de limites e invasão por fazendeiros que expulsaram colonos.	- O governo estadual tem procurado resolver a questão, mas com excessiva lentidão. É uma das áreas mais tensas e perigosas do Pará.
2. Perdidos	152.000	815 (ou 5.675 pessoas)	- A Fundação do Brasil Central distribuiu 35 lotes de terra, mas os beneficiados não ocuparam a área. Quando foram tomar posse, surgiram os problemas: uma empresa recebera títulos da mesma área e, além de tudo já havia na área muitos posseiros.	- Os posseiros atacaram soldados da PM que protegiam topógrafos do INCRA, matando dois deles. A Igreja foi acusada de incitar os posseiros. Após os atritos, o INCRA distribuiu licenças de ocupação, mas as propriedades da área ainda não foi definida.

UNIDADE FEDERADA	Área (ha)	Famílias	MOTIVOS DOS CONFLITOS	CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS
3- Fazenda BRADES CO	-	-	- Conflito de terra entre lavradores e pistoleiros da Cia. Agropecuária Rio Araguaia, do Grupo BRADESCO. Lavradores a muitos anos residem na área, mas o Gerente Hudson da Fazenda exige que eles abandonem a área.	- Assassinato de lavradores; - Perseguição de posseiros da região; - Frequentes tiroteios provocados por pistoleiros contratados pelo Gerente Hudson da Fazenda; - Queima de casas e roças dos lavradores; - Espancamentos e ameaças de morte à lavradores para que deixem as terras da Fazenda.
4 -	-	-	- Revolta provocada pelo regime de semi-escravidão ao qual os patrões-fazendeiros sujeitavam seus empregados, vendendo os gêneros alimentícios nos armazéns da propriedade da Fazenda a preços exorbitantes, reduzindo os salários dos trabalhadores a importâncias insignificantes.	- Assassinatos de trabalhadores rurais; - Frequentes tiroteios entre jagunços contratados pelos fazendeiros da região e trabalhadores da Fazenda submetidos à fome e a trabalho escravo.
5- Redenção	-	-	- Disputas e grilagem de terras provocou atritos entre lavradores e fazendeiros da região.	- Assassinato de agricultores, por pistoleiros a mando fazendeiros.
6- Rio de Conceição	-	-	- Atritos por questões de terra entre fazendeiros e lavradores do povoado do Rio de Conceição.	- Assassinato de lavradores, que teriam sido seviciados após retomarem de uma tarefa em áreas de sua posse.
7- Floresta	-	-	- Conflitos de terras entre fazendeiros e posseiros que ocupam uma faixa de terra reclamada como de propriedade de pelos fazendeiros.	- Assassinatos de posseiros; - Frequentes tiroteios entre lavradores e pistoleiros contratados por Fazendeiros da localidade.

QUADRO III.Q.1

UNIDADE FEDERADA	Área (ha)	Famílias	MOTIVOS DOS CONFLITOS	CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS
8 - Rio Maria	-	600 (ou 3.000 pessoas)	- Problemas de desentendimentos entre patrão e empregados da Fazenda Dois Irmãos em virtude de maus tratos e falta de pagamento aos serviços prestados pelos empregados; Grilagem de terras.	- Assassinatos de trabalhadores rurais a mando do Fazendeiro; - Assassinato de posseiros; - Despejo de famílias que ocupam desde 1981 uma área cortada pelo INCRA para Colonização.
9- Itaipavas	-	-	- Conflitos de terra entre posseiros e pistoleiros da Fazenda Vale Formoso. O capataz a mando do Fazendeiro resolveu expulsar violentamente os posseiros que habitam há vários anos a área. No conflito morreu o Fazendeiro Fernando Diniz.	- Assassinatos de posseiros; - Violentos tiroteios entre posseiros e pistoleiros com baixa para os dois lados; - Assassinato do Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (gringo).
10- Rio Arrais	-	-	- Problemas de demarcação de terras na localidade do Rio Arrais, provocando conflitos entre posseiros e fazendeiros da área.	- Assassinato de vaqueiro e posseiros da área.
11- Água Fria	-	-	- Disputas de terras entre fazendeiros e posseiros. O fazendeiro dizendo-se proprietário da área exigia que os posseiros fossem transferidos para outras áreas.	- Assassinatos de posseiros; - O Sindicato Rural nunca tomou nenhuma providência em favor dos posseiros; - Despejo das famílias dos posseiros; - Intervenção e prisão de posseiros por parte da Polícia; - Maus tratos às mulheres dos posseiros em presença dos filhos pela Polícia.
12 - Alacilândia	-	-	- Problemas de desentendimentos entre patrão e empregados da Fazenda por razões do Fazendeiro Alexandre não cumprir com o pagamento dos "peços" pelos serviços prestados.	- Assassinatos de trabalhadores rurais por parte de fazendeiro da localidade.

UNIDADE FEDERADA	Área (ha)	Famílias	MOTIVOS DOS CONFLITOS	CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS
13 - Fazenda Santa Cruz	-	-	- Conflitos de terra entre posseiros e empregados armados da Fazenda Santa Cruz.	- Assassinatos de lavradores e peões.
14 - Cachoeirinha	-	-	- Conflitos de terra entre lavradores e fazendeiros da localidade.	- Assassinatos de lavradores por intervenção da Polícia Militar a mando dos fazendeiros.
15 - Fazenda Guara para	-	-	- Disputas e grilagem de terras entre pequenos produtores e fazendeiros da região por problemas de divisão de terras.	- Assassinato de lavradores; - Frequentes tiroteios entre pistoleiros e lavradores;
16 - Três Morros	200	90 (ou 450 pessoas)	- Conflitos de terras entre posseiros e fazendeiros. Há muitos anos posseiros residiam numa área próxima a Fazenda São José, do médico Fazendeiro Antonio Coelho que se diz proprietário e exige que as famílias abandonem a área.	- Assassinatos de posseiros numa ação de despejo das famílias da localidade por parte da Polícia Militar a mando do Fazendeiro que recebeu ganho de causa na Justiça.
17 - Ingá	-	-	- Problemas de desentendimentos entre patrão e empregados da Fazenda Ingá.	- Assassinatos dos trabalhadores rurais.
18 - Fazenda Vela da Serra	-	-	- Disputas e conflitos por questões de terra entre posseiros e trabalhadores armados da Fazenda.	- Assassinato de posseiros; - Invasão de roçados dos lavradores.
19 - Fazenda Canaã	-	-	- Disputas e conflitos por questões de terra entre posseiros residentes nas áreas dos limites da Fazenda e pistoleiros em conjunto com a Polícia Militar.	- Assassinato do Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais; - Assassinatos de posseiros; - Despejos de famílias de posseiros pela Polícia Militar por ordem judicial expedido pela Juíza de Marabá.

UNIDADE FEDERADA	Área (ha)	Famílias	MOTIVOS DOS CONFLITOS	CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS
20-São Domingos do Capim (Fazenda Paraporã)	18.000	200 (ou 1.000 pessoas)	- Expulsos violentamente das terras que ocupavam, os posseiros reagiram matando um sargento da Polícia Militar.	- O Estado desapropriou a área, mas a Empresa recorreu. A questão ainda não foi definida judicialmente. Assassinato de Colonos em um conflito com a intervenção da Polícia Militar.
21- Porto do Seto	1.500	100 (ou 500 pessoas)	- A Fazenda Alacid contratou cerca de 100 trabalhadores para desmatar uma área de sua propriedade, submetidos ao regime de trabalho escravo, sob vigilância armada. Vários trabalhadores resolveram desistir do emprego e, aí começaram os conflitos entre os "peões" e os guardas da Fazenda.	- Assassinatos de trabalhadores rurais; - Fuga de peões da Fazenda; - Tiroteio entre as milícias da Fazenda e trabalhadores rurais que se revoltaram contra o regime de trabalho escravo a que estavam submetidos; - Foi feita denúncia na Polícia contra a Fazenda e aberto o Inquérito, mas até agora não deu em nada.
22- Vila Rondon	-	-	- Litigio entre famílias por causa de uma estrada localizada às margens do córrego 96, km da Rodovia PA70, que passa pelas propriedades das duas famílias em conflito.	- Assassinato de lavradores; - Frequentes tiroteios envolvendo pistoleiros de ambos os lados, semeando pânico na localidade.
23- Fazenda São Pedro	-	-	- Conflitos de terra entre lavradores e a Fazenda São Pedro, no Km 10 da Rodovia PA 70, em Vila Rondon. A Fazenda reclama a área como de sua propriedade e exige a retirada dos lavradores da área, que ali habitam e residem há vários anos.	- Assassinatos de lavradores; - Frequentes tiroteios entre lavradores-posseiros e pistoleiros contratados pelos fazendeiros; - O Tribunal de Justiça expediu salvo-conduto em favor dos fazendeiros, mas o conflito ainda não foi solucionado.

QUADRO III.G.1

UNIDADE FEDERADA	Área (ha)	Famílias	MOTIVOS DOS CONFLITOS	CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS
24- Igarapé Santa Lúcia	-	-	- Disputas e grilagem de terras na localidade de Igarapé Santa Lúcia em Vila Rondon. Os grileiros expulsam violentamente vários lavradores da área.	- Assassinatos de lavradores; - Ocorrência de tiroteios na localidade entre pistoleiros contratados por grileiros e lavradores.
25 - Rio Arandeu	-	-	- A Fazenda Independência localizada em Vila Rondon contratou trabalhadores para desmatamento e, exige que trabalhem de sol a sol mesmo que estejam doentes.	- Assassinato de "peões", trabalhadores da Fazenda em serviços de desmatamento; - Maus tratos e trabalho escravo.
26 - Fazenda Santa Rita do Apim	-	-	- Fazendeiro exige que lavradores que residem na área da Fazenda retirem-se da área.	- Assassinato de lavradores; - Lavradores foram amarrados e jogados na mata pelo Fazendeiro Paulo Leão, suspeita-se que foram mortos por feras.
27 - Goianésia	-	-	- Problemas de falta de pagamento de salários e pressões contra lavradores contratados para fazer serviços na Fazenda do Grileiro Guerra.	- Assassinato de lavradores.
28- Vizeu (Barreiro)	-	-	- Problemas de plantação entre lavradores.	- Assassinato de lavradores; - Prisão do lavrador criminoso.
29 - Vila São José do Gurupi	-	-	- Problemas de invasão de roçados com destruição por animais.	- Assassinatos de lavradores por pistoleiros contratados pelo criador de gado.
30 - Vila do Alegre	400	-	- Problemas de conflitos de terra entre posseiros e a Empresa Agropecuária CIDAPAR, cujos pistoleiros contratados pela Empresa expulsava violentamente os posseiros de suas áreas.	- Assassinatos de trabalhadores rurais e lideranças sindicais; - Desaparecimento de posseiros.

UNIDADE FEDERADA	Área (ha)	Famílias	MOTIVOS DOS CONFLITOS	CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS
31- Vila Cachoeira	-	40 (ou 200 pessoas)	- Conflitos de terra entre posseiros - colonos do povoado do Km 105 da Rô- dovia PA-Maranhão e pistoleiros con- tratados pela Empresa PROPARÁ.	- Assassinatos de colonos e fi- lhos de posseiros-colonos da gleba; - Enforcamento de posseiros em árvore; - Morte de mulher grávida; - Chacina da Polícia contra ban- do do gatilheiro da gleba Ci- dapar; - Assassinato de lavradores pe- la Polícia Militar.
32- Coaraci	-	-	- Conflitos de terra entre lavradores e pistoleiros.	- Assassinato de trabalhadores rurais;
33- Gurupi	-	-	- Conflitos de terra entre lavradores e pistoleiros.	- Assassinatos de trabalhadores rurais.
34- São Miguel do Guamá (BR-14)	-	-	- Problemas de divisão de lotes de ter- ra entre lavradores.	- Assassinato de lavradores.
35- São Geraldo do Araguaia	-	-	- Conflitos por grilagem de terras en- volvendo lavradores e pistoleiros a serviço de grileiros.	- Assassinato de lavradores.
36- Fazenda Fortale- za	-	50 (ou 250 pessoas)	- Conflitos de terra na área do Casta- nhal Dois Irmãos e Fazenda Fortaleza gerando grande tensão entre peões e posseiros.	- Assassinato de peões; - Prisão de posseiros; - Despejo de famílias da área por mandato judicial.
37- Terra Nova	-	-	- Conflitos de terra envolvendo possei- ros e donos de Castanhais.	- Assassinato de posseiros por pistoleiros a serviço dos do- nos dos castanhais.
38- Formiga	-	-	- Conflitos de terras entre trabalha- dor e fazendeiros da localidade que mandou pistoleiro com um trator dar- rubar a roça do lavrador.	- Assassinato de trabalhadores rurais; - Invasão e destruição de roças.

UNIDADE FEDERADA	Área (ha)	Famílias	MOTIVOS DOS CONFLITOS	CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS
39 - Gleba Geladinho e Praia Alta	-	150 (ou 750 pessoas)	- Conflito por grilagem de terras envolvendo posseiros e grileiros. O grileiro "Nelito" exigiu a retirada dos posseiros e, aí começaram os conflitos na área.	- Assassínatos de posseiros; - Despejo de famílias de lavradores; - Queima das casas e paiões de arroz dos lavradores pela Polícia Militar e jagunços a mando do grileiro.
40 - Paragominas (Água Branca)	1.500	260 (ou 1.300 pessoas)	- Com títulos de propriedade anulados, um grupo de fazendeiros incendiou as casas dos lavradores, destruiu suas lavouras e começou a despejá-los.	- A CONTAG propôs a desapropriação da área e o reassentamento dos Colonos. Assassínato de posseiros.
41 - Fazenda Capaz	103.000	260 (ou 1.300 pessoas).	- Ocupando reduzida parte da propriedade de o norte-americano John Davis não pôde evitar que ela fosse ocupada e tentou expulsar os posseiros através da violência.	- Assassínato de posseiros; - Após o choque entre posseiros e proprietários, a situação foi contornada, mas não solucionada. Novos conflitos podem ocorrer.
42 - Jurujáia	-	-	- Disputas e grilagem de terras.	- Assassínato de lavradores.
43 - Colônia Bananal	-	-	- Disputas e grilagem de terras. O grileiro José Meireles reclamou a propriedade, mas não apresentou nenhum documento. Exigiu que os lavradores deixassem a área e, então começaram os conflitos.	- Assassínato de trabalhador rural; - Tiroteio contra trabalhadores, onde um saiu com suas orelhas decepadas.
44 - Fazenda Mainara	-	600 (ou 3.000 pessoas)	- Violento despejo promovido pela Fazenda contra posseiros residentes em terras de propriedade da Empresa Slavieiro Madeireira da Amazônia.	- Assassínato de lavradores. No tiroteio provocado por jagunços contratados pela Fazenda Mainara morreu também o Delegado Sindical.

UNIDADE FEDERADA	Área (ha)	Famílias	MOTIVOS DOS CONFLITOS	CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS
45 - Km 31	-	-	- Grilagem de terras.	- Despejo de família de lavradores; - Assassinato de lavradores.
46 - Água Azul	-	-	- Conflitos por grilagem de terras.	- Assassinato de posseiros por pistoleiros a serviço de grileiros;
47 - Rio Vermelho	-	-	- Conflitos de terras.	- Assassinato de lavradores.
48 - Xinguara (Cabral)	100	-	- Grilagem de terras provoca conflitos entre posseiros e grileiros.	- Assassinato de lavradores.
49 - Eldorado	-	-	- Conflitos de terras.	- Desaparecimento de posseiros; - Assassinato de religiosa.
50 - Flexeira	-	-	- Conflitos por grilagem de terras.	- Assassinato de lavradores.
51 - Faz. Princesa	4.500	100 (ou 500 pessoas)	- Conflitos de terras por causa de assentamento de famílias pelo GETAT.	- Assassinato de posseiros por pistoleiros a mando de fazendeiros.
52 - Palestina	-	-	- Conflitos por grilagem de terras.	- Assassinato de trabalhador rural pela Polícia a mando dos grileiros.
53 - Xinguara (Fazenda Tupã-Ciretão)	30.000	400 (ou 2.000 pessoas)	- Violento combate entre a Polícia Militar com um contingente armado de 200 soldados da PM e as Famílias de posseiros da Fazenda Tupã-Ciretã do Grupo COMIND. Há muitos anos, ou seja desde 1978 lavradores habitavam e residiam na área, quando em 1979 Flávio Pinto de Almeida dizendo dono da área impetrou mandato judicial contra os lavradores. O Juiz lhe deu ganho de causa e concedeu liminar para o despejo das Famílias dos Posseiros.	- Assassinatos de Posseiros; - Violento conflito armado entre a Polícia Militar e as Famílias dos Posseiros; - Despejo das Famílias pela Polícia; - Espancamento de mulheres e crianças; - Torturas, humilhações, violências sexuais, prisões arbitrárias, fechamento de estradas de acesso as posses dos lavradores por parte da Polícia Militar.

UNIDADE FEDERADA	Área (ha)	Famílias	MOTIVOS DOS CASOS
54- Alenquer (Vai Quem Quer)	-	-	- Problemas de conflitos de terras entre famílias, com luta armada. - Assassinato de lavradores.
55- Marabá (Itapiranga)	6.600	100 (ou 500 pessoas)	- Conflitos de terras. - Assassinato de posseiros.
56- Marabá (Pau-Seco)	-	-	- Grilagem de terras. - Assassinato de lavradores.
57 - Marabá (Surubim)	-	-	- Desentendimentos entre patrão e empregados da Fazenda Surubim por questões de pagamento à trabalhadores. em - Assassinato de trabalhadores rurais.
58 - Xinguara (Pau-Ferrado)	-	-	- Conflitos de terras envolvendo posseiros e Polícia. pos - Frequentes tiroteios entre Polícia e posseiros; - Assassinatos de posseiros; - A maior parte da população acuada e em pânico refugiou-se nas matas durante uma semana. - Invasão e destruição das Casas dos Posseiros.
59- Pacu	-	-	- Conflitos de terras entre donos de castanhais e posseiros. de - Assassinato de posseiros.
60- Km 0	-	-	- Discussão entre lavradores por problemas de terras. pro - Assassinato de lavradores.
61- Paraúnas	-	-	- Conflitos de terras entre lavradores e donos de castanhais. - Assassinato de lavradores; invasão da Polícia às casas dos lavradores para exigir despejo das famílias;
62 - Itaipavas (Pau D'arco)	-	40 (ou 200 pessoas)	- Conflitos por causa de grilagem de terras envolvendo lavradores e grileiros que davam como pagamento das terras indenizações insignificantes exigindo a retirada das famílias. de - Assassinato de posseiros e crianças filhas dos posseiros; - Despejos das famílias por ato judicial.

UNIDADE FEDERADA	Área (ha)	Famílias	MOTIVOS DOS CONFLITOS	CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS
63- Fazenda Suru bijú	-	-	- Maus tratos e trabalho forçado submetido à menores trabalhadores na Fazenda Surubijú.	- Assassinato de Peão com 16 anos de idade.
64 - Fazenda Del Rey	-	-	- Conflitos de terras entre lavradores que possuem roça dentro da Fazenda, cujos proprietários exigem as suas retiradas da área.	- Assassinatos de lavradores; - Frequentes tiroteios entre lavradores e pistoleiros da Fazenda Del Rey.
65- Irituia (Tupi nambá)	-	-	- Questões de conflitos de terra envolvendo colonos e comerciante que se dizia dono das terras, exigindo a retirada dos colonos da área.	- Assassinato de lavrador.
66-São João do Araguaia (Ita mirim)	-	-	- Conflitos de posse de terra.	- Assassinato de lavrador.
67- Bom Jesus	-	-	- Questões de terra.	- Assassinato de lavrador.
68- Mãe Maria	52.066	150 (ou 750 pessoas)	- O Getat assentou famílias em reserva indígena. Conflitos de terras entre colonos e indígenas.	- Invasão de Território Indígena; - Mortes de colonos e de índios.
69- São Félix do Xingú	-	-	- Maus tratos e regime de semi-escravidão de trabalhadores na Fazenda Panelão.	- Assassinato dos trabalhadores que tentaram fugir.
70- Agropexin	-	-	- Invasão de território indígena do grupo Txucarranáe.	- Conflitos entre "brancos" e índios; - Assassinatos de posseiros e índios.

UNIDADE FEDERADA	Área (ha)	Famílias	MOTIVOS DOS CONFLITOS	CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS
71 - Aldeia Xicrin	-	-	- Como a área dos índios Kaiapós do grupo Gorotire é rica em recursos naturais, preferentemente em madeira de lei (mogno), sucessivamente vem sendo invadida por trabalhadores empregados em diversas fazendas da região. Desde aí começaram os conflitos entre índios, colonos, empregados das fazendas, fazendeiros e pistoleiros.	- Invasão de território indígena; - Mortes de índios por contágio de doenças devido a contato com "brancos"; - Frequentes tiroteios na área com baixas para os dois lados; - Em represália os índios chacinaram uma família inteira de colonos da área, mataram os pais, e as crianças que foram violentamente estropadas. Antropólogos do Museu Goeldi asseveram que os Kaiapós não foram os estropadores, pois não têm como hábito e nem conhecem essa prática de violência sexual.
72- Portel (Caxiuana)	-	-	- Violento confronto armado entre família de trabalhador rural e fiscais do IBDF por que a família extraía material à fabricação de chicletes.	- Assassinato de lavradores.
73-Santana do Capim (Fazenda Laci)	-	-	- Trabalhadores da Fazenda Laci contratados, estavam subjugados a regime de trabalho escravo, endividamentos e, a escassez de comida.	- Assassinato de trabalhadores rurais; - Maus tratos de trabalhadores; - Falta de segurança no trabalho.
74-Afuá (Ilha dos Bodes)	-	-	- Conflitos por grilagem de terras.	- Assassinato de posseiros; - Pressão contra famílias de posseiros por parte dos grileiros; - O Delegado na época para procurar e prender assassinos cobrava a quantia de Cz\$ 100,00, recebeu o dinheiro, não deu recibo e nem prendeu os criminosos.

UNIDADE FEDERADA	Área (ha)	Famílias	MOTIVOS DOS CONFLITOS	CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS
75- Ourém (Piriá)	-	-	- Conflitos de terras entre posseiros e fazendeiros da localidade. Emboscada criada por fazendeiro contra trabalhador ludibriando-o a pensar que iria contratado por ele para trabalhar na Fazenda.	- Assassinato de trabalhadores rurais por pistoleiros a mando do Fazendeiro Isaac Aguiar.
76- São João do Capim (Km 162)	-	-	- Conflitos por grilagem de terras envolvendo lavradores e grileiros; - Falta de pagamento a trabalhador rural que trabalhou ao grileiro.	- Assassinato de lavradores por parte da Polícia a serviço do grileiro Guerra.
77- Araguaia Tocantins (Mutu)	-	-	- Conflito de terras entre posseiros e grileiros.	- Assassinato de posseiros por pistoleiros a mando de grileiros.
78- Nova Ipixuna	40	-	- Questões de terra envolvendo posseiros, fazendeiros e grileiros.	- Assassinato de lavradores pela Polícia a mando dos grileiros.
79- Rio Tocantins e Xingu	-	10.000 índios	- Invasão de território indígena da tribo Gaviões causada pela passagem da linha da Eletronorte; - Invasão do território dos índios Parakanã.	- Conflitos de "brancos" e índios; - Assassinatos de índios; - Mais de 200 índios foram mortos; - 95% dos Parakanãs do contra foram atacados por uma violenta epidemia de gripe, devido aos contatos com "brancos"; - 08 crianças entre os Parakanãs nasceram cegas em virtude do contágio de sífilis em 35 índios por dois agentes da FUNAI.

UNIDADE FEDERADA	Área (ha)	Famílias	MOTIVOS DOS CONFLITOS	CONSEQUENCIAS SOCIAIS
80- Castanhal (Zona Bragantina)	-	-	- Confronto entre a Polícia Militar e a União dos Lavradores da Zona Bragantina, em 1964. Os lavradores foram acusados de subversivos e membros do P.C. do B.	- Assassinatos de lavradores e Lideranças Sindicais.
-	-	-	- Problemas de conflitos de terra envolvendo lavradores e Prefeitura.	- Assassinato de lavradores.
81- Moju (Juniratina)	-	-	- Conflitos de terra entre lavradores e grileiros de terra..	- Assassinato de lavradores; - Intervenção violenta da Polícia contra lavradores.
82- Santo Antônio do Tauaci (Baiana)	-	-	- Conflitos de terra entre posseiros e grileiros que queria as terras de posseiro.	- Assassinato de lavradores.
83- São Caetano de Odiveiras (Vila Nova)	-	-	- Maus tratos de trabalhadores empregados na Fazenda.	- Assassinato de trabalhadores rurais submetidos a maus-tratos e ameaçados de morte.
84- Fazenda Santa Mariana	-	-	- Desentendimentos entre capataz da Fazenda e agregados por causa de roubo.	- Assassinato de agregados da Fazenda; - Ameaça e expulsão da família dos agregados mortos.
85- Fazenda Santa Teresa	-	-	- Conflito de terras entre posseiros e pistoleiros contratados pela Fazenda para expulsar as famílias da área.	- Assassinato de posseiros; - Confronto armado entre posseiros da área da Fazenda e pistoleiros comandados pelo Delegado da Polícia Federal.
86- Fazenda Acapu	-	-	- Revolta de trabalhadores da gleba suprema da Fazenda Acapu de propriedade do Grupo Lunardelli por maus tratos e submissão de peões a regime de trabalho de semi-escravidão.	- Assassinato de trabalhadores rurais; - Desaparecimento de vários empregados da Fazenda.

QUADRO III.9.1

UNIDADE FEDERADA	Área (ha)	Famílias	MOTIVOS DOS CONFLITOS	CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS
87- Maria Luíza	-	-	- Problemas de posse de terra, onde posseiros da área queriam apoderar-se de posse de outros posseiros.	- Assassinato de posseiros em violento tiroteio envolvendo posseiros da localidade.
88- Santana do Araguaia (Fazenda Rio da Prata)	-	-	- Problemas de desentendimentos entre patrão e empregados da Fazenda Rio da Prata por questões de pagamento a "peões" por serviços prestados.	- Assassinatos de peões por pistoleiros a mando da Fazenda de propriedade do Banco Mercantil.
89- Fazenda Fartura	-	100 (ou 500 pessoas)	- Trabalho escravo de empregados da Fazenda.	- Assassinatos de peões na Fazenda de propriedade da Super gasbrás.
90- Vila Mandi	3.600	-	- Problemas de divisão de terras pertencentes a área do Mandi, uma das quais reivindicada pelo Empresário Flávio Almeida, mas que havia sido liberada a posseiros.	- Assassinato de posseiros; - Perseguição, ameaças e ataques as famílias de posseiros por parte da Polícia Militar; - Espancamentos e prisões arbitrárias.
91- Barcarena	-	-	- Conflitos de terras entre lavrador e a família das terras que ocupava.	- Assassinato de lavradores.
92- Benevides (Taiassuí)	300	-	- Conflitos de terras entre posseiros e a Fazenda Tapera.	- Assassinato de posseiros; - Despejo de famílias dos posseiros.
93- Tucuruí (Cuputema)	-	-	- Conflitos de terras por problemas de demarcação e divisão de terras.	- Assassinato de lavradores.
94- PA 263	15	-	- Conflitos de terras por grileiros.	- Assassinato de posseiros e lideranças sindicais pela Polícia que recebeu dinheiro para fazer o "serviço".

UNIDADE FEDERADA	Área (ha)	Famílias	MOTIVOS DOS CONFLITOS	CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS
95-Altamira (Presidente Médice)	-	-	- Conflitos entre trabalhadores da Fazenda Antonio Almeida por questões de salário.	- Assassinato de trabalhadores rurais.
96- Altamira (km 23)	-	-	- Conflitos de terra entre posseiros e Fazendeiro da localidade.	- Assassinato de posseiros por pistoleiros a serviço do Fazendeiro.
97- Altamira (Vila Vitória)	-	-	- Conflitos de terras envolvendo lavradores e pistoleiros.	- Bárbaro assassinato de assassinato de lavradores com arrancamento de seus testículos e olho esquerdo para prova.
98 - km 27	100	-	- Conflito de terras entre colonos e fazendeiros.	- Assassinato de colonos.
99 - km 92 (Pacal)	-	2.000 (ou 10.000 pessoas)	- Violento confronto entre trabalhadores - cortadores da cana para Usina de Alcool e Açúcar "A. Lincoln" no km 92 da Transamazônica e Polícia, cujos funcionários da CONAN tentaram enganar os trabalhadores no pagamento da empreitada de limpeza e plantação de um terreno de cana-de-açúcar.	- Assassinatos de trabalhadores; - Violência, espancamento e prisões arbitrárias da Polícia contra trabalhadores rurais; - A Igreja foi acusada de incitar os trabalhadores e o Bispo foi violentamente espancado.
100- Mojú (Olho D'Água)	-	-	- Falta de cumprimento do preço do salário previamente acertado entre trabalhador contratado para desmatamento de área por parte do patrão.	- Assassinato de lavrador.
101-Capanema (Cacoal do Piritoró)	-	-	- Conflitos por grilagem de terras.	- Assassinato de lavradores.
102- Ourém (Jacaré Branco)	-	-	- Destruição de roças e plantações de lavradores por parte de animais de fazendeiro.	- Assassinato de lavradores por pistoleiros a mando do fazendeiro com a cobertura da Polícia; - Morte de animais.

UNIDADE FEDERADA	Área (ha)	Famílias	MOTIVOS DOS CONFLITOS	CONSEQUÊNCIAS
103 - Maçaranduba	-	-	- Conflito e grilagem de terras.	- Assassinato de lavradores.
104 - Bujaru (km 48)	-	-	- Conflitos e grilagem de terras.	- Assassinato de colonos.
105 - Santarém (Igarapé da Lama)	-	-	- Conflitos de terra envolvendo colonos que se diziam donos de uma mesma posse.	- Assassinato de colonos.
106 - São Francisco do Pará (Mara-canãzinho)	-	-	- Endividamento provoca desentendimentos entre lavradores e patrão. Sujeição de lavradores a trabalho escravo.	- Assassinato de lavradores; - Impedimento forçado de lavradores retirarem alimento da cantina.
107 - Capitão Poço (Fazenda Santa Cecília)	-	70 (ou 350 pessoas)	- Bloqueamento de posseiros de uma área reclamada por José de Oliveira.	- Assassinato de posseiros pela Polícia a mando do fazendeiro; - Frequentes tiroteios entre a Polícia e Família dos posseiros; - Situação de pânico entre a população da localidade.
108 - Jacundá (km 51-60)	-	-	- Questões de terra entre posseiros e grileiros.	- Assassinato de posseiros.
109 - Jacundá (Rio Miju)	1.800	100 (ou 500 pessoas)	- Conflitos de terra envolvendo posseiros e policiais; grilagem de terras.	- Assassinato de posseiros; - Tiroteio entre Polícia e posseiros; - Prisões e espancamentos arbitrários por parte da Polícia; - Espancamento de mulheres pela Polícia; - Assassinatos de trabalhadores rurais.
110 - Tomé-Açu (Fazenda Colatina)	-	200 (ou 1.000 pessoas)	- Conflitos de terra entre lavradores.	- Assassinato de lavradores e lideranças sindicais; - Queima da Delegacia.

UNIDADE FEDERADA	ÁREA (ha)	FAMÍLIAS	MOTIVOS DOS CONFLITOS	CONSEQUENCIAS SOCIAIS
111- Colônia do Jamic	-	-	- Conflitos de terras entre pequenos proprietários rurais e fazendeiro.	- Tiroteio violento iniciado por pistoleiros a serviço do fazendeiro assassinando lavradores. - Assassinato de peões da fazenda.
112 - XINGUARÁ	2.000	-	- Desocupação pela força da Gleba Santa Helena	- Casas e plantações incendiadas, lavradores torturados e desaparecidos e dezenas de famílias expulsas. - Arbitrariedades cometidas pelo fazendeiro Trajano Francisco Mota com auxílio de 12 policiais militares e pistoleiros.
113 - Tucuruí	151.500	-	- A implantação do Projeto Querê pelo MIRAD, que abrange os municípios de Itupiranga, Tucuruí e parte de Marabá.	- Está havendo um desentendimento entre as empresas madeireiras e os colonos. - Ameaça de morte por parte dos madeireiros ao Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tucuruí Ramundo Nonato Silva.
114 - Conceição do Ara- guaia	180.000	38	- Conflito de terra entre lavradores e fazendeiros.	- Retirada arbitrária pelo uso da força de famílias de lavradores alojados na fazenda Marajoara, embora a citada fazenda já tivesse sido desapropriada pelo MIRAD, que pagou na época 400 milhões de cruzados.

QUADRO III.G.1

UNIDADE FEDERADA	ÁREA (ha)	FAMÍLIAS	MOTIVO DOS CONFLITOS	CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS
115-Parago- minas	6.500	-	- Negação de alimentação de Domingas Borges de Mendonça para Carlinhos, na fazenda São Judas Tadeu.	- Carlinhos atingiu com um tiro de raspão e matou o fazendeiro Joaquim Lourenço e o peão Victor.
116-Belém	-	-	- Preservação da Amazônia em troca da dívida externa brasileira.	- O povo brasileiro teria que ser responsável por esse gerenciamento, já que a dívida brasileira é impagável, e mesmo o dinheiro a ser utilizado na região não virá do exterior. - Esse projeto só traria boas consequências para Amazônia embora a longo prazo.
117- Belém	-	-	- Foi uma emboscada armada pelo proprietário da fazenda Santa Maria contra uma diligência da Polícia Civil.	- Ocorreu a morte de um cabo da Polícia Militar e ferimento em mais quatro integrantes da diligência. - Foi decretada a prisão preventiva para o fazendeiro e médico Ovídio Otávio Pamplona Lobato. - Sendo que os autores do crime foram os empregados da fazenda Santa Maria.
118- Itaituba		-	- Ocupação de posseiros por 4 horas na sede do Projeto Fundiário Cachimbo, do Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário (MIRAD) na localidade de Marituba - município	- Os colonos cortaram o telefone e o sistema de transmissão de rádio.

UNIDADE FEDERADA	ÁREA (ha)	FAMÍLIAS	MOTIVOS DOS CONFLITOS	CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS
			- Itaituba. Os posseiros estavam fazendo uma reivindicação para que fosse feito um levantamento na área, à demarcação dos lotes e a recuperação da estrada.	- Fizeram 4 refêns, entre eles o executor do Projeto Altamiro Raimundo da Silva.
119- Redenção	-	-	- Agressão verbal ao Prefeito de Redenção Arcélide Veronesi pelo Deputado Manoel Jesus Franco e agressão física de Pedro Barros ao Prefeito.	- Arcelide quebrou o pé direito e comunicou o fato a delegacia de Redenção para o PM Cruz no qual não iria tomar providências pois o deputado e o Pedro eram seus amigos.
120- Belém/Brasília no Quilômetro 47	-	-	- Invasão das fazendas Marimonte e Iracema por posseiros em protesto pelo assassinato de João Carlos Batista (PSB).	- Juvêncio Tavares chefe dos vaqueiros das fazendas foi encontrado morto com o corpo bastante mutilado. Há suspeita que tenha sido morto a paulada por posseiros. - Os posseiros atearam fogo na casa sede e numa guarida da fazenda.
121- Capitão Poços	-	-	- Projeto dos colonos, caminhoneiros e moradores de Capitão Poços na Rodovia PA-123 contra as péssimas condições de trafegabilidade no trecho da estrada que liga Belém-Brasília a Piriá.	- As comunicações foram interrompidas entre os municípios de Capitão Poço, Garrafão do Norte e Ourém. - Foi colocado um caminhão sobre a ponte da localidade de Roça Nova, e uma tora de madeira no meio da estrada.

UNIDADE FEDERADA	ÁREA (ha)	FAMÍLIAS	MOTIVOS DOS CONFLITOS	CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS
122- Augusto Corrêa	-	-	- Que haja uma redução nas taxas de impostos territorial e rural que são pagas pelos pequenos agricultores do município de Augusto Corrêa.	- Além do produto ser vendido barato, esse dinheiro mal dá para alimentação, e com as taxas de impostos acaba tudo.
123 - MOJU	-	15.000	- Foi o desaparecimento de Canindé da colônia de Jambuaçu, que tentando defender suas terras foi morto pelos pistoleiros a mandado de dois capangas Claudionor Barbosa, Aluim e Augustinho.	- Destruíram o posto telefônico da Telepará e invadiram e destruíram a delegacia e incendiaram a casa do fazendeiro Claudionor Barbosa. - Cerca de cem homens armados com espingardas cartucheiras (de caça) invadiram o município de Moju.
124 - Rondon	-	-	- O sequeiro do fazendeiro Fielmon Nunes da porteira de sua fazenda no município de Rondon do Pará.	- Foi preso o fazendeiro Orlando Romário Gama, e o motorista do Fusca J. C. O., de 17 anos, que levaram os sequestradores até a fazenda. - Houve reação por parte dos empregados da fazenda mas foram obrigados a deitar no chão.
125- Ipixuna	-	-	- Revolta da população de Ipixuna contra os policiais que deixaram fugir os assassinos do vendedor praticista José Teixeira do Amaral, e de acobertarem pistoleiros.	- Destruíram a delegacia policial e duas residências. - Bloquearam a rodovia 010 (Belém-Brasília) à altura da ponte sobre o Rio Ipixuna. - Foi cortado o único fio de telefone do posto da Telepará.

QUADRO III.3.1

UNIDADE FEDERADA	ÁREA (ha)	FAMÍLIAS	MOTIVOS DOS CONFLITOS	CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS
126- Marabá	-	-	- Atentado contra o chefe de Gabinete do Prefeito de Marabá Jurandir do Rosário Varela.	- Houve 3 disparos contra sua casa atingindo seu filho de 2 anos.
127- Paragominas	-	-	- Desentendimento entre as famílias Davis e Gusmão, proprietários respectivamente das fazendas "Capaz" e "Esplanada".	- Foi morto o americano John Weaver Davis e dois de seus filhos. - Davis foi preso.
128- Tailândia	-	-	- Acusações feitas pelo Predidente da Associação dos moradores de Tailândia contra Francisco Nazareno Gonçalves.	- Ameaça de morte a Sebastiana Silva mulher de Francisco.
129- Itapicuru	-	-	- Conflito por causa de uma gleba da fazenda Santa Maria.	- Queima de barracos - Espancamentos, além da morte de um posseiro. - Invasão da fazenda Santa Maria por posseiros, no qual dilapidaram o patrimônio da empresa vendendo madeira, destruindo os galpões, roubando uma cerca de arame farpado e extraviando ferramentas.
130- Itapecuru	4.356	60	- Invasão da fazenda Santa Maria por policiais da PM para retirar os posseiros com o uso da força.	- Foi morto a tiros um dos posseiros da área Galdino de Jesus Fagundes, 23 anos. - Foi também baleado Hilário de Jesus Fagundes.

UNIDADE FEDERADA	ÁREA (há)	FAMÍLIAS	MOTIVOS DOS CONFLITOS	CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS
131 - São João do Ara- guaia	272.000	-	- Ocupação indiscriminada por parte dos comerciantes, madeireiros, industriais e fazendeiros na área conhecida como "Polígono dos Castanhais" negociada pelo MIRAD ainda na gestão de Jader Barbalho.	<ul style="list-style-type: none"> - Venda indiscriminada da madeira. - Negociação da posse da terra. - Desmatamento intensivo, através das queimadas, que vem determinando uma progressiva depredação das áreas dos castanhais. - Vem gerando uma série de tensões registrando, inclusive, casos de mortes.
132 - Marabá	-	-	- Ocupação por posseiros da área conhecida como "Boca do Cardoso" localizada no Km 100 da PA-150.	- Morte de 1 pessoa quando tentava fazer plantação de uma roça.
133 - Abacatal	-	-	- Violência por parte da empresa de transporte Rio Castanha que se diz proprietária da área Abacatal localizada no município de Auanidena.	<ul style="list-style-type: none"> - Cerca de 20 empregados da empresa de transporte Rio Castanha derrubaram as casas dos moradores da localidade, com a proteção da Polícia Militar do estado. - Foi destruído um projeto ami-agrícola e da piscicultura financiado pela SUDAM. - Os policiais estavam armados de escudos, cassetetes, metralhadoras e escopetas. - Foi derrubado o barracão central do setor de agricultura que servia para a guarda de material.

UNIDADE FEDERADA	ÁREA (ha)	FAMÍLIAS	MOTIVOS DOS CONFLITOS	CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS
134 Murinim	-	85.000	- Despejo de 85.000 famílias coman- dado por soldados da Polícia Mi- litar do estado e por Jepson Caba- cinique, fato ocorrido em Murinim, Município de Benenides.	- Choque entre os moradores e a Polí- cia Militar do estado. - Várias casas foram queimadas. - Animais foram roubados e uma égua en- venenada com uma substância estranha. - Os posseiros Raimundo Nonato Gomes Araújo, Manuel Ferreira dos Santos e Carlos Souza foram espancados e pre- sos.
135 Belém	-	-	- Invasão da área conhecida como co- munidade Santos Dumont localizada entre as passagens Santa Terezinha e Santo Amaro, atrás do hotel Vila Rica, pertencente a Empresa de Construção Gerais Limitadas.	- Foram incendiadas todas as casas e armações por policiais, e inclusive a madeira que estava empilhada no chão.
136 - Vizeu	-	8.000	- Conflito na Vila de São Francisco, município de Vizeu entre posseiros e índios, por inoperância dos fun- cionários da FUNAI e do MIRAD.	- Ocorreu a expulsão de madeireiras. - 2.000 famílias estão sendo ameaçadas por funcionário da FUNAI e por sol- dados da Polícia Militar. - A produção dos colonos está sendo to- mada por policiais sob ameaças de es- pancamento e prisão. - O Deputado do PSB João Batista pediu a delimitação da área indígena para e- vitar a continuação do conflito.

UNIDADE FEDERADA	ÁREA	FAMÍLIAS	MOTIVOS DOS CONFLITOS	CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS
137- Marapanim	-	-	- Foi uma emboscada armada por posseiros contra o fazendeiro Airton Moreira da Silva conhecido como o "paulistinha" no município de Marapanim.	<ul style="list-style-type: none"> - O fazendeiro Airton Moreira da Silva matou com 6 tiros o posseiro Edinaldo Ciriaco Pereira. - Foi queimado o carro do fazendeiro por amigos da vítima. - Os posseiros também atearam fogo em parte da fazenda de Airton Silva e mataram dezenas de reses, deixando cerca de 200 animais fugirem do pasto.
138- Acará	-	60	- Tiroteio entre policiais e posseiros ocorrido na fazenda Santa Maria no Município de Acará.	<ul style="list-style-type: none"> - Muitas casas foram queimadas e derrubadas, uma plantação de abacaxi totalmente destruída caixotes e vários utensílios domésticos espalhados pelo terreiro e algumas ferramentas agrícolas abandonadas sobre troncos de árvores. - Foi morto o lavrador Waldenio de Jesus Façundes por policiais. - Posseiros foram espancados por policiais.
139- Irituia	7.000	-	- Invasão da fazenda "Marimonte" localizada no quilômetro 48 da rodovia Belém-Brasília, no município de Irituia de propriedade do empresário Joaquim Fonseca por cerca de 50 homens armados.	<ul style="list-style-type: none"> - Foi baleado um funcionário da fazenda. - Queimaram todas as plantações além de matarem mais de seis bois. - Ficou desaparecido um empregado da fazenda.

UNIDADE FEDERADA	ÁREA (ha)	FAMÍLIAS	MOTIVO DOS CONFLITOS	CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS
140 - São Domingos do Capim	-	-	- Desalojamento dos posseiros da fazenda Chão Preto de propriedade de Jader Barbalho, município de São Domingos do Capim, leste do Pará.	- 100 famílias de posseiros que se encontravam instaladas na fazenda Chão Preto foram desalojadas. - Vários posseiros foram presos e espancados na fazenda.
141 - Jacundã	-	-	- Acusação contra os posseiros de terem chacinado no dia 22 de outubro de 1987, os lavradores Sebastião de Souza e João Ventinha e uma criança de 3 anos, no qual teria sido encomendado pelo fazendeiro Hermínio Ferreira e Joaquim Ferreira, proprietários de uma vasta terra, da qual os colonos teriam se apossado.	- Foram mortos pela polícia do município de Jacundã os dois pistoleiros Zacarias Rodrigues da Silva o "Baixinho" e Ademir Moreira, o "Baianinho".
142 - Cachoeira do Arari	-	-	- Ameaças de morte ao Padre Silvério Catiglioni da paróquia do município de Cachoeira do Arari, onde em sua missão incentiva o povo a se organizar em sindicatos e colônias de pescadores, a olhar para sua realidade.	- A casa paroquial de Retiro Grande em Cachoeira do Arari, onde o padre mora foi atingida por disparos de espingarda ou revólver de grosso calibre, onde atingiu a porta da casa e o telhado. - A porta da casa e o telhado foram varados por balas e estilhaços.
143 - Redenção	2	-	- Posseiros liderados pelo candidato a vereador pelo PMDB Pedro Pino, tentaram invadir a terra do comerciante Osvaldo Pino no município de Redenção.	- Cansado de pedir ajuda a Polícia Federal, Osvaldo tomou uma atitude drástica: armou de revólver, ele rendeu um escrivão de polícia e se trancou no estúdio da Rádio Quente, onde usou

UNIDADE FEDERADA	ÁREA (ha)	FAMÍLIAS	MOTIVOS DOS CONFLITOS	CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS
				<p>o microfone para chamar atenção das autoridades para seu problema.</p> <p>- Osvaldo armado de revólver expulsou os posseiros.</p>
143 - BRAGANÇA	-	-	<p>- Conflitos agrário, intensificados quando o fazendeiro e dono da olaria, Antonio da Silva, decidiu cercar um terreno que comprara há quatro anos e invadiu com arame farpado dois outros terrenos, um deles de um pequeno lavrador, além de tentar monopolizar um lagoa, a única da região, usada por todos os pequenos criadores de gado.</p>	<p>- Unidos, agricultores e pecuaristas, tentaram um acordo com o fazendeiro. Não houve entendimento e todos passaram a apoiar o lavrador na luta para ver seu terreno desimpedido.</p> <p>- Houve novo confronto, culminando com a morte do lavrador e ferimentos graves no fazendeiro.</p> <p>- Logo que a notícia da morte do lavrador se espalhou pela localidade, aproximadamente mil pessoas, entre lavradores e pecuaristas, revoltados, invadiram e depredaram a olaria e o escritório pertencentes ao fazendeiro, além de tocarem fogo nos dois prédios e fazerem explodir um caminhão utilizado no transporte de tijolos.</p> <p>- A polícia compareceu ao local, mais com apenas 3 soldados, nada pode fazer a não ser assistir as chamas consumirem a propriedade.</p>

UNIDADE FEDERADA	ÁREA (ha)	FAMÍLIAS	MOTIVOS DOS CONFLITOS	CONSEQUÊNCIAS
144 -Rio Maria	-	-	<p>- Assassinato do Presidente dos Trabalhadores Rurais de Rio Maria, João Canuto Oliveira, por pistoleiros contratados pelos proprietários da fazenda Canaã e da fazenda Vale da Serra. João Canuto desde 1978, quando "foi desalojado de sua terra e a teve queimada, transformou-se em uma grande liderança dos trabalhadores rurais do sul do Pará". Desde então sofre tentativas de assassinato e vive ameaçado.</p>	<p>- Durante o enterro, foram realizadas breves manifestações de lideranças sindicais de vários municípios, Marabá, Xingarã, Redenção, Conceição do Araguaia, nos discursos pediam a punição dos pistoleiros e mandantes do crime, além de reivindicarem a imediata efetivação da reforma agrária.</p> <p>- Enquanto o caixão era coberto pela bandeira do PCdoB, trabalhadores rurais ostentavam faixas que traziam frases de protesto contra a violência no campo.</p> <p>- No cemitério foi realizado o último ato público onde falaram o representante da CPT, Emanuel Van Berg, o vigário de Rio Maria, o Deputado Federal Ademir Andrade (PMDB), Newton Miranda, do PCdoB e o Deputado Estadual Paulo Fontelles. No geral condenaram o assassinato de João Canuto e a violência que se abate sobre os trabalhadores rurais.</p> <p>- O Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Hermann Assis Baeta denunciou o assassinato do Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Maria, por ocasião da realização de um encontro de advogados, com a comunidade para conter a violência, ora em desenvolvimento em Marabá.</p>

UNIDADE FEDERADA	ÁREA (ha)	FAMÍLIAS	MOTIVOS DOS CONFLITOS	CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS
145-Marabá	-	-	<p>- Na fazenda princesa a mando e na presença do fazendeiro Marlon Lopes Pidde, foram chacinados os seguintes trabalhadores rurais: Ezequiel Pereira dos Santos (indio Kaiapó), Manoel e José Barbosa da Costa, José Pereira de Oliveira e Francisco Oliveira da Silva. As vítimas não eram posseiros e nem haviam invadido terra de ninguém. Tratava-se de colonos assentados pelo GETAT, numa sobre de terra <u>li</u> mítrofe às terras do fazendeiro.</p>	<p>- A CPT de Marabá enviou nota de informe a população no que dizia "...O episódio foi um verdadeiro genocídio e entra na triste história dos trabalhadores rurais do sul do Pará, local onde acontece as mais alarmantes cenas de nosso país. Justiça! Reforma agrária radical e imediata..."</p>

UNIDADE FEDERADA	ÁREA (ha)	FAMÍLIAS	MOTIVOS DOS CONFLITOS	CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS
VII. RONDÔNIA				
01. Itaporanga	1.200.000	600 (ou 5.000 pessoas)	- Omissão do INCRA, erro da FUNAI e uma complexa situação fundiária causada pela "grilagem" dos irmãos "Melhorança", levaram ao conflito índios e colonos, com mortes dos dois lados, com a invasão do território dos índios Suruí.	- INCRA e FUNAI decidiram permutar áreas para retirar os colonos da reserva indígena, mas as duas partes continuam muito próximas e agressivas; - Mortes e feridos entre índios e brancos.
02. BR-364	-	-	- Conflitos de terras ocasionados por grilagem de terras ao longo da Estrada BR-364. O grileiro Godofredo Rodrigues queria a terra de colonos no povoado e, exigia que estes abandonassem a área. Depois disso, começaram os conflitos na área.	- Assassinatos de colonos-agricultores da localidade por pistoleiros que a serviço dos grileiros armaram uma emboscada aos colonos. - Frequentes tiroteios colocando a população em pânico, saindo ferido o farmacêutico José Paulino. - Expulsão de famílias de colonos da área com violência por pistoleiros. - Assassinato do Advogado Agenor de Carvalho, que defendia os colonos.
03. Reserva dos Karipunas	212.000	300 (ou 1.500 pessoas)	- Famílias invasoras de lavradores provenientes de várias partes do País abriram lavouras na reserva dos índios Karipunas em Guajarã-Mirim. Desde aí os conflitos começaram entre colonos e índios, que exigem a retirada dos agricultores da área.	- Invasão do território indígena. - Frequentes tiroteios com baixa para os dois lados. - Mortes de índios por contágio de doenças devido aos contatos com os "brancos".

UNIDADE FEDERADA	ÁREA (ha)	FAMÍLIAS	MOTIVOS DOS CONFLITOS	CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS
04. Santa Fé (Guaja- rá Mirim)	-	2,1 Famílias	- Movimento popular de retorno a área por 21 famílias, cujas casas foram incendiadas por jagunços do dono da fazenda.	- O Padre local foi jurado de morte pelo latifundiário acusado de ter liderado o movimento, sendo a denúncia feita à imprensa pelo Bispo local, irmão do sacerdote ameaçado. - Dois meses depois do povoado ser destruído, o juiz de direito local, através de uma limiar determinou o retorno das famílias à área que ocupavam, provocando a revolta do fazendeiro.

UNIDADE FEDERADA	Área (ha)	Famílias	MOTIVOS DOS CONFLITOS	CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS
5- Rolim de Moura	2.000	100 (ou 500 pessoas)	- O INCRA concedeu ao Fazendeiro Carlos Miranda três lotes de terra, numa área total de 300 ha, mas este inconformado reivindicava uma área muito maior, cujos limites aliás ultrapassava várias posses de pequenos agricultores. Por isso, então os conflitos começaram, pois o fazendeiro resolveu expulsar de qualquer maneira os colonos da área.	- Assassinato de pequenos agricultores; - Queima de ranchos e propriedades; - No tiroteio morreu o fazendeiro e vários parceleiros; - A denúncia foi feita a Polícia, mas não houve prisão dos criminosos; - Expulsão de famílias dos colonos por pistoleiros, em conjunto com a Polícia de Cacoal.
6- Ji-Paraná	21.000	250 (ou 1.250 pessoas)	- Um conhecido Fazendeiro depois de receber do INCRA o título legal de uma imensa área no município, resolveu expulsar violentamente as famílias de lavradores há muitos anos estabelecidas no local, por isso então começaram os conflitos entre pistoleiros de aluguel e os lavradores da área.	- Assassinato de lavradores; - Massacre e despejo violento de centenas de famílias de lavradores da área; - Destruição de casas e benfeitorias por parte de jagunços e a Polícia; - Prisão arbitrária de lavradores por parte da Polícia a serviço do Fazendeiro.
7- Jaru (Theobroma)	21.000	300 (ou 1.500 pessoas).	- Jorge Augusto do movimento dos sem-terra liderava um movimento de ocupação de uma área pretendida pela Empresa FREY - Rondônia Florestal S/A, quando foi surpreendido por um grupo de jagunços.	- Assassinato de lideranças comunitárias por jagunços contratados pela Empresa FREY; - Forte tiroteio na localidade semeando pânico entre a população.
8- Jaru (Nova Vida)	-	300 (ou 1.500 pessoas)	- Na área de propriedade da Companhia Agropecuária Nova Vida, pertencente ao Grupo Arantes, resolveu expulsar centenas de famílias estabelecidas há anos nos limites da área da Fazenda. Inconformados, os posseiros entraram em conflito com pistoleiros.	- Assassinato de posseiros; - Frequentes tiroteios na área para intimidar as famílias dos lavradores; - Despejos de famílias da área; - Ocorrência de várias emboscadas com mortes e ferimentos de lavradores por jagunços contratados pela Fazenda.

UNIDADE FEDERADA	Área (ha)	Famílias	MOTIVOS DOS CONFLITOS	CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS
9-Guajará-Mirim (Vale do Gua- poré)	-	-	- Conflitos por grilagem de terras. O grileiro Afantes contratou pistoleiros para retirar a bala famílias de posseiros que já viviam há anos estabelecidas na localidade e, por isso começaram os conflitos na área.	- Assassinato de posseiros; - Despejo arbitrário de famílias da área; - Destruição de casas e roçados; - Mutilação de posseiros que tiveram orelhas decepadas.
10-Costa Marques (Cerejeiras)	-	-	- Na Fazenda São José do Urose trabalhadores submetidos a regime de trabalho escravo se revoltaram em violento conflito contra o capataz da Fazenda.	- Assassinato de "Peões" - trabalhadores rurais; - Desaparecimento de trabalhadores rurais; - Maus-Tratos e degradação da pessoa humana; - Violação dos direitos humanos.
11- Vilhena (Coro- lado do Oeste)	-	-	- Desde 1980, inúmeras famílias de posseiros estabeleceram-se no local. Mais tarde, o Fazendeiro Agábito Lemos, da Fazenda Caxibi passou a reclamar a área como de sua propriedade. O Fazendeiro entrou na Justiça contra os posseiros e, o Juiz mandou suspender o despejo das famílias. Inconformado o Fazendeiro contratou pistoleiros para retirar violentamente os posseiros. Por isso, os conflitos começaram com reação por parte dos posseiros armados.	- Assassinatos de posseiros; - Despejo ilegal de famílias da área por pistoleiros contratados pelo Fazendeiro; - Invasão e derrubada de árvores e desmatamento de áreas pertencentes aos posseiros; - Frequentes tiroteios entre empregados da Fazenda e Posseiros; - Prisão arbitrária de posseiros por parte da Polícia; - Os criminosos, apesar de denunciados à Polícia não foram presos.

UNIDADE FEDERADA	Área (ha)	Famílias	MOTIVOS DOS CONFLITOS	CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS
12- Pimenta Bu <u>no</u> (Fazenda Camapuã)	-	20 (ou 100 pessoas)	- Ao lado da Fazenda Camapuã há vários anos viviam várias famílias ali estabelecidas. Como a área possui terras férteis, é pretendida por vários fazendeiros da localidade que resolveram expulsar os lavradores da área.	- Assassinato de lavradores; - Despejo arbitrário de famílias da área; - Frequentes tiroteios entre lavradores e pistoleiros; - Destruição de barracas e plantações dos lavradores; - O próprio Oficial de Justiça que deu ganho de causa aos fazendeiros é um dos interessados na área.
13- Porto Velho (Fazenda Santa Júlia)	30.000	200 (ou 1.000 pessoas)	- O proprietário da Fazenda Santa Júlia, Sr. Salim Felício resolveu tratar jagunços para retirar de qualquer maneira diversas famílias de lavradores que já viviam há anos estabelecidas na área, cujo fazendeiro se diz ser o "dono" legal; - Grilagem de terras.	- Assassinato de posseiros; - Despejo violento de famílias de lavradores da área; - Desaparecimento de posseiros; - Ateamento de fogo nos barracos dos lavradores; - Frequentes tiroteios entre jagunços e famílias de lavradores acuada; - O INCRA desapropriou a área e; forneceu cartas de ocupação aos lavradores que começaram a conquista legal das terras; - A Empresa Agropecuária Santa Júlia entrou na Justiça contra os lavradores e pretende legalizar a área como de sua propriedade.

UNIDADE FEDERADA	Área (ha)	Famílias	MOTIVOS DOS CONFLITOS	CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS
14-Presidente Médici	-	100 (ou 500 pessoas)	- Em 1985, inúmeras famílias de trabalhadores rurais sem-terra se leceram na localidade tomando posse de uma área, demarcando lotes, limpando o terreno e, fazendo derrubada. No meado do mesmo ano os posseiros foram surpreendidos por um grupo de 20 jagunços fortemente armados, que em tiroteios exigiam a retirada dos lavradores da área. A área estava sendo pretendida por Aureliano Brito, que teria sido o mandante da chacina contra os lavradores.	- Assassinato de lavradores; - Despejo arbitrário e violento de famílias de lavradores da área; - Destruição das cercas e demarcações dos lotes; - Frequentes tiroteios entre lavradores e jagunços a serviço do grileiro; - Espancamento, tortura e sevícias de posseiros por parte de jagunços do grileiro.
VIII. RORAIMA				
1. Santa Rosa Fronteira do Brasil e a Venezuela	-	9.000 índios	- Em 1974, a Perimetral Norte - BR/210, invadiu a parte Sul do Território dos índios yanomami. Em 1975 o Projeto Radam publicou investigações geológicas e possível ocorrência de ouro na região, provocando uma desenfreada corrida para a mineração na área. Desde aí os conflitos começaram entre índios, garimpeiros e empresas de mineração.	- Morte de dezenas de índios yanomami em virtude do contato com "brancos" durante a construção da Estrada Perimetral Norte; - Invasão arbitrária e ilegal de território indígena; - Extração de recursos minerais, preferentemente ouro da região dos índios; - Abertura de vários garimpos de ouro e cassiterita em território indígena; - O ex-Presidente da FUNAI, Coronel Nobre da Veiga, na época era o próprio chefe do serviço de Segurança da Companhia Vale do Rio Doce, que estava fazendo investigações de mineração na área;

UNIDADE FEDERADA	Área (ha)	Famílias	MOTIVOS DOS CONFLITOS	CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS
				- Criação do Distrito Agropecuário de Roraima, com previsão de assentamento de centenas de famílias de colonos em terras Yanomami.

Fontes: PINTO, Lúcio Flávio: "Conflitos pela Terra - um desafio na Amazônia". 1977;
REIS, Arthur Ferreira: "A Amazônia Brasileira em Foco" - 1978; "Assassinatos no Campo, Crime e Impunidade".
- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra - 1987 e; outras fontes 1988/89/90.

QUADRO Nº III.Q.2

EVOLUÇÃO DOS ASSASSINATOS NO CAMPO NA AMAZÔNIA E BRASIL - 1964/90

ANOS	BRASIL	AMAZÔNIA	
		ABSOLUTO	%
1964	14	05	35,71
1965	05	03	60,0
1966	08	-	-
1967	10	03	30,0
1968	03	01	33,3
1969	05	03	60,0
1970	11	01	9,09
1971	22	03	13,64
1972	19	06	31,58
1973	29	15	51,72
1974	22	12	54,55
1975	39	13	33,33
1976	44	13	29,55
1977	51	15	29,41
1978	39	29	78,38
1979	65	34	51,52
1980	91	28	30,47
1981	131	30	22,90
1982	53	35	60,34
1983	96	40	41,67
1984	123	60	48,78
1985	226	152	65,93
1986	197	108	47,45
1987	213	122	50,33
1988	174	104	59,0
1989	167	107	64,0
1990 (*)	78	44	55,0

FONTE: Brasil; Violência Autorizada nas Áreas Rurais - Anistia Internacional - 1988; Levantamento de jornais e Relatórios dos Movimentos Sociais-1981/90.

OBS.: 1989/90 - estão incluídas mortes de garimpeiros e índios.

(*) Só registrado até março de 1990.

QUADRO Nº III.Q.3

EXECUTORES E MANDANTES DE ASSASSINATOS DE TRABALHADORES RURAIS, LIBERAÇÕES, INDÍOS E GARÍPELOS NA AMAZÔNIA NO PERÍODO DE 1964/80

ANCE	1964	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90 *	TOTAL
	05	03	-	02	01	02	01	02	05	15	12	13	13	15	28	24	28	30	28	40	60	122	102	182	104	107	44	1.056
	05	03	-	05	03	04	01	04	05	05	09	09	05	13	08	24	21	17	12	23	47	113	21	12	19	17	05	413
	01	-	-	02	-	01	04	06	09	09	09	09	05	16	05	24	21	17	12	23	47	113	21	03	08	11	02	321
	04	01	-	-	01	01	-	05	-	01	01	-	-	-	-	01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15	
EXECUTORES E	-	01	-	01	-	-	-	01	02	02	02	-	01	02	-	03	04	11	15	29	19	20	05	01	02	01	04	125
	-	01	-	-	-	-	-	-	04	03	05	07	08	07	08	10	08	08	07	08	10	11	01	02	07	05	02	52
	-	-	-	01	-	01	-	-	-	-	01	-	-	-	-	-	01	00	-	04	-	04	-	-	02	01	-	16
	-	-	-	02	01	-	-	01	02	01	04	-	01	-	02	02	-	03	01	-	02	11	-	-	-	-	08	
LIBERAÇÃO	-	-	-	-	-	-	-	00	00	10	04	02	14	17	13	08	11	28	13	23	34	60	23	-	-	-	264	
	05	02	-	-	02	04	10	15	14	27	20	20	27	36	24	66	25	25	18	25	57	71	10	12	07	05	03	435
	04	02	-	-	01	01	07	-	01	-	01	-	-	-	-	01	-	-	-	-	04	06	-	05	02	-	05	
EXECUTORES E	01	-	-	-	-	03	07	05	03	05	05	11	18	18	11	22	20	25	13	24	45	50	-	05	02	03	01	264
	-	01	-	-	-	01	01	05	04	02	02	02	02	01	02	01	05	04	05	02	01	02	10	08	03	02	01	57
CU D MANDANTE	-	-	-	-	03	03	07	07	05	16	11	02	14	17	13	20	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	134

s de terra, Ministério de Reforma e Desenvolvimento Agrário, 1985; Conflitos de terra - relatório preliminar, Ministério de Reforma e Desenvolvimento Agrário, 1985; atos no campo - Crime e Impunidade - 1984-1985; Movimentos dos Trabalhadores Rurais sem terra, 1985; A violência no campo pela mão armada do latifúndio 1961 e Ju - 1984, Conferência Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, Relatórios internos dos Movimentos Sociais e CEPTA.-1982/89 - Jornais de Circulação Restrita - 1990.

de casos de assassinatos não coincide com o nº de executores e mandantes, pois há casos em que há vários executores e mandantes e, outros em que o executor é o pró-
prio.

atrasado até março de 1990.

QUADRO Nº III.Q.4 - Principais Áreas de Tensão Social na Amazônia Legal por Unidade Federada.

- 1988 -

UNIDADE FEDERADA	L O C A I S
- Acre	- Rio Branco; Cruzeiro do Sul; Seringal-Catuaba; Seringal-Nova Empresa; Seringal de Niterói; Se <u>ringal</u> de Porvir; Seringal de Bom Destino; Se <u>ringal</u> de Redenção e; Seringal de Extrema; Bra <u>siléia</u> ; Xapurí; Seringal Água-Preta.
- Amazonas	- Alto Solimões, Presid. Figueiredo; Rio Negro; L <u>á</u> brea; Itacoati <u>ária</u> ; Ipixuna.
- Amapá	- Mazagão; Serra do Navio; Beiradão.
- Goiás	- Cristalina; Carmo do Rio Verde; Arapoema; Urua <u>çu</u> ; Gurupi; Sítio Novo; Araguatins; Aruan <u>ã</u> ; Itaguatins; Tocantinópolis; Crix <u>ás</u> ; Jussara; Co <u>l</u> inas; Aragua <u>çu</u> ; São Miguel do Araguaia; Itabe <u>raí</u> ; Petrolina; Nazaré; Goianópolis; Leopoldo de Bulhões; Niquel <u>ândia</u> ; Porto Nacional; Couto Magalhães; Natividade (Goianorte); Bela Vista; Santa Terezinha de Goiás; Doverl <u>ância</u> ; Colm <u>éia</u> ; São Sebastião do Tocantins (Bico do Papagaio).
- Maranhão	- São José do Ribamar; Lagoa Verde; Pio XII; Açai <u>l</u> ândia; Santa Luzia; Imperatriz; Tuntum; Jose <u>l</u> ância; Caxias; Catutapera; Bom Jardim; Espe <u>ra</u> ntinópolis; Vitória do Mearim; Coelho Neto; Cajapi <u>ô</u> ; Barra do Corda; Parnarama; João Vito; Cod <u>ô</u> ; Cantanhede; Turia <u>çu</u> ; Viana; Sucupira do Norte; São Domingos; Graja <u>ú</u> ; Timon; Brejo; Ba <u>ca</u> bal; Paço do Lumiar; Gov. Archer; Urbano San <u>to</u> s; Santa Helena; São Vicente Ferrer; Caroa <u>t</u> ã; Itapecuru; São Luiz Gonzaga; Rosário; Coli <u>l</u>

QUADRO Nº III.3.4

- Continuação

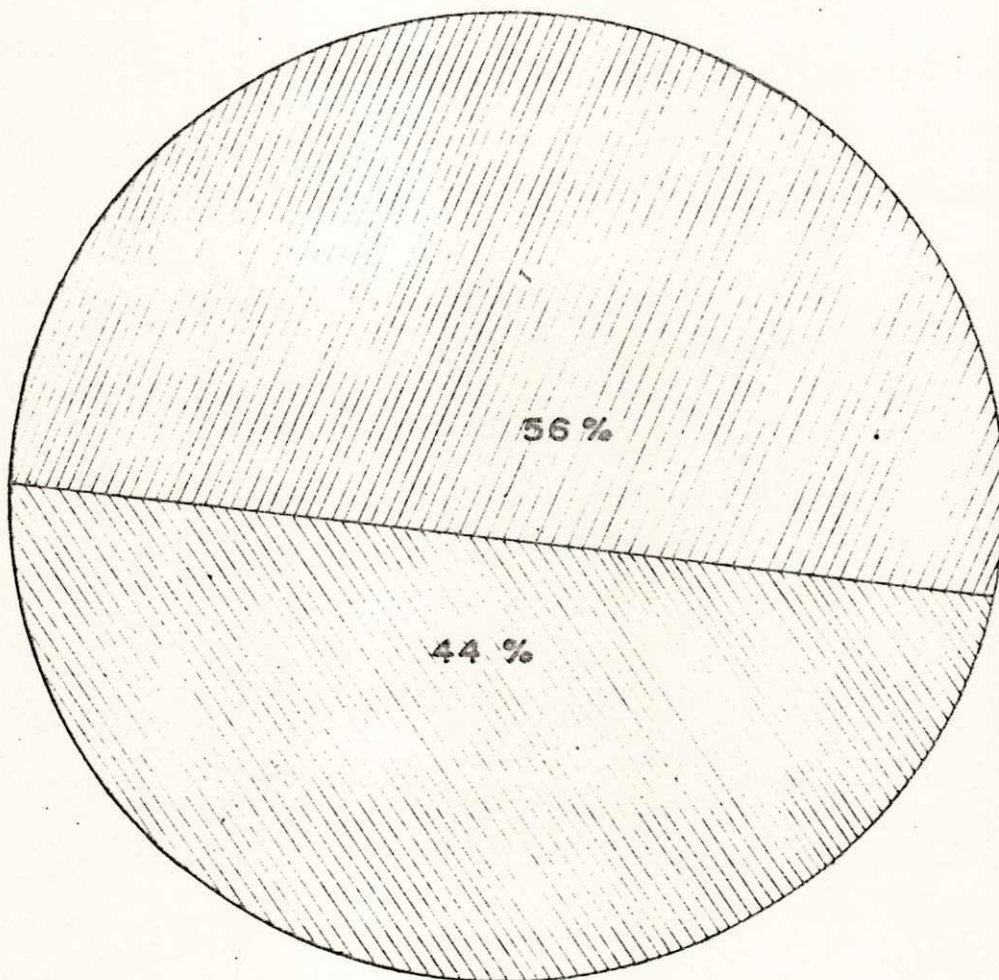
UNIDADE FEDERADA	L O C A I S
- Maranhão	- nas; Timbiras; Lagoa da Pedra; Monção; Lago do Junco; Cândido Mendes.
- Mato Grosso	- S. Félix do Araguaia; Luciara; Barra do Garças; Diamantino; Sta. Terezinha; Chapada dos Guimaraes; Jauru; Arênópolis; Pontes e Lacerda, Cáceres; Aripuanã; Nova Xavantina; Alto Paraguai; Nova Brasilândia; Sorriso; Sinop; Alto Floresta; Vila Rica; Cascalheira.
- Pará	- Castanhal; São Miguel do Guamã; São Geraldo do Arag; Santo Antonio do Tauã; Moju (Alto Moju); Irituia; Paragominas (Colônia Bananal, Vila Palestina); Afuã (Ilhas dos Bodes); Alenquer; S. João do Araguaia (Mãe Maria); Prainha (Uruarã-Km 195/Transamazônica); São Domingos do Capim (Porto do Seto, Santana do Capim, Vila Rondon, Arendeu); Ihangapi; Tomé-Açu (Colônia do Jamic); Bagre; Portel; Melgaço (Rio Caxiuana); Barcarena; Marabá (PA-70, PA 150, Xinguara, Itapiranga, Gleba Geladinho, Serra Pelada, Terra Nova, Km 15, Eldorado); Tucuruí, Ourém (Jacaré Branco, Piriá, Maçaranduba); Altamira (Porto Vitória; Km 23, Km 27, Km 92, Rurópolis Presidente Médice - Transamazônica); Buraju; Capanema (Cacoal do Piritoró); Conceição do Araguaia (Redenção, Vila do Rio Mari, Floresta, Itaipavas, Água Azul; Alacilândia, Nova Jacundã, Arraias, Cachoeirinha, Dois Irmãos, Três Morros, Paraúnas); Santarém (Água Preta, Igarapé da Lama, Igarapé Preto); São Francisco do Pará (Maracanzinho); Capitão Povo (Monte Hore

QUADRO Nº III.Q.4 - Continuação

UNIDADE FEDERADA	L O C A I S
- Pará	- be); Soure (Tartaruga); Jacundã (Km 51-60, Km 95 - PA-150); São Caetano de Odivelas (Vila Nova); Vizeu (Vila do Alegre, Gurupi, Gleba Cidadã, Vila Cachoeira); Jacundã (Palestina); São Félix do Xingú; Santana do Araguaia; Benevides (Taiassui); Araguaia-Tocantins (Fronteira do Pará com Goiás, Arrastão, Nova Ipixuna, Baixo Araguaia, Mutu).
- Rondônia	- Guarajá-Mirim, Itaporanga, Porto Velho, Cacoal (Rolim de Moura); Ji-Paraná, Jaru; Vilhena; Colorado D'Oeste; Pimentá Bueno, Santa Júlia; Alto Madeira; Costa Marques; Fronteira Brasil/Bolívia.
- Roraima	- Santa Rosa, Área de Fronteira do Brasil/Venezuela.

FONTE: ASSASSINATOS NO CAMPO - Crime e Impunidade - Mov. dos Trabalhadores Sem-Terra - 1987; PINTO, Lúcio Flávio. Conflitos pela Terra, um desafio na Amazonia, Jornal: "O Estado de São Paulo; 1977; REIS, Arthur Cezar Ferreira: A Amazônia brasileira em foco. CNDDA, Rio de Janeiro, 1978; e outras fontes.

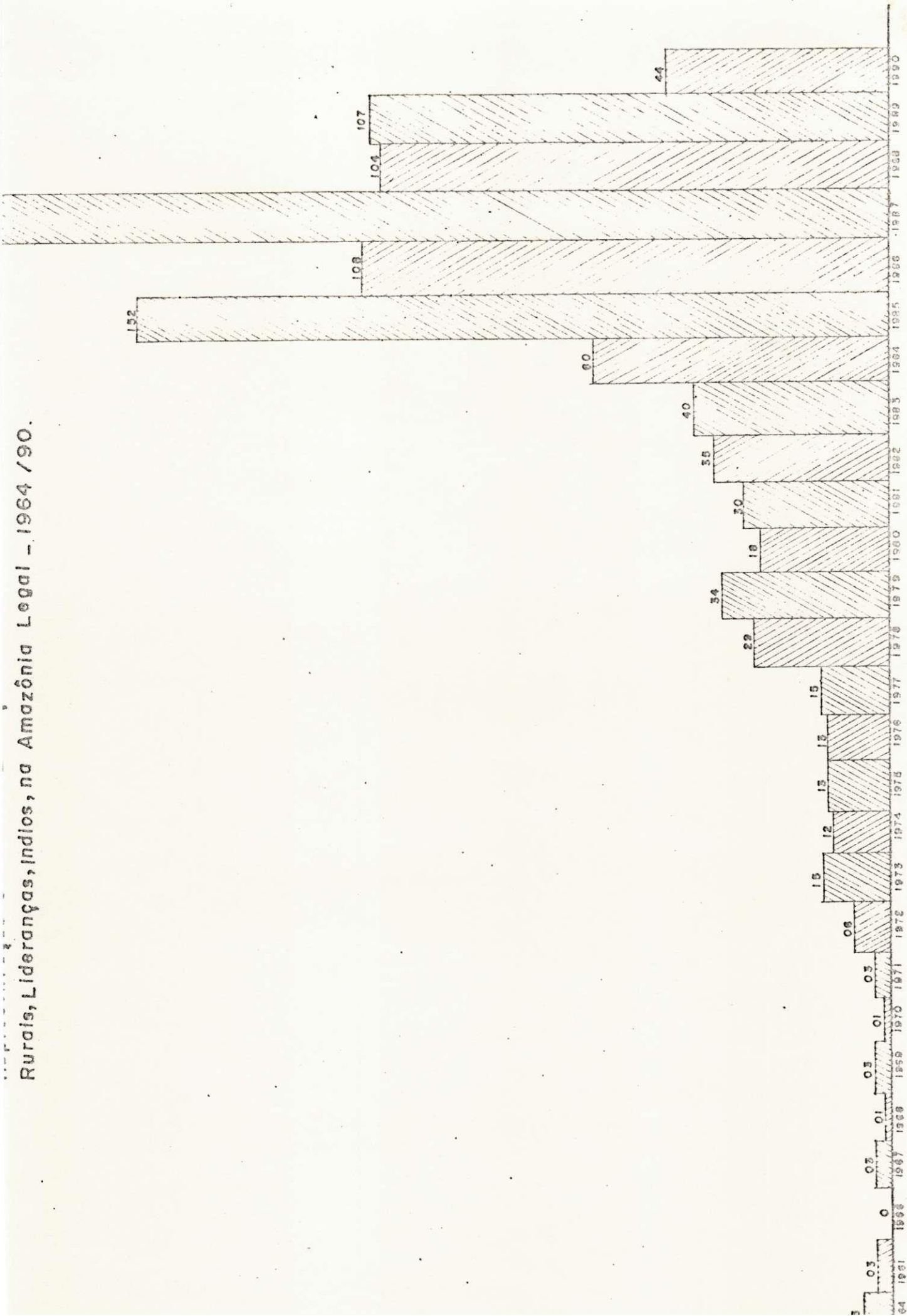
Representação Gráfica da Proporção Percentual dos Assassinatos de Trabalhadores Rurais, Lideranças, Índios e Garimpeiros na Amazônia em relação ao resto do País, 1964 / 90.



- Amazônia Legal
- Resto do Brasil

FONTE: MIRAD - 1981/86; CONTAG - 1981-84 e; MTRST - 1964/86; Levantamento de Jornais e Relatórios Internos dos Movimentos Sociais - 1988 / 89 / 90.

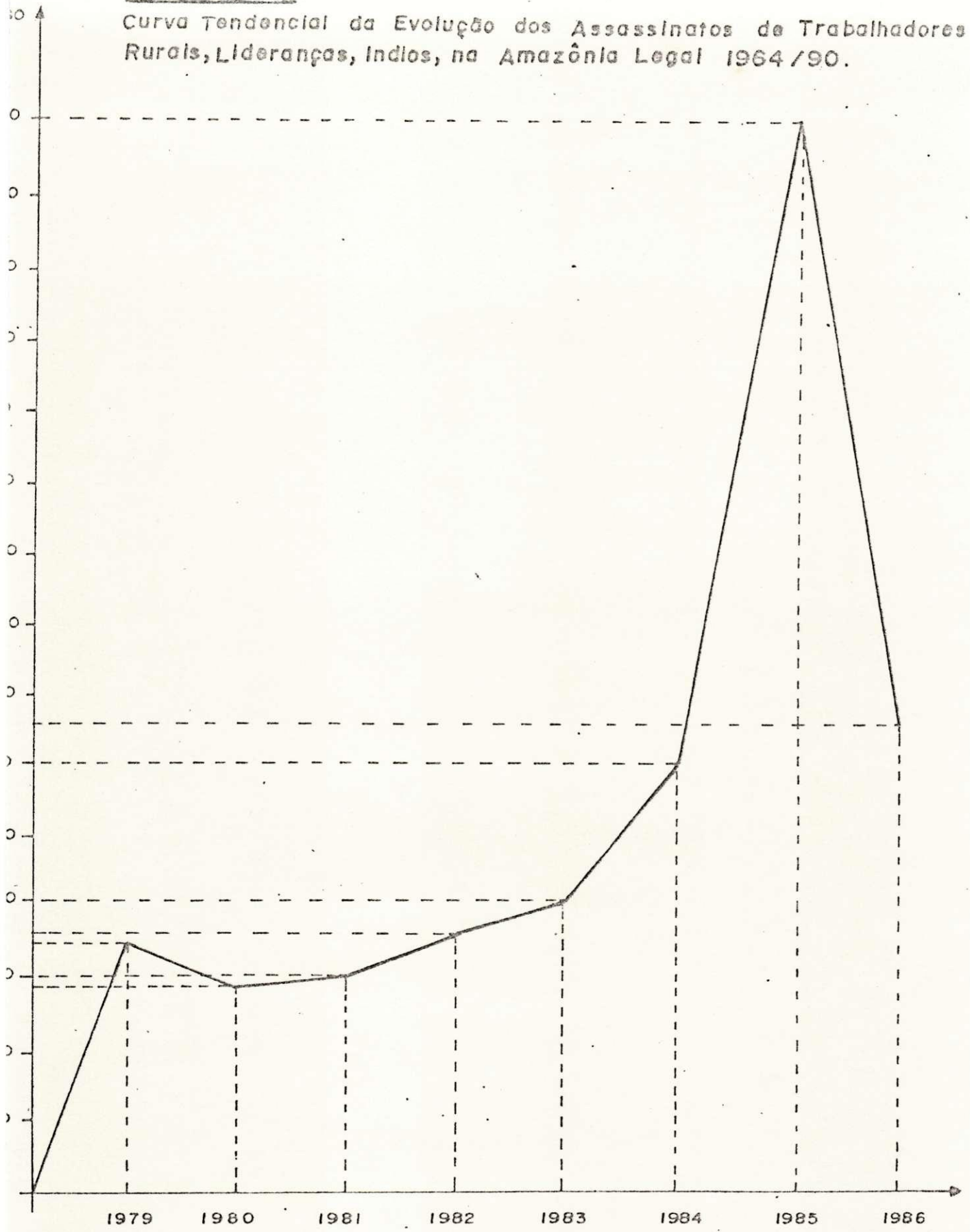
Rurais, Lideranças, Índios, na Amazônia Legal - 1964 / 90.



Fonte: MIRAD - 1985/86; CONTAG - 1981/84; MTRST - 1964/87; JORNALIS E RELATÓRIOS 1987 - 1988 - 1989 - 1990.

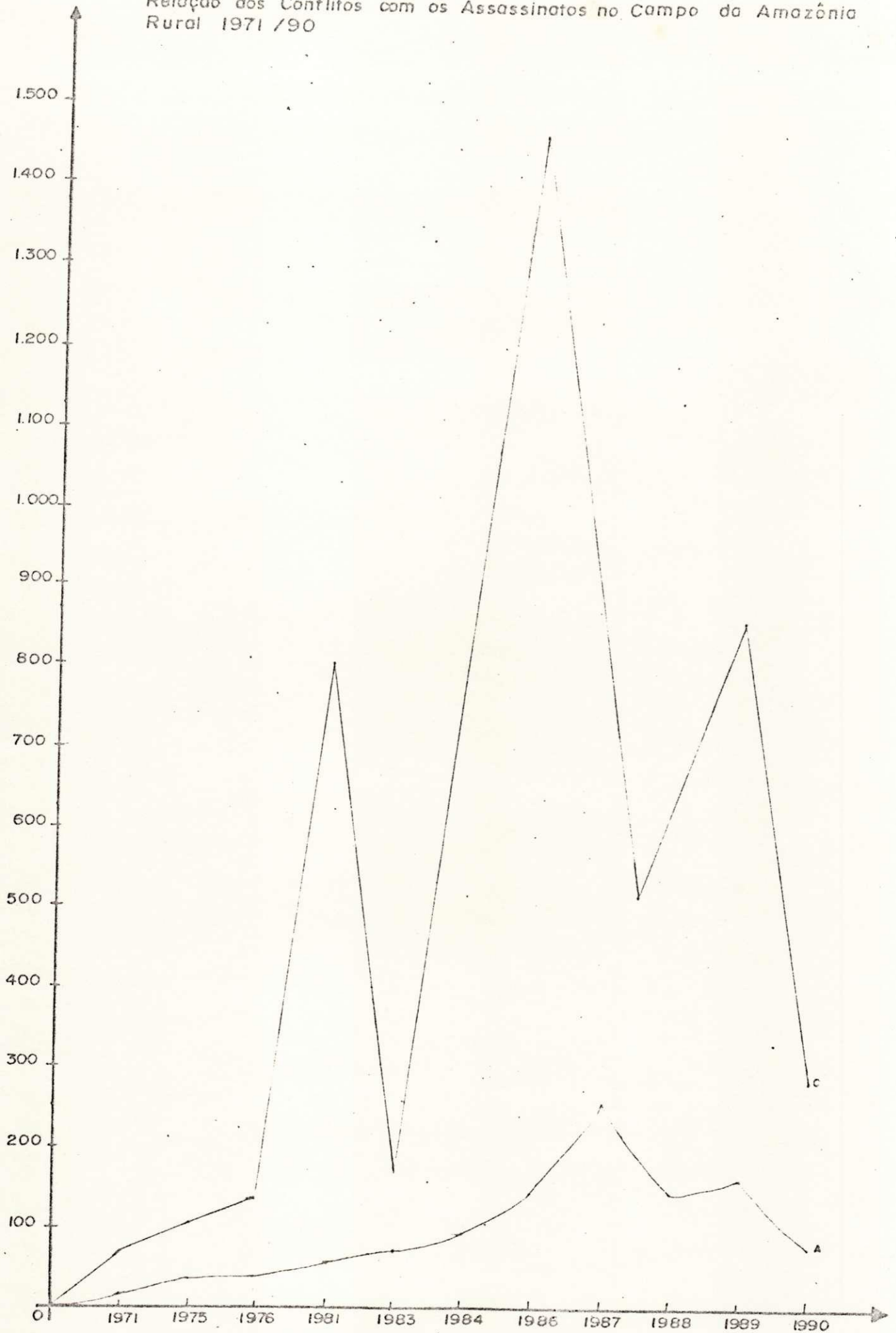
GRÁFICO III.6.3:

Curva Tendencial da Evolução dos Assassinatos de Trabalhadores Rurais, Lideranças, Índios, na Amazônia Legal 1964/90. 376



FONTE: MIRAD-1985/86; CONTAG - 1981/84 e; MTRST - 1987.

Relação dos Conflitos com os Assassinatos no Campo da Amazônia Rural 1971 /90



IV - QUESTÃO ÍNDIGENA

QUADRO Nº IV. Q.1
EVOLUÇÃO DE POPULAÇÕES INDÍGENAS NO BRASIL - 1950/1988

DS	Nº DE INDÍOS	Nº DE POVOS	Nº DE LÍNGUAS DIALETOS	ÁREAS INDÍGENAS				
				NÃO IDENTIFICADA	IDENTIFICADA	DELIMITADA	HOMOLOGADA	REGULARIZADA
00	5.000.000	---	---	---	---	---
90	227.000
92	220.000
95	215.231
98	204.070	170	174	187	107	171	92	47

FE: CEM e CEM/1988

(...) Dado Desconhecido

(---) Dado Inexistente

QUADRO Nº IV.Q.2

POPULAÇÃO INDÍGENA DO BRASIL E DA AMAZÔNIA

POR ÁREAS E GRUPOS INDÍGENAS - 1988

ÁREAS E GRUPOS INDÍGENAS	Nº DE ÍNDIOS
REGIÃO AMAZÔNICA	
I - NORDESTE AMAZÔNICO	14.535
01. Arapaco	308
02. Baniwas	2.540
03. Baré	23
04. Barassanos	43
05. Buapês	25
06. Buiganas	46
07. Bara-Tucanos	120
08. Canamari	135
09. Coevena	157
10. Desano	1.040
11. Jepã-Matysi	55
12. Juriti	35
13. Kubeú	168
14. Kuri Paki	340
15. Karapunã	35
16. Kaohoruxotari	622
17. Miriti-Taúia	92
18. Makús-Peonãs	1.977
19. Pacús	120
20. Pato-Tapuia	135
21. Piratapuia	782
22. Sirianos	33
23. Seuci	403
24. Tukano	2.522
25. Tariano	1.683
26. Tuwika	473
27. Wanana	623
II - RORAIMA E NORTE DO AMAZONAS	28.055
01. Makuxi	1.224
02. Makuxi/Wapixana	2.056
03. Makuxi/Wapixana/Ingarikô	9.186

QUADRO Nº IV.C.2

Cont.	
ÁREAS E GRUPOS INDÍGENAS	Nº DE ÍNDIOS
II - RORAIMA E NORTE DO AMAZONAS (Cont.)	
04. Makuxi/Wapixana/Taurepang	904
05. Patamona	50
06. Piriutiti/Karafawyana/Barê Yeukana	...
07. Waimiri-Atroari	418
08. Wai-Wai	172
09. Wapixana	
10. Yanomani	9.000
III - AMAPÁ E NORTE DO PARÁ	
	5.005
01. Akurio	...
02. Galibi	71
03. Galibicionaça/Karipuna	2.070
04. Hixkaryana/Kaxuyana Wai-Wai/Katuena/Xerêu Mawayana/Karafawyana	1.116
05. Palikur	595
06. Tiriyô/Kaxuyana	455
07. Waiãpi	340
08. Wayana-Aparai	358
IV - SOLIMÕES	
	20.131
01. Cambeba	110
02. Cocama/Cambeba	120
03. Matsês	280
04. Miranha/Uitoto/Kapapanã Cambeba/Mura/Issê	743
05. Ticunã	18.878
V - JAVARI	
	3.147
01. Diapã	45
02. Índios do Igarapé São José	300
03. Índios do Janditaúba	300
04. Índios do Jutai	200

QUADRO Nº IV.0.2

Cont.

ÁREAS E GRUPOS INDÍGENAS	Nº DE ÍNDIOS
V - JAVARI (Cont.)	
05. Índios do Quixito	300
06. Kanamari	473
07. Korubo	200
08. Kulina	300
09. Kulina do Rio Curuçá	43
10. Marubo	594
11. Matis	109
12. Matsês	438
13. Tsohom	100
VI - JURUÁ/JUTAÍ/POROS	4.298
01. Apurinã	1.300
02. Banawa-Yáfi	80
03. Canamari	496
04. Deni	923
05. Deni/Kulina	700
06. Jawara/Kanamanti	278
07. Juma	8
08. Kanamanti	130
09. Katamixi	103
10. Katukina	380
11. Kulina	1.933
12. Paumari	12
13. Paumari/Apurinã	250
14. Paumari/Katukina	580
15. Zuruakã	125
VII - SUDESTE DO PARÁ	4.370
01. Anamayê	20
02. Anambê	38
03. Arara	77
04. Arawetê	159
05. Asorini do Tocantins	159

QUADRO Nº IV.Q.2

Cont.

ÁREAS E GRUPOS INDÍGENAS	Nº DE ÍNDIOS
VII - SUDESTE DO PARÁ (Cont.)	
06. Assurini do Xingú	58
07. Gavião	146
08. Guaroni	18
09. Isolados do Iriri	70
10. Juruna	44
11. Kaiapó	2.660
12. Parakanã	292
13. Suruí	160
14. Tembê/Munduruku/Krejê	304
15. Tembê/Turiwara	30
16. Xipaa-Kuruaia	157
VIII - MARANHÃO	11.372
01. Canela	1.085
02. Guajã	390
03. Guajajara	5.581
04. Guajajara/Guajã	2.749
05. Guajajarã/Guarani	433
06. Guajajara/Gavião Tabajara	374
07. Krikat	360
08. Urubu-Kaapor/Guatã/ Tembê	420
IX - ACRE	8.270
01. Apurinã	1.518
02. Arara Shawanawa	255
03. Jaminawa	158
04. Jaminawa/Arara Shawanawa	150
05. Kampa	334
06. Katukina Pano	150
07. Katukina Pano/Kaxinawa	655
08. Katukina Pano/Kaxinawa Iaunauá	450

CUADRO Nº IV.Q.2

Cont.

ÁREAS E GRUPOS INDÍGENAS	Nº DE INDÍCE
IX - AORE (Cont.)	
09. Kaxinawá	1.601.
10. Kaxinawá/Karipa	580
11. Kaxinawá/Kulina	655
12. Kulina	133
13. Kulina/Kaxinawa	245
14. Mochineri/Jarinawá	336
15. Mucúni	350
16. Poyanawá	300
X - RODÓMIA	
01. Arara do Aripunã/Arara do Guariba	160
02. Cinto-Larga	1.000
03. Cavdiã Digut/Ararakero	410
04. Karipuna/Karitiara	82
05. Karitiara	120
06. Kaxarar	135
07. Makunap/Sakriabar	82
08. Miquilano	80
09. Nantiquano	140
10. Pehaa-Nowá	1.100
11. Suruí/Cinto-Larga	700
12. Tupari/Morurua/Candó Aripunã/Columbiana Mecum/Mikandá/Ajuru Arúá	650
13. Uru-Eu-Wau-Wau	1.200
14. Uru-eu-wau-wau/ Tupá-Kawálin/Tourandó Gorô	...
15. Zeró	305

QUADRO Nº IV.0.2

Cont.

ÁREAS E GRUPOS INDÍGENAS	Nº DE INDÍGENAS
XI - BESTE DO MATO GROSSO (cont.)	2.522
01. Apoaká	88
02. Enenê-Nauê	164
03. Tranxa/Pareci	183
04. Kaiabi	128
05. Myky	34
06. Nambiquara	727
07. Pareci	691
08. Rikbataa	540
09. Rikbataa/Apiakó	20
10. Umatina/Pareci/Nambiquara/	150
11. Kayati/Terena/Iranxó	
XII - GOIÁS e SUL DO MARANHÃO	4.493
01. Apinayé	685
02. Ava-Canoeiro	38
03. Guaraní/Karajá	135
04. Javaé	390
05. Karajá	1.255
06. Karajá/Javaé	24
07. Krehô	312
08. Tapirapó	200
09. Xavante/Tapuia	86
10. Xerente	583
XIII - PARQUE INDÍGENA DO XINGU	2.338
01. Aweti	26
02. Aweti/Trumai/Txikão do Posto Índigena Leonardo	19
03. Juruna	32
04. Kaiapó Mutuktira das Áreas de Jeriá e Capotó	251
	191

QUADRO Nº IV.Q.2

Cont.

ÁREAS E GRUPOS INDÍGENAS	Nº DE INDÍOS
XIII - PARQUE INDÍGENA DO XINGÓ (Cont.)	
06. Kamayurá	207
07. Kayabi	364
08. Kuikuro	221
09. Matipu-Nahukwa	74
10. Mehinaku	95
11. Paraná	84
12. Suyá	107
13. Tapayuna	25
14. Trumai	72
15. Txikão	107
16. Waurá	146
17. Yawaipiti	136
XIV - LESTE DO MATO GROSSO	6.282
01. Bakairi	448
02. Bororo	723
03. Xavante	5.109
OUTRAS REGIÕES	OUTRAS REGIÕES
ÁREAS E GRUPOS INDÍGENAS	Nº DE INDÍOS
I - NORDESTE	32.123
01. Atikum	3.562
02. Capinawá	372
03. Ceriri-Xocó	1.062
04. Caropati	209
05. Fulni-Ó	2.774
06. Kaimbó	1.100
07. Kambiwa	501
08. Kiriri	1.800
09. Pankararé	1.600

QUADRO Nº IV.Q.2

Cont.

ÁREAS E GRUPOS INDÍGENAS	Nº DE INDIOS
I - NORDESTE (Cont.)	
10. Pankararu	3.630
11. Pankararu-Geripankó	500
12. Potiguara	4.416
13. Tapeba	984
14. Tingui-Botó	154
15. Tremembé	3.061
16. Truká	826
17. Tuxá	780
18. Wassu	419
19. Xocó	206
20. Xucuru-Kariri	677
21. Xucuru/Xucuru/Kariri	3.429
II - LESTE	8.089
01. Guaraní	98
02. Krenak	92
03. Krenak/Pataxó	15
04. Maxacali	929
05. Pataxó	1.484
06. Pataxó/Pataxó ha-ha-hão	624
07. Tupiniquim	620
08. Kakriabá	4.297
III - MATO GROSSO DO SUL	24.484
01. Guaraní	13.052
02. Guaraní/Terena	743
03. Guató	620
04. Kadiweu/Terena	692
05. Ofaié-Xavante	37

QUADRO Nº .IV.B.2

Cont.

ÁREAS E GRUPOS INDÍGENAS	Nº DE INDÍGENAS
III - MATO GROSSO DO SUL (Cont.)	
06. Terena	8.368
07. Terena/Kinikinão	682
IV - SUL	
01. Guaraní	1.543
02. Kaingang	4.574
03. Kaingang/Guarani	11.644
04. Terena	154
05. Terena/Kaingang	257
06. Xeleng	634
TOTAL DA AMAZÔNIA	123.580
TOTAL DAS OUTRAS REGIÕES	83.522
TOTAL DO BRASIL	207.102

FONTE: CEMI e CEDI/1988

LEGENDA:

(...) População Desconhecida

QUADRO Nº IV.4.3

NÚMERO DE INDÍOS MORTOS SEGUNDO GRUPO INDÍGENAS E CAUSAS NA AMAZÔNIA LEGAL

PERÍODO: 1970/90

GRUPOS INDÍGENAS	Nº DE MORTES	CAUSAS DO EXTERMÍNIO
Yanomami	200	- Luta pela posse de uma reserva mineral na Serra dos Surucucus, noroeste de Roraima envolvendo índios, garimpeiros, missionários, soldados.
Kanrlae	13	- Epidemia de gripe e sarampo em suas áreas, além das péssimas condições de vida em que vivem hoje de extrema miséria.
Parakanã	35	- Epidemia de Sífilis
Txukarranáe	06	- Epidemia de Gripe
Parakanã	30	- Envenenamento da água do Rio Cajazeiras por fazendeiros
Txukarranáe	20	- Epidemia de sarampo, transmitida por xibirantes
Yanomami	175	- Epidemia de sarampo e outras doenças abateu 70% dos yanomamis que habitavam as margens do Rio Ajarami, em Rondônia
Yanomami	37	- Introdução de várias doenças após a implantação da Perimetral Norte - BR 210 que cortou a parte sul do Território dos índios Yanomami causando muitas mortes

Nº DE INDÍOS MORTOS SEGUNDO GRUPO INDÍGENAS E CAUSAS NA AMAZÔNIA LEGAL
PERÍODO: 1970/80

(Cont.)

ANOS	GRUPOS INDÍGENAS	Nº DE MORTES	CAUSAS DO EXTERMINIO
1975	Yandrami	28	- Descoberta de ocorrência de ouro pelo Projeto RADAM acarretou uma desenfreada corrida para a mineração que contribuiu para a introdução de várias doenças causando muitas mortes.
1975	Bororo	01	- Assassinado por fazendeiro, devido a questão de terra.
	Parakana	11	- Epidemia de Malária
1977	Parakana	03	- Poliomielite
		16	- Assassinados sumariamente por fazendeiros, grileiros e posseiros.
1978	Aparas	12	- Gripe, diarreia e, tuberculose após contatos com brancos
	Guatê	06	- Um caso de berangê, enviado por fazendeiros
	Parakana	200	- Epidemia de sífilis e gripe, contagioso por parte de funcionários da FUNAI
1979	Pandorone	01	- Assassinado por fazendeiros, quando sala em defesa das terras do seu povo
	Xavante	01	- Assassinado por questões de terra

Nº DE INDÍOS MORTOS SEGUNDO GRUPOS INDÍGENAS E CAUSAS NA AMAZÔNIA LEGAL

PERÍODO: 1970/90

(Cont.)

ANOS	GRUPOS INDÍGENAS	Nº DE MORTOS	CAUSAS DO EXTERMÍNIO
1980	Kaingang	01	- Assassinado por questões de terra, ocupadas pela madeireira Slavieiro,
	Guajajara	02	- Assassinados por questões de terra
	Barotiré	01	- Assassinato por capotar por reclamar do desmatamento em suas terras
	Macuxi	05	- Assassinados por questão de terras, já que defendiam a terra de seu povo contra a invasão de fazendeiros
1981	Guajajaras	16	- Assassinados por madeireiros, face a invasão que algumas madeireiras estão efetuando em terras indígenas para extrair madeira de lei.
1982	Araras	02	- Tiroteio praticado por garimpeiros nas áreas dos Araras que constantemente invadem terras indígenas a procura de ouro.
1983	Katowá	01	- Assassinado por tentar obter a demarcação oficial da reserva Piranha
	Gaviões	100	- Gripe, pneumonia, tuberculose, hepatite e diarreia face a contaminação das áreas indígenas submersas pelo Lago de Tucuruí, após a construção das barragens.

Nº DE INDIOS MORTOS SEGUNDO GRUPOS INDIGENAS E CAUSAS NA AMAZÔNIA LEGAL

PERÍODO: 1970/90

(Cont.)

ANOS	GRUPOS INDIGENAS	Nº DE MORTOS	CAUSAS DO EXTERMÍNIO
1984	Pataxó	01	- Assassinado por pistoleiros, por questões de conflitos de terra
	Waimiri-Atroari	2.600	- Dizimação de seis aldeias face a contaminação e impacto ambiental gerado pela construção da Hidrelétrica de Balkina, proliferando na área epidemias de malária, sarampo e cachumba.
1985	Guajajaras	17	- Disputa de terras com colonos assentados pelo INCRA em Grajaú
1986	Araras	02	- Entrevero com famílias posseiras na Gleba Surubim pertencente ao território indígena dos Araras, havendo baixas dos dois lados.
1987	Tikunas	14	- Problemas territoriais, conflitos entre lenhadores e seringueiristas com índios.
	Ianomani	05	- Assassinados por garimpeiros quando da invasão da área Papi-U
	Sem informação Reserva Xacriacás	03	- Assassinados por pistoleiros e grileiros
	Ianomani	100	- Epidemia de Malária

Nº DE INDIOS MORTOS SEGUNDO GRUPOS INDÍGENAS E CAUSAS NA AMAZÔNIA LEGAL
PERÍODO: 1970/90

(Cont.)

ANOS	GRUPOS INDÍGENAS	Nº DE MORTOS	CAUSAS DO EXTINTO
1988	Suruí	02	<ul style="list-style-type: none"> - Desaparecidos e dados como mortos por ocasião de confronto armado entre os índios Cinta-Larga, Suruí, Aváras e Gavião e possessivos e madeireiros por constantes invasões da reserva. - Assassinado por fazendeiro invasor de terra indígena. - Assassinado por garimpeiros, por questão de conflitos de terras. - Assassinado por garimpeiros; conflitos de terra. - Assassinado por garimpeiros; conflitos de terra. - Epidemia de malária e intoxicação por água contaminada por mercúrio.
	Cinta-Larga	05	
	Makuxé	01	
	Tanomani	01	
	Hakomatheri	01	
1989	Tanomani	50	<ul style="list-style-type: none"> - Epidemia de malária e intoxicação por água contaminada por mercúrio.
	Tanomani	25	
	Tanomani	200	
1990	Tanomani	12	<ul style="list-style-type: none"> - Entrevistos com garimpeiros e frentes do Exército na área.

FONTE: "Assassínatos no Campo" - Oxímio e Impunidade - 1981/86; "Brasil Dia a Dia" - Índios Abreli S/A 1989; "O Índios Vão à Luta"; Souza, Hércio, Ed. Marco Zero, Rio de Janeiro", 1981; CPI de Roraima/88.

Obs.: O coeficiente de mortalidade infantil dos grupos indígenas é considerado forte e muito forte, já que oscila de 78,77 a 135,26, segundo dados de E. V. Sa.

V - REVOLTA DOS ÍNDIOS GUAJAJARAS

TABELA Nº V.T.1

ÁREAS, EXTENSÃO E LOCALIZAÇÃO DAS RESERVAS DOS INDIOS GUAJAJARAS - 1988

Nº DE ORDEM	ÁREAS INDÍGENAS	EXTENSÃO (ha)	MUNICÍPIO
1.	Bacurizinho	82.432	Grajaú
2.	Carú	172.667	Bom Jardim
3.	Alonso Branco	49	Grajaú
4.	Rio Pindaré	15.003	Bom Jardim
5.	Cana Brava/Guaajajara	131.868	Barra do Corda Grajaú
6.	Lagoa Comprida	13.198	Barra do Corda
7.	Urucu-Juruá	12.697	Grajaú
8.	Araribóia	413.288	Amarante do Mar
TOTAL		857.790	

FONTE: FUNAI-ADR/PA - 1988.

TABELA Nº V.T.2

IDENTIFICAÇÃO DOS ATORES SOCIAIS ENVOLVIDOS NO MOVIMENTO DE REVOLTA DOS INDIOS GUAJAJARAS, POR ORIGEM, MIGRAÇÃO E ANOS NA LOCALIDADE DE BARRA DO CORDA - MA - 1988

IDENTIFICAÇÃO DOS ATORES	ORIGEM POR ZONA						MIGRAÇÃO						NÚMERO DE ANOS NA LOCALIDADE								
	URBANA		RURAL		TOTAL		NENHUMA VEZ		DE 1 a 3 VEZES		+ DE 3 VEZES		TOTAL		MESES		DE 1 a 5 ANOS		+ DE 5 ANOS		
	ABSL.	% ABSL.	ABSL.	% ABSL.	ABSL.	% ABSL.	ABSL.	% ABSL.	ABSL.	% ABSL.	ABSL.	% ABSL.	ABSL.	% ABSL.	ABSL.	% ABSL.	ABSL.	% ABSL.	ABSL.	% ABSL.	
1) Índio Guajajara	—	—	8	18	8	18	7	15	1	2	—	—	8	18	—	—	1	2	7	15	8
2) Possesiro-Lavrador	—	—	9	20	9	20	8	18	1	2	—	—	9	20	—	—	1	2	8	18	9
3) Arrendatários	2	4	14	31	16	35	2	4	13	29	1	2	16	35	—	—	1	2	15	33	16
4) Fazendeiros e proprietários de Serrasias	11	24	1	2	12	27	7	15	4	9	1	2	12	27	—	—	10	22	2	4	12
TOTAL	13	25	32	71	45	100	24	52	19	40	2	4	45	100	—	—	13	28	17	70	45

FONTÊ: Dados Primários - Pesquisa de Campo - Formulário - Setembro/1988

TABELA Nº V.T.3

PRINCIPAL FONTE DE SUBSISTÊNCIA E OUTRAS OCUPAÇÕES DOS ATORES SOCIAIS ENVOLVIDOS NA REVOLTA DOS INDIOS GUAJAJARAS - BARRA DO COCOA - MA/1988

ATORES	PRINCIPAL FONTE DE SUBSISTÊNCIA										OUTRAS OCUPAÇÕES																			
	ROÇA		MADEIRAS NOBRES PULVISA		AUXILIA ADMINISTRATIVO (PUNAI)		APOSENTADORIA		TOTAL		NENHUMA		COMERCIANTE		PEQUENO CRIA- DOR GADO/AVES		ARTESAVATO		FUNCIONÁRIO PÚBLICO (ESCOLA)		PESCADOR/CAÇADOR		SERVIÇOS GERAIS PE- DREIRO, CARREIADOR, COSTUREIRA, PIL. ARMOZ		ROÇA/PLANTIO DE ÁRVORES FRUTÍFERAS		CAGIJE DE SUA COMUNIDADE		DOMÉSTICA/ PROFESSORA	
	ABSL.	%	ABSL.	%	ABSL.	%	ABSL.	%	ABSL.	%	ABSL.	%	ABSL.	%	ABSL.	%	ABSL.	%	ABSL.	%	ABSL.	%	ABSL.	%	ABSL.	%	ABSL.	%	ABSL.	%
1) Indio Guajajara	7	15	—	—	1	2	—	—	8	18	4	9	—	—	—	—	1	2	—	—	1	2	—	—	1	2	1	2	—	—
2) Fossoreiro-Lavrador	10	22	—	—	—	—	1	2	11	24	7	15	—	—	—	—	—	—	—	—	1	2	2	4	1	2	—	—	1	2
3) Arrendatários	15	33	—	—	—	—	1	2	16	35	6	13	2	4	4	9	—	—	2	4	—	—	2	4	1	2	—	—	—	—
4) Fazendeiros e Proprietá- rios de Serrarias(*)	—	—	10	22	—	—	—	—	10	22	—	—	10	22	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL	32	71	10	22	1	2	2	4	45	100	17	37	12	22	4	9	1	2	2	4	2	4	4	9	3	6	1	2	1	2

FONTE: Cados Prímrios - Pesquisa de campo - Formulário - Setembro/1988.

LEGENDA: (*) Comercialização de Madeiras Nobres.

(*) Indústria de Corte e Leite.

TABELA Nº V.1.4
SITUAÇÃO DA POSSE DA TERRA, TIPO DE COLONIZAÇÃO E ANOS NA COLONIZAÇÃO DOS ADORES SOCIAIS EVOLUÍDOS NA REVOLUÇÃO DOS INCÍDIOS
SALVADORAS - SERRA DO CORAÇÃO - BA/1988

ADORES	TÍTULO DE PROPRIEDADES				TÍTULO DE DIREITO				RAZÕES DA NÃO POSSE DA TERRA								COLONIZAÇÃO				ANOS NA COLONIZAÇÃO															
	TEM TÍTULO	% AGR.	NÃO TEM TÍTULO	% AGR.	TOTAL	% AGR.	T. D.	% AGR.	EXL.C./ESP. CULTURA LEI ORL COLETIVA	% AGR.	RENDIM	% AGR.	TOTAL	% AGR.	TERRA NÃO TEM COM	% AGR.	TRABALHA NA TERRA DE OUTRO	% AGR.	TERRA É DO GOVERNO	% AGR.	TOTAL	% AGR.	RENDIM	% AGR.	DIRIGIDA (OFIC.)	% AGR.	ESPORÁDICA (CONTINUA PRO-PRIA)	% AGR.	TOTAL	% AGR.	+ DE 5 ANOS	% AGR.	+ DE 10 ANOS	% AGR.	TOTAL	% AGR.
1) Terra de Aço	7	15	—	—	7	15	—	—	15	—	—	7	15	7	15	—	—	—	—	7	15	6	13	1	2	—	7	15	—	—	7	15	7	15	7	15
2) Passagem/Contrato	—	—	11	24	11	24	—	—	—	11	24	11	24	—	—	—	—	—	—	11	24	11	24	—	—	—	11	24	—	—	11	24	11	24	11	24
3) Propriedade	17	33	—	—	17	33	17	33	—	—	—	—	17	33	17	33	—	—	—	17	33	3	7	7	15	7	15	17	33	—	—	17	33	17	33	
4) Propriedade de Proprietários	10	22	—	—	10	22	10	22	—	—	—	10	22	10	22	—	—	—	—	10	22	1	2	1	2	0	10	22	2	4	8	18	10	22		
TOTAL	35	78	10	22	45	100	27	60	7	15	11	24	45	35	77	3	6	13	1	45	100	21	47	9	20	15	33	45	100	2	4	43	95	4545	100	

Fonte: Dados estatísticos - Pesquisa de campo - Formulário - Setembro/1988.

QUADRO Nº V.Q.1

PRINCIPAIS TIPOS DE CONFLITOS NA ÁREA, Nº DE FAMÍLIAS E/OU PESSOAS ENVOLVIDAS, CAUSAS, CONSEQUÊNCIAS E PROVIDÊNCIAS TOMADAS NO CONFLITO SOCIAL DOS INDÍGENAS DE BARRA DO CORDA - MA/1988

Nº DE ORDEM	REGIÃO DE BARRA DO CORDA	PRINCIPAIS CONFLITOS	Nº DE FAMÍLIAS E/OU PESSOAS ENVOLVIDAS	CAUSAS DOS CONFLITOS	CONSEQUÊNCIAS DOS CONFLITOS	PROVIDÊNCIAS TOMADAS
01	Aldeia Cachoeira	Índios x Possesiros x MIRAD	100 famílias	<ul style="list-style-type: none"> - FUNAI por mais recursos financeiros para os índios - Demarcação de terras - Invasão das terras dos índios - Roubo dos recursos enviados pelo governo para os índios e mal administração dos benefícios 	<ul style="list-style-type: none"> - Discussões - Briga por causa da terra - Os brancos batem nos índios - Espancamento - Roubo de utensílios dos índios - Agressões mútuas - Morte - Pancada, bate-boca - Nenhuma - Não existe violência na conversação 	<ul style="list-style-type: none"> - Apaziguamento entre os intriguas - Reunião entre possesiros, índios nários da FUNAI - Greve com os funcionários da de ra eles fazem algo - Poucas providências para acabar conflitos - Nenhuma - FUNAI intercede para os cristão da área - Os índios procuram a FUNAI - A FUNAI pede para o possesiro se - O coordenador da FUNAI toma cor do problema e vai na aldeia ter ver - Já foi na polícia com a FUNAI
02	S. Pedro dos Cassetes	Índios x Possesiros	200 famílias	<ul style="list-style-type: none"> - Invasão das terras dos índios 	<ul style="list-style-type: none"> - Derrubadas das cercas - Morte, Briga, espancamento, tiros, ameaças, prisões - Houve um acordo - Agressões mútuas - Discussões - Cacetada, ferimentos - Empurram, critam uns com os outros - Vingança, expulsão - Os índios fazem juras de morte - Conflito pela posse da terra. 	<ul style="list-style-type: none"> - Nenhuma - A não proteção dos índios quando tiveram errados - Que o governo dê terra para os têm para evitar essa confusão - Mandam policiais e autoridades - As vítimas quase foram processa polícia - Avisam ao governo do que está e - As autoridades mandam investiga mandam prender - Esperam o governo tomar providê - São denunciadas
03	Marajá	Índios x Possesiros x Padres	500 famílias	<ul style="list-style-type: none"> - Invasão das terras indígenas - Falta de terra. Os homens acham que os índios têm muita terra - A terra não tem demarcação - Demarcação de uma área indígena pelo pessoal do INCRA 	<ul style="list-style-type: none"> - Agressões - Mortes - Derrubadas das cercas - Espancamento - Morte dos religiosos pelos índios - Massacre - Discussões, brigas - Prendem, batem - Tiros, ameaças - Destruição do povoado 	<ul style="list-style-type: none"> - Denúncias a FUNAI feitas pelos - Manda um delegado - Processo judicial feito pela Ig igualar os direitos entre brancos e índios - São denunciadas - Avisam ao governo do que está e

QUADRO Nº V.Q.1 - Continuação

PRINCIPAIS TIPOS DE CONFLITOS NA ÁREA, Nº DE FAMÍLIAS E/OU PESSOAS ENVOLVIDAS, CAUSAS, CONSEQUÊNCIAS E PROVIDÊNCIAS TOMADAS NO CONFLITO SOCIAL DOS INDÍGENAS DE BARRA DO CORDA - MA/1988

- Continuar

Nº DE CRODEM	REGIÃO DE BARRA DO CORDA	PRINCIPAIS CONFLITOS	Nº DE FAMÍLIAS E/OU PESSOAS ENVOLVIDAS	CAUSAS DOS CONFLITOS	CONSEQUÊNCIAS DOS CONFLITOS	PROVIDÊNCIAS TOMADAS
04	Aldeias: Sapucaia; Mus - sum e Coquinho	Índios e madeiros	-	- Existência de madeiras nobres nos territórios indígenas e conseqüente cobiça por parte de madeiros e proprietários de serrarias	- Invasões de terras - Roubo de madeira - Engano no valor das madeiras por parte dos proprietários de serrarias e madeiros - Descrências com a FUNAI	- Denúncias à FUNAI - Proibição por parte da FUNAI de lização das madeiras das reservas
05	Aldeia dos Canabrava Faz. Sabesa	Índios x Empresa Fosseiros x fazendeiros	- -	- Questão da terra - Grilagem de terras - Os índios estavam comendo a roça e o gado do fazendeiro - Aumento indevido da área da fazenda por parte do proprietário.	- Agressões de ambos os lados - Tocaram fogo nas terras dos índios	- Denúncias a FUNAI e ao - MIRAD

FONTE: Dados Primários - Pesquisa de Campo - Formulários - Setembro/1988.

QUADRO Nº V.Q.2

PRINCIPAIS ATORES, MEDIADORES, FORMAS E MOTIVOS DO ENVOLVIMENTO NOS CONFLITOS
SOCIAIS COM OS GUAJAJARAS - BARRA DO CORDA/MA - 1988

PRINCIPAIS ATORES SOCIAIS	PRINCIPAIS MEDIADORES POLÍTICOS	FORMAS DE ENVOLVIMENTO
<ul style="list-style-type: none"> - Índios e Igreja - Índios x Igreja - Índios x Arrendatários - Índios x Possesiros - Índios x Fazendeiros - Índios x Proprietários de Serrarias - Índios x FUNAI 	<p>A FAVOR DOS INDIOS</p> <ul style="list-style-type: none"> - FUNAI - Povos indígenas - CIMI - GAI 	<p>A FAVOR DOS INDIOS</p> <ul style="list-style-type: none"> - Apurando as denúncias dos índios de inva suas terras - Não permite invasões nas terras indígenas - Lutam unidos pela autodeterminação e pel tos dos índios - Denúncia as invasões e os crimes contra - Pede providências as autoridades contra sões das terras indígenas
	<p>CONTRA OS INDIOS</p> <ul style="list-style-type: none"> - Igreja - UDR - MIRAD/INCRA - Polícia - Missões Evangélicas - FUNAI - Assoc. dos Migrantes 	<p>CONTRA OS INDIOS</p> <ul style="list-style-type: none"> - Arrendou terra dos índios aos colonos - Porque nós temos que ir com eles, para r problema, então vamos lá no MIRAD. - A Polícia se envolve porque é chamada pa tir a ordem. - A FUNAI porque não quer que os possesiros terra de índio. - A gente faz uma união (todos os chefes) tar resolver o problema do índios, se não gente expulsa "cristaos" da terra de qua

Fonte: Dados Primários - Pesquisa de Campo - Formulários - Setembro/1988.

QUADRO Nº V.Q.3

PRINCIPAIS OBJETIVOS DA LUTA DOS INDIOS GUAJAJARAS - BARRA DO CORDA - MA

- 1989 -

ATORES SOCIAIS	PRINCIPAIS OBJETIVOS DO MOVIMENTO
- Indios Guajajaras	<ul style="list-style-type: none">- Melhorias das condições de vida do índio- Demarcação das terras indígenas- A luta pela terra que é nossa, a não tomada da terra do índio pelo INCRA- Titulação das terras indígenas- Acabar com a invasão das terras indígenas por parte dos cristãos.- Mandar em suas terras e poder negociar os seus recursos naturais diretamente com os índios- Assistência médico-sanitária aos indígenas doentes- Para os brancos saírem das terras que é do índio, seja pequeno produtor, seja fazendeiro- Organizar toda a comunidade, a fim de garantir suas reivindicações- Conseguir recursos para indenizar famílias posseiras em áreas indígenas- Assistência técnica, sementes e implementos agrícolas para seus roçados.

FONTE: Dados Primários - Pesquisa de Campo - Formulários - Setembro/1988.

QUADRO Nº V.Q.4

FORMAS DE ORGANIZAÇÃO E ESTRATÉGIAS DE LUTA DOS ÍNDIOS GUAJAJARAS
BARRA DO CORDA/MA - 1988

ATORES SOCIAIS	FORMAS DE ORGANIZAÇÃO	ESTRATÉGIAS DE LUTA
Índios Guajajaras	<ul style="list-style-type: none"> - Organização de grupos da comunidade - Os índios se candidatam a cargos políticos - Organizam comissões para ir em Brasília falar com o papão-maior (Presidente da República) - Atualmente, os índios trabalham em conjunto com a FUNAI tentando implementar medidas eficazes, a fim de coibir essas invasões e violências contra os índios. - Movimento sindical - Associação de professores do Maranhão-APEMA, apoia a luta dos índios. 	<ul style="list-style-type: none"> - Destruição de povoados - Greve de fome, para forçar a administração da FUNAI a fazer concessões de roupas, etc. - Entrega à FUNAI de documento reivindicando - Título de terra de uma área demarcada em 1978 pela FUNAI; - melhores condições na aldeia, melhora na cidade e maior apoio da FUNAI e técnicos competentes. - Expulsão dos trabalhadores que estão nas terras. - Greve dos índios que trabalham na cidade - Reparar a área para que não seja invadida - Denúncias à FUNAI e esta ao Prefeito - Compram armas para se defender. - Aprisionam o coordenador e funcionários da FUNAI como reféns.

QUADROS V.Q.5

EXECUTORES E MANDANTES DA VIOLÊNCIA NA REVOLTA DOS INDIOS GUAJAJARAS X MIGRANTES-POSSEI-
LAVRADORES X FAZENDEIROS DE BARRA DO CORDA - MA

EXECUTORES	Nº DE ACUSAÇÕES FEITAS	
	ABSL.	%
1. Polícia	10	15,0
2. Posseiros	25	37,0
3. Indios Kanelas	01	1,0
4. Madeireiros	24	36,0
5. Funcionários da FUNAI	02	3,0
6. Pistoleiros mandados por Fazendeiros	05	7,0
TOTAL	67	100,0

MANDANTES	Nº DE ACUSAÇÕES FEITAS	
	ABSL.	%
1. Fazendeiros	05	42,0
2. FUNAI	05	42,0
3. Igreja	02	16,0
TOTAL	12	100,0

FONTE: Dados primários - Pesquisa de campo - Formulários - Setembro/1988.

QUADRO Nº V.Q.6-

VÍTIMAS DA VIOLÊNCIA, MOTIVOS, TIPOS, MANDANTES E/OU EXECUTORES DE REVIDE, NOS CONFLITOS, DE ACORDO COM O ENVOLVIMENTO DOS ATORES SOCIAIS, DOS INDÍGENAS DE BARRA DO CORDA - MA - 1988

TÍTULA DE VIOLÊNCIA	MOTIVOS DA VIOLÊNCIA	TIPO DE VIOLÊNCIA	MANDANTES E/OU EXECUTORES	REVIDE		FORMA DE REVIDE
				SIM	NÃO	
L.	%			ABS.	%	
3	<ul style="list-style-type: none"> - Os índios roubaram meu gado - Meu filho foi ferido no braço pelos Guejajaras no conflito do Arraque - Confronto com cristão - Estavam tirando madeira das nossas terras - Porque eu fazia parte do grupo indígena que tentava proteger suas terras - Porque o cristão cobiça a terra do índio, uns pra morar e outros para extrair frutos da terra. 	<ul style="list-style-type: none"> - Prejuízo econômico, com o roubo de minha criação - Ferimento a bala - Pancada na cabeça - Ameaça de boca - Emocional, psicológica e física. - Espantamento e voz de prisão. 	<ul style="list-style-type: none"> - Índios - Per parte dos cristãos e/ou brancos - Os homens do Adalberto queriam me matar - Soldado policial e um delegado 	40		<ul style="list-style-type: none"> - Tentamos dar o troco as pessoas que me agrediram - Partiu pra briga c/o soldado e na delegacia com o próprio delegado - Só falei para eles saírem da terra - Ficamos em pé de guerra - A gente estava armado.
				ABS.	%	
	<ul style="list-style-type: none"> - Porque nunca me envolvi - Porque a minha propriedade é longe dos índios - Nós viemos logo embora - Não tive precisão - Porque vivia fechado na terra. 			05		- Nenhuma

QUADRO Nº V.Q.7

PRINCIPAIS REPERCUSSÕES E IMPLICAÇÕES DA VIOLÊNCIA PARA O MOVIMENTO DOS GUAJAJARAS - BARRA DO CORDA - MA/1988

INÔMICAS	REPERCUSSÕES SOCIAIS	REPERCUSSÕES POLÍTICAS	REPERCUSSÕES IDEOLÓGICAS	REPERCUSSÕES JURÍDICAS	REPERCUSSÕES BIOLÓGICAS
Lavoura casas e e de árvores	<ul style="list-style-type: none"> - A violência dos policiais com os índios e com os moradores das agrovilas. - Destruição da vida comunitária - A comunidade vive sobressaltada - Atua negativamente, pois com os conflitos não tem prosperidade. - Empobrecimento cada vez maior das pessoas do local e estagnação da vida. - Ficam desorientados sem saber o que fazer para resolver os problemas. - Desmobiliza os intimidados a continuarem lutando, e outras vezes fortifica-se ainda mais a luta que se sentindo revoltados continuam lutando pelos seus direitos. - Destruição de tribos, tanto a nível de cultura como a nível de extinção. 	<ul style="list-style-type: none"> - Há o sufocamento dos movimentos, devido as pressões. Muitos deixam as suas terras ou são expulsos. - Orientar a comunidade para lutar por seus direitos. - Dificuldade da população no apoio a luta. - As autoridades interferem nos conflitos. 	<ul style="list-style-type: none"> - A comunidade fica com medo - Ficam com medo dos índios - Os índios se revoltam - Os líderes sofrem intimidações 	<ul style="list-style-type: none"> - Desapropriação da terra - Processo judicial da Igreja para igualar os direitos dos índios e dos brancos. - Prisões de pessoas ou líderes de movimentos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Assassinatos de índios, padres, brancos - Espancamento - Lesões corporais - Ameaças de morte - Traumas psicológicos, ficam doentes, tristes, desorientados. - Saques - Tiroteios - Expulsão da roça - Massabres - Agressões - Assassinatos de líderes dos movimentos.

Diários - Pesquisa de campo - Formulários - Setembro de 1988.

QUADRO Nº V.C.8

DENÚNCIAS E PROVIDÊNCIAS TOMADAS PELOS GUAJAJARAS CONTRA A VIOLÊNCIA, RESPOSTAS
CONCRETAS DO ESTADO NA REGIÃO DE BARRA DO CORDA - MA

- 1 9 8 8 -

DENÚNCIA DA VIOLÊNCIA	PROVIDÊNCIAS TOMADAS PELOS ÍNDIOS	ATUAÇÃO GOVERNAMENTAL
<ul style="list-style-type: none"> - Os índios vão à FUNAI e a Polícia - Os índios denunciam às autoridades policiais - Os índios vão à delegacia, a polícia vem, mas, não resolvem nada - Os índios procuram as autoridades locais - Os índios prejudicados procuram a polícia - Foram enviadas várias cartas à presidência da FUNAI, fazendo denúncias do que ocorre, só que nunca se obteve resposta - Os chefes indígenas vai, falam para os governantes para eles tomarem providências - Comunica aos responsáveis pela violência 	<ul style="list-style-type: none"> - Expulsam os posseiros de suas terras - As pessoas têm medo do índio, por isso eles não fazem nada - Remanejamento dos migrantes da área por parte da FUNAI - Denunciam à polícia de Barra do Corda. - A Igreja fez um processo e ganhou, para igualar os direitos entre brancos e índios, agora todos têm os mesmos direitos - Tentam conversar, mas não resolvem nada - A FUNAI intercede para os cristãos saírem da área - Os índios procuram a FUNAI, o Coordenador toma conhecimento vai na aldeia do índio e tenta resolver o problema - Reunião entre os funcionários, posseiros e índios - Aprisionamento dos funcionários na delegacia para eles fazerem - Chamam a polícia e o Governo para interceder pelos índios. 	<ul style="list-style-type: none"> - O governo fez um levantamento, indenizou os posseiros e favoreceu os índios - O governo fica do lado dos índios - Manda a polícia - Eles nem tomam conhecimento, porque desconhecem o que acontece aqui - As vezes a FUNAI resolve, mas isso demora muito, a FUNAI vai lá e proíbe para não entrar os brancos - O governo reprime os índios e é conivente com os brancos - Ele diz que vão acabar com os conflitos, mas é só promessa, pois até agora nada fizeram - O governo toma providências para tirar os posseiros do local - Nenhuma atuação governamental.

FONTE: Dados Primários - Pesquisa de Campo - Formulários - Setembro/1988.

VI - MOVIMENTO DOS FORNECEDORES/PLANTADORES E TRABALHADORES RURAIS
DA CANA DO PACAL

TABELA Nº VI.T.1

ZONA DE ORIGEM, NÚMERO DE MIGRAÇÕES E ANOS NA LOCALIDADE DOS ATORES SOCIAIS ENVOLVIDOS NO MOVIMENTO DOS PLANTADORES/
FORNECEDORES E TRABALHADORES RURAIS DA CANA NO PACAL/MEDICILÂNDIA - PA/1988

	ORIGEM POR ZONA						MIGRAÇÃO						NÚMERO DE ANOS NA LOCALIDADE									
	URBANA		RURAL		TOTAL		NENHUMA VEZ		DE 1 a 3 VEZES		+ DE 3 VEZES		TOTAL		MESES		DE 1 a 4 ANOS		+ DE 5 ANOS		TOTAL	
	ABSL.	%	ABSL.	%	ABSL.	%	ABSL.	%	ABSL.	%	ABSL.	%	ABSL.	%	ABSL.	%	ABSL.	%	ABSL.	%	ABSL.	%
ário/	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
rio/	1	2	20	44	21	47	—	—	18	40	3	7	21	47	—	—	1	2	20	44	21	47
	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
i-	—	—	1	2	1	2	—	—	1	2	—	—	1	2	1	2	—	—	—	—	1	2
idor	2	4	21	47	23	51	—	—	18	40	5	11	23	51	—	—	6	13	17	38	23	51
	3	7	42	93	45	100	—	—	37	82	8	18	45	100	1	2	7	15	37	82	45	100

ários - Pesquisa de Campo - Formulários - Agosto/1988.

TABELA Nº VI.T.2

PRINCIPAL FONTE DE SUBSISTÊNCIA E OUTRAS OCUPAÇÕES DOS ATORES SOCIAIS ENVOLVIDOS NO MOVIMENTO DOS PLANTADORES, FOMECEDORES E TRABALHADORES RURAIS DA CANA DO PACAJÁ - MEDICILÂNDIA - PA/1988

SEXO	PRINCIPAL FONTE DE SUBSISTÊNCIA														OUTRAS OCUPAÇÕES																			
	PLANTADOR DE CANA, CACAU E PINHEIRO		COMERCIANTE		VIGIA		PEDREIRO		OPERADOR DE MÁQUINA		COMERCIANO		PEÃO DE ROÇA		TOTAL		MEMBRO		SERVIÇOS GERAIS (*)		PEÃO DA ROÇA E FAZENDA		LÍDER DE CLASSE: PROF. IDOORAL POLÍTICO		ROÇA E LEITE		PLANT. DE CAVA, CACAU, CAFE E PI - SEMENTA		COMERCIANTE		TOTAL			
	% ABEL.	% ABEL.	% ABEL.	% ABEL.	% ABEL.	% ABEL.	% ABEL.	% ABEL.	% ABEL.	% ABEL.	% ABEL.	% ABEL.	% ABEL.	% ABEL.	% ABEL.	% ABEL.	% ABEL.	% ABEL.	% ABEL.	% ABEL.	% ABEL.	% ABEL.	% ABEL.	% ABEL.	% ABEL.	% ABEL.	% ABEL.	% ABEL.	% ABEL.	% ABEL.	% ABEL.	% ABEL.		
M	12	27	1	2	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	13	29	5	11	1	2	1	2	---	---	4	9	---	---	---	2	4	13	29	
F	1	2	1	2	---	---	1	2	---	---	2	4	---	---	10	22	6	13	1	2	---	---	1	2	---	---	---	---	---	---	10	22		
T	13	29	2	4	---	---	1	2	---	---	2	4	---	---	23	51	11	24	2	4	1	2	---	---	5	11	---	---	---	4	43	51		
M	4	9	1	2	1	2	---	---	---	1	2	---	---	2	4	19	42	10	22	3	7	2	4	3	7	---	---	1	2	---	---	19	42	
F	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	1	2	---	---	---	---	---	---	1	2	---	---	---	---	---	---	---	---	1	2
T	4	9	1	2	1	2	---	---	---	1	2	---	---	2	4	20	44	10	22	3	7	3	5	3	7	---	---	---	---	---	---	20	44	

Legenda: Passagem de Campo - Formulários - Agosto/1988.

Abela: Comércio, motoristas de táxi, vigias, carreiros e fretas.

TABELA Nº VI.T.3

DIMENSÕES DA ROÇA E CULTURAS PLANTADAS PELOS ATORES SOCIAIS ENVOLVIDOS NO MOVIMENTO DOS PLANTADORES, FORNECEDORES E TRABALHADORES DA CANA NO PACAL/MEDICILÂNDIA - PA - 1988

SOCIAIS.	DIMENSÕES DA ROÇA														CULTURAS									
	NÃO TEM		01 a 20 ha		21 a 50 ha		51 a 100 ha		101 a 200 ha		201 a 300 ha		TOTAL		NÃO CULTIVA		LAVOURA DE SUBSISTÊNCIA (ARROZ, MILHO, FEIJ. E MAND.)		CULT. EXPORT. (CANHA, CACAU, CAFÉ E PIMENTA)		AGROPECUÁRIA		TOTAL	
	ABSL.	% ABSL.	ABSL.	% ABSL.	ABSL.	% ABSL.	ABSL.	% ABSL.	ABSL.	% ABSL.	ABSL.	% ABSL.	ABSL.	% ABSL.	ABSL.	% ABSL.	ABSL.	% ABSL.	ABSL.	% ABSL.	ABSL.	% ABSL.	ABSL.	% ABSL.
Arário/	—	—	1	2	—	—	8	18	3	7	1	2	13	29	1	2	—	—	12	27	—	—	13	29
Metário/	2	4	—	—	—	—	5	11	3	7	—	—	10	22	3	7	4	9	3	7	—	—	10	22
Peiro	—	—	1	2	—	—	1	2	—	—	—	—	2	4	—	—	1	2	1	2	—	—	2	4
ador (*)	5	13	5	13	—	—	7	16	—	—	—	—	19	42	7	16	4	9	8	18	—	—	19	42
eral Itinerante	1	2	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	2	1	2	—	—	—	—	—	—	1	2
	9	20	8	18	—	—	21	47	6	13	1	2	45	100	12	27	9	20	24	53	—	—	45	100

Arários - Pesquisa de Campo - Formulários - Agosto/1988

Arários não proprietários legais da roça, trabalham na terra do patrão e/ou de terceiros.

TABELA Nº VI.T.4
SITUAÇÃO DA POSSE DA TERRA, TIPO DE REGISTRAÇÃO E ANOS NA COMARCA DOS ATORES SOCIAIS
ENCLAVADOS NO MOVIMENTO DOS PLANTADORES/FORNECEDORES E TRABALHADORES DA CAXA NO FOMC/
MEDICILÂNDIA - PA/1993

TÍTULO DE PROPRIEDADE				TIPO DE DOCUMENTO				RAZÕES DA NÃO POSSE DA TERRA				DEBILIZAÇÃO				ANOS NA COMARCA							
Nº TEN TÍTULO	Nº TEN TÍTULO	TOTAL	T. D. (TÍTULO DEFINITIVO)	A. O. (CARTÃO DE Ocupação)	C. A. (CARTA DE AUTORIAÇÃO)	E. P. (ESCRITURA PÚBLICA)	NENHUM	TOTAL	TEM POSSE	TERRA JÁ TEM OUTRO PARENTI	TRAB. NA TERRA DE PARENTI	TERRA DA DO GOVER- NO (URBAT)	TOTAL	NENHUMA	DIRIGIDA (OFICIAL)	ESCRITURA (OUTRA PRA)	TOTAL	ANOS DE 10 ANOS	MAIS DE 10 ANOS	TOTAL	% ABSL.		
																						% ABSL.	% ABSL.
10	22	3	7	13	29	12	27	1	2	13	29	1	2	12	27	13	29	4	9	20	13	29	
7	15	3	7	10	22	8	18	1	2	10	22	7	15	3	7	10	22	1	2	9	20	10	22
—	—	2	4	2	4	—	—	2	4	—	—	2	4	—	—	2	4	1	2	1	2	2	4
—	—	19	42	19	42	—	—	10	22	3	7	19	42	—	—	16	35	12	27	7	16	19	42
—	—	1	2	1	2	—	—	—	—	1	2	1	2	—	—	1	2	1	2	—	—	1	2
17	33	23	22	45	100	14	31	64	14	31	3	7	45	100	11	24	45	19	42	25	59	45	100

Atos - Pesquisas de Ortop - Ferrulândia - Agosto/2003

QUADRO Nº VI.3.1

PRINCIPAIS TIPOS DE CONFLITOS NA ÁREA, Nº DE FAMÍLIAS E/OU PESSOAS ENVOLVIDAS, CAUSAS, CONSEQUÊNCIAS E PROVIDÊNCIAS TOMADAS NOS CONFLITOS SOCIAIS - MEDICILÂNDIA/PA
1988

NO PARÁ (ha)	PROPRIETÁRIO	PRINCIPAIS CONFLITOS	Nº DE FAMÍLIAS E/OU PESSOAS ENVOLVIDAS	CAUSAS DOS CONFLITOS	CONSEQUÊNCIAS DOS CONFLITOS	PROVIDÊNCIAS TOMADAS
-	-	"Movimento dos 5.000 a 7.000 pessoas plantadores / aproximadamente. cortadores e produtores da cana"		<ul style="list-style-type: none"> - Os trabalhadores: plantadores, cortadores e fornecedores de cana à usina do Pacal administrada gerencialmente pela CONAN, oriunda do Nordeste, ficaram 9 (nove) meses sem receber o pagamento da cana que foi entregue e, os operários da própria usina, estavam com 4 (quatro) meses de atraso ao qual faziam jus pela produção e fornecimento desse produto a usina. - Ilegalidades trabalhistas no que tange a pagamento dos encargos sociais desses trabalhadores (IAPAS, FGTS, etc...), não demonstrando a mínima disposição de negociar com os trabalhadores rurais. 	<ul style="list-style-type: none"> - Sem receberem seus salários os trabalhadores decidem que não colherão a safra de 83, com isso, a usina ficará sem matéria-prima. - Não pagamento ao Banco do Brasil, pelos trabalhadores da cana-de-açúcar, o Banco por sua vez também não financiou plantios. - Bloqueio da BR-230, a Transamazônica, na ponte sobre o Igarapé Pacal no quilômetro 92, pelos plantadores, cortadores e fornecedores de cana e suas famílias até o pagamento de seus salários atrasados. - Intervenção da polícia, na desobstrução da ponte, utilizando para isso, bombas de gás lacrimogêneo, para dispersar os trabalhadores e suas famílias. - Espancamentos e prisão do bispo do Xingu, Dom Erwin Krautler, presidente da ASFORT (Associação dos Fornecedores de Cana da Transamazônica e do médico da Usina do Pacal, ameaças de queimar a ponte. - Agressões físicas, prisões e espancamentos, despejos, intimidações, humilhações, ameaças, assassinatos, bomba de efeito moral. 	<ul style="list-style-type: none"> - Intervenção da polícia, por ordem do governador do Pará, Jader Barbalho dispersando os manifestantes utilizando bomba de gás lacrimogêneo. - Impetramento de recursos Judiciais. - Pagamento dos funcionários da CONAN e dos colonos do Pacal, sendo que estes abriram mão de dois anos de indenização. - Afastamento da CONAN (Construtora e Incorporadora Carneiro da Cunha Nóbrega - Ltda.), da direção da usina. - A volta da coordenação da Cira-Pacal em 1986, à usina, bem como da produção de açúcar e álcool. - Representante da ASFORT no GT da CIRA-PACAL que administra atualmente a Usina. - Promessas do governo de que ASFORT poderá futuramente administrar a usina. - Abertura de Inquérito para investigar a morte dos 2 lavradores.

I.R.1 - Continuação

ÁREA (ha)	PROPRIETÁRIO	PRINCIPAIS CONFLITOS	Nº DE FAMÍLIAS E/OU PESSOAS ENVOLVIDAS	CAUSAS DOS CONFLITOS	CONSEQUÊNCIAS DOS CONFLITOS	PROVIDÊNCIAS TOMADAS
20.000	Paulo Rezende	"Movimentos dos invasores da Fazenda União"	50 famílias	- Conflitos fundiários, pela posse da terra para trabalhar.	- Assassinatos, espancamentos, atentados, despejos, humilhações, destruição de propriedades...	- A justiça deu ganho de causa aos posseiros, a fazenda foi desapropriada e recortada em lotes para os posseiros em 1984.
400.000	Grupo Mineiro	"Movimento dos Invasores da Fazenda da Contriçui"	600 famílias	- Luta pela posse da terra que estava aparentemente desocupada mas que na verdade era administrada pela Contriçui (Cooperativa Tritícola Serrana do R. G. do Sul, que se dedicavam apenas à extração da madeira (Mogno) através da contratação de empresas madeireiras da região que se limitavam a extrair o produto à empresa ou companhia proprietária do terreno.	- A Contriçui retirou-se da área, entretanto não abriu mão do direito, com isso até a presente data não legalizou a sua situação de desistência, o INCRA está impossibilitando de discriminar e titular novos lotes na citada área.	
		"Revolta dos índios Araras"		- Tentativa de defender a reserva indígena que estava tendo suas terras invadidas por trabalhadores rurais sem terra.	- Conflitos armados entre invasores da reserva e índios.	- Invasão da coord. do PIC/Altamira pelos Araras que exigem a saída dos posseiros, que pediram ajuda aos Kaia-pós se for preciso para a retirada dos posseiros.

ários - Pesquisa de Campo - Formulários /Agosto 1988.

1988

PRINCIPAIS ATORES	PRINCIPAIS MEDIADORES POLÍTICOS	FORMA DE ENVOLVIMENTO DOS MEDIADORES (A FAVOR OU CONTRA O MOVIM.)	MOTIVO DO ENVOLVIMENTO DOS MEDIADORES
<ul style="list-style-type: none"> - Plantadores, fornecedores e cortadores de cana. - Funcionários subalternos da CONAN - CONAN (Construtora e Incorporadora Carneiro da Cunha Nóbrega Ltda.) - MIRAD/INCRA 	<ul style="list-style-type: none"> - A Igreja - ASFORT (Associação dos Fornecedores de Açúcar da Transamazônica) 	<ul style="list-style-type: none"> - A Igreja representada fielmente em todos os momentos por padres e freiras que tentavam apaziguar os ânimos e que como mediadoras tiveram suas defesas e lutas a favor da classe trabalhadora, espoliada, oprimida e vítima da má administração de corruptos da CONAN. Um dos papéis fundamentais, foi o de D. Erwin Krautler, Bispo do Xingú, que indiretamente atuou na Comissão de frente dos líderes do movimento, junto as negociações com os órgãos do governo federal. - Foram legítimos representantes da classe trabalhadora e responsáveis pelas comissões que viajaram para Brasília em busca de soluções, em vão, foram os organizadores do movimento, no encaminhamento das propostas, e mediaram todas as reuniões de negociação com o governo estadual e federal. 	<ul style="list-style-type: none"> - A Igreja, marcante na figura do Bispo Dom Erwin Krautler, do Xingú, defendeu a luta dos camponeses, tornando-se uma liderança, apesar de não estar ligado diretamente com as causas do problema, mas apenas por acreditar que o pastor não deve ficar numa capela pregando o evangelho, enquanto o povo está passando fome acampados numa ponte. - Foi a entidade que tomou a frente do movimento, em punhando suas bandeiras de luta com as propostas da massa.
	PRINCIPAIS MEDIADORES POLÍTICOS	CONTRA O MOVIMENTO	CONTRA O MOVIMENTO
	<ul style="list-style-type: none"> - O Estado - Órgãos federais - INCRA - Instituto de Colonização e Reforma Agrária, IAA - Instituto do Açúcar e do Alcool, FIC-Projeto Integrado de Colonização de Altamira. - A Polícia. 	<ul style="list-style-type: none"> - O Estado representado pelo então governador Jader Barbalho atuou nas mediações com os trabalhadores na pessoa do Secretário de Interior e Justiça, Sr. Itair Silva, que se deslocou até o Km 92, para negociar a favor do Estado, a desobstrução da rodovia, mas sem determinar a data do pagamento. O próprio governador Jader Barbalho se fez presente em Altamira, para discutir com o Presidente da ASFORT, o compromisso de que o Governo Federal honraria seus débitos e fazendo promessas quanto ao imediato pagamento para assim os trabalhadores suspendessem o bloqueio, promessas que não foram cumpridas. - Por sua administração situada no KM 46, estava presente nas negociações do conflito, formaram o carro-chefe das mediações que visavam vantajosas negociações que favorecessem o governo federal, como a imediata desobstrução da rodovia. - A grande influência física e moral da Polícia, deu-se na mediação repressora e coerciva, a favor dos interesses governamentais reprimindo os manifestantes e intimidando-os, através de ameaças, e depois as concretizando, para conseguirem seu intento de dispersão do movimento e a suspensão do bloqueio o que foi inevitável. Foi enviado então um batalhão de choque da Polícia Militar, um contingente de 70 soldados, portando bombas de gás lacrimogêneo, e fuzis, para o local do movimento: a ponte sob o Rio Pacal. 	<ul style="list-style-type: none"> - O prejuízo causado ao estado com a obstrução da Transamazônica por onde trafegam diariamente inúmeros caminhões. - Negociavam em favor da imediata desobstrução da Transamazônica, para evitar maiores prejuízos financeiros ao País, mas sem o comprometimento de se acertar a data dos pagamentos. - O governo do estado, justificou a ação da polícia como uma medida necessária para desobstrução da rodovia, visto que depois de várias negociações, os trabalhadores não suspendiam o bloqueio, pois não se determinava o dia do pagamento.

QUADRO Nº VI.D.3

PRINCIPAIS OBJETIVOS DO MOVIMENTO DOS FORNECEDORES, PLANTADORES E TRABALHADORES
RURAIS DA CANA DO PACAL - MEDICILÂNDIA - PACAL/1988

Nº DE ORDEM	PRINCIPAIS OBJETIVOS DO MOVIMENTO
01	- Conseguir o imediato afastamento da CONAN e da área
02	- A garantia formal do IAA (Instituto do Açúcar e do Alcool) para a safra de 83, cujo plantio poderia render 300 mil toneladas de cana, que se encontravam em fase de maturação
03	- Que houvesse o pagamento dos atrasados para produtores e funcionários da usina. Aos fornecedores: 220 milhões de cruzeiros e aos funcionários 150 milhões, aproximadamente
04	- Indenização dos direitos das safras perdidas
05	- Proteção das reservas indígenas contra as invasões (índios)
06	- Livre acesso aos garimpos (Garimpeiros)
07	- Atualização dos salários dos funcionários da CONAN
08	- Preços mais justos para a produção canavieira
09	- Fim da violência contra os trabalhadores rurais
10	- Punição dos executores e mandantes dos crimes
11	- Garantia do acesso à terra aos colonos-posseiros

QUADRO Nº VI.Q.4

NOVAS E PRINCIPAIS FORMAS DE ORGANIZAÇÃO E ESTRATÉGIAS DE LUTA
UTILIZADA PELOS FORNECEDORES, PLANTADORES E TRABALHADORES RURAIS
DA CANA DO PACAL - MEDICILÂNDIA - PA
1988

Nº DE ORDEM	FORMAS DE ORGANIZAÇÃO	ESTRATÉGIAS DE LUTA
01	- Formação de grupos comunitários para dialogar sobre os problemas que os trabalhadores enfrentavam	- Caravanas à Brasília
02	- Criação e fundação da ASFORT	- Acampamento em frente ao MIRAD
03	- Reuniões comunitárias	- Palavras de ordem
04	- Reuniões sindicais (PT, CUT e CGT)	- Passeatas
05	- Organizações orientadas por religiosos para resolverem a questão pacificamente	- Ato público de protesto
06	- Debates e discussões em grupo	- Negociações com o Estado
07	- Assembléias com os trabalhadores decidindo unimamente pelo fechamento da estrada através da ASFORT	- Acampamento em frente aos centros de decisão do governo
		- Bloqueio da Transamazônica
		- Abaixo-assinados
		- Ameaça de Incêndio à ponte que liga a dois lados da Rodovia no Km 92 da Transamazônica
		- Impetração de recursos judiciais

FONTE: Dados primários - Pesquisa de Campo - Formulários - Agosto/1988.

QUADRO Nº VI.Q.5

EXECUTORES E MANDANTES DA VIOLÊNCIA NOS CONFLITOS SOCIAIS DOS FORNECEDORES,
PLANTADORES E TRABALHADORES DA CANA DO PACAL - MEDICILÂNDIA - PA/1988.
1988

EXECUTORES	Nº DE ACUSAÇÕES FEITAS	
	ABSL.	%
1- Polícia	29	76,0
2- Índios	4	11,0
3- Pistoleiros	5	13,0
TOTAL	38	100,0
MANDANTES	Nº DE ACUSAÇÕES FEITAS	
	ABSL.	%
1- Governo (estadual e federal)	25	66,0
2- CIRA	1	3,0
3- MIRAD	3	8,0
4- CONAN	9	23,0
TOTAL	38	100,0

FONTE: Dados Primários - Pesquisa de Campo - Formulários - Agosto/1988.

QUADRO Nº VI.Q.6 - VÍTIMAS PREFERENCIAIS DO VIOLÊNCIA NO MOVIMENTO DOS FORNECEDORES/PLANTADORES
E TRABALHADORES RURAIS DA CANA DO PACAL -
MEDICILÂNDIA - PA/1988

ANOS	VIOLENTADOS		VÍTIMAS PREFERENCIAIS	MOTIVOS DAS VIOLÊNCIAS
	ABSL.	%		
1982	320		- Fornecedores e plantadores de cana	- Os usineiros sob forte pressão dos fornecedores e funcionários, pelo atraso dos pagamentos, matam barbaramente dois trabalhadores rurais.
1982	2*		- Cortadores de cana	
1983	1		- Lideranças sindicais	- O Estado não aceitava negociar sob pressão, e enviou então um batalhão de choque da polícia militar de Santarém. Era um contingente de 70 soldados, portando bombas de gás lacrimogêneo, de efeito moral e fuzis, para o local do movimento: a ponte sob o Rio Pacal. Todos se mantinham sentados na estrada: homens, mulheres, crianças, os líderes e o bispo. Os soldados fizeram insultos e como todos permaneceram calados, começaram a jogar as bombas de maneira indiscriminada. Daí, surgiram espancamentos, violências e agressões contra o Bispo D. Erwin Krautler e o líder Francisco Aguiar, arrastando-os a pontapés até o ônibus da empresa Transbrasiliana "gentilmente cedido para a polícia", transformados em reféns, sob a guarda de fuzis, cercados por policiais eles ficaram durante 45 minutos, enquanto o major tentava negociar a liberdade de ambos, em troca da suspensão do bloqueio da rodovia. A chantagem foi vitoriosa, a ponte foi desobstruída, o bispo e o líder foram libertados.
"	1		- Lideranças religiosas	
"	todos		- Trabalhadores rurais	
"	"		- Lideranças comunitárias	
"	"		- A comunidade que apoia o movimento	
"	"		- ASFORT	
			- Colonos	

FONTE: Dados primários - Pesquisa de Campo - Formulários - Agosto/1988.

LEGENDA: (*) Lavradores assassinados.

VII - A LUTA DOS POSSEIROS DA REGIAO DO BICO DO PAPAGAIO

TABELA VII. T.1

IDENTIFICAÇÃO DOS ATORES SOCIAIS NO MOVIMENTO DOS FOSSEIROS DO BICO DO PARACAÍDO POR CATEGORIA, CRITÉRIO, ZONA E NÚMERO DE REGRANÇÃO - 1988 -

URBANA				RURAL				TOTAL				VICIADA				MÊSES				NÚMERO DE ANOS NA LOCALIDADE			
URBANA		RURAL		TOTAL		VICIADA		MÊSES		TOTAL		DE 1 a 3 VEZES		+ DE 3 VEZES		TOTAL		DE 1 a 4 ANOS		+ DE 5 ANOS		TOTAL	
Nº ABEL.	%	Nº ABEL.	%	Nº ABEL.	%	Nº ABEL.	%	Nº ABEL.	%	Nº ABEL.	%	Nº ABEL.	%	Nº ABEL.	%	Nº ABEL.	%	Nº ABEL.	%	Nº ABEL.	%	Nº ABEL.	%
01	2%	01	66%	32	71%	—	—	—	—	24	56%	00	16%	00	71%	32	71%	—	—	00	64%	32	71%
—	—	10	22%	10	22%	01	2%	00	10%	00	7%	00	22%	10	22%	10	22%	—	—	10	22%	10	22%
—	—	02	4%	02	4%	—	—	02	4%	02	4%	—	—	02	4%	02	4%	—	—	02	4%	02	4%
—	—	01	2%	01	2%	—	—	01	2%	01	2%	—	—	01	2%	01	2%	—	—	01	2%	01	2%
01	2%	04	9%	05	10%	01	2%	00	7%	00	11%	00	22%	00	100%	00	100%	00	7%	00	88%	00	100%

Fonte - Recuperação do Corpo - Formulário - Dezembro/1988.

TABELA Nº VII.T.2

PRINCIPAL FONTE DE SUBSISTÊNCIA E OUTRAS OCUPAÇÕES DOS ATORES SOCIAIS ENVOLVIDOS, NO MOVIMENTO DOS FOMEIROS DO RICO DO PAPAGAIO - 1962.

RÇA E. LEITE	PRINCIPAL FONTE DE SUBSISTÊNCIA		OUTRAS OCUPAÇÕES												TOTAL			
	ABSL. %	ABSL. %	EMPREITA SERVIÇOS DE PASTAGEM DE AVES	PEQUEVA CRIAÇÃO DE AVES	APORTRACIA	TOTAL	NEVAJUA	QUEBRADOS DE COCOOS	PEQUENO CRIADOR DE AVES	PESCADOR/ CAÇADOR	SERVIÇOS SERVAIS MÉDICOS	CARROZEIRO (FRETE)	VENDEDOR (AGUDA)	PROFESSOR COMUNITÁRIO/ POLÍTICA	DIARISTA TEMPERÁRIO	ABSL. %	ABSL. %	
00	07%	—	—	01	01	01	02%	06	00	—	03	01	02	04	04	04	03	70%
10	22%	—	—	—	—	10	03	02	04	01	—	—	—	—	01	—	03	20%
02	4%	—	—	—	—	02	01	—	—	01	—	—	—	—	—	—	02	4%
—	—	01	01	—	—	01	—	—	01	—	—	—	—	—	—	—	01	2%
02	57%	01	01	01	01	45	100%	03	05	01	04	01	02	04	05	11%	45	100%

TABELA Nº VII.T.3

GRUPO DE AGROTIATIVISMO DOS ATORES SOCIAIS DO MOVIMENTO DO CICLO DO PARAGUAI - 1988 -

		MOTIVOS DE ASSOCIAÇÃO												SE FOI BENEFICIADO PELA ASSOCIAÇÃO															
MUNICÍPIO	ABSL.	SINDICATO DOS PROD. DAS COLT. TRABALHADORES VEIS DE PESSOAS RURAIS		ASSOCIAÇÃO DE MULHERES		TOTAL		MÃO DE OBRA DE LUTA PELA TERRA		DIREITOS TRABALHISTAS		ORGANIZAÇÃO DE CLASSE		MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE VIDA		TOTAL		SIM		NÃO		NÃO ASSOCIADO		TOTAL					
		%	ABSL.	%	ABSL.	%	ABSL.	%	ABSL.	%	ABSL.	%	ABSL.	%	ABSL.	%	ABSL.	%	ABSL.	%	ABSL.	%	ABSL.	%	ABSL.	%	ABSL.	%	
06	11%	24	54%	—	—	03	7%	32	71%	07	15%	09	15%	03	13%	07	15%	04	9%	32	71%	14	26%	11	24%	07	15%	32	71%
01	2%	03	14%	01	3%	03	7%	10	22%	01	2%	02	5%	03	7%	01	3%	—	—	10	22%	05	11%	04	9%	01	2%	10	22%
02	3%	—	—	—	—	02	5%	02	5%	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	02	5%	—	—	—	02	5%	02	5%	
01	3%	—	—	—	—	01	4%	01	4%	01	3%	—	—	—	—	—	—	—	—	01	3%	—	—	—	01	2%	01	2%	
09	20%	30	55%	01	3%	36	14%	45	107%	11	24%	10	23%	09	20%	11	24%	04	9%	45	100%	13	43%	15	38%	11	24%	45	100%

ABSL - PESQUISA DE CAMPO - FORMULÁRIO - DEZEMBRO/1988.

TEBELA Nº VII.T.4

DIMENSÕES DA ROÇA E CULTURAS PLANTADAS PELOS ATORES SOCIAIS, ENVOLVIDOS NA LUTA DOS POSSEIROS DO BICO DO PAPAGAIO - 1988 -

	DIMENSÕES DA ROÇA										CULTURAS									
	NÃO TEM		1 a 20 ha		21 a 40 ha		41 a 60 ha		TOTAL		NÃO CULTIVA		LAVOURA DE SUBSISTÊNCIA (ARROZ, MILHO, FEIJÃO E MANDIOCA)		CRIAÇÃO DE GADO		CULTURA DE EXPORTAÇÃO (CACAU, CAFÉ, PIMENTA)		TOTAL	
	ABSL.	%	ABSL.	%	ABSL.	%	ABSL.	%	ABSL.	%	ABSL.	%	ABSL.	%	ABSL.	%	ABSL.	%	ABSL.	%
	—	—	32	71%	—	—	—	—	32	71%	02	4%	30	67%	—	—	—	—	32	71%
UENO	—	—	09	20%	—	—	01	2%	10	22%	—	—	10	22%	—	—	—	—	10	22%
V/	—	—	02	4%	—	—	—	—	02	4%	—	—	02	4%	—	—	—	—	02	4%
DA	01	2%	—	—	—	—	—	—	01	2%	—	—	01	2%	—	—	—	—	45	100%
	01	2%	43	95%	—	—	01	2%	45	100%	02	4%	43	95%	—	—	—	—	45	100%

primários - Pesquisa de Campo - Formulários-dezembro/1988.

Tipo de Ocupação conhecida na Região pela denominação de "GATO".

TABELA Nº VIII.T.5
SITUAÇÃO DA POSSE DA TERRA, TIPO DE COLONIZAÇÃO E ANOS NA COMUNIDADE DOS ATORES SOCIAIS, ENVOLVIDOS NA LUTA DO RAPAZÃO - 1998

TÍTULO DE PROPRIEDADE		TIPO DE DOCUMENTO				RACÕES DA NÃO POSSE LEGAL DA TERRA				TIPO DE COLONIZAÇÃO				ANOS NA COMUNIDADE											
L.C. Nº	TIPO	TOTAL	NENHUM	F. D. T.	A. D.	TOTAL	TEM POSSE LEGAL	TERRA JÁ TEM DONO	FALTA DE INTERESSE DO GOVERNO	FALTA DE INTERESSE DO PROPRIETÁRIO	POSSEÇÃO POLÍTICA	TOTAL	OFICIAL DIRIGIDA	ESCRITÚRA (CONTA PRÓPRIA)	NATIVO DA COMUNIDADE	TOTAL	MENOS DE 5 ANOS	DE 5 A 10 ANOS	DE 10 A MAIS ANOS	TOTAL					
																					ABEL.	%	ABEL.	%	ABEL.
10	71	32	71	—	—	32	—	10	23	45	01	2	—	—	—	32	71	03	7	12	23	17	37	71	
22	—	10	22	—	—	10	22	—	01	2	—	10	22	—	—	10	22	—	—	—	—	10	22	10	22
—	02	4	02	4	—	02	4	01	2	—	—	02	4	02	4	02	4	01	2	01	2	—	—	02	4
—	01	2	01	2	—	01	2	—	01	2	—	01	2	01	2	01	2	—	—	—	—	01	2	01	2
22	55	77	40	35	10	22	45	11	22	50	01	2	45	100	—	45	100	04	9	13	30	28	61	45	100

1 - Pesquisa de Campo - Favelatórios - Dezembro/1998
2 - ocupação conhecida na região pela denominação de "MATO"

Nº DE ORDEM	REGIÃO DO BIÇO DO PARAGUAI	HA	PROPRIETÁRIO	PRINCIPAIS CONFLITOS	Nº DE FAMÍLIAS E/OU PESSOAS ENVOLVIDAS	CAUSAS DOS CONFLITOS	CONSEQUÊNCIAS DOS CONFLITOS	PROVIDÊNCIAS TOMADAS
01	Fazenda "Curo Verde"	2.500	John Missassi Yara dono da Construtora Engil	Possesores x Pistoleiros da fazenda, possesores x polícia, possesores x IBDF	200 (1.200 pessoas)	A luta pela posse da terra, a necessidade do posseiro que precisa da terra para sobreviver, terra esta detida nas mãos do fazendeiro.	Assassinatos, despejos, espancamentos, humilhações, prisões arbitrárias, ameaças com ferimentos à bala contra posseiros, lesões corporais, destruição de propriedades (casas, roças, animais) atentados, apreensão de armas feitas pelo IBDF.	A área foi desapropriada, houve assentamento de diversas famílias, inclusive com emissão de títulos definitivos das terras.
02	Fazenda "Mutirão"	—	Jair Rocha	Possesores x Pistoleiros da fazenda, possesores x polícia, possesores x IBDF	100 (500 pessoas)	Os posseiros se apossaram das terras devolutas, legampota, passaram a ser os proprietários da mesma através do "usucapião", o fazendeiro, então, adquiriu o título de propriedade, e expulsou os posseiros, aplicando inúmeras violências contra os mesmos.	Espancamentos, humilhações, lesões corporais, destruição da/e na propriedade, queima de casas, despejos, atentados, ameaças de morte, roubo nas propriedades (milho, arroz, animais) assassinatos de posseiros e religiosos.	A área é hoje, altamente conflituosa com despejos numerosos de posseiros, constituindo-se um dos conflitos mais violentos, atualmente na região. Apesar disso, nenhuma providência até o momento foi tomada para sanar este problema.
03	Fazenda "Santa Cruz"	—	Belizário Rodrigues da Cunha	Possesores x polícia e pistoleiros contratados pelo fazendeiro.	—	O fazendeiro chegando ao local 7 anos depois dos posseiros que já estavam estabelecidos, contratou a polícia e pistoleiros para expulsar os posseiros de "suas terras", usando todo tipo de violência.	Despejo com queima e destruição de casas e roças. Primeiro houve agressões e despejos para expulsão das terras, depois vieram os assassinatos, espancamentos, prisões, atentados, assinaturas de documentos de venda da terra (indenizações forçadas).	A área foi desapropriada em 1982, pelo GETAT, mas até hoje o título definitivo das terras não foram emitidos. Os posseiros, hoje, enfrentam o outro problema que são os "pastos".
04	Fazenda "Santa Marta"	2.000	—	"	200 (1.200 pessoas)	"	"	"
05	Fazenda "São Judas Tadeu"	—	Demerval Rodrigues da Cunha	Possesores x Pistoleiros da fazenda.	—	O fazendeiro chegou ao local, ao dizer dono das terras, expulsou os posseiros e cercou a fazenda com arame farpado e sendo vigiado pelos pistoleiros. O povo reagiu, enfrentou os pistoleiros e voltaram para o local.	Despejo, ameaças de morte, assassinatos, destruição de roças, destruição de produção, animais, casas, ferimentos à bala, torturas, humilhações, cercamento das roças com arame farpado.	O conflito na área terminou, pois o GETAT desapropriou todos os posseiros e emitiu título definitivo da terra.
06	Fazenda "Araguaiana"	—	Aisto Jacob	Possesores x Pistoleiros, fazendeiros x Igreja - IPT	—	Os posseiros reivindicam a terra para trabalhar. O fazendeiro exige a terra, a qual se diz dona apenas para especulação. A Igreja apóia a luta dos posseiros e também participa dos conflitos.	Espancamentos, despejos, incêndios de casas, destruição de lavouras, assassinatos de lideranças, prisões, ameaças de morte, lesões corporais e atentados.	—

QUADRO Nº VII.R.1

Continuação

Nº DE ORDEM	REGIÃO DO RIO DO PARAGUAÍ	HA	PROPRIETÁRIO	PRINCIPAIS CONFLITOS	Nº DE FAMÍLIAS E/OU PESSOAS ENVOLVIDAS	CAUSAS DOS CONFLITOS	CONSEQUÊNCIAS DOS CONFLITOS	PROVIDÊNCIAS TOMADAS
07	Fazenda "Sucavão"	—	José Veladares	Possesoresxpistoleiros da fazenda, possesoresxpolicia, juiz	—	-Necessidade de trabalhar para ajudar a família "...precisa de ter um pedaço de terra para sobreviver..." -Ambição de riquezas por parte do fazendeiro	Assassinatos, espancamentos, destruição de lavoura, queima de paiol, queima de barracos, derrubada do côco batagu, despejo de famílias, assassinatos de lavradores e lideranças.	—
08	Fazenda Palmeira	2.600	José Marcelino de Queiroz	"	200 famílias	-A polícia e o juiz recebem dinheiro do fazendeiro, para ficarem contra os possesores -Os fazendeiros querem a terra para fazer pasto para o gado.	Invasão do Povoado Centro dos Canários, espancamento, torturas e destruição de 33 casas por pistoleiros. Assassinato do dono da fazenda e de sua esposa em 1964, por possesores do Centro dos Canários.	- Acusação e prisão do Padre Josimo e Lúcio Goi, agente da CPT como mentores intelectuais do crime. - Prisão de 13 lavradores
09	Fazenda "São Geraldo"	—	DESCHE	Possesoresxpistoleiros, possesoresxpolicia	—	-O possesore quer a terra para trabalhar e o fazendeiro só quer plantar café e criar gado -Os possesores invadiram a fazenda, depois da expulsão, para reaver seus pertences.	Despejo, destruição de propriedades (roças, casas, animais) assassinatos, prisões e condenações ilegais, espancamentos, atentados e ameaças.	—
10	Fazenda "Maringá"	—	—	Possesoresxpistoleiros, possesoresxpolicia, Juiz, Igreja-CPT, fazendeiros.	—	A questão da terra, os possesores que reivindicam a terra para trabalhar e o fazendeiro que quer a terra para fazer pastos.	Assassinatos, ameaças de despejo, atentados, espancamentos, queima e destruição de propriedades, matança de animais, prisões ilegais, denúncias, lesões corporais, condenações ilegais.	—
11	Fazenda "U-lão"	—	—	Possesoresxpistoleiros; possesoresxpolicia; Juiz; Igreja-CPT; fazendeiros.	160 (900 pessoas)	A questão da terra, os possesores que reivindicam a terra para trabalhar e o fazendeiro que quer a terra para fazer pastos.	Expulsão da terra, ameaças de morte; torturas, espancamentos, destruição de propriedades, abuso de poder.	—
12	Fazenda "Santa Helena"	—	—	Possesoresxpistoleiros; possesoresxpolicia, Juiz; Igreja-CPT; fazendeiros.	—	A questão da terra. Os possesores que reivindicam a terra para trabalhar e o fazendeiro que quer a terra para fazer pastos.	Expulsão da terra, ameaças de morte, torturas, espancamentos, destruição de propriedades, abuso de poder.	—

FONTE: Dados Primários - Pesquisa de Campo - Formulários dezembro/1999.

LEGENDA: (—) Sem informações.

QUADRO Nº VII.Q.2

PRINCIPAIS ATORES, MEDIADORES, FORMA E MOTIVOS DO ENVOLVIMENTO NOS CONFLITOS SOCIAIS DO BICO DO PAPAGAIO - 1988

PRINCIPAIS ATORES	PRINCIPAIS MEDIADORES POLÍTICOS	FORMA DE ENVOLVIMENTO DOS MEDIADORES (A FAVOR/CONTRA)	MOTIVO DO ENVOLVIMENTO DOS MEDIADORES
<ul style="list-style-type: none"> - Possesoresxgrandes fazendeiros - Possesoresxgrileiros - Meeiros e arrendatáriosxfazendeiros 	<ul style="list-style-type: none"> - Igreja/CPT; - Polícia Militar - Sindicato dos Trabalhadores Rurais de S. Sebastião do Toc. - UDR (União Democrática Ruralista); - Polícia Federal; - PT (Partido dos Trabalhadores); - CUT (Central Única dos Trabalhadores); - MIRAD (Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário); - Prefeitura; - IBOF (Instituto Brasileiro do Desenvolvimento Florestal); - UBE (União Brasileira dos Empresários); - CGT (Central Geral dos Trabalhadores); - Classe política (Vereadores); - PMDB; - Pistoleiros. 	<p>A FAVOR DOS POSSEIROS</p> <ul style="list-style-type: none"> - Igreja/CPT (Comissão Pastoral da Terra); - Sindicato dos Trabalhadores Rurais de S. Sebastião do Tocantins - CGT (Central Única dos Trabalhadores); - CUT (Central Única dos Trabalhadores); - PT (Partido dos Trabalhadores). - Classe política (Vereadores) dos Partidos de Esquerda e políticos progressistas 	<p>A FAVOR DOS POSSEIROS</p> <ul style="list-style-type: none"> - A Igreja se posiciona a favor dos trabalhadores pois se sensibiliza com as condições miseráveis de vida que são submetidos os posseiros, se solidarizando na luta dos mesmos pela posse da terra. - Entidade sindical, que agrega os trabalhadores rurais do Bico do Papagaio, criada para defendê-los com relação aos problemas possessórios da terra, prestando apoio jurídico e articulação do movimento de luta. - Representações formadas pelos trabalhadores para defenderem seus direitos. Apoiem a luta dos trabalhadores do Bico do Papagaio na reivindicação do livre acesso à terra. - São trabalhadores rurais que se candidataram às eleições como a. Lurdes Gó, vereadores que lutam na defesa dos direitos dos trabalhadores, no tocante a posse da terra.
		<p>CONTRA OS POSSEIROS</p> <ul style="list-style-type: none"> - Polícia Militar; - Polícia Federal; - Pistoleiros. - UDR (União Democrática Ruralista); - UBE (União Brasileira dos Empresários). - IBOF (Instituto Brasileiro do Desenvolvimento Florestal); - MIRAD (Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário); - Prefeitura. 	<p>CONTRA OS POSSEIROS</p> <ul style="list-style-type: none"> - São pagos pelos fazendeiros, se envolvem nos conflitos para defender o interesse dos mesmos, são os executores das violências contra os posseiros. - Entidade sindical classista que agrega os grandes proprietários de terra, se posicionam contra a reforma agrária e por conseguinte contra os posseiros. - O envolvimento do Estado, através de seus órgãos representativos, se posicionam em defesa do fazendeiro, por corrupção do funcionalismo, ou porque, defendem os interesses de autoridades (são fazendeiros também).

FONTE: Dados primários - Pesquisa de Campo - Formulários dezembro/1988.

Nº DE ORDEM	PRINCIPAIS OBJETIVOS DO MOVIMENTO
01	- Melhoria na vida dos trabalhadores do campo, infra-estrutura educacional, com escolas, professores, material didático, infra-estrutura médico-hospitalar, odontológica, remédios, postos de saúde, pronto-socorro, saneamento básico, agências bancárias.
02	- Estradas vicinais para o escoamento da produção e preços justos.
03	- Fim à violação contra os trabalhadores rurais, considerados posseiros, mas que não se consideram como tal pois foram os primeiros a chegar à terra, fim às arbitrariedades, assassinatos, torturas, espancamentos, atentadas, destruições de propriedades, despejo contra os trabalhadores e lideranças do movimento.
04	- Desapropriação de terras, sendo estas demarcadas e distribuídas aos posseiros com emissão de título definitivo de lote.
05	- Uma reforma agrária justa, que atenda as necessidades dos trabalhadores.
06	- Uma política agrícola adequada para a região, proporcionando uma agricultura mais especializada com técnicos, sistema de cooperativas, máquinas, especializadas.

FORTE: Dados primários - Pesquisa de Grupo - Formulários - Dezembro/1980.

QUADRO Nº VII.3.4

NOMES E PRINCIPAIS FORMAS DE ORGANIZAÇÃO E ESTRATÉGIAS DE LUTA UTILIZADAS PELOS FOMBEIROS DE RIBE DO PARANÁ - 1960 -

Nº DE CITEV	FORMAS DE ORGANIZAÇÃO	ESTRATÉGIAS DE LUTA
01	- Encontros e discussões em grupo	- Atos públicos
02	- Reuniões comunitárias	- Romarias (1ª Romaria da Terra, Padre Josino).
03	- Organização em assembleias, atos públicos comunitários	- Greves em Café, Brasília.
04	- Esclarecimentos pedagógicos sobre os direitos dos peões nas reuniões da Igreja.	- Comemoração de cartilhas de protesto.
05	- Reuniões sindicais (PT, FOC...)	- Passeatas
06	- Organizações comunitárias (Associação de mulheres).	- Impetração de recursos judicial
07	- Organizações sindicais (sindicatos dos trabalhadores rurais).	- Assinaturas em envelopes e abaixo-assinados
08	- Organizações religiosas (CEI/Igreja)	- Invasões de terras
		- Resistência na terra invadida
		- Vigílias comunitário-religiosas
		- Retorno à terra, após despejo
		- Assembleias gerais
		- Acampamento à frente do Palácio do Planalto
		- Enterra simbólico do GETAT

FONTE: Banco Primário-Resistência de Grupo - Formulários - Dezembro - 1960.

EXECUTORES E MANDANTES DA VIOLÊNCIA NOS CONFLITOS SOCIAIS DA REGIÃO DO
BICO DO PAPAGAIO - 1988

EXECUTORES	Nº DE ACUSAÇÕES FEITAS	
	ABSL.	%
1. Polícia Civil, Militar ou Federal	42	51,22
2. Pistoleiros de Aluguel	22	26,83
3. Possesiros	09	1,22
4. IBOF	05	10,98
5. Capataz da Fazenda	03	3,66
6. Fazendeiros	01	6,1
TOTAL	82	100,00
MANDANTES	Nº DE ACUSAÇÕES FEITAS	
	ABSL.	%
1. Fazendeiros/Grileiros	54	66,67
2. Governo do Estado	10	12,35
3. Autoridades Estaduais e Municipais (políticos, Prefeito, Vice-Prefeito)	09	9,88
4. Agente Judicial	07	8,64
5. GETAT/MIRAD	02	2,47
TOTAL	81	100,00

FONTE: Dados Primários - Pesquisa de Campo - Formulários. Dezembro/1988.

QUADRO Nº VII.0.6

VÍTIMAS PREFERENCIAIS DA VIOLÊNCIA NOS CONFLITOS DA REGIÃO DO
BICO DO PAPAGAIO - 1988

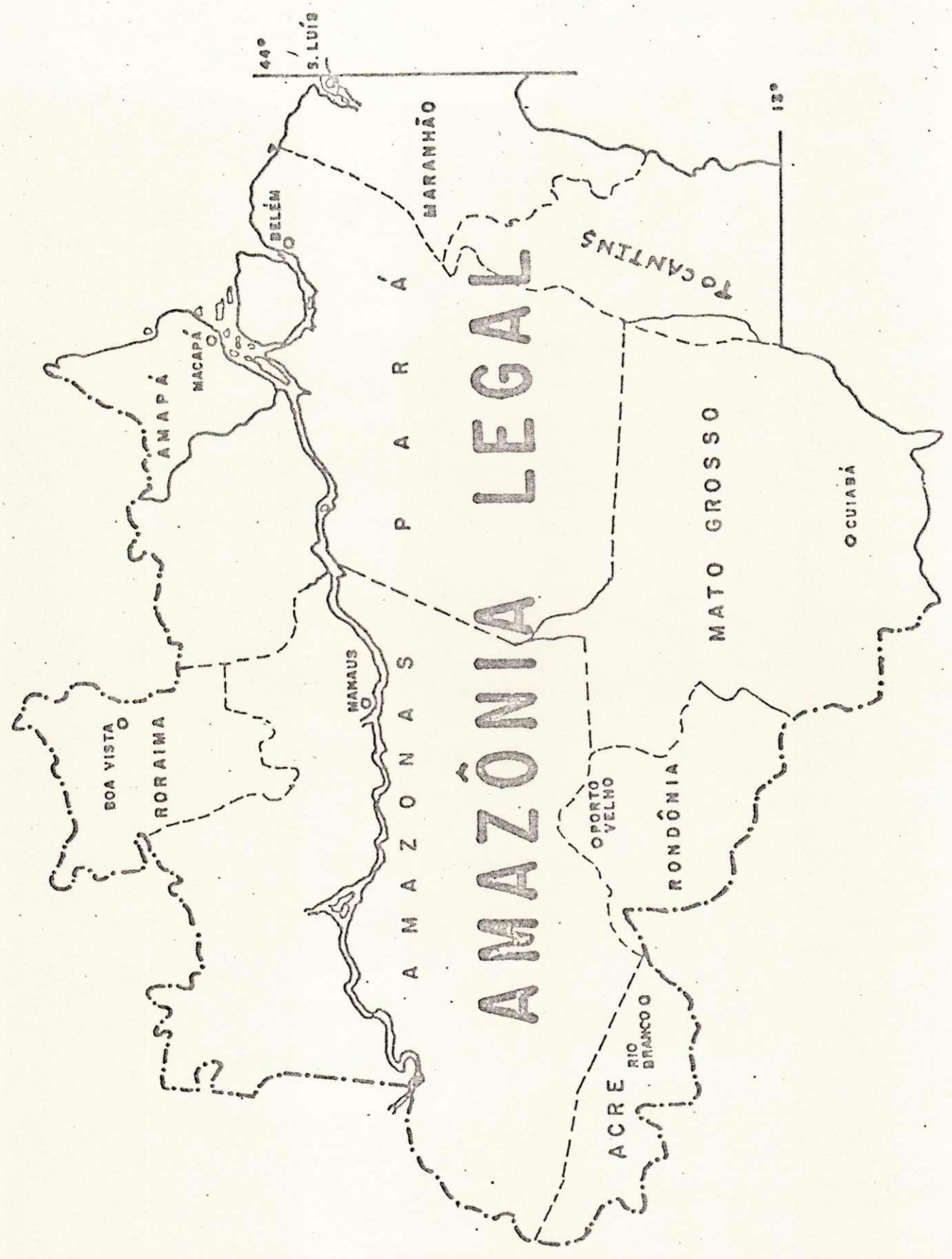
ANOS	Nº DE ASSASSINATOS		VÍTIMAS PREFERENCIAIS	MOTIVOS DAS VIOLÊNCIAS
	ABSL.	%		
1984	07	16%	- Lideranças religiosas	- Por se envolverem nos conflitos pela posse da terra, defendendo os posseiros.
1985	09	20%	- Quebradeiras do côco babaçu	- Os fazendeiros não permitem que as mulheres invadam as terras onde estão os coqueiros, para a colheita do côco babaçu.
1986	09	20%	- Lideranças comunitárias	- Por serem trabalhadores rurais com maior compreensão, quanto aos seus direitos e instruírem os demais companheiros quanto a isto.
1987	14	30%	- Lideranças sindicais	- Por participarem do sindicato, por lutarem para manter a sua bandeira, os líderes sindicais são vistos como ameaça pelos grandes, discordância de idéias com o GETAT quanto a demarcação de terras.
1988	06	14%	- Posseiros e família (mulheres, crianças e idosos).	- O conflito social pela posse da terra entre posseiros e fazendeiros, sendo que estes se utilizam da violência para obrigar os posseiros a saírem da área.
1989*	—	—	- Lideranças políticas.	- Desavenças políticas com autoridades municipais (Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores) e Estaduais.
TOTAL	45	100%		

FONTE: Dados primários - Pesquisa de Campo - Formulários. Dezembro/1988.

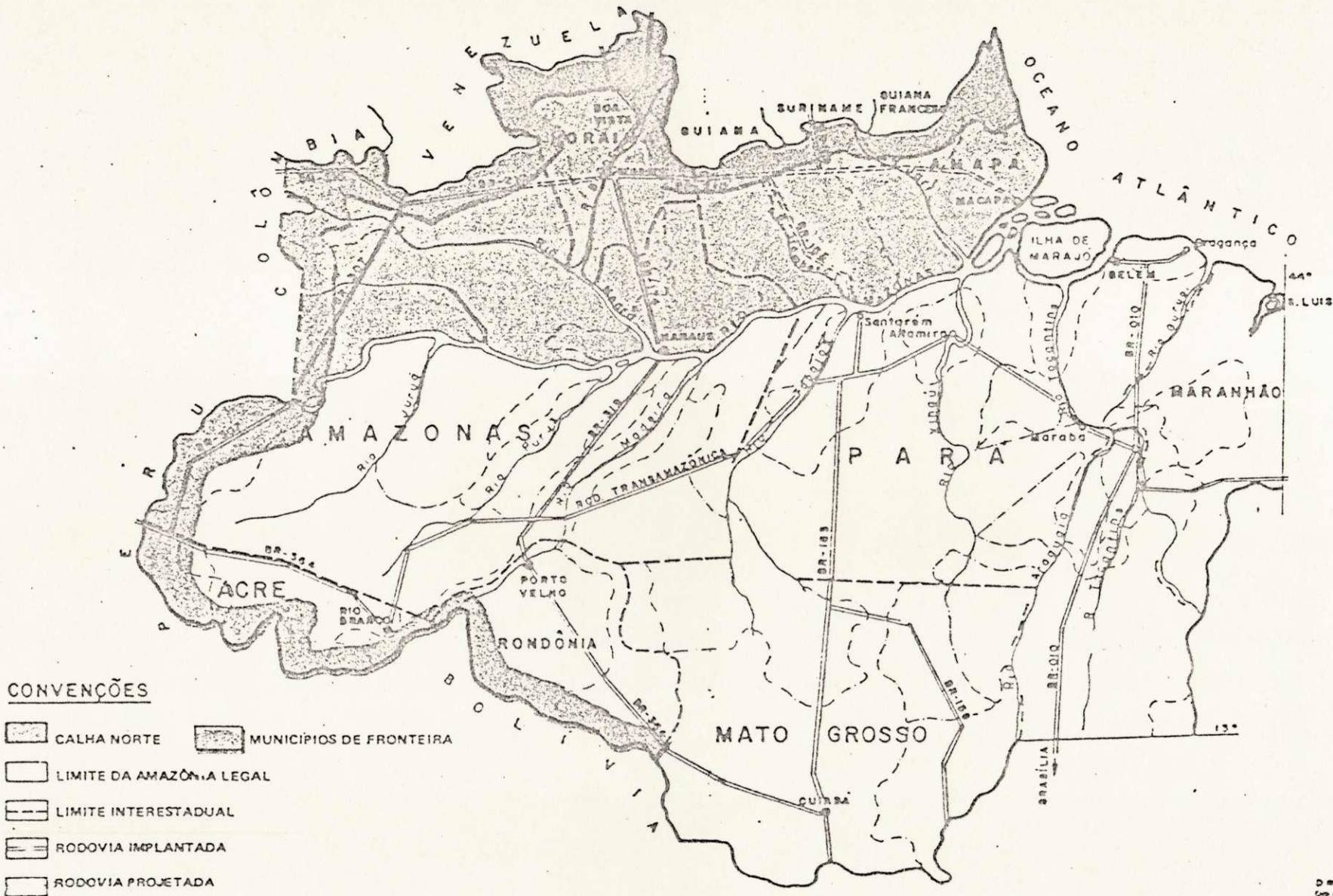
LEGENDA: (*) Dados não levantados.

VIII - MAPAS DA REGIAO AMAZONICA

MAPA: VIII.M.1 - AMAZÔNIA LEGAL - 1990

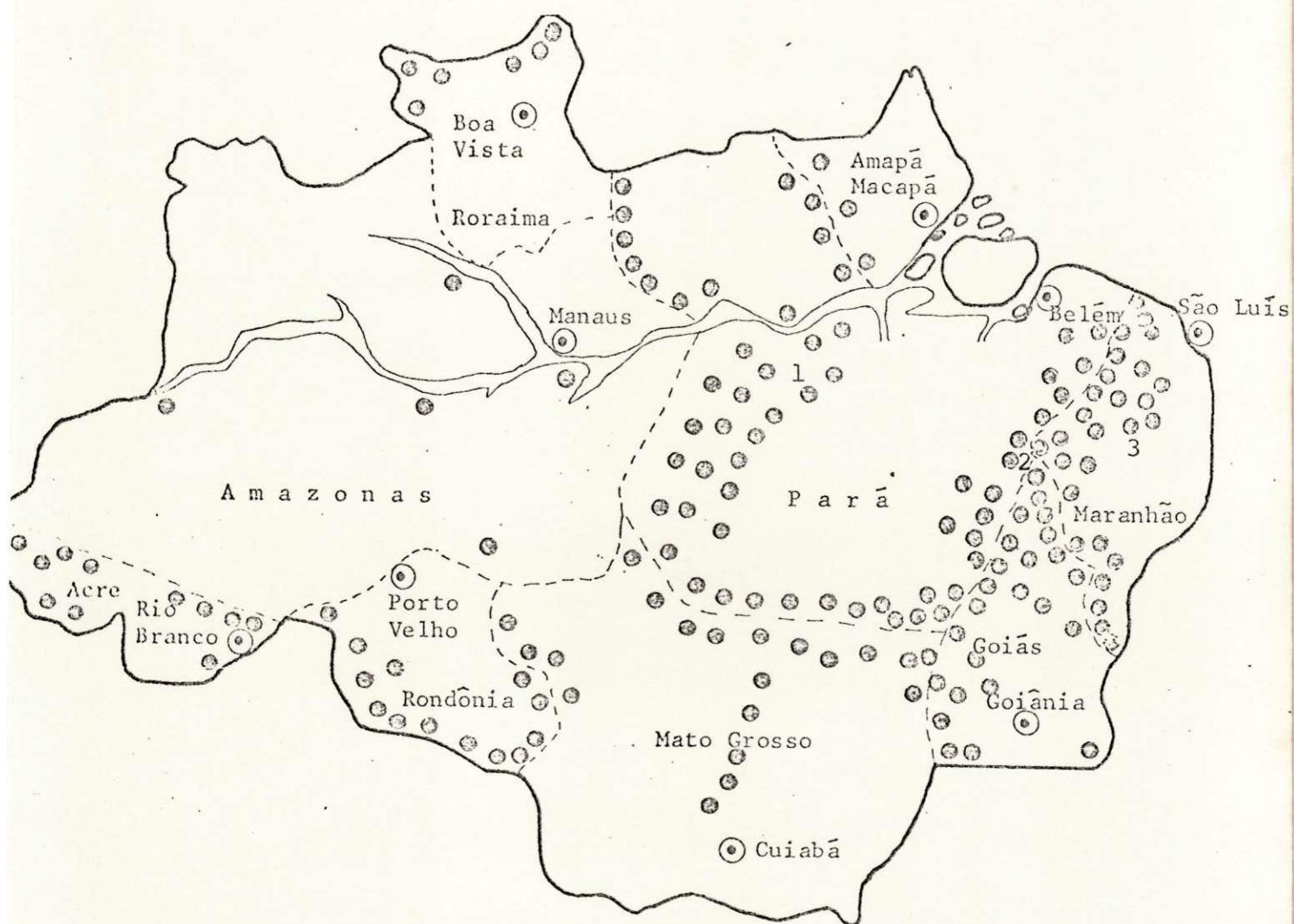


MAPA: VIII, M. 2 **AMAZÔNIA LEGAL** E O PROJETO CALHA NORTE - 1989



DE M
COA - O. Gomes Lima

MAPA: VIII.M.4 - ÁREAS DE TENSÃO E CONFLITOS SOCIAIS SELECIONADAS
P/O ESTUDO NA AMAZÔNIA LEGAL - 1988

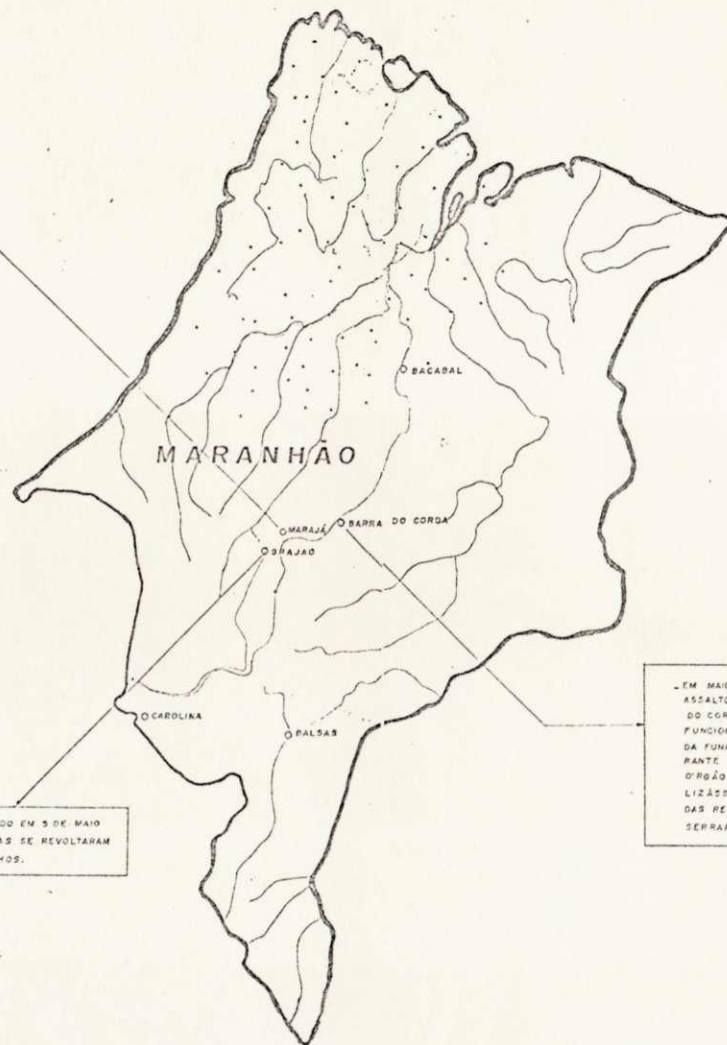


LEGENDA:

- 1- PACAL/MEDICILÂNDIA
- 2- BICO DO PAPAGAIO
- 3- BARRA DO CORDA/MA

REVOLTA DOS INDIOS GUAJAJARAS INDIOS X IGREJA . GRANDES FAZENDEIROS

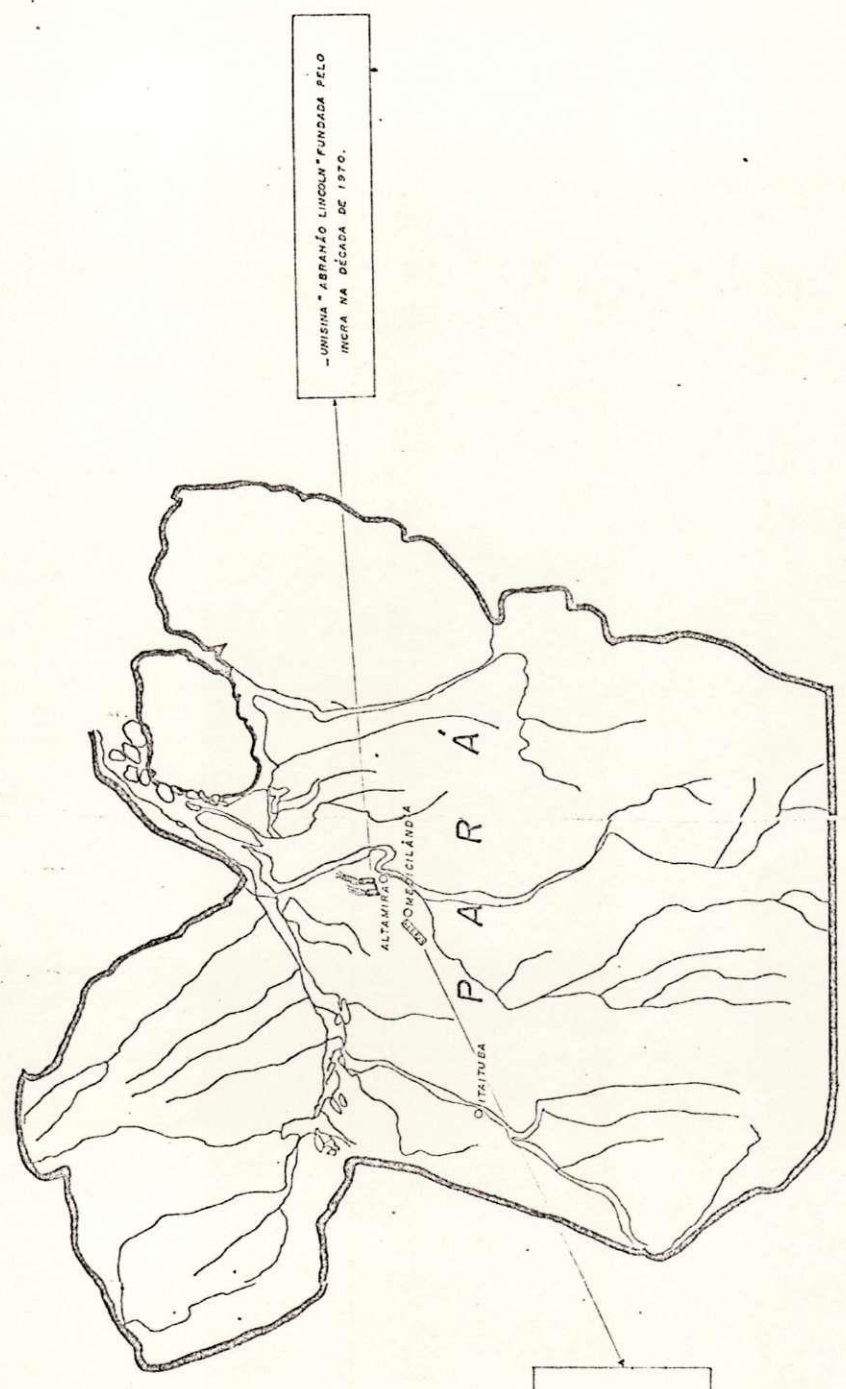
"LEVANTE DE MARAJÁ" EM 1977, QUANDO OS GUAJAJARAS DESTRUÍRAM O POVOADO DE MARAJÁ EM BRAJÃO EXPULSANDO DE SUAS TERRAS MAIS DE 200 FAMILÍAS DE LAVADORES-POSSEÍDORES QUE SE DIZIAM ARRENDATÁRIOS DAS TERRAS DA IGREJA.



"MASSACRE DO ALTO-ALEGRE OCORRIDO EM 5 DE MAIO DE 1901, DIA EM QUE OS GUAJAJARAS SE REVOLTARAM CONTRA A MISSÃO DOS CAPUCHINHOS.

EM MAIO DE 1968, OS GUAJAJARAS TOMARAM DE ASSALTO A DELEGACIA DA FUNAI EM BARRA DO CORDA, MATANDO VÁRIOS DE SEUS FUNCIONÁRIOS, INCLUSIVE O COORDENADOR DA FUNAI, MANTENDO-OS COMO REFÉNS DURANTE 10 DIAS. FACE A PROIBIÇÃO DO ORGÃO PARA QUE OS INDIOS NÃO COMERCIALIZASSEM MADEIRAS NOBRES EXTRAÍDAS DAS RESERVAS COM OS PROPRIETÁRIOS DE SERRAIA, E MADEIREIROS.

INVESTIGAR O MOVIMENTO DE CORTADORES DE CANA DO PACAL. TRABALHADORES RURAIS DA CANA X EMPRESARIOS. GOVERNOS. ADMINISTRADORES DA USINA ABRAHÃO LINCOLN.

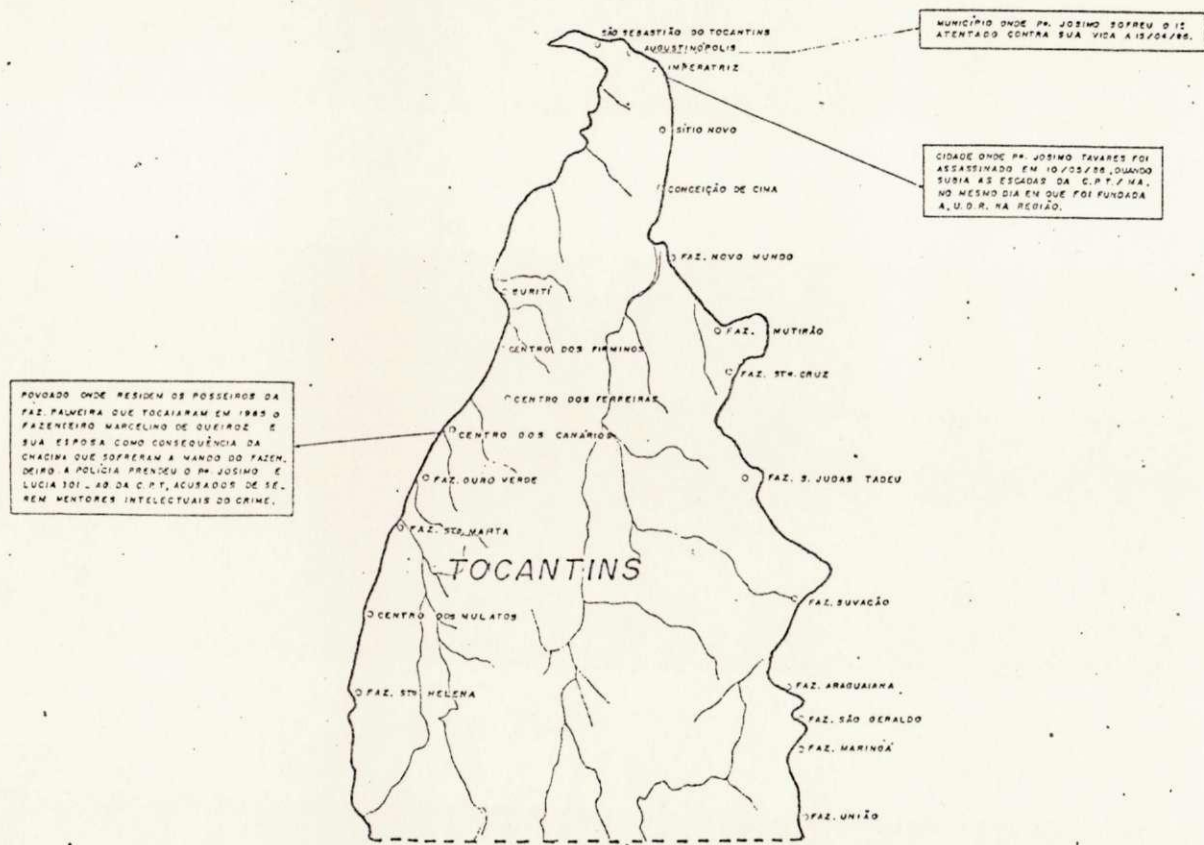


-USINA "ABRAHÃO LINCOLN" FUNDADA PELO INGRA NA DÉCADA DE 1970.

-PONTE Nº 22 QUE LIGA OS DOIS LADOS DA RIBEIRA DA TRANSMISSÃO, LOCAL BLOQUEADO PELA 1ª VEZ PELOS INTEGRANTES DO MOVIMENTO DO PACAL EM 22 DE MAIO DE 1983.

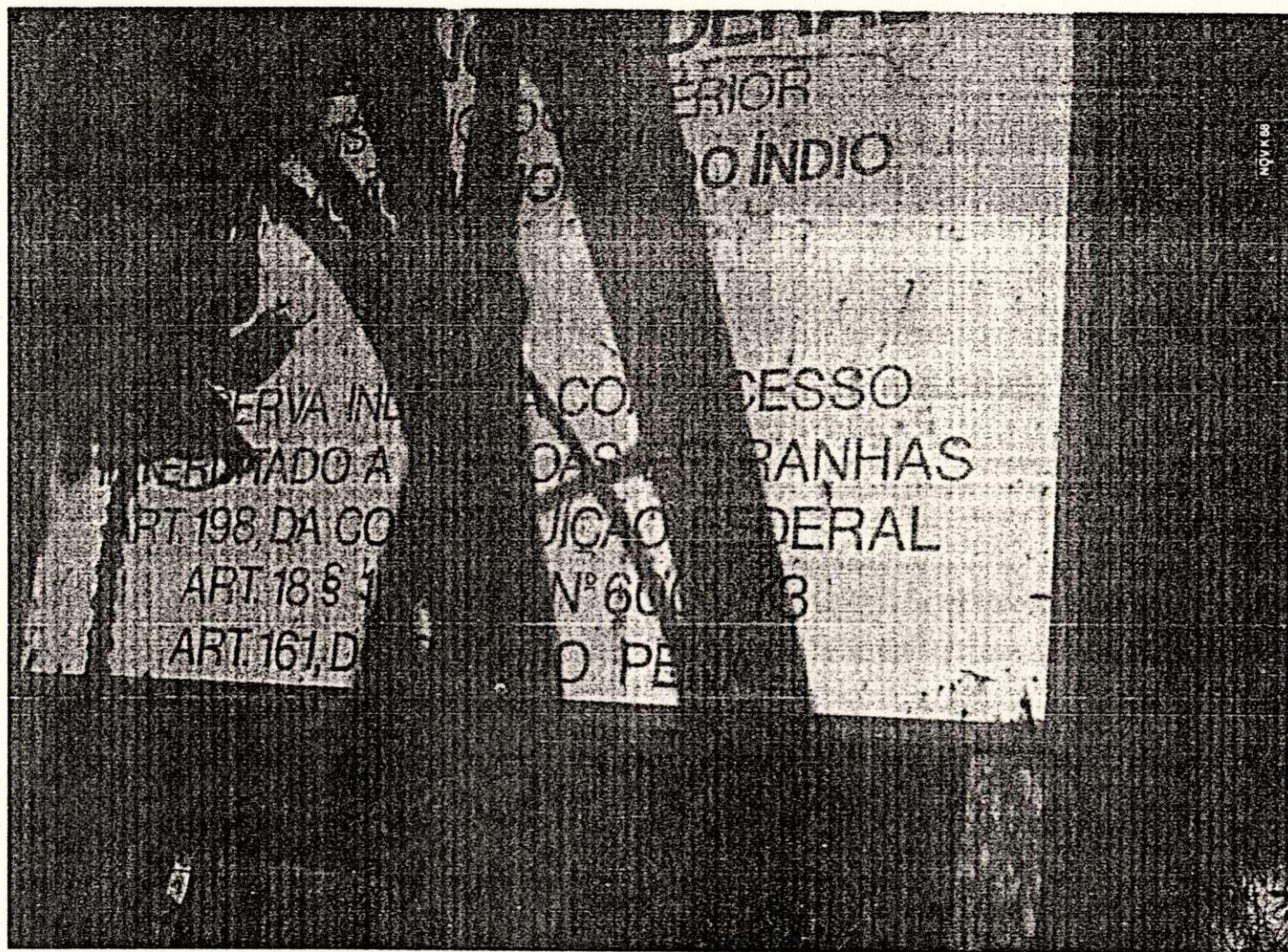
-LOCAL OCE SE DEU CONFRONTO ENTRE MEMBROS DO MOVIMENTO DO PACAL E COMANDANTE DAS FORÇAS POLICIAIS MILITARES DO ESTADO POR OCASIÃO DO BLOQUEIO DA ESTRADA EM 1 DE JUNHO DE 1983.

POSSEIROS X GRANDES FAZENDEIROS E GRIL- LEIROS MOVIMENTO DE LUTA DOS POSSEIROS DA REGIÃO DO BICO DE PAPAGAIO.

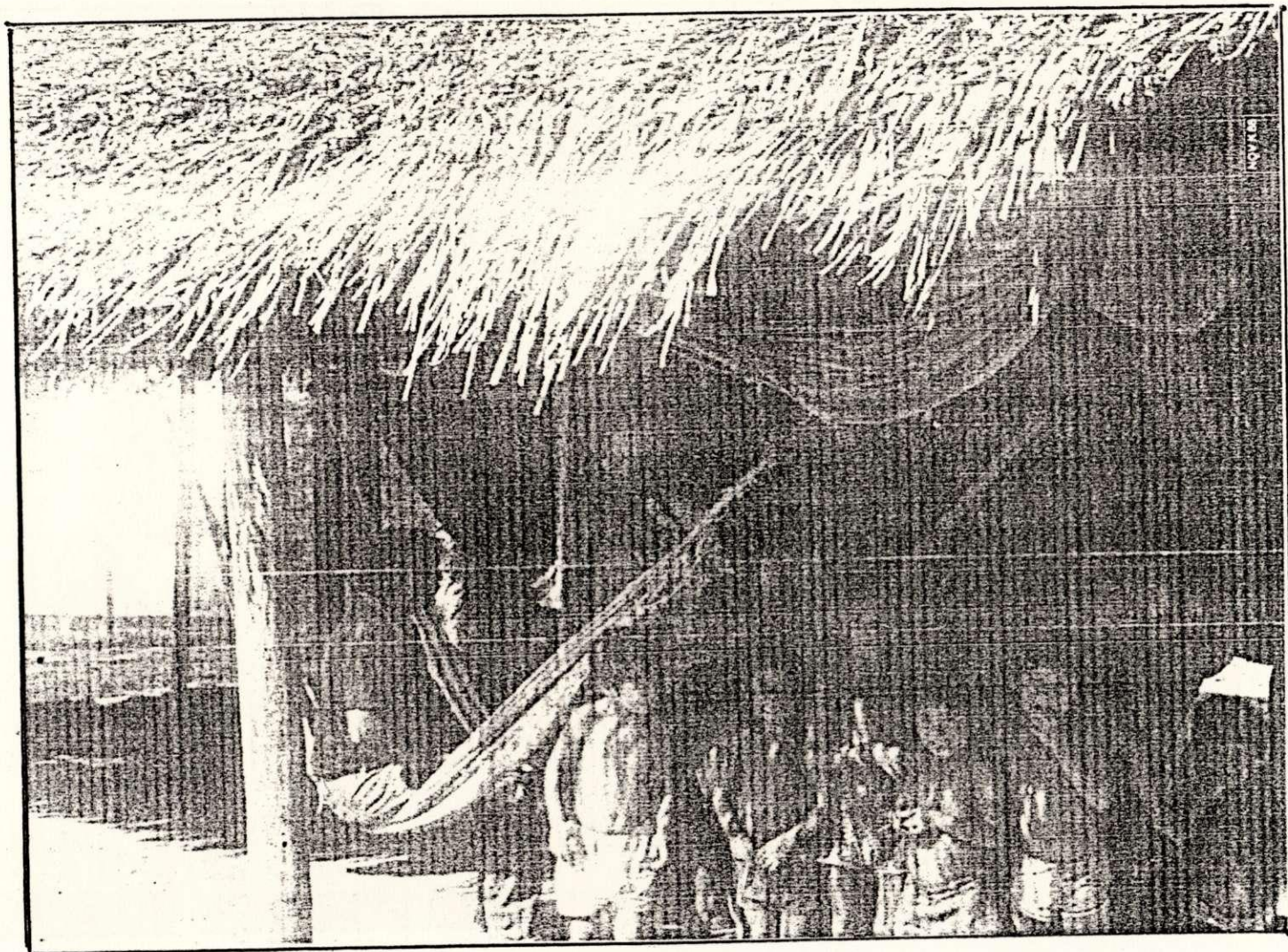


IX - FOTOGRAFIAS

IX.F.1: "A REVOLTA DOS INDIOS GUAJAJARAS"



IX.F.1.1: "PLACA DE SINALIZAÇÃO DO MINTER/FUNAI INDICANDO A RESERVA DA ALDEINHA DOS GUAJAJARAS EM BARRA DO CORDA = MA/1988



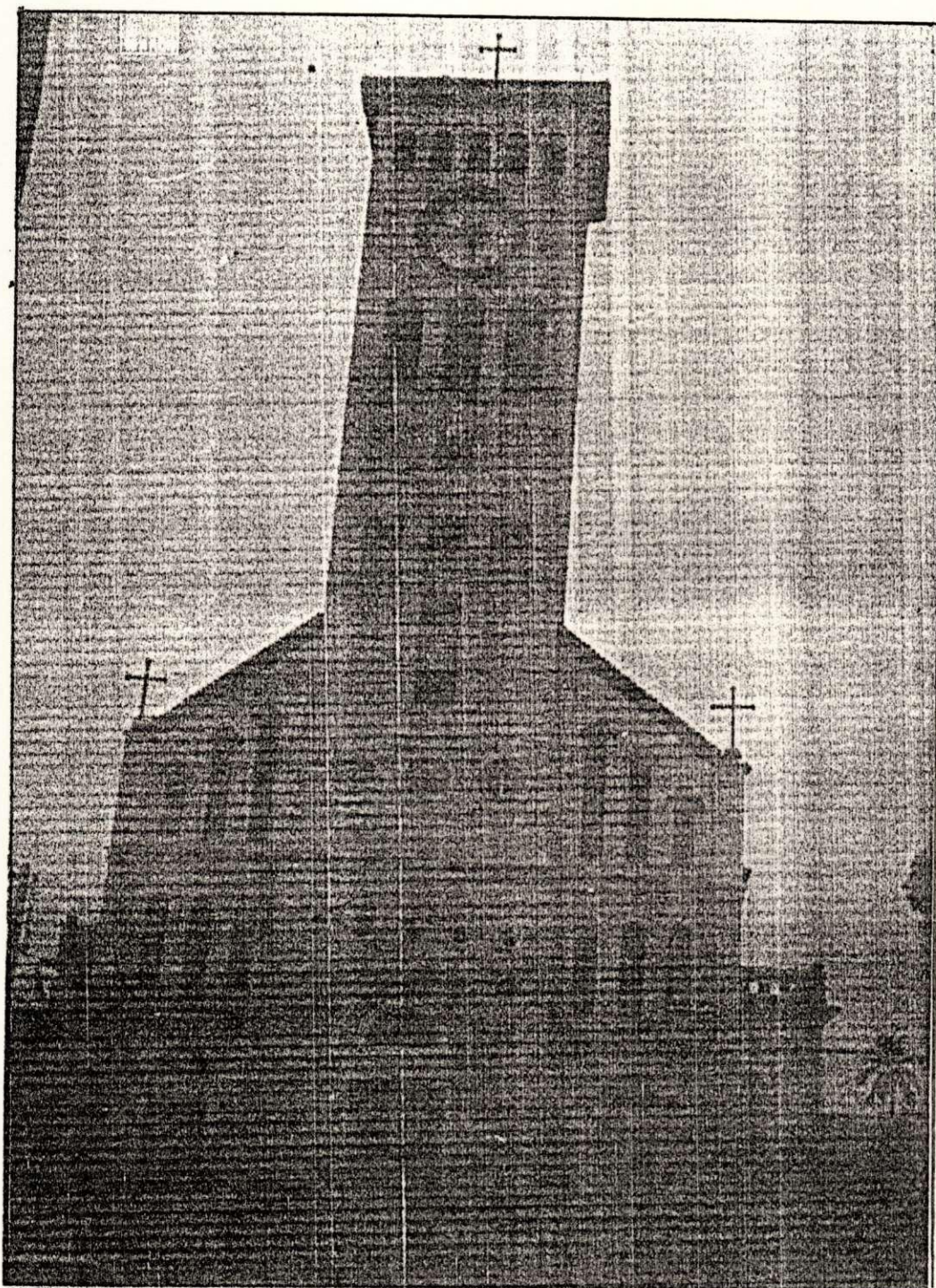
IX.F.1.2: "VISÃO DA RESERVA DA ALDEINHA DOS GUAJAJARAS EM BARRA DO CORDA / MA"- 1988



IX.F.1.3: GRUPO DE GUAJAJARAS E SUAS LIDERANÇAS INDÍGENAS EM FRENTE A DELEGACIA DA FUNAI EM BARRA DO CORDA/MA" - 1988



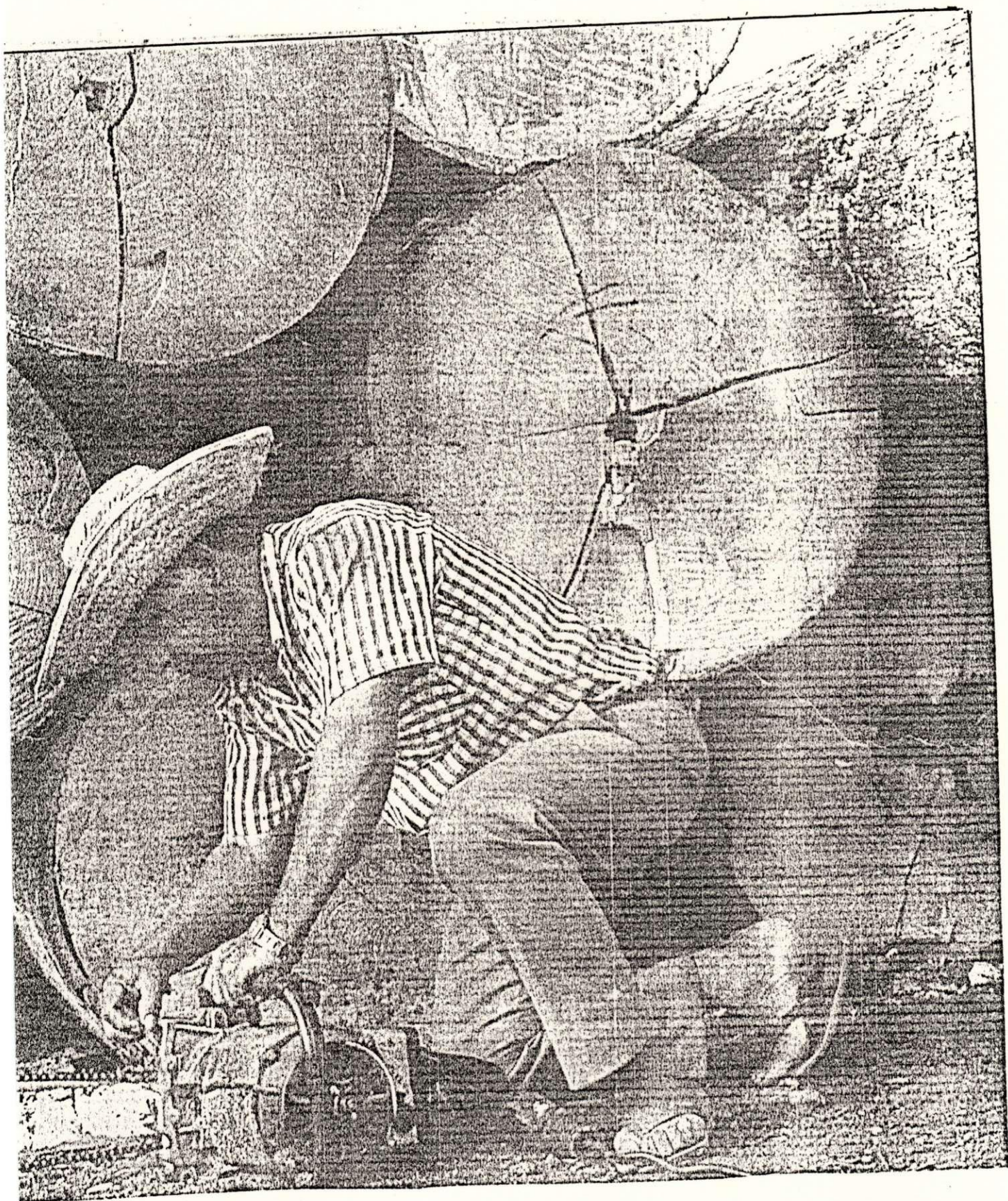
IX.F.1.4: "FAMÍLIA INDÍGENA DA RESERVA DA ALDEINHA DOS GUAJAJARAS EM BARRA DO CORDA - MA" - 1988



IX.F.1.5: "FACHADA DA IGREJA DA MISSÃO DOS CAPUCHINHOS EM BARRA DO CORDA/MA" - 1988



IX.F.1.6: "GRUPO DE COLONOS DO PIC - BARRA DO CORDA QUANDO AO RETORNAREM AOS LOTES APÓS COMERCIALIZAREM NA
CIDADE DE BARRA DO CORDA/MA" - 1988



IX.F.1.7: "MADEIREIRO NEGOCIANTE DE MADEIRAS NOBRES EXTRAÍDAS DAS RESERVAS
INDÍGENAS DOS ÍNDIOS GUAJAJARAS

IX.F.2: MOVIMENTO DOS FORNECEDORES/PLANTADORES E TRABALHADORES
RURALS DA CANA DO PACAL



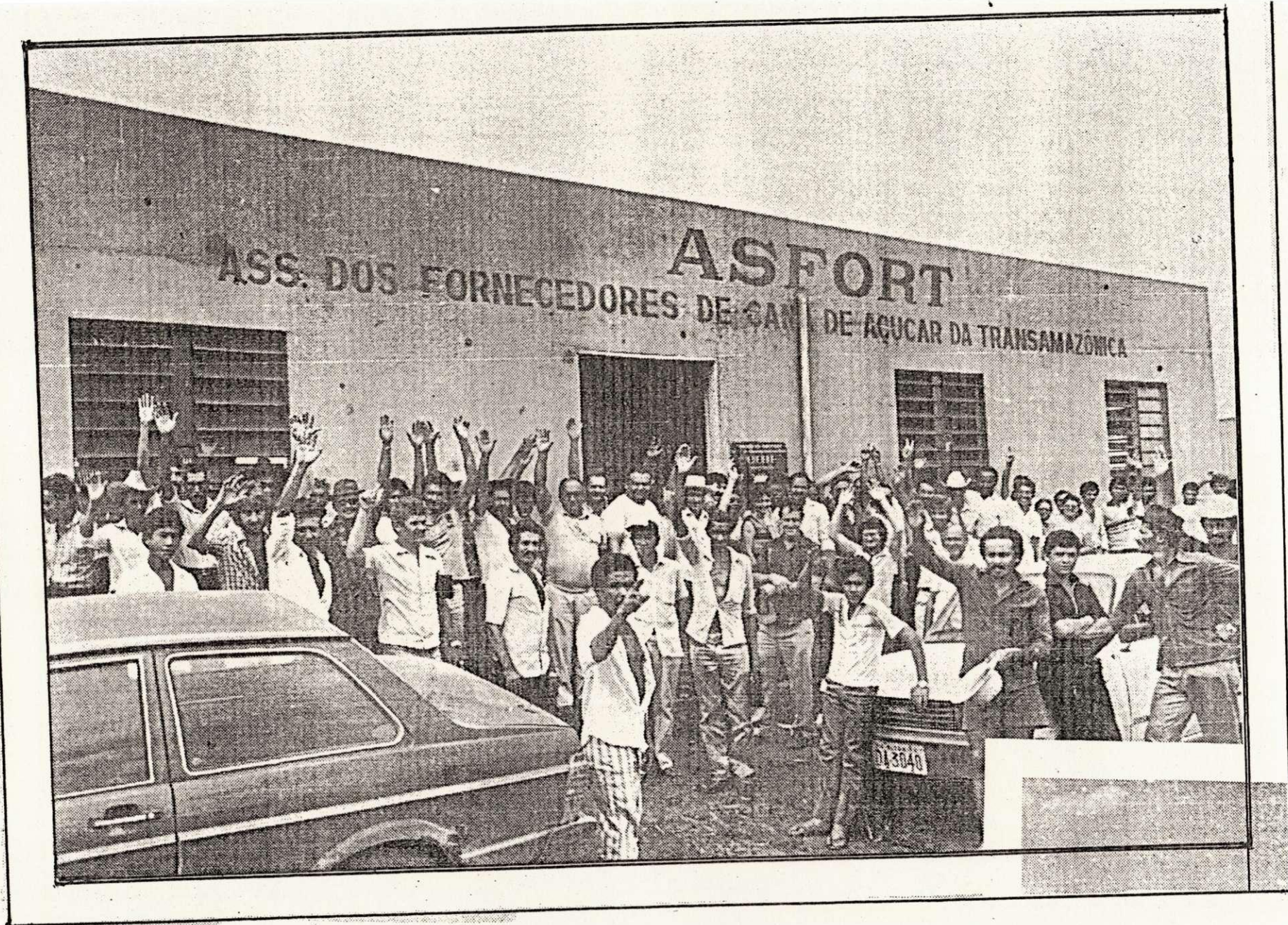
IX-F.2.1: "VISÃO DO MOVIMENTO DOS FORNECEDORES/PLANTADORES E TRABALHADORES RURAIS DA CANA DO PACAL"

"O PACAL QUER FALAR"

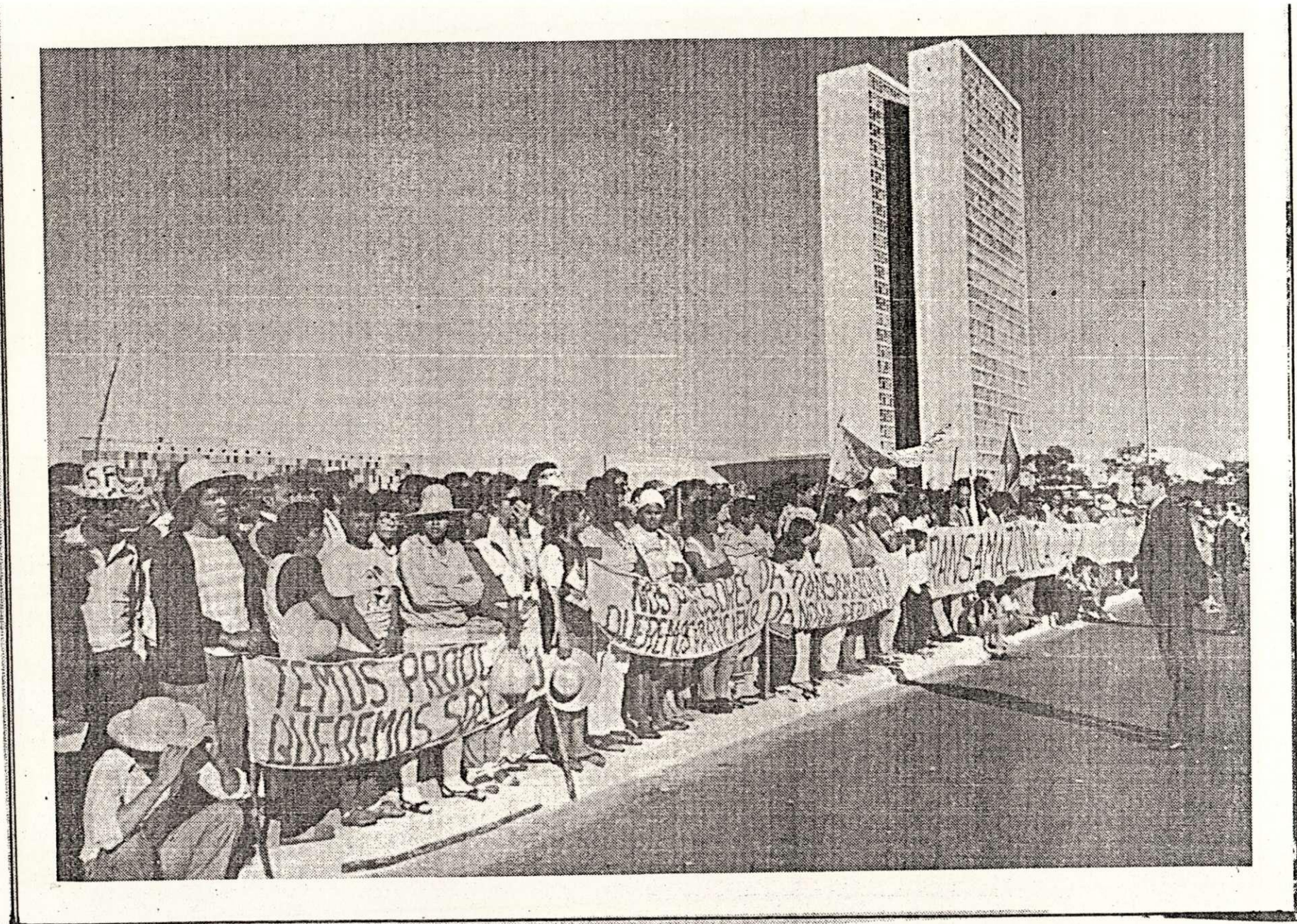
- 1988 -



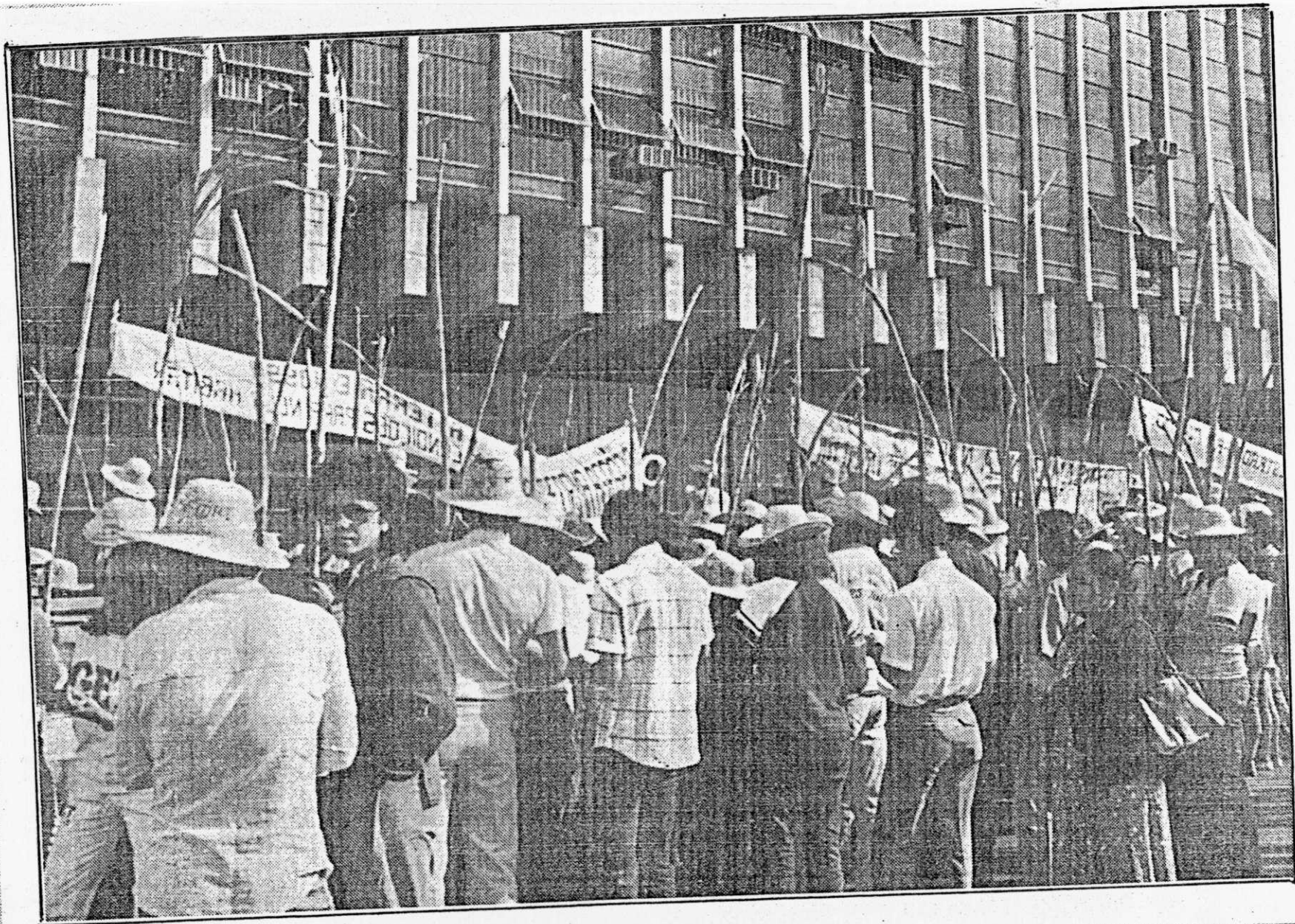
IX.F2.2: PASSEATA DO "MOVIMENTO DO PACAL" EM ALTAMIRA - 1982.



IX.F2.3 - "ASSOCIADOS DA ASFORT VOTANDO EM REUNIÃO ABERTA PELO BLOQUEIO DA ESTRADA" - 1982.



IX - F.2.4: "MOVIMENTO DO PACAL" ACAMPADO EM BRASÍLIA EM FRENTE A ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS - DF - 1982.



IX.F.2.5 : "MOVIMENTO DO PACAL" PRESSIONANDO COM PALAVRAS DE ORDEM EM FRENTE AO IAA EM BRASÍLIA/DF - 1982



IX.F.2.6: ASSOCIADOS DA ASFORT EM ASSEMBLÉIA GERAL PARA DECIDIR O BLOQUEIO DA PONTE NO KM 92 DA RODOVIA TRANSAMAZÔNICA" - 1983

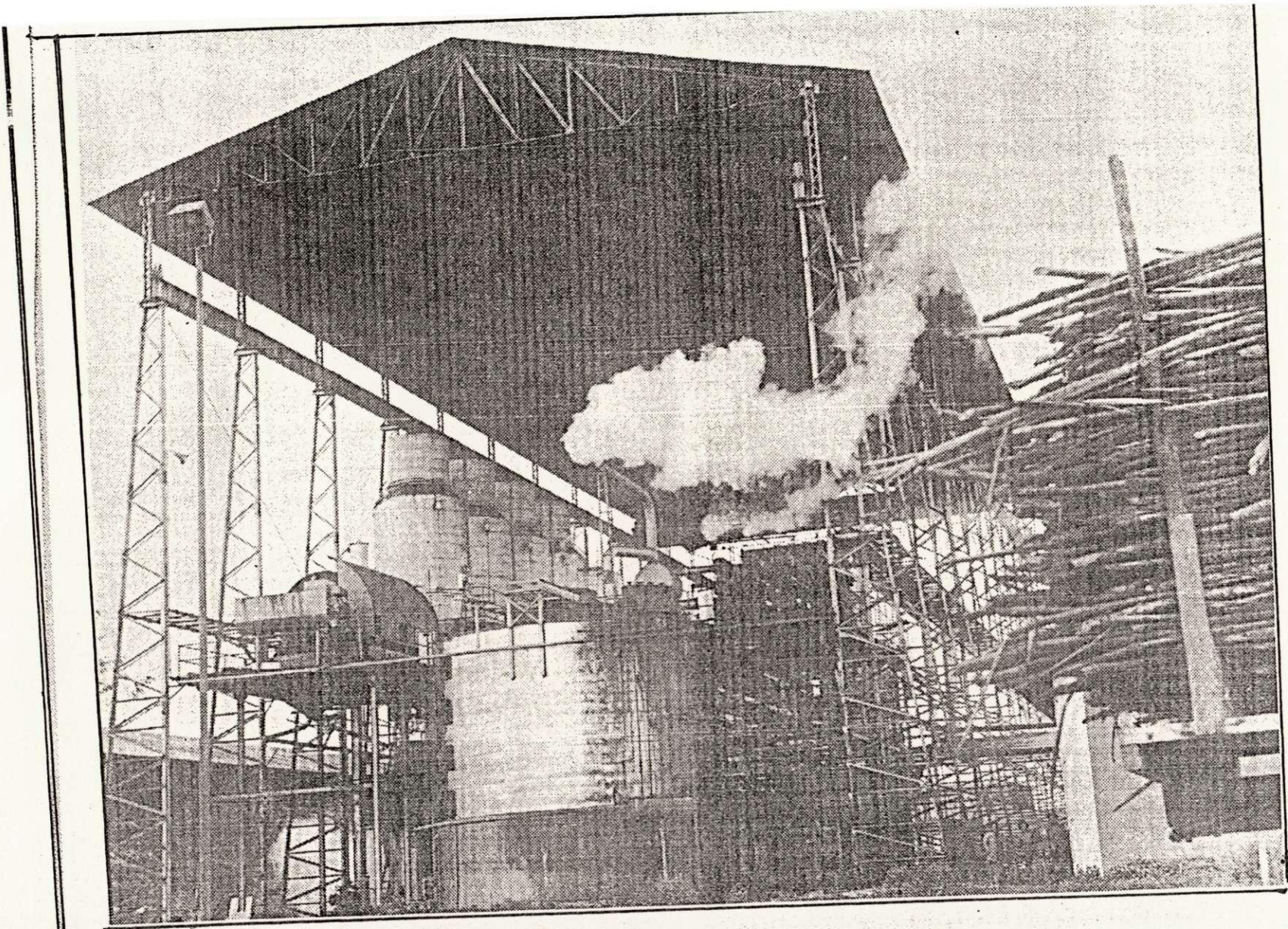
OPPB / BIBLIOTECA / PRAI



IX.F.2.7: CONFRONTO DO MOVIMENTO DO PACAL COM FORÇAS POLICIAIS MILITARES DO ESTADO. NA OCASIÃO O BISPO DA PRELAZIA DO XINGU E ALTAMIRA ESTÁ SENDO AGARRADO "A FORÇA" - 1983



IX.F.2.8: "PRISÃO DE "CHICO AGUIAR"-Rte. DA ASFORT NA OCASIÃO DO CONFRONTO ENTRE "MOVIMENTO DO PACAL" E FORÇAS POLICIAIS MILITARES DO ESTADO - 1983



IX.F.2.9: USINA ABRAHÃO LINCOLN EM PLENA OPERAÇÃO COMO UMA VITÓRIA DO MOVIMENTO DO PACAL" - 1984

IX.F.3: "A LUTA DOS POSSEIROS DA REGIÃO DO BICO DO PAPAGAIO"



IX.F.3.1: "POSSEIROS SÓCIO-FUNDADORES DO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE S. SEBASTIÃO DO TOCANTINS -
POVOADO DE BURITI" - 1988



IX.F.3.2: "FAMÍLIA DE POSSEIROS DO POVOADO DE BURITI - BICO DO PAPAGAIO"
- 1988 -



IX.F.3.3: "POSSEIRO DE UMA DAS FAZENDAS DA REGIÃO DO BICO DO PAPAGAIO"
- 1988 -



IX.F.3.4: "MULHERES QUEBRADORAS DO CÔCO - BABAQUÍ PERTENCENTES A ASSOCIAÇÃO
DAS MULHERES DE BURITI"

mártir da terra e da justiça

Quem é esse menino negro
que desafia limites ?

Apenas um homem.
Sandálias surradas.
Paciência e indignação.
Riso alvo.
Mel noturno.
Sonho irrecusável.

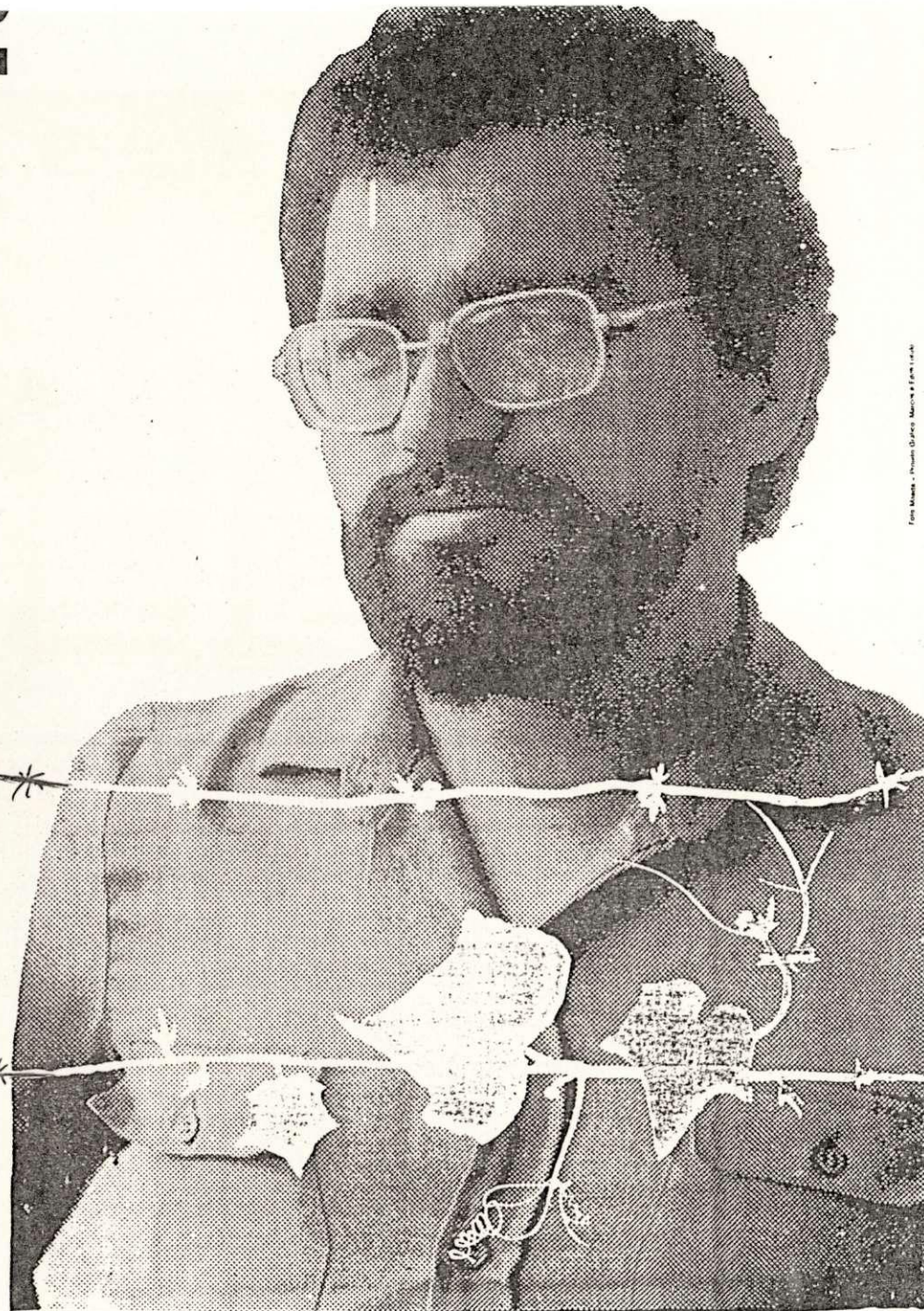
Lutou contra cercas.
Todas as cercas.
As cercas do medo.
As cercas do ódio.
As cercas da terra.
As cercas da fome.
As cercas do corpo.
As cercas do latifúndio.

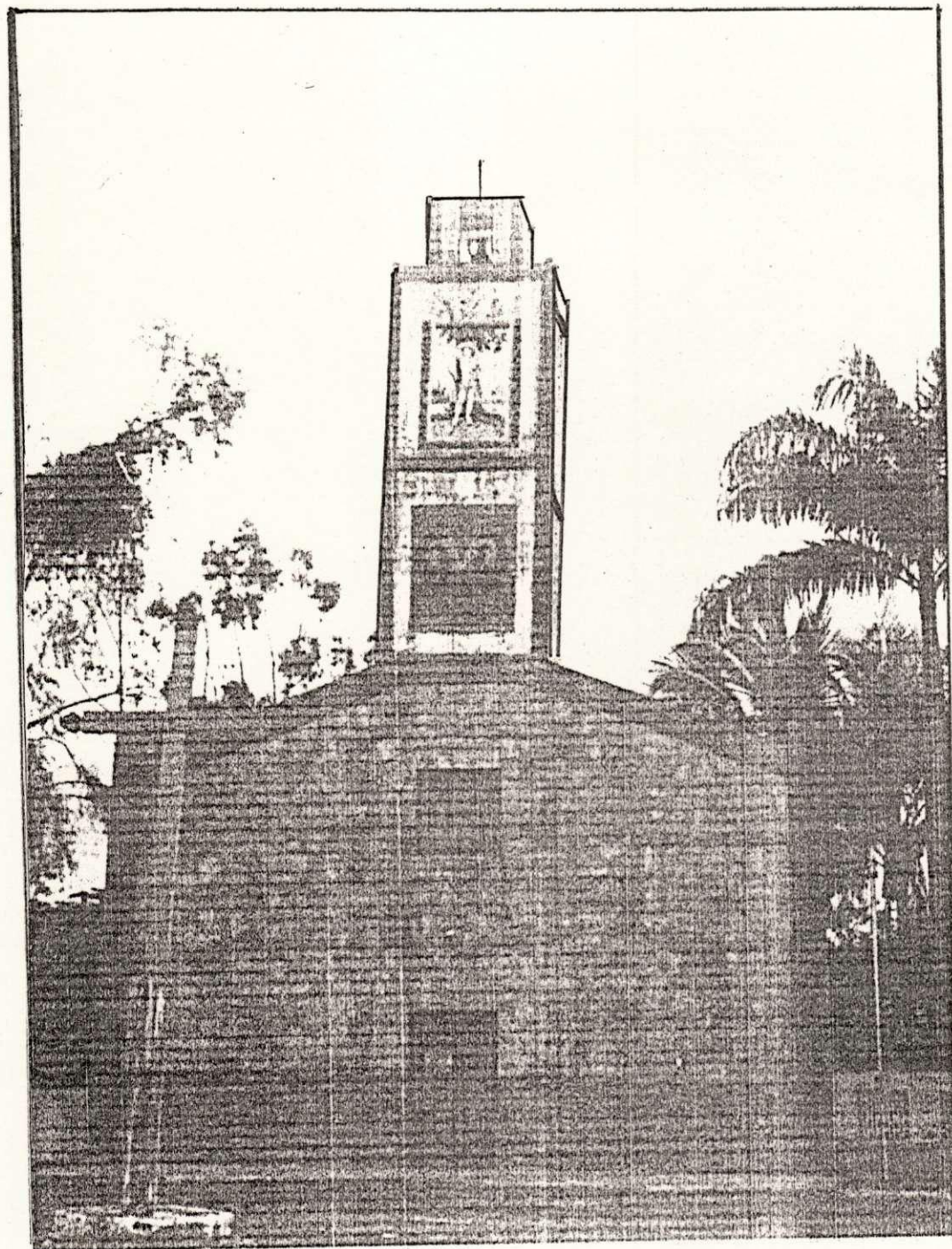
Trago na palma da mão
um punhado da terra
que te cobriu.
Está fresca.
É morena, mas ainda não é livre
como querias.

Pedro Tierra

IX.F.3.5: "Pe. JOSIMO TAVARES - MARTIR DA TERRA NA
LUTA DOS POSSEIROS DO BICO DO PAPAGAIO"

- 1986 -





IX.F.3.6: FACHADA DA PARÓQUIA DE SÃO SEBASTIÃO DO TOCANTINS" EM QUE ATUAVA
O Pe. JOSIMO TAVARES ANTES DE SER ASSASSINADO"

- 1988 -

X - MEMORIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

X.1. - MEMÓRIAS DA LUTA DOS POSSEIROS DO BICO DO PAPAGAIO

X.1.1. - VIDA E MORTE DO PADRE JOSIMO TAVARES: "MÁRTIR DA TERRA"

Padre Josimo Moraes Tavares: nasceu em 1952 em Marabá, no Estado do Pará e lá viveu toda sua vida naquela região. Durante o período de 1972/74, quando em Xambioá, principal foco de tensão, explodiu a "Guerrilha do Araguaia", Josimo era um jovem de 20 a 22 anos de idade e, viveu de perto toda aquela dramática situação, sem saber direito o que realmente significava tamanha confragração social.

Filho da viúva Dona Olinda Tavares, residente em Marabá/PA, Josimo ficou órfão ainda criança e, por isso desde muito jovem, era arrimo de família, ficando responsável pela manutenção de sua mãe. Foi ordenado Padre em janeiro de 1979 em Xambioá/TO e em, 1983 se deslocou ao Município de São Sebastião do Tocantins para trabalhar como vigário da Paróquia daquele município.

Como religioso e coordenador da CPT do Bico do Papagaio, o Pe. Josimo começou a tomar conhecimento dos problemas que afligiam o povo daquela região, particularmente no que diz respeito às questões da terra e, a partir de então, começou a trabalhar com as comunidades prejudicadas acompanhando de perto sua luta.

No seu trabalho diário junto aos Povoados da região do Bico do Papagaio, cujos moradores possuíam posses nas grandes fazendas instaladas na área, o Padre Josimo, convivia cotidianamente com os comunitários, orientando-os, através de uma linguagem religiosa, a resistirem e a permanecerem na terra em que trabalhavam pelo sustento de suas famílias.

Era na opinião dos moradores, "um enviado de Deus, para nos guiar por esse caminho espinhoso e, ao mesmo tempo trazer a palavra do Senhor, dando-nos forças para continuar vivendo com mais esperanças de que um dia todos os problemas seriam resolvidos a nosso favor".

"Nós era como uma planta murchando. Josimo chegou, molhou, cuidou dessa planta e, nós se transformou numa árvore.

Agora o movimento é forte e, vai seguir lutando até conseguir seu intento, que é ficar na terra e trabalhar nela pra sempre".

Nessa longa e, ao mesmo tempo curta caminhada em que o Padre Josimo viveu (já que morreu com 34 anos de idade) ele participou dos principais eventos de luta do "Movimento dos Posseiros do Bico do Papagaio". Praticamente, foi uma das lideranças religiosas mais importantes que contribuiu para a própria formação e organização do "Movimento dos Posseiros" naquela região. Junto com a Comunidade, ajudou a criar o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Sebastião do Tocantins; a Associação dos Trabalhadores do Centros dos Mulatos; além de compor vários "Cânticos de Protestos" (ANEXO I) com os artistas comunitários locais que possuíam "veia" poética para tal.

Participou e ajudou igualmente a organizar várias passeatas, Atos Públicos e Atos e Protestos (ANEXO II) em favor da luta dos "posseiros", que era permanecer e trabalhar na terra, que por direito pertencia a eles, já que a maioria dos lavradores, agora jogados na "clandestinidade" como "foras-da-lei" se fixaram na região muito antes do aparecimento dos "grileiros" e grandes fazendeiros ali instalados.

Elaborou também, em conjunto com as lideranças comunitárias do "Movimento dos Posseiros", várias Cartas-Aber -

tas, Declarações Externas e, Denúncias (ANEXO III) as autoridades e aos demais setores da Sociedade Civil Brasileira, que precisam tomar conhecimento das arbitrariedades e atos de extrema violência, com que eram tratados os lavradores e trabalhadores rurais do Bico do Papagaio, por parte das milícias particulares (grupo "Solução") e policiais militares a serviço dos latifundiários da região.

Por toda a sua ação evangélica em favor das causas dos excluídos da terra do Bico do Papagaio, a vida de Josimo se transformou "num rosário de violências, ameaças e intimidações" por parte dos grandes proprietários de terra, que o consideravam como um "subversivo infiltrado" no "Movimento dos Possesiros" para insuflar os lavradores contra os fazendeiros da região.

No dia 23/06/1984, quando da realização do "Ato Público" pela Reforma Agrária", em Augustinópolis no Estado do Tocantins, com a participação de vários sindicatos de trabalhadores rurais (de São Sebastião do Tocantins, Sítio Novo e, Itaguatins), da CUT, FASE, CPT/NACIONAL, CPT/Araguaia/Tocantins, PT/GO, PT/MA, PT/SP, CEBs, Associação dos Moradores de Anápolis/GO e, cerca de seis mil trabalhadores rurais, dois pistoleiros (Nenê e Donda) resolveram tumultuar a organização ameaçando atropelar os participantes. O lavrador Vitorino Bandeira Barros que foi atingido de "raspão" com o carro dos pistoleiros, começou a travar violento combate corporal com os pistoleiros. Após ser golpeado com vários socos e cadeiradas desferidas pelos agressores, o lavrador sacou uma faca e matou um dos pistoleiros a facadas. Os familiares do pistoleiro assassinado chamou a polícia, que levou preso o lavrador para o Distrito de Itaguatins. Insatisfeitos a família do morto começou a agredir com pedradas e pauladas os demais participantes do Ato Público. Nesse meio tempo, o Padre Josimo Tavares resolve ir a Delegacia Policial pedir proteção e

segurança à manifestação pública. Lá chegando é ameaçado de ser preso pelo Delegado "até que os ânimos se acalmem", preferiu a autoridade policial.

Quase um mês depois, em 17/07/84, o Pe. Josimo Tavares que se encontrava em uma Reunião Comunitária com várias pessoas do Povoado de Buriti/TO é ameaçado de morte por pistoleiros. Saindo de lá, o Pe. Josimo resolveu registrar o ocorrido à Polícia, assim como pedir proteção ao Comandante do 3º BPM da região, em Araguaína.

Em 18/11/1984 o Padre Josimo Tavares foi preso em Itaguatins, por ordem do Juiz Valtides Passos, acusado de ser um dos mentores intelectuais do assassinato do fazendeiro José Marcelino de Queiroz e sua esposa. A prisão foi em consequência de um conflito em maio de 1984, entre posseiros da Fazenda Palmeira e contingente de forças policiais que, acompanhado do oficial de justiça José Moraes tentaram obrigar os "posseiros" a assinarem "Contrato de Arrendamento" com o fazendeiro proprietário da fazenda, no caso o Sr. José Marcelino de Queiroz.

Como os "posseiros" reagiram e não aceitaram assinar nada, passado alguns meses, houve a invasão do Povoado "Centro dos Canários", onde a maioria dos moradores possuíam "roças" na Fazenda Palmeira. As forças policiais em conjunto com milícias particulares a mando do fazendeiro, espancaram e torturaram vários moradores, além de destruírem cerca de 33 casas do Povoado, deixando inúmeras famílias desabrigadas.

Depois de passado a "chacina" o fazendeiro resolveu mostrar o feito a sua esposa e, ao retornarem do local foram assassinados numa emboscada pelos "posseiros", ainda ressentidos pelas atrocidades praticadas pelos "prepostos" do fazendeiro mandante.

Após abrir o inquérito e iniciar as investigações a Polícia, no dia 11/11/1984 prendeu 13 lavradores, que após

submetê-los a longos interrogatórios acompanhados de intensa tortura, ouviu de um dos lavradores a delação do Pe. Josimo Tavares como um dos mentores-intelectuais do crime. Com base nisso, é decretada a prisão do Padre Josimo Tavares, que além de suportar as ironias do Delegado, foi obrigado a depor, além de ter sido fichado criminalmente, tendo suas impressões digitais tiradas dezenas de vezes, como um "criminoso" de alta periculosidade.

Os advogados da CPT e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Sebastião do Tocantins que acompanhavam o caso pediram relaxamento da prisão preventiva dado pelo Juiz e, após seis dias de prisão o Padre foi solto, em 3/12/1984.

No dia 10/8/1985, o Padre Josimo Tavares depôs sobre a violência na "10ª Assembléia Anual da CPT" de Goiânia. Na ocasião, o Padre fez sérias acusações e denúncias contra os fazendeiros da região do Bico do Papagaio, que resolveram a partir daí fechar o cerco contra ele e, tramar a sua eliminação.

No dia 15/4/1986, quando o Padre Josimo Tavares se dirigia da Paróquia de São Sebastião do Tocantins à Imperatriz no Maranhão, ele sofre o primeiro atentado contra sua vida. Na altura de Augustinópolis/TO um carro de cor branca e marca "Passat" em grande disparada na "estrada" consegue se aparelhar com a "Toyota" dirigida pelo Padre e, de repente alguém do "Passat" dispara cinco tiros em direção de Josimo. As balas não conseguem atingi-lo, deixando apenas as perfurações na lateral da porta do veículo.

O Padre Josimo registra a queixa do ocorrido e pede providências da Polícia contra o fato. Durante as investigações os policiais identificaram que o Passat era conduzido por Wilson Nunes Cardoso, cunhado de Osmar Teodoro da Silva, acompanhado de Geraldo Rodrigues da Costa, pistoleiro contratado para matar o Padre. Identificaram ainda, que a arma do atentado foi

uma pistola "Taurus" 7.65 e, que os tiros só não atingiram Josimo por terem sido disparados muito próximos ao veículo do Padre.

No dia seguinte, Geraldo Rodrigues da Costa - o pistoleiro informou a Osmar Teodoro da Silva (O Nenê), um dos mandantes do crime, que o Padre Josimo havia escapado do atentado. O mandante deu ao pistoleiro a quantia de cinco mil cruzeiros, dizendo que o resto receberia depois de assassinar Josimo.

Numa declaração, logo após ter sofrido o atentado, o Padre Josimo Tavares, assim se referiu:

"Entendo que este atentado se põe dentro do contexto social da região, em seu aspecto de luta pela posse da terra. Os lavradores do Bico do Papagaio, vindos de vários Estados do Brasil, há muitos anos estão resistindo em pedacinhos de terra, estão enfrentando, sob o risco de vida, a violência das grilagens, o roubo de terras. Grileiros e Fazendeiros da região, considerando a possibilidade real de uma distribuição de terra em favor dos posseiros, liderada pelo Governo Federal, se armam com fortes calibres e tentam destruir as pessoas que eles julgam serem os cabeças de todo o "Movimento dos Trabalhadores Rurais". O que sofreu, pois, a demonstração objetiva, inquebrantável, da vontade e da decisão política dos grileiros e de parte de fazendeiros da região para impedir uma mínima realização do "Plano Nacional de Reforma Agrária", do Governo Sarney. Pois qualquer tentativa de aplicação do PRNA, significaria também, para eles, uma perda do enorme poder político e administrativo que controlam neste extremo Norte goiano".

No dia 25 de abril de 1986, portanto, quinze dias antes de morrer o Padre Josimo Tavares elaborou o seguinte "Testamento Espiritual", como que já prenunciando a sua própria morte:

"Pois é, gente, eu quero que vocês entendam que o que vem acontecendo na região do Bico do Papagaio, não é fruto de nenhuma ideologia ou facção teológica e, nem por mim mesmo, ou seja pela minha personalidade. Acredito que o porquê de tudo isso se resume em quatro pontos principais:

- 1) Por Deus me ter chamado com o dom de vocação sacerdotal e, eu ter correspondido;
- 2) Pelo Sr. Bispo D. Cornélio me ter ordenado Sacerdote;
- 3) Pelo apoio do povo e do Vigário de Xambioá, então Pe. João Caprioli, que me ajudaram a vencer nos estudos;
- 4) Por eu ter assumido esta linha de trabalho pastoral, que pela força do Evangelho me levou a me comprometer nesta causa a favor dos pobres, dos oprimidos e, injustiçados posseiros.

O discípulo não é maior do que o mestre: - "Se perseguirem a mim, ão de perseguir vocês também".

Tenho que assumir. Agora estou empenhado na luta pela causa dos pobres lavradores indefesos, povo oprimido nas garras do latifúndio. Se eu me calar quem os defenderá? - Quem lutará a seu favor?

Eu pelo menos não tenho nada a perder. Não tenho mulher, filhos e, nem riquezas. Sequer ninguém chorará por mim. Só tenho pena de uma coisa: de minha mãe que só me tem a mim e, não mais ninguém por ela. Pobre viúva, mas vocês ficarão aí e, cuidarão dela por mim. Nem o medo me detém. É hora de assumir. Morro por uma justa causa. Agora quero que vocês entendam o seguinte: "tudo isso que está acontecendo é uma consequência lógica resultante do meu trabalho na luta em defesa dos pobres, em prol do Evangelho que me levou a assumir até as últimas consequências.

A minha vida nada vale em vista da morte de tantos pais lavradores assassinados, violentados, despejados de suas terras, deixando mulheres e filhos abandonados, sem carinhos, sem pão e sem lar".

No dia 30/04/86 uma comissão de Bispos da Regional Araguaia/Tocantins vai ao Presidente da República José Sarney e ao Ministro da Justiça para denunciar a violência através dos pistoleiros em conjunto com a Polícia Militar na região do Bico do Papagaio. Na oportunidade, Dom Aloísio Hilário de Pinho solicitou pessoalmente ao "1º mandatário da Nação" urgentes providências para o combate a violência, assim como, estrita proteção a vida do Padre ameaçado de morte.

No dia 7/5/1986, próximo do Povoado de Buriti no Município de São Sebastião do Tocantins e uma das comunidades trabalhadas pelo Padre Josimo Tavares através da CPT, foi morto Sebastião Teodoro da Silva (Donda), irmão do fazendeiro e Vereador do PMDB - Osmar Teodoro da Silva. O crime foi atribuído aos posseiros da Fazenda "Novo Mundo", do município de Araguatins/TO. Apesar desta constatação policial, o fazendeiro não acreditou e, revoltado entendeu que o autor intelectual da morte de seu irmão, foi o Padre Josimo Tavares e, o jurou de morte.

No dia 10/05/1986, quando o Padre Josimo Tavares após se deslocar a Imperatriz/MA e, quando subia as escadarias da CPT local, foi assassinado pelas costas e, por coincidência ou não, nesse mesmo dia, estava sendo fundada neste município a União Democrática Ruralista - UDR, organização de fazendeiros que é veementemente, contra a reforma agrária no país.

O Padre Josimo Tavares foi assassinado com um tiro de pistola "Taurus" 7.65, às 12:15 na tarde do dia dez de maio de 1986, quando já alcançava o 8º degrau das escadarias da CPT em Imperatriz. Neste exato momento, o pistoleiro Geraldo Rodrigues da Costa o chamou e, sem mesmo deixá-lo se virar totalmente, para atender o chamado, o pistoleiro disparou a "queima-roupa", o atingindo pelas costas, na altura dos rins, A bala ainda raspou o intestino, cortou o fígado, rompeu o pulmão e saiu no peito, entre duas costelas. O pistoleiros ao atirar, disparou vários tiros que marcou toda a parede da CPT na altura da escada.

Depois de acudido pelos funcionários da Diocese, o Padre Josimo Tavares foi hospitalizado, e ao entrar na sala de cirurgia, não resistiu aos ferimentos, vindo a perecer.

Após a sua morte, o Presidente da UDR em entrevista a uma rádio, definiu que os conflitos verificados na região do Bico do Papagaio não eram em torno da reforma agrária, mas sim "uma luta ideológica". Ele acusou "agitadores que transvestidos de padres ou de agentes pastorais da terra, e até mesmo de falsos políticos democratas" de usarem os trabalhadores rurais como massa de manobra para criar um clima de tensão e conflitos com os proprietários de terra na região.

Segundo Caiado:

"Estes políticos de extrema esquerda e, estes padres infiltrados estão usando a reforma agrária como pano de fundo, como uma estratégia, que pretende na verdade a desestabilização do sistema político vigente".

O aparecimento da UDR na região modificou radicalmente o quadro de luta pela Reforma Agrária no Brasil. A violência no campo deixa de ser uma "Violência Espontânea" produto do choque de interesses sociais objetivos e, passa a ser uma violência que conta com uma espécie de um "Estado-Maior" que a planeja e executa conforme estratégias e táticas previamente determinadas.

Assim, o assassinato do Padre Josimo Tavares obedeceu a uma tática estabelecida para este momento da luta isolar os lavradores de todas as forças sociais que se solidarizaram com seu movimento de organização e luta.

Confirmando isso, a própria UDR não escondeu suas diferenças com o Padre, fazendo circular no dia de seu enterro um panfleto acusando Josimo de "estar colhendo os frutos da violência que vinha semeando".

Após as investigações policiais para apurar o crime contra o Padre Josimo Tavares foi preso e encontra-se cumprindo pena na detenção o pistoleiros Geraldo Rodrigues da Costa, que

depois de vários interrogatórios acusou como mandante do crime o Vereador do PMDB e fazendeiro Osmar Teodoro da Silva, que o teria contratado para matar o Padre pela quantia de cinquenta mil cruzeiros, dos quais só recebeu dez mil cruzeiros.

O Superintendente geral da Polícia Federal Dr. Romeu Tuma concluiu entretanto o inquérito como um crime de vingança pessoal, desvinculando-o de qualquer conotação política.

O pistoleiro quando esteve preso no quartel da PM em Imperatriz/MA assim se expressou:

"Sei que vou ser punido, reconheço o crime que cometi, mas não quero cumprir pena sozinho. Existem outras pessoas envolvidas. Eu fui usado pelos fazendeiros para ser o bode expiatório".

Em seu depoimento, o pistoleiro Geraldo Rodrigues da Costa afirmou o seguinte:

"Além dos senhores Osmar Teodoro da Silva e Wilson e dos já citados anteriormente, existem outros mandantes do crime, sendo eles: Geraldo Paulo Vieira, João Teodoro da Silva e, mais um senhor conhecido como Decca. Deixou de citá-los inicialmente porque quando foi preso encontrou-se com Geraldo Paulo Vieira que pediu que não os denunciassem e, em troca receberia a importância de cem mil cruzeiros para pagar o advogado e ser solto".

Apesar desse novo depoimento que aliás, ampliou o número de mandantes não teve nenhuma repercussão no processo e, apenas continua preso o executor do delito, enquanto os mandantes estão em liberdade.

X.1.2 - A VIDA E A LUTA DE "JOÃO CORAGEM": Uma das mais atuantes lideranças do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Sebastião do Tocantins.

João Alves Oliveira, tem 41 anos e é sócio-fundador do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Sebastião do Tocantins, sediado no Povoado de Buriti, na região do Bico do Papagaio. É brasileiro, casado e pai de cinco filhos. De nascimento é nordestino, nasceu na Paraíba em 1947 e, veio para região em 1966. "Era mata bruta, não tinha uma picada feita por ninguém, era tudo mata virgem. Entrei na área, que hoje se denomina "Fazenda Santa Cruz", eu, meu pai e mais quatro irmãos. Trabalhamos de 1966 a 1971, produzimos, fizemos estradas, passava até caminhão, era uma verdadeira Canaã".

Quando entramos na área pensávamos que se tratava de terra do governo e lá não havia ninguém. Mais tarde, por volta de 1971 chegou o dono da terra, dizendo que ali era área da Fazenda Santa Cruz, na mesma área, só que era prá banda do São Francisco. Aí ele (o que se dizia dono) baixou de lá prá cá e, então ficamos sabendo que haviam despejado gente prá lá. Havia um sujeito muito bravo que se dizia gerente da Fazenda e, que segundo corria de "boca em boca", despejava as famílias dos lavradores, mandava matar e, fazia o que queria. Nós ficamos por último e, o que queríamos era ficar na terra agüentando a pressão e vê se conquistava a terra. Mas naquele tempo o povo era desorganizado demais. O povo não lutava porque tinha medo de morrer. Nós ficamos na terra, só nós e, aí os supostos proprietários e administradores da tal fazenda foram ter conosco, mas nós não combinamos. Então eles passaram para dentro de uma roça minha, destruíram e arrancaram tudo. Aí eu fui na casa de meu pai e, chamei meus irmãos. Nos armamos, abrimos o tiroteio e colocamos eles prá correr. Eles eram três e, nós éramos mais.

Com oito dias eles voltaram e, aí já vinham dezesseis pessoas, inclusive com a polícia. O gerente disse que meu pai tinha que assinar um documento para receber uma indenização, mas meu pai correu até aqui em casa, foi quando os pistoleiros e os policiais pegaram meu pai e, fizeram ele assinar o documento à força. Papai não queria, mas foi obrigado a assinar e recebeu na época a quantia de sete mil cruzeiros. Depois disso, meu pai saiu da área e foi embora para São Francisco. Lá comprou uma terra e ficou por lá.

Eu e meus irmãos ficamos incutidos aqui e decidimos não largar a terra, mas persistir até o fim. Procuramos o Dr. Osvaldo, um advogado e, ele disse prá gente ficar na posse. Sofremos mais quatro pressões. A polícia nos despejava e a gente voltava. Despejou de novo, tomou tudo o que a gente tinha: facção, foice, enxada, faca de cozinha, espingarda, prendeu-nos, levou a gente prá sede da delegacia e, aí ficamos por lá. O advogado veio e falou que devíamos falar com o juiz, pois o direito da terra era nosso e, que a polícia tinha ido lá a mando do fazendeiro. Então, resolvemos procurar o juiz e, voltar prá posse. Alguns dias depois, a própria Polícia foi lá de novo e, aí deu outra ordem diferente. Falou que era prá gente ficar na terra sossegado e, qualquer problema que houvesse, era prá gente procurar em Araguatins pelo Tenente Sales, da Polícia Militar.

Quando já havia passado mais de uma semana apareceu quatro pistoleiros mandados pelo fazendeiro. Lá bagunçaram tudo, espancaram, torturaram e mataram gente. Fizeram uma série de barbaridades. Nessa época, nós já tínhamos saído porque meus irmãos amoleceram e, eles deram quinhentos cruzeiros para nós cinco, cem prá cada um. Depois disso, nós viemos prá cá pr'o Povoado de Buriti.

Em janeiro de 1982, deu o desmantelo na minha mata, mataram um pistoleiro e foi uma confusão muito grande. Aí, quando

foi na época de começar as roças, o GETAT chegou aqui e através de seu chefe fez uma reunião na Escola e, convidou as pessoas que trabalharam na roça na Fazenda Sta. Cruz. Na ocasião, ele falou que todo mundo que tinha recebido indenização forçada ou que tinha "posse"; mas que havia abandonado, poderia retornar prá área, que a terra estava liberada para o povo trabalhador de lá.

Assim, o GETAT foi no local, mediu inicialmente vinte e três lotes e, posteriormente demarcou mais vários lotes, assentou todos novamente na área, mas não deu nenhum título definitivo a ninguém.

Mais tarde, trouxeram um trator e passaram um arrastão daqui da "Fazenda Araguaiana" que é a Fazenda vizinha, até o Araguaia e, nesse trecho passou a cerca. Então o Chefe do GETAT falou: "de um lado é terra dos posseiros e; de outro do Fazendeiro". E que ninguém poderia tirar nenhum cipó do outro lado da cerca.

Apesar da ordem, muito depois o povo começou a entrar na mata, foi quando o velho dono da fazenda morreu e, a viúva vendeu a outra parte para o dono da Serraria de Buriti. Como o proprietário da Serraria, muito inteligente, não queria a terra mesmo, porque comprou a terra muito barata. Só os animais que haviam na fazenda pagava a terra, pois ele tinha comprado a área de "porteira fechada". Então o novo dono da fazenda resolveu reunir os posseiros e disse que a Polícia viria fazer o despejo, mas acabou não vindo. Foi quando o Governo pagou o dono pela desapropriação e, a partir daí todo o povo ficou trabalhando lá.

O problema que está ocorrendo são os pastos que existem, pois não dá prá fazer roça em cima deles, só se passar o trator para arrancar os pastos. Agora o Sindicato dos Trabalha

dores está querendo nos ajudar nessa tarefa e, aí vai melhorar prá nós. É como eu sempre digo para os companheiros, da mesma forma que o Padre Josimo dizia: "Quem lutar ganha alguma coisa, pois Deus é nosso pai, ele sabe quem faz por merecer; já quem corre amedrontado, esse fica sem esperanças e, não consegue nada".

Atualmente, João Oliveira é casado com uma das mais atuantes lideranças comunitárias integrante da Associação das Mulheres de Buriti, vive no Povoado há mais de oito anos e, não crê que a Constituição Brasileira possa ser cumprida, pois em sua opinião:

"No sistema capitalista, eles sempre vão fazer uma estrutura a bem deles. Eles nunca vão legislar contra si próprio".

Para João Oliveira, sócio-fundador do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e, uma das mais atuantes lideranças do "Movimento dos Posseiros" da região do Bico do Papagaio, "em determinados momentos, como no caso do período em que mataram o padre Josimo Tavares, o movimento fica fraco; mas em outros, se avança, mas a luta não morre, ela continua seguindo seu curso, até que os grandaços se convençam que também somos filhos de Deus".

São cânticos evangélicos ligados a questão da terra, compostos pelo Pe. Josimo Tavares em conjunto com as comunidades da região do Bico do Papagaio.

a)

VIDA DE ROCEIRO

I

Eu sou roceiro, vivo de cavar o chão.
Tenho as mãos calejadas meu Senhor
E falta terra, falta casa, falta pão
Não sei aonde é o Brasil do lavrador

II

Só tenho a enxada e o Título de Eleitor
Para votar em seu fulano educado
Que não fez nada para o pobre Agricultor
Que não tem terra pr'a fazer o seu Roçado

III

Eu sou roceiro, vivo de cavar o chão
Tenho as mãos calejadas meu Senhor
E falta terra, falta casa, falta pão
Não sei aonde é o Brasil do Lavrador

IV

Escuto o rádio e fico cheio de Alegria
Quando se fala que Reforma vai chegar
Espero um ano, espero dois e, só se cria
Falsos projetos pr'a poder me tapear

V

Eu sou roceiro, vivo de cavar o chão
 Sou um roceiro retirante sem medalhas
 Sou estrangeiro quando pego a reclamar
 Sou Camponês que usa tanga e sandália
 Sou brasileiro só na hora de votar
 Eu sou Roceiro, vivo de cavar o chão
 Tenho as mãos calejadas meu Senhor
 E falta terra, falta casa, falta pão
 Não sei aonde é o Brasil do Lavrador!

b) Segundo Cântico:

SEM CASA E SEM TERRA

I

Sem casa, sem terra, sem ter o que comer,
 Sem emprego meu irmão o que haveremos de fazer
 (bis)

Este é o grito da gente que é dominada,
 O gado está malhando em nosso povoado,
 O arame está passando na beira da estrada.

II

Sem casa, sem terra sem ter o que comer,
 Sem emprego meu irmão o que haveremos de fazer
 (bis)

Tinha uma coisinha que nós dois estava agarrado
 O nosso babaçu que Deus deu sem querer nada,
 Agora o rico toma para vender de carrada,
 Agora o rico toma para vender de carrada.

III

Sem casa, sem terra, sem ter o que comer,
 Sem emprego meu irmão o que haveremos de fazer
 (bis)

Este nosso grito que vive maltratado,
 Sem roupa sem remédio, sem escola, sem calçado,
 Ora meu irmão que situação danada,
 Ora meu irmão que situação danada.

IV

Sem casa, sem terra sem ter o que comer,
 Sem emprego meu irmão o que haveremos de fazer
 (bis)

c) Terceiro Cântico:

A VOZ DO POVO

I

Quero, quero ouvir a voz do povo,
 Eu quero ver todo o povo acordar e,
 Descobrir dentro da realidade
 Que a semente da verdade está querendo germinar!

II

Eu quero, quero ouvir a voz do povo,
 Eu quero ver todo povo como irmão,
 Eu quero ver todo o povo caminhando,
 Se libertando do medo que ele tem do tubarão!

III

Eu quero, quero ouvir a voz do povo,
 Todo povo tem boca prá falar,
 Ainda tem gente que aí se faz de medo
 Ficando num canto calado não se mexe do lugar

IV

Eu quero, quero ouvir a voz do povo,
 Ouvir um grito mas não sei de quem foi gritar,
 Sem medo grita, grita minha gente,
 Quem morre calado é sapo debaixo de boi

V

Eu quero, quero ouvir a voz do povo,
 Eu quero ver todo povo em união,
 Eu quero ver todo o povo organizado
 Construindo um mundo novo com justiça e comunhão.

d) Quarto Cântico:

CANÇÃO À PADRE JOSIMO

I

Vou contar uma história que dói no meu coração,
 da morte de um brasileiro que abalou toda a nação
 Este fato se passou numa cidade do Maranhão,
 Era Padre da paróquia de São Sebastião.

II

Ele derramou seu sangue por causa dos lavradores,
 Porque ele defendia os pobres trabalhadores
 Ensinava defender das garras dos opressores
 E sair do cativeiro daqueles exploradores

III

Quando o povo assistia o sermão que ele pregava,
 Ficava de boca aberta das coisas que ele falava,
 Só dizia exatamente aquilo que nos faltava:
 Justiça, pão, casa e terra que se plantava

IV

Por isso, pagou com a vida, foi cruel o seu destino,
 no dia do seu velório chorava velho e menino
 Foi um dos mais comoventes velórios que já assistimos

V

Ele foi assassinado por pistoleiro malvado
 mandado do latifúndio
 que não quer ver o pobre arranchado
 um herói igual a ele no Brasil é coisa rara
 por isso foi proclamado "mártir da reforma agrária".

e) Quinto Cântico:

A ESPERA DA REFORMA AGRÁRIA

I

Se você e a classe operária ansiosa espera a reforma agrária
 sabendo que ela dará a solução para a situação de cada
 roceiro plantar sua área
 sei que na miséria ninguém viveria e a produção
 já aumentaria quinhentos por cento até na pecuária.

II

Nosso roceiro que vive do chão, só tem a metade da sua
 produção
 porque a semente que ele semeia, tem que ser a meia com
 o seu patrão
 Nosso roceiro vive num dilema e o seu problema não tem
 solução,
 Porque o ricoço que vive folgado até que o projeto
 se for assinado, estará ferindo a Constituição.

III

Esta grande crise que a tempo surgiu maltrata o caboclo
ferindo o seu brio
Em nosso país rico e altaneiro morre brasileiro de fome
e de frio
A nossa manchete rica em mogno e milhões de automóveis
já se produziu
Enquanto o coitado do pobre operário vive apertado
ganhando salário que sobe depois que tudo subiu.

IV

A grande esperança o povo conduz pedindo a Jesus pela
oração,
prá guiar o pobre por onde ele trilha e para a família
não faltar o pão
Que ele não deixe o capitalismo levar o abismo a nossa
nação
A desigualdade que existe é tamanha que quando o rico
Não sabe o que ganha, o pobre do povo vive de tostão.

X.1.4- ATOS PÚBLICOS, ROMARIAS E PASSEATAS

São ações populares organizadas pelo "Movimento" com grande participação popular. Em geral, reúnem-se em determinado ponto estratégico do Povoado de grande movimentação pública. Em seguida, saem em grandes passeatas pelas ruas, gritando palavras de ordem e, chamando atenção da população para os principais objetivos do "Movimento", pedindo o apoio desta, para o equacionamento dos problemas que ocorrem na área.

Durante a caminhada param em frente a órgãos do Governo ou então em ruas bem movimentadas. Nestas concentrações várias lideranças se pronunciam sobre o assunto, ao mesmo tempo em que vários participantes do "Movimento" são chamados a prestar seus depoimentos sobre a situação.

a) AÇÃO POPULAR

"Nesta ação, objetivamos fortalecer a luta dos trabalhadores rurais do Norte de Goiás (Tocantins) e, Sul do Pará."

Buscando formas de apoiar a luta dos trabalhadores rurais do Bico do Papagaio e barrar a ação da expansão do latifúndio na Região. Estamos pretendendo realizar uma viagem a esta região, da qual serão convidados vários Bispos, Padres, Senadores, Deputados, Partidos Políticos, Sindicalistas e, membros do Parlamento Europeu, Jornalistas e, as várias entidades que lutam pela Reforma Agrária no país.

Durante a visita a região do Bico do Papagaio (Tocantins e Sul do Pará) nos deslocaremos aos principais locais de conflitos, conforme programação estabelecida, para que no contato direto com os Posseiros e Autoridades que administram a Terra, a fim de fazer ver a todos a gravidade da situação e, principalmente prestar solidariedade e fortalecer a luta desses pobres lavradores.

Decidiu-se posteriormente à visita, um contato direto com os governadores do Pará e de Goiás. Eles serão informados pessoalmente do que se passa na Região e, do envolvimento da Polícia Militar, junto aos Pistoleiros, em ações de arbítrio e prepotência. Solicitaremos desses governadores a abertura de Inquéritos, punições dos responsáveis pelos crimes cometidos e, a imediata criação definitiva da Defensoria Pública Gratuita.

Os Parlamentares, baseados nos estudos levantados, irão propor ao Congresso Nacional a abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI, para apurar as violências e os conflitos nesta Região do Araguaia-Tocantins.

A viagem deverá ser feita pela presença espontânea de cada participante, como de ação concreta de luta pela Reforma Agrária.

A programação desta Ação Popular porém, sofreu o seu primeiro abalo quando o Governador do Pará, Sr. Hélio da Motta Queiros, um dia antes da viagem, anunciou oficialmente que não compareceria a nenhuma reunião na "Condição de Réu", levando em consideração que, depois dessa viagem o Ministro e os Conselheiros voltariam para Brasília deixando sem solução os problemas da área. Após a negativa do Governador do Pará em participar das discussões dos problemas da área, foi a vez do Ministro da Reforma Agrária que desmarcou a sua presença na viagem e, finalmente também os governadores do Maranhão e Goiás cancelaram suas participações no Evento.

Como se tornou inviabilizada pela negativa das principais autoridades que deveriam ser as primeiras a interessarem-se pela questão, então esta Ação foi cancelada.

b) 1ª ROMARIA DA TERRA PADRE JOSIMO

A Diocese de Tocantinópolis com a Pastoral da Terra do Araguaia-Tocantins, Comunidades do Bico do Papagaio e, lavradores do Sul do Pará realizaram a "1ª Romaria da Terra Padre Josimo", em Tocantinópolis, nos dias 7 e 8 de maio de 1988, celebrando a memória do Pe. Josimo Tavares, assassinado há dois anos em Imperatriz/MA, a mando dos latifundiários da região.

O Lema dessa Romaria foi "Firmes na Terra e Livres na Raça". Durante a missa do Encerramento foi feito o Compromisso da Romaria.

A Romaria iniciou-se no dia 7/5/88 com a participação de cinco mil pessoas, vindas em caravanas de vários Estados do País.

Na abertura da Cerimônia diversos pronunciamentos de trabalhadores, Bispos e, Religiosos em geral recordaram o trabalho evangélico ligado a questão da terra realizado pelo Padre Josimo e, ao mesmo tempo criticaram as elites políticas que defendem a concentração da terra e, a existência do latifúndio.

No desenvolvimento dos trabalhos, os participantes foram divididos em três (3) grupos: um para discutir a questão da "Raça Negra"; outro para discutir sobre "Sindicalismo" e; o terceiro para discutir sobre as "Comunidades Eclesiais de Base" - CEBs. À noite houve um momento artístico-cultural com a apresentação de músicas e poemas sobre a "questão da terra na Região", executadas e recitadas pelos trabalhadores rurais presentes. Foram também encenadas duas peças teatrais: uma intitulada como "O Julgamento do Assassino do Pe. Josimo", representada por um grupo de lavradores do Bico do Papagaio e, outra denominada de "A Misteriosa viagem de Zé do Quengo e

João Cordeiro nas Terras do Pau-Brasil", esta encenada por um grupo de trabalhadores rurais de São Félix do Araguaia-MT, que colocava em questão a problemática da Raça Negra no Brasil.

No dia seguinte, como parte da Programação da "1ª Romaria", os romeiros saíram em caminhada pela Cidade de Tocantinópolis até o Cemitério, onde foi realizada uma Missa de Encerramento, celebrada pelos Bispos e Sacerdotes presentes, auxiliados pela Pastora Metodista Maria Oliveira Rodrigues, que veio especificamente do Rio de Janeiro para este fim.

Seis Bispos estiveram presentes à Romaria, foram eles: D. Aloisio Hilário Pinho, D. Celso de Almeida, de Porto Nacional/MA, D. Pedro Casaldáliga, de S. Félix do Araguaia-MT, D. Tomás Balduino, do Estado de Goiás, D. Augusto Alves da Rocha, de Picos/PI e, Pte. da CPT/Nacional e, D. Olívio Abath Teodoro, Bispo de Cristalândia/Go.

Durante a Missa de Encerramento foi lido o "Compromisso da 1ª Romaria da Terra Pe. Josimo". Eis, na sua íntegra o compromisso que na oportunidade foi repetido por todos os presentes como um ato de vontade e fé dos participantes.

- "COMPROMISSO DA ROMARIA"

Nós participantes da "1ª Romaria da Terra Pe. Josimo", confessamos nossa fé na terra como dom de Deus e, como lugar de vida e igualdade para todos os irmãos. Constatamos com amargura e revolta como a terra imensa de nosso Brasil ainda é proibida à maioria do seu povo e, é lugar de acumulação, de cativo e, de morte.

Acompanhamos com indignação evangélica as pressões para rebaixar a Assembléia Nacional Constituinte à leilão, com chavos e concessões, a fim de impedir a Reforma Agrária tão esperada pelo povo e, que custou tanto sangue.

Em nome do único Senhor da Terra, representando todos os nossos companheiros lavradores, indígenas, negros e, operários e, fortalecidos pela palavra profética de nossas Igrejas, assumimos o compromisso da Reforma Agrária Popular:

- Com as nossas denúncias;
- Com as nossas Organizações;
- E com a corajosa conquista da terra para que terra de Deus, seja terra dos irmãos".

c- "ATOS DE PROTESTOS"

Durante a celebração da missa de corpo presente do Padre Josimo, no momento do ofertório, foram mostradas as roupas ensanguentadas do Padre. A seguir vieram os depoimentos iniciados por Dom Luciano Mendes de Almeida, de um representante dos padres e do Movimento da Igreja na região. Depois da missa, houve o cortejo pela cidade até o cemitério, durante o qual foram entoadas músicas e palavras de ordem como:

"Firmes na terra, livres na raça". "Que o meu sangue sirva de Fermento (Pe. Josimo)"; "Este sangue pede justiça"; "Famílias e pais sem terra, crianças sem pão"; conclamando por justiça e paz na região. No cemitério houve uma nova sessão de discursos e depoimentos antes do sepultamento. Falaram padres, gente do povo e políticos presentes, ligados à oposição e ao partido do governo.

Durante o trajeto do enterro o ataúde com os restos mortais do padre Josimo foi carregado nos ombros da multidão e o cortejo - que era acompanhado de um carro - fez duas paradas, numa das quais o representante da CUT/Goiás, Hamilton Pereira da Silva, indagou como Nelson Ribeiro poderia continuar Ministro de um governo que não toma providências diante de tantos conflitos agrários. Noutra parada, Dom Pedro Casaldáliga fez a mesma cobrança em outros termos, sugerindo

que seria melhor ao Ministro deixar o Ministério do que perder os rumos da reforma, que grupos do governo tentaram a todo custo modificar em favor dos latifundiários.

d- "ATO PÚBLICO DE PROTESTO"

Uma manifestação gigante, organizada no dia 10.06.86, para lembrar o primeiro mês do assassinato do Pe. Josimo Moraes Tavares. A manifestação organizada por entidades católicas, Sindicato de Trabalhadores e Partidos Políticos.

Os promotores realizaram missa em ação de graças, passeatas pelas principais ruas de Imperatriz e uma grande concentração pública, quando foram sepultados simbolicamente o governador do Estado Luiz Rocha, e o seu Secretário de Segurança Pública, Coronel João Cipriano da Silva Júnior, acusados de negligenciarem nas investigações do assassinato do religioso.

Os órgãos elaboradores do protesto prepararam um documento pela imediata implantação da Reforma Agrária no país e pelo fim da violência contra os lavradores sem terra. Posteriormente enviaram o documento ao Presidente da República e ao Ministro da Reforma Agrária: Dante de Oliveira.

XI.5-DIVULGAÇÕES, DENÚNCIAS E CARTASa- "NOTA À POPULAÇÃO"

Redigida pelo Deputado Federal, Admir Andrade (PMDB/PA), (Ocorrido após o assassinato do Pe. Josimo Távares), cuja íntegra é a seguinte: "Assassinaram o padre Josimo. É mais um dos que morrem nesta guerra voraz, mas surda, e aparentemente inexistente aos olhos do governo. O padre morreu porque defendeu a Reforma Agrária, a qual o governo, hoje, um misto dos que querem e dos que repugnam esta necessidade nacional, diz defender e desejar aplicar.

Provalmente nesses últimos cinco anos será ele o milésimo que morre e nada acontece aos latifundiários, pistoleiros e apátridas e egoístas, agora organizados na UDR. A morte dele caracteriza o estado sem lei, desnuda uma estrutura social atrasada em 200 anos, onde o que vale é a arma de fogo do mais poderoso. Deixa claro a incapacidade de uma polícia, que serve aos interesses dos grandes proprietários, porque é mal remunerada e ideologicamente mal formada.

Mostra um Poder Executivo, que mesmo que quisesse fazer, se vê contido por um legislativo que tem representação majoritária das classes dominantes no Congresso Nacional. Caracteriza um judiciário lento, deficitário, que operando em cima de leis criadas pela burguesia, sempre permite aos que possuem recursos, mesmo cometendo os mais bárbaros crimes, passarem a viver em liberdade.

As autoridades receberam estas denúncias como coisas corriqueiras, que o tempo faz esquecer. Mais tarde, eles matarão até um governo ou mesmo um presidente que queira implantar a Reforma Agrária. É a barbaridade que impera como se nada estivesse acontecendo. Só nos resta ter esperança no

próprio povo; nos alegrar por ver aumentar cada vez mais seu interesse pela política; descobrir que todos estão percebendo que são iguais, que tem direitos e que a consciência deste direito será a grande força que avançará firme, sem se abater diante de atos de violência como esse, até se conquistar a verdadeira Reforma Agrária".

b- "DENÚNCIAS ÀS AUTORIDADES COMPETENTES"

No dia 16 de outubro de 1984, uma comissão composta de três lavradores. Alguns representantes da Comissão Pastoral da Terra e do Bispo de Tocantinópolis, D. Aloísio Ilário, esteve no Congresso Nacional em reunião com parlamentares do PMDB, PT e PDT. A comissão apresentou aos deputados federais presentes e à imprensa uma grave denúncia a respeito da situação fundiária da região conhecida como Araguaia-Tocantins, onde os posseiros e os assalariados rurais estão sofrendo toda sorte de violência por parte dos latifundiários, através de órgãos do próprio governo e de forças para-militares.

c- "MUTIRÃO CONTRA A VIOLÊNCIA"

Imperatriz-MA, 18 de abril de 1986

Ilm^o Sr. Kurt Ressek

M. D. Ministro da Justiça Brasileira

Prezado Senhor:

Está lhe sendo enviada em anexo, declaração por instrumento particular firmada pelo Pe. Josimo Moraes Tavares, onde estão relatados os acontecimentos do dia 15 de abril próximo passado. Deve-se ressaltar, entretanto, o surgimento de

várias entidades de proprietários rurais, que visam explicitamente a impedir a aplicação, do Plano Nacional de Reforma Agrária do Governo Federal, e que na região do Bico do Papagaio (extremo-norte goiano), estão articuladas particularmente com o Sindicato Rural de Araguaína-GO, e Sindicato Rural de Augustinópolis-GO.

Solicitamos, obsequiosamente, a V. Sa., que conceda a máxima atenção ao caso, e interceda junto às autoridades competentes para que o crime seja apurado e os culpados punidos. Temos todas as razões para acreditar numa nova tentativa dos pistoleiros. Desta feita, talvez com trágica eficácia.

Logo que possamos tomar contato com os autos do inquérito policial, ou outro documento porventura advindo do fato, remeteremos imediatamente como subsídio a V. Sa.

Certos de contar com sua inteira cooperação, e colocando-nos a disposição para qualquer esclarecimento que se faça necessário, subscrevemo-nos,

Atenciosamente,

PEDRO LUIZ DALCERO
Advogado-CPT-Araguaia-TO

C/C para Frei Henrique

d- "CARTA DE COMPROMISSO DOS MÁRTIRES DA CAMINHADA"

. Primeiro:

- . Participaremos ativamente das Comunidades de Base.
- . Fundaremos novas comunidades dentro de nossas dioceses e Prelazias.

- Reanimaremos as comunidades esmorecidas ou em situação de conflito.

• Segundo:

- Mesmo rejeitando o modo anti-democrático como a constituinte foi imposta ao país e cientes dos interesses espúrios que condicionarão todo o processo constitucional, faremos da Nova Constituição um objetivo constante de estudo e crítica, de mobilização popular, de participação nas reivindicações concretas ou de rejeição pública das leis que não correspondem às legítimas aspirações do povo brasileiro.

• Terceiro:

- Assumiremos a reforma agrária como herança martirial.
- Defenderemos os direitos dos povos indígenas, em ordem à demarcação, garantia e usufruto de seus territórios.
- Exigiremos a implantação da Reforma Agrária de acordo com as necessidades dos trabalhadores rurais, contra as apetências do latifúndio e contra as invasões internacionais.
- Aprovaremos abertamente a organização em lutas e as conquistas dos sem-terra no campo e, dos sem moradia nas cidades.

• Quarto:

- Sempre na procura de um Sindicalismo autêntico, contra todo peleguismo ou atrelamento estatal.
- Participaremos ativamente do Sindicato.
- Criaremos Sindicatos ou delegacias Sindicais onde ainda não existem.
- Faremos nossas as reivindicações da luta operária sindical,

em ordem ao salário justo, às 40 horas semanais e à estabilidade de emprego.

. Quinto:

- . Faremos da política - também uma política partidária - um serviço de amor fraterno e de libertação popular.
- . Não aceitaremos em nossos diretórios nem ao menos ainda como candidatos nossos, pessoas corruptas, interesseiras ou distanciadas do povo.

. Sexto:

- . Viveremos como um destino comum, o sofrimento e a esperança de toda a América Latina, "altar dos Mártires", continente da libertação.

Esta carta de compromisso, foi assumida pelos representantes da Diocese de Tocantinópolis (trinta e duas pessoas de 14 comunidades) na "Romaria dos Mártires", da caminhada, celebrada nos dias 11 e 12 de outubro/86 em Ribeirão Bonito, Prelazia de São Félix do Araguaia, no Mato Grosso, no 10º aniversário do martírio do Pe. João Bosco Bournier.

e- "CARTA ABERTA"

Exmo. Sr. Presidente da República

Exmo. Sr. Ministro da Justiça

Exmo. Sr. Ministro da Reforma Agrária

Exmo. Sr. Governador do Estado

Exmo. Sr. Secretário do Interior e Justiça

Exmo. Sr. Secretário de Segurança Pública

Exmo. Sr. Comandante do 3º Batalhão da PM de Araguaína

Exmo. Sr. Núncio Apostólico

Exmo. Sr. Presidente da CNBB

Exmo. Sr. Bispo do Regional Centro-Oeste-CNBB

Srs. Redatores de Jornais

Povo em geral:

Nós, representantes da Diocese de Tocantinópolis, junto com sacerdotes e o nosso Bispo Dom Aloísio Hilário de Pí-
nho, reunidos nesta "Primeira Assembléia do Povo de Deus", de
24 a 27 de abril, queremos manifestar nossa solidariedade fra-
terna ao nosso irmão Pe. Josimo Moraes Tavares, vigário da
paróquia de São Sebastião do Tocantins e coordenador da Co-
missão de Pastoral da Terra (CPT) Diocesana que sofreu aten-
tado homicida no dia 15 de abril próximo, praticado por dois
pistoleiros que o seguiam de carro na estrada de Augustinópo-
lis-Axixá.

Queremos, também, manifestar nosso repúdio diante
dessa violência e todas as ameaças a tantos lavradores, víti-
mas indefesas na luta pelos seus direitos da terra e da paz.

É premente a necessidade de se implantar uma reforma
agrária que atenda aos anseios e necessidades dos trabalhado-
res e, que os mesmos possam participar da Reforma Agrária.

Nós, como Igreja, não queremos e nem podemos colo-
car-nos do lado dos poderosos criminosos, nem vamos defender
ingenuamente o banditismo organizado.

É triste saber que no "Ano Internacional da Paz"
constatamos que alguns, que se dizem cristãos, vivem atentan-
do à vida do irmão.

Cristo, o senhor e libertador de todo o mal, mante-
nha-nos firmes e fiéis no anúncio de sua mensagem de justiça
e paz a favor do homem, em vista da construção de seu reino e,
também de denúncia de tudo aquilo que se opõe à realização
deste mesmo Reino".

Participaram da assembléia entre leigos, padres e agentes da Pastoral respectivamente 70, 26 e 16 pessoas, totalizando 112 participantes dos diversos povoados como Araguatins, Axixá, São Sebastião do Tocantins Itaguatins, Tocantinópolis, Ananás, Nazaré, Xambioá, Wanderlândia, Sagrado Coração, São Paulo Apóstolo, São José Operário, São Sebastião, Nova Olinda, Filadélfia, Babaçulândia, Carmolândia, Aragoínas e Arapoema, constituindo 19 povoados da região.

XI - INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

TÉCNICA Nº: XI.1 - FORMULÁRIO

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

PRÓ-REITORIA PARA ASSUNTOS DO INTERIOR - PRAI - "Campus" II

CENTRO DE HUMANIDADES

CURSO DE MESTRADO EM SOCIOLOGIA RURAL

FORMULÁRIO

Formulário nº:.....

Coletador:.....

Informante:.....

Local e Data da Coleta:...../...../.....

I. APRESENTAÇÃO

Prezado(a) Informante

Realizamos no momento uma pesquisa, tomando como unidade de estudo o Estado e a Violência no campo. Nosso objetivo principal é analisar quais as repercussões da violência nos movimentos sociais no campo.

Solicitamos a sua colaboração em nos prestar todas informações imprescindíveis à execução desse trabalho. Tais informações terão caráter sigiloso, sendo preservado o informante em completo anonimato.

Certos de sua atenção, agradecemos.

Atenciosamente,

LÚCIA MELO

I. CARACTERIZAÇÃO DOS ATORES SOCIAIS ENVOLVIDOS:

1. Sexo:

Masculino

Feminino

2. Idade:.....

3. Origem:.....

3.1 - Se é migrante, quantas vezes migrou?

R:.....

3.2 - Da última vez veio de onde?

R:.....

6.7 - Quais os equipamentos e/ou implementos agrícolas você possui?

R:

6.8 - Como os adquiriu?

R:

6.9 - Você tem dívida no armazém?

Sim

Não

6.10 - Como você os salda?

R:

7. DIREITOS TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIOS

7.1 - Se é empregado, tem Carteira de Trabalho assinada?

Sim

Não

7.2 - Se tem, desde quando?

R:

7.3 - Se não tem, por que?

R:.....

7.4 - Você tem acesso a Previdência Social?

Sim

Não

7.5 - Se não tem, por que?

R:.....

7.6 - Você tem direito ao FUNRURAL?

Sim

Não

7.7 - Se não tem, diga por que?

R:.....

7.8 - Como faz quando você ou alguém da família adoecer?

R:.....

II. (**) ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA ECONÔMICA (**) (Item dirigido somente aos grandes proprietários e/ou capatazes de fazenda em substituição ao anterior).

1. ORGANIZAÇÃO ECONÔMICA

- Fazenda
- Empresa Construtora
- Empresa Industrial
- Outra

1.1 - Especificar:.....

2. RAZÃO SOCIAL

2.1 - Nome da Organização:

R:.....

2.2 - Ano de implantação na área:.....

2.3 - Motivos que lhe levaram a implantar-se na área:.....
.....

3. ORIGEM

3.1 - Nacionalidade da Instituição:

- Brasileira
- Estrangeira

3.2 - Local de Procedência?

.....

3.3 - Se estrangeira, ano em que veio para o Brasil:.....

.....

4. BASES TÉCNICAS

4.1 - Qual o processo de trabalho utilizado pela Organiza
ção?

R:.....

4.2 - Capital constante existente:.....

.....

5. ATIVIDADES

5.1 - Quais as principais atividades da Organização?

R:.....

5.2 - Qual a jornada útil diária em que a organização ope
ra?

R:.....

6. ÁREA (ha)

6.1 - Qual a área territorial total da organização em ter
mos de hectare?

R:

6.2 - Qual a área da capacidade instalada da Organização?

R:

6.3 - A Empresa tem título de propriedade definitivo da
área?

Sim

Não

6.4 - Como e quando foi obtido o título e/ou documento simi
lar?

R:

6.5 - Qual o órgão expedidor do documento?

R:

6.6 - Existe posseiros moradores dentro da área da organiza
ção?

Sim

Não

6.7 - Quem deu permissão de morarem na área e, por que?

R:.....

7. INCENTIVOS

7.1 - Qual(is) o(s) tipo(s) de subsídio(s) a Organização possui do Governo?

Crédito Rural

Incentivos Fiscais

Outros

7.2 - Especificar:.....

7.3 - Qual o montante já recebido até agora?

R:.....

7.4 - Qual a contrapartida da Organização?

R:.....

8. MÃO DE OBRA

8.1 - Quantos empregados a Organização possui?

R:.....

8.2 - Especificar por categoria e funções exercidas na Organização?

R:.....
.....

8.3 - Como e onde é arregumentada a mão-de-obra?

R:.....

8.4 - Quais as principais atividades dessas categorias de trabalhadores?

R:.....

8.5 - Os de fora vêm predominantemente de onde?

R:.....

9. SALÁRIO

9.1 - Qual o salário mensal por cada uma das categorias de trabalhadores?

R:.....

10. CONDIÇÕES DE TRABALHO

10.1 - Os empregados possuem Carteira assinada?

Sim

Não

10.2 - Quantos ao todo possuem Carteira de Trabalho assina
da?

R:.....

10.3 - Que tipo de previdência médica e social é oferecida
pela Organização aos trabalhadores?

R:.....

10.4 - Aos que vêm de fora, que tipo de condições a Organi
zação oferece?

R:.....

III. VIOLÊNCIA E CONFLITO (Item dirigido a todos os atores
sociais).

1. CONFLITOS SOCIAIS

1.1 - Quais os principais tipos de conflitos sociais na
área?

R:.....

1.2 - Quais as causas e os motivos principais desses confli
tos?

R:.....

1.3 - Quais os principais atores envolvidos nesses conflitos?

R:.....

1.4 - Quais os principais mediadores políticos desses conflitos?

R:.....

1.5 - De que forma esses mediadores se envolvem nos conflitos?

R:.....

1.6 - Quais são os motivos que levam esses mediadores a se envolverem nos conflitos?

R:.....

1.7 - Como o Estado (Polícia, Agente Judicial, Forças Armadas) têm se envolvido nos conflitos?

R:.....

2. VIOLÊNCIA

2.1 - Quais os principais tipos de violência que ocorrem nesses conflitos?

R:.....

2.2 - Você, particularmente já foi vítima de alguma violência?

Sim

Não

2.3 - Por que?

R:.....

2.4 - Que tipo de violência recebeu?

R:.....

2.5 - De onde partiu essa violência contra você e/ou propriedade?

R:.....

2.6 - Você revidou a violência?

Sim

Não

2.7 - De que forma foi este revide?

R:.....

2.8 - Segundo você, quais são os principais agentes da violência na área?

R:.....

2.9 - Como você acha que o Estado vê a violência na área?

R:.....

3. VÍTIMAS

3.1 - Quais as pessoas que mais sofrem com a violência na área?

R:.....

3.2 - Quantas pessoas já foram assassinadas na área?

R:.....

4. PROVIDÊNCIAS

4.1 - Quais as principais providências tomadas para acabar com a violência no local?

R:.....

4.2 - De que forma os atos de violência na área são denunciados?

R:.....

4.3 - Quais as respostas concretas recebidas por parte do Governo sobre estas providências e denúncias?

R:.....

5. REPERCUSSÕES

5.1 - Quais as repercussões e implicações da violência para a comunidade?

R:.....

5.2 - Quais as consequências da violência nos movimentos sociais da comunidade organizada?

R:.....

5.3 - Quando a violência parte das forças militares, quais as suas repercussões nos movimentos sociais?

R:.....

5.4 - Quais são hoje, as principais formas de organização e estratégias de luta mais utilizadas pelos violentados?

R:.....

5.5 - Qual ou quais os principais objetivos dos movimentos sociais de luta hoje?

R:.....

5.6 - O que a população do campo espera da Nova Constituição?

R:.....

TÉCNICA Nº: XI.2 - ROTEIRO DA ENTREVISTA

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - UFPB
CENTRO DE HUMANIDADES - CH - "Campus" II
PRÓ-REITORIA PARA ASSUNTOS DO INTERIOR - PRAI
CURSO DE MESTRADO EM SOCIOLOGIA RURAL

ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

- Entrevista nº:.....
- Entrevistador:.....
- Entrevistado:.....
- Local e Data: _____ / _____ / _____

ROTEIRO DA ENTREVISTA

- Principais Problemas da Comunidade;
- Principais Agremiações Associativistas;
- Atividades dessas Associações Sociais;
- Principais Movimentos Sociais Ocorridos;
- Reivindicações e Bandeiras de Luta desses Movimentos;
- Conflitos Sociais Ocorridos nesses Movimentos;
- Causas e Motivos desses Conflitos;

- Número de Pessoas Envolvidas nos Conflitos;
- Formas de Participação e Apoio da Comunidade;
- Principais Atores e Mediadores Políticos dos Conflitos So
ciais;
- Posicionamento do Estado (Polícia, Agentes Públicos e
Juiz Local);
- Tipos de Violência Cometida;
- Vítimas Preferenciais;
- Executores/Mandantes da Violência;
- Providências Legais e Extra-Legais Tomadas;
- Repercussões da Violência nos Movimentos Sociais;
- Informações Complementares.